

AMAZÔNIA

Formação Social e Cultural

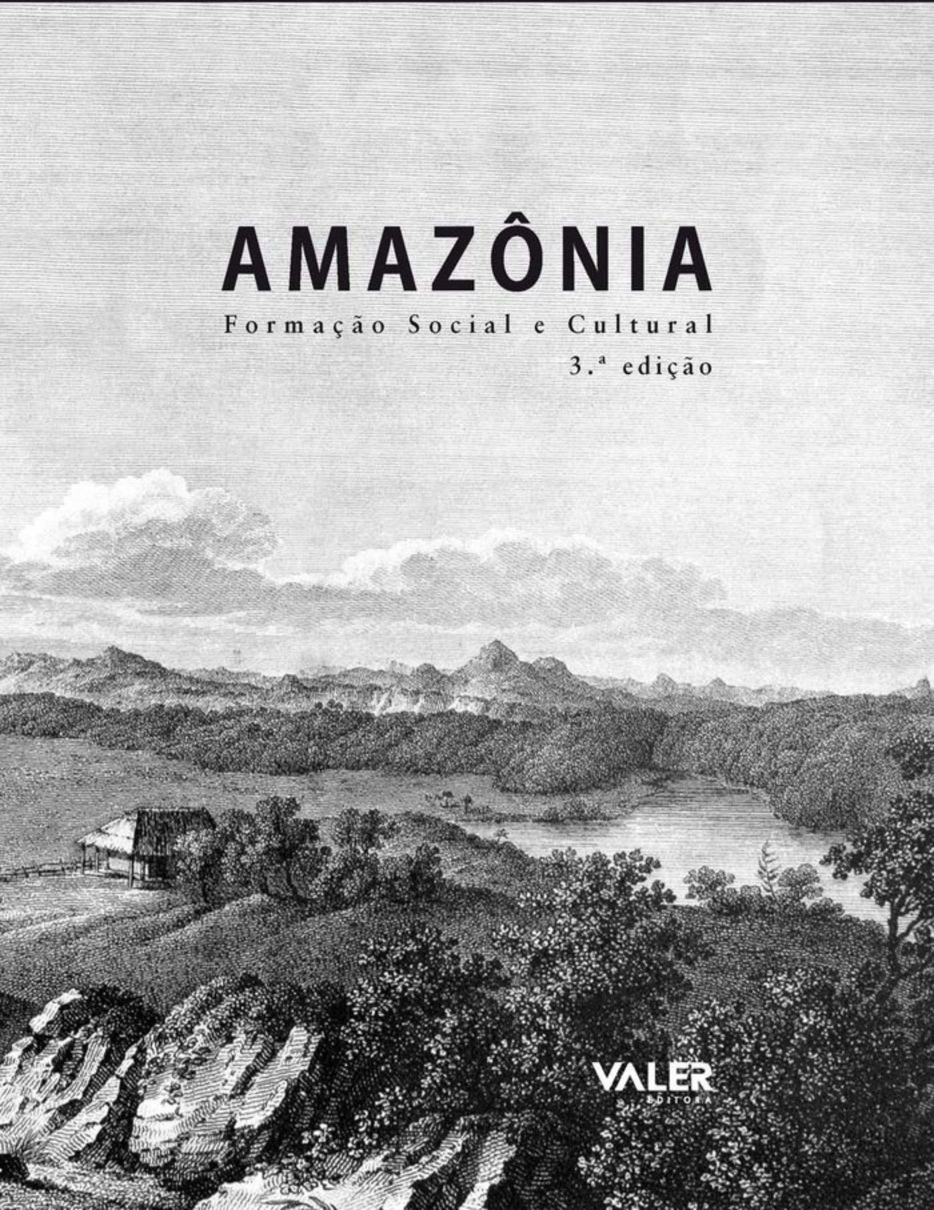


Samuel Benchimol

AMAZÔNIA

Formação Social e Cultural

3.ª edição



VALER
EDITORA

EDITOR
Isaac Maciel

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Tenório Telles

CAPA E PROJETO GRÁFICO
Jackson Santana

REVISÃO
Núcleo de editoração Valer

FICHA CATALOGRÁFICA
Ycaro Verçosa

B457a Benchimol, Samuel

Amazônia – Formação Social e Cultural. / Samuel Benchimol. 3.ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2009.

546 p.

ISBN 85-8651-223-0

1. Amazônia – Sociologia 2. Antropologia cultural 3. Grupos sociais I. Título

CDU 981.1

2009

Editora Valer
Av. Ramos Ferreira, 1195 – Centro
69010-120, Manaus-AM
Fone: (92) 3635-0516
www.editoravaler.com.br

SUMÁRIO

Um homem comprometido com a Amazônia

Um projeto nacional não se realiza efetivamente sem incorporar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais na vida das pessoas, famílias e comunidades que conformam a grande nação brasileira. O País já experimentou ciclos vigorosos de crescimento – como o da borracha, na Região Amazônica – sem, no entanto, promover distribuição de renda e um massivo processo de inclusão social, inviabilizando, assim, as bases para o desenvolvimento integral. A concepção de desenvolvimento integral ressalta que o econômico é complementar e, por vezes, subordinado às superiores exigências do bem comum. A primazia e o fim último são sempre a vida e a dignidade da pessoa humana.

A presente publicação do professor Samuel Benchimol compartilha dessa compreensão e é uma referência obrigatória a todos que trabalham em favor de um projeto de desenvolvimento integral para a Amazônia, abrangendo suas diversas dimensões: econômica, social, cultural e ambiental. Nas palavras de Gilberto Freyre, é obra que nasce clássica, legado de fecundo encontro entre a mais alta reflexão teórica e acadêmica e a militância engajada com a vida, a dignidade, a preservação e o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável da rica diversidade étnica e cultural da população da Região Amazônica.

O trabalho do professor e sociólogo amazonense Samuel Benchimol é um norte seguro para a elaboração e implementação de políticas públicas integradas que deem conta do desafio de garantir e promover a utilização plena do potencial da Região Amazônica,

atendendo às necessidades de infraestrutura social, econômica e tecnológica de sua população, respeitando os ecossistemas.

A vida e a obra de Samuel Benchimol oferecem luz a todas essas questões e o seu legado continuará a nos acompanhar na tarefa de promover o desenvolvimento sustentável desse grande patrimônio de seus habitantes, da nação brasileira e da humanidade que é a Amazônia.

Patrus Ananias
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Prefácio

Há cinquenta e cinco anos venho estudando, estudando e escrevendo sobre as gentes de minha terra amazônica. Só ela tem sido, ao longo do meu viver, o motivo e campo de trabalho, ação, docência e pesquisa. Nessa longa travessia fui mudando, vivenciando e escrevendo os seus diferentes aspectos humanos, geossociais, antropológicos, econômicos, históricos, políticos e até ambientais. Muita ambição universitária e holística para o meu provincianismo e amadorismo científico.

O meu escrever e os textos que criei, produzi e publiquei nessa mais que cinqüentenária jornada – a maioria sob forma reprográfica e edições de tiragens extremamente minguadas e diminutas – foram mudando com a passagem do tempo e, por isso, sou réu confesso de contradições, ambiguidades e equívocos. Não importa, pois todos revelam as diferentes fases de minha vivência e experiência amazônicas. Todos eles trazem, no entanto, a marca registrada do meu único código genético existencial: a fidelidade à terra e ao tema.

A feitura deste livro – o centésimo trabalho da minha carreira – é fruto de um longo processo de maturação: foi elaborado, escrito, emendado, reescrito, compilado e mudado ao longo de todo esse incansável percurso. Começou com o *Cearense na Amazônia – um inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante*, que escrevi para o X Congresso Brasileiro de Geografia, em 1944. Em seguida, veio a minha tese de Mestrado em Sociologia, na Miami University – *Manaus: o crescimento de uma cidade no vale amazônico*, em 1947, quando fiz uma interpretação da ecologia urbana e social. Duas décadas depois, ao escrever a *Estrutura Geossocial e Econômica da Amazônia*, em dois volumes, voltei ao tema para dar ênfase e destaque a um capítulo de 37 páginas sobre o contexto cultural

dos diferentes povos, etnias e culturas que formaram e diversificaram a vida social e econômica da Amazônia.

O texto de 1966 foi reelaborado em 1972, quando publiquei o *Amazônia: Um pouco-Antes e Além-Depois*. Também reescrevi o *Contexto Cultural e Político* reconstituindo o processo de formação social. Em 1985, no II Encontro Regional de Tropicologia, da Fundação Joaquim Nabuco, realizado em Manaus, sob a presidência do eminente mestre Gilberto Freyre, apresentei *Os Grupos Culturais na Formação da Amazônia Brasileira*, texto que recebeu referência extremamente generosa. Em 1992, recompus o *Cearense na Amazônia*, de 1944 e o transformei no *Romanceiro Antropológico da Batalha da Borracha*, com novas edições, complementos e achegas.

De lá para cá o tema *Formação Social e Cultural da Amazônia* nunca deixou de me perseguir e acompanhar nas minhas andanças e mudanças de estilo, discurso, pesquisa e prosopopéia. Os personagens sempre foram os mesmos, muito embora variassem o tom, a voz, o calor, a vida, o movimento e/ou a ênfase.

Nesse vai-e-vem, o manuscrito foi sendo ampliado, modificado, reescrito e reestruturado. Agora um novo impulso e entusiasmo me levou à compulsiva paixão para eleborar este novo texto antropológico, para que as gerações vindouras possam, também, fazer as próprias reflexões, eliminando as minhas idiossincrasias, ambigüidades e palmares erros.

Nesta nova apresentação, procuro incluir todos os personagens, atores e matrizes etnoculturais e sociais que contribuíram para a formação da sociedade amazônica, que é o objetivo e a obsessão deste trabalho. Partindo da base e da massa crítica dos índios e caboclos, com todo o peso e valor da presença cultural e antropológica de seus diferentes tipos e representantes, passo para os colonizadores portugueses, com os seus *jotas e comendadores*, procurando examinar suas contribuições em termo da língua, fé, usos, costumes e inovações criadoras.

Vou buscar os espanhóis e galegos na descoberta e conquista, com o objetivo de rememorar os feitos e defeitos de ambos os povos ibéricos na tranfiguração e desintegração da identidade ameríndia. Passo aos afro-brasileiros, que haviam sido esquecidos no passado

anterior, para incluí-los como agentes importantes que foram na história colonial do litoral, no movimento cabano, nas minas de Cuiabá, no tempo dos quilombolas e na atual presença no processo de mestiçagem biológica, sincretismo religioso, contribuição musical e coreográfica e, agora, por meio de valores de liderança e ascenção social e política.

O capítulo dos cearenses e nordestinos em geral adquiriu nova dimensão para, com base na tese original de 1944, dar-lhe um novo contexto, por intermédio dos seus seringueiros, coronéis-de-barranco, soldados da borracha e os arigós – que são precursores dos atuais camelôs da cidade grande – e no qual reproduzo o grande discurso semântico em que se empenharam os sábios filólogos da época. Um estudo especial foi dedicado à apresentação de cerca de oitenta tipos, biotipos e sociotipos antologicamente descritos, interpretados e examinados pelas frases curtas para resumir a saga de suas longas histórias de vida.

O tempo dos ingleses adquiriu, igualmente, nova ênfase e maior impotância, e foi reconstituído com o objetivo de transmitir o valor e o significado da infraestrutura tecnológica que as sessenta companhias inglesas e européias de serviços públicos construíram durante o ciclo da borracha e mais aproximadamente quarenta firmas comerciais e exportadoras do período, perfazendo um total de uma centena de empresas e companhias de capital estrangeiro. Uma análise da revolução britânica na heveicultura da Ásia foi incluída para melhor entender o impacto da agrossilvicultura e seus efeitos durante a larga depressão amazônica, que se seguiu ao *day after* de 10 de abril de 1910, resultante do insucesso e fracasso da contrarrevolução amazônica.

O capítulo sobre os judeus na Amazônia foi consideravelmente ampliado para melhor retratar as origens e o destino daquelas mil famílias de migrantes que se deslocaram, no período de 1810 a 1910, para "fazer a Amazônia". As quatro gerações de judeus-amazônicos são estudadas e retratadas para oferecer uma exposição e análise de sua importância no contexto regional. O assunto deveria ser mais reduzido e menos redundante e prolixo para uma melhor adequação, mas confesso que minhas origens avoengas e ancestrais

e as idiossincrasias pessoais me impulsionaram e levaram a escrever uma abordagem excessiva.

Os primos sírio-libaneses receberam um novo capítulo de seus patronímicos e uma memória empresarial para melhor estudo de sua presença, participação e liderança, após uma longa carreira de sofrimento e discriminação racial e cultural.

Os norte-americanos têm, desta vez, uma descrição especial por meio de suas tentativas de colonização, construção ferroviária e desenvolvimento tecnológico mais recente.

Os italianos tiveram a sua vez, para suprir a falha e omissão nos trabalhos anteriores. Pela primeira vez revelamos as origens dos lugares, dos ancestrais das principais famílias de decendentes italianos e a relação de seus estabelecimentos comerciais e industriais.

A contribuição dos japoneses foi, da mesma forma, ampliada para poder incluir não apenas a sua contribuição no agro, mas também na indústria, no Distrito Industrial de Manaus, como nas *joint-ventures* de mineração na Amazônia Oriental.

Dando prosseguimento a esse processo de aculturação e multidiversidade regional, a sociedade amazônica iria, nestas últimas décadas, atravessar a fase "gaúcha" de sua formação. Os "tchês" estão chegando – é o que se ouve falar no interior de Rondônia, Acre, Mato Grosso, sul do Pará e Amazonas – para anunciar a chegada da era do chimarrão, do churrasco e do fandango das velhas tradições dos pampas e da serra gaúcha. Essa frente veio com a expansão da fronteira agrícola e pecuária que desceu do planalto central, ocupou os cerrados e savanas da periferia do escudo sul-amazônico e penetrou fundo no mediterrâneo amazônico através da BR-364 (Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco–Cruzeiro do Sul), da BR-163 (Cuiabá–Santarém, ou melhor, Santarém–Cuiabá, como preferem dizer os "mocorongos") e da BR-010 (Belém–Brasília), além da BR-230 (Transamazônica) e, mais recentemente, da BR-319 (Porto Velho–Manaus), que passou a receber os "russos brancos gaúchos" nos campos de Puciari, para abrir o novo corredor de soja junto à hidrovia do Madeira.

Os amazônidas, como de resto os brasileiros de modo geral, adoram pôr apelidos e nomes genéricos. "Baianos", para os paulis-

tas, são todos os brasileiros que vivem ao norte do rio São Francisco, e "paus-de-arara" os nordestinos flagelados que vão viver nas favelas e vilas-misérias, à procura de emprego na paulicéia desvairada. Para os paraenses e amazonenses, "cearense" é todo o nordestino e, agora, "gaúcho" são os novos migrantes de Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que abandonaram as suas *querências* do Sul e Sudeste para virarem pioneiros nas selvas da Amazônia. Este novo ciclo de diversificação completa o circuito, o périplo e a maratona de competição e convivência das cinco grandes regiões brasileiras do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul.

Neste particular, a Amazônia é o melhor e o maior exemplo de brasilidade que a todos acolhe e os *querencia* no seu vasto, exótico e estranho mundo – mundo biologicamente rico, mas economicamente pobre, que nos transformou nos "deserdados de Tordesilhas", pelo Tratado de Madri, de 1750. Sofremos esta perda e destituição pois ficamos isolados no trabalho, produção, política, com todas as consequências do viver longe do Mediterrâneo, sem infraestrutura social, econômica e tecnológica. O deslocamento do meridiano marajoara de 49°, ao se afastar para a longitude de 74°, no Acre e rio Javari, nos fez prisioneiros e expatriados dentro do nosso País.

Durante esses longos 250 anos, as matrizes culturais do povo amazônico foram sendo formadas por justaposição, sucessão, diferenciação, miscigenação, competição, conflito, adaptação, por diferentes levas e contingentes de diversos povos, línguas, religiões e etnias. O primeiro encontro dos dois mundos se deu a partir de 1542 e 1637, quando Orellana, Pedro Teixeira e seus sucessores se estabeleceram na região: portugueses, na calha central do rio Amazonas/Solimões, de jusante a montante, e seus afluentes, e espanhóis, na periferia cisandina, nas bordas do planalto da "Cuenca".

A indianidade, bravia e rebelde, foi subjugada a ferro e a fogo pelas tropas de resgate, pelos colonos e missionários a serviço da fé e do império. Esse encontro de cama, mesa, roça e alcova resultou na curuminzada dos caboclos e dos *cholos*. Essa indianidade e caboclitude foi sendo, posteriormente, caldeada e convivida pela africanidade no litoral e nas minas cuiabanas, para depois ser cea-

rensizada com a chegada dos valentes e "brabos" nordestinos *cabeças-chatas*, que, a partir de 1850, durante o ciclo da borracha, ocuparam os vales e afluentes meridionais da bacia.

Algumas décadas antes, os judeus, com a sua judianidade ibero-marroquina, descobriram a *Eretz Amazônia* como a Terra da Promissão, para depois serem imitados pelos sírio-libaneses – os novos "fenícios" da ressureição do Império Otomano. Ao mesmo tempo, a britanidade do tempo dos ingleses chegava com os seus serviços públicos para viabilizar a região.

Chegaram, também, nesse tempo e entraram em cena colonos, contingentes humanos, capitais e tecnologia ferroviária e minerária e depois agrícola e espacial, que marca o signo da americanidade. Vieram os "romanos" com a sua italianidade do *Mezzo Giorno* empobrecido para viverem no baixo Amazonas, em Belém e Manaus, e formarem a população "orundi". Os japoneses não podiam faltar para autenticar a caboclitude regional com a originalidade e semelhança genética de uma possível ancestralidade comum. Os nipônicos com a sua *nisseidade* inauguraram a *Era do NPK* na agricultura moderna regional, a *Era dos Chips e Transistores* na Zona Franca de Manaus e a *Era dos Metais e da Metalurgia* na Amazônia Oriental.

Alfredo Bosi, usando o olhar hegeliano-marxista – tese, antítese, síntese –, interpreta a formação da sociedade brasileira como um processo de compresenças, transplantes, exertias, empatias e antipatias, compromissos e desencontros, ações e contradições entre dominantes e dominados, mas que mesmo assim puderam encontrar formas de aculturação, assimilação e encontros afortunados de culturas, em tempos sociais distintos (BOSI, 1995: 62-30). Sob essa perspectiva, ele conclui qua a dialética da colonização *não é tanto da gangorra de nacionalismo e cosmopolitismo quanto a luta entre modos de pensar localistas, espelho dos cálculos do aqui-e-agora, e projetos que visam a transformação da sociedade – eis um tênue lume de esperança que bruxuleia no termo desse percurso* (BOSI, 1995: 382-3).

O certo é que a Amazônia acolheu a todos os *gregos e troianos* que aqui chegaram para viver e trabalhar. Não se tratou, apenas, de dar e conceder abrigo, refúgio, agasalho e trabalho. *Que-*

renciou a todos, prejuízo de suas identidades, memórias, crenças religiosas e valores conceituais neste grande multirão étnico-cultural nortista. Para criar, segundo o sociólogo Gilberto Freyre, uma nova civilização tropical, onde livremente se desenvolvessem *culturas regionalmente diversas de grupos étnicos de procedências diferentes e de populações distintas nas suas características regionais e, embora, distanciadas uma das outras no espaço físico, unidas pelos mesmos motivos principais de vida e pelas mesmas condições ecológicas de existência no social e no cultural* (FREYRE, 1961: 312). Ou usando o linguajar e o estilo do antropólogo Darcy Ribeiro para criar uma nova civilização *orgulhosa de si mesma; mais alegre porque mais sofrida; melhor porque incorpora em si mais humanidade; mais generosa porque aberta à convivência com todas as raças e todas as culturas* (RIBEIRO, 1997: 455).

Introdução

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a organização social e o sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terra firme, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto, desenvolveram-se o homem e a sociedade, ao longo de um secular processo histórico e institucional.

O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia Equatorial e Tropical inicialmente foi um processo predominantemente indígena. A esses valores e culturas foram sendo incorporados, por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações tranplantados pelos seus colonizadores e povoadores. Entre eles: portugueses, espanhóis, em particular, europeus, com algumas contribuições africanas, semíticas e asiáticas, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras.

Houve, assim, encontro não apenas de valores como de culturas. Tanto a erudita, clássica e elitista exógena, como a cultura de massa primitiva, popular e nativa. Esta última no rico linguajar e estilo de Bosi *implica modos de viver: o alimento, o vestuário, a relação homem-mulher, a habitação, os hábitos de limpeza, as práticas de cura, as relações de parentesco, a divisão de tarefas durante a jornada e, simultaneamente, as crenças, os cantos, as danças, os jogos, a caça, a pesca, o fumo, a bebida, os provérbios, os modos de cumprimentar, as palavras tabus, os eufemismos, o modo de olhar, o modo de sentar, o modo de andar, o modo de visitar e ser visitado, as romarias, as promessas, as festas do padroeiro, o modo de criar galinha e porco, os modos de plantar feijão, milho e mandioca, o*

conhecimento do tempo, o modo de rir e chorar, de pedir e consolar... (BOSI, 1995: 324).

Essas maneiras do ser regional encontram-se com outros modos, jeitos, crenças e valores alienígenas que, ao se amazonizarem, foram perdendo parte de suas identidades originais, adquirindo conhecimento da região e criando novos padrões de comportamento e conduta tropical, mais suaves e menos rígidos. A primeira manifestação desse estilo, ainda nos tempos coloniais, foi a formação de uma economia agromercantil-extrativa, aproveitando a vocação florestal e fluvial da região como imperativo de sobrevivência.

O processo de tropicalização e amazonização não parou com a chegada dos primeiros colonizadores. A riqueza e os recursos biológicos da floresta e do rio ofereciam sempre oportunidades de inovação e criação de novas formas e estilos de vida e de trabalho. As especiarias, as drogas do sertão, a banha da tartaruga, as ervas medicinais, as madeiras, os frutos, os bichos, os peixes e as pimentas ofereciam um mundo novo e exótico, que estimulava a imaginação, o medo, a cobiça e o paladar dos novos senhores. Na base e no fundo desse quadro, a figura dos índios, de muitas nações, etnias, falas e linguagens *nheengatus e nheengaíbas*, a maioria deles rebeldes e insubmissos à pressão da força invasora da conquista.

Assim começou a Amazônia Lusíndia. Dois séculos depois principiaram a chegar os *cearenses*, como aqui são chamados todos os nordestinos. Eram flagelados da seca e chegavam aflitos e sofridos do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia. A Amazônia os acolheu e durante quase um século do ciclo da borracha, os nordestinos tornaram a Amazônia mais rica, melhor, maior e, sobretudo, mais brasileira. Chegaram *brabos* e a Amazônia os domesticou; tornaram-se seringueiros *mansos* e experientes na linguagem regional. Enquanto eles passavam por esse processo de amazonização, a região passou a *cearensizar-se*, assimilando os ímpetos de coragem, valentia, audácia e resistência dos homens do Nordeste brasileiro.

Mais recentemente com a abertura dos grandes eixos rodoviários que passaram a integrar, por via terrestre, as Amazônias Oriental, Ocidental, Central e do Sudoeste com o litoral, o planalto e o Centro-

Oeste, a região passou a receber, agora, o contributo dos fluxos migratórios de gaúchos, paranaenses, paulistas, mineiros e capixabas. Com eles chegaram as fazendas de gado, as serrarias, as plantações de terra firme, a mineração e o impacto da tecnologia industrial que ameaçam romper o delicado equilíbrio dos nossos complexos ecossistemas de várzea, igapós e terras firmes. A Amazônia os está assimilando e aprendendo com eles suas novas técnicas e seus estilos de vida, enquanto que, em contrapartida, eles vão descobrindo os segredos da selva e de nossa gente e absorvendo os nossos usos e costumes, ou, se não, pagando o alto preço do desmatamento, da degradação do solo e da regressão das pastagens em suas fazendas.

Assim sendo, a Amazônia é um segmento e produto brasileiro tropical de múltiplas correntes e grupos culturais. A sociedade que aqui se formou traz, ainda, a marca e os insumos sociais, biológicos e étnicos de muitos povos, tradições e costumes. Por isso nos tornamos, como bem visualizou Gilberto Freyre, uma sociedade aberta, cordial e acolhedora, capaz de incorporar novos valores e técnicas, adaptando-os e recriando-os. Apesar das múltiplas forças e formas de modernização e terraplenagem cultural, conseguimos manter vivas as peculiaridades regionais e a nossa identidade amazônica, que enriquece e valoriza os outros regionalismos brasileiros.

O processo cultural do povoamento e ocupação humana da Amazônia teve como característica principal a multidiversidade de povos e nações. Etnodiversidade histórica e original que se manifestava não tanto pelos caracteres raciais, mas por aspectos antropológicos e culturais ricos, típicos e diferenciados na linguagem, ritos, magias, usos, costumes, produtos ergológicos, formas próprias de subsistência nas lavouras itinerantes, nos processos de caça e pesca e, sobretudo, no uso e aproveitamento dos recursos florestais. Deste, extraíam os seus fármacos, frutos, óleos, fibras, resinas, cipós, venenos, afrodisíacos e alucinógenos, para as suas necessidades do quotidiano e do ciclo anual e sazonal da vida.

Essa Amazônia multiétnica e lingüística, índia – dos karibes, aruaks, tupis, jês, omáguas, chibchas, quechuas, incas, aymarás e tantos outros grupos lingüísticos – sofreu um terrível choque cultural

com a presença do colonizador luso-espanhol nos dias da conquista e da colonização européia dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Desse encontro da cultura ameríndia autóctone com as culturas europeias surgiria a *Amazônia Lusíndia*, no Brasil (mais índia que lusa), a *Espano-índia* (mais indígena que espanhola). Nos países ibero-americanos, a fusão iria dar origem à sociedade cabocla e dos *cholos*, crioula e híbrida, que absorveram, muitas vezes, o pior dos dois mundos. Graça a elas, os povos indígenas conseguiram sobreviver pela miscigenação étnica e cultural, perfazendo, hoje, alguns milhões de descendentes entre os ribeirinhos que habitam as margens dos rios, lagos e paranás e as principais vilas, aldeias e cidades da região.

Aqueles grupos que se conservaram isolados e imunes à dominação ou influência europeia encontram-se, hoje, em processo agônico de extinção, vítima da violência, das doenças e da própria decadência cultural por falta de ambiência e condições de vida que propiciem o salto qualitativo de suas virtualidades.

Essas comunidades estão em processo rápido de perecimento, integração e absorção por parte de todos os países que compõem a Amazônia sul-americana. Os sobreviventes dessa rica multidiversidade cultural (que foi capaz de gerar mais de *duzentas línguas e dialetos*, somente na Amazônia brasileira) lutam hoje por suas terras e reservas e pelo direito de manter a própria identidade, mesmo sabendo que o processo de aculturação fatalmente irá destruir, mais tarde ou mais cedo, os seus valores culturais e a riqueza de seus saberes naturais, produto do convívio e da experiência secular de contato com a floresta, os rios, os animais, os peixes, as plantas e a própria terra.

Saberes, labores e viveres que o rádio e a televisão estão solapando insidiosamente por meio dos programas e telenovelas, transmitindo formas alienígenas, alheias e alienadoras, quando não guerrilheiras e narcotraficantes.

O quadro dos grupos e áreas indígenas remanescentes na Amazônia Legal brasileira totaliza perto de 362 áreas, com aproximadamente 85.000.000 de hectares de reservas, para uma população de cerca de 170.000 índios remanescentes, que ainda

conseguem manter de forma muito tênue e frágil suas declinantes culturas, que se extinguem na medida em que desaparecem suas malocas, suas lideranças, seus pajés e a própria consciência da identidade cultural e tribal.

Dessa etnodiversidade amazônica de grupos indígenas e ibéricos, herdamos muitos valores culturais diferenciados e contraditórios de crenças, falares, mitos, lendas, labores, artesanias e conhecimentos dos valores dos nossos ecossistemas florestais, fluviais e lacustres.

A essa etno e antropodiversidade foram sendo adicionados por acomodação, integração, absorção ou dominação outros valores e correntes culturais como a dos nordestinos e "cearenses" durante o ciclo da borracha, que se internaram e povoaram a calha sul do Amazonas, passando a constituir a grande massa crítica da população regional. A esse contingente sofrido dos sobreviventes das secas do Nordeste que buscaram a Amazônia como forma de superação ou em busca da fugaz fortuna que o látex propiciou, vieram também agregar-se novos contingentes humanos: de afro-negros com suas mulatas e descendentes, sobretudo, na Amazônia Oriental litorânea do nordeste paraense, no Maranhão e nas minas de Cuiabá e Mato Grosso; de grupos europeus extra-ibéricos, como ingleses, e dos norte-americanos que investiram na implantação da infraestrutura urbana e rural durante o *boom* da borracha; grupos semitas e descendentes atraídos pelos empórios mercantis e que, mais tarde, iriam propiciar as primeiras lideranças econômicas do processo de industrialização regional, após o período da depressão cíclica dos anos 30; dos grupos asiáticos, notadamente japoneses, que como inovadores introduziram novas variedades exóticas de cultivo como a juta, pimenta-do-reino e outros cultivares e técnicas agronômicas de olericultura e pomicultura, além de uma intensa participação no processo de implantação e modernização do pólo tecnológico e industrial da Zona Franca de Manaus e na mineração na Amazônia Oriental.

E, finalmente, nestes últimos tempos, essa etnodiversidade viria a ser enriquecida com a presença dos gaúchos, paranaenses, mineiros, capixabas, paulistas, goianos e mato-grossenses que, como colonos ou empresários, vieram ocupar as novas fronteiras agrícolas,

ao longo dos eixos rodoviários na Amazônia periférica do norte de Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Acre, sul do Pará e Amazonas. Ocupação essa que tem sido responsável pelos níveis de desmatamento, cujos impactos ambientais têm provocado tanto clamor e preocupação nos diferentes segmentos da comunidade internacional.

O pluralismo do homem, da sociedade e da terra amazônica, que se manifestam por intermédio da geo-bio-eco e etnodiversidade, constituem um grande desafio científico e tecnológico que o trópico úmido tem de enfrentar para poder conciliar e preservar valores culturais, ambientais, econômicos e sociais compatíveis com um desenvolvimento autossustentado.

Árdua é a tarefa, pois ao contrário do modelo indutrial cujas tecnologias já foram criadas e podem ser trasplantadas para os países em via de desenvolvimento, o mundo tropical amazônico terá de desenvolver localmente as suas matrizes científicas e tecnológicas, os seus experimentos e as suas práticas agrícolas, biológicas, econômicas e ambientais.

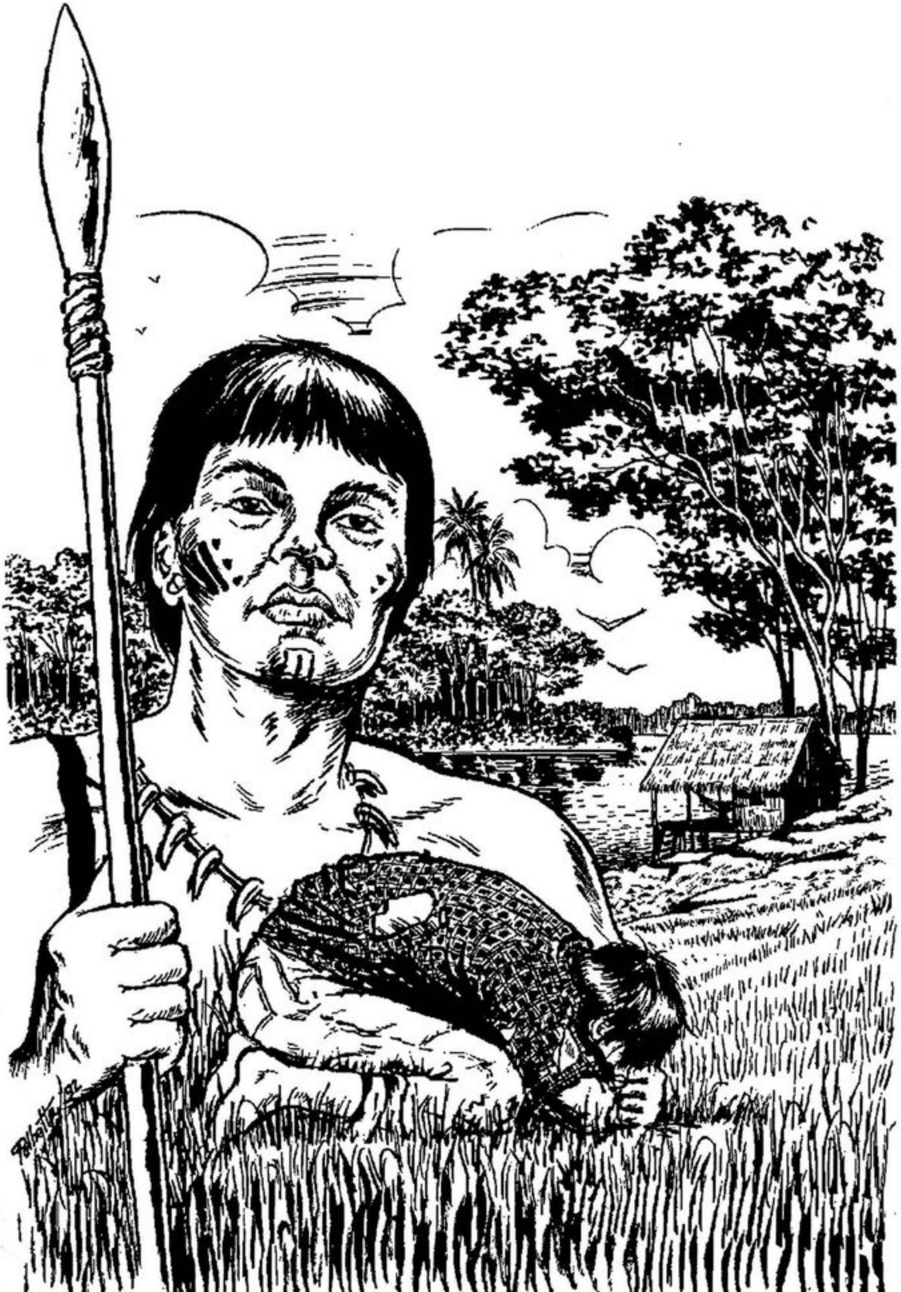
Assim, necessitamos desenvolver as novas fontes de saber puro, experimental e operacional, criando plantas mais produtivas e resistentes, melhorar as raças de novos animais, criar novos clones, híbridos e cultivares para as nossas fazendas, lavouras e florestas, porque eles ainda não existem e nem podem ser transplantados dos grandes centros de pesquisa do mundo desenvolvido. Cada grão, cada árvore, cada peixe ou espécie viva nova ou melhorada precisa ser gerada ou clonada com base nas peculiaridades e necessidades dos nossos típicos e peculiares ecossistemas.

Para chegar a esse ponto, necessitamos de cooperação financeira e científica internacional para ajudar os nossos centros de pesquisa, ensino, experimentação e extenção e do apoio do Banco Mundial (BID) e outras agências internacionais para o financiamento de projetos e programas, desde que não represente ingerência indevida, perda ou mutilação da soberania brasileira, ou atrofia do nosso desenvolvimento econômico e social, em nome de uma impensável e inaceitável planetarização, ou moratória ecológica e ambiental.

Como bem diz Bosi: *a revolução mundial do verde, que tomou impulso na década de 70, radicaliza-se contra os efeitos da*

industrialização cega e suja... e a esperança de que uma indústria limpa venha substituí-la ainda é remota. Os recursos não-renováveis da Terra continuam a ser dissipados e, nesse particular, a consciência dos povos pobres dá um tom dramático ao debate que o Norte já não pode ignorar. Há alguma coisa de inquietante e promissor sob os fogos dos debates ecológicos. É a vontade de instaurar um convívio honesto entre o homem e a natureza. Os ambientalistas põem em dúvida a tradição puramente ergótica da razão evolucionista que prega o domínio de todos os seres pelo Homo Faber. *Eles veem mais longe que os* produtivistas *e pedem ao capital e à tecnocracia que parem para pensar.* O Homo Sapiens *do terceiro milênio não pode pagar com a doença, a sujeira, a desintegração e a morte o preço de um crescimento cego e desigual entre os povos e no bojo de cada formação nacional. Essa consciência é o verdadeiro vestibular das Ciências do Homem, das Ciências da Natureza, das artes e das letras* (BOSI, 1995: 355-356-360-341).

A sociedade amazônica, após séculos de lenta formação social e cultural, deve se integrar não somente a esse processo de desenvolvimento sustentável, mas também assumir as suas responsabilidades, direitos e deveres perante a comunidade internacional. Para tanto, deverá conciliar e promover o uso inteligente dos recursos naturais com as necessidades da melhoria da qualidade de vida de sua população dentro da perspectiva solidária e diacrônica das gerações atuais e futuras.



Os índios e os caboclos da Amazônia: uma herança cultural-antropológica

O conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia colonial foi um processo predominantemente indígena. Os ameríndios que iniciaram essa ocupação e os seus descendentes caboclos (do tupi *caá-boc*, "tirado ou precedente do mato", segundo Teodoro Sampaio) desenvolveram as suas matrizes e seus valores, baseado no íntimo contato com o ambiente físico e biológico. O seu ciclo de vida se adaptava às peculiaridades regionais, dela retirando os recursos materiais de subsistência e as fontes de inspiração do seu imaginário de mitos, lendas e crenças. Especiarias, drogas do sertão, ervas medicinais, madeiras, óleos, essências, frutos, animais, pássaros, bichos de casco e peixes constituíram um mundo novo e exótico que exarcebava a cobiça do colonizador e excitava o paladar dos novos senhores. No fundo desse quadro, centenas de nações e etnias indígenas, divididas pelas falas, linguajares e rivalidades. Apesar da rebeldia e insubmissão, pouca resistência puderam oferecer ao invasor caraíba.

Assim começou a Amazônia Lusíndia, mais índia que lusa, porém, mesmo assim, suficientemente forte para influenciar os novos padrões culturais e espirituais europeus a serviço da *fé e do império*. Estes acabaram por desintegrar a identidade cultural indígena, pelas tropas de resgates, aldeias, missões, reduções, catequeses, queima de malocas, dízimos e trabalho servil.

Mais tarde, quando se iniciou a marcha dos caucheiros e seringueiros nos baixos e altos rios, a onda invasora nordestina transformou os seringais e castanhais em centros de extermínio de muitas tribos e etnias ameríndias, processo esse que seria mais tarde repetido quando da expansão da fronteira agrícola e pecuária que,

nas últimas décadas, desceu do planalto central para ocupar as terras dos eixos rodoviários dos projetos de colonização e dos assentamentos de garimpeiros em toda a região.

As matrizes culturais índio-caboclas foram cedendo espaço e economia, nos beiradões e nos centros dos seringais e castanhais, ao novo grupo "cearense" e depois aos "gaúchos", ficando cada vez mais isolados nas suas reservas e malocas, ou nos seus sítios e roçados dos baixos rios. Os contatos entre esses grupos nem sempre foram pacíficos, pois a história registra lutas e conflitos pela posse e domínio de vastas áreas da floresta densa, disputadas por seringalistas, extratores, fazendeiros e agricultores.

Ciência, vivência e experiências indígenas

A contribuição indígeno-cabocla para a ocupação e desenvolvimento da Amazônia foi, no entanto, considerável e sem ela a tarefa de descoberta e exploração teria sido impossível. Submissos, subordinados, adaptados ou integrados, eles ensinaram aos novos senhores e imigrantes os segredos do rio, da terra e da floresta. Dessa herança cultural indígeno-cabocla destacam-se muitas contribuições, que abaixo procuramos resumir e inventariar:

1. Conhecimento dos rios, furos, paranás, igarapés e lagos como meio de transporte, fonte de água doce, viveiro de plantas, peixes, animais e gramíneas;
2. Aproveitamento das várzeas dos rios de águas barrentas e claras, as quais denomivam de *paranás-tinga*, em contraste com os pobres rios de água preta – os *paranás-pixuna*;
3. Convivência com regime das enchentes e vazões fluviais, um importante fator de adaptação e uso potencial de suas águas e terras;
4. Uso da floresta com sua distinção entre o *caá-etê* das terras firmes das madeiras de lei e o *caá-igapó* das áreas inundadas, das madeiras brancas;

5. Construção de montarias, igaratés, jacumãs, remos, balsas e jangadas para dominar o transporte sobre os rios e vencer os estirões da distância;
6. Percalços da navegação dos sacados, remansos, terras caídas, praias, pedras, calhaus e troncos;
7. Práticas agrícolas dos roçados de mandioca e o seu preparo mediante maceração, uso do tipiti, fervura para eliminar os tóxicos dos tubérculos e o seu preparo nas casas de farinha;
8. Técnicas de desmatamento da floresta pela broca, derrubada, queima e coivara, típica da agricultura itinerante do *slash-andburn*, em consequência da pobreza dos solos tropicais de terra firme;
9. Caça e identificação de animais silvestres para fins alimentares e aproveitamento do couro para fins industriais, como o caititu, capivara, anta, cutia, tatu, veado, onça e outros bichos do mato;
10. Pesca e identificação das principais espécies como o pirarucu, tambaqui, tucunaré, pacu, sardinha, jaraqui, matrinxã, piramutaba, piraíba e outros peixes de escamas e peles, bem como dos instrumentos e artefatos de apanha e captura;
11. Apanha dos bichos de casco, como a tartaruga, tracajá, iaçá, jabuti, matamatá, muçuã e dos mamíferos aquáticos como peixe-boi, lontra, ariranha e os lendários botos-vermelhos e tucuxi;
12. Construção de casas de paxiúba e palha de buçu, de pau-a-pique para vencer as enchentes, flutuantes, tapiris, marombas, palafitas e malocas;
13. Artesanato de cuias, paneiros, jamaxis, cestos, tipitis, redes e produtos ergológicos de cerâmica como alguidares, igaçabas, vasos e objetos de adorno, tatuagens e outras manifestações criativas da arte indígena plumária, cestaria, tecelagem, artefatos de barro e amuletos;
14. Culinária e preparo de peixes: frito, assado, cozido, moqueado, seco-salgado, defumado, temperado com molhos

de pimenta-de-cheiro, murupi e jambu; no preparo da mixira do peixe-boi e na farinha de piracuí; no cozimento das carnes deliciosas dos bichos de casco e no preparo dos seus ovos, no estilo do *arabu* (com sal) ou *mujanguê* (com açúcar), para comer ou para ser transformado em banha de tartaruga que, durante décadas, serviu de energia alternativa para iluminação das casas portuguesas ou para fins culinários, proteção e embelezamento da pele;

15. Descoberta dos deliciosos frutos silvestres, como tucumã, pupunha, cupuaçu, bacuri, mari, pajurá, abiu, cubiu, murici, açaí, bacaba, patauá, uixi, mangaba, sorva, piquiá, caramuri, câmu-câmu, buriti, maracujá-do-mato, camapu, castanha-do-pará, castanha sapucaia e de macaco, ingá, cutitiribá, sorva, abricó, biribá, jenipapo, entre outros;

16 Revelação e preparação de raízes e tubérculos de alto valor alimentício, como a mandioca, macaxeira, ariá, cará e outros rizomas;

17. Divulgação de bálsamos, resinas voláteis como o breu-branco, jutaicica, bálsamo-de-copaíba, óleo de andiroba, patuá, mutamba, essência de pau-rosa, louro-pimenta, vetiver, raízes aromáticas como o patchuli, priprioca, canela, casca-preciosa, favas de cumaru;

18. Fibras como a piaçava, tucum, malva, jauari, buçu, miriti, uacima, painas de samaúma, cipó-titica;

19. Plantas e ervas medicinais como a ipecacuanha ou poaia, salsaparrilha, copaíba, andiroba, preciosa, ucuuba, quina, curare, sacaca, carajiru, jaborandi, amor-crescido, caapeba, capim-santo, carapanaúba, cidreira, cumaru, erva-de-bicho, imbaúba, jambu, jurubeba, malícia (sensitiva e juquiri-rasteiro, que o povo chama de "maria-fecha-a-porta-que-a-tua-mãe-morreu"), malva, marupá, mastruz, mulungu, mururé, pega-pinto, quebra-pedra, saracuramirá, vassourinha, verônica, entre centenas de outras plantas, ervas, raízes, frutos, cascas, folhas, cujos princípios ativos e fármacos um dia irão revolucionar a biotecnologia médica e farmacêutica;

20. Especiarias, como pimenta grossa e fina, cravo, canela, anil, urucu, baunilha, puxuri, jarina, mutamba, louro, cacau e outras que eram conhecidas no período colonial como "as drogas do sertão", que foram os primeiros produtos da biodiversidade a serem objeto de intercâmbio e exportação dos colonizadores europeus;
21. Madeiras de lei duras e pesadas, como itaúba, angelim, sucupira, acariquara, macacaúba, pau-amarelo, pau-mulato, piquiá, jacarandá, paracuuba, aguano, cedro, freijó, e madeiras leve e brancas como açacu, samaúma, virola, faveira, marupá, quaruba, molongó, munguba, pau-de-balsa e centenas de outras espécies de madeiras para movelaria, ebanisteria, obras hidráulicas, estacas, tanoaria, tinturaria, oleaginosa e palmáceas;
22. Alucinógenos como ipadu, coca, ayahuasca, iagê, caapi; estimulantes e afrodisíacos como guaraná, muirapuama catuaba, xexuá; e plantas tóxicas e venenosas como buiuçu, cipó amargoso, curare, galeria, erva-de-passarinho, timbó, entre outros;
23. Hábitos alimentares baseados no complexo da mandioca e seus derivados como farinha-d'água seca, suruí, beiju, caribé, carimã, "mingau de caridade", goma, tucupi, maniçoba, fécula, amido, sagu, polvilho, cauim, caxiri, tiquira;
24. Nomenclatura e nomes que serviram para identificar as plantas, árvores, bichos, peixes, aves, madeiras, rios e lugares que constituem a riqueza da toponímia e da linguagem regional. A maior parte desses nomes provém do *nheengatu ou abanheenga*, língua geral e boa, derivada do tupi, que era falada pelos índios mansos e "domesticados", imposta pelos missionários e catequistas que a aprenderam e gramaticalizaram – em oposição ao *nheegaíba* ou língua má, rebelde dos índios tapuias, de fala travada do interior bravio;
25. Revelação de lendas, mitos, crenças, crendices e histórias que constituem um rico acervo do seu místico e messiânico imaginário;

26. Criação de símbolos, hérois civilizadores e mártires, como o *Ajuricaba dos Manaus* e o mártir tupinambá do Forte do Presépio de Belém, que preferiram a morte à escravidão da vida;
27. Etno e antropodiversidade que criaram dentro da própria Amazônia uma pluralidade de culturas, línguas e valores ameríndios que se diferenciavam em função do espaço, rio, floresta e heranças ancestrais e imemoriais. Essa etnodiversidade está hoje, ainda, representada por 200 grupos étnicos remanescentes, com aproximadamente 172.000 indígenas, falando 170 línguas e diletos diferenciados.

Da biodiversidade da floresta e dos rios, os índios e seus descendentes caboclos brasileiros e *cholos* peruanos retiravam tudo o que precisavam para as suas casas, montarias, arcos, flechas, redes, vernizes, tintas, venenos, remédios, alimentos, frutos, amêndoas, drogas, alucinantes para os sonhos, fantasias e visões do pajé e dos xamãs, bebidas para as suas festas e danças, remédios para os curumins e adornos para as suas cunhãs, cunhantãs e seus guerreiros. Só não conseguiram, com a chegada do colonizador e dos outros imigrantes, paz e incentivo para que pudessem dar um salto qualitativo que possibilitasse surgir o espírito empreendedor e ambição material para transformar essas riquezas biológicas e físicas em recursos econômicos de valia. Riquezas e recursos que foram sendo apropriados por outros grupos mais audazes e agressivos, que se tornaram patrões e senhores de suas terras, aldeias, malocas, desintegrando as suas culturas e anulando as suas identidades tribais.

Em meio a toda essa biodiversidade e a despeito de tanto haverem contribuído para o desenvolvimento regional, os indígenas constituem, hoje, um grupo étnico empobrecido e discriminado. Os caboclos, deles descendentes, segundo Charles Wagley (*Uma Comunidade Amazônica*, São Paulo, 1988: 121), são gente de quarta classe social, depois dos brancos, favelados e gentes de sítio. Eles constituem uma camada social na imaginária cidade de Ita (Gurupá): *os caboclos da Beira ou os que vivem em cabanas construídas*

sobre estacas, nos pântanos das baixadas e nas ilhas alagadiças e que ganham a vida nas indústrias puramente extrativas.

Esses caboclos, no entanto, têm uma história que não é pacífica se contarmos a sua participação na revolta dos cabanos. Se analisarmos com maior profundidade, numa releitura de sua participação e contribuição, iremos verificar que eles constituem hoje um numeroso grupo étnico-social que, talvez, ultrapasse a três milhões de pessoas, vivendo no beiradão da calha central, que vai de Belém até Iquitos, e nos baixos rios dos afluentes setentrionais e meridionais. Muitos deles estão aculturados por força de sua miscigenação com outros grupos étnicos, como portugueses nos tempos coloniais e, mais recentemente, com os cearenses-nordestinos, quando estes abandonaram os altos rios de seringa para viver na calha central do baixo, médio e alto Amazonas, Solimões, Marañon e Ucayali. Outros, no entanto, conservam grande parte de sua pureza e ascendência indígena, pois ficaram mais distantes da assimilação nordestina na medida em que se distancia do baixo e médio Amazonas e se aproxima do alto Solimões e Marañon, onde vamos encontrar caboclos brasileiros e *cholos* peruanos mais próximos de suas origens e menos aculturados do que seus irmãos do baixo Amazonas.

Poucos pesquisadores se aperceberam que a população indígena na Amazônia não é, hoje, apenas representada por aproximadamente 172.000 habitantes, vivendo em 200 grupos lingüísticos, não-aculturados, aculturados, ou de contatos intermitentes. Esses grupos estão presentes também por meio de seus descendentes nessa grande massa da população cabocla do beiradão. Se esses numerosos grupos sociais caboclos forem adicionados aos seus irmãos, primos de descendentes índios, a nossa visão da população ameríndia se amplia consideravelmente, passando a representar, talvez, cerca de 30% da população da Amazônia Clássica, ou seja, perto de três milhões de pessoas. Se a sua cultura ancestral-original foi destruída pela destribalização, catequese e servidão, o extermínio físico e o holocausto étnico não se realizaram, pois uma grande massa de caboclos e seus descendentes está presente na sociedade amazônica nos dias de hoje.



Povos Ribeirinhos: Atores e Labores

A Amazônia tradicional, dos povos ribeirinhos dos baixos rios e do beiradão da calha central, sobrevive em todo os pequenos sítios, povoados, vilarejos e cidades que se estabeleceram ao longo do rio Amazonas e seus afluentes. *Caboclos da Beira*, como foram cognominados por Charles Wagley, também apelidados de *cabocos suburucus* do beiradão e da roça, constituem os diferentes tipos humanos que estão, hoje, vivendo e trabalhando como:

> – fazendeiros, vaqueiros e criadores de boi e búfalo no Marajó, baixo Amazonas e Araguaia;
> – apanhadores e coletores de açaí, bacaba, patauá e andiroba;
> – carvoeiros e lenheiros das ilhas do Furo de Breves e de Marabá;
> – caboclos amapaenses de origem Tucuju, comedores de caldeirada de cabeça de gurijuba;
> – parauaras comedores de caranguejo ao toque-toque do Restaurante Dedão, de Belém;
> – manguezeiros e caranguejeiros experientes e sabidos que conseguem identificar as tocas das fêmeas, chamadas *condessas*, *conduruas*, *baroas* e *baronesas*, que evitam capturá-las em coleta predatória para não extinguir a espécie (são necessários 55 caranguejos para ter um quilo de carne);
> – pescadores de piramutaba, dourado e surubim no delta estuário, mariscadores de caranguejo e ostras nas margens e chavascais do litoral e das baixadas paraenses e maranhenses;
> – pescadores de camarão no litoral do Amapá e de caranguejo e siri nos manguezais do Pará e Maranhão;
> – vendedores de frutas, açaí, verduras e plantas medicinais no Mercado do Ver-o-Peso;
> – tripulantes de barcos a vela que singram as baías de Marajó, Guajará e do rio Guamá;

– comandantes e práticos fluviais, bons de timão e *malagueta*, no comando de vaticanos, gaiolas, chatas, *bajaras*, motores de linha, batelões e balsas rio abaixo e rio acima, nas enchentes e vazantes;
– carreiros e caminhoneiros da Belém–Brasília, Cuiabá–Santarém, Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco e Manaus–Caracaraí–Boa Vista;
– trabalhadores nas minas de Carajás, Serra do Navio, Jari, Trombetas, Pitinga e Bom Futuro;
– seringueiros e castanhedários das reservas extrativistas de Xapuri e Cruzeiro do Sul;
– quebradores de babaçu nos campos e cocais do Maranhão;
– ceramistas, oleiros e fabricantes de artesanato em Icoaraci;
– coletores de castanha em Cametá e Marabá;
– cortadores de seringa e sorva no baixo Amazonas;
– extratores e curtidores de cumaru em Óbidos, Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná;
– plantadores de cacau em Cametá, Santarém e Parintins;
– agricultores de guaraná em Maués, Barreirinha, Urucurituba e Andirá;
– piaçabeiros e piabeiros de cardinais, tetras, discus e peixes ornamentais em Barcelos e rio Negro;
– tiradores de pau-rosa, copaíba, sorva, andiroba, patauá em Parintins, Maués, Madeira e Purus;
– destiladores de pinga e cachaça e fabricantes de açúcar mascavo e gramixó em Abaetetuba e Autazes;
– tiradores de leite e fabricantes de queijo no Careiro, Cambixe e Marajó;
– viradores de tartaruga nos tabuleiros dos rios Trombetas, Solimões e Abufari, no rio Purus;
– caçadores de jacaré nos lagos e paranás do rio Nhamundá;
– pintadores de cuia em Monte Alegre;

– fabricantes de doces de cubiu, buriti, tamarindo e geleia de cacau no baixo Amazonas;
– extratores de madeira no Purus, Juruá e Javari e serradores de Vilhena, Itacoatiara, Santarém e Paragominas;
– garimpeiros de Serra Pelada, Tapajós, Itaituba, Madeira e Serra de Surucucu;
– faiscadores de diamante dos rios Tacutu e Uraricoera;
– pais e mães-de-santos dos terreiros caboclos de Faro, Terra Santa e Juruti;
– brincantes dos bumbás e puxadores de toadas dos bois Garantido e Caprichoso, de Parintins, e da Festa do Çairé, de Alter do Chão;
– participantes das festas e rituais da menina-moça, das cunhantãs e da prova das tocandiras dos curumins machos;
– festeiros e pés-de-valsa de forró, carimbó, siriá, boi e lambada;
– cultivadores de juta e malva em Santarém, Parintins e Manacapuru;
– arpoadores de pirarucu em Codajás, pescadores de tambaqui, tucunaré e jaraqui nos lagos do Rei e de Janauacá;
– preparadores de mixira, moquém, piracuí, tucupi e beiju-cica;
– roceiros de mandioca, milho, feijão, das águas no médio Amazonas;
– canoeiros e remadores de montarias, igaras e igarités do beiradão, dos paranás, dos furos e dos lagos;
– tainás, curumins, apyauas, cunhantãs e cunhãs dos diferentes grupos de índios tupinizados, aculturados ou não;
– índios "caceteiros", peritos em borduna e porrete da tribo dos Corubos e "flecheiros", expertos em arco, flecha e zarabatana do rio Jutaí;
– caboclos *subucurus*, *esturdis*, *pávolo* e *sagica*, também conhecidos e apelidados de *mocorongos* em Santarém;

ximangos em Alenquer, *pinta-cuias* em Monte Alegre, *pitombas* e *chupa-ossos* em Óbidos; *espoca-bodes* em Oriximiná; *macumbeiros* e *choca-caroços* em Faro; *ciriás* em Alter do Chão; *tupinambaranas* em Parintins; *comedores de jaraqui* no beiradão e nas baixadas de Manaus (*quem comeu jaraqui não sai mais daqui*); *comedores de açaí e tapioca* de Belém (*quem vem ao Pará parou, bebeu açaí ficou*); *cholos comilões de piraíba* seca/salgada; *ceviche* e *bebedores de pisco de Ica*, de Letícia e Iquitos;

– canaraneiros das marombas do tempo das águas grandes das enchentes;

– curandeiros, rezadores, benzedeiros, pajés e xamãs da primitiva etnomedicina, agora promovidos a guardiães dos segredos e poderes milagreiros dos chás, folhas, cascas, raízes e outros fármacos da nossa biodiversidade;

– tuxauas, morubixabas, caciques, capitães e guerreiros de povos e tribos em vias de extinção;

– descendentes de cabanos, quilombolas, negros foragidos – canhem-bóia, índios fugidos – matutos, caipiras, mamelucos, cabeças chatas, cearibas, paraíbas, comedores de jerimum e outros migrantes;

– fabricantes de farinha-d'água, amarela de uarini e de farinha suruí e tapioca na zona guajarina;

– agricultores de arroz e soja na fronteira agrícola da Chapada dos Parecis, Campos de Puciari, Paragominas, Balsas do Maranhão e Palmas de Tocantins;

– produtores de jerimum, melão, melancia e hortigranjeiros nas ricas várzeas do Solimões;

– plantadores de patchuli, priprioca e outros cheiro-cheirosos;

– vendedores de ipadu, maconha, coca e ayahuasca nas fronteiras do sudoeste da calha norte e nas terras vizinhas do Peru, Bolívia e Colômbia;

– peixeiro e vendedores de açaí, bacuri, pimenta-de-cheiro e murupi, tucupi, jambu nos mercados de ferro

do Ver-o-Peso de Belém, do Adolfo Lisboa de Manaus, de Santarém, Itacoatiara e Manacapuru;
– fabricantes de mixira, moquém, arabu e piracuí;
– estivadores e carregadores nos cais de Belém, Vila do Conde, Munguba, Porto de Santana, Oriximiná, Porto Trombetas, Manaus e nos portinhos e antigos portos de lenha ao longo de todos os rios;
– vendedores de tacacá, maniçoba, sucos de cupuaçu, açaí, tapioca, beiju nas bancas do largo da Pólvora (praça da República), de Belém do Pará, e nas praças da Saudade, São Sebastião e da Polícia, em Manaus;
– cozinheiras, quituteiras e tacacazeiras de forno, fogareiro e fogão, mestre-cuca das tartarugadas, caranguejadas peixadas de tucunaré, tambaqui e acari-bodó, pirarucu de casaca, jaraqui frito, filé de piramutaba, cabeça de gurijuba, pato no tucupi e outras iguarias da culinária amazônica;
– empregadas domésticas, arrumadeiras, copeiras, amas-secas e babás das casas de família que, quando se *perdiam* pelos descaminhos da vida, iam parar nos *bas-fond* dos bordéis e pensões das travessas 1.° de Março e Padre Prudêncio, ruas Riachuelo e General Gurjão, em Belém, ou nos cabarés e *zonas* das ruas Saldanha Marinho, Joaquim Sarmento, Lobo d'Almada, Frei José dos Inocentes e Itamaracá, em Manaus;
– crentes, fiéis e adoradores do Santo-Daime do Céu de Mapiá;
– romeiros e pagadores de promessa (*promesseiros e amigos da corda*) do Círio e Re-Círio, de Nossa Senhora de Nazaré, de Belém do Pará;
– seguidores, fanáticos e companheiros de irmandade da Seita de José da Cruz, de Santo Antônio do Içá;
– contadores de estórias, mitos e lendas do *Diabo sem cu* – que cagava pela boca –, dos índios Tukano, que habitavam a caverna da Montanha, no alto rio Traíra,

na *Cabeça do Cachorro*, na fronteira do Brasil com a Colômbia;

Sem contar com os contingentes numerosos de trabalhadores rurais que migraram do interior e hoje vivem nas baixadas e palafitas de Belém, nos subúrbios de Santarém, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru e nos fundos dos vales e dos igarapés alagadiços, dos mutirões e invasões das favelas da periferia de Manaus, que incorporaram centenas de milhares de caboclos na sua massa de trabalhadores, operários, vendedores ambulantes, camelôs, desempregados e marginais dos grandes centros urbanos da Amazônia.

Eram e são ainda índios puros, meio-índios, índio-caboclos, caboclos, meio-caboclos, caboclo-índios de diferentes grupos étnicos e tipos de miscigenação genética, resultado do cruzamento racial com os colonizadores, imigrantes nordestinos e outros povos. Uma herança cultural indígena aculturada pela convivência com esses novos elementos humanos portadores de outros valores, hábitos e costumes, que foram sendo incorporados pelas necessidades de sobrevivência ao longo dos tempos e dos ciclos econômicos.

Alto rio Negro: o Gênesis segundo os Dessanas

Outros tipos humanos paracaboclos, índios ou para-índios, surgiram e passaram a ser identificados em diferentes rios e lugares pelas suas origens e procedências: Makus, Makuxis e Ianomâmis, dos rios Mucajaí, Branco, Catrimani, Tacutu e Uraricoera; Tucanos e Dessanos, dos rios Uaupés e Kaxinawás do Acre; Pakaas, Gaviões e Uru-eu-wau-wau, de Rondônia; Muras, do baixo Madeira; Sateré-Mawé, do rio Andirá; Waimiri-Atroari, dos rios Urubu e Uatumã; Mundurucus, de Parintins; Kaiapós, do Araguaia; Karajás, das serras Norte e Azul, descendentes dos Tupinambás, dos rios Capim e Guamá; Marajoaras, de Soure, Salvaterra, Arari e Chaves; Timbiras, dos rios Gurupi, Pindaré, Mearim, Itapecuru e baía de São Marcos.

Um desses grupos, os Dessanas, do alto rio Negro, deixou-nos esta valiosa herança cultural e folclórica, que nos relata o princípio do mundo e da humanidade:

A Avó e o Bisneto do Mundo

Na cosmogonia e no gênesis da criação judaico-cristã, o mundo foi unigerado e a humanidade foi monogâmica e adâmica. Deus, porém, tinha muitas moradias.

A criação do mundo na teogonia do povo Dessana, do alto rio Negro, conforme relato de Firmino Lana, tuxaua do povoado de São João do Tiquié, interpretado pelo seu filho e sucessor Luiz Gomes Lana, a história da criação do mundo é muito mais rica, plural e fascinante.

A origem da terra e da humanidade, contada pela avó e pelo bisneto do mundo, nos dá uma versão e visão mais universal e plural por meio da criação de 57 casas e moradias, que respondem pela formação da humanidade e de suas riquezas. Vejamos a síntese desse *bereshit* (gênesis) da selva, que faz parte da herança cultural e antropológica desses índios amazônicos:

> *No princípio, o mundo não existia. Aí apareceu uma mulher: a Avó do Mundo. Depois vieram cinco trovões que nós chamamos de avôs do mundo, que fizeram a luz, os rios e as futuras humanidades. Vendo a Avó do Mundo que os trovões não souberam como fazer direito a humanidade, ela se transfigurou e surgiu o bisneto da humanidade do mundo, que a chamou de tataravó do Mundo. Esta disse ao bisneto: faça a humanidade e eu hei de te guiar. O Bisneto do Mundo foi descobrindo as casas onde as riquezas se transformavam em gente.*
>
> *Vejamos as 57 casas e suas riquezas que foram sendo descobertas e criadas: 1) Casa do Leite; 2) Casa-do-Som-de-Flauta; 3) Casa-dos-Que-Ainda-Não-Comem; 4) Casa de Meninos; 5) Casa do Horizonte; 6) Casa da Esteira; 7) Casa de Caju; 8) Casa do Menino; 9) Casa-de-Borbulho-na-Água; 10) Casa das Estei-*

ras; 11) Casa-de-Reboliço-das-Águas; 12) Casa-da-Terra; 13) Casa das Cobras (os velhos dizem que esta casa está na Baía de Boiaçu, perto de Manaus); 14) Casa de Branqueamento; 15) Casa de Balacelu (Barcelos); 16) Casa-das-Flautas-Sagradas; 17) Casa do Retorno; 18) Casa-de-Eternas-Crianças; 19) Casa de Vermes (Tapuruquara); 20) Casa-de-Partir-o-Rio; 21) Casa-de-Chacoalhar-Água-na-Boca; 22) Casa-do-Cercado-dos-Peixes; 23) Casa dos Camarões; 24) Casa das Flores; 25) Casa-dos-Que-Começam; 26) Casa da Pedra Pintada (Itapinima); 27) Casa-das-Flautas-Sagradas; 28) Casa-da-Chegada-da-Muda-de-Abacaxi; 29) Casa-de-Gavião-da-Beira-do-Rio.

Daqui a humanidade já estava formada, mas era preciso transformá-la. Daí subiram e chegaram à 30.ª casa, que se chamou Casa-do-Mestre-de-Cerimônias. Subindo o rio, descobriram mais a 31) Casa-de-Secar-o-Rio; 32) Casa-da-Lua; 33) Casa-da-Flauta-Sagrada; 34) Casa de Cunuri Grande; 35) Casa-de-Cair-Por-Terra; 36) Casa do Barro Amarelo; 37) Casa-do-Som-Prolongado; 38) Casa-de-Transformação-Com-Paricá; 39) Casa-da-Ilha-de-Muxiva-de-Arara; 40) Casa-dos-Que-Realizaram-Trocas; 41) Casa-da-Tapioca-Grande; 42) Casa-das-Vassouras-de-Cunuri; 43) Casa de Cunuri; 44) Casa-de-Piolhos; 45) Casa-das-Vassouras-de-Cunuri (sic); 46) Casa-de-Pedra-de-Cabelos; 47) Casa-de-Flautas-Sagradas; 48) Casa-de-Flautas-Sagradas (sic); 49) Casa-de-Anta; 50) Casa-de-Adorno-da-Nuca; 51) Casa-de-Flautas-Sagradas (sic), que é o atual povoado de São João; 52) Casa-de-Trocas; 53) Casa-do-Igarapé-dos-Adornos (Cachoeiras do Pari).

O Bisneto do Mundo deixou aqui as gentes-de-transformações: os Tuiuca, os Baraçana, os Cubeo, os Caviru, os Yepá-maxsã,os Micuru e várias tribos. Aí, essas tribos subiram sozinhas fazendo casas também, cujos nomes só eles sabem. Continuando subindo no Rio Uapés, chegaram e entraram na 54.ª casa, que se chama Casa-da-Formiga-de-Ingá ou Taraquá, até chegar a 55) Casa-da-Sapupema-do-Veado; 56) Casa-de-Ponta-do-Lago-Alto; 57) Casa-de-Buracos-de-

Tocandiras; a casa da saída deles, por aí eles saíram para terra pisando-a pela primeira vez, porque antes eles vinham debaixo das águas com a Canoa das Transformações.

O Bisneto do Mundo baixou com a Canoa das Transformações. Depois surgiu o Uarucu, o Homem-do-Dia e o chefe dos Dessana. As riquezas eram deles e foram sendo distribuídas para os seus povos Tucanos, Dessana, Pira-Tapuia, Siriano, Baniva, Macu.

O sétimo saiu o Branco com a espingarda. O Deus da Terra, O Bisneto do Mundo, disse-lhe: agora você é o último. Eu já dei aos primeiros todos os bens. Como você é o último, você deve ser uma pessoa que não tem medo. Você deverá fazer guerras, para tirar as riquezas dos outros.

*Feito isto, o Bisneto do Mundo deu ordem de continuar a viagem. O Trovão, que era o Avô do Mundo, subiu na Casa-de-Cima e o Bisneto do Mundo o acompanhou.**

Dos representantes desses grupos nativos pré-colombianos e pré-orellanianos e seus descendentes caboclos, poucos conseguiram se classificar social, econômica e politicamente na sociedade nacional e amazônica. Pouquíssimos deles alcançaram notoriedade e respeito, a não ser por intermédio do exotismo folclórico e da exploração de artistas, viajantes e até de alguns pesquisadores que precisam deles para fazer as suas exposições e teses de mestrado e doutorado. Por isso raramente assistimos um referencial de sucesso, prestígio e poder alcançado por algum descendente desses grupos primitivos nas universidades, profissões liberais, magistério, sacerdócio, empresariado, prefeituras, ou como representantes nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

Quando o conseguem, excepcionalmente, recebem a homenagem e o reconhecimento de seus pares e de outros grupos sociais,

* Fonte: Luiz Gomes Lana, intérprete e escritor, sucessor do taxaua Firmino Lana, antigo chefe Dessana do povoado de São João do Rio Tiquié. In: Encomenda urgente – pesquisa compilada pelo Dr. Joaquim Alfredo Souto Loureiro. Manaus: Impressão Gráfica e Editora Ação, 1980.

que passam a distingui-los com o apelido carinhoso ou irônico de seu linguajar típico: *caboclos suburucus*, *vento de prua*, *pupa de lancha*, *bandeira azul*. Talvez para reconhecer a sua maestria como práticos pilotos e marujos de bordo.

Nas vilas e cidades, quando eles começaram a chegar e se fizeram notados, passaram a receber apelidos jocosos por parte, sobretudo, do povo do baixo Amazonas que os chamavam de *mocorongos*, em Santarém, *ximangos*, em Alenquer, *pinta-cuias*, em Monte Alegre, *pitombas* e *chupa-ossos*, Óbidos, *espoca-bodes*, em Oriximiná, *choca-caroços* e *macumbeiros*, em Faro e *Diabos sem cu* e *Tribos da Gente da Noite* entre os índios Tukanos da Serra do Traíra. Outros, quando se destacavam, passaram a ser reconhecidos pela alcunha de *cabocos esturdis*, *pávolo* e *sagica*, para descrever a sua inteligência, orgulho, sabedoria e dureza. O que já é um princípio do fim do preconceito e da exclusão.

O sucesso e o *status* social e econômico não chegaram, ainda, à maioria das suas últimas malocas e reservas não-demarcadas, nem também aos caboclos aculturados do beiradão.

O primitivo dono da terra, sem justo título, domínio, escritura ou registro para provar a sua propriedade e posse pode reclamar, todavia, o *usucapião* sociofundiário. Um novo instituto ou mandado de injunção que lhe permita obter melhoria de vida, *status* social e cidadania econômica e política. Por isso não devemos perder a esperança de que a sociedade nacional, um dia, reconheça o valor e a importância da participação dessa herança no desenvolvimento regional.



Grupos étnicos e população indígena – 1987

A seguir listamos os principais grupos indígenas e o censo de sua população, num esforço de apresentar um sumário desse rescaldo cultural-antropológico, após séculos de destribalização e perda de identidade cultural. Para maior facilidade, esses grupos estão elencados de acordo com a sua distribuição geográfica, feita pela Funai, pelos diferentes Estados da Amazônia Legal:

Acre

Grupos indígenas: Kaxinawá, Kulina, Arara, Jaminawá, Katukina, Kampa, Nukini, Poyanawá, Yamanawa.

27 áreas indígenas, com 1.673.205 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com 8.000 índios.

Amapá

Grupos indígenas: Galibi, Karipuna, Waiãpi.

5 áreas indígenas, com 1.013.635 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com 3.000 índios.

Amazonas

Grupos indígenas: Yanomâmi, Apurinã, Sateré-Mawé, Jamamadi, Kokama, Kambeba, Tikuna, Mura, Kulina, Munducuru, Baniwa, Baré, Kobewa, Deni, Kuripaco, Paratintim, Kanamati, Juma, Kanamari, Kaxarari, Kaxinawá, Paumari, Kayoruna, Maku, Dessana, Miranha, Hichkaryana, Wai-Wai, Tukano, Piranã, Kutukina, Arapaso, Tenharim, Matis, Marubo, Kurubo, Warekana, Waimiri-Atroari, Zuruahã.

140 áreas indígenas, com 34.832.704 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com 56.000 índios.

Pará

Grupos indígenas: Amanayé, Anambe, Parakana, Arara, Arawete, Xikrin, Menkranotire, Maramã, Penebe, Urubu,

Kaapor, Karajá, Kararaô, Kayabi, Kayapó, Assurini, Gavião, Menkragnoti, Munduruku, Juruna, Parakanã, Apalai, Waiana, Suruí, Tembé, Wanana, Xipaia, Curuaya.

43 áreas indígenas, com 21.046.969 ha, demarcadas ou serem regularizadas, com cerca de 25.000 índios (estimativa).

RONDÔNIA

Grupos indígenas: Apurinã, Arude, Pakaa-Nova, Gavião, Jaboti, Karipuna, Makurap, Massacá, Parintintim, Tupari, Aikana, Latudé, Uru-Eu-Wau-Wau, Uru-Pa-In, Urubu.

31 áreas indígenas, com 3.531.984 ha, demarcadas ou a serem demarcadas, com cerca de 10.000 índios (estimativa).

RORAIMA

Grupos indígenas: Yanomâmi, Makuxi, Wapixana, Ingarikó, Taulipang, Wai-Wai.

40 áreas indígenas, com 6.962.838 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com cerca de 20.000 índios.

TOCANTINS

Grupos indígenas: Apinayé, Karajá, Xerente, Krahô, Ava-Canoeiro, Javaé, Tapirapé, Guarani.

7 áreas indígenas, com 2.171.324 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com cerca de 5.000 índios.

MARANHÃO

Grupos indígenas: Urubu-Kaapor, Guajajara, Guajá, Timbira.

17 áreas indígenas, com 1.850.960 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com aproximadamente 15.000 índios.

MATO GROSSO

Grupos indígenas: Apiaká, Kaiabi, Arara, Xavante, Apurinã, Cinta Larga, Bakairi, Mentuktire, Txucarramãe, Canoeiro, Erikpatsa, Pareci, Irantxe, Bororo, Menku, Nambikwara, Kawarib, Suya, Matipu, Ywalapiti,

Kamwura, Trumai, Txikão, Aweti, Tapayuna, Waura, Kren-Akarore, Juruna, Krukuru, Nafugua, Melanaku, Enauene-Naué, Karajá, Manairisu, Suruí, Wasusu, Tapirapé, Halo-Tezu, Barbados, Zoró.

52 áreas indígenas, com 12.381.265 ha, demarcadas ou a serem regularizadas, com 20.000 índios.

TOTAL

362 áreas indígenas, com 85.464.884 hectares (854.648 km^2), demarcadas ou a serem regularizadas, com aproximadamente 172.000 índios. Existem ainda 86 áreas de índios isolados a confirmar e a serem localizados, com cerca de 10.000 índios. Esses grupos indígenas que vivem na Amazônia Legal estão distribuídos entre 200 grupos étnicos, falando 170 línguas diferenciadas e assistidos por 215 postos indígenas da Funai. A reserva demarcada ou a ser regularizada (85.464.884 ha) equivale a 502 hectares por índio. O total da população indígena brasileira é de 220.000 índios.*

POPULAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – 1991-1995

	ISA			Funai		
UF	**Povo**	**População**	**Ano**	**População**	**Ano**	**Líng./Tronc.**
RO	Aikanã	175	95	160	96	Aikanã
RO	Ajuru	38	90	83	95	Tupari
RO	Arara	130	89	85	96	Ramarama
RO	Arikapu	6	90	276	?	Jaboti
RO	Arikem	?	?	?	?	Arikem
RO	Aruá	36	90	?	?	Tupi-Mondé
RO/MT	Cinta Larga	643	93	1.180	96	Tupi-Mondé
RO	Columbiara	?	?	?	?	
RO	Gavião	360	89	500	95	Tupi-Mondé
RO	Jaboti	67	90	177	95	Jaboti
RO	Kanoe	61	90	313	?	Kanoe
RO	Karitiana	171	94	146	94	
RO	Macurap	129	90	727	95	
RO	Mequém	?	?	165	95	

* Fonte: Funai: Problemática Indígena na Amazônia, Sigfrido Graziano, 1987.

RO	Pakaanova	1.300	89	1.865	96	
RO	Paumelenho	?	?	?	?	?
RO	Sakirabiap	?	?	?	?	Tapari
RO	Suruí	586	92	470	?	Tupi-Mondé
RO	Tupari	204	92	320	96	Tupari
RO	Uru-eu-wau-wau	106	94	456	95	Tupi-Guarani
AM/AC	Apurinã	2.800	91	3.131	96	Aruak
AM	Arapaço	317	92	317	92	Tukano
AM	Baniwa	3.189	95	3.954	96	Aruak
AM	Bará	40	92	?	?	Tukano
AM	Baré	2.170	92	.2.632	92	Nheengatu
AM	Deni	570	95	560	96	Arawá
AM	Dessano	1.458	92	1.460	92	Tukano
AM	Hixkaryana	?	?	308	96	Karib
AM	Jamamadi	250	87	715	95	Arawá
AM	Jarawara	160	90	120	95	Arawá
AM	Juma	7	94	7	94	Tupi-Guarani
AM	Kaixana	?	?	?	?	**
AM	Kambeba	?	89	240	95	Tupi-Guarani
AM	Kanamanti	150	90	130	95	Arawá
AM	Kanamari	1.300	94	647	96	Katukina
AM/PA	Karafawyana	?	?	?	?	Karib
AM	Karapanã	40	92	49	96	Tukano
AM/PA	Katuena	?	?	?	?	Karib
AM	Katukina	250	90	?	?	Katukina
AM	Kaxarari	220	89	110	96	Pano
AM	Kokama	320	89	411	96	Tupi-Guarani
AM	Kubeo	219	92	223	92	Tukano
AM	Kulina	50	90	?	?	Pano
AM	Kuripaco	880	95	391	92	Aruak
AM	Maku	2.050	89	2.224	96	Maku
AM	Makuna	34	92	34	92	Tukano
AM	Marubo	960	94	952	95	Pano
AM	Matis	178	94	182	95	Pano
AM	Matsé	640	94	703	95	Pano
AM/PA	Mawayana	?	?	?	?	Karib
AM	Miranha	400	94	320	96	Bora
AM	Miriti-Tapuia	120	92	120	92	Tukano
AM	Mura	1.400	90	2.437	96	Mura
AM	Parintintim	130	90	150	95	Tupi-Guarani
AM	Paumari	539	88	531	95	Arawá
AM	Pirahã	179	93	200	94	Mura
AM	Pira-Tapuia	926	92	926	92	Tukano
AM	Sateré-Mawé	5.825	91	5.825	94	Mawé
AM	Tariano	1.630	?	1.638	92	Aruak
AM	Tenharim	360	94	330	?	Tupi-Guarani
AM	Tikuna	23.000	94	27.556	95	Tikuna
AM	Torá	25	89	256	96	Txapa-Kura
AM	Tukano	2.868	92	2.873	92	Tukano
AM	Tuyuka	518	92	520	92	Tukano
AM/RR	Waimiri-Atroari	611	94	1.154	96	Karib
AM	Wanano	506	?	483	92	Tukano
AM	Warekena	476	92	484	92	Aruak
AM	Witoto	?	?	?	?	Witoto
AM/PA	Xereu	?	?	?	?	Karib
AM	Zuruahã	143	95	130	95	Arawa
RR	Ingarkô	1.000	94	?	?	Karib
RR	Makuxi	15.000	94	11.960	95	Karib

RR	Patamona	50	?	?	?	Karib
RR	Taurepang	200	89	3.572	?	Karib
RR	Wai-Wai	1.366	?	1.225	96	Karib
RR	Wapixana	5.000	94	5.122	96	Aruak
RR	Yanomani	9.975	88	9.386	95	Yanomani
RR	Yekuana	180	90	?	?	Karib
AP	Galibi Marworno	1.249	93	1.463	95	Karib
AP	Galibi	37	93	168	95	Karib
AP	Karipuna	1.353	93	1.907	96	Creoulo-fran
AP	Palikur	722	93	766	95	Aruak
AP	Waiãpi	498	94	419	95	Tupi-Guarani
PA	Amanayé	66	90	62	94	Tupi-Guarani
PA	Anambé	105	94	118	96	Tupi-Guarani
PA	Arara	165	95	170	96	Karib
PA	Araweté	230	95	229	94	Tupi-Guarani
PA	Assurini/TO	233	95	233	95	Tupi-Guarani
PA	Assurini/Xingu	81	95	83	96	Tupi-Guarani
PA	Gavião	333	95	786	95	Jê
PA	Juruna	212	95	213	95	Juruna
PA	Kaxuyana	?	?	198	?	Karib
PA/MT	Kayapó	4.000	93	4.972	95	Jê
PA	Kuruaia	?	?	121	96	Munduruku
PA	Mundukuru	3.000	90	7.146	95	Munduruku
PA	Parakanã	624	95	?	?	Tupi-Guarani
PA	Suruí	185	95	153	96	Tupi-Guarani
PA	Tembé	800	90	1.335	96	Tupi-Guarani
PA	Tiriyó	380	94	653	94	Karib
PA	Turiwara	39	90	?	?	Tupi-Guarani
PA	Wayana	?	?	1.159	94	Karib
PA	Xipaia	?	?	591	96	Juruna
PA	Zolé	110	90	159	96	Tupi-Guarani
MA	Gavião	150	90	?	?	Jê
MA	Guajá	370	?	198	96	Tupi-Guarani
MA	Guajajara	10.200	95	10.479	96	Tupi-Guarani
MA	Kaapor	500	?	1.202	96	Tupi-Guarani
MA	Kanela,Apaniekra	336	90	1.325	96	Jê
MA	Kanela,Rankokam	883	?	?	?	Jê
MA	Kokuiregatejê	?	?	?	?	Jê
MA	Krikati	420	90	564	96	Jê
AC	Arara	300	93	200	95	Pano
AC	Jaminawa	370	87	893	95	Pano
AC	Kampa	763	94	648	95	Aruak
AC	Katukina	400	90	670	96	Pano
AC	Kaxinawá	3.387	94	1.987	96	Pano
AC	Kulina,Madihá	2.500	91	3.848	96	Arawá
AC	Machiineri	332	94	345	95	Aruak
AC	Nukini	400	94	407	96	Pano
AC	Poyanawa	385	¿	227	96	Pano
AC	Yawanawá	270	94	264	95	Pano
MT	Apiaká	43	89	204	96	Tupi-Guarani
MT	Arara do Aripuanã	150	94	150	96	?
MT	Aweti	93	95	93	95	Aweti
MT	Bakairi	570	89	652	96	Karib
MT	Bororo	914	94	1.072	94	Bororo
MT	Enawenê-Nawê	253	95	170	96	Aruak
MT	Iranxe	250	94	250	94	Iranxe
MT	Kalapalo	326	95	326	95	karib
MT	Kamayurá	303	?	303	95	Tupi-Guarani

MT/TO	Karajá	1.900	95	1.900	95	Karajá
MT	Kayabi	1.200	95	942	95	Tupi-Guarani
MT	Kuikuro	343	95	343	95	Karib
MT	Matipu	62	95	64	95	Karib
MT	Mehinako	149	94	149	94	Aruak
MT	Menhy	62	95	32	95	Irank
MT	Nahukwá	64	95	72	94	Karib
MT/RO	Nambikwara	885	89	1.262	95	Nambikwara
MT	Paraná	160	95	159	95	Jê
MT	Pareci	1.200	95	1.063	94	Aruak
MT	Rikbaktsa	690	93	995	96	Rikbaktsa
MT	Suyá	213	95	213	95	Jê
MT	Tapayuna	58	95	58	95	Jê
MT	Tapirapé	380	95	400	96	Tupi-Guarani
MT	Trumai	89	95	89	95	Trumai
MT	Txikão	214	95	214	95	Karib
MT	Umitina	100	89	253	94	Bororo
MT	Waurá	226	95	226	95	Aruak
MT	Xavante	7.100	94	9.022	96	Jê
MT	Yawalatpiti	196	95	196	95	Aruak
MT	Zoró	257	92	300	95	Mondé
TO	Apinayé	718	89	718	96	Jê
TO/GO	Avá-Canoeiro	14	95	14	96	Tupi-Guarani
TO	Karajá/Javaé	750	95	759	95	Karajá
TO	Karajá/xambioá	250	95	176	96	Karajá
TO	Krahô	1.198	89	1.376	96	Jê
TO	Xerente	1.552	94	1.374	96	Jê
TOTAL		**154.011**		**175.571**		

Fonte: *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*. Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Centro de Informação Indígena, 1996.
Fonte: *Dados para as Populações Indígenas Brasileiras da Amazônia*, Marta Maira Azevedo

POPULAÇÃO INDÍGENA DA AMAZÔNIA LEGAL, POR UF, SEGUNDO A FONTE DE DADOS

UF	ISA	Funai	FIBGE
MATO GROSSO	18.450	21.172	16.548
RONDÔNIA	4.012	6.923	4.135
ACRE	9.107	9.489	4.748
AMAZONAS	57.901	65.433	67.882
RORAIMA	32.771	31.265	23.422
PARÁ	10.563	18.381	16.134
AMAPÁ	3.859	4.723	3.244
MARANHÃO	12.859	13.768	15.671
TOCANTINS	4.482	4.417	5.049
TOTAL	**154.004**	**175.571**	**156.833**

Fonte: *Povos Indígenas no Brasil – 1991-1995*, Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Centro de Informações Indígenas, 1996, edição mimeo.

Etnografia histórica dos índios do Amazonas – 1768-1884

À medida que o tempo passa, os povos e tribos indígenas diminuem de tamanho e importância. A marcha inexorável de assimilação e integração à sociedade nacional os atingem e fazem parecer ou sombrear as suas identidades e memórias culturais ancestrais.

O barão de Sant'Anna Nery, da família dos governadores Silvério e Constantino Nery, representantes das oligarquias da política amazonense do princípio do século XX, estudou e viveu em Paris, desfrutando da companhia de escritores franceses da Academia e Ciências Morais e Políticas e do Colégio de França, escreveu em francês o seu famoso livro *Le Pays des Amazones*, cujo original foi publicado em Paris, no ano de 1884.

O País das Amazonas nos legou uma preciosa lista alfabética das principais tribos indígenas do Estado do Amazonas que, naquela altura, compreendia os atuais Estados do Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia. Por essa relação havia, em 1884, 373 tribos indígenas, as quais descreveu as suas localizações, características e preconceitos da época. Passado um pouco mais de um século, esses povos indígenas estão reduzidos a cerca de 70 grupos nesses quatro Estados, conforme relação da Funai e 150 se incluirmos os Estados de Mato Grosso, Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão, com uma população de 175.571 habitantes.

Provavelmente essas 373 tribos indígenas relacionadas por Sant'Anna Nery deveriam representar a maioria da população amazônica, falando centenas de línguas e dialetos que, em grande parte, se perderam para sempre. Uma perda cultural irreparável, pois hoje sabemos que uma língua é produto de mais de cinco mil anos de história e vivência cultural de um povo.

Vejamos a relação *ipsis litteris-verbis* dos povos indígenas, segundo a relação do barão Frederico José de Sant'Anna Nery, publicada em Paris, em 1884:

Abacates, antigos índios do Amazonas, citados por Simão de Vasconcelos. Seu nome significa a fruta do abacateiro (*Parsea gratissima*).

Abacaxis, índios do rio Negro e do Madeira; foram os primeiros a se agruparem, sob a vigilância dos missionários, na aldeia de Serpa, hoje Itacoatiara, então estabelecidas às margens do rio Abacaxis. O abacaxi é um ananás brasileiro (*abi-acoigoé*).

Abaetés, antigos índios do rio Madeira, citados por Cristóbal de Acuña. Martius pretende que são os mesmos que foram posteriormente designados pelo de *Abacates*, o que não é verossímil. Seu nome provém de *Abaeté*, significando "homens habilidosos".

Açaianis, *Açauianauis*, *Uaçaianis*, índios do rio Ixiê e do rio Içana.

Acangas-Pirangas (cabeças vermelhas), índios atuais do Madeira.

Acaraiuaras, *Acaraiuarás* (nação dos peixes acarás. Lobotes), índios que no fim do século XVIII habitavam ainda às margens do Abacaxis, do Canumá e do Maués.

Acarapis, *Agaranis*, índios do rio Negro e do rio Branco, que se encontravam ainda no fim do século XVIII nas nascentes do rio Parima.

Açauaras, *Açavaras*, índios do rio Negro, parecendo filiados aos Aruaques.

Acauãs, *Acauás* (os lutadores), antigos índios do baixo Amazonas; tiravam seu nome do *acauã* (*Falco cachinans*), pássaro que desempenha grande papel nas superstições dos índios semicivilizados do Amazonas.

Adaraias, antigos índios do rio Negro.

Adoriás, antigos índios do Amazonas, desaparecidos desde o começo do século XIX.

Aguarás, *Aguairas*, antigos índios dos Tupis do Norte, citados por Cristóbal de Acuña; provavelmente os mesmos que os *Aguarás* do rio Uapés, assinalados por Alexandre R. Ferreira, em 1785.

Águas, nome genérico designado às tribos da raça dos Omáguas. Segundo Von Martius, *água* é a palavra tupi *ava*, *aba* ou *uva*, que significa homem, senhor. Várias tribos têm esse nome, com um qualificativo: *En-águas*, os bons; *sarimáguas* (em português, Sorimão, plural Sorimões), de onde o alto Amazonas tomou o nome de Solimões. Segundo o mesmo autor, eles nada teriam de comum com os *Umáuas*, do alto Japurá.

Aicás, índios inteiramente selvagens do rio Uaracá.

Aitouariás, índios dos rios Abacaxis, Canumá e Maués.

Ajururi, *Ajururés* (os papagaios), índios do Madeira; parecem ser os mesmos que os *Araras*, assim denominados em função da sua habilidade em preparar os ornamentos de penas de araras.

Amaribas, *Amaribás*, *Amaripas*, *Amaripás*, índios do Tacutu; A. R. Ferreira e M. da Gama Lobo d'Almada os assinalavam no rio Branco, no fim do século XVIII; iam freqüentemente até a aldeia de São Joaquim. Segundo Shomburgk, a tribo estaria extinta, como nação independente, e seus resíduos se teriam mesclado a outras tribos.

Amazonas, *Amazones*, *Icamiabas*, *Icamiabás*, *Cunhantes*, *Cuimas*, *Cougnantainsecouimas*, *Coniapuiaras*, *Comapuiaras*, *Aiqueambenamos*, índias que viviam sem homens, que Francisco de Orellana foi o primeiro a assinalar nas margens do Jamundá, rio que serve de limite entres os Estados do Pará e do Amazonas.

Ambuás, *Ambuas*, antigos índios do Tefé, do Japurá e do rio Içá, que habitavam perto de Nogueira, no fim do século XVIII.

Anamaris, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Ananás, *Anunas*, antigos índios do rio Uaupés, filiados à tribo do Uaupés.

Anas, *Aanas*, *Anás*, *Uaiuanas*, antigos índios do rio Negro e do Padauiri, de onde já tinham emigrados no fim do século XVIII.

Andurás, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos. Provavelmente os mesmos que os *Andirás*, *Andiras*, *Morcegos*, *Murcialegos*, também chamados *Jautités* ou *Jaguares*, por causa da sua ferocidade.

Aneaquis, índios de Silves.

Anhuaques, *Anhuquises*, *Anhuquicés*, índios reunidos com os de outras tribos, em 1839, em uma aldeia denominada Porto Alegre, no Distrito de São Joaquim, no rio Branco, com cerca de 2.000 elementos. Em 1852, a aldeia já estava em franca decadência, por falta de missionários.

Ananias, índios do Japurá; tinham um instrumento especial, o trocano, para alertar, a 2 ou 3 léguas de distância, as tribos vizinhas.

Anibas, *Anibás*, *Anouiúbas* (homens de outros lados), antigos índios do rio Aniba.

Anicorés, *Arucuñas*, *Aricunanés*, *Aricorimbis*, antigos índios do rio Negro e do Madeira, quase inteiramente desaparecidos há cerca de sessenta anos. Seu nome parece vir do rio Anicoré ou Manicoré, significando água rápida.

Apenaris (homens que vêm de longe), antigos índios do Juruá, ainda numerosos no fim do século XVIII.

Apiacás, *Apiacas*, índios pacíficos das terras entre o Amazonas e o Mato Grosso. O general Machado

de Oliveira (Rem. Trim. do Inst., Rio, 1856) diz que eram, há 45 anos, ainda muito numerosos, pelo menos 16.000.

Apolinas, *Apolinás*, índios do Purus; provavelmente os mesmos que os *Apurinãs* ou *Ipurinãs* (ver a palavra).

Aponariás, *Apinarias* (homens selvagens), índios do Madeira.

Aquinaus, antigos índios do Amazonas, citados por Simão de Vasconcelos.

Aragoanainás, antigos índios do Amazonas, citados por Simão de Vasconcelos.

Araicás, *Araicus*, *Uaraicus*, índios do Jutaí, do Juruá e do Javari, ainda numerosos no fim do século XVIII.

Arapaçus, *Arapacus*, índios do rio Uaupés, assinalados por Alexandre R. Ferreira no fim do século XVIII.

Arapaxis, índios do rio Uaupés, encontrados ainda por Alexandre R. Ferreira no fim do século XVIII.

Araquaxis, *Araquajus*, índios do Amazonas que existiam ainda no começo do século XIX.

Araras (significando o pássaro do mesmo nome, parecidos com o dia, com a luz), índios do Maués, do Madeira, do rio Negro e do alto Purus, que estão entre os mais belos tipos de índios.

Aararuás, *Alaruás*, *Aráruas*, *Araós*, *Aroas*, *Araus*, índios do Japurá e do Juruá. Têm as orelhas furadas e adornadas com penas de tucano.

Arauaris, índios do Juruá, ainda numerosos no fim do século XVIII.

Aricoronés, *Urucurinis*, índios do Madeira, perto das cataratas.

Ariinis, *Airinis*, *Arainis* (os grandes pais), índios do rio Negro, quase totalmente desaparecidos no fim do século XVIII. Falam a língua Baé ou Baré, que, se-

gundo Humboldt, é usada por todos os índios do rio Negro.

Arinos, *Arinas*, antigos índios do rio Branco ainda numerosos no fim do século XVIII. Gama Lobo os representa como desertores das possessões espanholas.

Ariquenas, *Uariquenas*, *Uerequenas*, *Arecunas*, *Aricunas*, índios do Madeira, Jatapu, Uatumá, Içana e Negro, tendo em comum com os Manaus vários usos idênticos aos dos israelitas; teciam o algodão.

Aroaques, *Aruaques*, *Arauaques*, *Arouages*, *Uaruaques*, *Parauanas*, poderosa nação que habitava entre o rio Negro e o Uatumã e o Jatapu, estendendo-se para o Matari e o Urubu; ainda hoje habita o rio Uatumã. Os Pariquis, os Uaçaís e os *Jauaperis* parecem constituir ramos dessa grande nação. Em 1669, o pai Teodósio dizia que tinham seu principal centro no Jauaperi, onde Ferreira e Noronha os assinalaram no fim do século XVIII. Em 1787, Gama Lobo menciona três aldeias que tinham no rio Caumé, na região do rio Branco.

Arurás, *Arinás*, índios do Juruá e do rio Negro.

Aturaís, *Aturaiós*, *Atoraís*, *Aturiaús*, *Aturaiús*, *Aturaiás*, *Atiaís*, *Ataianarus*, *Uitaraís* (tecedores de cestos), índios do rio Branco e do Tacutu.

Aturé, índios desaparecidos em meados do século XVIII. Alexandre von Humboldt relata ter encontrado em Naipure um velho papagaio que falava sua língua, e que os índios da redondeza, eles mesmos, não mais a compreendiam.

Aturaris, antigos índios citados por Cardim; talvez os mesmos que os Aturiaris, citados por Simão de Vasconcelos.

Auinamaris, índios atuais do alto Purus.

Aurabaris, antigos índios do Amazonas, citados por Simão de Vasconcelos.

Axuaris, antigos índios do Juruá e do Solimões, que, no fim do século XVIII, ainda habitavam perto de Egas, no rio Tefé.

Baeúnas, antigos índios de Silves.

Baianas, *Baianais*, *Banhunas*, índios do rio Negro.

Baibiris, índios do Juruá.

Banibas, *Baiuas*, *Banivas*, *Manivas*, índios do rio Negro.

Barabatama, Baratanas, índios do Apaporis.

Barés, índios fortes e numerosos do rio Negro, espalhados até o Madeira e o Japurá.

Bauaris, índios do Juruá.

Boanaris, *Boavatanas*, índios do Uaupés.

Brauarás, índios do Maués.

Buges, índios do Juruá.

Buibaguás, índios do Juruá.

Burenaris, índios do rio Negro.

Bururus, índios do rio Urubu, cujo nome é uma corrupção do Bururus.

Cabouquenas, índios do rio Urubu.

Caburicenas, índios do rio Negro.

Cacatupuias, índios do rio Içá; passavam por antropófagos. Tatuagem: uma larga listra negra, indo das orelhas ao nariz.

Cachaparis, índios do Purus.

Cacheguenas, antigos índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Cagoás, antigos índios do Amazonas, citado por S. de Vasconcelos.

Caixanas, índios do Japurá.

Cambebas, *Ampevas*, *Omáguas*, *Omacuás*, *Umauás*, *Umáuas* (cabeças chatas), índios do Paduari, do Juruá, do Solimões e do Javari; no fim do século XVIII tinham seu centro em São Paulo de Olivença, mas a tradição os representava como tendo emigrado do Peru. Segundo R. de Sampaio, eram eles os índios "mais civilizados e mais racionais"; sua pele

era menos escura e seu aspecto mais atraente que os outros índios; vestiam-se de tecidos de algodão preparados pelas mulheres da tribo. Para lançar suas flechas, não utilizavam arcos. Foram eles que ensinaram aos outros índios o uso da borracha.

Canamaris, *Canamarés*, índios pacíficos do alto Purus, do Juruá e do rio Ituxi, onde tinham duas malocas em 1861; são agricultores, plantam e tecem o algodão.

Caniçoaris, *Canieiuaras*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Carajanas, índios do Amazonas.

Caraganás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Carajás, *Caraiás*, *Cararais*, índios de Silves e do rio Negro, inimigos natos dos Manaus.

Carajaís, índios do rio Negro.

Carapanaris, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Carapanás, índios do rio Içana, dos quais 892 tinham sido catequizados pelos capuchinhos, em 1888.

Carianas, *Carabanas*, *Caribanas*, índios do rio Negro.

Cariguaras, *Cariguanas*, *Cariguanos*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Caripunas, *Caripunás*, *Cauaripunas*, *Caribes*, índios caraíbas do rio Negro, do Madeira e do Purus.

Carucuras, índios do Amazonas.

Caruñas, índios do alto Purus.

Catauixis, índios do Solimões, Juruá, do Tefé e do médio Purus; têm a tez relativamente clara; são laboriosos e fazem uma cerâmica grosseira. Os do Solimões têm o corpo coberto de manchas.

Catianas, índios atuais do alto Purus.

Catiquinas, *Catoquinas*, *Catuqueiras*, índios do Tefé, do Juruá, do Jutaí e do baixo Purus.

Cauanas, *Cauanás*, *Coinás*, *Coeuanas*, *Cabeuanas*, índios do Juruá, do rio Negro e do Uaupés. Ribeiro de Sampaio os descrevia, em 1775, como tendo apenas 1,10m de altura.

Cauaxis, índios do Juruá.

Cauiaris, *Cauiiaris*, índios do Japurá.

Caxararis, índios do médio Purus; trabalhadores e pacíficos.

Caiaxanas, *Cauiianas*, *Cauixanas*, *Cujubicenas*, índios do Tocantins.

Caiuicenas, *Caiuoicinas*, *Caiuvicenas*, índios do Japurá, do Içá e do Tocantins; têm inclinação para a agricultura.

Cequenas, índios do rio Negro.

Cericumás, *Cericumas*, *Cericunas*, *Cericanás*, *Crianás*, índios do rio Branco, do Negro e do Jauapiri.

Chaperás, *Chaperus*, índios do rio Negro.

Chaiauitás, *Chaiaiutás*, índios do Javari e do Jutaí.

Chibaras, *Chibarás*, *Chiivaros*, índios do Juruá.

Chiimaanas, índios do Javari. Talvez os mesmos que os Xomanas.

Chiriibas, índios do Juruá.

Cigananeris, índios do alto Purus.

Cipós, índios dos afluentes do Purus.

Cirus, índios de Egas.

Clituás, *Chituás*, índios do rio Içá.

Coatatapiiyas, *Coatatapui*, V. Uginas, Cocas, V. Uaruas.

Cocruanas, *Cocrunas*, índios do Tefé.

Coerunas, índios do Japurá e do Tefé.

Coeuanas, *Cocrunas*, índios do Tefé.

Colinos, *Calinas*, *Curinas*, *Corinás*, índios nômades do Juruá e de São Paulo de Olivença.

Comanis, *Conamis*, índios de Silves e do Maués.

Cotocerianás, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Coxiuaras, *Cuxiuaras*, *Cuxiurás*, *Cuciguarás*, índios do rio Coari.

Cubenanas, *Cubeuanas*, índios do rio Negro.

Cucamas, *Cocamas*, índios do Caldeirão e de Manaquiri.

Cudujaris, *Cudajaris*, índios do rio Negro.

Cuenacás, índios do rio Negro.

Cujigeneris, índios do Purus.

Cumacumanas, índios do Apaporis.

Cumaruuiarus, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Cumaiaris, antigos índios de Amazonas, citados por Bettendorff.

Cumuramás, índios de Fonte Boa.

Cunamanas, índios de Jutaí e de Fonte Boa, que entraram em contato com os portugueses desde os primeiros tempos da descoberta.

Curanaus, índios do rio Negro.

Curatus, *Curetus*, índios do Tefé e do Japurá.

Curenqueás, *Corinqueanas*, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos, que os descreve como gigantes de 16 palmos de altura (3m,52), com pepitas de ouro nos lábios e no nariz.

Cureras, índios do rio Cadaiari, entre ao quais 786 tinham sido catequizados pelos capuchinhos, em 1888.

Curicicuris, *Curucicuris*, índios do Tefé e do Juruá, entre os quais Pedro Teixeira (1637-39) comprou barras de ouro, por ocasião de sua famosa viagem.

Curicirarias, índios do Juruá.

Curitiás, índios do Maués.

Curiuaás, índios do Juruá.

Curuaxiás, índios de Itacoatiara.

Curucurus, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Curunaris, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.

Curutaís, *Crupatis*, índios grandes e fortes dos afluentes do Purus.

Cuxixiniaris, índios do alto Purus.

Dachiuarás, índios do Juruá.

Deçacas, índios do Uaupés.

Deçanas, índios dos rios Içana e Uaupés.

Demacaris, *Demacuris*, índios do rio Negro.

Detuanás, índios do Apaporis.

Duanais, índios do rio Içana.

Ganaris, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Gemiás, índios do Juruá.

Gepuás, índios do Japurá.

Goarus, *Goarirás*, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Goateneis, índios do Amazonas.

Goiases, índios do Amazonas.

Guanareis, índios do Amazonas.

Guanavenas, *Guanevenas*, índios do rio Urubu.

Guaquiaris, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Guaribas, *Guaraíbas* (macacos gritadores), índios do rio Negro.

Guataicus, índios do Amazonas.

Guibanás, índios do Juruá.

Guinacauinás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Guinamás, índios do Amazonas.

Guirinas, índios do rio Negro.

Hiianas, índios do rio Negro, falando a mesma língua que os Manaus.

Himaniris, índios do alto Purus.

Huiranás, *Jurunás*, índios do Juruá.

Iabanas, *Iabaanas*, índios do rio Negro.

Iagoanais, índios do Juruá.

Iagoararus, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Iamias, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.

Iamoos, *Iameos*, *Iamcos*, índios do Javari.

Iareuaguaçus, índios do Amazonas citados por S. de Vasconcelos.

Iaribarás, índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.

Iauanás, índios de Tefé e de Egas.

Iauretiuaras, índios do Madeira.

Içanas, índios do rio Içana.

Içás, índios do rio Içá, tomam seu nome de um macaco de boca escura, com os quais sua tatuagem os faz parecer.

Imainananas, índios do Purus.

Inheiguaras, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Ioxinauás, índios do Juruá.

Ipurinás, *Ipurinánas*, *Hipurinás*, *Apurinás*, *Jupurinás*, índios guerreiros do Purus e do rio Ituxi, onde tinham 18 malocas em 1861.

Itumiris ou *Pira-tapuias*, índios do rio Papuri, catequizados em número de 324 pelos capuchinhos, em 1888.

Iucunas, *Iucunás*, *Icunas*, índios do Japurá e do Içá; agricultores, não comem nem "coresc" nem farinha de mandioca, mas tapioca; monógamos.

Iuenaas, índios do Japurá.

Iupicuás, índios do Tefé.

Iupiuás, índios do Japurá e do Içá, tinham as orelhas furadas e ornadas com penas de tucanos.

Iupurás, *Japurás*, índios do Japurá. R. de Sampaio pretende que o iupurá é uma fruta, com a qual esses índios fazem uma massa mole, negra e fétida, que é consumida.

Jabanas, *Jabaanas*, *Jaiaianas*, índios do rio Negro e do Apaporis.

Jacatiguaras, *Jacatiguarais*, antigos índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Jacunas, *Jaúnas, Jauanás*, *Quarunás*, índios do Apaporis e do Tefé.

Jamamadis, *Jamamandis*, *Hiamamadis*, índios atuais do médio Purus; trabalhadores; em 1881 possuíam duas malocas.

Jamamaris, índios atuais do Purus.

Janumás, índios do Tefé.

Japiúas, índios do rio Negro.

Japuás, *Japuas*, índios do Apaporis: talvez os mesmos que os precedentes.

Jarunas, *Jurunas*, *Juruúnas*, índios do rio Negro.

Jaúnas, *Jaunás*, *Jauanás*, índios do Apaporis e do Tefé.

Jerimãs, índios do Juruá.

Juamis, índios do Japurá.

Juaperis, *Jauaperis*, *Jaumeris*, *Mameris*, *Uameris*, *Uaimerus*, *Uaimeris*, que se pretende sejam os mesmos que os Crixanás; índios atuais do rio Jauaperi.

Jubeis, *Iubeis*, índios do Purus e do rio Ituxi, onde estavam concentrados em duas malocas, em 1861.

Jumas, *Iúmas*, índios do rio Negro, do Solimões, do Juruá, do Tefé e do Madeira.

Junás, índios do rio Negro.

Japuares, *Jupuás*, índios do Apaporis.

Juquis, *Iuquis*, índios do Madeira.

Jurimáguas, *Jurimáuas*, índios do Juruá: "A nação mais numerosa e mais guerreira do Amazonas", deles dizia R. de Sampaio, em 1775. Em 1709, tinham ainda uma aldeia nas margens do Juruá; os jesuítas espanhóis conseguiram que emigrassem para o Peru.

Juripixunas, *Jurupixunas*, índios do rio Negro.

Juris, *Iuris*, índios do rio Negro, do rio Içá e do Tefé, cujos costumes foram descritos por R. de Sampaio.

Laganaris, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Macipiás, antigos índios do Amazonas, citados pelo mesmo autor.

Macucoenas, índios do Uapés.

Macugás, antigos índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Macunás, *Macunés*, índios do Apaporis e do Japurá.

Macus, *Maacus*, índios atuais do Maués, do Japurá, do rio Negro e do Papuri, onde os capuchinhos tinham catequizado 669 e agrupado 162 em uma aldeia, em 1888.

Macuxis, índios atuais do rio Branco.

Maduuacás, *Mandauacás*, índios do rio Negro.

Maaens, índios do rio Branco.

Maiapenas, *Maiapinas*, *Mapinis*, índios do rio Negro.

Maiurunas, *Maerunas*, *Maxorunas*, *Maxurunas*, *Majorunas*, *Mangeronas*, índios atuais do Jutaí, do Javari e de São Paulo de Olivença. Usam cabelos longos e tinham uma tonsura no meio da cabeça; nariz e lábios furados; no lábio inferior e nas orelhas, usam conchas; nos cantos da boca, penas de arara; passavam por antropófagos e eram acusados de comer não somente os prisioneiros inimigos, mas também os velhos e doentes da tribo.

Maliás, índios do Juruá.

Mamangas, *Mamangás*, *Mamaiamas*, *Mamaiamases*, índios do rio Negro e do Uaupés, Mameris, V. Juaperis.

Mamis, índios do Madeira.

Mamuris, índios do alto Purus.

Manauís, índios do rio Negro, diferentes dos Manaus.

Manaus, *Manoas*, antigos índios do rio Negro e do Tefé, que deram seu nome à capital do Estado do Ama-

zonas, onde, entretanto, os viajantes do século XVIII só assinalavam a presença dos Banibas, dos Barés e dos Passés, sendo que esses últimos tinham recentemente descido do Japurá. Seu hábitat primitivo parece ter sido o Japurá. Entretanto, Ribeiro de Sampaio diz, em 1775, que Thomar parece ser sua capital, eram então "a nação mais famosa de todo rio Negro, pelo valor, pelo número, pela língua e pelos costumes". Tinham destruído os Caraiaís e enfrentado os Barés. Eram considerados como antropófagos. Acreditavam em dois princípios: do bem, Mauari, e do mal, Saraua. Foi um dos chefes dos Manaus, Camandre, que ajudou na fundação de Mariuá, depois Barcelos, a antiga capital do Amazonas. Foi um outro chefe dos Manaus, Ajuricaba, que lutou contra os portugueses e finalmente foi feito prisioneiro, juntamente com 2.000 homens de sua tribo.

Manateneris, *Manateris*, índios atuais do Juruá, do alto Purus e do rio Ituxi, onde tinham três malocas, em 1861; agricultores; plantavam e teciam o algodão.

Manibas, *Manivas*, índios do rio Querari, onde os capuchinhos catequizaram 900 entre eles, em 1888; parecem ser um ramo dos Banibas.

Mapianas, índios do Juruá.

Mapiarus, índios do Amazonas, citado por S. de Vasconcelos.

Maquitaris, índios do rio Negro.

Marabitanas, *Marapitanas*, índios do rio Negro.

Maracanás, índios do rio Negro.

Maraimumás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Maranás, índios do Juruá.

Marauás, *Maruás*, *Muruuás*, *Mariruás*, índios do Juruá, do Javari, do Jutaí, do Japurá e do rio Içá; passavam por antropófagos.

Marianás, *Mariaranas*, índios do Japurá, do Tefé e de Egas; Bettendorff os chama de "homens ricos de ouro".

Marigudariás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Marunacus, índios do Juruá.

Marupãs, índios do Madeira.

Matanauís, índios do Madeira.

Matuanis, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Maturuás, índios do rio Maués.

Matuiús, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Maués, *Maguez*, índios do Maués, do Madeira e do rio Andirá; preparam o guaraná (*Paullinis sorbiis*).

Mauiaiás, índios do Japurá. Têm as orelhas furadas e ornadas com penas.

Mauís, índios do rio Negro.

Maupis, índios do rio Negro.

Mendos, *Mendós*, índios do rio Ixié.

Meporis, *Mepuris*, *Mepuriés*, *Mapuris*, índios do rio Negro e do Japurá, sua língua é um dialeto do Baré.

Miranhas, índios de Caiçara, do Japurá e do rio Içá; passavam por antropófagos.

Miriximandis, índios do alto Purus.

Miuruás, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Moacaranás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Mueinós, índios do rio Negro.

Muenes, índios do Juruá.

Mundurucus, *Mundrucus*, *Motoricus*, índios do rio Abacaxis, do Murumaratuba, do Canumá e do Maués; numerosos e com inclinação para a agricultura.

Mupiús, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Muras, índios ladrões e nômades que se encontram, desde os primeiros tempos da exploração, em Silves, em todo o percurso do Madeira, em Manacapuru, no Purus, onde aniquilaram várias tribos, nos lagos Anamã e Codajás, de onde partiam para fazer incursões no rio Negro, no Mamiá, no Tefé, no Jupurá, no Javari, no Jaú e no Unini; mesmo no fim do século XVIII infestavam ainda os arredores de Manaus. Suas incursões retardaram certamente o povoamento de uma parte do Amazonas.

Musas, índios do baixo Purus.

Omáguas, V. Cambebas.

Onamanaus, *Orumanaus*, índios do rio Atauí.

Orurupinás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Ozuanas, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Pacajás, *Pacaiás*, *Pacaiases*, índios do Amazonas, dos quais Bettendorff disse que falavam a "língua geral".

Pacuris, índios de Silves.

Paguanás, *Paianás*, índios do Juruá.

Paiabas, índios do Içá.

Painas, *Poianas*, índios do Juruá e de Fonte Boa. Tatuagem: lábios inteiramente negros, tendo orelhas furadas e enfeitadas de penas de tucano.

Paicuenas, índios do rio Negro.

Paicicis, índios do alto Purus.

Paipunás, *Paipomas*, índios do Juruá.

Pamas, índios do Madeira e do Purus.

Pamanas, *Pamanás*, índios atuais do médio Purus, do Ituxi e do Mucuí; trabalhadores, pacíficos, de boa constituição, tez relativamente clara.

Pamaris, *Pamacuiris*, *Pamaouris*, *Purupurus*, índios atuais do baixo Purus, emigrados para o médio Purus; remadores hábeis; parecem sofrer de doenças de pele hereditárias.

Pananuás, *Panenuás*, índios do rio Negro e do Uaupés.

Panos, índios do Javari.

Papis, índios do Tefé.

Paraumás, *Parauamas*, índios do Japurá.

Paraús, índios do Jaruá.

Parianas, *Parauianas*, *Paravianas*, *Paravilhanas*, índios atuais do Japurá, do Içá, do Tocantins, do rio Branco; têm inclinação para a agricultura.

Parintins, índios do baixo Amazonas, que deram seu nome a uma pequena cidade.

Parintintins, *Parentitinis*, índios atuais do Amazonas e do Madeira; guerreiros e pilhadores.

Pariquis, *Paraquis*, índios de belo aspecto do rio Uatumã, desceram a Itacoatiara no meio do século XVIII.

Passés, índios do rio Negro, do Içá e do Solimões, assinalados igualmente em Nogueira, Caiçara e no Japurá; agricultores; muito numerosos no fim do século XVIII. Acreditava em só Deus, na imortalidade da alma e que a terra se movia em torno do sol fixo. Tatuagem: uma mancha negra quadrada cobrindo uma parte do rosto, do nariz e do queixo; duas linhas partindo do nariz, subindo entre os olhos e chegando até a raiz dos cabelos; das têmporas desciam outras linhas cruzadas até a grande mancha negra; nas orelhas, várias perfurações; o lábio inferior igualmente perfurado.

Paxianas, *Pauixanas*, índios do rio Branco e do rio Negro.

Periatis, índios do Japurá.

Peridás, índios do Içá e do Japurá.

Periquitos, índios do Matari.

Piranhas, *Piranas*, índios do Içá.

Pixunas, *Pexunas* (os negros), índios do rio Negro.

Pocoanas, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Poquis, *Poquisguaras*, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Porocotós, *Procotós*, *Puricotós*, *Ipurucotós*, *Iperucotós*, índios atuais do Branco e do Uraricuera.

Puetanas, *Puitanas*, *Puetavas*, índios do Içana.

Pumacaás, índios do Juruá.

Puplepás, índios do Juruá.

Pupnenicás, índios do rio Negro.

Pupuiguaras, índios do Amazonas, citados por Bettendorff.

Purenumás, índios do Içá; tatuagem: lábios completamente negros.

Puréus, índios do Japurá.

Purus, índios do Solimões; como os de grande número de tribos, praticam o jejum religioso e o levam tão longe, que por vezes morrem em consequência.

Purupurus, V. Pamaris.

Quereruris, *Queraruris*, *Quereruís*, índios do rio Negro.

Saguarus, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Saindaiuuís, *Saguindajuquis*, índios do Juruá.

Samaruás, índios do Amazonas citados por S. de Vasconcelos.

Saparás, *Saparas*, índios do rio Branco.

Sapupés, índios do Maués e do Matari.

Sarás, índios de Itacoatiara.

Sedeuís, índios do Uatumã.

Seiguiás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Simaniris, índios atuais do baixo Purus e de seus afluentes.

Simarumanas, índios pacíficos do médio Purus e do Mucuí.

Solimões, *Sorimões*, *Sorimaus*, *Solimãs*, índios do alto Amazonas, que tomou seu nome (Solimões). Talvez a mesma tribo que a dos Ierimãs, dos quais

dizia Bettendorff, no século XVII, que era "a mais afamada e mais agitada das nações de todo o rio Amazonas".

Sutaás, *Sotaaás*, *Sotaús*, índios do Juruá.

Tacuas, índios do rio Negro, dos quais nunca se tinha feito menção antes de meados do século XVIII, época em que apareceram em Airão.

Tamuanas, índios do Japurá, do Içá e do Tefé. Tatuagem: lábios inteiramente enegrecidos.

Taninbuma-Tapuias, índios do Apaporis.

Tapaxanas, *Tapaganas*, índios do Jutaí.

Tapicaris, *Tapicurés*, índios do rio Negro e do rio Branco.

Tarás, índios de Crato.

Tarianas, índios atuais do rio Uapés; em 1888, os capuchinos tinham agrupado 2.272 deles em onze aldeias.

Tarmas, índios atuais do rio Negro.

Terariás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Terecumás, *Terecuns*, *Taracuns*, índios do Uatumã.

Termaisaris, índios do Içana.

Tiaris, índios do Purus, quase inteiramente desaparecidos desde o fim do século XVIII.

Ticunas, *Tipunas*, *Tecunas*, *Tucunas*, índios atuais do Javari, do Jutaí, do Içá e de Fonte Boa. São representados como acreditando na metempsicose e adotando a circuncisão; adoravam o Hohó, figura horrenda feita de cabaças e recoberta com a estopa de uma árvore denominada *aiama*. Eram habilidosos no empalhamento de aves. Tatuagem: uma estreita listra negra, indo das orelhas ao nariz.

Timanarus, índios do Uaupés.

Tocandiras (formigas negras), índios do Apaporis.

Toquedas, índios do Juruá.

Torás, *Turás*, *Toras*, índios do Madeira e do Purus.

Tucanos, índios atuais do Tíquié; em 1888, os capuchinhos agruparam 943 deles em três aldeias.

Tacumás, *Tacumas* (comedores de *Astrocarim tacuma*), índios do Madeira.

Tuinamanás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Tumairis, *Tuemeiaris*, índios do Içana.

Tumbiras, *Timbiras*, índios do Japurá e do Içá. Tatuagem: todo o rosto enegrecido; ao lábio inferior, perfurado, era suspensa uma placa negra esférica, parecida com o batoque dos Botocudos.

Tupinambaranas (os falsos Tupinambás ou Tupinambás bastardos), índios de Parintins, vindos no século XVIII do alto Madeira, onde se tinham refugiado no começo do século XVII, após sua dispersão, quando foram derrotados e perseguidos pelas expedições portuguesas.

Tupinambás (descendentes do primeiro pai), índios do baixo Amazonas, que a tradição considera como tendo vindos do sul do Brasil para escapar às perseguições dos brancos. Ancestrais dos precedentes. Nos meados do século XVIII tinham uma aldeia no lago Uaicurupá, na margem oriental do rio Tupinambarana.

Tupivás, antigos índios do Tefé.

Turimairis, antigos índios do Içana.

Turumatis, índios do alto Purus.

Tururés, *Tururis*, *Tauariris*, antigos índios de Itacoatiara.

Uaçaís, *Açaís* (bebedores de açaí, licor feito com as frutas da palmeira *Euterpe oleracea*), índios atuais do rio Carimanis.

Uacarus, *Uacaraús*, *Uacarauás*, índios do Juruá e do rio Negro.

Uaiamás, índios de Caiçara.

Uaiapés, *Uaiupés*, índios do Solimões, Codajás, Coari e Tefé.

Uaimaras, *Uaiumarás*, índios do rio Branco.
Uaiurus, *Uairus*, índios do rio Negro e do rio Branco.
Uerequenas, *Uariquenas*, V. Ariquenas.
Uajanás, índios do rio Negro.
Uamarus, antigos índios do Coari.
Uananás, índios do rio Negro e do Uapés.
Uapixanas, *Uabixanas*, *Uapissianas*, índios atuais do rio Branco.
Uaquis, índios do rio Branco.
Uaraicus, *Uraicus*, *Araicus*, índios do Javari e do Jutaí.
Uaranacuacenas, *Uaracoacenas*, índios do rio Negro e do rio Uananocoá.
Uarinas, *Uirinas*, *Uariras*, índios do rio Negro.
Uarupis, índios do Solimões.
Uarus ou *Cocas*, antigos índios do Caiçara e do Tefé. R. de Sampaio pretende que são chamados Cocas porque repetem constantemente essa palavra que, em sua língua, significa *não*.
Uatanias, índios trabalhadores e pacíficos do médio Purus. Provavelmente os mesmos que os Manateris.
Uaupés, *Guaiapés*, índios do rio Uapés. Orelhas e lábio inferior perfurados. Levam ao pescoço, suspensa por um cordão, uma pedra branca, lisa, cilíndrica, que parece ser um sinal de casta; e a dos chefes têm até 11 centímetros de comprimento; a dos notáveis é menor e as dos comuns entre os índios são muito menores.
Uerimás, índios do Apaporis.
Uginos, *Uginas*, *Ujanos*, *Coatatapiiias*, *Caatatapuia* (índios Coitas), índios do rio Negro, espalhados no Juruá, Jutaí e Içá, falando a língua dos Manaus e passando por ter uma cauda como a dos macacos Coitas (*Ateles paniscus*).
Umauas, *Umauás*, *Umáguas*, V. Cambebas.
Urairais, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Urinanás, índios do rio Negro e Uaupés.

Uruburingás, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos.

Urubus, índios do Juruá, diferentes dos *Bururururus*.

Urupás, *Orupás*, *Uarupás*, *Uarupus*, *Urupuias*, *Oropias*, *Arapiuns*, *Uaiapás*, índios do Maués e do Madeira.

Ururis, índios de Itacoatiara.

Xamas, *Xamás*, índios do Japurá, do Içá, do Tefé e de Fonte Boa. Tatuagem: manchas negras cobrindo os lábios; uma listra indo do canto da boca às orelhas; estas são perfuradas.

Xaperus, índios do rio Branco.

Xapuenas, índios do Ixié.

Xiapuniris, índios do Purus.

Ximaniris, índios do Purus.

Xirianas, índios do rio Negro.

Xumanas, *Jumanás*, índios do Jutaí, do Içá e de Fonte boa. Tatuagem: uma mancha negra cobrindo os lábios, uma listra partindo do canto dos lábios e não chegando às orelhas. Nessas, os homens usam anéis de tucumã (*Atrocaryum tucuma*), as mulheres, penas de pássaros. Queimam as ossadas dos mortos e bebem as cinzas para que a coragem dos mortos passe para eles. Eram muitos estimados pelos portugueses em função de sua fidelidade à palavra dada.

Zurirus, índios do Amazonas, citados por S. de Vasconcelos. Talvez os mesmos que os *Zurinas* de C. de Acuña.

Fonte: As únicas consultadas pelo barão de Sant'Anna Nery, conforme seu relato, foram as Viagens de Noronha e de Ribeiro de Sampaio, a crônica impressa de Simão de Vasconcelos, a crônica inédita de Jean Philippe Bettendorff, o estudo de Bernardino de Souza e os relatórios dos presidentes e dos governadores do Amazonas. Estes últimos foram ignorados pelo Dr. Von Martius, o que permitiu ao barão apresentar uma relação mais detalhada (barão de Sant'Anna Nery, O País das Amazonas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1979; edição príncipe, Paris, 1899).

Os portugueses na colonização e no empós

A conquista europeia e a posse da Amazônia, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, se realizaram sob um intenso processo de luta e disputa entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. Os portugueses acabaram dominando o delta e a maior parte da calha central do rio Amazonas e os seus principais afluentes, ao norte e ao sul, enquanto os espanhóis, obstaculizados pela cordilheira andina e seduzidos pelas minas de prata e ouro do litoral transandino, consolidaram a sua conquista na periferia setentrional dos vales dos rios Içá (Putumayo), Japurá (Caquetá) e alto rio Negro (Guiania); e a montante, no oeste e sudoeste a partir do rio Javari, e em todo o percurso do alto Amazonas até as suas nascentes, por meio dos seus principais formadores, rios Ucayali e Marañon. Os franceses, ingleses e holandeses acabaram confinados nos estreitos limites da região das Guianas.

No plano interno, todavia, a grande luta foi a consolidação dessa conquista em face da rebeldia das populações nativas, que se opunham à escravidão, aos descimentos e às tropas de resgate, mediante as quais se procurava incorporar a mão-de-obra nativa aos trabalhos de colonização e assentamento dos núcleos de povoamento.

Tanto portugueses como espanhóis, no processo de conquista e ocupação, transplantaram e difundiram os valores e símbolos culturais europeus. A sociedade nativa amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas imperiais, aculturou-se, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à própria cultura original. De outro lado, os conquistadores que vieram "fazer a Amazônia", a serviço da fé e do

império, tiveram de ceder e adaptar-se ao mundo tropical circunjacente para poder sobreviver em meio às surpresas, incertezas e agressividade de um ambiente exótico e desconhecido.

A colonização e expansão do império português, na Amazônia, foi uma tarefa dura e penosa que exigiu a mobilização de capitães-generais, sargentos-mores, sertanistas, missionários, colonos e índios ao longo de mais de duzentos anos de presença nas colônias do Grão-Pará, Maranhão e rio Negro. Durante esses dois séculos, a influência portuguesa se fez sentir de forma profunda na vida e cultura da região.

Ação e Interação Cultural Lusitana: Contribuições

Dentro do complexo de ação e interação cultural, podemos assinalar na Amazônia Portuguesa – ou melhor, na Amazônia Lusíndia – os seguintes traços e contribuições:

> – A expansão política e territorial, que se inscreve nos quadros do ciclo do descobrimento geográfico e do mercantilismo europeu, acabou por anular o Tratado de Tordesilhas, 6 de junho de 1494, cujo quinto centenário se comemorou recentemente. A instituição do direito do *Uti possidetis*, consagrado pelos Tratados de Madri, de 1750, e Santo Idelfonso, de 1777, constituiu a fórmula jurídica que estabeleceu o direito de um país à soberania sobre um território, direito esse fundado na ocupação e posse efetiva, prolongada e independente de qualquer outro título – *cada parte há de ficar com o que actualmente possui.* No caso amazônico, consolidou-se a expansão territorial portuguesa, em latitude e longitude, com o deslocamento dos limites do meridiano de 49°, que passava no leste da Ilha de Marajó para as margens do rio Javari, nos *confins ocidentais*, tocando no meridiano de 74°, no extremo oeste do Acre;

– O reconhecimento de que era impossível *fazer a Amazônia* sem a cooperação da população indígena estimulou oficialmente aos casamentos mestiços entre soldados e índias, na ausência da mulher e da família portuguesa que ficaram na metrópole;
– Organização do espaço biossocial, sociocultural e étnico que permitiu a multiplicidade e diversidade populacional, oferecendo possibilidade de convivência, intercâmbio, relacionamento, miscigenação e surgimento de novos grupos humanos de mestiços, caboclos, mamelucos, mulatos, cafuzos e curibocas;
– O sertanismo imperial de além-fronteira e as missões religiosas passaram a exigir a vassalagem a El-Rey e a obediência à Igreja, a conversão à fé católica e a imposição da língua portuguesa em substituição aos dialetos e linguajares ameríndios e, por isso, a toponímia regional ainda conserva, em muitas cidades, vilas e aldeias da região, velhos nomes tradicionalmente portugueses;
– O uso e abuso da força pelos sertanistas, cabos de canoas e tropeiros de resgate para obtenção de mão-de-obra servil ou escrava para o trabalho nas missões, aldeias e coleta das drogas, ou para guia, mateiro e remador;
– Tentativas de pacificação das tribos por meio da mancebia ou casamento de colonos com as filhas dos tuxauas, expediente conhecido e praticado pela nobreza europeia para unir monarquias e firmar alianças;
– Destruição de muitos valores da cultura índia e sua destribalização pelas missões e pelo processo de conversão do gentio, muito embora compensado pelo trato paternalístico com fins místicos e pastorais;
– Sincretismo religioso católico-ameríndio pelo qual, por exemplo, entidades religiosas indígenas como Tupã e Jurupari eram transfiguradas em Deus e no diabo, no catecismo das missões;

– Influência sexual da cunhantã-poranga sobre o colono português, seduzido pelos gozos da alcova e dos quitutes da cozinha;
– Formação da classe dominante mercantil e da liderança política criando uma hierarquia privilegiada e uma classificação social e distinção econômica;
– Organização comercial baseada no binômio metrópole-colônia, que impunha um sistema de dependência nas relações de troca, cabendo à Amazônia o suprimento das especiarias para receber em contrapartida tecidos, chitas, azeite, vinho, ferramentas, machados, anzóis, etc.;
– Hábitos alimentares da deliciosa cozinha da mãe portuguesa; bacalhau à Gomes de Sá, à moda de Viana, à Braz, ao Zé do Pipo, ao forno, na brasa, acompanhados de azeite de oliva, vinho e bagaceira, e nas outras 366 maneiras de prepará-lo (uma para cada dia do ano e mais uma para os anos bissextos); as famosas caldeiradas a pescador, à fragateira, sem contar as pescadas, lulas, cação, cavalinhas, anchovas e sardinhas ao escabeche, assadas e fritas; salpicão, toucinho, chouriço, fiambre e mortadela; os famosos caldos verdes e canjas de galinha e mexilhão, sopa de cogumelos e grão-de-bico, e o gostoso arroz-doce, bolo-rei, pão-de-ló, queijadas de Cintra e tantos outros doces e sobremesas da culinária portuguesa, que foram incorporados aos hábitos alimentares do povo;
– Modos de vestir formais, que serviam para comparecer às cerimônias de casamento, batizado, enterro, festas de aniversário e encontros sociais, e as maneiras informais de usar a roupa frouxa e folgada para melhor conviver com o calor dos trópicos e dos verões amazônicos;
– Formas de educação europeia com a rigidez dos seus currículos e dos seriados acadêmicos das escolas de todos os níveis até as de formação superior, com ênfase no estudo do português e latim;

– Introdução e influência da língua, religião, literatura, poesia, teatro, música, folclore, cantigas de roda, modinha, canções, provérbios, refrões, danças, folguedos, jogos de brincar, engenharia, construção de casas, fortes, igrejas, praças, ruas, vilas, cidades e outras manifestações culturais;

– Organização jurídica embasada nas ordenações do Reino e na política oriunda dos modelos de colonização das Áfricas e da Índia;

– Introdução de escravos africanos em Belém, São Luís, por intermédio da Companhia de Cacheu e Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em número calculado em 30.000, pelo professor Mário Meireles, por meio dos navios tumbeiros, que transportavam as *peças da Guiné* e os *fôlegos vivos* de Angola, Costa da Mina e do Marfim. Essa mão-de-obra originada do tráfico negreiro servia para suprir as necessidades de braço e força para as construções, lavouras, serviços domésticos, sertanismo e outros afazeres na falta do escasso e arredio braço índio;

– Introdução do boi na ilha de Johannes (Marajó), que chegou a atingir 150.000 cabeças ao tempo da expulsão dos jesuítas, e na região de Óbidos, Santarém, Parintins, no baixo Amazonas e nos lavrados de Rio Branco e de outros animais de cria, tração, tiro, carne, leite e estimação;

– Aclimatação de plantas alimentícias e exóticas, como a manga, jaca, coco, fruta-pão, café, canela, cana-de-açúcar e outras originárias ou procedentes da África, Índia e outros países;

– Transplante para outras colônias portuguesas nas Áfricas, Índia, Ásia e outras terras tropicais dos *brasileirismos vegetais* – assim denominados por Gilberto Freyre (1961) – como a mandioca e o cajueiro, e a difusão do americaníssimo milho e das batatas levadas da Centro-América e dos Andes para os países europeus e outros, sem falar na emigração do fumo, de ervas e

plantas medicinais, iniciando assim os primeiros intercâmbios de globalização da biota;

– Estilos e formas de construir casas, ruas, praças, igrejas, aldeias, vilas e cidades, conforme atesta a carta régia de 3/3/1755 criando a Capitania de São José do Rio Negro: *assignando área para se edificar uma Igreja para receber os Fregueses como outras para casa das vereações, audiências, cadeias, oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direita das ruas... sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exterior... para que dessa sorte se conserve sempre a mesma formosura na Vila e nas ruas dela a mesma largura*;

– Arte de construir fortes e fortalezas, que transformaram a Amazônia colonial em grande praça de guerra, com perto de 40 unidades militares, algumas de grande porte como as Fortalezas de Macapá e Príncipe da Beira, para garantir a soberania portuguesa em disputa com espanhóis, ingleses, holandeses e franceses;

– Arquitetura de casa-grande, sobrados e sobradões coloniais, casas de porta e janela, ruas estreitas, calçadas de paralelepípedos, pedras de liós e cantaria;

– Introdução de instituições protetoras da saúde do homem, como a Santa Casa de Misericórdia, as Irmandades, as Confrarias, Sociedades Beneficentes e Hospitais;

– A instituição do afilhadio e do compadrio, criando novas formas sociais e de laços familiares ao redor do batismo e das fogueiras de São João, de compadres, comadres, padrinhos e madrinhas, primos e filhos de criação, ensejando relações afetivas que mitigavam a pobreza e as diferenças sociais, e serviam de escada para a ascensão social e econômica;

– Valorização e reconhecimento dos recursos autóctones da floresta e do rio, produzidos pela indiada nos albores da colonização portuguesa, que eram conhecidos como "drogas do sertão" – verdadeiros *amazonismos vegetais*.

Em 1752, Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, escreveu ao ministro dos Negócios Ultramarinos e a El-Rey, testemunhando a vocação da terra e desenhando um primeiro plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Resumidamente dizia ele:

> *– Devemos cultivar o arroz, o cacau, o café, o algodão, o carrapato, a canela, os couros em sola, a couranha, o gergelin, o tabaco, o anil, o almíscar, a andiroba, a baunilha, o cravo, o carajiru, o puxuri, o pinhão, o urucu, os azeites, a castanha, a bacaba, a copaíba, a jalapa, o gengibre, a ipecacuanha, o breu, a almacega, as fibras, o caraú, o ambé, o tucum, a piaçaba, o castanheiro para tirar o breu para calafetar os navios e o algodão para fazer fazendas e chitas e as infindáveis madeiras que são tratadas com tal desprezo e ignorância nas roças onde são queimadas.*
> *Por não fazer essa arte o Estado está no último precipício da miséria e da pobreza, pois podendo ser um Estado poderoso, ficou na condição de pedir socorro e esmola como qualquer pobre.*



Fase Áurea da Borracha

Os colonos portugueses tiveram, ainda, importante função na modelagem da sociedade e da economia amazônicas, tanto nas cidades como no interior. Como classe política dominante, com o surgimento das atividades agrícolas e florestais-extrativas, tornaram-se agentes decisivos, suprindo essas atividades da liderança empresarial necessária como produtores, mercadores, exportadores e comerciantes, alcançando posição oligopolista, que conseguiram manter até o advento de novas correntes e grupos culturais mais dinâmicos e inovadores.

Durante a fase áurea da borracha, no fim do século passado e na primeira década do século XX, milhares de imigrantes lusos, atraídos pela fortuna, foram pioneiros na organização do sistema mercantilista de intercâmbio, representado pelo comércio típico de casas "aviadoras". As firmas portuguesas estabelecidas em Belém e Manaus transformaram essas cidades em entrepostos comerciais e estabeleceram as linhas logísticas de suprimento *rio acima* de mercadorias à base de crédito pessoal com os seringalistas e seringueiros cearenses e nordestinos, recebendo, em contrapartida, *rio abaixo*, mediante conta de venda, os gêneros e produtos extrativos destinados à exportação. Esse período histórico da economia amazônica denominei de *Era dos Jotas*, pela prevalência dessa letra nas iniciais das firmas portuguesas de então (J. G. Araújo, J. S. Amorim, J. A. Leite, J. Rufino, etc.).

Na época da crise e da depressão, nas décadas dos anos 20, 30 e 40, substituíram os antigos exportadores anglo-saxões e germânicos, que emigraram para os seus países de origem, passando a dominar como aviadores e exportadores, nas capitais e no interior, juntamente com os descendentes dos imigrantes judeus-marroquinos e sírio-libaneses.

As estatísticas do Censo de 1920 contaram a existência, no Amazonas, de 8.376 portugueses, sendo 6.103 homens e 2.273 mulheres, e no Pará havia 15.631 lusitanos, sendo 12.382 homens e 3.249 mulheres, o que muito facilitou o processo de integração e miscigenação pelo casamento com mulheres nativas. Ao todo eles

eram o mais numeroso grupo de estrangeiros, com 24.007 pessoas para um total de 39.019 estrangeiros recenseados em 1920, ou seja, os portugueses representavam 5,61% da população amazônica, que nesse Censo era de 695.112 habitantes, dos quais 445.356 no Pará e 249.746 no Amazonas. Se considerarmos somente a população urbana, 236.402 habitantes em Belém e 75.704 em Manaus, os 24.007 portugueses da época – que na sua maioria residia nessas duas cidades – representavam 13,0% da população urbana dessas duas metrópoles da borracha.

A grande maioria deles provinha da região dos minifúndios do médio e norte de Portugal. Deixaram suas aldeias, freguesias, quintas e suas querências ao longo do rio Douro, Minho e Tejo: Vila Real, Póvoa do Varzim, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia, Porto, Caldas da Rainha, Guarda, Albergaria-a-Velha, Alcobaça, Chaves, Soure, Viseu, Melgaço, Braga, Barcelos, Santarém, Alenquer, Bragança, Faro, Óbidos, Aveiro, Almada, Sintra, Oeiras, Setúbal, Arganil, Tabuaço, Matosinhos, Esparreja, Esposende, Coimbra, Pinhel, Murtosa, Armamar, Amores, Leiria, Ovar, Vila Flor, Mirandela, Covilhã, Resende, Abrantes, Vinhaes, Celorico, Famalicão e tantos outros pequenos lugarejos, vilas e concelhos, de onde se originava a maioria dos portugueses que vieram estabelecer-se em Manaus e Belém, no Amazonas e Pará. Alguns desses nomes se tornaram muito familiares em nossa região, pois foram adotados por ocasião da fundação de vilas e cidades da Amazônia.

Os imigrantes, quase todos jovens e pobres, eram filhos de agricultores e sitiantes, de numerosa família patriarcal, com rígida educação doméstica e obedientes à tradição, valores familiares e devotos de Nossa Senhora de Fátima.

Portugal não tinha mais, ao findar do século passado, muito futuro. Sobretudo a região Norte, terra agrícola dos minifúndios, pertencentes a proprietários de família numerosa, sem terem como encaminhar seus filhos para a lavoura, uma vez que as parcelas de terras, com a subdivisão da herança, se tornaram tão pequenas que eram incapazes de sustentar uma família. O jeito era emigrar para as colônias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, Bissau, Goa, Diu, Damião, Macau, remanescentes do antigo império. A fina flor de sua

juventude migrava para essas colônias ou para o Brasil, Venezuela e Estados Unidos, em busca de fortuna e de um futuro de dias melhores. As numerosas famílias que sobreviviam de uma pobre agricultura, cuidando das vinhas, das oliveiras, do azeite de cortiça e de outros produtos, incentivavam seus filhos a emigrarem para o além-mar; outras vezes, a chamado de tios, irmãos, parentes e amigos que, no Brasil, haviam conseguido um pé-de-meia e procuravam pessoas de confiança para ajudar a administrar os negócios: mercearias, padarias, açougues, bares, botequim, feiras, quitandas, lojas e pontos de comércio.

Mais tarde, esses parentes e amigos se tornavam sócios e parceiros no empreendimento. Assim começava a sua ascensão social. No caso da Amazônia, além desses estabelecimentos varejistas, os portugueses dominavam as casas aviadoras e o comércio de borracha e gêneros regionais, e assim muitos imigrantes eram chamados para aprender seu ofício como caixeiros, balconistas, viajantes e prepostos dos patrões como pessoas de confiança.

As famílias que ficavam em Portugal passavam, anos e anos, sem notícias dos seus parentes, até que um dia chegava carta comunicando a próxima visita do filho pródigo que, afinal, conseguira amealhar alguns contos e, assim, podia visitar a família. De modo geral, a carta pedia que os pais conseguissem esposas dignas, para fazer companhia e criar novo lar, também com numerosa filharada. Geralmente, a moça era escolhida na própria aldeia e a preferência caía numa prima, parente longínqua, vizinha, ou amiga dos pais, virgem, honesta e capaz de trabalhar e parir. Este vínculo do migrante com a sua aldeia, freguesia ou concelho era muito importante, pois esse referencial acompanhava o português imigrante pelo restante dos seus dias. Quando ocorria sucesso e fortuna, os pais e sogros passavam a receber mesadas e, muitas vezes, remetiam alguns contos para compra de quintas, vinhas e sítios, onde construíam casas para passar as férias, ou para os filhos educados em Portugal.

Muitas vilas, freguesias e concelhos chegaram a se beneficiar com investimentos dos portugueses de Manaus e Belém, quando não deixavam algum legado para a Santa Casa e outras instituições dos seus lugares de nascimento, como no caso do legado de José Rodrigues Cardoso para o asilo e creche de Vila Seca de Armamar.

Quando se tornavam abastados viravam comendadores e se dedicavam à administração de obras de filantropia, caridade, esportes e vida social, como o Hospital da Sociedade Beneficente Portuguesa, Luso Sporting Club, União Esportiva Portuguesa, Grêmio Náutico Portugal, Escola João de Deus, Associação Comercial e outras instituições sociais e comunitárias.

Com forte penhor pelos *bens de raiz* fizeram, com as suas economias, em incursões no mercado imobiliário residencial, criando condições de habitabilidade nas duas principais cidades amazônicas, transformando-se, assim, em rendeiros e senhorios de casas, vilas e estâncias.

Os portugueses mais humildes e menos afortunados igualmente tiveram papel importante na vida da cidade: eram carregadores e catraieiros do porto, carroceiros, padeiros, vendedores ambulantes, pescadores com suas *poveiras* e pequenos barcos, horticultores e verdureiros nos arrabaldes da cidade, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, serralheiros e mestres-de-obra, que ajudaram a construir, com os seus ofícios, os prédios da cidade, além de barbeiros, bordadeiras, costureiras, lavadeiras, cozinheiras e amas-secas, que tinham a preferência das donas de casa mais ricas da cidade, conforme consta dos anúncios e dos *precisa-se* publicados nos jornais da época.

Quando a crise chegou, a partir de 1911, os empresários portugueses em muito contribuíram para a sobrevivência das cidades de Belém e Manaus e seu interior, por meio de suas casas aviadoras, dos navios de seus armadores, dos seus armazéns de estivas e fazendas e do seu comércio de importação e exportação, em substituição às lideranças anglo-germânicas do período áureo. Não eram numerosos apenas no alto comércio das ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira e Marcílio Dias, em Manaus, ou nas ruas 15 de Novembro, João Alfredo e Boulevard Castilho França, em Belém, onde se localizavam os seus principais estabelecimentos e escritórios.

Os portugueses de menores posses foram-se espalhando por toda a cidade, com seus estabelecimentos localizados nas esquinas das ruas da cidade. Essas esquinas e *cantos* de rua constituíam pontos estratégicos para fundação e operação do mercado varejista nos ramos de *secos e molhados* e de serviços: mercearias, bares e botequins, qui-

tandas, açougues e padarias. Muitos deles, após longos anos de diuturno trabalho, com a ajuda de suas esposas e filhos, conseguiam amealhar alguma fortuna para permitir uma viagem a Portugal, de férias, para manter os vínculos familiares d'além-mar, para educação dos filhos em escolas portuguesas, remessa de mesadas para seus parentes, regressando muitos deles definitivamente às suas aldeias, onde adquiriam as suas *quintas*, deixando aos filhos, já brasileiros, a tarefa de continuar os seus negócios em Belém e Manaus.

A Era dos Jotas

Grande parte deles atendia pelos nomes de José, Joaquim e João, daí porque, ao se estabelecerem, seguindo a tradição, adotavam nas suas firmas essa inicial seguida do sobrenome familiar e, assim, esses *jotas* passaram a dominar a paisagem dos letreiros, das marcas e dos nomes dos seus armazéns e negócios. O maior deles, J. G. Araújo – Joaquim Gonçalves de Araújo, estabelecido desde 1877, merece destaque especial por se haver constituído na principal firma de Manaus, na fase da crise e depressão, que vai do início da década dos anos 10 e termina nos anos 40.

Passemos, pois, a citar as principais empresas portuguesas dos *Josés*, *Joaquins* e *Joãos*, que atuaram no período do apogeu da borracha, passando pela grande crise até chegar aos anos da recuperação, nas duas décadas do pós-guerra. Nos dias atuais da Zona Franca de Manaus, apenas um pequeno número de jotas conseguiu sobreviver ao longo dessas eras de descontinuidade. Eis a lista da *Era dos Jotas*:

J. H. Andresen (portugueses do Porto, de origem dinamarquesa)	S.A. Armazéns Andresen
J. G. Araújo & Cia.	Armazéns Rosas
J. A. Leite & Cia.	Aviadores e armadores
J. S. Amorim & Cia.	Cia. Armazéns de estivas e fazendas
J. Rufino & Cia.	Armazéns de fazendas
J. Soares & Cia (último dos jotas, cuja firma fechou em 1997)	Empório de ferragens
J. Martins de Araújo	Recebedores de borracha
J. Mendes	Recebedores de borracha
J. Vidinha & Cia.	Recebedores de borracha
J. Marreiros & Ferraz	Recebedores de borracha

J. F. Mendonça & Cia.	Recebedores de borracha
J. Alves de Freitas & Cia.	Recebedores de borracha
J. A. de Vasconcelos	Recebedores de borracha
J. Adonias & Cia.	Recebedores de borracha
J. da Costa & Cia.	Recebedores de borracha
J. E. Rollo	Recebedores de borracha
J. P. da Silva Júnior	Recebedores de borracha
J. R. da Costa	Recebedores de borracha
J. H. de Barros Braga	Recebedores de borracha
J. Dias de Almeida	Recebedores de borracha
J. Frota & Cia.	Recebedores de borracha
J. C. Rodrigues & Cia.	Recebedores de borracha
J. Marques & Cia.	Recebedores de borracha
J. Nogueira Queiroz	Recebedores de borracha
J. Dias D'Oliveira	Recebedores de borracha
J. Martins & Cia.	Recebedores de borracha
J. R. Brandão	Recebedores de borracha
J. C. Barreiros	Recebedores de borracha
J. Guedes	Recebedores de borracha
J. R. da Silva	Recebedores de borracha
J. M. de Araújo	Recebedores de borracha
J. Mendes	Recebedores de borracha
J. Barbosa da Silva	Recebedores de borracha
J. R. Braga	Recebedores de borracha
J. S. de Freitas & Cia.	Recebedores de borracha
J. Cruz & Irmão	Recebedores de borracha
J. Soares Cavalcante	Recebedores de borracha
J. S. Cardoso	Recebedores de borracha
J. Souza Batalha	Recebedores de borracha
J. Octávio	Recebedores de borracha
J. A. Silva & Cia.	Recebedores de borracha
J. A. Pires	Recebedores de borracha
J. V. Couto	Recebedores de borracha
J. Coelho & Cia.	Recebedores de Borracha
J. J. da Câmara	Livraria Clássica
J. Lopes & Cia.	Construtores
J. V. D'Oliveira & Irmão	Representações e seguros
J. Dias Paes	Agência de navegação
J. Macedo	Casa funerária
J. Nunes Guerra & Cia.	Casa Guerra – mercearia
J. A. Santos	Empreiteira de obras
J. A. Morgado	Mercearia
J. F. Coelho	Livraria Acadêmica
J. M. Diniz	Mercearia
J. Vilela	Mercearia
J. R. da Silva Fontes & Cia.	Representações
J. Cardoso & Cia.	Estivas
J. Cruz	Padaria
J. M. Figueiredo	Alfaiataria Sportiva
J. Barbosa Grosso	Padaria Modelo
J. Bastos & Cia.	Estivas
J. Silva & Cia	Sapataria Elite
J. Malheiros & Cia.	Farmácia Malheiro
J. Martins	Livraria Normalista
J.C. Maia & Cia.	Aviadores
J. Araújo Maia	Padaria
J. J. de Oliveira Reis & Cia. Ltda. – Café da Paz	Casa de bilhar

Os Senhores Comendadores

Entre as antigas condecorações e concessões honoríficas, ressaltavam-se as insígnias ou benemerências de comendador, titular de uma comenda ou dignidade que assegurava ao seu portador um elevado *status* social perante a comunidade. Essas ordens foram sendo criadas pelos soberanos ou governos para premiar determinados cidadãos, profissionais ou empresários pelos altos e relevantes serviços ao país de origem, pela lealdade e filantropia, ou em reconhecimento do prestígio social comunitário. Elas constituíam, para aqueles que haviam enriquecido, como no caso dos portugueses, no além-mar, uma forma de promoção social, pois, de um modo geral, esses antigos imigrantes provinham de famílias camponesas, de origem humilde. Como não haviam recebido escolarização adequada necessitavam de um título de reconhecimento que lhes valorizasse o nome e impusesse tratamento respeitoso perante os demais membros da sociedade. A busca do prestígio por parte desses comerciantes assemelha-se à luta pelo título de nobreza ao tempo da monarquia e se equipara aos famosos títulos de coronéis-de-barranco, atribuídos aos seringalistas cearenses.

Desse modo, o governo português e até o Vaticano passaram a conceder o grau de comendador aos seus conterrâneos e fiéis que haviam granjeado sucesso e fortuna na Amazônia. Os nossos comendadores portugueses eram numerosos, pois durante a fase áurea da borracha, os aviadores, importadores e exportadores, após o enriquecimento, necessitavam subir na escala social e mostrar prestígio e superioridade junto aos seus aviados, amigos, familiares e membros da comunidade.

Em Manaus muitos foram os comendadores que receberam essas insígnias do governo português. Além desses comendadores *oficiais* havia, também, o costume de chamar de *comendador* a todo o comerciante português rico, tivesse ou não recebido a comenda do governo lusitano ou do Vaticano. A seguir vai uma lista deles, que serve para ilustrar a elite lusitana que prosperou em Manaus, durante as diversas fases dos nossos ciclos econômicos. Pedindo desculpas pela omissão de alguns nomes e dos comendadores pa-

raenses, não mencionados por falta de informação e registro e documentação, relacionamos alguns que receberam, em Manaus, o grau de comendador, segundo o *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, editado em 1929, e outro em data mais recente:

Alexandre Amorim
Manoel Pereira Gonçalves
José Teixeira de Souza
Francisco de Souza Mesquita
Marçal Domingos Ferreira
Domingos de Almeida Souto
Armando R. da Fonseca
Bernardo Antônio de Oliveira Braga
Joaquim Gonçalves Araújo (conde de São Gregório Magno do Vaticano)
Luís Eduardo Rodrigues
José Cláudio Mesquita
Guilherme Nicolau dos Santos
Francisco Luís Pereira
José Gonçalves de Medeiros Branco
Manoel Joaquim Pereira de Sá Morais
Porfírio dos Remédios Varela
Antônio Duarte de Mattos Areosa
J. Machado Silva (barão)

E mais recentemente:

Agesilau de Araújo
Manoel Antônio Gomes
Diamantino Ramos
Jacob Benoliel
Emídio Vaz D'Oliveira (comendador do Vaticano)
José Cruz
Fernando Soares
José dos Santos da Silva Azevedo

Memória empresarial portuguesa na década dos anos 40 do século XX

Os portugueses e luso-descendentes na Amazônia têm uma longa e tradicional história. História e passado que não se limitam ao período colonial, quando europeizaram e lusitanizaram a Amazônia por intermédio da língua, fé, usos, costumes, tradições, folclores, danças, comidas e bebidas.

Passado esse tempo, que hoje é história, impõe-se uma revisão e releitura crítica do aportuguesamento que causou a perda da identidade indígena. Não devemos esquecer que esse fato deve ser interpretado à luz dos tempos d'antanho, com todas as suas idiossincrasias, ideologias, preconceitos e até arbitrariedades e abusos.

Outrossim, é importante conhecer as marcas da identidade e do modo de ser português, que procuravam imprimir na região, quer pela conquista territorial quer pelo processo de ocupação e povoamento.

Nos tempos modernos, já nos fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, novos imigrantes portugueses chegaram a Belém e Manaus e a outras cidades e vilas da região, atraídos pela fortuna do ciclo da borracha, à semelhança de outros grupos alienígenas, que também aqui aportaram, como ingleses, franceses, alemães, judeus, sírio-libaneses, *cearenses* e *gaúchos*.

Depois da transumância nordestina, calculada em mais de 500.000 *cearenses*, no período de 1850 a 1920, os portugueses constituíram o maior grupo cultural que voltara à região, depois do passado colonial distante. Desse modo, eles tiveram sua presença e participação tanto no ciclo das drogas do sertão como no ciclo da borracha, durante e depois da crise.

Durante o ciclo do ouro negro, as maiores lideranças, sem dúvida, eram as dos exportadores ingleses, alemães e franceses, sobretudo dos primeiros, porque eram concessionários dos serviços públicos que dominavam o setor da infraestrutura de portos, transportes, água, luz, esgoto, telégrafo, telefone, bonde, navegação oceânica e bancos. Depois deles, no entanto, a parti-

cipação portuguesa foi a segunda em importância durante esse ciclo e na época da crise e depressão, concorrendo em importância com o grupo cultural judeu que, desde 1810, vinha se transferindo para a Amazônia, partindo de Tetuan, Tânger e outras cidades marroquinas, após sua expulsão da Espanha (1492) e Portugal (1496).

Por serem da mesma origem ibérica e por falarem a mesma língua, não houve muita dificuldade de relacionamento, apesar da concorrência e competição haver provocado alguns desencontros e discordâncias. Nesse particular, os judeus serviram de intermediários e amortecedores entre os ingleses, alemães e franceses, que dominavam o mercado exportador e os portugueses. Todos eles participaram da classe dominante, da burguesia do período. Os judeus levavam vantagens por serem poliglotas, pois haviam sido educados pelas Escolas da Aliança Israelita Universal no Marrocos, por meio de intensa aprendizagem de francês e inglês. Com os alemães também essa intermediação se realizava porque os primeiros judeus, da Alsácia e Lorena, aqui chegados, dominavam tanto o francês como o alemão, de modo que o trânsito era mais fácil e foram, assim, bastante úteis aos *barões*, *comendadores* e líderes portugueses da classe de aviadores e donos dos empórios e armazéns.

Esses novos contingentes portugueses foram numerosos, por isso a sua influência se fez sentir mais de perto e com mais intensidade em todos os setores empresariais da Amazônia, pois ao enriquecerem, após um árduo e difícil período de muito trabalho e privações, conseguiram dominar não apenas os segmentos do alto comércio, de aviadores das comunidades das ruas 15 de Novembro, João Alfredo e Boulevard Castilho França, em Belém, como também em Manaus, ocupando os locais mais nobres e importantes das ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira, Marcílio Dias, avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro.

A classe média do comércio português, em Manaus, também foi bastante numerosa, pois dominavam os ramos de estivas e bebidas – secos e molhados –, ferragens, materiais de construção, construtores-empreiteiros de obras, outros segmentos, cujos

estabelecimentos se espalhavam pelo centro histórico da cidade, nas avenidas Sete de Setembro e Eduardo Ribeiro, ruas Marquês de Santa Cruz, dos Barés, Miranda Leão, Barão de São Domingos e praça Tenreiro Aranha.

O terceiro extrato de portugueses mais pobres, que conseguiram se classificar social e economicamente, ocupou as principais esquinas e *cantos* da cidade, onde montaram os seus pequenos negócios de padarias, mercearias, quitandas, quiosques, bares, botecos e botequins. Onde houvesse uma esquina, havia um português com certeza lá estabelecido com ajuda da esposa portuguesa. A estratégia comercial era muito trabalho e economia. A sala da frente era ocupada pelo balcão, prateleiras e caixa registradora, para expor a mercadoria, atender os fregueses de caderneta e receber o pagamento e anotar o fiado. Nos fundos da casa, a mãe portuguesa tomava conta do lar e educava os filhos à velha moda lusitana, aprendida nas suas vilas e aldeias d'além-mar, pois a maioria das famílias provinha de regiões empobrecidas do norte e do médio Portugal, onde dominavam os minifúndios com os seus pequenos sítios e quintas.

O quarto segmento português estava representado pela classe dos extratos sociais mais baixos em termos de educação e escolarização. Portugal, na primeira década do século XX, em toda a Europa, era o país de maior índice de analfabetismo, e grande parte desses imigrantes mal sabia ler e escrever, ou quando muito havia mal concluído o curso primário. Esses estamentos sociais, de mais baixo *status* social e econômico estavam representados pelos carregadores do porto, catraieiros, pescadores com suas poveiras e lavradores com suas hortas, granjas de verdura e vacarias de leite, cujos produtos eram comercializados em bancas de pedras no Mercado Público Municipal Adolpho Lisboa, em Manaus, e no mercado de ferro do Ver-o-Peso, de Belém do Pará. As mulheres portuguesas eram muito requisitadas pelas ricas famílias para servir de cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, babás e governantas, conforme amplo noticiário do *precisa-se*, publicado nos jornais locais.

Há, portanto, uma rica contribuição portuguesa a ser estudada quando se analisa a formação social, cultural e econômica da Amazônia. Parte dessa participação já foi mencionada anteriormente neste capítulo. Agora seria interessante relembrar a memória das empresas portuguesas, que tiveram forte atuação tanto em Belém como em Manaus, nas décadas dos anos 40 e 50, que foram os períodos mais críticos e difíceis da vida regional.

Como não possuo os dados, registros e cadastros das empresas de portugueses e de luso-descendentes de Belém, limito-me a registrar os nomes das principais empresas portuguesas de Manaus. Não devemos esquecer, todavia, que sua participação em Belém foi também muito importante, pois as maiores empresas eram de origem portuguesa: Banco Moreira Gomes, J. Marques & Cia. (aviadores), A. Manoel Pinheiro & Cia., Silva Cerdeira & Cia., Teixeira Bastos Irmãos, B. R. de Andrade & Cunha, Gervásio José Cerdeira & Cia., Andrade & Cia., R. Vieira & Cia., José M. da Silva Cascaes, Henrique P. Alves, Coval, Braga & Amorim, Coutinho Carvalho & Cia., Francisco A. de Barros & Cia., Joaquin da Cunha Muniz, Francisco Joaquim Pereira & Cia., Antônio Peixoto Gomes, T. Brambeer & Cia., Francisco Gaudêncio da Costa & Filho, Victor R. de Oliveira & Cia., José Frazão da Costa, Aguiar e Silva & Sobrinho, sem esquecer a tradicional Casa Palmeira e Manoel Pinto da Silva que construiu o maior arranha-céu de Belém e da Amazônia (SANTOS, R. 1980: 130).

Manaus, no ano de 1940, tinha uma população de 106.399 habitantes, dos quais 75.765 pertenciam ao distrito urbano da capital; 27.949 moravam no distrito do Careiro e 2.685 habitantes no distrito de Airão, os quais compunham o município de Manaus (BENCHIMOL, 1947: 65). Nesse município, o Censo de 1940 registrou a presença de 2.519 portugueses na cidade de Manaus, ou seja, 3,65% do total de 75.765 habitantes da zona urbana. No Censo de 1920, os portugueses eram 15.631 no Pará e 8.376 no Amazonas, chegando a registrar 13% da população urbana das cidades de Belém e Manaus. A depressão,

entre 1920 e 1940, fez reduzir drasticamente a população portuguesa na região, caindo em Manaus de 8.376 para 2.519 cidadãos portugueses. Esses números indicam a importância de sua presença tanto em Belém como em Manaus.

O *Indicador de Manaus* de 1940, que serviu de base para a publicação desta memória portuguesa, registrou a existência de 151 empresas portuguesas para um total de 394 casas comerciais da cidade. Ou seja, os lusos e seus descendentes tinham uma participação de 38,32% do universo de empresas exportadoras, importadoras, aviadoras, atacadistas e varejistas da cidade. Dominavam, portanto, o setor terciário mercantil e de serviços.

Para os portugueses, a Amazônia servia de escola de vida. Aqui chegaram muitos jovens pobres e com pouca escolarização. Graças à ajuda de algum patrício e com muito esforço próprio e por terem famílias bem organizadas, baseadas em bons princípios de conduta ética e religiosa, a grande maioria obteve sucesso. Essa ascensão social e econômica se verificou pelo comércio com os seus estabelecimentos e casas de negócio.

A memória empresarial portuguesa, em 1940, registra a presença de 151 empresas, das quais 36 portavam a letra *J* como inicial de suas lojas e empresas, daí porque classifiquei esse período como a *Era dos Jotas*. A seguir transcrevemos os nomes dessas empresas, por ordem alfabética, seguida da marca, nome de fantasia, ramo de negócio e endereço. A maior parte desses estabelecimentos já desapareceu por falta de sucessores, ou decisão de encerramento da atividade de seus fundadores que regressaram a Portugal, ou se aposentaram para viver de aluguéis dos bens de raiz, construídos nos tempos de bonança. Ou então, por decisão de seus filhos que se recusavam a continuar nos negócios da família, por considerarem de baixo prestígio social, a fim de se dedicarem às profissões liberais, de melhor *status*. Esse comportamento é típico de quase todos os grupos culturais da segunda e terceira gerações, que procuram esquecer a profissão e o balcão de seus humildes pais, quando deveriam ter orgulho de suas raízes e do duro labor de seus antepassados.

Nos quadros a seguir vamos notar o decréscimo da influência portuguesa nos quadros empresariais de Manaus, entre 1940 e 1998, quando verificamos a queda no número de estabelecimentos comerciais. Novos grupos de imigrantes e outros contingentes culturais viriam ocupar o vazio deixado pela liderança portuguesa. Judeus, sírio-libaneses, *cearenses*, *gaúchos*, *paulistas*, japoneses e outros grupos contemporâneos, extemporâneos ou distanciados no tempo, vieram concorrer e competir no mercado com os seus novos estabelecimentos comerciais.

Nota-se ainda pouca ou nenhuma presença do setor nativo, caboclos e índios, neste tempo de destribalização e modernização. Praticamente foram os dois únicos grupos sociais que pouco conseguiram ascender na escala social. Continuam ou confinados no interior ou, quando migram para Manaus, vêm ocupar a periferia por meio de invasões, palafitas construídas nos leitos dos igarapés e sem chance de melhorar a qualidade de vida. Ainda vai levar bastante tempo até que a sociedade enriqueça e se lembre desses que ainda são a maioria e a massa crítica da população regional, empobrecida e esquecida.

Manaus, com a Zona Franca, tornou-se um mercado novamente atraente, cosmopolita e plural, dado o aporte de muitos migrantes nacionais e do exterior, tornando a sociedade amazonense mais diversificada e complexa. A velha cidade provinciana dos anos 20 e 40 do século passado, tornou-se uma metrópole de 1.500.000 habitantes, que vive atormentada por todo tipo de problema: de trânsito, transporte, saneamento, energia, saúde, educação e outros serviços públicos. O mundo empresarial diversificou-se e perdeu suas características originais do passado. Conseguiu, no entanto, atrair considerável número de empresários de todas as partes, que buscam suprir a população de bens e serviços, com alto nível de competitividade e concorrência em todos os setores e segmentos econômicos.

Os quadros a seguir falam por si mesmos sobre a identidade e a memória dos empresários portugueses e seus descendentes, nos idos de 1940 e nos dias atuais (1998):

Nome	Marca	Ramo de negócio	Endereço
A. G. Esteves	Esteves	Fábrica de bebidas	Av. 7 de Setembro, 1.201
A. J. da Silva	Capitólio	Botequim	Av. 7 de Setembro
A. R. de Andrade & Cia. Ltda.	Guaraná	Fábrica de bebidas	Av. Joaquim Nabuco, 291
A. R. Páscoa & Cia.	Moinho	Moinho de café	Rua Joaquim Sarmento, 87
A. Dias Ferreira	Moinho	Mercearia	Rua Costa Azevedo, 9
A. Mathias dos Santos	Verdade	Fábrica de móveis vergado	Rua Leonardo Malcher, 34
A. Marques	Ultramarino	Botequim	Rua Marechal Deodoro, 286
A. Nunes Duarte	Duarte	Mercearia	Rua Joaquim Sarmento,188
A. Pires Correia	Vencedor	Aviadores	Praça Tenreiro Aranha, 50
A. Ribeiro & Cia.	Cosmopolita	Mercearia	Rua Marquês de Sta. Cruz
A. Venâncio & Cia.	Varzim	Representantes	Rua Guilherme Moreira, 201
Adriano Bernardino	Bernadino	Doceria	Av. Eduardo Ribeiro, 565
Alberto A. Rebelo	Rebelo	Botequim	Barão de São Domingos, 62
Alberto Pereira & Cia.	Manarte	Estivas	Barão de São Domingos, 77
Alfredo Dias Marques	Restauradora	Mercearia	Av. Joaquim Nabuco, 1.728
Alfredo J. Cunha	Cunha	Empreiteiro	Rua 10 de Julho, 47
Agostinho Lopes Monteiro	Reservatório	Mercearia	Praça Chile, 497
Amadeu Teixeira	Amadeu	Funilaria	Rua Guilherme Moreira, 140
Américo Pinho	Grijó	Representante	Praça 15 de Novembro, 147
Alexandre Coelho	Alexandre	Confeitaria	Av. Joaquim Nabuco, 325
Antônio Cruz & Filhos	Cruz	Loteria Federal	Av. 7 de Setembro, 733
Antônio José Cunha	Cunha	Alfaiataria	Av. 7 de Setembro, 838
Antônio de Almeida Corrêa	Mosaicos	Fábrica de mosaicos	Rua Saldanha Marinho, 303
Antônio M. Henriques	Aymoré	Representante	Rua Marechal Deodoro, 153
Ângelo Pires Carvalho	–	Distribuidor de lenha	Rua Frei José dos Inocentes, 6
Armando Barros	Barros	Administradora de bens	Rua Tamandaré, 144
Armando Lima & Cia.	Tamanduá	Administradora de bens	Rua Marcílio Dias, 196
Arthur Reis & Cia. Ltda.	Reisol	Aviadores	Rua Theodureto Souto, 72
Arthur Leal & Cia.	Caxangá	Estaleiro naval	Ilha do Caxangá
Augusto Lima	Augusto	Estaleiro naval	Rua José Paranaguá, 711
Aurélio Antunes & Cia. Ltda.	Antunes	Representante	Rua Guilherme Moreira, 163
Azevedo & Cia.	Colombo	Fazendas	Av. 7 de Setembro, 771
Banco Nacional Ultramarino	Colonial	Agência Banco	Rua Marechal Deodoro, 271
Benjamim Alves	Delcy	Representante	Rua Quintino Bocaiúva, 76
Braz Antunes	Braz	Mercearia	Mercado Público
Cândido Araújo & Cia. Ltda.	Estrella	Fazendas	Rua Marquês de Santa Cruz, 327
Carneiro da Mota & Cia. Ltda	Motta	Aviadores	Rua Guilherme Moreira, 312
Carvalho & Reis	Mimosa	Botequim	Praça Oswaldo Cruz, 49
Central de Ferragens S.A.	Central	Armazém de ferragens	Rua Marechal Deodoro, 92
Coimbra & Cia. Ltda.	Leão	Fazendas	Rua dos Barés, 17
Castro & Costa	Minhota	Padaria	Rua Ferreira Pena, 376
Domingos T. da Silva	Tavares	Padaria	Rua Epaminondas, 727
Donadio de Thomaz	Donadio	Móveis	Rua Lobo d'Almada, 25
E. A. Morais	Morais	Serraria	Bairro Constantinópolis
Eduardo Souza Pinto	Pinto	Estaleiro naval	Rua Wilkens de Matos, 459
Ernesto Pinho	Natal	Sapataria	Av. 7 de Setembro, 844
Empresa Cinema Avenida Ltda.	Avenida	Cinema	Av. Eduardo Ribeiro
Fábrica Mimi Ltda.	Mimi	Padaria	Rua 24 de Maio, 439
Fábrica Portuense Ltda.	Portuense	Padaria	Av. Joaquim Nabuco, 424
Fábrica Rosas Ltda.	Fabrosas	Padaria	Av. 7 de Setembro, 1.043
Ferreira & Vasconcelos	Normal	Sorveteria	Av. 7 de Setembro, 1.119
Ferreira da Silva & Cia.	Borboleta	Representante	Rua Marechal Deodoro, 236
F. Cavalcante & Cia.	Cavalcante	Malaria	Rua Henrique Martins, 107
F. Fernando Cadilha	Colegial	Livraria	Rua Henrique Martins, 172
F. Lopo & Cia.	Lopo	Malaria	Rua dos Barés, 121
Gavinho & Gonçalves	Escolar	Livraria	Rua Henrique Martins, 181
Guilherme Cabete	Mercadinho	Mercearia	Rua dos Barés, 36
H. Batista	Tartaruga	Fazendas	Praça Tenreiro Aranha, 14
Henrique Martins & Cia.	Áurea	Fábricas de tijelinhas	Av. Floriano Peixoto
Henrique Pinto & Cia.	Monteiro	Representante	Rua Marechal Deodoro, 163
Henrique Oliveira	Oliveira	Mercearia	Rua dos Barés, 87

Ignácio O. Silva	Ignácio	Fábrica de bebidas	Rua Miranda Leão, 55
J. Baptista & Cia. Ltda.	Baptista	Estivas	Rua dos Barés, 26
J. Dias Paes	Paes	Representante	Rua Marechal Deodoro, 214
J. da Câmara	Clássica	Livraria	Rua Guilherme Moreira, 123
J. Lopes & Cia.	Jotalopes	Empreiteiro de obras	Rua 24 de Maio, 343
J. Macedo & Cia.	Macedo	Casa funerária	Av. 7 de Setembro, 874
J. Nunes Guerra & Cia. Ltda.	Nuguerra	Mercearia	Rua Marquês de Sta. Cruz, 55
J. Soares & Cia. Ltda.	Mercado	Armazém de ferragens	Rua dos Barés
J. A. Leite & Cia. Ltda.	Guajará	Aviadores	Rua Guilherme Moreira, 216
J. A. Santos	Santos	Empreiteiro de obras	Rua José Clemente, 276
J. A. Morgado	Morgado	Mercearia	Rua dos Barés, 104
J. F. Coelho	Acadêmica	Livraria	Rua Henrique Martins, 167
J. G. Araújo & Cia. Ltda.	Rosas	Armazéns-Aviadores	Rua Marechal Deodoro, 170
J. M. Diniz	Diniz	Mercearia	Av. Joaquim Nabuco, 1.512
J. Vilela	Villela	Mercearia	Av. Epaminondas, 254
J. R. da Silva Fontes & Cia.	Silvantes	Representantes	Rua Marcílio Dias, 217
J. S. Amorim & Cia.	Miroma	Armazéns-Aviadores	Rua Theodureto Souto, 90
João Alves	Alves	Bar e leitaria	Av. Eduardo Ribeiro, 330
Júlio Rodrigues Ferreira	Avenida	Bar e leitaria	Av. Eduardo Ribeiro, 487
Joaquim Ferreira Valente	Valente	Estivas	Rua Lauro Cavalcante, 49
J. V. D'Oliveira & Irmão	Transmontes	Representante – Seguros	Rua Guilherme Moreira, 278
J. Cardoso & Cia.	Santacruz	Estivas	Rua Marquês de Sta. Cruz, 43
J. Cruz	Amazonense	Padaria	Rua Marquês de Sta. Cruz, 271
J. M. Figueredo	Sportiva	Alfaiataria	Av. Eduardo Ribeiro, 351
J. Barbosa Grosso	Modelo	Padaria	Av: Joaquim Nabuco, 354
José Batista & Cia.	Herdeiro	Estivas	Rua Marcílio Dias, 82
Joaquim do Vale	M. P. M.	Mercearia	Av. Epaminondas
J. Mathias da Costa	Amazonas	Sapataria	Rua Marquês de Sta. Cruz, 317
Joaquim Leite	Iracema	Sapataria	Av. Joaquim Nabuco, 817
J. Silva & Cia.	Elite	Sapataria	Av. 7 de Setembro, 923
José Lopes Rego	Restaurante	Hotel	Av. Eduardo Ribeiro, 370
J. Malheiro & Cia.	Malheiro	Farmácia	Rua Marquês Santa Cruz, 34
J. Martins	Normalista	Livraria	Av. 7 de Setembro, 94
J. C. Maio & Cia.	Maio	Aviadores	Rua Guilherme Moreira, 150
J. Araújo Maia	Manáos	Padaria	Rua Barão São Domingos, 40
J. Rufino	Alijó	Armazéns-Aviadores	Rua Marechal Deodoro, 125
J. J.de Oliveira Reis & Cia. Ltda.	Café da Paz	Casa Bilhares	Av. Eduardo Ribeiro, 426
Lino Aguiar	Aguiar	Livraria e papelaria	Av. 7 de Setembro, 895
L. O. Bastos & Cia.	Lobastos	Marchantaria	Praça dos Remédios, 116
Leite & Siqueira	Leite	Bar e leitaria	Av. Getúlio Vargas, 118
Luciano Marques & Cia.	Luciano	–	–
Renascença	–	Ferragens/Mercearia	Av. Joaquim Nabuco, 770
Miranda Correia & Cia.	Cervejaria	Cervejaria	Rua Dr. Aprígio
Moinho Amazonas	Amazonas	Torrefação café	Av. Getúlio Vargas, 319
Manoel Rodrigues Marques	Serve Bem	Estivas	Rua Marquês Santa Cruz, 251
Mattos Areosa & Cia. Ltda.	Oriente	Representante	Rua Marechal Deodoro, 290
Marques, Irmãos & Cia.	Francfort	Padaria	Av. Joaquim Nabuco, 732
Martins Pinheiro & Cia.	Confiança	Estivas	Rua Barão São Domingos, 47
Máximo Rodrigues	Máximo	Fábrica de bebidas	Rua Marcílio Dias, 47
Manoel Antônio Morgado	Pontochic	Bar e Café	Av. Eduardo Ribeiro, 390
Matheus Silva & Cia. Ltda.	Onça	Sapataria	Rua Marquês Santa Cruz, 229
Manoel Dias Domingues	Aurora	Padaria	Rua dos Andrades, 62
Marques & Cia. Ltda.	Marchantes	Marchanteria	Rua dos Barés, 31
Mendes Silva & Cia. Ltda.	Canavarro	Armazéns Ferragens	Rua dos Barés, 99
Messias A. Mota	Messias	Estivas	Rua Marcílio Dias, 197
Magalhães & Cia.	Gazosas	Fábrica de bebidas	Rua dos Barés, 135
Monteiro & Barreto	Arraes	Alfaiataria	Rua da Instalação, 87
Menezes & Cia. Ltda.	Linda	Estivas	Rua Marechal Deodoro, 62
M. J. Soares	Waldy	Armador	Rua Tamandaré, 164
M. F. Barros	Laile	Armador	Rua Marcílio Dias, 233
Manacapuru Industrial Ltda.	Milumber	Serraria	Rua Isabel, 58
Manoel T. da Silva Braga	Silvabraga	Tabacaria	Rua Barão São Domingos, 11
Manoel da Costa Novo	Turbalina	Relojoaria	Praça Oswaldo Cruz, 151
Marques & Gaspar	Povo	Livraria	Rua Marquês Santa Cruz, 307
Nicolau da Costa & Cia.	Nicolau	Aviador	Praça 15 de Novembro, 135

Nogueira Irmãos	Progresso	Padaria	Rua da Instalação, 124
Nunes Thomaz & Cia. Ltda.	Ariacre	Armazéns de estivas	Rua Guilherme Moreira, 211
Oliveira & Cia. Ltda.	Bicho	Fazendas	Av. 7 de Setembro, 473
Oliveira Marques	Alegria	Representante	Rua Guilherme Moreira, 194
Pinho Branco & Irmão	Pinho	Mercearia	Av. Eduardo Ribeiro, 519
Pinto Ribeiro & Mendes	Ribeiro	Funilaria	Rua Theodureto Souto, 76
Pinho & Cia.	Natal	Sapataria	Av. 7 de Setembro, 844
Porfírio Varella	Varella	Estivas	Rua Barão São Domingos, 8
Rebello & Irmão	Salima	Barbearia	Av. 7 de Setembro, 1.061
Ribeiro & Cia. Ltda.	Cosmopolita	Mercearia	Rua Marquês de Santa Cruz, 11
Riça & Santos	Riça	Aviadores	Rua Marechal Deodoro, 62
R. Pereira	Construtor	Serraria	Rua Miranda Leão, 41
R. N. Madeira	Baré	Fábrica de bebidas	Rua Saldanha Marinho, 435
S. Paulo & Martinho	S. Paulo	Joalheria	Av. Eduardo Ribeiro, 237
Sinfrônio & Cia.	Sinfrônio	Armazéns de estivas	Rua Marquês Santa Cruz, 263
Simões & Cia. Ltda.	Brasil	Padaria	Rua Barão São Domingos, 61
S. Monteiro & Cia.	Páscoa	Representantes	Rua Guilherme Moreira, 237
Sérgio Cardoso	Phenix	Tipografia	Rua Joaquim Sarmento, 78
Soares & Carvalho	Borboleta	Fábrica de sabão	Rua Silva Ramos, 905
Taveira Coutinho & Cia.	Fortuna	Armazéns de estivas	Rua Barão São Domingos, 9
Thomaz da Costa Barreiro	Thomaz	Funilaria	Rua Guilherme Moreira, 242
Torres & Porto	Guerra	Malaria	Rua Miranda Leão, 29
Teixeira Pinto & Cia.	Mundego	Representantes	Praça tenreiro Aranha, 135
Virgílio Rosas	Virgílio	Fábrica de bebidas	Rua Marcílio Dias
Viúva Monteiro & Filhos	Viúva Monteiro	Malaria	Rua Miranda Leão, 41
Viúva Marques & Filhos	Viúva Marques	Marcenaria	Rua Guilherme Moreira, 372

Estabelecimentos comerciais de portugueses e luso-descendentes, em Manaus, no período 1990-1998

A comunidade portuguesa de Manaus vem diminuindo de tamanho e de importância na medida em que, cessada a imigração de Portugal para o Brasil e Amazonas, os luso-descendentes da segunda e terceira gerações abandonaram os negócios de seus pais e procuraram, como os demais grupos sociais, bacharelar-se e adquirir formação profissional universitária.

Ficaram, contudo, ainda alguns remanescentes da colônia portuguesa que, um dia, dominou o comércio e a indústria do Amazonas e Pará, com os seus aviadores, exportadores e comendadores.

Dos que ficaram, os luso-descendentes da segunda e terceira gerações, uma parte continuou com as empresas de seus ascendentes, dando continuidade aos seus negócios. Poucas são as empresas portuguesas e de luso-descendentes que conseguiram sobreviver à época da grande crise. Os *Jotas* desapareceram da comunidade empresarial: o último deles, a firma J. Soares & Cia. Ltda., encerrou

as suas atividades em 1997, fechando, assim, a derradeira grande empresa portuguesa do ciclo da borracha. Há, contudo, uma nova geração de portugueses e descendentes que continua ativa e muitos deles são líderes do comércio local. As próprias instituições portuguesas, como a Sociedade Beneficente Portuguesa e o Luso Sporting Club, ambos de grande tradição na cidade, sobrevivem com dificuldades graças aos esforços de alguns líderes que ainda mantêm acesa a chama da lusitanidade entre nós.

A seguir relacionamos as principais empresas portuguesas e de luso-descendentes que continuam a trabalhar em Manaus, na atual década de 1990-1998.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS DE PORTUGUESES E LUSO-DESCENDENTES DE MANAUS, NO PERÍODO DE 1990-1998

Nome	Ramo	Endereço
Importadora TV Lar Ltda.	Eletrodomésticos	Rua Henrique Martins, 539
Importadora Belmiro Ltda.	Magazine	Av. 7 de Setembro, 847
Refrigerantes da Amazônia S.A.	Refrigerante	Av. Joaquim Nabuco, 1012
Simões Participações S.A.	Holding	BR-174, km 7
Papaguara S.A.	Massas Alimentícias	Av. Constantino Nery, 2.164
Gás Carbônico do Amazonas	Gás	Estrada Torquato Tapajós, 1.026
Murano Veículos Ltda.	Agência de automóveis	Alameda Cosme Ferreira, 3.305
J. Cruz Ind. Com. Ltda.	Refrigerantes	Rua Recife, 1.098
F. Almeida Ltda.	Material de construção	Rua Silva Ramos, 148
T. Loureiro & Cia. Ltda.	Eletrodomésticos	Av. Djalma Batista, 646
Coencil – Com. Imp. Exp. Ltda.	Material de construção	Av. Djalma Batista, 1.018
J. R. Terceiro & Cia. Ltda.	Aviamentos	Rua dos Barés, 234
Nunes Thomaz Estivas	Estivas	Av. Joaquim Nabuco, 696
E. V. D'Oliveira Seguros Ltda.	Seguros	Rua Dr. Moreira, 209
A. Mathias dos Santos & Cia. Ltda.	Serraria	Rua Wilkens de Matos, 504
Serraria Pereira Ltda. (extinta)	Serraria	Lago do Aleixo
Glacial Ind. Com. Sorvete	Fábrica de sorvetes	Av. Joaquim Nabuco, 2.074
J Soares & Cia. Ltda. (extinta em1997)	Ferragens	Rua dos Barés
A. Ferreira Pedras & Cia. Ltda.	Material de construção	Rua Teresina, 193
Ferragens Andrade Ltda.	Ferragens	Rua Marechal Deodoro, 40
Casa Canavarro Ferragens Ltda.	–	–
(Jorge Ribeiro Venâncio)	Ferragens	Rua dos Barés, 99
Central de Ferragens Ltda.	Ferragens	Rua Marechal Deodoro, 116
S. Monteiro & Cia. Ltda.		
– extinta em 1995 (Grupo Monterosa,	–	–
Pagé, Montebor e Caiauê)	Eletrodomésticos	Rua Quintino Bocaiúva
Lojas SM Ltda.	Eletrodomésticos	Rua Henrique Martins
Sociedade de Obras Ltda. – extinta	Construção	Av. Joaquim Nabuco
Jerry Material de Construção	Material de construção	Rua Maceió
Supermercado Xeque-Mate	–	–
– extinta em 1985	Supermercado	Av. Constantino Nery
Importadora Carioca Ltda.	–	–
(Antônio Conde)	Importados	Rua Dr. Moreira, 207
Nilo Tavares Coutinho S.A.	Estaleiros	Rua Borba, 780
Café Moinhouro Ltda.	Torrefação de café	Av. Costa e Silva, 970
Moinho Amazonas Ltda.	Torrefação de café	Av. Constantino Nery, 1.365

F. Carmona & Cia. Ltda.	Material elétrico	Rua Joaquim Sarmento, 360
Acácio Duarte Ferreira & Cia. Ltda.	Estivas	Rua Mundurucus, 90
M. G. Vieira & Cia.	Estivas	Rua Rocha dos Santos, 59
Lisbomassa Ltda.	Macarrão, bolacha	Rua Leonardo Malcher
Vicente Dias Nogueira	Imóveis	Rua Leonardo Malcher, 1.396
Fábrica Rainha Izabel (João Alves N. da Silva)	Massas e biscoitos	Rua Jonathas Pedrosa, 2.431
Barata & Cia.	Livraria Colegial	Rua Henrique Martins, 172
Livraria Acadêmica	Livraria	Rua Henrique Martins, 167
Livraria Brito	Livraria	Rua Henrique Martins, 164
Livraria Isaías	Livraria	Rua dos Barés, 46
A. Carvalho & Cia.	Estivas	Rua dos Andradas, 554
Luciano Marques &Cia. – A Renascença	Mercearia	Rua Luís Antony, 331
Henrique Pinho & Filhos (sucessores de Pinho Couto & Arteiro – Padaria Aurora, que funcionou na Rua dos Andradas, 44)	Padaria	Rua Virgílio Ramos, 147
Simões & Cia. Ltda.	Estivas	Rua Barão São Domingos, 61
Vianatur Turismo Ltda.	Turismo	Rua Saldanha Marinho
Importadora Pina Ltda.	Importados	Rua Dr. Moreira
Pereira Manarte & Cia. Ltda.	Estivas	Rua Barão São Domingos, 155
Casa Uruguaiana		Rua dos Barés
Casa Elétrica	Artigos elétricos	Rua Joaquim Sarmento, 878
Eletroferro Construções S.A.	Construções/ferragens	Rua Mons. Coutinho, 285
J. A. Rebelo & Cia. Ltda.		Rua Joaquim Sarmento, 366
Grancitel Com. Ltda.	Artigos elétricos	Rua 10 de Julho, 633
São Carlos Material de Contrução Ltda.	Material de construção	Rua Costa Azevedo, 242
Móveis Coloniais Amazonas Ltda.	Móveis	Rua Cosme Ferreira
A Martins & Cia.	Estivas	Av. Joaquim Nabuco, 294
Estaleiro São João	Estaleiro naval	Estrada do Bombeamento
Antônio Rodrigues	Foto Nascimento	Av. 7 de Setembro, 1.194
A. M. Henriques & Cia.	Eletrodoméstico	Rua Floriano Peixoto
Empresa de Cinemas de Arte (Joaquim Marinho e Gavinho)	Cinemas Grande Otelo, Oscarito, Renato Aragão, Chaplin	Av. Joaquim Nabuco, 1.094
Aliança Representações Ltda.	Representações	Av. Costa e Silva, 1.441
A. A. Representações	Representações	Rua Ferreira Pena, 120
Drogaria Carvalho	Drogaria	Av. Epaminondas, 130
Fundição e Oficina Ramiro	Fundição e oficina	Rua Frei José dos Inocentes, 69
Fernando Moreira & Cia.	Fundição e oficina	Av. Visc. Porto Alegre, 32
Comercial Amazônia Ltda.	Distribuição	Av. Torquato Tapajós, 5.375
Fábrica Virrosas Ltda.	Vinagre	Rua 8, 295
Sapataria Botafogo	Sapataria	Rua Borba, 940
Passarela Calçados	Sapataria	Av. Eduardo Ribeiro, 462
Choparia Lobos	Bar e restaurante	Rua Dr. Machado, 154
Panificadora e Confeitaria Diana	Panificação	Estrada São Jorge, 556
Panificadora Garganta	Panificação	Av. Bento José de Lima, 285
Panificadora Pinho	Panificação	Rua Virgílio Ramos, 140
Panificadora Mimi	Panificação	Rua Emílio Moreira, 100
Panificadora N. S. de Fátima	Panificação	Av. Costa e Silva, 1.147
Padaria Pátria	Panificação	Av. Epaminondas, 678
Confeitaria Avenida	Confeitaria	Av. Eduardo Ribeiro, 575
Padaria Modelo e Portuense (Lopes Santos, Esteves & Cia. Ltda.)	Panificação	Av. Joaquim Nabuco, 1.485
Lisbonense Comércio Ltda.	Panificação	
Lisbomassa Ltda.	Panificação	
Restaurante Brasil Luso	Restaurante	Av. Constantino Nery, 824
Restaurante Mouraria	Restaurante	Rua Pará
Restaurante Solar da Odete	Restaurante	Conjunto Kyssia
Restaurante Galo Carijó	Restaurante	Rua dos Andradas, 536
Restaurante Lobos	Restaurante	Rua Dr. Machado
Restaurante Forasteiro	Restaurante	Rua Dr. Moreira, 176
Restaurante Alfama	Restaurante	Rua Marciano Armond, 298
Restaurante Calçada Alta	Restaurante	Rua 24 de Maio
Pizzaria Lelos	Restaurante	

Bar Jangadeiro	Bar	Rua Marquês de Santa Cruz
Antero Pinheiro	Bar Katkero	Rua Floriano Peixoto, 289
Alexandre Loureiro	Bar Alex	Av. Getúlio Vargas
Cassiano Soeiro	Bar	Com. Alexandre Amorim, 441
Marcelo B. Soeiro	Bar	Rua Barroso
Casa N. S. de Nazaré	Bar	Rua 10 de Julho, 593
Maria Luiza Rebelo Laje	Bar	Rua 10 de Julho, 509
Café do Pina	Bar e café	Rua Floriano Peixoto
Bar do Caldeira	Bar	Rua José Clemente, 237
Bar do Armando	Bar	Praça São Sebastião

Imigração de portugueses e europeus para o Brasil no período de 1884-1939

A seguir transcreveremos o quadro geral da imigração para o Brasil, segundo as nacionalidades, no período de 1884-1939. Por ele verificamos que vieram para o Brasil 1.412.263 italianos, seguidos de 1.204.394 portugueses, 581.718 espanhóis, 185.799 japoneses, 170.645 alemães, 108.121 russos, 85.790 austríacos, 78.455 turcos, 47.765 poloneses e outros menores contingentes de outras nacionalidades. Houve um recrudescimento do movimento migratório durante e após a Segunda Grande Guerra Mundial.

Praticamente o número de negros trazidos para o Brasil durante o período da escravidão se equipara ao de imigrantes europeus (4.009.500 de escravos africanos, no período de 1531 a 1855, e 4.158.717 de imigrantes europeus e de outras nacionalidades, no período de 1884-1939).

Os portugueses, se formos computar o período anterior a 1884, constituem o grupo mais numeroso, pois, no período de 1820 a 1883, entraram no Brasil 221.536 portugueses, perfazendo assim um total de 1.425.930 no período de 1820 a 1939.

A imigração portuguesa para o Brasil praticamente cessou no pós-guerra, quando Portugal deu a independência às suas colônias africanas de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, e os países da comunidade europeia instituíram o Mercado Comum Europeu e a União Europeia, no qual Portugal ingressou como país membro pelo Tratado de Adesão, de 1985, depois confirmado pelo Tratado de Maastricht, que criou a União Europeia. Desde então, os portugueses deixaram de emigrar para as Áfricas e o Brasil, pre-

ferindo trabalhar na França, Inglaterra e Alemanha, por oferecerem melhores condições de vida e emprego.

Desse modo, a comunidade portuguesa no Brasil deixou de se renovar com o aporte de novos jovens imigrantes, notando-se já algum tempo sinais de decadência nas organizações e associações portuguesas em quase todos os Estados do Brasil, inclusive em Manaus. Pelo seu passado, no entanto, eles constituem o mais importante grupo social e cultural de origem europeia na formação da sociedade brasileira.

MOVIMENTO GERAL DA IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL SEGUNDO AS NACIONALIDADES – 1884-1939

	EFETIVOS DECENAIS						
Nacionalidade	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	1934-1939	Total
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.728	16.243	170.645
Argentinos	1.225	2.523	4.013	3.136	6.540	2.754	20.191
Autríacos	13.684	32.456	22.961	6.285	8.814	1.590	85.790
Belgas	2.657	171	1.128	981	742	330	6.009
Espanhóis	103.116	102.142	224.672	94.779	52.405	4.604	581.718
Franceses	7.977	2.517	8.572	5.392	5.609	2.306	32.373
Holandeses	1.026	1.044	3.456	842	1.111	721	8.200
Húngaros	...	...	1.699	1.221	4.954	681	8.555
Ingleses	2.870	825	6.710	3.964	5.829	3.547	23.745
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	10.928	1.412.263
Iugoslavos	...	...	...	905	21.661	272	22.838
Japoneses	...	...	11.868	20.398	110.191	43.342	185.799
Lituanos	...	...	...	1.931	26.077	657	28.665
Norte-americanos	649	2.664	2.949	1.898	2.556	1.945	12.661
Poloneses	370	1.050	...	3.073	33.957	9.315	47.765
Portugueses	170.621	157.542	384.672	201.252	233.650	56.657	1.204.394
Romenos	...	...	248	4.396	33.404	1.065	39.113
Russos	40.589	2.886	48.100	8.096	7.953	497	108.121
Sírios	93	602	3.826	1.145	14.264	577	20.507
Suecos	2.469	128	1.681	211	327	131	4.947
Suíços	1.385	607	1.862	2.581	2.585	1.250	10.270
Turcos	3	6.522	42.177	19.255	10.227	271	78.455
Uruguaios	477	1.527	1.785	1.336	2.556	1.066	8.747
Diversos	1.146	2.422	3.858	5.245	19.906	4.369	36.946
TOTAL	**883.668**	**862.110**	**1.006.617**	**503.981**	**737.223**	**165.118**	**4.158.717**

Fonte: IBGE – Séries Estatísticas Retrospectivas, 1941, vol. 1: 17.
Os elementos do quadro acima foram fornecidos pelo Departamento Nacional de Imigração.

Espanhóis e galegos na descoberta e na conquista

Os espanhóis se tornaram senhores e pioneiros na conquista das Américas, pois foram os primeiros a chegar, no final do século XV, com a primeira viagem e *descoberta* de Cristóvão Colombo, em 1492, antecipando-se aos seus rivais e competidores portugueses.

Esse mundo novo – *Banda do Ocidente e Meio-Dia* e *Quarteirão do Globo*, segundo a linguagem e a denominação papal – foi titulado e consagrado ao domínio da Espanha por direito teocrático e pontifício, de acordo com a bula *Inter Coetera*, de 4 de maio de 1493 – um ano após a descoberta da América por Colombo – do papa aragonês Alexandre VI, descendente dos Bórgia, que fez *à mercê e doação de agora e para todo o sempre* de todas as *ilhas e terras firmes* a oeste do meridiano traçado a cem léguas das Ilhas dos Açores e Cabo Verde. As terras a oeste deste meridiano, que se estendiam do pólo ártico ao antártico, ficavam pertencendo à Espanha e aos reis católicos Fernão de Aragão e Isabel de Castela, o que compreendia as latitudes das Três Américas e as longitudes dos dois oceanos, do litoral Atlântico ao Pacífico.

Fez-se assim uma aliança perpétua, teocrática e política entre o papado e a Espanha, cujo teor da bula citada merece ser analisado, para se ter ideia desse pacto que deu à Espanha o poder temporal *para todo o sempre* do continente americano. Diz a bula *Inter Coetera* no seu preâmbulo e remate:

> *E a fim de ajudar-vos pela largueza apostólica a tomar com maior ânimo o carrego de tamanha empresa sobre vossos ombros, de nossa própria e espontânea vontade, e sem respeito a nenhuma petição e insinuação, que por vós ou por outrem nos fosse presente, e movidos*

somente de nossa liberdade e munificência, nos apraz de vos fazer mercê e doação, de agora para todo o sempre, de todas as ilhas e terras firmes já achadas e que se houverem de achar, descobertas ou por descobrir, para as bandas do Ocidente e Meio-Dia, tirando-se uma linha reta do pólo ártico ao pólo antártico, fiquem ou não essas ilhas e terras firmes para as partes da Índia, ou outro qualquer quarteirão do globo, sendo nossa vontade todavia que essa linha corra em distância de cem léguas para o Ocidente e Meio-Dia das Ilhas chamadas dos Açores e Cabo Verde. Assim que pela autoridade de Deus-Todo-Poderoso... vos fazemos doação das ditas ilhas e terras firmes, achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, com todos os seus senhorios, cidades, vilas, aldeias, povos, lugares, direitos, jurisdições e todos os mais pertences e dependências que tocar possam, uma vez que já não estivessem na posse de algum outro rei ou príncipe cristão até o dia do derradeiro natal em que começou o presente ano de 1493. O qual dom nos apraz trespassar nas pessoas de vossos herdeiros e sucessores, Reis de Castela e Leão, e os havemos e constituímos como senhores absolutos dele, como mero e misto império, pleno poder, autoridade e jurisdição... E ninguém seja ousado a infringir e quebrantar o que está determinado por este mandamento, exortação, requisição, doação, concessão, assinalação, constituição, decreto, proibição e absoluta vontade... Dada em São Pedro, de Roma, no Ano da Encarnação de Nosso Senhor de 1493, aos quatro das nonas de maio, e primeiro de nosso pontificado (FERREIRA, W., 1962: 281-302).

O *sereníssimo* rei dom João II, pela "graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além-mar em África e Senhor da Guiné", inconformado com a astúcia e vitória dos reis católicos de Espanha, protestou contra essa espoliação, monopólio e parcialidade do papa Alexandre VI, tendo mandado os seus procuradores Pero Dias e Rui de Pina negociar com dom Fernando, para que se dividisse o mundo não por um meridiano, mas por uma paralela que passasse ao sul das Ilhas Canárias, ficando com Portugal a parte meridional dessa latitude e à Espanha a porção setentrional. Se tivesse prevalecido o astuto critério geodésico do Sereníssimo Rei, o paralelo das

Canárias iria atravessar a península da Flórida, na altura do Cabo Canaveral, as cidades de Orlando, Disneyworld, New Orleans, Houston, Chihuaha, Hermozilio e a baixa Califórnia. Os prognósticos dessa proposta, se aceitos e referendados, iriam transtornar a soberania e a lingüística nas terras americanas, pois hoje provavelmente estaríamos *hablando* espanhol na "Casa Blanca" de Washington e falando português na "Casa Rosada" de Buenos Aires.

Da luta entre o paralelo e o meridiano surgiu, como forma de conciliação, o tratado assinado na cidade de Tordesilhas, na Espanha, em 7 de junho de 1494, que deu a vitória à estratégia do meridiano, porém, afastando a linha divisória das cem léguas para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, que corresponde, aproximadamente, ao meridiano de 49°, a oeste de Greenwich, que atravessa a parte leste da ilha de Marajó, o interflúvio dos rios Tocantins e Araguaia, passando por Brasília, Triângulo Mineiro, São Paulo à altura de Bauru, o Estado do Paraná entre Curitiba e Paranaguá, terminando à altura de Laguna, em Santa Catarina.

O Acordo e Tratado de Tordesilhas de 1494 – seis anos antes da descoberta do Brasil – consagrado pela bula *Ea Quae*, do papa Júlio II, de 1506, afastando a linha do meridiano para 370 léguas, está assim redigido em forma resumida:

> *Consentiram que se trace e assinale pelo dito mar Oceano uma raia ou linha direta de pólo a pólo; convém a saber, do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul, a qual raia ou linha e sinal se tenha de dar e dê direito, como dito é, a trezentos e setenta léguas das ilhas de Cabo Verde em direção à parte do poente, por graus ou por outra maneira, que melhor e mais rapidamente se possa efetivar, contanto que não seja dado mais. E que tudo o que até aqui tenha achado e descoberto, e daqui em diante se achar e descobrir pelo dito Senhor de Portugal e por seus navios, tanto ilhas como terra firme, desde a dita raia linhas dadas na forma supracitada, indo pela dita parte do levante dentro da dita raia para a parte do poente, ou do norte ou do sul, dele, contanto que não seja atravessando a dita raia, que tudo seja e fique pertencendo ao dito Senhor de Portugal e aos seus sucessores para sempre. E que tudo o mais, assim ilhas como terra*

firme, conhecidas e por conhecer, descobertas e por descobrir, que estão ou forem encontradas pelos ditos Senhores Reis e Rainha de Castela, de Leão, etc., e aos seus sucessores para sempre (FERREIRA, WALDEMAR. *Histórias do Direito Brasileiro*, 1962: 281-302).

Com esse acordo de cúpula da "Partilha do Mar Oceano" entre as duas maiores potências marítimas do século XVI, Portugal e Espanha passaram a dominar o novo quarteirão do mundo, das Américas, do pólo ártico ao antártico, a leste e a oeste da linha de 370 léguas a oeste de Cabo Verde.

Estava selada assim a sorte do futuro americano nos albores da conquista europeia do continente americano, se não tivessem ocorridos eventos e conquistas posteriores, que iriam modificar os limites da partilha. Os ingleses, ao norte, ocuparam as primitivas 13 colônias norte-americanas e os portugueses, na América do Sul, iriam dilatar as suas fronteiras. Os limites de Tordesilhas foram, afinal, revogados pelos Tratados de Madri, de 1750, e de Santo Idelfonso, de 1777, que reconheceram a soberania portuguesa baseada no direito do *Uti Possidetis* fundado na ocupação e posse contínua e prolongada das terras, cabendo a "cada parte ficar com o que atualmente possui", o que fez deslocar os limites portugueses do meridiano de 49° para as margens do rio Javari nos "confins ocidentais", na longitude de 74°, no extremo oeste acreano.

Essa nova partilha iria definir os limites e as fronteiras do domínio luso e castelhano na Amazônia, que deixou de ser espaço monolítico e monopolizado da Espanha para pertencer ao domínio português, da foz e do delta-estuário até os limites do Javari, sentido leste-oeste e sentido norte-sul, a começar do contraforte do sistema Parimo-Guiano até os confins do escudo sul-amazônico do atual planalto central brasileiro.

Definindo o espaço, politicamente vigorou na Amazônia, durante séculos, a *Pax Hispanica*, de um lado, e a *Pax Lusitana*, de outro. Essas duas Pazes não impediam os atritos e conflitos entre si e outras potências europeias (franceses, ingleses, holandeses), mas asseguravam uma política de ocupação europeia que trouxe para a região amazônica os valores da cultura ibérica, incluindo língua, re-

ligião, hábitos, costumes e modos de ser, sentir, pensar, agir e trabalhar. Esses novos valores foram implantados, a ferro e fogo, por meio de sutil ou violenta ação dos conquistadores e missionários a serviço da "Fé e do Império", da "Cruz e da Espada", sobre as populações indígenas que sofreram, ao longo dos séculos, o processo da destribalização e perda de identidade de suas culturas tradicionais. Culturas que se expressavam tanto pelo alto nível do grupo quíchua-incaico, um império indígena que se estendia do Chile ao Peru e Equador, como também que se manifestava entre os grupos étnicos de menor nível cultural e ergológico, dos indígenas dos grupos Karib, Aruak, Tupis, Jês e centenas de outras "nações" existentes na Amazônia Portuguesa. Isso na América do Sul, pois na América do Norte os espanhóis acabaram por destruir as superiores culturas astecas, maias, zapotecas, toltecas, etc., no México, em Yucatan, baixa Califórnia e outros espaços da Centro-América.

Politicamente a Amazônia Portuguesa se tornou mais unida, pois com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1621, com sede em Belém do Pará e São Luís, separado do Estado do Brasil, com sede em Salvador, e a criação de dez capitanias hereditárias e reais, ficou assegurada relativa unidade política que haveria depois de ser consolidada ao tempo do Império e da Independência.

Do lado espanhol, o domínio político estabeleceu-se por intermédio de três limites territoriais: 1) o Vice-Reinado de La Plata; 2) o Vice-Reinado do Peru; 3) o Vice-Reinado de Nueva Granada, com as suas Reais Audiências de Quito (1563), Chacras – centro de produção das minas de Potosi, que foi desmembrada para formar a Real Audiência de Cuzco, dependente do Vice-Reinado do Peru (VALENZUELA, B. Guayaquil-Equador: Gráfica Senefelder, 1966; e *Encontro de Dois Mundos*. Quito: Instituto Geográfico Militar, Equador, 1992).

Essa divisão da América Espanhola não conseguiu manter uma unidade política ao tempo das guerras de libertação, formando-se assim Estados Independentes, que caracterizam o atual condomínio pan-amazônico, integrante do Tratado de Cooperação, de 3 de julho de 1978, com a participação da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Brasil, de herança luso-hispânica, e mais a República da

Guiana e Suriname, que são herdeiros do domínio inglês e holandês em nosso continente. Essa Pan-Amazônia, majoritariamente de raízes luso-hispânicas, constitui hoje o maior espaço da bio-geo e etnodiversidade de todo o mundo.

Capistrano de Abreu, no seu livro *Capítulos da História Colonial*, declarou que, ao contrário do que ocorreu no rio Paraguai – uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola –, o rio Amazonas foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa. Efetivamente, o primeiro europeu a *descobrir* o rio Amazonas foi o espanhol Francisco de Orellana que, a mando de Gonçalo Pizarro, governador de Quito, fez a primeira descida, de Quito a Belém, via Napo e Solimões, nos anos de 1539-1542, seguido das expedições de Pedro de Ursua e Lope de Aguirre (1561). Também as primeiras missões religiosas no alto Amazonas foram iniciadas pelo jesuíta alemão Samuel Fritz, por ordem dos reis da Espanha, na região dos Cambebas, Tefé e Coari (1686-1704), que desenhou o primeiro mapa mais detalhado do "El Gran Rio Marañon – o Amazonas", em Quito, no ano de 1707. O cronista colonial que acompanhou Orellana foi frei Gaspar de Carvajal, responsável pelo relato da viagem. Antes deles, em 1500, o espanhol Vicente Yañes Pinzón chegou ao estuário do Amazonas, seguido de Diego de Lepe, Pedro de Ursua, Lope de Aguirre e Fernando de Guzman. Os primeiros nomes dados ao rio Amazonas foram todos de origem espanhola como Pais de la Canela, El Dourado, Marañon, Santa Maria de la Mar Dulce. Afinal, o meridiano de Tordesilhas, de 1494, passava na ponta da ilha de Marajó e as terras a oeste pertenciam, de direito, à Espanha.

A conquista portuguesa iniciou-se com a expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco que, saindo de São Luís, em 25 de dezembro de 1615, chegou à foz do rio Amazonas em 12 de janeiro de 1616. Em um ponto de terra sobre a baía de Guajará e o rio Guamá, instalou-se o primeiro povoado português na Amazônia, sob o nome de Feliz Lusitânia, sob a proteção de Nossa Senhora de Belém e se erigiu o primeiro forte do Presépio (hoje chamado do Castelo), origem da atual cidade de Belém do Pará. A conquista portuguesa ganhou impulso, todavia, quando Pedro Teixeira comandou a pri-

meira expedição que subiu o rio Amazonas até Quito, em 1637-1639, levando em sua expedição o padre espanhol Christóbal de Acuña, que foi escrevente e cronista oficial que relatou a viagem. A ocupação-conquista se consolidou por meio de cerca de 40 fortes, fortins, fortalezas espalhados em Belém, Macapá, Óbidos, Santarém, Manaus, Tabatinga, São Carlos, São José de Marabitanas, Príncipe da Beira, entre outros (BERREDO, Bernardo. *Annaes Históricos do Estado do Maranhão*. Edição Príncipe, 1748; edição Monumenta Amazônica. Iquitos: Ceta, 1989).

A conquista portuguesa, todavia, haveria de esperar a sua ratificação jurídica, quando os Tratados de Madri, de 1750, e o de Santo Idelfonso, de 1777, revogaram o Tratado de Tordesilhas e reconheceram a soberania portuguesa pelo princípio jurídico do *Uti Possidetis-Ita Possideatis*. É desse tempo a ação das Comissões Plenipotenciárias de Demarcações da fronteira norte e oeste – dom Iturriaga veio para se encontrar com o governador Xavier de Mendonça Furtado, em Barcelos, e o comissário Requeña, na fronteira de Tabatinga.

Desse modo, os portugueses passaram a dominar a jusante da foz até a montante do Javari e ao norte até as cordilheiras guianenses, segundo os Tratados e as Comissões Plenipotenciárias de Demarcações de Fronteiras. Os espanhóis ocuparam a periferia do vale, no alto Marañon, Yucayali, Putumayo (Içá), Caquetá (Japurá), Guainia (rio Negro) e outros afluentes, que têm suas nascentes nas cordilheiras ocidentais, centrais e orientais andinas e no sistema guiano. Assim, a Amazônia se tornou iberófona, de fala espanhola nas nascentes e bordas da *Cuenca* e lusófona rio abaixo até o estuário.

Essa divisão luso-hispânica dos primórdios amazônicos não significa, contudo, que não tenha havido intercâmbio e influência recíproca entre os dois impérios ibéricos e depois dos países que os sucederam na partilha de soberania do condomínio amazônico.

O nosso principal produto – a borracha – nos tempos heróicos desse ciclo, nos foi transmitido pelos índios *Cambebas* (Omáguas) do Peru e Colômbia, conforme relata Alexandre Rodrigues Ferreira na sua *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro* (1783-1792): *Dos Cambebas aprenderam*

as demais nações, e igualmente o Pará, ao fabrico da célebre goma ou resina elástica, chamada vulgarmente Leite da Seringa, porque daquela goma se fazem também outras obras, como botas, sapatos, chapéus, vestidos, etc., que tudo é impenetrável à água. Não se despreza, também, a contribuição indígena, pela introdução do milho, tabaco, batata, cacau e da coca, que hoje começa a se disseminar dos Andes para todo o vale rio abaixo, como uma das notas preferidas pelos plantadores e traficantes dos cartéis de cocaína, marijuana, ipadu, ayahuasca, maconha, heroína e outros alucinógenos, que ameaçam a sobrevivência da humanidade.

A migração espanhola para o Brasil foi o terceiro maior movimento de trabalhadores e famílias que entraram no país, após os italianos e portugueses. As estatísticas do IBGE, publicadas nas *Séries Estatísticas Retrospectivas*, de 1941, indicam que, no período de 1884-1939, entraram 581.718 espanhóis, comparados com 1.412.263 italianos e 1.204.394 portugueses, para um total de 4.158.717 de efetivos do movimento populacional estrangeiro. O maior movimento migrantista espanhol se deu no período de 1904-1913, com 224.672 pessoas.

Na Amazônia, no início da primeira década deste século, nas colônias do Pará, em 1904, registrou-se a presença de 642 famílias espanholas com 3.283 pessoas (SANTOS, Roberto, 1980: 93). Grande parte dessas levas de trabalhadores foi atraída durante o governo de Lauro Sodré, que, em 1896, fez passar uma lei paraense, autorizando a vinda de 100.000 migrantes do exterior, no prazo de dez anos, o que se concretizou em uma pequena proporção de portugueses e espanhóis. Muitos deles foram trabalhar nas obras de construção das estradas de ferro de Bragança e da Madeira-Mamoré, ou foram localizados nas colônias agrícolas da zona bragantina. Somente em 1910 chegaram a Porto Velho, para trabalhar na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, 1.450 espanhóis, segundo nos relata M. R. Ferreira (*FERROVIA DO DIABO*, 1987: 212).

Grande parte desses migrantes espanhóis provinha da província da Galícia, região pobre e superpovoada do noroeste da Espanha, ao norte de Portugal. Esse território possui quatro províncias: Coruña, Orense, Pontevedra e Lugo, de onde saía a maior parte desses

migrantes, bem como de sua capital Santiago de Compostela e do porto marítimo de Vigo, por onde embarcavam. Por isso, na Bahia, que recebeu muitos espanhóis, eles são denominados de *galegos* nos romances de Jorge Amado por serem da Galícia, apesar da conotação pejorativa do termo. Em Belém, por exemplo, grande parte dos hispânicos vinha também da Galícia, o que comprova a fundação do *Centro Galaico*, que funcionou no Pará durante muitos anos, ao lado da União Espanhola de Socorro Mútuo. Manaus, igualmente, tinha uma entidade com esse mesmo nome, e em ambas as cidades se comemoravam com festas e procissões, em 25 de julho, a data do santo padroeiro Santiago Apóstolo. No Pará, até hoje, existe uma diocese católica com sede em Soure (Ilha de Marajó), dirigida por padres espanhóis da Ordem dos Agostinianos Recoletos, dirigida pelo bispo dom José Luís, da província de Navarra, e a paróquia de São José de Queluz, no bairro de São Brás.

Não se pode olvidar o papel representado por famílias e empresários espanhóis que atuaram na Amazônia, no princípio do século, e durante o ciclo da borracha. Começando com aquela quixotesca figura de Luiz Galvez Rodrigues de Arias, o imperador do Acre, que comandou uma revolução, em 1899, retratada no romance de Márcio Souza.

Os espanhóis e seus descendentes, tanto os de Belém quanto os de Manaus, ou do interior, tiveram bom desempenho, direta ou indiretamente, por meio dos seus descendentes bolivianos, peruanos e colombianos, durante esse ciclo nas praças de Iquitos, Letícia, Guajará-Mirim e Cobija, que foram, naquela época, importantes empórios e portos fluviais de exportação de borracha. Muitas dessas empresas também operaram em Manaus e a *Revista da Associação Comercial* mencionou, pelo menos, cinco nomes de recebedores e aviadores de borracha de ascendência espanhola:

Suarez, Hermanos & Cia.
J. C. Araña & Hermanos
M. Corbacho & Cia.
R. Suarez & Cia.
C. M. Assensi & Cia.

Na época da crise e do declínio, muitos dos espanhóis que se haviam estabelecido no interior, oriundos do Recife e outros pontos do Nordeste e do Sul, resolveram transferir-se para Manaus e Belém, onde localizaram os seus estabelecimentos comerciais nas áreas de sapataria, panificação, estivas, livraria, funilaria, ourivesaria e outras atividades lojistas, industriais e de serviços. Na primeira geração, dada a semelhança do português, esses imigrantes jamais perderam o seu sotaque típico do *portunhol* ou *espaguês*, à semelhança dos outros grupos: portugueses, judeus, sírio-libaneses, italianos e japoneses. A segunda geração, já brasileira, integrou-se definitivamente à sociedade amazônica, como empresários, profissionais liberais, médicos, advogados, engenheiros, intelectuais, políticos e até governador.

A memória dessas famílias e de seus ascendentes espanhóis merece ser preservada, pois muitas delas já se extiguiram na sociedade local, porém, outras ainda aqui pemanecem, contribuindo para o desenvolvimento regional. Segue uma relação de muitos imigrantes espanhóis que se estabeleceram em Manaus, que nos foi fornecida pelo cônsul honorário da Espanha em Manaus, Sr. Modesto Nóvoa Rivas, com as datas de suas chegadas a Manaus:

Francisco Gordon Cuquejo (1899)
Manoel Gonzalez Francisco (1915)
Luiz Esteves Fernandes (1907)
Ramon Mangans Ribas (1910)
Leopoldo Gonzalez (1911)
José Prieto Rodrigues (1910)
Delmiro Figueiredo Lopes (1910)
Santiago Guerreiro (1913)
Francisco Lopes Perez (1913)
José Garcia Rodrigues (1914)
Manoel Lopes Perez (1913)
Manoel Maria Salgado (1904)
José Cid Cid (1915)
Manoel Amador Casqueiro (1912)
Camilo Gil Alem (1913)

Francisco Martinez Fagundes (1901)
José Henrique Ogano (1912)
Modesto Nóvoa Alvarez (1906)
Urbano Nóvoa Alvarez (1913) (diretor do Hospício de 1913 a 1967)
Davi Nóvoa Alvarez (1919)
Elias Nóvoa Alvarez (1928)
Padre Agustinho Calabero Martim (1929)
Frei Luiz Montes Atreuza (1943)
Fernando Gandara (1949)
Antônio Martinez Bruno (1947)
Modesto Nenresio Lorenzo Perez (1948)
Joaquim Lorenzo Perez (1913)
David Ruas Voleiros (1931)
Luiz Dias Godinez (1949)

Além dos nomes acima, recordamo-nos também de outras famílias, empresários e profissionais espanhóis ou de ascendência espanhola, como Carlos Miguel Assensi, Prudêncio Garcia, A. R. Rodrigues, Camilo Cuadal, Rivera & Garcia, Adriano Ruiz, Bastos Lira, Vasco Vasquez, Garcia Rodrigues, Camilo Gil, Gonzalez, Turiel, Felipe e Alonso, entre outros.

O cônsul da Espanha, em Belém, Sr. José Fernandez Cid, nos enviou uma extensa lista de imigrantes espanhóis que se estabeleceram em Belém, como segue:

Aberlado Sanchez Dominguez
Agueda Adoración Carreira
Agustin Alegre Garcia
Agustin Camacho Lemes
Alberto Blanco Dávila
Alberto Fortes Mata
Alicia Martinez Trincado
Amable Castro Martinez
Amador Marino Hevia Pérez
Amparo Fernandes Pastor
Ana Maria Téran Rodriguez
Andrés Nuñes Pouso
Antônia Barreira Copa
Antônio Castro Martinez
Diego Homesdes Olesa
Dionísio Gracia Salavera
Dolores Fernandes Penedo
Domingo Conde Ramos
Domingo Ferreira Garrido
Emília Oliveira de Melero
Emília Santana Marrero
Emílio Sanchez Mao
Enrique Gual Amiguet
Ermitas Dopazo Losada
Eufemia Valdes Fernandez
Fernando Garcia Evangelista
Filomena Calviño Santa
Francisca Lara Mendes

Antônio Conde Garcia
Antônio Palemares Blazquez
Antônio Pérez Perez
Antônio Piñero Navarro
Antônio Rivas Conde
Antônio Sosa Suarez
Armando Casqueiro Lorenzo
Armando Escandell Hernández
Arturo Gulin Conde
Aurea Dopazo Losada
Aurélia Martinez Sanches
Aurélio Veloso Pérez
Aurora Roman Terra
Balbina Blanco Dominguez
Baldomero Conde Cid
Belaid Saíd Belmush
Benigno Puga Rivera
Benigno Rodriguez Losada
Cândido Garcia San Miguel
Carlos Fernandes Cid
Carlos Lorenzo Barata
Cármem Valdez Montero
Casto Repila Cuesta
Ceferino Lage Pino
Ceferino Perez
Celia Martinez Castro
Cesáreo Gil Alvarez
Cirilo Rio Peña
Concepción Feijó Macia
Damián Rivas Martín
Daniel Cendron Portela
Dario Villanueva Bembibre
Diego Arroyo Silva
Francisco Esteban Gonzalez
Francisco Javier Hernandez Pastor
Francisco Labora Medina
Heriberto Gonzalez Mascarell
Isaac Nuñez Feijó
Jaime Cerdeira Grove
Jaime Ferreiro Fernandes
Jaime Rodriguez Candela Manzanaque
Jesus Garcia Melgos
José Cid Conde
José Fernades Cid
José Luís Miguez
José Maria Dopazo Losada
José Maria Fernandez Freire
José Masia Vila
José Meleo Carrero
José Perez Alvarez
José Perez Guerrero
José S. Auday
José Vitória Torres
JuanAntônio Lopez Valin
Juan Perez Guerrero
Luís Dopazo Losada
Manuel Hevia Pérez
Manuel Malvar Gonzalez
Manuel Miguez Godoy
Manuel Perez Torres
Manuel Seoane Rodriguez
Maria Melero Carrero
Miguel Lorenzo Gorrin
Pedro Maria Lopez de Dicastillo
Ramón Saria
Tomás Martin Cejas



Escravos partem para um dia de trabalho na roça vigiados pelo seu senhor. Litografia de F. Sorrieu e Victor Frond, C. 1859. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Fernando Novais (Coord.), 1997. Acervo do Departamento de Iconografia da Fundação Joaquim Nabuco.

Influência afro-brasileira

A Amazônia, antes de Orellana, era exclusivamente indígena e depois da *descoberta* pelos conquistadores, tornou-se *Lusíndia* ou *Iberíndia*. Talvez mais índia que lusa ou hispânica, pela numerosa população indígena original e pelos caboclos que surgiram dos contatos com os colonos, soldados e missionários, e do processo de miscigenação biológica e cultural. Na época da borracha, ela se tornou mais *cearense* e nordestina, pelo aporte do considerável contingente de mais de 500.000 migrantes flagelados ou atraídos do Nordeste durante o ciclo da borracha. Desse modo, a maioria dos autores e analistas do processo de povoamento dá ênfase à participação do índio, caboclo, português e outros grupos de migrantes, enquanto que a contribuição social, econômica e cultural do negro é sistematicamente diminuída ou menosprezada no conjunto das etnias formadoras da sociedade amazônica.

Análises mais recentes, empreendidas por historiadores como Mário Meirelles, antropólogos como Vicente Salles, etnólogos como Nunes Pereira e uma releitura dos trabalhos dos autores clássicos permitem, hoje, rever e recuperar a memória e a importância da população negra nos tempos coloniais e nas épocas posteriores. Essa releitura passa necessariamente pelas estatísticas do tráfico negreiro realizado, primeiro, pela Companhia Geral de Comércio que, no período de 1755-1816, trouxe ao Pará e Maranhão 34.934 *peças* de escravos, que vinham da Guiné, Angola, Costa da Mina, Congo e outras nações africanas, a bordo dos *tumbeiros* que aportavam em Belém do Pará e São Luís do Maranhão (SALLES, Vicente 1988: 51).

O tráfico negreiro feito pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no período de 1756 a 1788, atingiu 28.657 africanos (17.840 homens e 10.718 mulheres, conforme quadro de

autoria do professor Herbert Klein, da Universidade de Columbia, de New York, que vai transcrito no final deste capítulo. O tráfico negreiro, no período de 1531 a 1855, introduziu no Brasil, segundo estimativas de desembarque, 4.009.500 africanos. Para substituir o braço negro na lavoura, após a extinção da escravidão, em 1888, o Brasil recebeu 4.158.717 imigrantes europeus (1.412.263 italianos, 1.204.394 portugueses, 581.718 espanhóis, 185.399 japoneses e 170.645 alemães, entre outros, no período de 1884 a 1939 (IBGE, *Estatísticas Históricas*, 1941: 17).

Segundo o professor Mário Meireles, na sua *História do Maranhão*, calcule-se que, pela Companhia de Cacheu e Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, foram introduzidos cerca de 30.000 negros escravos, provenientes dos navios *tumbeiros* que transportavam as *peças* de Guiné e os *fôlegos vivos* de Angola, Costa da Mina e do Marfim, dos quais 12.587 foram introduzidos no Pará.

David Davidson, na sua tese de doutorado *Riversn and Empire*: *The Madeira Route and the incorporation of Brazilian Far-west 1737-1808*, de 1970 (edição xerox), informa com detalhes, incluindo ano, data de chegada e ponto de origem que, no período de 1757-1804, chegaram a Belém 25.511 negros escravos provenientes, na sua maioria, dos portos africanos de Bissau, Angola, Cacheu e dos portos brasileiros do Maranhão, Pernambuco e Bahia, e que a população negra e mulata de Vila Bela e do oeste de Mato Grosso era de 7.561 pessoas. A maioria desses negros e escravos era proveniente de Belém do Pará ou importados de Cuiabá, Goiás, Bahia e Rio (DAVIDSON, 1970: 355-373).

Essa grande maioria da população negra concentrou-se a princípio em Belém e São Luís, onde realizava trabalhos na lavoura de cana, tabaco e algodão, e nas minas de Cuiabá. Na Província do Grão-Pará, num levantamento feito em 1849, a população escrava se concentrava em Belém com 19.189 negros, seguidos de Cametá = 4.734, Santarém = 3.883, Macapá = 2.934, Bragança = 2.766 e Rio Negro = 710 (SALLES, 1988: 72), conforme quadro anexo.

No Amazonas, o rio Negro tinha apenas 710 escravos negros, o que vem confirmar a tendência de concentração do contingente da população negra e mulata no baixo Amazonas e Belém, e uma

pequena participação nos rios Negro e Solimões (SALLES, 1988: 72). Muitos desses negros escravos vieram fugidos do Maranhão e Pernambuco e se refugiavam no interior do Pará, formando os mocambos de Gurupi, Macapá, Mocajuba, Tocantins e Trombetas. Alguns remanescentes desses mocambos ainda existem acima de Oriximiná, no médio e alto rio Trombetas e Mapuera. É bem provável que muitos deles tivessem participado ativamente na Revolução Cabana, como muitos dos seus irmãos de Belém o fizeram. No final do século XIX, um novo movimento migratório negro observou-se com a vinda de 2.211 barbadianos do Caribe, em 1910, para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Após a conclusão dessa ferrovia, esses trabalhadores se deslocaram para Manaus e Belém, onde muitas de suas mulheres, as mais humildes, se tornaram lavadeiras e engomadeiras exímias, enquanto que outras e seus maridos conseguiram ascender na escala social em diversos setores e profissões.

A participação do negro e dos afro-brasileiros no ciclo da borracha, na Amazônia Ocidental, foi, porém, em pequena escala, dada a avalanche cearense-nordestina que se expandiu nos rios meridionais. Os contingentes negros existentes em Belém e Manaus exerciam funções quase servis, como domésticas, cozinheiras, lavadeiras, trabalhadores braçais, estivadores, carregadores do porto e outros trabalhos *sujos, pesados e perigosos*, pois o preconceito e a discriminação social dificultavam a ascensão social. Esta, quando ocorria, se realizava pelo casamento ou mancebia, como amantes *teúdas e manteúdas* com algum português ou comerciante, cujos filhos passavam a ter acesso a posições mais compatíveis com o *status* do seu pai. Foi uma longa luta, dura e árdua, pois os estratos sociais negros e mulatos, apesar do discurso da democracia racial sem preconceitos, sempre foram vítimas de discriminação.

Em Belém, dada a maior população negra existente, o preconceito era menor e, desde cedo, a negra ou *mulata de chinela na ponta do pé*, no dizer de Raymundo Morais, foi conquistando, a duras penas, o seu lugar e melhorando o seu *status* na sua carreira de vida: *cozinheira, lavadeira, amassadeira de açaí e moça de calcanhar de frigideira na pessoa de um padeiro, dum açougueiro e até*

mesmo dos comendadores, sempre limpa, recendendo a jasmim e priprioca, trabalhava no mercado de ferro vendendo tacacá, mingau de milho, maniçoba e peixe frito (MORAIS, Raymundo *Anfiteatro Amazônico*).

No mercado do Ver-o-Peso de Belém, ainda hoje, se encontram negros, mulatos e crioulos vendendo, em suas bancas, além do patchuli, cheiro-cheiroso, raízes, ervas medicinais, amuletos, figas, despachos, peças e objetos rústicos e afrodisíacos, como o olho de boto para tirar o azar, a *genitália* do boto fêmea para curar a impotência masculina e a estrovenga do tucuxi para vencer a frigidez e a falta do orgasmo das mulheres carentes.

A ascensão da mulher negra se fazia, geralmente, pela alcova, mancebia e casamento, quando conseguia e tinha a sorte de arranjar parceiro branco, de posses e bem de vida. Os preconceitos eram, em parte, vencidos, pois ainda prevalecia o ditado colonial de que *mulher branca é para casar, negra para trabalhar e mulata para foder*. A melhora do *status* do homem afro-brasileiro se realizou por meio de duro esforço de educação escolar e formação profissional em seminários, colégios profissionais e faculdades de ensino superior. Muitos deles vieram formados, a grande maioria bacharel em direito, formada em São Luís, Olinda, Recife e Bahia, e chegaram rapidamente a desempenhar papéis importantes, como advogados, juízes, desembargadores ou outras profissões liberais, como médicos, engenheiros, etc. Outros buscaram a via de ascensão social pela política e se tornaram deputados, prefeitos e governadores.

No Amazonas, o símbolo dessa ascensão social foi o governador Eduardo Ribeiro (1892-1896), ilustre maranhense e capitão de Engenharia do Exército, que realizou a urbanização de Manaus na época áurea da borracha. Tudo leva a crer que a barreira da cor e do preconceito era vencida pelo cargo, função pública, prestígio político e pelo alcance do poder econômico. A melhora do *status* da mulher negra durou mais tempo, até que a escolarização e formação profissional viessem impor o respeito e a admiração.

No processo de miscigenação e cruzamento de raças, a sociedade amazônica, à semelhança do restante do Brasil, decorria a fase de superação dos preconceitos, e conseguia absorver e integrar as

diferentes nuanças étnicas e antropológicas. Portugueses, espanhóis, italianos, negros, judeus, sírio-libaneses, nordestinos e sulistas geravam, nesse processo de miscigenação, enorme massa da população mestiça, que passava pelo mulato, mameluco, mestiço, crioulo, cafuzo, curiboca, cabra, caboclo: uma infinita variedade de cruzamento de várias etnias, que aqui se fixaram.

Apesar desse ecletismo e sincretismo, podemos ainda distinguir alguns valores e contribuições que as populações negras, mulatas e seus descendentes trouxeram para o complexo cultural amazônico, criando com os outros grupos étnicos formas de convivência, de vida e de trabalho. Esse modelo e expressão existencial reúnem valores e virtudes e, também, pecados do velho mundo afro-ibérico e mediterrâneo com os novos dons, primícias e diferentes maneiras de ser e viver do trópico úmido amazônico.

Essa combinação tropicalista e eclética se expressa do lado afro-brasileiro por intermédio de sua participação, influência e intercâmbio de culturas e valores: na culinária e na preparação de quitutes e quindins, como vatapá, caruru, acarajé, azeite de dendê, etc.; na religião, com a presença do candomblé, orixás, babalorixás, terreiros, pais e mães-de-santo; nas danças, cânticos, festas e ritmos da gafieira, samba, bossa-nova, baião, umbigada, capoeira, maracatu, cateretê, frevo, forró, carimbó, pagode, toada, que explodem nos salões, clubes e danceterias, bem como do alucinante, sensual e erótico ritmo e coreografia da lambada paraense-baiana; no folclore dos bois-bumbás de Parintins, trazidos do Maranhão, do carnaval dos morros cariocas e das escolas de samba de Manaus e Belém; no saber de seus ilustres artistas, cantores, intelectuais, cientistas; e agora, também, no mundo dos negócios e das empresas comerciais e industriais.

A expressão afro-brasileira, evocativa de um processo étnico e histórico, se incorpora ao viver amazônico, com a missão de tornar o país mais democrático e rico em valores e diversidades culturais.



Boi-bumbá dançando nas proximidades de Santarém, segundo desenho do livro *Uma viagem ao Amazonas*, de Sanches de Frias, datado de 1883 (Gentileza do escritor Correia Pinto). Em *O Negro no Pará*, Vicente Salles, Belém, 1988.

Tráfico de escravos negros

**ESTIMATIVA DE DESEMBARQUE DE AFRICANOS NO BRASIL
PERÍODO: 1531 A 1855**

Período	Estimativa de desembarque	Período	Estimativa de desembarque
1531-1575	10.000	1781-1785	63.100
1576-1600	40.000	1786-1790	97.800
1601-1625	100.000	1791-1795	125.000
1626-1650	100.000	1796-1800	108.700
1651-1670	185.000	1801-1805	117.900
1671-1700	175.000	1806-1810	123.500
1701-1710	153.700	1811-1815	139.400
1711-1720	139.000	1816-1820	188.300
1721-1730	146.300	1821-1825	181.200
1731-1740	166.100	1826-1830	250.200
1741-1750	185.100	1831-1835	93.700
1751-1760	169.400	1836-1840	240.600
1761-1770	164.600	1841-1845	120.900
1771-1780	161.300	1846-1850	257.500
		1851-1855	6.100
Total entrada de escravos africanos:			**4.009.400**

Fonte: Herbert Klein, do Departamento de História da Columbia University de New York, traduzido e publicado nas *Estatísticas Históricas do Brasil* – IBGE, volume 3, Série Demográfica, 1987: 58.

Observações do autor:

1 A maioria dos escravos provinha das regiões africanas sob controle dos portugueses, como a Costa da Mina, Congo, Angola, Luanda, Benguela. Os de Moçambique começaram a chegar no fim do século XVIII.

2 Não foi registrado nenhum desembarque entre 1853 e 1855. Apenas um navio transportando 300 escravos chegou ao Rio de Janeiro, em 1855.

3 Após o fechamento do tráfico pelo Atlântico, em 1850, se desenvolveu um tráfico interno muito ativo pelos outros mares, a maioria dos quais foi transferida para a região do rio da Prata.

4 A maior parte destes dados, e estimados do professor Klein, está baseada nos relatórios encaminhados ao Foreign Office do Reino Unido remetido pelos cônsules britânicos no Brasil e na documentação pesquisada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

5 A maior parte desses 4.009.400 escravos foi destinada ao sul, centro e norte da Bahia. No período de 1781 a 1855 deram entrada, no Brasil, 2.113.900 escravos, sendo 1.314.900 destinados ao sul da Bahia, 409.000 à Bahia e 390.000 aos demais Estados do Norte. Até 1780 o Brasil recebia 30% do total de escravos desembarcados no continente americano. Apenas para fins comparativos, informamos que os EE.UU, em 1790, tinham uma população de 757.208 escravos negros, tendo alcançado em 1860 uma população escrava de 3.900.000. O preço de um escravo jovem e saudável, de 16 a 25 anos, chegou a valer US$ 1.800 no mercado de Nova Orleans (*Enciclopédia Britânica*, volume 16, p. 192). Estima-se que o tráfico negreiro, nos séculos XVII a XIX, tenha trazido para o continente americano cerca de 10 milhões de escravos.

6 Vide o quadro seguinte dos escravos desembarcados no Grão-Pará e Maranhão.

ESCRAVOS AFRICANOS COMPRADOS PELA COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO CARREGAMENTO DESTINADO AO BRASIL PERÍODO: 1756-1788

CATEGORIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
ADULTOS	14.795	8.253	23.048
ADOLESCENTES	3.045	2.465	5.510
CRIAS DE PEITO	...	...	99
TOTAL	**17.840**	**10.718**	**28.657**

Fonte: Herbert Klein, professor de História da Columbia University de New York, traduzido e publicado pelo IBGE, nas *Estatísticas Históricas do Brasil*, volume 3 – Série Demográfica, 1987: 59.

Observações do autor:

1 Mário Meireles (1980: 192) nos informa que, em 1680, esses escravos eram vendidos ao preço de Rs 60$000 por "fôlego vivo" de Angola. As "peças de Guiné", no mercado de São Luís e Belém, valiam Rs 120$000 a 130$000, enquanto o índio escravo era vendido a Rs 30$000 (SALLES, 1988: 14).

2 As crianças eram vendidas na África, pagando imposto de exportação, sendo agrupadas em diversas categorias: "crias de pé", definidas como aquelas que tivessem de quatro palmos para baixo e faziam jus à metade do pagamento do imposto. As "crias de peito" eram isentas de impostos (KLEIN, 1987: 55).

3 No Pará havia um intenso comércio de aluguel de escravos. Segundo nos relata Salles (1988: 170), um negro de bom físico e gozando de boa saúde era mercadoria cara no Pará Colonial. Os proprietários dos escravos cobravam a diária do aluguel em 300 réis, ou Rs 7$500 por mês, ou Rs 89$000 por ano. Como um escravo podia ser comprado por Rs 112$500 por "peça", esse preço era inteiramente amortizado em quinze meses de aluguel, ressarcindo assim o capital empatado (SALLES, 1988: 170). As mais caras eram as amas-de-leite que eram compradas a Rs 500$000 e rendiam, quando alugadas, 320 réis por dia, sendo o capital investido amortizado em cerca de quatro anos. Havia, naquele tempo, um mercado regular de famulagem das famílias abastadas que podiam pagar os pretos de sala e de cozinha, mucamas, aios e aias, amas, pagens, arrumadeiras, lavadeiras e cozinheiras (SALLES, 1988: 171).

POPULAÇÃO DOS ESCRAVOS NEGROS DO GRÃO-PARÁ EM 1849

COMARCAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	%
BELÉM	9.637	9.552	19.189	56,10%
CAMETÁ	2.536	2.189	4.725	13,81%
SANTARÉM	2.018	1.865	3.883	11,35%
MACAPÁ	1.516	1.418	2.934	8,58%
BRAGANÇA	1.416	1.350	2.766	8,09%
RIO NEGRO	348	362	710	2,08%
TOTAL	**17.471**	**16.736**	**34.207**	**100,00%**

Fonte: Publicador Paraense – Belém, ano I, n.º 64, de 24 de dezembro de 1849, p. 1, reproduzido por Vicente Salles em *O Negro no Pará* (1988: 72).

Observações do autor:

1 Em 1849 a Comarca do Rio Negro ainda pertencia à Província do Grão-Pará, da qual iria se desligar em 1850 para se constituir na Província do Amazonas.

2 A Comarca de Belém detinha a maior concentração de escravos da região: 56,10%. A proporção de escravos negros decrescia à medida que se subia o rio Amazonas: a atual região, ocupada pelo Estado do Amazonas, detinha apenas 2,08% da população negra escrava.

3 O contingente populacional mais numeroso da Província do Amazonas provinha do grupo caboclo, que detinha 63,93% do total de habitantes, enquanto que no Pará esse percentual caía para 16,20% conforme se demonstra no próximo quadro de composição étnica da populção amazônica em 1872 e 1890.

COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO AMAZÔNICA (REGIÃO NORTE) CENSOS DE 1872 E 1890

Província/ Estados	Brancos	%	Pretos	%	Caboclos	%	Pardos/ Mestiços	%	TOTAL
Pará – 1872	92.644	33,66	32.698	11,88	44.588	16,20	105.307	38,26	275.237
Amazonas –1872	11.211	19,46	1.941	3,37	36.830	63,93	7.628	13,24	57.610
Amazônia – 1872	103.855	53,12	34.639	15,25	81.418	80,13	112.935	51,50	332.847
Pará – 1890	128.787	39,21	22.203	6,76	65.494	19,94	111.970	34,09	328.454
Amazonas – 1890	41.889	28,32	4.481	3,03	71.561	48,38	29.982	20,27	147.913
Amazônia – 1890	170.676	67,53	26.684	9,79	137.055	68,32	141.952	54,36	476.367

Fonte: *Anuários Estatísticos*, IBGE.

COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL – 1995

Estados	Brancos	Pretos	Pardos	Amarelos	Indígenas	Sem declaração	TOTAL
Pará	751.777	54.717	2.124.752	3.289	907	530	2.935.972
Amapá	97.797	5.969	176.370	1.326	332	...	281.794
Tocantins	240.250	24.128	737.741	310	8.181	...	1.010.610
Maranhão	1.077.303	244.899	3.909.222	7.273	2.424	7.272	5.248.393
Amazonas	478.580	18.305	1.229.615	4.834	7.597	...	1.738.931
Roraima	58.369	4.683	111.425	...	...	...	174.477
Acre	87.014	5.177	211.866	648	...	...	304.705
Rondônia	341.460	22.690	450.374	1.890	...	378	816.792
Mato Grosso	904.777	62.972	1.358.720	3.114	346	...	2.329.929
TOTAL	**4.037.327**	**443.540**	**10.310.085**	**22.684**	**19.787**	**8.180**	**14.841.603**
BRASIL	**82.826.798**	**7.516.301**	**61.119.137**	**730.276**	**162.266**	**19.825**	**152.374.603**

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico 1997 – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio. Exclusive a população da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Observações do autor:

1 Existe muita controvérsia sobre a classificação e conceito do IBGE da população parda que pode abranger uma grande variedade de tipos de miscigenação, abrangendo mestiços de negros, índios e caboclos. A população indígena citada no quadro acima de 19.787 está incorreta, pois o próprio IBGE no mesmo Anuário de 1996 (1-151) estimou essa população em 122.481 habitantes, sendo 59.716 no Amazonas, 24.603 em Roraima, 15.421 no Pará, 14.718 no Acre, 5.756 em Rondônia e 2.267 no Amapá.



Marcas de proprietários de escravos, com as quais eram marcados alguns africanos embarcados para o Brasil, segundo R. Walsh, no seu *Notices of Brazil* (Londres, 1830). Em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (GILBERTO FREYRE. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1979).

Gente preta de nação: antropologia, anatomia e merceologia

A história das migrações humanas, nas suas crônicas, jamais registrou uma odisseia e tragédia de igual proporção à sofrida pelos povos africanos – *Gente Preta de Nação* para usar a linguagem colonial – no decorrer do séculos XVI a XIX. Holocasto igual somente comparável ao dos judeus no êxodo, diáspora, perseguição milenar – e ao das tribos e nações indígenas, expulsas de suas terras, após a destruição de suas culturas e perda de suas identidades.

Os africanos eram capturados e algemados em suas vilas e aldeias do litoral e do interior de Cabo Verde, Costa do Marfim e das minas de Congo, Angola, Benguela, Moçambique e de outros lugares, para serem vendidos como mercadorias – *peças e fôlegos vivos*, mediante pagamento de imposto de exportação, para depois serem transportados pelos navios negreiros, que faziam a travessia do oceano Atlântico com destino aos portos do Rio de Janeiro, Salvador da Bahia, Recife de Pernambuco, São Luís do Maranhão e Belém do Pará onde, em praça pública, eram leiloados como escravos e arrematados para trabalhar nas fazendas, engenhos e casas de família.

Os números dessa tragédia do tráfico dos escravos negros são impressionantes: 4.009.400 "peças" foram destinadas aos portos do litoral brasileiro durante três séculos. Para o Maranhão e Pará, durante apenas 32 anos, no período de 1756-1788, foram trazidos pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão 28.657 escravos para trabalhar nas fazendas de algodão, cana-de-açúcar e cacau (KLEIN, 1985: 58-59).

Para os Estados Unidos, o tráfico negreiro elevou a população negra escrava de 757.208, em 1790, para 4.441.830, em 1860. Jovens e sadios, os escravos de 16 a 25 anos valiam US$ 1.800 no mercado de New Orleans (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 1964, vol. 16: 192). No Maranhão e no Pará, em face da pobreza regional, eles chegavam a valer Rs. 120$000 a Rs. 130$0000, e as mais caras – as amas-de-leite – chegaram a ser vendidas por Rs. 500$000, ou

alugadas para terceiros pelos seus donos e senhores à razão de 320 réis por dia (SALLES, 1988: 14-170).

Desse modo, em todo o continente americano, mais de 10.000.000 de africanos foram negociados como escravos, constituindo o mais rendoso e lucrativo comércio, monopólio estatal dos países europeus, ou uma concessão entregue às privilegiadas Companhias de Comércio das Índias e outras como a do Grão-Pará e Maranhão.

O antropólogo e sociólogo Gilberto Freyre, melhor do que ninguém, soube analisar a contribuição dos diferentes grupos negros que vieram, como escravos, trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste, nas plantações de algodão, na agricultura e coleta de cacau, nas minas e depois nas fazendas de café.

Dois destes estudos merecem especial atenção, pois tratam o negro sob diferentes ângulos: *Casa-Grande & Senzala*, no qual a sociedade patriarcal e poligâmica do senhor de engenho tratava com certa benignidade os seus negros, fenômeno que não era encontrado em outros países e plantações tropicais nos Estados Unidos, Caribe e outros países americanos; e *O escravo nos anúncios em jornais brasileiros do século XIX*, editado em 1961, no qual Gilberto Freyre, utilizando um novo e rico estilo antropológico, estuda e faz a leitura e releitura dos anúncios de jornais sobre negros escravos fugidos ou postos à venda, nos quais interpreta o aspecto maligno dessa benignidade. Escravos esses tratados como *peças de Guiné* ou reduzidos à condição de animal: *cabra* (FREYRE, 1979: 51).

Por meio dessa nova "anunciologia" inovadora, Gilberto Freyre consegue dar um tratamento antropossociológico a esse rico material sobre os escravos fugidos, ou postos à venda ou locação, com as suas características, tipos étnicos, origens tribais, sinais, mutilações, formas de corpo, pés, mãos, cabeças chatas, formas de falar, gesticulação e doenças (FREYRE, 1979: 14). Fazendo assim, ao mesmo tempo, antrologia física, cultural, social e psicológica também, pois estes anúncios põem à mostra a história íntima e confidências das forças, virtudes, mazelas, trejeitos, deformações, tatuagens, denguices, faceirices e sensualidades dos negros e negras postos à venda, ou para serem alugados pelos seus donos e senhores.

Livro pouco conhecido de Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* é, sem dúvida, uma pesquisa tão importante como *Casa-Grande & Senzala*, que marcou época na história da pesquisa sobre a formação da sociedade patriarcal e escravocrata brasileira. Os anúncios em que Gilberto Freyre se baseou foram aqueles publicados pelo *Diário de Pernambuco*, do Recife, a começar de 1825 (DP), *o Jornal do Comércio,* do Rio de Janeiro, a partir de 1827 (JC) e o *Diário do Rio de Janeiro*, a partir de 1838 (DR).

Outro livro que segue, em parte, a mesma metodologia *anunciológica* freyriana é o de Vicente Salles, no seu conhecido livro *O negro do Pará*, quando pesquisa os anúncios sobre escravos de compra-venda-aluguel e negros fugidos nos jornais paraenses do século XIX, *O Velho Brado do Amazonas* (VBA), de 1852, *Treze de Maio* (TM), de 1853, *Jornal do Pará* (JP), de 1866, e *O Planeta* (OP), de 1850. Aproveitamos o material tanto de Gilberto Freyre como de Vicente Salles para elaborar este capítulo sobre antropologia cultural e o sofrimento da *Gente Preta de Nação*, como se refere a linguagem dessas crônicas coloniais.

O nosso objetivo, com base nesses dados, não é o de somente traçar o perfil antropológico dos escravos do Nordeste e do Norte, mas também de descrever a *via-crúcis* do seu martírio e holocausto.

Pretos de Nação

Geograficamente, a maioria dos negros era proveniente das regiões da África Atlântica e Central, sob controle dos portugueses: Guiné, Costa da Mina e do Marfim, Congo, Angola, Luanda, Benguela, Moçambique e embarcados nos portos de Cabo Verde, Bissau, Angola, Cacheu e outros. As suas origens tribais e nações eram numerosas, e os anúncios publicados por Gilberto Freyre (1979) individualizam o nome quase sempre seguido da naturalidade, atributos físicos e anatômicos, marcas e sinais.

A seguir, fazemos uma síntese pontual desses exemplares humanos (FREYRE, 1979):

> Catarina, de nação *Bengala*, rapariga ainda sem pêlos (DR, 6-1-1822);

Francisca, de *Angola*, peitos em pé e grandes (DP, 15-4-1830);

Teresa, do *Congos,* com dente da frente aberto (DP, 23-8-1839);

Luiz, de nação *Moçambique*, grosso e barrigudo (DP, 28-6-1883);

Inácio Catolé do gentio de *Angola*, quebrado de virilhas (DP, 7-4-1857);

Teresa, nação *Beni*, um tanto fula, cabelo ralo (DP, 15-3-1834);

Manoel, nação *Angico*, magro, pouca barba, talhos de nação (DP, 17-3-1834);

Antônio, de nação *Angola*, grosso e barrigudo e de pés grossos (DP, 18-8-1858);

Ignácio, de nação *Inhambane*, cara redonda, sinais no nariz (DP, 7-2-1833);

Benedita, de nação *Cabinda*, cor meio fula, bexiga na cara (DP, 3-9-1835);

Luiz, de nação *Baca*, uma marca no braço direito: um *B* (DP, 4-4-1839);

Antônia, preta de *Luanda*, nas costas umas costuras de relho (DP, 13-3-1835);

Maria, de nação *Angico*, seca de corpo, rosto talhado (DP, 23-3-1835);

José, de nação *Camunda*, cara um tanto opada e vesgo de olhos (DP, 15-9-1835);

Catarina, do gentio da *Costa*, cheia de corpo com dois riscos na cara (DP, 13-9-1835);

Jerônimo, de *Calabar*, baixo e já idoso (DP, 24-11-1836);

João, de nação *Camundongo*, bem parecido, mas carrancudo (DP, 23-2-1838);

Viriato, de nação *Cabinda*, cego de um olho, faltando dedos nos pés (DP, 18-4-1836);

Antônia, *Conga*, de carapinha agaforinhada e sem três dentes (DP, 23-6-1836);

Antônio, de nação *Benguela*, espadaúdo, bexigoso, com marcas de surra (DP, 7-8-1835);

Francisco, de nação da *Costa*, com um piado de peito e tosse e umbigo grande (DP, 7-8-1835);

Pedro *Caçanjé*, nariz pequeno, ponta da orelha rasgada (DP, 5-9-1835);

Antônio, de nação *Parda*, rosto abocetado e beiços grossos (DP, 10-9-1835);

Joaquina, de nação *Caçanjé*, de nádegas arrebitadas (DP, 11-7-1845);

José, de *Angola*, com cicatrizes frescas nas nádegas (DP, 25-9-1845);

Pedro, de nação *Congo*, cabeça sem cabelo, comido pelo trabalho (DP, 14-8-1838);

Negra de marca *MR*, de nação *Rebolo*, faceira com argolas nas orelhas (DP, 29-8-1840);

Escrava Cristina, de nação *Crioula*, bunda empinada;

Pedro, de nação *Angola*, cicatrizes nas nádegas, velhas de surra;

Isabel, de nação *Congo*, baixa, pernas finas, lábios grossos;

Valentina, mulata *Cabra*, corpo seco, olhos-de-gato, dentes aparados;

Catarina, *preta de Nação*, bunda empinada, dedos curtos, corpo cheio (DP, 11-11-1841);

Catarina, de nação *Rebolo*, baixa, olhos esbugalhados (DP, 17-2-1842);

Joaquim, de nação *Quiçamã*, rosto redondo, orelha furada, com marca OO (DP, 8-3-1842);

Estevão, de nação *Galo*, barriga bordada com talhos de sua nação;

Preto José, por alcunha caboclo, de nação *Gabão*, magro, feio (DP, 14-2-1845);

Molecote João, de nação *Mumbaça* (FREYRE, 1979: 27);

João, de nação *Quilhimane*, alto e seco, cor retinta, fala mansa, cambaia (DP, 15-1-1844);

Maria, de nação *Caçanjé*, nádegas saídas para fora, olhos aboticados, mãos fouveiras;

Inácio, de nação *Nagô*, dois ou três talhos atramelados nas faces (DP, 12-3-1849);

João, de nação *Urubaco* ou *Carmunda*, bonita figura, rosto arredondado, marcas de chicote nas costas e nas nádegas (DP, 6-7-1843);

Miguel, de nação *Moçambique*. Peitos como os de mulher (DP, 6-7-1843);

Domingas, de *Nação*, vistosa e barriguda, sem peitos (DP, 8-7-1843);

Moleque Júlio, de nação *Benguela*, umbigo grande do tamanho de uma laranja (DP, 16-11-1843);

Antônio, *Caçanjé*, andar banzeiro (o próprio mal do banzo);

João Antônio, cor preta, de nação *Mina* (DP, 7-3-1857);

Francisco, de nação *Bié*, cabeça e olhos grandes, caturro, perna curta, orelha furada (DP, 1-8-1843).

Mutilações, castigos e torturas

Giberto Freyre (1979: 86), apesar da relativa benignidade da sociedade patriarcal dos senhores de engenho – em relação ao tratamento mais cruel em outros países, nos conta que os instrumentos mais comuns de castigo eram o "azorrague, a gargalheira, a pega, o tronco, o vira-mundo, a corda de sedentos, os anjinhos, o coletor de couro. Mas havia senhores mais exigentes que não se contentavam com castigos tão suaves. Empregavam contra os negros as navalhas seguidas das salgadeiras, suplícios dos insetos, o das urtigas, o das rodas-d'água, o de pingos de cera e de lacre às costas em carne viva do escravo, o de queimar o corpo do negro com água fervendo..." "amarrar o punho do escravo, por meio de cordas, a traves altas, depois untar o corpo nu de mel ou salmoura, a fim de que os insetos viessem picar e ferretear aquela carne inerme".

Dizemos nós: castigos e torturas iguais a essas, descritas por Gilberto Freyre, são de fazer inveja aos Torquemadas da Inquisição

do Santo Ofício, com as suas fogueiras e ordálias e aos torturadores nazistas dos campos de concentração, na Segunda Grande Guerra.

Mesmo assim, Gilberto Freyre (1979: 28) nos informa que "nos engenhos de Pernambuco e da Bahia, o escravo era tratado melhor do que nos do Maranhão e nas minas do Sul. Daí terem ficado tradicionais as ameaças dos senhores pernambucanos: *Mando-te para o Pará*". E explica: "ninguém sofreu mais no Brasil que o escravo do senhor pobre e principiando a fortuna e dos senhores de engenhocas do Maranhão e Pará".

Vejamos agora, na anunciologia freyriana, alguns casos e tipos de freqüentes deformações e mutilações sofridas pela *Gente Preta de Nação*, conforme anúncios no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e *Diário de Pernambuco*, do Recife, dos anos de 1830 a 1860 (FREYRE, 1979: 47-48):

> Joaquina, nação *Benguela*, crioula com marcas XA de fogo no peito esquerdo (DP, 27-9-1838);
> Antônia, de nação *Congo*, tinha uma costura no nariz e faltava dentes na frente (DP, 23-6-1836);
> Maria, de nação *Angola*, alta, cheia de corpo, cara redonda, tendo nas vistas um matame de calombos de sua terra (DP, 27-8-1835);
> João, ladino, cozinheiro, angico, bem preto, os escrotos um pouco crescidos provenientes de "quebradura" (FREYRE, 1979);
> Rosa, pálida, carapinha, bunda grande, uma cicatriz no beiço superior (DP, 1-8-1857);
> Rita, de nação *Cabinda*, pequena, seca de corpo, de "mão direita aleijada dobrada pelo meio" (DP, 12-1-1858);
> Benedita, de nação *Cabinda*, cor meio fula, bexigas na cara, dentes podres, com uma grande queimadura de fogo nos peitos (DP, 3-9-1835);
> Rosa, de nação *Angola*, alta, corpo cheio, fala atravessada, com uma belida no olho esquerdo e uma

cruz de cabruchimbos na testa até à ponta do nariz (DP, 13-11-1835);

Maria, ladina, fula e magra, com "peitos batidos", ostentava "marcas de sua terra" e um talho sobre o nariz;

Laurentino, padeiro, gago e levava um ferro ao pescoço já por fujão;

Amaro, de *Moçambique*, tinha abaixo das frontes uma malha de fogo, nas mãos que eram, além de calejadas, "alcatroadas";

Manoel, de *Angola*, nariz grande e arregaçado, descadeirado, tem os pés apalhetados;

Estevão, moleque de 15 anos, tinha "marcas de bacalhau" no corpo (DP, 8-9-1838);

Antônio, de rosto abocetado, beiços grossos e a orelha esquerda furada (DP, 10-9-1835);

Rosa, de nação *Baca*, alta, seca, com cicatriz por cima do peito e a perna esquerda mais grossa que a outra (DP, 21-6-1841);

Pedro, nação *Congo*, cabeça sem cabelo, comido pelo trabalho de carregar peso (DP, 14-8-1838);

Morais, "dedos de alfaiate" deformados pelo ofício de costurar roupa de homem (JC, 3-1-1833);

Caetano, moleque, marca de relho e várias cicatrizes nas costas (DP, 6-12-1838);

Luiz, de nação *Mongola*, cor retinta, beiços finos, peitos em pé, "muito rapariga", "espigadinha de corpo", tinha a cara riscada (JC, 8-1-1833);

Florentino, dentes podres, marcas de serra na bunda, cicatriz de golpe no pescoço, quebrado de uma das virilhas (anúncio do *O velho brado do Amazonas*, Belém, 1852 – SALLES, 1988: 32);

Cristina, escrava crioula, bunda empinada, dedos curtos sem juntas (DP, 11-11-1841);

Domingos, crioulo muito dançador, olhos zarolhos e pés cambados (DP, 28-9-1838);

João, de *Angola*, com cicatrizes frescas nas nádegas (DP, 25-9-1845);

Rosa, preta, baixa, feições amacacadas, nádegas empinadas, andar cambaio (DP, 30-1-1850);

Gregório, cambaio, castigado na grade da cadeia (TM, de Belém, 19-12-1854);

Florentino, dentes podres, orelha furada, marcas de surra na bunda, cicatriz de golpe no pescoço, quebrado de virilhas (VBA, de Belém, 23-5-1852);

Benedito, conhecido como Paquete, carafuz, baixo, gordo, uma cicatriz na orelha, vende potes com garapas no Ver-o-Peso. Avisar no Porto do Sal ou na Ilha de Combu (JP, de Belém, 30-1-1868);

Petronilha, escrava, carafuza, dedos das mãos todos tortos e as unhas pretas das bulbas (JP, de Belém, 6-12-1866).

Escravos Fugidos.

ATTENÇÃO.

— Acha-se fugido um mulato cabra de nome Raymundo Patricio, official de pedreiro e barbeiro, foi remettido do Pará em abril de 1859 pelo Sr. Manoel Joaquim de Faria, o qual foi aqui vendido ao Sr. Feliciano José Gomes, e este senhor vendeu ultimamente ao Sr. Francisco Mathias Pereira da Costa; tem os seguintes signaes: estatura regular, bastante grosso e barbado, olhos amarellados, falla com desembaraço, representa ter 35 a 40 annos: roga-se as autoridades policiaes a sua apprehensão; e quem o pegar, dirija-se ao engenho Guerra, em Ipojuca, ou na rua do Imperador n. 79, escriptorio de Polycarpo José Layme, ou na rua de Apollo n. 30, escriptorio de Manoel Gouveia de Souza, que será generosamente recompensado.

50 $ de gratificação.

Continúa a estar fugido desde o dia 4 de abril proximo passado o preto de nome Felix, com idade de 35 a 40 annos, de nação Mossambique, e tem os signaes seguintes: estatura baixa, côr fula, pés um pouco apalhetados, tem um calombinho entre as sobrancelhas por cima do nariz, que parece ser signal da terra delle; este preto tem servido em differentes artes, pescador, canoeiro, caiador, trabalhador de campo, e hoje é padeiro, a que pertence; foi escravo do Sr. Manoel Francisco Duarte, e quando foge costuma mudar o nome para João, e intitula-se forro, tem sido visto nos arrabaldes desta cidade da estrada de Beberibe em direcção até a matriz d Varzea: portanto roga-se a todo e qualquer que o encontrar ou delle souber, que o pegue e leve-o ao pateo da Santa Cruz, padaria n. 6, que receberá a gratificação acima; assim como se protesta contra quem o tiver acoutado.

Anúncios de escravos fugidos, em jornais brasileiros do século XIX. Em *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (GILBERTO FREYRE, 1979, Recife: Instituto Joaquim Nabuco).

Compra-se, Vende-se, Aluga-se, Troca-se, Leiloa-se

O negro escravo no Brasil, como em outros países, era uma mercadoria como qualquer outra, suscetível de apropriação, venda, hipoteca, locação, leilão e escambo. O estudo desses anúncios e reclames pode constituir uma nova ciência e arte: a *merceologia africana*, que é uma parte da ciência do comércio que trata em especial da classificação, especificação, compra e venda.

Os anúncios dos jornais do Recife e de Belém a esse respeito, mecionados tanto por Freyre (1979) – *Diário de Pernambuco* (DP) do Recife, e *Jornal do Comércio* (JC) do Rio de Janeiro, como Salles (1988) – *O velho brado do Amazonas* (VBA), *Treze de Maio*, 1853/4 (TM), *O Planeta* (OP), 1851, e *Jornal do Pará* (JP), 1866 – são bastante ilustrativos, como segue:

> Casa de Comissão de Escravos: Recebem-se escravos para serem vendidos por comissão e conta de seus senhores... sejam vendidos com prontidão a fim de que seus senhores não sofram empate na venda deles (FREYRE, 1979: 10).

> Compra-se:
>
> Para fora da Província, negros e moleques de 12 a 20 anos, sendo bonitos, pagam bem... (DP, 22-9-1843);
>
> Para uma encomenda compra-se uma escrava com alguma cria fêmea, que seja de boa conduta e tenha alguma habilidade (DP, 29-9-1859);
>
> Uma mulata moça que seja perfeita costureira de agulha e tesoura, na Rua do Trapiche, n.º 40, Recife (FREYRE, 1979: 9);
>
> Quem quiser vender uma mulatinha de 12 a 16 anos, com princípios de costura, doces e goma, dirija-se a esta tipografia (OP, de Belém, 1-2-1851);
>
> Quem tiver e quiser alugar ou vender algum preto, que seja robusto para o serviço, fiel e inteligente e não seja bêbado, ladrão nem fujão, dirija-se à casa do tenente-coronel Anselmo da Silva na Rua da Paixão (TM, de Belém, 1847, p. 12).

VENDE-SE:

Uma escrava de *nação*, 36 anos, boa vendedeira e compradeira, cozinha, lava e faz todo arranjo de casa: quem quiser comprar dirija-se a João Valente Feijão na Rua do S. Vicente para ajuste (OP, de Belém, 5-12-1850);

Em casa de Antunes & Sobrinho, há para vender um cafuzo, vindo de fora, apto para qualquer trabalho na roça (OP, de Belém, 24-10-1850);

Um preto de *nação*, bom cozinheiro, pela quantia de 400$000 réis (OP, de Belém, 16-10-1850);

Para fora da Província. Além do Maranhão, um escravo robusto e forte como aço para todo o serviço (TM, de Belém, 2-3-1854);

Um escravo carpinteiro, preto, 30 anos; o único vício que tem é beber uma vez ou outra, mas não perde o juízo (TM, de Belém, 18-1-1854);

Um negro de 30 anos, forte, robusto, boa figura, bom canoeiro e que sabe de serra e machado, afeiçoado à pinga mas senhor de si, sem desordem (RP, 13-5-1836);

Negrinha, boa rendeira e acostumada a labutar com crianças (DP, 30-11-1836);

Uma escrava crioula de 22 anos, parida há três meses e própria para criar (DP, 30-6-1836);

Negra de bonita figura, de 25 a 26 anos, cose bem vestidos para senhoras, engoma, lava e trata bem do interior da casa (DP, 1835);

Um escravo velho, próprio para botar sentido a sítio, pastorar vacas, vender frutas e leite (DP, 1858);

Um escravo pardo de 36 anos de idade, boa figura e muito desembaraçado e inteligente;

Para uma encomenda: uma escrava com alguma cria fêmea, que seja de boa conduta e tenha alguma habilidade (DP, 29-9-1859);

Na Rua do Sebo vende-se uma negra crioula, 25 anos, parida há 10 mesess, com leite, sem cria, cozinha, faz doce, engoma, cose (DP, 29-9-1859);

Uma escrava boa cozinheira, engoma bem e ensaboa, com uma cria de 3 anos, *peça* muita linda, própria de se fazer um mimo dela (vende-se só a escrava caso o comprador não queira a cria) (DP, 28-4-1859);

Em leilão um escravo cabra, sadio e de boa conduta, avaliado em 800$000, pertencente aos herdeiros do finado Jeronymo de Abreu (DP, 20-10-1859);

Uma escrava crioula, 16 anos, engoma liso, lava roupa de sabão, cozinha o diário de uma casa, faz pão-de-ló, cose, xão e sabe tratar de meninos, sem vício, muito sadia, bonita figura (DP, 24-9-1830);

Uma linda mulatinha de 14 anos, com bons princípios de costura e engomado, ótima para se fazer uma dávida a alguma menina por ser donzela (DP, 9-4-1850);

Um mulato de 22 anos, bom alfaiate, bom boleeiro, e um negro da mesma idade, e uma negra de meia-idade que cozinha muito bem e cose (FREYRE, 1979: 4);

Uma moça, bonita figura, sabe cozinhar e engomar e é uma perfeita costureira própria para qualquer modista (FREYRE, 1979: 9);

ALUGA-SE E HIPOTECA-SE:

Precisa-se de 800$000 a prêmio por 6 meses, hipotecando-se um escravo que vale 2:000$000 ou mais (DP, 18-12-1858);

Precisa-se de 600$000 sobre hipoteca de um moleque que faz todo o serviço (DP, 10-9-1861);

Para vender calungas, dando-se 80 réis de vendagem de cada pataca e responsabilizando-se o senhor por algum prejuízo que a dita preta cause (DP, 7-12-1837);

TROCA-SE:

Uma negra muito boa lavadeira e vendedora de rua por uma que engome e cosa (DP, 4-5-1835);

Uma negra que saiba cozinhar e engomar ou um escravo que sirva de pajem, por uma canoa grande que carregue 1.500 tijolos (DP, 4-2-1834);

Um negro cozinheiro e socador de açúcar por uma negra que saiba cozinhar e engomar, sem vício (DP, 31-1-1834);

Leiloa-se:

Aos que o presente edital virem, no dia 1.º, 5 e 12 de dezembro do corrente ano (1866), à porta da Câmara Municipal irão à praça, a quem mais der para pagamento de credores do espólio do finado Manuel J. Freire, os seguintes escravos:

João, preto africano, 52 anos, achacado de moléstias, avaliado em 200$;

Alexandre, carafuz, com a mesma idade, quebrado, avaliado em 200$ (*Jornal do Pará*, Belém, 6-12-1866, *apud* SALLES, 1988).

Escrava por necessidade:

Me vendo com escritura e papel passado em cartório:

Joana Batista, cafuza, diz que sempre foi livre e isenta de cativeiro; e como se achava sem pai e sem mãe... nem tinha meios para poder viver em sua liberdade... de sua livre e espontânea vontade e sem constrangimento algum... tinha ajustado e contratado com o dito Pedro da Costa vender-se a si mesma como escrava, como se tivesse nascido de ventre cativo e nunca tivesse sido livre... com declaração de que se algum dia tiver filhos, estes serão forros, livres e isentos de cativeiro... cuja venda fazia unicamente de si ou de sua pessoa ao dito Pedro da Costa por preço e quantia de 80$000 a saber: metade em dinheiro e outra metade que são 40$000 em fazendas e trastes de ouro (um rosicler e um par de brincos)... pelo que dá plena quitação ao comprador... disse ela outorgante que desistia de todo o privilégio de liberdade... e se submetia às leis e penas de escravidão...

e que desde logo para servidão e cativeiro de Pedro da Costa, que reconhecia como seu senhor, como se nunca tivesse sido forra e liberta... e que o comprador não se der bem no seu cativeiro poderá vendê-la a quem lhe parecer como sua escrava... Pelo dito comprador foi dito que aceitava esta escritura na forma declarada... E eu tabelião... passei esta nota... e escritura de venda de si própria que faz a cafuza Joana Batista por preço de 80$000 a Pedro da Costa. Pará, 19 de agosto de 1789. Tabelião Antônio de Lira Barros, que escrevi e assino (Transcrito de *O negro do Pará*, VICENTE SALLES, 1988: 328/9), autoria de Carlos Pontes).

Merceologia de escravos no Amazonas

Também no Amazonas, embora em menor escala, houve bastante contratos de compra e venda de escravos, com papel assinado no cartório dos tabeliães, conforme pesquisa feita por Oyama Ituassú da Silva (1982) nas cidades de Manaus, Humaitá, Borba e Novo Airão.

Vejamos algumas dessas transações na linguagem cartorária da época:

Vendo o Victor para que o logre, possua, goze e desfrute: *No ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de um mil oitocentos e oitenta, aos dezessete dias de fevereiro... em* Humaitá... *foram presentes José Gusmão da Silva Amaral como vendedor e como comprador Lúcio Antunes Maciel. E pelo vendedor foi dito que é senhor e possuidor do escravo de nome Victor, mulato, solteiro, de vinte e dois anos, natural de Goiaz, residente neste rio Madeira e dele faz venda* com todos os seus achaques *a Lúcio Maciel pelo preço e quantia de oitocentos mil-réis que recebeu do comprador... transfere por isso na pessoa do comprador toda a posse, domí-*

nio, jus e ação que nelle tinha, para que o logre, possua, goze e desfrute como seu que fica sendo desde hoje e para sempre.

VENDO OITO ESCRAVOS COM TODOS OS SEUS VÍCIOS E ACHAQUES:

Aos oito dias do mês de outubro de 1867, em Manaus, *compareceu ao meu cartório o vendedor Custódio Garcia... que é senhor e possuidor de oito escravos machos de nome Manoel Mourita, preto, pedreiro, vinte e dois anos, natural desta cidade; Bernardino, preto, fulvo, calafate, vinte e oito anos, natural desta cidade; Manoel Ramos, preto, carpinteiro, quarenta anos, natural do Pará; Romildo, carafuso, ferreiro, vinte e seis anos, natural desta cidade; Claudino, mulato, alfaiate e cozinheiro, vinte e seis anos, natural de Mato Grosso; André, preto, sem ofício, trinta e cinco anos, natural desta cidade, todos este escravos solteiros; Thomaz, preto, quarenta e seis anos,... todos estes escravos aqui referidos, com todos os seus* vícios e achaques, novos e velhos, cobertos e descobertos... *os vende de hoje para sempre aos mencionados Amorim & Irmãos pela quantia todos eles de quatrocentos e oitocentos mil-réis em moeda corrente do Império, pagável a elle vendedor em prestações de quatrocentos e oitenta mil-réis...*

CARTA DE LIBERDADE DE RAYMUNDO:

Para que possa usar de sua liberdade como se fora de ventre livre – *Raymundo escravo que foi de Manuel de Oliveira Cruz. Pella presente Carta de Liberdade por mim e por minha mulher Leocádia Cruz... declaramos ser senhores e proprietários de um escravo de nome Raymundo, filho da finada escrava Rufina, ao qual de nossa livre e espontânea vontade e sem constrangimento de pessoa alguma e mesmo por já termos do dito escravo Raymundo recebido por prestação a quantia de oitocentos mil-réis, e em atenção aos bons serviços prestados por elle e ter o mes-*

mo criado a minha dita mulher Leocádia concedemos desde já a liberdade e de facto liberto fica de hoje para sempre a fim de que desde já possa usar de sua liberdade como se fora de ventre livre e como livre é em virtude desta carta sem que ninguém o possa chamar jamais à escravidão por qualquer pretexto que haja, pois que nós como senhores que somos do dito Raymundo lhe concedemos a mesma liberdade sem cláusula ou condição e queremos que esta nossa Carta lhe sirva de prova e lhe seja propícia em todo o tempo... Manaus, capital da Província do Amazonas aos vinte e oito de setembro de mil oitocentos oitenta e cinco...

Todos estes contratos de compra e venda e alforria de escravos estão documentados, transcritos e reproduzidos por cópia dos manuscritos originais, autenticados pelos tabeliães e cartórios, no livro do ilustre professor Oyama César Ituassú da Silva, catedrático de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito do Amazonas (*A escravidão no Amazonas*, Manaus: Editora Metro Cúbico, 1982).

Navios negreiros

Castro Alves, com a sua poesia condoreira, cantou a desgraça do povo negro nos versos de *Navio Negreiro*: *Ó Pátria desperta... não manches a folha de tua epopéia, no sangue do escravo, no imundo balcão!* E nas *Vozes D'África*:

Deus ! ó Deus! Onde estás que não respondes?
Em que mundo, em que estrela tu t'escondes
Embuçados nos céus?
Há dois mil anos te mandei meu grito
Que embalde desde então corre o infinito...

Gilberto Freyre, no seu *O escravo nos anúncios*... (1979: 25), nos conta a odisseia da *Travessia do Atlântico*, nos navios negreiros:

> *A alimentação nos navios era apenas o bastante para manter os escravos respirando; para conservar os fôlegos, vivos: um pouco de farinha e às vezes umas favas fervidas. Uma média de 4/10 de 800 escravos embarcados supõem-se que morriam na travessia; e 3/10 no primeiro ano de América. Um copo d'água por três dias chegavam para impedir a morte de um negro; calculava-se sobre essa base a provisão de água para viagens às vezes de quatro meses.*

O padre inglês Walsh, citado por Gilberto Freyre (1979), no original em inglês, nos dá maiores informações sobre o tratamento dado aos escravos durante a travessia. Trechos desse depoimento vão aqui traduzidos e resumidos:

> *O navio saiu da costa da África com 336 homens e 226 mulheres, perfazendo 562 escravos destinados ao Brasil. A travessia durou dezessete dias, durante os quais cinqüenta e cinco homens foram jogados no mar. Os escravos ficaram todos enclausurados nos porões e o espaço era tão pequeno que eles se sentavam entre as pernas dos companheiros e não podiam se deitar ou mudar de posição. Eles eram todos marcados, como carneiros, com os sinais dos seus donos e proprietários. Eram queimados com ferro quente com as marcas nos braços ou nos peitos. Nos porões sentiam falta de luz e ar e a temperatura era de 89 graus Fahrenheit... 226 criaturas eram colocadas em um espaço de 288 pés quadrados e as outras 336 em outro lugar de 800 pés, dando assim uma média de 23 polegadas para cada mulher e não mais que 13 polegadas para aquelas que estavam prenhas* (WALSH, citado por FREYRE, 1979: 21/22).

Nomes e africanismos

Os escravos não tinham sobrenome: só nome. Pela lista da *Gente Preta de Nação*, verifica-se que a maioria deles, nos anúncios de jornais, quando homens, aparecia com os nomes mais comuns de João, José, Joaquim, Domingos, Benedito, Luiz, Antônio, Pedro, Estêvão, Miguel, Manoel, Caetano, Gregório, seguindo do *nome da nação* a que pertenciam, que funcionava como uma espécie de gentílico que identificava o seu passado africano. Se mulheres, os nomes preferidos eram os de Francisca, Teresa, Catarina, Benedita, Antônia, Maria, Joana, Joaquina, Cristina, Isabel, Domingas, Rosa, Rita, Luiza. Não importa os nomes, pois todos eram escravos e servos, que pertenciam aos seus senhores e às suas donas.

Mais importante que os nomes eram os números. 4.009.400 foram os escravos entrados no Brasil, no período de 1531 a 1855. Esses quatros milhões viraram em 1995 – 7.516.301 pretos e 61.119.137 pardos e mestiços. A *Gente Preta de Nação* assim acabou fazendo o Brasil também um país de gente escura e morena, cor de jambo, que prefere hoje ser chamada de afro-descendente.

A língua portuguesa foi também sendo africanizada, sobretudo na entonação, modulação de voz, na doçura da pronúncia do português-brasileiro, que abrandou e modificou os seus sons originais guturais fortes, as vogais fechadas e as consoantes trocadas e palavras mal silabadas e atropeladas pela linguagem do português de Portugal.

O português-brasileiro tornou-se, assim, mais suave, rico, eclético e sincrético, absorvendo no seu linguajar contribuição forte proveniente de sua tupinização pelos povos indígenas que batizaram a maioria do nomes dos peixes, bichos, árvores, plantas, pedras e nomes de cidades e rios. Esse sincretismo luso-tupi foi enriquecido com a africanização da língua desde a chegada dos escravos que, pela sua maioria, se apropriaram da língua e deram a ela as suas gírias, modismos, misicalidade e a fizeram mais humana e doce com os seus diminutivos e apelidos carinhosos.

O português tornou-se, assim, uma língua euro-afro-americana e quase se tornou uma língua franca universal se os antigos lusos ti-

vessem conseguido manter o seu domínio, juntamente com os espanhóis, os quais partilharam o mundo bipolar com a ajuda dos papas, desde o Tratado de Tordesilhas de 1494. Por causa da decadência e extinção do Império Português Ultramarino, a "última flor do Lácio inculta e bela", e sua versão e tradução brasileira, perdeu a infuência e deixou que o inglês tomasse o seu lugar e se tornasse a língua geral e franca do mundo globalizado de hoje. Gilberto Freyre, no entanto, assinala que muitas vezes a "língua deste povo é maior, muito maior, do que a sua literatura" (FREYRE, 1979: 7).

A *Gente Preta de Nação* não contribuiu apenas para amorenar a tez de nossa pele, mas também para colorir a nossa língua com os seus africanismos – alguns legítimos, outros questionáveis –, conforme exemplos a seguir, que estão já incorporados ao nosso léxico ou na linguagem viva do povo (DICIONÁRIO AURÉLIO DE MENEZES e ANTENOR ANTUNES, FIDELINO DE FIGUEIREDO, FREYRE (1979), SALLES (1988) e GRAMÁTICAS DE ANTENOR VIEIRA (1964), JÂNIO QUADROS (1966) e FTD (1926):

acarajé	aluá	angola	angu
axé	axexê	babalorixá	bamba
banguê	banguela	banzar	banzé
banzeiro	banzo	batuque	birimbau
bobó	bundum	bumba	bumbum
bunda	búzio	cabaça	cabaço
cabungo	caçamba	cachaça	cachimbo
cacimba	caçula	cacunda	cafua
cafundó	cafuné	calombo	cambada
cambota	camundongo	candango	candomblé
canga	canjerê	canjica	canzuá
capeta	carapina	carcunda	carimbo
carimbó	catimbó	cochilar	congadas
coringa	cubata	curinga	dendê
dengoso	diamba	dunga	efó
encafuar	engabelar	exu	farofa
farrabamba	fubá	fula	fulo
ganga	ganzá	gingar	guiné
guzo	iaiá	iansã	iemanjá
inhame	ioiô	jingar	lundu
macambúzio	macuca	macuma	macumba
mambo	mandinga	maracatu	marimbondo
matula	malungo	marixe	missanga
mocambo	mocotó	molambo	molecão
molecona	moleque	mondrongo	monjolo

moqueca	moringa	muamba	mucama
mulombo	mungunzá	munguzá	muxiba
muxinga (chicote)	muxoxo	nagô	nhonhá
nhonhô	ogum	orixás	quiabo
quilombo	quilombola	quindim	quizília
quitanda	quitonda	quitute	samba
samburá	senzala	sinhá	sinhô
soba	sungar	tanga	titica
tutu	vatapá	xacoco	xangô
xingar	xinxim	chuchu	zabumba
zagaia	zambo	zeré	zumbi



Negra Mina com criança



Negra Mina



Retrato de Negra



Retrato de Alexandrina (Cafuza)

Fonte: Louis Agassiz e Elizabeth Agassiz (*A Journey in Brazil*), 1865-1866.

Apologia da mulata paraense

Apesar do preconceito, não é de hoje que a mulata dengosa e "sestrosa" é "cantada" em prosa e verso em todo o Brasil.

No Pará quem a melhor descreveu não foi o um poeta, mas o prosador e ensaísta João Affonso do Nascimento, em 1916, no seu livro *Três séculos de modas*, citado por Vicente Salles (1988: 116). Vejamos como ele a descreve, exalta a elegância e faz a apologia da *bonita figura* da mulata paraense:

> *Contou o Pará de outros tempos, entre as figuras regionais inconfundíveis, a mulata. Cozinheira ou costureira, amassadeira de açaí ou vendedora de tacacá, ama-seca ou criada de servir, a mulata paraense era sempre original no seu vestir, de que jamais se afastava. Em geral bonita, feições de mestiça, robusta, elegante, amando os asseios e perfumes fortes, feitos de raízes e ervas nacionais, a priprioca, o cipó-catinga, a mucura-caá, ela usava corpete decotado, de mangas curtas e tufadas, saia pelos tornozelos, toda em roda da mesma altura, de folho na beira; as mesmas chinelinhas de luxo que já vimos calçando, pró-fórmula, a negrinha no Maranhão. O cabelo, ondulado e fofo, repartia-se em duas trunfas, e de cada lado, encaixados no alto de cada orelha, dois grandes ramalhetes de rescendentes jasmins; colar de ouro com medalha na frente, e, nas costas, sobre o cangote, para afungentar feitiços e maus-olhados, enormes figas de azeviche. Posto negligentemente sobre os ombros, à guisa de xale, um lenço de seda, de cores vivas; nos braços roliços, pulseiras de contas de coral; anéis em quase todos os dedos. O braço esquerdo enfia na asa da cestinha das compras; a mão direita empunha a infalível sombrinha, que tanto serve para o sol como a chuva, de dia como de noite, forrada de tafetá furta-cores com barra em flores estampadas.*

As negras no Pará e na Amazônia, como de resto em todo o Brasil, não podem mais, como antigamente no exemplo acima, serem destacadas pela sua aparência e seu modo de vestir e seduzir.

Depois de haverem desempenhado um grande papel como mucamas, cozinheiras, amas-de-leite, mães-pretas e criadas no tempo da senzala, teriam um árduo caminho de ascenção social, econômica e política. Apesar de todos os preconceitos e discriminações, esse processo de integração e superação do seu complexo de inferioridade e subordinação vem sendo, lentamente, vencido pela educação e profissionalização.

Quando elas tiverem alcançado, ao final, esse estágio de reconhecimento, aí então a apologia não será mais em função da moda, elegância e atração, mas de sua competência e qualificação em pé de igualdade aos demais seres humanos.



Os "cearenses" – nordestinos na Amazônia

A partir de 1827, a borracha amazônica começa a aparecer na pauta de esportação regional com um embarque de 30 toneladas. Com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839, e o aumento do uso dessa matéria-prima, os registros subiram para 1.445 toneladas no quadriênio 1840-1844; no período de 1875-1879 figuravam com 30.360 toneladas; em 1901 iria alcançar 30.241 toneladas e no auge do *boom*, em 1912, atingia 42.286 toneladas, índice jamais atingido ulteriormente, até decair para 6.224 toneladas no final da depressão, em 1932.

No auge do preço, em 1910, a borracha gerou £ 25.254.371 de exportação, equivalente a 40% do total da exportação brasileira, enquanto o café de São Paulo atingia nesse mesmo ano £ 25.825.283. Se esse valor fosse atualizado para o ano de 1992, corresponderia a 1.295.296.689 de libras esterlinas. No ano mais negro da depressão, em 1932, com uma receita de exportação de £ 217.012, correspondente a 6.224 toneladas, a borracha amazônica havia perdido, se comparados os anos de 1910 com 1932, cerca de 99% do seu valor bruto e 85% em peso.

No decorrer desse longo período acima, de quase 80 anos, a Amazônia recebeu uma considerável massa humana de migrantes nordestinos, aqui genericamente conhecidos como *cearenses*. Procediam geralmente das zonas do agreste e do sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros Estados nordestinos, sendo tangido pela seca – *imigração por fome* –, ora simplesmente atraídos pelo *apetite* de seringa – *imigração por cobiça, fortuna e aventura*, ou simultaneamente por ambos. Geograficamente nascia, assim, uma nova Amazônia, baseada na

seca e na *hevea*, e na conjunção de duas linhas: a de maior flagelo e sofrimento – o sertão – e a de mais resistência e atração – a floresta. Tudo isso culminou no Acre – o *right* em razão do *rush* – a Economia na Geografia do Direito.

As secas de 1877 e 1878 deslocaram 19.910 retirantes. Em 1892 as entradas registraram uma migração de 13.593 nordestinos. No triênio 1898-1900, nos portos de Belém e Manaus, entraram 88.709 migrantes no auge desse movimento povoador. Contados os números até 1900, teríamos um afluxo de 158.125 nordestinos que vieram *fazer a Amazônia*, cerca de 20% da população amazônica da época. De 1900, passando pelo apogeu de 1910, até à depressão, estimamos que a Amazônia recebeu mais de 150.000 *cearenses*, totalizando assim 300.000 migrantes nordestinos, no período de 1877 a 1920. No período da II Batalha da Borracha, de 1941 a 1945, o *exército dos soldados da borracha* incorporou consideravelmente contingente de cearenses, paraibanos, pernambucanos, rio-grandenses-do-norte e baianos.

Pelas estatísticas oficiais da Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Caeta) e do Departamento Nacional de Imigração (DNI), foram encaminhados oficialmente à região amazônica, durante o período de 1943 a 1945, 16.235 trabalhadores e 8.065 dependentes, totalizando 24.300 pessoas (MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha*, 1985: 286).

Usando outra metodologia, baseada nos registros de entrada e saída de passageiros, por via fluvial, pelo porto de Manaus, chegamos à conclusão de que, no período de 1941 a 1945, o número de migrantes atingiu cerca de 75.000 pessoas na Amazônia Ocidental. Este número é baseado em duas provas: a primeira, na saída de 72.278 pessoas que deixaram Manaus com destino ao interior do Estado, no período de 1941 a 1945; a segunda nas estatísticas de entrada de 74.022 passageiros, procedentes de outros Estados, que chegaram a Manaus nesse mesmo período.

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, os números batem em torno de 75.000 imigrantes. Provavelmente, 23.000 deles encaminhados "oficialmente" pelo Caeta entre 1943 e 1945 (se contar os números de 1941 e 1942) e o restante decorrente do movimento es-

pontâneo de volta aos seringais – com ou sem financiamento dos "aviadores" e seringalistas, sem interferência do Caeta – dos antigos seringueiros residentes em Manaus e outras cidades e Estados que desejavam arriscar novamente a sua sorte, tentados pelas promessas e passagens gratuitas oferecidas pelo governo federal e pela SNAPP.

Outro aspecto a salientar, na análise desses quadros, é que como entraram em Manaus, entre 1941 e 1945, 152.138 pessoas e dela saíram para o interior e outros Estados, 118.068 pessoas, provavelmente 34.070 pessoas ou imigrantes ficaram em Manaus. Data daí o reinício do crescimento demográfico desta cidade no tempo dos arigós (BENCHIMOL, Samuel. *Romanceiro da Batalha da Borracha*, 1992: 115-116).

Grosso modo, podemos estimar que, desde o início do ciclo da borracha até 1960, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram *fazer a Amazônia*, representando assim o maior movimento humano das migrações internas da história brasileira, superado somente pela migração *pau-de-arara* para São Paulo. Nas décadas dos 60 a 80 surgiu um novo movimento migratório, quando mais de dois milhões de gaúchos, paranaenses, paulistas, goianos, mineiros, capixabas e também nordestinos, descem do planalto central para se integrar à nova fronteira agrícola, pecuária, minerária, garimpeira e extração madeireira, em Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rondônia, Acre, sul do Pará e Amazonas.

Essa formidável corrente humana migrantista se inscreve dentro do quadro da extraordinária expansão e mobilidade da população brasileira, facilmente seduzida e arrastada no passado pela mística da fortuna, da lenda e da riqueza fácil, na pista do boi, na rota das bandeiras, no garimpo de ouro e diamante, na onda verde do café, no *rush* da seringa e, no presente, pela euforia dos grandes projetos de mineração no Pará, pelo fascínio de Serra Pelada, das minas de cassiterita em Rondônia e Pitinga, na corrida às terras para implantação de fazendas de gado e às madeiras para exploração, ao longo dos eixos rodoviários da Belém–Brasília, Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco e Cuiabá–Santarém e na atual corrida para plantação de soja no novo corredor e frente agrícola da Chapada dos Parecis, campo de Puciari, em Humaitá, sul do Pará, Tocantins e Maranhão.

A Amazônia começou, assim, a abrasileirar-se com a chegada desse novo tipo de migrante, que trouxe consigo uma outra cultura de valentia e cobiça, bem distante da Amazônia tradicional dos caboclos do beiradão, da calha central, das marombas e currais do baixo Amazonas, dos oleiros e vaqueiros do Marajó, dos castanhais de Tocantins, dos cacauais de Cametá, Óbidos e Parintins, dos guaranazais de Maués, dos piaçabeiros do rio Negro, dos mariscadores e *viradores* de tartaruga nos tabuleiros dos rios Trombetas e Solimões, e dos juteiros do médio Amazonas.

Em contraste com esse panorama tradicional que também fez história e não foi tão morto como se pensa, iríamos viver com a chegada dos nordestinos uma nova aventura na outra Amazônia, mais ousada e inquieta. Dos seringueiros do Acre e Juruá, dos caucheiros do Abunã, dos comboieiros e mateiros do Madeira e Purus, dos balateiros do rio Negro e do Pará, que passaram a atuar marcando a fisionomia econômica regional com o complexo do barracão e do tapiri, com a grande propriedade florestal latifundiária, com os seus coronéis-de-barranco e os seus instrumentos de trabalho: o terçado, o machado, o rifle, a tijelinha e o burro, que fazia o contato e a circulação entre o tapiri do seringueiro e o barracão do seringalista.

Durante o tempo em que durou o ciclo da borracha, os *cearenses* atuaram como principais personagens e atores na história da região, relizando a ocupação e povoamento da vasta hinterlândia, culminando com a reconquista e incorporação do Acre, sob a liderança do gaúcho Plácido de Castro, comandando um exército de seringalistas e seringueiros, ao final ratificado pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, escrevendo nessa façanha o último capítulo das bandeiras amazônicas na definição do espaço continental brasileiro.

O migrante cearense e nordestino percorreu na Amazônia um longo caminho de sofrimento, sacrifício e muito trabalho para, ao final, chegar à ascenção e classificação econômica, social e política. Flagelado, retirante, brabo, comboieiro, mateiro e seringueiro na sua primeira fase. A seguir, gerente de depósito, regatão, seringalista, coronel-de-barranco, chefe político, prefeito, deputado, até atingir a

governança em diversos Estados amazônicos. Se não na primeira, com certeza na segunda e terceira gerações de seus filhos e netos.

Com o colapso da borracha, muitos dos sobreviventes dessa fronteira humana regressaram ao Nordeste, quando podiam, criando a figura típica do *paroara* no sertão, sem mais aqueles símbolos e indícios externos de riqueza que, nos tempos áureos, eram motivo de orgulho, inveja e administração. Regressavam empobrecidos e doentes, à procura de suas famílias e de suas terras e sítios, já ocupados por parentes ou vendidos para vizinhos e amigos.

Quando resolviam ficar nos seringais, lutando, apesar da crise e do colapso, muitos deles abandonaram o corte da seringa pela agricultura do arroz, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar, que ajudava a tornar os seringais abandonados em centros de auto-suficiência alimentar, complementada com a colheita da castanha no inverno, a coleta de drogas e gêneros regionais, a caça de animais silvestres e a pesca nos rios e lagos. Abandonaram, assim, uma economia altamente monetizada da seringa – uma economia de *bugre manso* capitalista – em favor de uma economia agrícola de subsistência.

As estatísticas do Censo de 1940 bem atestam a regressão da fronteira humana, sobretudo do Acre e do Pará, pois entre 1920 e 1940, o primeiro perdeu 12.611 habitantes e o segundo, se aceita a correção metodológica de Roberto Santos, teve a sua população dominuída em 309.644 habitantes, nos vinte anos da crise, entre esses dois Censos de 1920 e 1940. O Amazonas, nesse período, teve um incremento populacional de 74.842 habitantes, explicada pelo êxodo da população acreana e paraense em direção ao Solimões, médio Amazonas e Manaus.

Na década dos anos 30 começaria o grande êxodo rural das populações de seringueiros nordestinos em direção às vilas, cidades e sítios da calha central do Solimões e do médio e baixo Amazonas e para as sedes desses municípios e das capitais de Belém e Manaus. Em 1940, o Censo encontrou vivendo, ainda, no interior da Amazônia uma população rural de 76,99% contra 23% da população urbana. Essa migração urbana seria acelerada nos anos 50, 60, 70, 80, 90, e 96, quando as cidades passaram a deter 26,1; 29,3; 37,3; 44,9; 54,5 e 61% da população regional.

As vilas e cidades amazônicas que acolheram as famílias cearenses-nordestinas ou seus descendentes passaram a receber a influência desses retirantes dos seringais, do interior, dos altos rios. Já assimilados à vivência amazônica, esses migrantes, ao encontrar a sociedade cabocla, com ela se integraram, ajudando a formar nova liderança política, econômica e empresarial, graças ao seu espírito mais agressivo e dinâmico.

Posteriormente, em face da decadência geral do extrativismo e da juticultura no beiradão e nas vilas ribeirinhas, novo movimento se realizou para os grandes centros metropolitanos de Belém, Santarém, Manaus e Porto Velho, com reinício do processo de lenta ascensão social e política. A grande maioria seria absorvida no seio da massa popular na periferia dessas cidades, nos fundos dos igarapés ou nas baixadas insalubres onde se localizaram, improvisando favelas e mutirões, pelas invasões, doação de terras públicas, ou vivendo à custa de ranchos e cestas básicas fornecidos pelo governo.

Na década dos anos 40 e 50, no tempo dos soldados da borracha, eles eram chamados de *arigós, aves de arribação, santo-desordeiro-milagroso* e *valentão*, apelidos e caricaturas que figuravam nas crônicas sociais da época. Apesar da penúria e da extrema dificuldade de vida, mesmo assim, os descendentes daqueles pioneiros nordestinos partiram em busca de empregos ou inventaram estratégias de sobrevivência como trabalhadores avulsos, camelôs, vendedores ambulantes, autônomos, biscateiros, donos de biroscas e bancas de feiras.

Muitos deles conseguiram ultrapassar a barreira da pobreza e se estabelecer como negociante, comerciantes e empresários. Outros, graças às escolas públicas, colégios profissionalizantes, faculdades e universidades, conseguiram classificar-se social e politicamente, assumindo o papel de liderança em suas comunidades.

Por constituírem a maioria da população amazônica, esses descendentes de cearenses-nordestinos ocupam a maior parte das posições e das lideranças em todos os segmentos da sociedade regional. Por isso, é raro encontrar, ainda hoje, uma família amazonense que não tenha entre os seus pais, avós e ascendentes um flagelado, retirante ou migrante do Nordeste, após haver per-

corrido longa carreira de vida no interior da Amazônia. Muitos deles já esqueceram os seus avós seringueiros e coronéis, mas no fundo da memória e no limbo do passado deve, ainda, restar algum resquício de saudade e orgulho de suas raízes cearenses.

Os coronéis-de-barranco e da seringa

Centenas de milhares de imigrantes *cearenses* e nordestinos, ora expulsos pelo flagelo da seca do sertão, ora atraídos pelo *apetite* da seringa, vieram para a Amazônia na última metade do século passado e nas décadas dos anos 10 e 20. Talvez, na história das migrações humanas, jamais se tenha registrado drama de igual proporção, somente comparável ao dos judeus no seu êxodo, diáspora e perseguição milenar; ao dos povos africanos, nos porões dos navios negreiros e nas senzalas da casa-grande; e das tribos indígenas expulsas de suas terras, após a destruição de suas culturas.

Eles eram recrutados nos campos de flagelados das secas, nas vilas e povoados do sertão nordestino, embarcados nos porões dos navios do Lloyd, amontoados nas improvisadas hospedarias e imigrantes e depois mandados, com suas redes de dormir, nos porões dos *vaticanos*, *chatas* e *gaiolas*, rio acima, para trabalhar nos seringais dos baixos e altos rios. Começavam a trabalhar, já endividados, conforme Euclides da Cunha: *O seringueiro trabalhava para escravizar-se.* Começavam como *brabos* até que, com a ajuda dos companheiros mais velhos e experimentados – os seringueiros *mansos*, já domesticados, aprendiam o ofício do corte, sangria, coleta e defumação. Quando não eram vítimas da violência, das flechadas dos índios, picadas de cobras, das emboscadas e conflitos de sangue nas festas e nos negócios, morriam aos milhares de doenças como beribéri, pelagra, malária, maleita e ferida braba.

Muitos deles, no entanto, conseguiram classificar-se social e economicamente, após longos anos de sofrimento e duras jornadas de trabalho que se iniciavam às quatro horas da madrugada, para poder coletar o látex na parte da manhã, quando as seringueiras eram mais generosas e produtivas. Começando como seringueiros,

percorriam o duro aprendizado na selva, que os habilitava a *subir na vida*: mateiro, comboieiro, pesador, classificador, capataz, auxiliar de escrita, gerente de barracão, arrendatário de estradas e colocações, até atingir o topo da carreira: seringalista.

Como seringalista, esses empresários nordestinos tinham importante função a desempenhar no sistema produtivo. Eles eram o elo da cadeia produtiva baseada nos aviadores de Belém e Manaus, que lhes financiavam as mercadorias para a montagem das safras e os serigueiros que viviam internados nas estradas e colocações, onde exerciam o seu ofício de sangrar, coletar e defumar as *pélas* de borracha no seu tapiri de palha e paxiúba, para entregas periódicas ao bacarrão do patrão. Este emitia contas-de-vendas e apurava os débitos e créditos de marcadoria e produto, num autêntico sistema de escambo colonial.

O sucesso do seringueiro media-se pelo seu saldo no final da safra e o do seringalista pelo número de *pélas* de borracha fina, entrefina, cernambi e caucho, que eram consignados aos seus aviadores da praça de Manaus e Belém, para serem classificadas e exportadas para o exterior. No ajuste de contas entre seringalistas e aviador, novamente as contas-de-vendas apuravam na contabilidade os ganhos e perdas, quando vinham a Manaus para receber o saldo e fazer novos pedidos, comprar novos seringais dos aviadores que tinham estoque de terras, decorrentes de liquidação de dívidas, arrematar propriedades em leilões e hasta pública, visitar a família ou os filhos internados no Colégio Dom Bosco, Brasileiro, Santa Dorotéia e Maria Auxiliadora. Essas visitas anuais dos seringalistas nas entressafras também eram aproveitadas para recuperar a saúde, comprar imóveis na cidade para alojar a família, parentes, ou viajar ao Ceará e Nordeste para rever os seus pais e familiares nas roças, vilas, povoados e cidades do agreste e do sertão.

Antes da chegada do verão, os seringalistas estavam todos de volta para montar a safra, cuidar das estradas, abrir novas colocações, suprir o barracão de mercadorias de consumo para os *fregueses* e incrementar a produção. Quase todos de origem nordestina, eram homens formados no duro labor e na experiência de vida, que sobressaíam pela iniciativa e capacidade de comando e organização.

Administrar um seringal era tarefa bastante difícil e complexa. Envolvia treinamento e assentamento de seringueiros, abertura e manuntenção de *estradas* e varadouros, compra de burros e animais de carga e sela para transporte, aquisição de tijelinhas, baldes, machadinhas, terçados, espingardas e balas para caça. Classificavam e qualificavam o produto para obter o máximo de *borracha* fina e o mínimo de *cernambi*, cumpria-lhes organizar e receber os navios que faziam o transporte fluvial de subida, com suprimento de ranchos e mercadoria, e de baixada, com gêneros; administrar o depósito e armazém, escriturar os livros de débito e crédito, expedir contas-de-vendas, ler o *Chernnovitz* para curar as doenças dos fregueses, cuidar da família e dos filhos, quando estes moravam na sede do barracão; solucionar conflitos entre os seringueiros e companheiros, fazer festas, danças e forrós, promover casamentos e amigações para os seringueiros, expedir cartas com pedidos para os aviadores de Manaus, remeter mesadas para as famílias, enfim, um rol sem limite de obrigações e afazeres. Alguns poucos, quando na cidade, faziam demonstrações de poder e riqueza nos cassinos, cabarés, hotéis, festas beneficentes e quermesse. Esses eram raros mas se tornaram folclóricos ao fazer demonstrações ostensivas de seu prestígio por intermédio de indícios exteriores de riqueza, como fumar charutos cubanos, acendendo-os com notas de quinhentos mil-réis, ou usar anéis com diamantes de muitos quilates no dedo anelar ou indicador.

Um seringal era, assim, uma comunidade humana, econômica e social de trabalho, que envolvia múltiplas funções e abrangia um grande universo de seringueiros, mateiros, comboieiros, capatazes, roceiros, fiéis de dépositos, auxiliares de escrita, guarda-livros, todos eles personagens e atores, a viver nas terras de seringa e castanha. Era preciso, também, fazer roçados para suprir de milho os burros e cultivar alguns gêneros alimentícios para diminuir os custos de alimentação do barracão e do tapiri; tratar bem das árvores para evitar a sua depredação como o sistema do arrocho e do *mutá*, observando com zelo e uniformidade no corte, sem *baterias* e nem *caga-fogo*.

Cumpria-lhes convidar padres para o batismo das crianças, fazer casamentos e enterros; resolver brigas, evitar emboscadas,

combater invasões de seringais vizinhos, justiçar criminosos, seringueiros fujões, estabelecer vínculo de compadres e afilhados, disciplinar e distribuir *justiça*, quando necessária, apoiar políticos durante as eleições nos municípios e no Estado, por meio de candidatos previamente escolhidos e eleitos sob conchavos e acordos. Todas estas funções davam, sem dúvida, grande prestígio aos seringalistas e faziam crescer a sua importância como líderes e dirigentes dessas comunidades. Muitos deles exerciam as funções oficiais de juiz de Paz, o que fazia aumentar a sua influência. Muitos entravam para a maçonaria e acabavam sendo grão-mestre 33, o que aumentava o seu prestígio e engrandecia o seu *ego*.

Por isso, os seringalistas assumiam muitas obrigações que transcendiam a essas funções primárias de sobrevivência e organização, na medida em que iam eriquecendo e aumentando o seu poder. O reconhecimento final desse *status* era feito pela Guarda Nacional, que concedia e vendia patentes de oficiais aos líderes e pessoas importantes. A mais almejada era a de coronel da Guarda Nacional. Os seringalistas, mediante ação política, recebiam essa patente por merecimento, ou a compravam como forma de impor respeito, admiração e disciplina. Tal como os títulos de nobreza, ao tempo da monarquia, ou títulos de comendador para os aviadores portugueses, a patente de coronel era um predicado de alto valor e prestígio para os seringalistas nordestinos.

Desse modo, eles passaram a ser conhecidos por coronéis antes dos prenomes e nomes de família. O título impunha respeito e conferia autoridade ao seu titular e, destarte, o interior da Amazônia foi sendo dominado por coronéis, a princípio com legítimas patentes da Guarda Nacional, e depois, mesmo sem título, tornou-se costumeiro agregar ao nome dos proprietários dos barracões esse atributo e honraria. Por isso, talvez, o povo começou a chamar indistintamente de coronel-de-barranco a todos eles, independente da existência ou não de patentes. Assim como os aviadores portugueses passaram a ser comendadores, mesmo sem comenda oficial, os seringalistas passaram a ser coronéis, em respeito ao seu poder e riqueza.

Isto, aliás, faz parte da cultura e do folclore do povo brasileiro, pois também no meio civil e urbano é comum tratar as pessoas

importantes pelo título de doutor, tendo ou não graduação de Ph.D. universitário. Em outras regiões e países semelhante fenômeno ocorria, até nos Estados Unidos, no período colonial, onde os proprietários das fazendas de algodão e donos de senzalas do sul do país eram tratados, respeitosamente, como *Kentucky's Colonels*, independentemente de qualquer comenda, título ou patente. Igualmente, no Nordeste, ocorreu o fenômeno com fazendeiros e comerciantes ricos da zona da mata, agreste e sertão, que passaram a receber as patentes de coronel, ou simplesmente a ser reconhecidos e chamados por esse título antes do nome ou sobrenome. Os coronéis nordestinos, da mesma sorte, gozavam de grande prestígio social e político, chegando a dar origem ao movimento chamado de *coronelismo sertanejo*, que durante décadas se constituiu numa oligarquia dominante nos conchavos políticos, durante as eleições e na distribuição de verbas para a *indústria da seca*.

Assim, a Amazônia foi sendo povoada por *coronéis*-de-barranco. Quase todos eram seringalistas que dominavam os rios de borracha, como donos de seringais, castanhais, fazendas e propriedades rurais.

Os coronéis-seringalistas eram numerosos, contudo uns tinham, pelo seu poder e riqueza, mais prestígio e quase sempre eram cortejados por prefeitos, governadores e políticos. Eles se tornaram peças fundamentais do sistema *viciado* de eleições da época, pois detinham verdadeiros currais eleitorais. Muitos deles acabaram-se elegendo deputados e até governadores do Estado, em função de seu imenso prestígio, como ocorreu com os coronéis José Negreiros Ferreira (*onde há saldo não existe esbanjamento*) e Francisco Areal Souto, que foram deputados e governadores interinos.

Os donos de seringais eram numerosos, pois segundo levantamento efetuado por Roberto Santos, em 1910, havia em exploração 21.405.000 seringueiras, distribuídas em 174.024 *estradas* que ocupavam 175.787 seringueiros e auxiliares, localizados em uma área de 14.300.000 hectares, com cerca de 24.000 seringais. Por aí já se tem ideia da intensidade de vida nos rios da Amazônia; e da significação de toda a cadeia produtiva.

Pode-se bem estimar que deviam existir algumas dezenas de milhares de coronéis-de-barranco e de seringa, também chamados pejorativamente de coronéis de beira-rio e de roça. Muitos deles tinham diferentes tipos de temperamento: desde os sanguinários, violentos, autoritários, até aqueles de boa formação moral, amigos de seus aviados e compadres, que exerciam uma função patriarcal e amiga como chefes de família, autênticos e justos líderes comunitários de grande prestígio e valor. Quando sentiram o gosto pelo poder e pela política elegiam-se prefeitos, deputados, chegando até a governadores do Estado.

Os nomes da maioria deles, transcorridos tantos anos, foram sendo esquecidos pela voragem dos tempos, perdidos no anonimato das ruínas dos seus seringais. Com a ajuda de alguns livros, registros, crônicas, jornais da época e depoimento de amigos e pessoas é possível reconstruir uma parte dessa memória.

Essa memória registra, desde logo, a ascenção social e o reconhecimento do novo *status* social, que os nordestinos em geral e os *cearenses* em particular passaram a representar na sociedade amazônica. Provindo eles de humildes e sofridas famílias sertanejas, esses migrantes, tanto seringalistas quanto seringueiros, percorreram longos, sofrido e duro caminho nas suas andanças e trabalheiras sem-fim nos sítios, fazendas, roças, seringais, castanhais, dos rios e dos beiradões da Amazônia. Quando *enricavam*, muitos deles e até mesmo seringueiros podiam realizar o fagueiro sonho de visitar o torrão natal, vestidos, conforme conta a lenda, de terno de linho branco *H.J.* chapéu-chile, bengala de cabo de prata, relógio de algibeira, correntão de ouro de causar inveja aos conhecidos e amigos: eram os *paroaras*, como eram chamados, no Ceará, os filhos da terra quando voltavam enriquecidos do Pará.

Os sobreviventes dos 300.000 *cearenses* e nordestinos que vieram *fazer* a Amazônia, no período áureo da borracha, jamais esqueceram o seu o sertão e os seus familiares. Rodolpho Theophilo, que muito estudou o problema desses flagelados, citado por Mário Barroso Ramos em "Seringueiros & Seringalistas", *Revista ACA*, n.º 68, de março de 1947, calculou que até o ano de 1910 essas famílias sertanejas receberam mais de 30.000 contos de réis, enviados por se-

ringueiros e seringalistas, como mesada e ajuda. Segundo seus cálculos, ao câmbio de 12 mil-réis a libra, representava, naquela época, cerca de 2.500.000 esterlinos, equivalentes em 1992 a proximadamente 130 milhões de libras ou 195 milhões de dólares de hoje. A exploração da borracha, assim, além de ter proporcionado a construção da infraestrutura da Amazônia, também ajudou muito o Nordeste, sem contar com a já reconhecida contribuição para o Tesouro Nacional e para o fortalecimento da economia do Centro-Sul.

Com a crise e a *débâcle* da borracha, esses nordestinos iniciaram novo êxodo e diáspora, primeiro se fixando nas sedes dos municípios vizinhos e depois nas capitais dos Estados: em Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Belém, Macapá e outras cidades ribeirinhas. Nessas cidades, os que tinham posses e conseguiram salvar da falência os seus seringais, compraram propriedades e lá se estabeleceram como comerciantes e industriais, e puderam educar seus filhos nas melhores escolas.

Na fase subseqüente, essa grande massa de população de origem e ascendência nordestina, por intermédio de seus filhos e descendentes conseguiram, mediante muito esforço, dedicação e espírito de luta, abrir o próprio caminho e se estabelecer como empresários nos diversos segmentos econômicos. Hoje eles representam, por meio de seus descendentes, a maioria do empresariado local e das lideranças nas profissões liberais e na classe política, posições conquistadas em competição com os demais grupos étnicos e culturais. Aqueles que não conseguiram classificar-se economicamente passaram a constituir a grande maioria de trabalhadores, empregados ou autônomos, vivendo na economia informal e morando nas grandes favelas e invasões das periferias das grandes cidades. A multidiversidade cultural e humana da região saiu enriquecida, pois a sua presença muito contribuiu para o *abrasileiramento* da Amazônia, influindo profundamente nos nossos hábitos, costumes, culinária, falas, danças, canções, folclore e lendas. Contribuições essas que estão, hoje, definitivamente incorporadas e fazem parte integrante da cultura, tradição e herança regional.

Seringalistas e coronéis-de-barranco e de seringa foram partícipes e personagens importantes nos dias de esplendor do ciclo

da borracha, como no período da crise, quando as suas terras perderam o valor, restando-lhes apenas um título folclórico: *coronel-de-barranco*.

Os arigós: visão sociológica

> *E das suas espadas forjarão relhas de arados e de suas lanças foices; não alçará espada nação contra nação, nem aprenderão mais a guerrear.*
>
> (Isaías 2:4)

O movimento *migrantista* da Batalha da Borracha, que se desenvolveu no decorrer dos anos de 1941, 1942 e início de 1943, à moda tradicional, com os flagelados e retirantes nordestinos tangidos pela seca e/ou atraídos pela seringa, em busca da Amazônia e de seus altos rios, iria adquirir um novo colorido, com a chegada, a partir de 1943 e durante os anos de 44/45, de novos contingentes humanos. Não apenas *cearenses* e nordestinos, mas também oriundos das mais diversas regiões do país: cariocas, paulistas, fluminenses, capixabas, mineiros, goianos, mato-grossenses, de todas as classes e profissões. Geralmente provinha das grandes e médias cidades do Rio, São Paulo, Nitéroi, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, João Pessoa e Natal.

A diferença entre essas duas correntes de migrantes era flagrante. Enquanto a primeira, nos dois primeiros anos, com a motivação do flagelo da seca, que expulsava o homem do sertão, do agreste e da caatinga, se constituía, na sua maioria, de *cearenses* que se deslocavam do interior com as suas famílias; a segunda corrente, a partir de 1943 até 1945, provinha dos centros urbanos, geralmente composta de homens solteiros ou desgarrados de sua parentela, muitos deles desempregados ou sem profissão definida. Vinham à Amazônia pelo simples sabor de aventura, muitos estimulados pela passagem de graça nos navios do Lloyd, pelas promessas do governo, dos boatos e anúncios dos centros de imigração e recru-

tamento, ou como alternativa para fugirem à convocação para a Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália.

Em 1944, o sertão já estava *chovido*. O verde voltava a enfeitar a caatinga cinzenta. Por isso, o apelo do sertão distante funcionava agora como um convite para o regresso ao lar; principamente àqueles que nas primeiras levas o haviam abandonado em busca de melhores dias nos seringais deste fim de mundo. Milhares deles regressaram, tão pobres ou mais pobres do que haviam saído, e ainda doentes, desiludidos, cheio de filhos. Eram os novos paroaras no velho linguajar sertanejo, sendo que desta vez não levavam mais o chapéu de palhinha, o guarda-chuva e o relógio de algibeira com a corrente de ouro, que outrora constituíam o símbolo e a imagem dos filhos pródigos da seringa e da fortuna. Arrependidos e envergonhados, voltavam pobres para a caatinga e o sertão, ou abandonavam os seringais endividados e rumavam para as cidades de Rio Branco, Porto Velho, Manaus, Santarém, Belém, onde se afavelavam, ou para os pequenos vilarejos e cidades do interior para recomeçarem a luta pela vida.

Esse foi o começo da explosão urbana na Amazônia. Aqueles que tinham mais vocação agrícola desciam rio abaixo, para ocupar, como posseiros, as terras devolutas das várzeas do Solimões, do médio e do baixo Amazonas, onde se localizavam os seus sítios e roçados, neles se fixando definitivamente, permanecendo fiéis à tradição rural. Esse deslocamento serviu para corrigir a extrema dispersão demográfica, criando-se um novo processo de concentração humana ao longo da calha central do Amazonas.

Enquanto isso, a outra corrente, a partir de 1943, viajando mais ao sabor da aventura, constituída de brasileiros, inclusive nordestinos cosmopolitas e urbanizados, já sem vínculos regionais, desenraizados, sem afeição à sua *querencia*, vinha criar sérios problemas de adaptação e integração ao novo meio ambiente, a partir de sua chegança. A sua psicologia e intenção era mais de *chega-ver-e-volta-logo-que-possível*. Já a da outra era *chegar-enricar-e-voltar-se-Deus-permitir*. Na impossibilidade do regresso, essas novas levas de imigrantes, malchegados, fugiam das hospedarias e dos albergues de recepção, desertavam das hostes do seu destino final, e partiam para buscar a sobrevivência, de qualquer modo, nos subúrbios e nas periferias da cidade, à procura de

empregos que não haviam e de estâncias ou barracos onde pudessem morar. Assim começou o processo de favelização de Manaus e Belém. Muitos se marginalizavam logo, outros desafogavam o desespero no crime, na valentia e na cachaça; e as crônicas policiais da época registraram essas ocorrências nos jornais da cidade.

Essa atitude, em grande parte, era agravada pela desordem que passou a campear no comando e nos escalões burocráticos das agências governamentais americanas e brasileiras, que conduziam a Batalha da Borracha na base do afogadilho, na marra, empurrando os homens para o desconhecido e para a *semitumba da selva*, com aquela pressa de passar adiante aquele fardo humano recém-chegado e incômodo. Nos seringais, a lei da selva: os financiamentos do Banco da Borracha e os mantimentos da R.D.C. Eram serôdios ou temporões, chegavam tarde demais ou eram precoces, sem infraestrutura de localização e apoio. Estradas de seringa por abrir, ausência de muares e burros para o transporte das pélas de borracha; faltavam tigelinhas para coletar o látex e facas para *sangrar* as madeiras. Como no passado, o barracão tinha os seus preços: comprava a borracha na *bacia das almas* e vendia os mantimentos na *praça dos aflitos*, apesar de todo o aparato do controle dos preços.

O bloqueio marítimo da costa brasileira pelos submarinos alemães, que punham a pique os navios do Lloyd, dificultava o transporte de suprimentos; tanto Belém como Manaus sofriam a falta de alimentos, logo racionados, formando-se extensas filas às portas dos armazéns.

Os brabos eram entregues à própria sorte, condenados a sobreviver como pudessem, nos centros, nas colocações e nos tapiris. Ficavam amontoados e ociosos nos barracões do patrão, à espera inquieta do verão que não chegava para o início do fábrico, as dívidas crescendo, a maleita os dizimando, pouco a pouco se extinguindo a chama da esperança e a vontade da luta.

De outro lado, as casas aviadoras tradicionais, que tão bem conheciam a logística da produção, haviam sido, de início, alijadas de sua missão e desprezadas a sua experiência e vivência do problema da empresa seringueira. Quando se procurou corrigir o erro já era tarde demais e restavam apenas as queixas e os clamores. O ma-

jor Oscar Passos, em um depoimento nos jornais da época, concluía que as *mil e uma organizações falando línguas diferentes, formavam uma verdadeira Torre de Babel*.

Esse quadro foi sentido pelo migrante nas diferentes fases de sua passagem pelas hospedarias, a bordo dos *gaiolas*, nos seringais, nos beiradões dos rios e era transmitido, de boca em boca, pelo anúncio, pelo boato, pelo rumor, pela *conversa fiada*, formando-se uma cadeia de microondas de *rádio-peão*, que se avolumava e se expandia e se deformava e se transmitia rapidamente aos novos migrantes recém-chegados. Assisti, naquele tempo, às levas da segunda corrente de migrantes que desistiam da viagem, já a bordo dos *gaiolas*, retirando os seus *teréns* e desarmando as suas redes do convés, às pressas, desestimulados pelos boatos transmitidos pela chegada do interior de uma outra leva de imigrantes que já havia desertado da luta, contando as suas estórias, os seus dramas e os seus sofrimentos.

Desse modo, não seria de estranhar a atitude desse novo tipo de migrante, mesmo aventureiro, que preferia ficar na cidade, andando ao léu, com o seu uniforme típico de *soldado da borracha*: calça frouxa de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande, a *peixeira* à ilharga. Andavam aos bandos à procura de emprego, de estância para morar, da petisqueira e da birosca para comer a sua *gororoba*, do boteco para beber a *maldita* e esquecer os males ditos, e das festas e dos *arrasta-pés* dos bairros pobres, onde iam à procura de diversão; não raro, transformavam-nas em cenas de bebedeiras, de valentias e de *pega-pra-capar*.

Por isso, o povo local, no seu provincianismo, apelidou os arrivistas de *arigós*. Quando os avistavam, logo os reconheciam de longe: pelos gestos, modos de andar, falar e vestir. A reação surgiu, em seguida, nos jornais, que exageravam, muitas vezes, o noticiário da polícia, quando se viam com ela envolvidos; nas conversas das esquinas de rua e nos becos dos bairros; no *canto do fuxico* da avenida Eduardo Ribeiro com Sete de Setembro; nas polêmicas entre os filólogos da terra; no anedotário popular; nos clubes; e dentro dos lares inquietos.

Com a má fama criada e com a sua imagem em grande parte distorcida, os *arigós* passaram dificuldades de toda a sorte para conseguir emprego para viver, e até para namorar as garotas do bairro, em face da reação dos pais. *Eram homens marcados e armados.* A convivência, aos poucos, foi desfazendo o mito mas criando a lenda. Para isso, muito contribuiu o senso de humor brasileiro, que, por meio da anedota e do apelido, ao vocalizar a ironia e o protesto, ao mesmo tempo cumpria a função de amenizar o conflito.

Ao final, a caricatura acabou se sobrepondo à criatura. E os *arigós*, mesmo entre eles, aceitavam o apelido sem reagir; muitos deles o recebiam sorrindo, como prova de sua coragem, de seu machismo e do próprio destino.

Poucos, no entanto, entenderam a função histórica que estavam representando anonimamente no drama amazônico da Batalha da Borracha. Foram eles, os *arigós*, os insubmissos, os rebeldes, os contestadores que se recusavam a partir para morrer à míngua no *front* seringueiro, entregues à própria sorte, na solidão da floresta. E por aqui ficaram, ou de lá regressaram, ainda em tempo, como testemunhas vivas de um processo desumano de migração e ocupação amazônica. Para contar as suas estórias, os seus feitos, as suas desditas. Na sua volta, ou na sua revolta, passaram a introduzir um elemento cômico, jocoso e caricato no drama regional da época.

Foram eles, em verdade hoje vos digo. Foram eles que, como soldados e *arigós,* esculhambaram a guerra da Batalha da Borracha que não houve e, por isso, deram o *Adeus às armas.*

Cumpria-se, assim, a profecia de Ezequiel, o visionário profeta do exílio na Babilônia:

> *Filho do homem, eis que tirarei de ti, de um golpe, o desejo dos teus olhos, mas não lamentarás, nem chorarás, nem te correrão as lágrimas* (24: 16).

Narrarei, a seguir, as três versões do fenômeno *arigó*, segundo a documentação da época: a versão desordeira e policial; a versão semântica e erudita; a versão folclórica e sociológica. A primeira está baseada nas crônicas e registros da polícia, divulgada

jocosamente na imprensa local de Manaus. A segunda documentada a polêmica entre os filólogos da terra, João Leda, Martins Santana e Adriano Jorge, e, por intromissão, um depoimento sábio de um velho cearense, José Rodrigues da Mota. A terceira constitui transcrição de um trabalho meu, incorporado a *O Cearense na Amazônia*, na 2.ª edição, impressa pelo Conselho Nacional de Imigração e Colonização, em 1946, e as duas primeiras versões são capítulos novos que foram acrescidos e incorporados ao *Romanceiro da Batalha da Borracha*, publicado em 1992.

A Versão desordeira e policial

Os jornais de Manaus – *Diário da Tarde* e *O Jornal* –, nos anos de 1943 e 1944, publicavam na coluna policial um rico e extenso noticiário sobre os *arigós*, de forma preconceituosa, humorística e jocosa. Este material – que em parte vai a seguir transcrito – tem um grande significado sociológico, pois demonstra o estado de espírito daquela pacata e decadente cidade que, então, tinha apenas 110.000 habitantes, que se viu invadida e perturbada pelo ingresso dos novos migrantes. De outro lado, revela a revolta e o desespero desses récem-chegados que procuravam afogar a mágoa, frustração e desespero na bebida e nas frequentes brigas e conflitos com a população dos bairros:

1 *Pintor do Diabo a Quatro*: Manuel Fernandes Vieira, filho de José Augusto Fernandes, de 33 anos de idade, *fluminense da gema*, solteiro, pintor, residente à Rua dos Barés, 190, andava ontem muito molhado, pintando o 7 pela cidade, quando foi apanhado por um policial, que recambiou para o percevejal da Marechal Deodoro.

2 *Será Vício de Pintor*: José Carvalho, filho de Napoleão Carvalho, com 50 anos de idade, *alagoano velho de guerra*, também pintor de profissão e *porrista de nascimento*, viúvo, sem residência fixa, desde ontem que está de molho na geladeira policial, curando a grande *camoeca* que apanhou, na farra que fez, na *zona estragada*.

3 *Pau-D'água na Cafua:* Cícero Vitorino, de *filiação ignorada*, com 33 anos de idade, *cearense*, sem profissão, sem residência, *vagabundo-mor e pau-d'água inveterado*, está prestando contas ao faxineiro da Delegacia Auxiliar, numa batida no xadrez, de onde será posto em liberdade depois que deixar tudo ali bem limpinho.

4 *Xadrez para Esfriar a Valentia*: José Guedes de Araújo, filho de Francisco Guedes de Araújo, *cearense* de 33 anos de idade, casado, marítimo, morador no bairro de Constantinópolis, foi *grampado*, anteontem, pelo guarda-civil n.º 123, por motivo de desordem, conduzindo-o o policial à presença do Comissário de Serviço, o qual o mandou guardar por 24 horas, até *esfriar a valentia*.

5 *Quase Acaba com a Loja do Rodrigues*: José Rodrigues, residente no Igarapé de Janauacá, queixou-se, anteontem, à Polícia, de que um *arigó*, de nome João Jesus Costa, lhe havia furtado 3 cortes de brim, assim como 2 cortes de seda para senhora, tudo no valor aproximado de Cr$ 1.000,00.

6 *Não tem Casa, Não tem Ofício, e a Rua é o Teatro de sua Valentia*: Geraldo Martins, filho de Manoel Martins, *cearense*, de 26 anos, solteiro, sem residência e sem profissão, foi preso, ontem, e recolhido ao xadrez por ter praticado desordem na via pública.

7 *Enjaulado por Ofensas à Moral*: João Cunha de Araújo, filho de Raimundo Cunha de Araújo, *cearense*, de 24 anos de idade, pintor, sem residência, foi recolhido ao *percevejal* da Polícia Civil por ofensas à moral.

8 *Bebedeira em Constantinópolis é Mato*: José Francisco de Salles, filho de Francisco Salles, *baiano*, com 25 anos de idade, casado, operário, morador em Constantinópolis, à Rua Vista Alegre, 1.048 foi recolhido ao *calabouço* da subdelegacia local por embriaguez.

9 *Outro*: Rosalvo de Oliveira, filho de Joaquim Porfírio de Oliveira, com 33 anos de idade, casado, foguista, residente em Constantinópolis, foi *engradado* desde ontem, no *xi-*

lindró do bairro, porque tomou um pequeno *porre* de cocal, mas muito pequenino: só 6 garrafas.

10 *Mais Um*: O alfaiate Antônio Marcelino, com tenda de trabalho no bairro de Constantinópolis, *baiano velho de guerra*, de apenas 23 anos de idade, solteiro, sem ter ao menos uma garota para passar o tempo, vivendo uma nostalgia tremenda, resolveu afogar as suas mágoas no álcool, e por isso tomou um *pileque baita*, do que resultou o pobre Marcelino acabar com a *ossada no xadrez*.

11 *Apareça Um que Queira Emprestar Dinheiro*: Francisco Mendes Filho, filho de Francisco Mendes da Silva (como é esse negócio?), *cearense*, com 24 anos de idade, solteiro, padeiro, por ter bebido mais um pouquinho, está desde ontem no xadrez, amassando o pão que o diabo amargou no inferno, sem esperança de salvação, pois se encontra *mais liso do que sabonete*, não tendo os cruzeiros para carceragem.

12 *Bebemoração no Dia do Vagabundo*: João Casemiro Corrêa, *pernambucano*, com 40 anos de idade, *soldado da borracha* e reservista do batalhão do 13, morador do Imboca, encontra-se emborcado no xadrez, a fim de ver se, desse jeito, cura o porre que tomou, ontem, *em homenagem ao dia do vagabundo*.

13 *Isso é que é Engraxate*: José Alves da Silva, filho de Francisco Alves, *paraibano*, com 23 anos de idade, engraxate, residente na Estrada de Constantinópolis, *engraxou tanto o crânio por dentro, com a branquinha*, que disso resultou bater os costados na *cafua* policial.

14 *Que foi isso, Mestre Queiroz*: Pedro Queiroz, filho de Francisco Rodrigues, solteiro, residente à Avenida Beira-Rio, em Constantinópolis, está empregando as suas atividades de *mestre calafate* no xadrez da subdelegacia do bairro. Por quê? Ora porque, *Constantinópolis o que dá é valente e pau-d'água*.

15 *Enriquecido o Arsenal da Polícia:* Pelo investigador Adauto Uchôa, respondendo atualmente pelo expediente da

subdelegacia de Constantinópolis, foram aprendidas 7 facas peixeiras e uma navalha, a valentes daquele bairro.

16 *Detido por porte de Trabuco*: Antônio Bibiano, filho de José Miguel, com 23 anos de idade, *rio-grandense-do-norte*, auxiliar de comércio, foi detido ontem e conduzido à Central de Polícia, pelo guarda-civil n.º 43, por se encontrar portando arma proibida.

17 *Preso por Crime de Ferimentos Leves*: Paulo Maciel de Lima, filho de José Paulo, com 28 anos de idade, *cearense*, trabalhador rural, sem residência fixa, foi recolhido ao xadrez, acusado de crimes de ferimentos leves.

18 *Usa Saia o Duro da Joaquim Sarmento*: Maria Lobato, com 26 anos de idade, *paraense*, solteira, meretriz, moradora à Rua Joaquim Sarmento, 283, foi recolhida ao xadrez, onde se encontra prestando contas às *muquiranas*, por ter feito azar na *zona* onde reside.

19 *Tão Moço e tão Cheio de Defeitos*: Manuel Batista da Silva, filho de Izidoro Batista da Silva, de 23 anos de idade, solteiro, *paraibano*, residente à Rua Miranda Leão, 165, *foi abafado*, ontem pela Polícia, por embriagez e distúrbios.

20 *Este é mais velho e Igual ao Erro*: Expedito Medeiros, filho de Raimundo Medeiros, de 27 anos de idade, *cearense*, solteiro, serralheiro, sem residência, está preso na *cafua* policial, por embriaguez e desordem.

21 *Janauacá está Exportando para Manaus*: Manuel Pedro Soriano, filho de Antônio Pedro Soriano, 24 anos de idade, *paraibano*, solteiro, agricultor, morador em Janauacá, e outros, foram *encafuados*, ontem, de ordem superior, por terem praticado desordens grossas naquela zona.

22 *Que terá feito o Aguiar?*: José Gomes de Aguiar, de 34 anos de idade, *paraibano*, marítimo, morador à Rua General Glicério, 91, foi preso ontem, de ordem do Comissário da Polícia do Porto.

23 *Nem os Cavalos Escapam*: Luiz de Souza, residente à Rua Bernardo Ramos, 8, comunicou à Polícia que, do quintal

de sua casa, os malandros roubaram *um cavalo castanho com um sinal branco na testa.*

24 *Boa Safra*: por terem praticado desordem na Estrada de Constantinópolis foram encafuados no xadrez os desordeiros: Francisco Ignácio da Silva, *rio-grandense-do-norte*, com 25 anos, solteiro, sem profissão, residente na Estrada de Constantinópolis; Cantonila Souza de Oliveira, amazonense, meretriz, residente, à Rua Vista Alegre; Maria Balbina de Oliveira, doméstica, residente à Rua Vista Alegre; Manuel Caetano Pereira, *paraibano*, jornaleiro, residente à Estrada de Constantinópolis; João T. da Silva, amazonense, com 42 anos, residente no Imboca; Manuel Fancisco da Costa, solteiro, carpinteiro, residente à Rua Santa Ignácia.

25 *Foi Curtir a Camoeca no Xilindró*: Manuel Feitosa de Lima, *cearense de guerra*, com 26 anos, solteiro, sapateiro, residente à Rua Vista Alegre, 66, foi mandado agasalhar na *geladeira das muquiranas* da Central, para curtir o pileque que tomou em Constantinópolis.

26 *Assassínio a Bordo do 'Belo Horizonte'*: Foi recolhido ontem ao xadrez da Central de Polícia, Francisco Cândido da Silva, filho de João Cândido da Silva, com 23 anos de idade, solteiro, rio-grandense-do-norte, *soldado da borracha*, por ter assassinado, a bordo do vapor *Belo Horizonte*, do SNAPP, procedente dos rios Purus e Acre, um seu companheiro conhecido pela alcunha de "Paraíba". Segundo soubemos, a arma homicida foi uma *faca americana*. O nome do *Paraíba* era José de Santana de Melo.

27 *Impiedade do Povo*: É conhecida a impiedade do povo. Para a massa, a oportunidade de uma pilhéria, uma blague, faz esquecer todos os seus sentimentos de humanidade, de sua solidariedade, de sua generosidade. Por esse motivo, certamente – e não porque tenha o coração duro, de fato, que não tem –, é que o amazonense está fazendo pilhérias com a circunstância de ser alcunhado de *Jaraqui* o policial que alvejou um *arigó*, no bairro da Cachoeirinha quando este tentava resistir, à mão armada, à voz de prisão.

28 *'Arigós Endiabrados'*: Encontram-se recolhidos à *cafua* da Polícia Civil os endiabrados *arigós*: Cândido de Assis e Gérson Florita, os quais, ontem, tentaram perturbar a ordem na Hospedaria do Pensador, no bairro de Flores.

29 *Um Espião Dentro da Polícia*: Antônio Dionísio, filho de Luiz Dionísio, de 32 anos, *paraibano, solteiro, vagabundo, sem profissão, sem residência, freguês da dormida* no pátio interno da Delegacia Auxiliar, foi recolhido ontem à cafua, por ter sido surpreendido na ocasião em que batia papo com um malandro, na porta do xadrez.

30 *Regime Dietético dos 'Arigós'*: A pergunta do dia: Será certo como se fala, que doce de leite, rapadura e queijo de coalho constituem o *regime dietético por excelência dos 'arigós'?*

31 *David Ferreira de Souza, um Patriarca*: Em sua propriedade do Careiro, distrito desta capital, faleceu no dia 1.° do corrente o venerando Sr. David Ferreira de Souza, cearense, de 84 anos de idade, casado em terceiras núpcias com a senhora D. Maria Braga de Souza. Residente no Amazonas desde 1.° de maio de 1881, deixou, o extinto, 21 filhos, *tendo o mais velho 64 anos e o mais novo 11 meses de idade*, além de 49 netos 76 bisnetos. O Sr. David Ferreira Souza foi o primeiro habitante do Careiro que possuiu, ali, padaria, engenho de cachaça e fazenda de gado, e que forneceu leite à nossa capital, tendo sido o primeiro cidadão que instalou luz elétrica em sua fazenda. Bastante estimado, seu enterro realizou-se no cemitério local, com grande acompanhamento.

NOTAS: *(1, 2, 3, 4)* – Diário da Tarde, *Manaus*, *25/10/44. (5, 6, 7,)* O Jornal, *Manaus*, 28/10/44.(8) – *Idem, idem, idem. Este 'arigó' foi por nós entrevistado e o seu depoimento faz parte da nossa versão folclórica e sociológica transcrita mais adiante. É o famoso "arigó from Brooklin", que, aliás, serviu de tema de uma reportagem do jornalista Afonso de Carvalho, por minha sugestão e publicada em* O Jornal, de 12/11/1944. (9) – O Jornal, *idem, 28/10/44 (10 a 13)*, O Jornal, *Manaus, 28/10/44 (14 e 15)*, O Jornal, *Manaus*, *28/10/1944, (16 e 17)*, O Jornal, Manaus *7/11/1944 (18 a 22)*, Diário da Tarde, *Manaus*, 7/11/1944 (23), – Diário da Tarde, *Manaus, 7/11/44 (24)* – Diário da Tarde, *Manaus*, *7/11/44 (25)* – O Jornal, *Manaus*, 5/10/44 (26), O Jornal, *Manaus*, *4/10/44 (27)*, Diário da Tarde, *Manaus*, 25/9/43 (28), O Jornal, Manaus, 29/11/44 (29) – Diário da Tarde, *Manaus*, *29/11/44 (30)* – O Jornal, *12/9/43 (31)*, O Jornal, *Manaus*, 5/10/44.

Na versão semântica e erudita

Herculano de Castro e Costa, redator-chefe de *O Jornal*, de Manaus, que foi o grande jornalista do seu tempo, professor de muitos "focas", que mais tarde seriam também notáveis profissionais, com o seu talento, a sua verve e a sua malícia suscitou a polêmica. Em um canto de página de *O Jornal*, de 22/9/1943, na coluna "Pergunta do dia", propôs a seguinte questão:

> *O que é, afinal 'arigó'? Poderá o Dr. Adriano Jorge, com sua ímpar competência de intelectual, dizer o que pensa, especialmente se há feminino do vocábulo?*

No dia seguinte, o Dr. Adriano Jorge, grande médico humanitarista e intelectual de escol, não se fez de rogado e respondeu:

> *Já o professor João Leda acentuou, com a sua indisputável autoridade em assuntos filológicos, a inexistência do vocábulo 'arigó' nos dicionários do idioma. Na linguagem oral, no entanto, temos topado com frequência notável esta palavra – 'arigó' – acerca de cuja morfologia continuamos todos ao léu.*
>
> *Informando-me do conteúdo semântico do termo, averiguei – e isso em mais de uma fonte – que ele se refere a uma ave de arribação, que, ao jeito das avoantes do Nordeste, migra em bandos compactos, devastando onde pousa.*
>
> *Parece-me, assim, que 'arigó' é uma palavra de gíria; e essa opinião já o professor João Leda externou no seu trabalho sobre o assunto, palavra de invenção recente, senão atual.*
>
> *A gíria – todos sabem – é uma formação artificial, criada por certos departamentos do povo, à margem da linguagem ordinária, sem obediência ao que se tem até agora codificado em matéria de linguística; uma formação que bem se poderia paragonar,*

> *pelo anárquico do surgimento e da morfologia, às neoplasias nos tecidos vivos.*
>
> *Criações arbitrárias, parasitárias, realmente patológicas, as palavras de gíria não podem substituir na linguagem vulgar e muito menos ingressar no léxico literário, salvo uma ou outra – e disso há exemplos – que se enxertaram na contextura do idioma, como tumores benignos, encistados e tolerados pelo organismo em constante evolução, que é uma língua viva. Assim, 'arigó', termo de gíria, está destinado à rápida obliteração, pois tais termos para logo se adelgaçam e se diluem no oceano movediço do idioma normal. Creio que não vale a pena de preocuparmo-nos com ele* (JORGE, Adriano. *O Jornal*, Manaus, 23/9/1943 – A propósito do vocábulo "Arigó").

A referência feita ao trabalho do professor João Leda, que sem dúvida foi o maior filólogo autodidata de sua geração, havia sido publicada no mesmo jornal dias antes, e aqui vai transcrita nos seus tópicos principais.

> *Manifestou a sua Folha, edição de ontem, domingo, do desejo de ouvir-me a respeito da etmologia e do sentido real da palavra 'arigó' que, presentemente, anda muito na moda no curioso noticiário policial das gazetas. Não desejando ser arguido de descortês, remetendo-me ao silêncio diante do seu apelo, aqui vai a resposta, resumidamente, a minha maneira de ver no caso:*
>
> *Os mais conceituados léxicos de nossa língua não têm notícia do vocábulo 'arigó' e, semelhantemente, o ignoram os ilustres vocabularistas que, em nossos dias, se devotaram à paciente coleta de regionalismos linguísticos em várias e vastas zonas do nosso país. De Amadeu Amaral e Valdomiro Siqueira, com escalas por Pereira da Costa, Alfredo da Matta e Raimundo Magalhães, abrangendo toda a imensa área que partindo de*

São Paulo, alcançou o extremo norte, nenhum assinalou 'arigó' nas suas pesquisas, onde os brasileiríssimos, reais ou supostos, ocupam lugar considerável.

Parece certo que o nome não provém, em linha reta, do português. Terá sido transplantado do crioulismo americano...?

Falecem-me elementos para uma afirmativa peremptória. Tudo quanto possa referir neste particular é que, numa interessante relação de termos de origem mexicana ou peruana, seguida de um resumo do vocabulário aruaco-castelhano, de muitas vozes indígenas do Orenoco e do rio Negro, de numerosas dicções do goagiro-castelhano e abundantes termos tamanacas – tudo eruditamente enfeixado num valioso opúsculo do professor Jacques Raimundo – não se rastreia o enigmático 'arigó', objeto da solicitação linguística de O Jornal.

O perlustrar, embora de fugida, todos esses idiomas americanos mais ou menos exóticos, em cata da possibilidade de um encontro com o escapadiço 'arigó', sem a grata surpresa de o topar escondido em algum verbete, não significa, entretanto, que ele seja estranho à ambiência continental, uma vez que não procede de genuína fonte portuguesa, como parece.

De feito, e sobretudo no que concerne à gíria da malandragem profissional, nossa vizinha Argentina tem opulentado sobremodo o vocabulário brasileiro.

A jerga do vadio e delinquente e portenho (são palavras de Jacques Raimundo nos Vocabulários Indígenas da Venezuela*) tem reflexos notáveis no vocabulário nacional. O calão do malandro carioca ou fluminense perfilhou numerosos termos da jerga do delinquente argentino, na tendência imperiosa de universalizar a triste linguagem do criminoso. E trancrevendo alguns desses vocábulos de sentido arrepiante e celerado, Jacques Raimundo consigna cana (prisão e xadrez), 'engrupir' (enganar, iludir), 'escruchante' (gatuno arrombador), 'es-*

piante' (furto de mercadorias em amostra), 'lunfa' (gatuno iniciante). 'punga' e 'punguista' (batedor de carteira).

Nada porém de 'arigó', e a este substantivo que filtra velhacaria e agilidade de unhas, consoante a literatura da rapinagem dos jornais, é que se cinge o apelo de O Jornal.

Se eu não respeitasse a língua do meu país considerando-a o mais robusto elo que aperta os sentimentos de fratenidade e de solidariedade da raça, não devendo, portanto, ser apoucado com fantasias gramaticais absurdas e delirantes, aproveitaria o ensejo que agora se me oferece para inventar uma etimologia mirabolante de 'arigó' e inseri-la no catálogo de muitos desvarios que por aí correm, subscritos até por eminentes autoridades. Inventaria, por exemplo, o étimo iorubano 'ogó', sgnificativo de haveres e riquezas, e ajoujando-o a um prefixo imáginário de qualquer dos idiomas negróides que subsidiaram o nosso idioma, forçaria 'arigó' a traduzir o espoliador ou surrupiador de bens alheios, assanhando destarte, com a minha criação estapafúrdia, os venerandos próceres da gramática e da filologia.

Mas, nestas matérias, a honestidade da consciência está acima das toleimas vaidosas. E a verdade na questão proposta está a meu ver no seguinte: se o nome não se origina no idioma que os portugueses nos herdaram, nem é possível filiá-lo a nenhum dos outros que cooperaram e ainda cooperam em nossa linguagem, será forçoso ensartar 'arigó' no infinito acervo das palavras, das expressões ocasionais, 'das criações populares abruptas, espontâneas, nascidas das necessidades do momento, para reforçar uma ideia, colorir uma imagem ou exaltar uma impressão', na frase viril e exata de Mariassy, arguto observador desse fenômeno linguístico no alemão e francês.

E, assim sendo, o 'arigó', sem raiz conhecida e certificada, consequentemente sem um sentido próprio

e fundamental, pode adotá-lo com a maior elasticidade, fazendo-o compreender todas as formas imagináveis da sutil atuação dos malandros, notadamente aquelas que o grande padre Antônio Vieira enumerou, na conjugação dum expressivo verbo latino.

A latitude do significado atribuído a 'arigó' é a mesma de todas as palavras que, isentas de limitação sinonímica por não se lhes poder fixar a etimologia, comportam enorme extensão de sentido: 'arigó', ou o malandro adventício que, tirando todas as vantagens de ser desconhecido no meio em que opera, exercita com mais segurança e eficiência a arte de despojar o próximo daquilo que possui.

É possível flexionar no feminino a palavra 'arigó'? Penso que neste ponto a questão se resolve por analogia. Se os nossos mais grados escritores admitam um jaó e uma jaó (ave), um socoró e uma socoró (árvore), não vejo razão para retirar a 'arigó' a qualidade de epiceno. Salvo melhor juízo. JOÃO LEDA.

Essa pesquisa de João Leda, com a sua notável elegância e estilística, no trato semântico do fenômeno *arigó*, iria merecer contestação do professor Martins Santana, catedrático de Português do Ginásio Amazonense Pedro II, e também uma autoridade linguísta, que saiu em defesa do "arigó". O seu trabalho, muito longo, prolixo e erudito, sob o título *ARIGÓ, forma envolvida de ARIGÓ, palavra do nheengatu*, ocupou uma página inteira do *Diário da Tarde*, de Manaus, edição de 11/10/1943, e vai a seguir reproduzido resumidamente:

Há, no domínio corrente da linguagem, aspectos e temas palpitantes, muito mais capazes de justificar a saída de um professor da ambiência de suas intuições, cogitações e reflexões do que a pequenina palavra 'arigó' a que o nosso povo, na expansão de sua curiosidade

e humor, vem dedicando ultimamente muita atenção e interesse.

Viríamos, em verdade, com mais ledice, a público se estivéssemos incumbido de dizer aos escritores, um bom conselho, que repilam, de uma vez para sempre, em seus escritos, os termos 'dignitário, pirilampo e siamês', que são todos verdadeiramente defeituosos e cediços... Teríamos mais desembaraço e garbo, com certeza, em alinhar aqui, demonstrativamente, vários trechos nos quais a palavra romaico estivesse empregada falsa e erroneamente... Ser-nos-ia mais simpático, sobretudo, dissertar a respeito dos adjetivos gentílicos... Com mais disposição espiritual estaríamos, na imprensa, se viéssemos dissertar sobre os vocábulos melódico e melodioso... ameríndio... ameríncola.

Mas o povo, atualmente, não aceita esses planos de altura e, no anseio da alma em que se encontra, não sente predileção por esses estudos de pura filologia. Pretende saber, agora, o que significa o termo 'arigó' e como deve ser feita a variação do gênero dessa palavra. Atendamos, assim, com boa vontade, a essa aspiração popular.

Gustavo Barroso... em sua obra Terra do Sol, *falando das pragas que investem contra a agricultura... O Ceará é vítima de uma espécie de pombas nocivas que vivem em grande coletividade. Relata que tais pombas são pequenas, pardacentas, migradoras, estadeando aqui e ali sempre em grupo de milhares e milhares. Essas multidões barulhentas descem no sertão, numa varjota, junto a uma poça, para dar começo à postura de seus ovos em grande agitação, rebuliço constante, arrulando, gemendo e chiando... que revoluteiam, sobem e descem... se beslicam, se ferem e ensanguentam... comem, velozmente, em atropelo... deixam o lugar... as árvores ficam despaginadas, escoriadas e enfermiças e o chão entulhado de penas...*

*Essas pombas selvagens, que costumam estragar a lavoura, no Ceará e na Paraíba, têm o nome de 'avoantes', termo que se encontra averbado no moderno Dicionário de Santos Valente, no de Cândido de Figueiredo, no de Silva Bastos e no de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima... O escritor Gustavo Barroso ao versar o tema das 'avoantes' não empregou, nem uma só vez, o vocábulo 'aricó' ou 'arigó'. O Dr. Melão Leitão... não utilizou também esse substantivo... os vocábulos modernos... e as modernas obras... inclusive José Américo e Raquel de Queiroz não exercitam esse vocábulo... O Dicionário de Gustavo Barroso e Hildebrando Lima, ao tratar de 'avoantes' (*Zenaida auriculata*) enumera, à explicação do verbete, os oito nomes que dão a essa ave (cardinheira, bairari, parari, pomba de bando, pomba de sertão, pomba de arribação e rebaçã) e, entre eles, não intercala ou sugere, ao menos, o termo* arigó.

A ausência de dicionarização de tal vocábulo, entretanto, não constitui argumento que possa enfraquecer as considerações que vamos emitir... que se apóiam no testemunho de pessoas idôneas.

O Sr. José Rodrigues da Mota, velho sertanejo cearense, afiançou que 'arigó' é uma ave de arribação... embora não nos satisfaça o trecheiro, a subsentença adjetiva de outro sertanejo, a qual, presa àquele termo, parece ter influído bastante no espírito do Sr. Mota.

Ouvindo outras pessoas que viveram no Nordeste... somos informados que no Ceará e Paraíba se usam, indiferentemente, 'aricó' e 'arigó' dirigidas às pombas de bando, às avoantes... Em conversa que tivemos com o Dr. Antônio Telles, que é filho do Ceará, declarou-nos que o Sr. José Rodrigues da Mota é que está com a razão... E diante do ponto de vista que se focaliza, não estamos errados em acreditar, ao contrário do Dr. Antônio Telles, que o vocábulo 'aricó' ou 'arigó' serviu para denominar, a princípio, tão-somente as pombas migra-

doras, que haviam recebido em língua europeia o batismo de 'avoante' depois do que se estendeu... às aves ribeirinhas, a que se adstringe o Sr. Rodrigues da Mota.

Antes de existir, em nosso país, a língua europeia, de onde saiu a 'avoante', os animais, as regiões e as plantas possuíam já uma denominação própria feita dos elementos da língua brasílica... ora as pombas selvagens do sertão... em virtude da ação demolidora de seu bico contra as companheiras, as plantas, as sementes... apresentam a probalidade de haver recebido a denominação indígena de 'aricó', que quer dizer 'ave que fura, ave que esgravata', palavra que envolveu depois pelo abrandamento do fonema e no atual vocábulo 'arigó'.

Consultando as obras de Amadeu Amaral, Plínio Airosa, Raimundo Morais, Constantino Tastevin, Carlos Teschauer, dom Frederico Costa, Batista de Castro e Alfredo da Matta, podemos verificar, a basto, que o elemento ara, ará, *do idioma tupi, é uma palavra simples que... significa ave ou pássaro como nas seguintes palavras:* arara, araruna, arapaí, araraquara, ararapira, araçari, aracanga, aratinga, araguari, araponga, arapaço, ariramba, *etc.*

Batista de Campos consigna icó, ycó, ecó, icu – *ser, morar, viver, andar;* o que fura, o que esgravata. *Eis pois as bases que alicerçam a nossa opinião, ao pensar que, na língua indígena, as palavras* ara e icó, *aglutinadas num só vocábulo, deram, primeiramente, 'aricó', e, em seguida, 'arigó', do mesmo modo que, no quéchua, o termo* curi *(criança) deu guri, e a palavra* carnição *deu* carnegão.

A conversa do povo e dos letrados não exige... rigorosa distinção sexual entre ordens zoológicas... à vista de uma palavra de parentesco que tem masculino e feminino (o avô, a avó) é que deduzimos, com acerto, que 'o arigó' ou 'a arigó', levando em conta, nesse ponto, a classe dos substantivos comuns de dois, o que não impede, de certo, ao povo de se regular pela classe dos

epicenos, ou de seguir a regra geral na formação feminina dos nomes dos animais, que manda que se acrescente um a distintivo.

Assim, obedecendo à norma dos substantivos comuns de dois gêneros, é correto enunciar-se 'o arigó, a arigó'; observando a regra dos substantivos epicenos, é justo emitir-se 'o arigó macho, o arigó fêmea'; e seguindo a regra geral da formação feminina dos nomes, é lícito dizer-se o arigó, a arigoa.

O vocábulo 'arigó' não é, também, forma de gíria, nota de jerga, voz de calão, para significar o malandro, o escroncha, o lunfa, aquele que vive de surrupiar os bens dos próximos.

Os cearenses vindos, ultimamente, ao Amazonas, é que trouxeram a palavra 'arigó', com a qual se apelidaram, entre si, no seu bom humor, por se julgarem, em seu destino, como as aves migradoras, num viajar constante de região a região.

A reportagem dos jornais, ao noticiar vários roubos, feito por alguns desses recém-vindos, os quais chamou arigós, fez, sem propósito, com que essa palavra se contaminasse da ideia de ladrão. O povo das ruas, em sua alacridade garota, aceitou a contaminação e emprega, frequentemente, o termo que o involucra.

O novo sentido, no entanto, não pode dar ao termo cor de gíria... Evidenciados os pontos mais caros deste nosso estudo, é de nobreza consignar, aqui, que os cearenses vindos ao Amazonas, em sua maioria, são todos nossos irmãos, ativos trabalhadores e honrados chefes de família, que, não sendo responsáveis pelos atos maus de alguns de seus companheiros, não devem ter satisfação no conhecer o segundo sentido dado ao termo com que, mutuamente, se apelidaram, porque isso vai, de modo indireto, atingi-los e magoá-los.

Por isso, neste escrito... lembrando o bem que os nordestinos fizeram, outrora, a toda a Amazônia, pela

> *sua atividade, constância e amor ao trabalho, lançamos o nosso apelo à reportagem e ao povo, a fim que, no uso do termo* arigó, *evitem sempre cometer uma falta, escusem sempre incidir numa injustiça.*
>
> Arigó, *no bom sentido humorista dos cearenses, foi aquele inovidável Aníbal Teófilo, o simpático rouxinol de* Cegonha... Arigó *foi ainda o poeta-boêmio Quintino Cunha...* Arigó *foi também o filósofo* Farias *de Brito... Finalmente, os* arigós, *no bom sentido dos nordestinos, são essas colunas de alta exponência social que, sem almoedar o caráter e dar valor excessivo aos bens materiais do mundo, vão solopando, pouco a pouco, a moral materialista de outros homens, e construindo, à custa de suor e sangue, a grandeza de bronze que virá, infalivelmente, para o Brasil glorioso de amanhã* (MARTINS SANTANA).

A versão do professor Martins Santana, meu velho e querido mestre de Português, no antigo Ginásio Amazonense Pedro II, além de demonstrar uma inigualável erudição e conhecimento, revela o seu grande espírito de humanista e independência, que, apesar de sua pobreza, constituíam os marcos de sua personalidade. E sobretudo de humildade, pois acatou, em parte, a versão de um velho sertanejo cearense, José Rodrigues da Mota, que veio a lume, em *O Jornal*, de Manaus, edição de 26/9/1943, sob a forma de carta, conforme segue:

> *Tenho acompanhado no seu muito lido* O Jornal *a questão da significação da palavra* arigó.
>
> *Já que alguns homens de letras dessa capital* não souberam dar o significado exato de tal palavra, *cujo sentido tem preocupado a atenção de muitos, eu, como velho sertanejo, venho expor o que, de fato, sei a esse respeito:* Arigó *é uma ave de arribação, dentre as inúmeras que habitam as lagoas do nosso sertão nordestino, e ali-*

menta-se de vermes e peixinhos existentes nas referidas lagoas (por sinal é uma ave muito suja).

Ela muda-se de uma para outra lagoa, não se contentando em permanecer em determinado lugar, pelo menos um certo período de tempo. No tempo em que eu vim para o Amazonas, quando se convidava um sertanejo do Ceará a vir para esta abençoada terra, ele respondia, incontinente: 'você pensa que eu sou arigó *que vive se mudando de lagoa em lagoa?'.*

Eis o que sei a respeito, e peço que dê publicidade a esta minha descrição que julgo merecedora, explicando aos seus inúmeros leitores o que, realmente, é arigó.

Antecipadamente agradeço a atenção que V. S.ª me dispensa, no sentido acima exposto, e sem outro particular, saúdo-o cordialmente. José Rodrigues Mota.

Logo abaixo vinha um "post-scriptum":

Ao acima exposto devemos acrescentar, segundo outras notícias que obtivemos, que os arigós *vivem em bandos, tão numerosos que, quando uma formação deles pousa numa árvore, a deslocação de ar provocada pelo bater de asas é tão grande que as folhas caem aos milhares, e as árvores ficam só no esqueleto.*

São os 'arigós' aves migratórias e de rapina, sem pouso certo, hoje aqui, amanhã acolá, sem jamais fixar, e apenas vivendo num lugar enquanto não despojam.

A antítese do 'arigó' seria possivelmente 'João-de-Barro', que se antecipou na solução do problema da casa própria, ou talvez o próprio 'uirapuru', que no 'folklore' aparece como o unificador da família alada, congragando em torno de si, pela magia do seu canto, todos os habitantes das copas da floresta – uma espécie de sereia da Sicília de asas.

Quanto ao feminino de 'arigó' o vocábulo é mesmo epiceno: diz-se 'arigó' macho e 'arigó' fêmea, e tudo,

afinal, é 'arigó'. Entre um e outro não se diferencia a plumagem... (O JORNAL, de Manaus, 26/9/1943).

A Versão folclórica e sociológica

A primeira leva de "arigós".

Rio de Janeiro, 15 (C.E.): *Partiu hoje, rumo à Amazônia, o primeiro contingente de trabalhadores voluntários, a fim de intensificar a produção de borracha, como contribuição do esforço de guerra das Nações Unidas que lutam pela liberdade.*

A importante missão foi confiada a 21 soldados, aos quais estão afetas as primeiras responsabilidades e aos quais compete mostrar aos outros o exato caminho que devem seguir, apontando ainda os casos que merecem providências.

A turma escolheu para dirigi-la o cidadão Raimundo Lourival da Silva, grande conhecedor de todo o Brasil, pois, natural de Mato Grosso, desde cedo empreendeu viagens.

Integram a missão homens de várias categorias, sendo a maioria formada de ferreiros, carpinteiros, telefonistas e até engraxates. *Reina grande interesse entre todos. São de qualquer modo os primeiros brasileiros que, voluntariamente, estabelecem o seu 'front' como contribuição para a derrota do Eixo.*

Cada um dos componentes recebeu um uniforme, formado de calça azul, blusa branca, chapéu azul tipo 'australiano', mochila com rede, saco de lona, botinas e perneiras. O equipamento é excelente, formando um belo conjunto. O material, completamente novo, está sendo fabricado em larga escala (DIÁRIO DA TARDE, 15/1/1943, Manaus).

O movimento migratório, que havia sido organizado de início à maneira tradicional, com caboclos e sertanejos do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, ampliou-se e enriqueceu-se agora com outros elementos regionais desconhecidos e quase estranhos ao nosso meio e à nossa história econômica e demográfica. Cariocas do morro e da cidade fluminense de Niterói e do interior do Rio, capixabas de Vitória do Espírito Santo, baianos de Ilhéus e de Salvador, pernambucanos do Recife, mineiros da capital e das serras. De todas as classes, cores, profissões e idades. Ferreiros, carpinteiros, telefonistas e até engraxates, diz a notícia do jornal que transcrevemos.

E ainda mais: os choferes de caminhões que *desamarraram o pé e perderam o breque*; operários de fábricas e usinas, cansados das máquinas e seduzidos pela oportunidade de conhecer, à custa do governo, terras e paisagens distantes, *para ter o que contar*; agricultores e trabalhadores braçais, cujo sedentarismo não pôde vencer a emoção psicológica da aventura há muito recalcada e comprimida, à espera de uma válvula para a sua inquietação hereditária; empregados de comércio e de escritórios, que deixaram os seus empregos em troca de uma viagem de três e até seis meses; pais de famílias que deixaram as suas mulheres e filhos, como um baiano que conheci que viera atrás do ouro que lhe haviam prometido; filhos que fugiram de suas casas, quando o boato correu. Ingênuos, iludidos e conscientes. Desertores, malandros e trabalhadores. Fracassados, arrependidos e confiantes. Desenraizados, uns, e vinculados à terra, outros, com interesses econômicos e domésticos, ou não. Todos os tipos humanos em trânsito, cujos caracteres psicológicos existiram sempre na população tradicionalmente brasileira. Um legítimo e típico *rush*, tão frequente em nossa sobressaltada história econômica.

A geografia da calamidade da seca deixou de existir e de expulsar o homem, desde que o inverno fizera os sertanejos voltarem, como aquele cearense que nos disse *que nem ovelha à procura de pasto*. Desde esse instante, não se falou mais em migrante por fome. O tema central da imigração daí por diante, de fins de 1943 e princípios de 1944, quando começou o recrutamento em massa de imigrantes para a borracha, por intermédio dos órgãos do governo,

foi sempre a seringa, cuja propaganda cresceu e encheu muitos olhos de promessas e classificação econômica, ou, então, a aventura pura, *a tentação de andar*, *a vontade de fazer alguma coisa longe*. Em regra geral, uma coisa se liga à outra. A economia do apetite de seringa, com a psicologia *arigó* da aventura.

Em todas as conversas e entrevistas que fizemos com esses migrantes, estava sempre presente esse elemento psicológico e excitante, irresistível e tentador, que é a aventura. *Chegou o meu dia de andar*, declarou-me um carioca; *Só estava esperando por ele*, disse-me um mineiro; *Não quero outra vida*, explicou-me um baiano; *Eu quero é bolar por esses mundos*, confessou-me um cearense.

Cariocas faladores e traquejados da metrópole, matutos e sertanejos do interior, baianos com cara de meninos – conheci um que os colegas apelidaram de *arigó-risão* –, pernambucanos duros e com cara de poucos amigos; paraibanos bravateiros, quase ciganos; cearenses e rio-granadenses sem destinos...

A frequência psicológica do seu comportamento os identifica claramente. Uma comunhão de ideias, sentimentos e atitudes iguais. Diríamos um "comportamento arigó". Comportamento que se caracteriza pela renúncia ao sedentarismo urbano, ao enraizamento rural, à comodidade e aos divertimentos da cidade, ao desprezo pela atividade agrícola do maior – esforço e aceitação instantânea de uma vida cheia de peripécias, de correrias e viagens, inquietação e movimento. Sem amor às formas estratificadas, à hierarquia convencional da ordem, da disciplina e da estabilidade. Com adesão à concorrência do menor esforço para ganhar e voltar, às situações sociais relaxadas e sem rigorismo, à transigência com os princípios morais, cuja inteireza a polícia e a religião defendem.

Não só esse comportamento psicológico em face das mais diversas situações e ocasiões definem o tipo *arigó*. À sua caracterização íntima se associou a sua atitude nos gestos, no modo de andar, de falar, que faz de longe um amazonense da terra distingui-lo: calça frouxa de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande e a *peixeira* do lado. Andam sempre em bando, falando alto, sem dinheiro, pedindo *me dá uma esmola*. Tipos por demais conhecidos, as velhas se ben-

zem quando os veem na rua, com medo que invadam as suas casas; os moleques caçoam deles quando passam.

Numa entrevista coletiva com um grupo de sete *arigós*, observei a constância desse comportamento em quase todos eles. *Quem vem com família não pode ser 'arigó'*, declarou-me um pernambucano. *Família só serve para prender a gente*, foi a resposta de outro. Durante quase uma hora conversei com esse grupo de *arigós* num botequim da estrada de Constantinópolis, *como-quem-vai para o aeroporto*, zona de ação predileta no bairro de Educandos. As suas atitudes e respostas quase sempre eram as mesmas: *A gente precisa de vez em quando de mudar de clima*; *Sou artista, tenho orgulho da minha profissão*; *Conheço o movimento da minha profissão*; *Conheço a minha arte de 'chauffer', mas não sei por que estou pegando no pesado na serraria, que nem calunga de caminhão*, queixou-se um pernambucano. Uns se consideravam deserdados da sorte, vítimas do destino ingrato, outros se sentiam felizes e contentes por poderem conhecer estas terras, *bolar por esses mundos*.

A contribuição do elemento baiano tem sido bem forte ultimamente. O instinto da aventura não é só peculiar ao cearense, conhecido tradicionalmente por sua movimentação extrema do Rio Grande ao Acre, e até extranacional. O baiano da cidade de Salvador participa também dessa psicologia. É o caso de Manuel Gomes de Oliveira, que associa de um modo profano, mas espirituoso, o *arigó* a um *santo do céu*. *Nunca vi um santo mais falado que o 'arigó' nesta terra. Tudo que se faz por aqui põem a culpa em cima do 'arigó'. 'Arigó' faz milagres. Está em toda a parte. Não há pouso que não tenha um. É um santo danado de desordeiro. As mulheres daqui respeitam o 'arigó' como se fosse um santo. Rezam quando os veem passar aos bandos pelas ruas*. Uma ironia inteligente desse baiano alegre e risão. Uma trasigência que só mesmo a Bahia nos poderia dar.

'Arigó', santo do céu, bicho que faz milagre, santo desordeiro e valentão, protetor das mulheres e dos lares. Um cinismo que vale por uma reação contra o desprezo e o retraimento do povo do bairro em recebê-los nas suas festas, que o *arigó* faz terminar sempre em pancada, em acolhê-los cordialmente em seu meio, com medo da sua concorrência e da rivalidade, do seu arrivismo aventureiro

e perigoso, contrário aos seus interesses e ao espírito do povo do bairro. Gilberto Freyre, no seu artigo "Precisa-se do Ceará", afirma que nenhum brasileiro é mais cosmopolita que o cearense. Já foi encontrado cearense até na China, em Londres e Nova Iorque, *e isto não é fábula*, como dizia a crônica antiga dos bandeirantes que chegavam ao Peru. Não só o cearense. O baiano também.

Conheci um *arigó* cuja história é preciosa para documentar esse instinto de aventura e de viagem do nordestino em geral e do cearense em particular. José Francisco Salles é um *arigó* baiano que tem levado uma vida inteira de correrias, bolando por todas as terras. Um desses raros tipos de andarilho e vagabundo que tive a felicidade de conhecer e entrevistar. É um tipo ligeiro, safado, inteligente e traquejado como ele só. *Fugi de casa quando tinha 10 anos e desde esse tempo ganhei o mundo por minha conta. Bolei por todo o Nordeste. Fui ao Rio e engajei na Marinha só para conhecer o mundo. Conheço o Brasil como a palma de minha mão. Com o meu navio percorri os quatros cantos da 'terra'. Estive em Nova York e abandonei o navio para morar no Brooklin.*

A princípio não quis acreditar nessa história, mas ele falava com uma convicção e conhecimentos impressionantes. Para provar o que dizia falou em inglês. Um inglês corrente, cheio de *slogan* do povo. *Jumpship* foi o *slang* que empregou quando contou a sua deserção de bordo do navio. Gíria legítima de Brooklin que mais tarde me foi confirmada por um americano. Cansou-se de Nova Iorque, onde viveu seis meses. Voltou para a Bahia. Casou-se por lá e parece que já tinha sossegado. Um belo dia chegou:

A tentação de andar. Vendi a farda de marinheiro em troca de uma farda de 'arigó'. Disse à mulher que vinha atrás duns ouros e voltava logo. *Cheguei aqui e não vi nada. O ouro devia estar era lá no seringal. Peguei um 'gaiola' e rumei para o Acre. Quando cheguei no meio do Purus, descia uma lancha carregada com 'arigós' mais mortos do que vivos. Aderi à lancha que vinha voltando e dei adeus ao Acre. Agora trabalho na serraria. Tudo quanto é 'arigó'* está virando guindaste de tanto pegar peso. *Eu já não aguento muito isto aqui. Estou cansado e um bocado velho para andar fazendo*

correrias. Acho que desta vez, quando voltar, vou me aquietar junto à minha velha, lá na Bahia.

Esta é a história cheia de peripécias e aventuras desse imigrante baiano que viveu no Brooklin e hoje reside em Manaus.

Arigó virou sinônimo de desordeiro, valentão, "cabra ruim", vagabundo, que as crônicas policiais registram diariamente nas suas ocorrências. Sem residência fixa, sem profissão e sem destino certo. Um tipo que a fantasia do povo criou para caracterizar o migrante carioca, baiano, pernambucano ou cearense em trânsito pelas ruas de Belém e Manaus. Um tipo aventureiro, vagabundo e andejo. *Que não tem casa, não tem ofício; e a rua é o teatro da valentia*, na linguagem pitoresca do registro policial desse *arigó* Geraldo Martins, do Ceará, *solteiro, sem residência nem profissão, vagabundo-mor e pau-d'água inveterado* (O JORNAL, 28/10/1943, Manaus).

Eis aí, talvez, o melhor perfil psicológico desse tipo de imigrante formado por influências essencialmente aventureiras e ciganas, talvez a melhor definição que se poderia fazer do *arigó*. Sem ligação e responsabilidade de família, sem destino definido, que vive "mudando de lagoa para lagoa", consoante o depoimento pessoal do velho cearense José Rodrigues da Mota pelas colunas da imprensa; "uma ave de arribação" dentre as inúmeras que habitam as lagoas do sertão nordestino e se alimenta de vermes e peixinhos". No tempo em que eu vim para o Amazonas, quando se convidava um sertanejo do Ceará a vir para esta terra, ele respondia: *Você pensa que eu sou 'arigó', que vive se mudando de lagoa para lagoa?*

Arigó – ave de arribação, pássaro que só anda de bando, consoante à opinião de uns, expressão que surgiu entre cearenses e que outros pensam que se tenha originado entre os migrantes cariocas em trânsito pelo sertão. A verdade é que o termo se generalizou para todo o grupo migrante, entre eles mesmos, e que representa e define muito bem esse novo tipo de migrante na Amazônia. Confesso que nenhum *arigó*, entre centenas por mim entrevistados, nenhum deles me esclareceu a origem verdadeira da palavra, todos repetiam com ares de pilhéria e brincadeira, não ficavam ofendidos com o apelido que o humor do imigrante batizou a si mesmo. Um

reconhecimento da própria situação e do estado psicológico de sua movimentação.

O amazonense aproveitou, aliás, o *arigó* para fazer uma ligeira reação contra todos os outros elementos arrivistas que os jornais interpretaram como "aves migratórias de rapina, sem pouso certo, hoje aqui, amanhã acolá, sem jamais se fixar e apenas vivendo num lugar enquanto não o despojam", e que a ironia e o espírito do povo compreendeu logo. "Aves que vivem em bandos, os 'arigós', quando uma formação deles pousa numa árvore, a deslocação de ar provocada pelo bater de asas é tão grande que as folhas caem aos milhares, e as árvores ficam só no esqueleto..." (DIÁRIO DA TARDE, 26/9/1943, Manaus). A chegada de uma leva de "arigós", algumas vezes com 600 e até 1.000 migrantes, provocava certas precauções por parte da população de Manaus, sobressaltada com as notícias que os jornais publicavam diariamente sobre assaltos, roubos e crimes que os *arigós* haviam praticados na cidade e nas estradas. Assaltos a residências, roubos e agressões que fizeram o povo temer e respeitar o *arigó*, "cabra safado", desordeiro, valentão, que a gente identificou com os outros caracteres conhecidos em voga. Inquietação e insegurança essa que se traduziu bem na seguinte quadra popular:

Manaus – cidade menina
Quem te conheceu como nós!...
Hoje adormeces inquieta
Pensando nos arigós.

(*Diário da tarde*, 23/10/1943, Manaus).

Foi uma reação notada nessa época pela circunstância de um policial, alcunhado "Jaraqui", ter alvejado um "arigó". "Jaraqui", como se sabe, é o apelido regional do amazonense "comedor de peixe", assim como "Jacaré" é o paraense. Apelidos sociologicamente expressivos. "Jaraqui", "Jacaré" e *Arigó*, cuja significação psicológica não se pode desprezar em estudo desta espécie.

As entrevistas recolhidas entre esses migrantes são as mais interessantes. João Lucas da Silva, por exemplo, é um migrante consciente de sua vagabundagem: *Sou arigó, vim com as mãos abanando e não largo a minha 'asa-de-arigó'*, assim traduzia ele o seu sentimento de inquietação e aventura. Quando perguntei onde morava, respondeu-me que no *ninho dos arigós*. Esse *ninho de arigós* era um barracão de madeira onde os desertores se refugiavam para ganhar a vida fora do "pouso" do governo. João Lucas parece ser um migrante desiludido que se deixou ficar na cidade com medo de enfrentar a vida sacrificada dos seringais. Confessou-me que havia sido iludido e que estava arrependido de ter vindo. *Dinheiro de arigó não chega nem para a petisqueira, quanto mais para a gaveta. Com treze mil-réis por dia, não há arigó que se aguente. Já perdi a influência, vou voltar mesmo pior que cheguei. Não quero virar pedra no Amazonas. É melhor viver pobre na minha terra do que* viver como arigó no puleiro da terra dos outros. Evidente que nem todo "arigó-migrante" é um tipo exclusivamente aventureiro, possui também os seus traços econômicos que o impelem a vir. Lucas, como tantos outros, *já perdeu a influência*; outros dizem: *já perdi o apetite*, não querer *virar pedra*.

Para o imigrante, ficar no Amazonas, assimilar-se ao meio, seria a mesma coisa que "virar pedra". Eles sentem mesmo que a sua missão é transitória, não chegam a ser migrantes no legítimo significado da expressão. Por isso, o migrante Manuel Gomes, rio-grandense-do-norte, estabelecido com economia própria na estrada de Constantinópolis (uma pequena quitanda), ficou muito ofendido quando perguntei se era *arigó*. *Não sou arigó não senhor. Vim como migrante já faz três anos*. Justamente, porque fora imigrante, daquele tipo que estudamos no princípio, que veio por força da geografia da calamidade, cujos fatores econômicos e antropogeográficos predominam muito mais que o psicológico formador do *arigó* e do cigano.

Impõe-se uma distinção: naquela época surpreendemos o migrante falar constantemente e a toda hora no seu destino: *O meu destino é o Acre, vou ser feliz no meu novo destino*, uma força que o impelia para os altos rios, à procura de um "hábitat" psicológico

e geográfico mais chegado à paisagem doméstica do sertão: *o pé firme, o seringal do centro, a colocação enxuta, o alto rio*. Um imperativo psicológico de adaptação do migrante recém-chegado ao novo meio estranho e diferente aos seus hábitos, costumes e temperamentos. Esses caracteres e tendências do migrante cearense desse tempo, que veio "enxotado", "empurrado", "cutucado", diferem e contrastam, à primeira vista e à primeira conversa, com esse outro tipo de "migrante-arigó", sem destino, sem pouso certo, como eles mesmo dizem e nós observamos.

Nunca ouvi da boca de um deles aquela crença no novo destino que os vai acolher, tão comum era entre os primeiros migrantes da seca. No tipo "arigó" quase não há geografia e economia. Há, sim, bastante e de sobra, a psicologia cigana do "chegar-ver-e-voltar". Diferente também do distintivo do primeiro, que era, como já assinalamos, "chegar-enricar-e-voltar". O elemento enricar quase não é referido, a não ser muito vagamente. O *arigó* já sabe que não poderá enricar assim tão facilmente como o outro pensava. A experiência de mais de três anos dos colegas que chegaram mais cedo lhes ensinara que aqui não se junta dinheiro com "ciscador", nem se "enrica da noite para o dia". Como em toda parte, nuns mais e noutros menos, a classificação econômica só chega com muito esforço, sorte e trabalho. Esforço, trabalho e persistência que o *arigó* não quer fazer sem ter. Quando perguntei ao *arigó* Vicente dos Santos, paraibano, por que não ia fazer uma plantação, já que ele era um "homem viciado na agricultura", respondeu-me que não conhecia os "estatutos da plantação" daqui. – *Até me amansar na lavoura do Amazonas, vou passar mais de ano. Estou nervoso para voltar para a Paraíba. Já vi o que queria ver, não suporto mais estar com os pés amarrados, mode essa água. Essa 'montaria de pau' de vocês é cheia de inquisição mode a gente andar. Se isso fosse uma terra enxuta, eu metia os pés pelo meio e ia bater no meu sertão.*

"Nervoso", "inquisição", "pés amarrados", "montaria de pau", para o *arigó* significam a inquietação psicológica, as dificuldades a vencer, a sedentariedade que não quer por nada, a inadaptação e desassossego de quem não quer ficar.

Os motivos que eles declararam porque vieram são quase todos idênticos, motivos "primos-entre-si". Edgar Pereira da Silva contou-me a sua história, em tudo semelhante a de outros retirantes:

> *Com esta influência de vir para cá, fugi um dia de casa e tomei o destino do mundo. Deixei o meu algodão crescendo e a casa do meu pai e arribei com os outros colegas. Os agenciadores contavam que a gente ganhava aqui era mais de cem mil-réis, mas se eu pego esses cabras de novo eles vão ver* o diabo na vista. *Por causa deles é que o nosso povo fica todo doido mode vir. Daqui pra frente não dou mais um passo. Quero ver se ainda chego em tempo de colher o meu algodão que ficou crescendo lá nas terras do meu pai.*

"Fugir de casa", "abandonar o algodão", "diabo na vista", "ficar todo doido", "não dar mais passo", "voltar em tempo de colher" são expressões que traduzem para o migrante a satisfação de uma velha ideia migrantista, de abandono às formas sedentárias agrícolas por outras mais novas e mais excitantes, de contágio psicológico que deu adesão ao movimento migrante, de vingança, remorso, saudade e retorno. Entre deixar o algodão crescendo e voltar no tempo da colheta, estão todas as suas satisfações, todas as suas vontades, há tantos anos acalentadas e à espera de oportunidade para se manifestarem. Sem perder o fio da tradição sedentária, agrícola, economicamente eleita, e sem perder também o fio da mobilidade e da expansão hereditariamente certa.

José Lucas dos Santos é um arigó *cearense* de pouca experiência na terra; apenas quatro meses. Como milhares de outros, deixou-se ficar na cidade, que é um ambiente mais propício ao seu gênio. As razões ele mesmo explica:

> *Depois que cheguei foi que caí no desiludimento. Não vejo nada daqui para crescer meus olhos. Pode ser que no seringal seja melhor, mas essa vida daqui também não dá sorte a niguém. Estou ficando com moleira mole de tanto carregar peso lá na serraria, mas não vou pro interior nem amarrado. Já vi muito arigó gor-*

do voltar magro que nem esqueleto de maçonaria e arigó magro voltar tão gordo que morre e não pode ver os dedos dos pés...

O "desiludimento" trouxe este migrante à triste realidade que o esperava, tão diferente para poder crescer às suas vistas e encher os bolsos. A experiência dos seus companheiros lhe serviu de exemplo, pela pitoresca resposta que nos deu. Atualmente está trabalhando na serraria e desertou do "pouso" da Ponta Pelada, pois já estava "tesando" mais de três meses sem fazer nada. *Gosto de comer por minha conta.*

Este migrante ainda não perdeu a sua dignidade de trabalho e de luta pela vida, malgrado todos os acidentes e surpresas que o destino lhe reservou. Centenas de *arigós* como ele estão se deixando ficar na cidade e, com isso, movimentam a vida da cidade e de certos bairros pobres, emprestando-lhes aspectos que fazem lembrar certos lugares em plena febre pioneira. O bairro de Educandos, pertinho da cidade, que até pouco tempo era um pacífico subúrbio, pacato e ordeiro, tornou-se do dia para a noite um dos trechos mais movimentados e quentes da cidade. A parte tradicional do bairro, que fica bem defronte da cidade, do outro lado, no igarapé da Cachoeirinha, em frente à Ilha de Monte Cristo, enche-se de preconceitos. Por intermédio de uma entrevista com um "catraieiro", paraibano dos velhos tempos, que há mais de 35 anos vive no bairro, notei que o povo da parte tradicional e antiga do bairro, aliás um dos mais velhos da cidade, não gosta de *arigós*. – *Aqui ninguém gosta deles, porque são arruaceiros e vivem implicando com o nosso povo. Eles moram lá pela Estrada de Constantinópolis. Educandos não tem essa gente.*

Esse catraieiro foi o porta-voz dos habitantes que se sentem moídos com a invasão de seu bairro por elementos estranhos ao meio, desordeiros, arruaceiros. É interessante observar que, não podendo expulsá-los do bairro, excluem do seu subúrbio e estrada que liga o bairro à cidade. O povo, que mora ao longo da estrada, quase todo *arigó*, não é de Educandos; é povo mesmo da estrada, intruso, valentão, implicante. Uma distinção até topográfica para o orgulho suburbano. Há ali uma ladeira muito inclinada que o povo apeli-

dou, espirituosamente, de *Baixa-da-égua*. Essa ladeira serve de caminho de ligação entre a estrada que vai para a cidade e a parte velha do subúrbio onde reside a "aristocracia" do bairro. O desprezo pelo *arigó* chegou a tal ponto que quando eles querem se referir ao povo da estrada dizem: *Isso aconteceu não foi em Educandos, foi lá com os habitantes que moram pra lá da 'baixa-da-égua': aquém e além da 'baixa-da-égua'.*

O amazonense e o *arigó* migrante. O tradicional dono da terra e o recém-chegado. Conflito entre o povo que tem raiz e amor ao bairro e o migrante que se localizou sem licença e sem folha corrida. Não há, a bem dizer, um dia em que o *arigó* não figure como herói de uma briga, protagonista de alguma farra no bairro dos Educandos. A coluna diária de "Polícia & Ruas" dos jornais vive cheia de valentias, desordens, ferimentos, bebedeiras que revelam o estado psicológico desses *arigós* que se deixaram ficar na cidade.

Na maioria, esses conflitos são resultantes de uma inadaptação violenta à procura de um meio-termo para uma acomodação mais necessária. Migrantes e *arigós* que nunca beberam e que levavam uma vida cheia de dignidade e honradez em suas terras deram para beber e brigar. Até o baiano, que dos migrantes parecia o melhor da corte, surpreende-nos de vez em quando. O artista Antônio Marcelino, "baiano velho de guerra", de apenas 23 anos de idade, solteiro, sem ter ao menos uma garota para passar o tempo, vivendo numa nostalgia tremenda, resolveu afogar as suas mágoas em álcool, e por isso tomou um pileque baita, de que resultou o pobre Marcelino acabar com a ossada no xadrez (O JORNAL, 28/10/1944, Manaus).

O cronista policial, sem querer, sugeriu-nos aqui um exemplo de um conflito e de um relaxamento moral por via de uma "nostalgia tremenda de uma garota". Nostalgia e saudades não apenas por falta de namorada, pois as garotas no bairro têm medo dos *arigós*, e não chegam perto deles porque os pais não deixam. É também a falta e a lembrança de sua cidade ou de seu sertão natal, de sua família, de sua convivência, de seu algodão que ficou crescendo, de sua terra, de sua esposa, mãe ou namorada que deixou longe com promessas de voltar rico e cheio de histórias. Riqueza que já perdeu a esperança de fazer, restando apenas o heroísmo de suas valentias

para poder dramatizá-las mais tarde. Brigas, valentias, bebedeiras e farras que precisam fazer "para afogar as mágoas", até como um imperativo categórico para a justificação do fracasso e da desilusão. No regresso, então, em vez de mostrarem os seus bolsos cheios de ouro que esperavam conseguir, contarão os ferimentos que fizeram, as brigas em que tomaram parte, as histórias em que foram heróis ou vítimas, sucedâneos lógicos e reabilitados para as suas desilusões e frustrações. Sucedâneos psicológicos e morais de efeitos negativos, mas que em todo caso servem e se acomodam bem com o temperamento e a conduta.

Arigó é um homem marcado, disse-me um deles. *Para ser arigó nesta terra é preciso ser cabra e resolvido, senão acabam dando na cara dele*. "Homem marcado", que para o migrante corporifica a reação que sentiu por parte dos naturais da terra, dos "jaraquis" do bairro. Um outro "arigó" cearense disse-me que para viver nesta terra teria de *virar socó*, pássaro do Nordeste que só se alimenta de peixe. Virar socó, portanto, seria abandonar o seu regime econômico, psicológico e dietético de rapadura e carne-de-sol pelo nosso regime de economia destrutiva, pioneira e cruel, pelo nosso espírito de exploração sem amor à terra, e pela nossa alimentação de comedores de peixe. Se adotasse ou aceitasse essas formas diferentes e contrárias ao seu tradicional viver, o "arigó" viraria de fato um "socó", um "jaraqui". Por isso a expressão do migrante é certíssima e concordamos inteiramente com ela.

Contra essa assimilação, o flagelado ou imigrante de ontem e o *arigó* de hoje se armam de unhas e dentes. Unhas e dentes que vão resultar nesses casos diários de polícia. Reação que não fica só no seu estado de espírito que quer se conservar imune a todas as ingerências e adaptações rápidas ao meio. Reação psicológica que o faz andar armado com sua peixeira do lado, com medo de uma agressão que pode vir sem esperar. Agressão, aliás, que ele acaba provocando e explodindo nos seus recalques de desesperado. Os jornais noticiam diariamente o fato aqui apontado. É comum ler-se um tópico como este: *Pelo subdelegado da polícia de Constantinópolis foram apreendidas ontem 7 facas peixeiras e uma navalha, de arigós valentões daquele bairro*. Peixeiras e navalhas conservariam a sua

atitude e o seu comportamento fiel a si mesmo. Comportamento – *arigó* que já caracterizamos. Não é outra coisa. Um caboclo da terra com quem conversei sobre a valentia do *arigó* declarou-me que a primeira coisa que o imigrante deixa de usar quando se amansa é a sua pajeúba. "Peixeira" ou pajeúba, que nesse caso representam o espírito de rebeldia e de defesa contra as possíveis intromissões e reações do meio em sua vida.

O *arigó* é, portanto, um homem marcado e armado. Marcado pela reação dos naturais da cidade que olham com soberano desprezo o seu novo competidor. Desprezo e competição que fazem alargar o significado do termo para abranger outras classes de indivíduos arrivistas e recém-chegados. Ser *arigó* é, por isso, ser um homem marcado, na expressão certa do migrante. Homem marcado sim, econômica e socialmente marcado pela competição, pelo desprezo do subúrbio ou da cidade. É homem também armado econômica, psicológica e fisicamente para enfrentar a realidade, a competição e a própria situação de rebeldia às formas amazônicas de viver e trabalhar. Formas e concepções que só a muito custo e sacrifício adquirem e se ajeitam com perda sensível de sua capacidade de resistência e de sua couraça psicológica de valentões.

No ciclo migratório referido, pela primeira vez assistimos a uma experiência totalmente nova e deconhecida. A experiência de adaptação e assimilação urbana do migrante que chega com intuito de morar na cidade. Antigamente, nas migrações dos outros tempos, a cidade era a última fase que o "cearense" enfrentava na sua carreira de migrante. Experiência e teste urbano posterior a uma vida rural que quase o absorvia e o identificava à terra. Quando vinha à cidade, já eram elementos social e economicamente identificados, cuja aspereza e dureza inicial se abrandara por via de sua domesticação nos seringais dos altos ou dos baixos rios. Domesticação e amansamento que o deixava apto para o convívio sem conflito na cidade. Fase urbana essa que geralmente surgia quando a crise apontava e como último recurso para restabelecer a sua saúde arruinada ou para gozar e esbanjar o seu saldo e passar as férias de "entressafra" na capital. "Entressafra" que compensava os aperreios e a solidão amarga de uma vida sem mulher, sem alegria e sem

movimento. Ao contrário de antes, os *arigós* estão se deixando ficar pela cidade ou voltam logo do interior sem adquirir a experiência necessária que o transformaria de pronto.

A cidade, assim, terá de desbastar e tolher os seus excessos de vitalidade e energia; a sua valentia com razão de ser; a sua inquietação aventureira sem possibilidades de expansão; o seu desgosto resultante de uma desilusão que não esperava; a sua falta de experiência para o convívio e para a sociedade de gente desconhecida; o seu orgulho de se sentir homem importante para poder brigar com a polícia. Brigalhão, valentão, pau-d'água inveterado, desordeiro, arruaceiro. Traços e adjetivos esses que o povo conhece e aproveita para uma reação. Conflitos que são resultados e experiências para um caminho de acomodação e conciliamento com a vida e o povo da cidade.

Arigós de todas as espécies e profissões deixaram-se ficar na cidade. Não somente os "artistas", cuja tendência urbana já foi por demais estudada e conhecida, também sertanejos e agricultores, do sertão e do interior, operários e elementos sem profissão nem classificação, vagabundos, malandros e moleques das capitais e das cidades, empregados e trabalhadores. Todos esses elementos as nossas cidades terão de absorver e assimilar a qualquer custo, com ou sem sacrifício. Os primeiros, os "artistas", pela natureza de sua profissão e pela falta de operários especializados, são, naturalmente, os mais fáceis de serem absorvidos.

Em 1854, o presidente-conselheiro Herculano Ferreira Pena, da Província do Amazonas, declarou: – *Afirmam-me algumas pessoas que em certas províncias, e principalmente no Ceará, não faltarão carpinteiros, pedreiros e ferreiros nacionais que queiram vir aqui residir, como já vieram alguns para a capital do Pará* (fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, em 1.º/8/1854, 278, vol. I *Relatório da Presidência da Província*). Operário disputado e adulado, o "artista", com a sua consciência profissional e a sua estabilidade de situação, não sofrerá nada com essa transplantação, porque já é um elemento acostumado à cidade. A sua rebeldia não se fará em termos econômicos. Se houver, falará

apenas em termos psicológicos, quando muito. Psicologia para uma acomodação que mais tarde ou mais cedo será fatal e lógica.

Quem vai sofrer mais com a experiência urbana, logo de começo, é o agricultor e criador do sertão e da mata. Um me disse: *viciado na agricultura*, outro *viciado no cavalo e no trato das fazendas*. Vício como sinônimo de apego e enraizamento às formas econômicas de viver e trabalhar. Por isso ele não se conforma com a nossa "montaria de pau", com a "inquisição da canoa e da água que não deixa a gente andar", com essa história de "virar socó", "comedor de jaraqui", de "viver como peixe debaixo d'água na época da alagação".

Esses fatos observei bem quando praticamente convivi com dezenas de *arigós*, moradores na área do aeroporto da Panair, onde se achavam localizados os seus "ninhos". Em frente há a serraria dos Pereira, cujos operários são exclusivamente *arigós*. Os operários do bairro abandonaram completamente o trabalho com a invasão inesperada do migrante. De forma que ficou sendo uma área econômica onde quem manda não é o dono da terra, mas o *arigó* promovido a rei e senhor. Não é outra a atitude que mantém para com os outros. Uma área economicamente sob o controle do *arigó*. Não só economicamente controlada, também socialmente controlada; e não só socialmente sob controle, também estratégica e geograficamente à sua disposição. Nos melhores pontos para fazer comércio, para estabelecer uma quitanda ou uma petisqueira na estrada, na esquina da rua, num lugar comercialmente privilegiado, está o *arigó* explorando e mandando. Um tipo que chegou e venceu. Somente não invadiu a parte tradicional do bairro, e dos "aristocratas" do subúrbio, que, aliás, está em perigo também de ser ameaçada diretamente pela invasão.

Educandos é um bairro que está em pleno e febril desenvolvimento. Eles mesmos sentem isso e proclamam abertamente que o progresso na estrada se deve a eles. Cada dia novas áreas da cidade vão sendo invadidas. Áreas e modos de viver e de ganhar a vida. Dentro em pouco não será somente a serraria dos Pereira o ponto de apoio inicial para a expansão do *arigó*. Não somente a estrada de Constantinópolis, que lhes deu o controle estratégico do cami-

nho por terra para a cidade; geograficamente, o povo do bairro está sob o seu controle econômico.

A própria cidade de Manaus sentirá, ou melhor, já está sentindo a sua influência mais perto. Zonas e atividades econômicas estão ficando sob seu controle, como a do "atravessador", que compra dos roceiros e revende na beira da praia, vendedores ambulantes de verdura, legumes e frutas, peixeiros de tabuleiros na cabeça, carvoeiros de sacas de carvão nas costas à moda amazonense, quitandeiros das esquinas, carregadores e estivadores do porto, soldados de polícia, que, aliás, foi a primeira área sob o controle *arigó*, artífices e operários de toda a sorte, alfaiates e carpinteiros, pintores e pedreiros, artesãos e "artistas" economicamente vitoriosos. Um primeiro passo para uma dominação mais forte e tenaz, a nova experiência migrante que o *arigó* trouxe para a cidade. Um contrapeso para corrigir a sua inquietação excessiva e equilibrar a sua psicologia-trampolim.

Tudo leva a acreditar que o *arigó* é um tipo e uma criação urbana para o imigrante que vive na cidade. Quem me sugeriu isso foi um *arigó* que esteve no interior trabalhando alguns meses num seringal do Purus. Quando lhe perguntei a origem do termo *arigó* ele me disse:

> *Não sei quantos apelidos já botaram na gente. Quando a gente se alistou era 'soldado da borracha'. Em Iguatu, o povo começou a nos chamar de 'arigó'. 'Arigó' nos chamaram em toda a parte do caminho, até Manaus. Daqui para cima nós deixamos de ser 'arigó' e viramos 'brabo'. No seringal onde eu trabalhava só me chamavam de 'brabo'.*

O *arigó* vem ser, assim, o migrante que se urbanizou e se deixou ficar na cidade, e "brabo" o outro migrante mais corajoso, mais audaz, que foi para o interior à procura de um destino melhor, mais em acordo com a sua paisagem doméstica e a sua geografia psicológica. *Arigós* e "brabos", "artistas" e sertanejos, mascates e seringueiros – aventura e necessidade.

Para concluir, esboçamos um perfil social e psicológico do *arigó*.

Psicologia de aventura em termos de geografia excitante e arrebatadora: *Eu vim conhecer o Amazonas – um 'arigó' cearense*;
Desenraizamento rural e agrícola pela influência dos boatos e do anúncio: *Eu não aguentei a influência – um 'arigó' paraibano*;
Mobilidade urbana de artistas e operários em busca de uma "chance" para a sua arte: *A minha arte vale como ouro – um 'arigó' rio-grandense da capital*;
Nomadismo geográfico para satisfazer o instinto aventureiro de correrias: *Vim bolar esses mundos – José Francisco de Salles, 'arigó' do 'Brooklin'*, NY, USA. – *um 'arigó' baiano*;
Psicologia cigana de chegar-e-voltar. Geografia para os olhos e não economia para os bolsos: *Não vim para trabalhar – um 'arigó' carioca*;
Comportamento psicológico e moral relaxado por via de fracasso e desprezo: *Bebedeira em Constantinópolis é mal – um 'arigó' pernambucano*;
Conflitos de acomodação para afogar o desespero e o orgulho: *A rua é o teatro de sua valentia – crônica de um 'arigó' paraibano*;
Caracteres psicológicos, econômicos e morais do "arigó": *Sem residência, sem profissão, vagabundo-mor, valentão e pau-d'água inveterado – a crônica policial de um migrante sem lei*;
O retrato policial do "arigó" – bêbado, valente, brigalhão e farrista: *Sucedâneos psicológicos e morais de compensação*;
"Arigó" – homem marcado e armado: *A reação do 'Jaraqui' da terra responde ao seu controle econômico e social em progresso*;

"Arigó" – "ave de arribação", "anjo do céu", "santo-de-sordeiro, milagroso e valentão", "soldado da borracha" – *o apelido, caricatura e perfil do novo migrante.*

Migrantes nordestinos: antologia de tipos humanos

O contato íntimo que mantivemos durante quase dois anos com o *cearense* migrante ao chegar em Manaus, no período de 1942 a 1944, permitiu-nos coletar centenas de entrevistas, realizadas a bordo dos gaiolas, chatas, vaticanos, vapores, nos armazéns do porto de Manaus, no alojamento do trapiche Teixeira, na hospedaria de Flores e no leprosário do Aleixo, documentando, assim, em primeira mão, as estórias de suas vidas, dos seus flagelos e dos seus destinos, no momento exato de suas chegadas.

E confesso que, talvez, a história das migrações humanas, nas suas crônicas, jamais tenha registrado um drama de igual proporção, somente comparável com o dos judeus no seu êxodo, diáspora e perseguição milenária; com o dos povos africanos, a bordo dos navios negreiros e na escravidão das senzalas; e o das tribos indígenas, expulsas de suas terras, após a destruição de suas culturas.

Esses depoimentos orais foram recolhidos por mim durante os anos de 1942 a 1944, por ocasião da chamada Batalha da Borracha. Essas entrevistas foram registradas na sua forma original e espontânea, no próprio linguajar folclórico do migrante e foram publicadas, primeiramente, no *O Cearense na Amazônia*, de 1946, de forma reduzida, e depois no *Romanceiro da Batalha da Borracha*, de 1992, de modo mais abrangente. Agora eles foram consideravelmente ampliados em consequência de uma nova e paciente pesquisa junto aos meus velhos arquivos, cadernetas de campo e apontamentos de leitura.

A tradição oral, como método de pesquisa e investigação, é uma fonte de documentação real da história e possui uma força reveladora e mediadora impressionante. Os depoimentos e relatos da experiência, do saber e da inteligência popular são capazes de reve-

lar a identidade pessoal, coletiva e social de agentes sujeitos às diferentes formas de convivência e conflito e às inúmeras maneiras de ser, sentir, pensar e imaginar.

A coletânea desses depoimentos e entrevistas constituem o único documento histórico, ao vivo, daquele movimento migrantista nordestino, recolhido num momento de grande aflição, sofrimento e expectativa diante da nova realidade que os esperava nesse primeiro instante e entrevero na frente amazônica. A força de expressão, o rico linguajar sertanejo, o passado de suas vidas e as suas esperanças e frustrações de vida constituem matéria para uma copiosa *literatura de cordel* ou dissertação de mestrado ou tese de doutorado de antropologia cultural: uma verdadeira antologia de tipos humanos a revelar diferentes estados d'alma, sentimentos de revolta, desespero, mágoa, afeição, sofrimento e arrependimento, como também constituem um breviário de fé, esperança, fortuna, coragem, fascínio e redenção.

Selecionamos, agora, setenta e sete perfis e tipos humanos daqueles personagens-migrantes, para publicação nesta antologia social, cultural e psicológica.

A maior parte dessas vidas foi consumida na voragem do tempo e os seus tapiris, *colocações, estradas, varadouros e barracões* dos seringais não mais existem, abandonados e invadidos pelos capoeirões da mata. Os passos nervosos e a atividade febril dos seringueiros constituem, hoje, meros fantasmas no fundo da memória de todos nós. Talvez alguns dos descendentes dos migrantes aqui mencionados, ao lerem essas entrevistas e perfis, possam reconhecê-los e identificá-los, ou algum sobrevivente possa relembrar o próprio martírio.

Deixemos que os tipos humanos desta antologia contem a sua versão da história:

> **Flagelados**: *A seca te cutucou – ou corre ou morre. Eu vim mode a fome* – **geografia da fome na expulsão do homem**. Joaquim Moreira de Souza, de Russas.
> **Delirantes e Iludidos**: *Eu vim mode a seringa que tá uma bendição. Dinheiro aqui se ajunta com ciscador* –

a borracha na economia de apelo. Joaquim Ferreira, de Cachoeira.

Malcriados: *Bem-feito. Era o que o Ceará queria. Não fica ninguém por lá. Eu vim zangado com tudo aquilo* – **o martírio do homem vingando o sofrimento**. Miguel Feliz de Melo, da Paraíba.

Resignados: *Ceará não tem culpa. Pobre do meu Cratozinho querido* – **o xodó pelo chão perdoando o flagelo**. Alfredo Constantino, do Crato.

Transumantes: *Eu vim veranear na seringa. Quando chover, volto que nem ovelha à procura dos pastos* – **economia de trânsito 'mode' a geografia de inverno**. José Lino de Araújo, de Campos Sales.

Ambiciosos: *Eu aguento firme até enricar* – **o ouro-negro na fascinação do migrante**. José Matos de Lima, de Souza, Paraíba.

Românticos: *Não sou fanático de dinheiro. Vim à procura de um cantinho para viver feliz com minha mulher e filhos* – **Terra prometida**: *Sai da tua terra, e de tua parentela e da casa do teu pai e vem para a terra que eu te mostrarei* – Gênesis, José Florêncio, da Serra Meruoca.

Crentes: *O meu destino é o Acre. Aquilo é uma terra santa* – **geografia messiânica com economia mística** – Sérgio Bernardo Pinto, de Fortaleza.

Aventureiros: *Me deu apetite de conhecer o Amazonas. Sou um cabra de pé solto, o meu destino é andar* – **aventura na psicologia nômade**. Elias Ferreira, de Macau.

Trabalhadores: *Não sou homem de carinho, gosto do pesado. Vim à procura de trabalho* – **o braço à procura de emprego**. José Matos, de João Pessoa.

Líricos: *Eu só vim mesmo para juntar uns recursozinhos para comprar uma bomba para as minhas bananeiras* – **a água apelando para a seringa**. Antônio Oliveira, de Limoeiro.

Fatalistas: *Eu vim porque o meu destino era esse mesmo* – **o "alcorão" do destino encaminhando os crentes.** José Gomes da Silva, de Baturité.

Desiludidos: *Não tenho esperanças em voltar. Eu fico plantando mesmo no Acre* – **o sofrimento apelando para a morte.** João Pinto de Souza, de Canindé.

Malandros: *Eu vim por safadeza e animação* – **a psicologia do anúncio e as facilidades estimulando a aventura.** Milton Dias de Souza, de Juazeiro.

Valentes: *Com gororoba no bucho, pau-de-fogo nas costas e faca de ponta na cinta chamo qualquer boca de fera* – **a coragem no instituto pioneiro da penetração.** Francisco Horácio Sobreira de Belém, do rio São Francisco, Pernambuco.

Patriarcas: *Trouxe minha mulher e meus treze filhos. Não havia com que sustentar a minha família.* **É a primeira vez que tenho necessidade de deixar a minha terra.** *Não tenho medo de sofrimento.* Joaquim Laurentino, de Cachoeira.

Agricultores: *Sou perdido pela plantação. Vim à procura de um lugar que chova todo o ano para poder criar e plantar* – **a chuva corrigindo a seca.** João Garcia de Medeiros, de Caraúbas.

Vaqueiros: *Vou para a seringa, mas o meu destino é criar gado. A seca matou as minhas reses. Fiquei na miséria. Eu não queria pedir para quem já tinha dado* – **o vaqueiro na emigração por orgulho.** *Eu não dou para viver alugado. Gosto de trabalhar para mim. Quem se freta é navio.* Antônio Ribeiro da Mota, de Jaguaribe-Mirim.

Artistas: *Sou artista, graças a Deus. Dou valor à minha profissão. Gosto da minha arte. Vim porque me faltou trabalho* – **a arte na classificação do imigrante.** Antônio Caminha Sobrinho, de Fortaleza.

Brabos: *O paludismo dá pru mode dessas frutas do mato que têm por aí...* Antônio Batista de Oliveira, de Aracoiaba.

Barrigudos: *Então os cearenses são mesmo valentes?* – Eles não chegam nem a ser. Antes de se *amansarem*, a maleita dá cabo dos *barrigudos* – Impaludismo: sede, suor, frio e febre, alquebrando a saúde do homem e a vontade de *enricar*.
Mansos: *Não tenho medo do Amazonas. Sou conhecido como o Pai-do-Mato. 'O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto'* – **a reimigração dos mansos atendendo ao apelo dos seringais**. João Batista, de Pereiro.
Paroaras: *A gente volta até sem fala e o jeito do sertão. Se o sujeito leva um guarda-chuva ou um chapéu de palhinha está perdido. Ninguém fala com a gente porque dizem que nós estamos podres de ricos. O paroara não se acostuma mais. Podendo voltar, ele volta* – **o regresso do filho pródigo**. Cezar Barbosa de Lima, de Fortaleza.
Desadaptados: *Eu só vejo esta terra feia e encharcada. Não arredo meu pé do firme. Quem vive n'água é caboclo ou é peixe. Gosto do pé enxuto. Estou doido pra voltar* – **o terror e pânico à água na geografia psicológica do sertão**. Alfredo Constantino, "nascido e criado no Crato".
Acomodados: *Para se ganhar dinheiro é preciso muito sacrifício. Eu tive que me domesticar. Quem vive no inferno, se acostuma com os cães* – **acomodação em termos de conflito**. Francisco Prata, da Serra de Baturité.
Assimilados: *Não quero mais saber da seringa. Vou criar galinhas no Solimões* – **ressurreição sertaneja na desilusão e na velhice do migrante cansado**. Francisco Lopes, de Arraial, Ceará.
Mulherengos: *Aqui tem muito cabra-safado-da-peste pastoreando as muié dos outros* – **a fome do sexo na esteira da sede de aventura**. Manoel Ramos, de Campina Grande.

Desesperados: *Se me dessem passagem, voltava mesmo que fosse para morrer no mesmo dia que chegasse. Eu não posso viver sem a minha gente. Prefiro morrer de fome na minha terra* – **o banzo da saudade e da aflição tardia**. Antônia Ferreira, da Paraíba.
Arrependidos: *A minha avó se opôs quando ouviu essa história de vir e disse: Toma cuidado, minha filha, que quando a cabeça não pensa, o corpo é que padece* – **geografia do coração "versus" economia de frustração.** Maria Otávia, de João Pessoa.
Sofredores: *Sofri tanto que se eu morrer minha alma não terá vergonha se voltar para o Ceará* – **a memória póstuma da fome**. Francisco de Souza, de Crateús.
Magoados: *Não pretendo voltar tão cedo. A ferida sara, mas a dor fica* – **o látex coagula o sofrimento, mas o "choro" não passa**. Francisco de Almeida, de Fortaleza.
Boiadeiros: *As duas coisas que fazem o homem enricar:* ***Boiada no Sertão e Borracha no Amazonas***: O paradigma dos dois B e dois S: **boi & boiada** e **seringal & seringas**, sinalizando o folclore da fortuna.
Lerdos e Ligeiros: *Como dizem os cearenses: seringueiro não pode ter mocotó grosso: tem que ter* ***talento*** *na perna. Do contrário nunca tira 'saldo'*. Depoimento de Isaac Israel Benchimol, guarda-livros, prático fluvial e seringalista dos seringais Guarapary, Porto Luiz e Paissandu, no rio Abunã – um patriarca judeu-*cearense* que entendia os cearenses *judeus*.
Transplantados: *Toda muda murcha*. Ditado de Isaac Israel Benchimol, transmitindo aos seus filhos a sua experiência no seringal quando precisava mudar o seringueiro de *colocação*, de seringal ou de trabalho. Esse deslocamento causava sempre queda de produção porque o homem sempre passa por um período de *moleza e morrinha* para poder, como nos transplantes, melhor rebrotar, florescer e frutificar. Sabedoria bíblica e talmúdica aplicada aos varadouros, estradas e tapiris de seringa.

Professores e Desenhistas: *Não aprendi a ler no livro, nem escrever no caderno, mas se me derem a seringa, a faca e a tijela, eu sei dar aula; e com o machado e o terçado, eu sei desenhar* – José Coelho de Freitas, 58 anos, seringueiro do médio Juruá (In: ***Amazônia: uma experiência em Projeto Rondon***, de Antônia Saraiva). Sem escola nem ABC, mas com experiência e vivência rústica na selva. A VIDA nua e crua *versus* ACADEMIA de borla e capelo.

Obedientes: *Eu vou seguindo o conselho de meu pai: quanto mais pra acima melhor, vai para o Acre, meu filho* – **os três "F": o fascínio, a fronteira e a fortuna**. José Pereira, de Lavras.

Arigós: Na crônica policial: *Ave de arribação, anjo-mau, santo desordeiro, milagoso, valentão e farrista.* Na entrevista: *Eu vim bolar esses mundos – I am an arigó from Brooklin* – **psicologia cigana da aventura**. Embarcadiço José Francisco de Salles, da Bahia.

Bichos-do-mato: *Seringueiro sai a uma hora da madrugada, com a* ***poronga*** *na cabeça para cortar duzentas* ***madeiras*** *e depois volta às duas da tarde com o leite. É duas viagens: uma em cima da outra. Agora, preste atenção: quase doze horas na mata.* ***É mais bicho do que gente, porque mora mais na mata do que em casa.*** *Depoimento oral da ex-seringueira Valdiza Alencar de Souza, de Brasiléia, Acre, ao historiador Souza, C. A.* A. (1996: 84) – *Selva e Seringa: Biologia Rica, Economia Pobre e Humanidade Selvagem.*

Nacionalista: *Vim pra cá rapazinho. Gosto muito desta terra. Criei-me aqui mas não renego a minha pátria.* ***Sou cearense até o infinito – O amor à terra onde se nasce é mais forte do que à terra onde se mora.*** José Ferreira, da Serra de Baturité.

Patriotas: *Cearense é um bicho danado de patriota. Ele sai, mas um dia volta. Quando a seca está braba, podendo debandar ele debanda. Mas tendo ouvido falar*

que está chovendo e o inverno chegou na sua terra, ***ele volta que nem ovelha à procura dos pastos.*** José Lino de Araújo, de Campos Salles. ***Seca, seringa e chuva: falta água e sobra amor.***

Guias e Mestres: *Eu estou cansado de andar bolando. Agora vou me aquietar num canto. Vou ensinar aos meus filhos aquilo que não aprendi.* ***Eu sou a baliza da família.*** Antônio Pinheiro, de Jaguaribe-Mirim.

Necessitados: *Nós somos mesmo uma gente teimosa. Nós não viemos de* **bonito**. *Veiu tudo obrigado pela necessidade. Lá está tudo sem recursos, sem ganho, sem trabalho, a vida está toda arruinada.* Francisco de Souza, de Crateús. – ***Diásporas da fome, da miséria e do desemprego.***

Matutos: *Trouxe toda a família, mulher e quatro filhos. Vim obrigado. O Ceará não quer mais a gente. Gosto do interior. É onde pode viver o pobre. Vou pro Acre.* José Gomes da Silva, de Baturité – ***O chão da roça: solução e reforma agrária do pobre.***

Moribundos: *Todas as noites eu imagino o meu Acre. Aquilo é uma terra santa. Vim para enterrar os meus ossos nos barrancos do Acre.* Sérgio Bernardo Pinto, de Fortaleza – ***Paz dos mortos na Terra da Promissão.***

Independentes: *O diabo me tentou e a gente estava passando necessidade lá. Eu sou agricultor e não quero saber desse negócio de borracha. Quero voltar para a minha terra.* ***Eu não dou para viver alugado. Quem se freta é navio. Gosto de trabalhar para mim.*** Alfredo Constantino, do Crato – ***Conta própria*** **versus** ***sujeição de salário.***

Turistas: *Estou ainda muito novo. Eu sempre imaginei isto aqui. Quando me diziam que eu fosse pro Amazonas, que voltava rico, eu dizia comigo: um dia ainda hei de conhecer essa terra!* Altacyr Gonzaga, de Cajazeira do Rio do Peixe – **O El Dorado atraindo o imigrante de passeio.**

Profissionais: *Sou artista, trabalho na minha arte de sapateiro. Até que não vivia mal da minha arte, mas me deu vontade de mudar de vida. Tudo o que eu ganhava, gastava, nunca tinha dinheiro. Vim para ver se endireito minha vida e fazer minhas economias.* José de Holanda Cavalcante, de Quixadá – **A arte é breve e a vida longa.**
Andarilhos: *Trabalhar na seringa é muito mais fácil e muito melhor que na agicultura.* ***Basta o corte, a coalha e a defumação e está tudo pronto num dia.*** *Na agricultura o senhor tem que passar seis meses comendo e trabalhando para depois se ter alguma coisa. O trabalho é mais pesado. Vai desde a broca à colheita.* ***Para ser seringueiro basta ter talento na perna: cabra de mocotó grosso não dá nada.*** Luiz Ferreira da Silva, de Baturité – ***Fundista da selva nos varadouros e estradas de seringa.***
Revoltadas: *Não me acostumo aqui não. Tenho sofrido muito. Meu marido está paralítico, deu uma coisa na perna dele que o pobre não pode mais andar. Mil vezes morrer na seca do que vir para cá.* Antônia Ferreira, de João Pessoa – **Desajustamento pelo infortúnio, desgraça e desamor pela terra nova.**
Bravateiros: *Fui logo direitinho para o Acre para trabalhar num seringal com o meu irmão que estava lá. Ele me amansou.* ***Passei de brabo pra manso, não fui nem barrigudo.*** *Conheço todo o Acre, até na Bolívia eu já estive. Os bolivianos têm medo dos cearenses.* ***Perguntam sempre porque nós usamos facas de ponta. A gente responde que é para tirar espinho do pé... "Caramba!"*** *é o que eles dizem* – ***Valentia na estranja acabou conquistando o Acre.***
Veteranos: *Vim pro Amazonas em 1899, ainda rapazinho. Logo quando subi o Juruá, os mansos me disseram que daí em diante* ***o chefe de polícia e o delegado eram rifle e a bala. Se matava gente como se mata veado.*** *O meu patrão me dizia:* ***Só quero cabra de***

pé rachado, nada de homem de mão fina. Manuel Rosas, de Canindé – **Lei da selva, do trabuco e do tronco nos tempos de antanho e de outrora.**

Atravessadores: *Me deu na cabeça um destino de conhecer o Amazonas. Lá na minha terra eu trabalhava em tudo. Eu roçava duas tarefas por dia. Começava de manhãzinha e ia até a boca da noite. Sou um* ***cabra danado de pegar no pesado. Não sou homem pra trabalhar no carinho.*** *Agora sou atravessador: compro daqui e dali dos caboclos do Careiro e Xiborena e do Solimões para vender na praia. Hoje estou vendendo jerimum. Não tenho do que me queixar. Na minha terra* ***pobre morre pobre, aqui é uma terra de futuro. Gosto mais da cidade.*** João Mota de Lima de Souza, Paraíba – **Espírito de negociante e zangão, antepassado dos futuros marreteiros e camelôs.**

Povoadores: *Eu só tenho pena desse pessoal que vem acossado pela seca e que pensa que vão ter liberdade trabalhando no seringal. Eles mal sabem que o seringueiro é um cativo. Trabalha dia e noite como um cachorro sem descanso. Mais tarde ou mais cedo eles se desiludem como eu.* ***Quando se desenganarem, não podendo voltar para o Ceará, como eu e todos os outros, vêm povoar as beiras dos rios e dos lagos. Se misturam com as caboclas, têm filhos delas e não saem mais daqui. Quem ganha é o Amazonas. Ai dele se não fosse o cearense. Tudo aqui seria mato.*** Cesar Barbosa de Lima, de Fortaleza – **O desencanto dos altos rios da seringa faz povoar o beiradão das várzeas do Solimões.**

Sanfoneiros e Repentistas: *Na orla sombria da mata... as lamparinas estão acesas... e o sanfoneiro canta e desafia:*

Eu nasci no Xapuri
Me criei no São João
Já amei mulher perdida
Já matei cabra ladrão.

Por sua vez o repentista responde:

Lá vem a lua saindo
Por detrás da sucupira
Aperta a chicha da velha
Senão a cangalha vira.

Para encerrar vem o cantochão:

Vou-me embora,
Vou-me embora
Os anjos vão me levando
Do mundo vou me esquecendo
*Só de Deus vou me lembrando.**

Desfeiteira, viola, sanfona, repente e cantochão: canto e melodia do seringal Sentindo a Saudade do Sertão (os quatro esses).

Roceiros: *Não vim enricar, nem com o desejo de aventurar, como muitos aí. Nunca tive ambição de crescer minhas vistas por outras terras. Quero o meu cantinho onde possa trabalhar sossegado e alegre, viver do meu trabalho, dar de comer à minha família, criar os meus filhos, sem pensar que amanhã a seca vem e nos deixa na miséria.* ***Lá só se vive na sujeição. Não gosto de viver alugado.*** João Garcia de Medeiros, de Caraúbas, Rio Grande do Norte – **Gosto pela terra, paixão pelo trabalho, amor pela família e desejo de ser livre: reforma agrária, social e política.**
Barristas: *Os paraibanos surram o Ceará, mas nós nunca prestamos homenagens a eles. Eles é que vêm se encostar a nós quando a seca tá ruim.* ***Não sei o que vêm fazer na pátria da gente.*** *Por isso nós costumamos*

* Texto do ministro e escritor acreano Miguel Jeronymo Ferrante (meu colega do Ginásio Amazonense Pedro II), reproduzido do seu romance Seringal, São Paulo: Clube do Livro, 1972: 30-31).

dizer a eles ficam cobras: ***Paraibano e cavalo cubano de cem tira-se um por engano****:* Francisco Pinheiro, do Riacho de Sangue – **A luta pela sobrevivência acentua o orgulho e gera a rivalidade que o povo amortece e ameniza por meio do humor e do refrão bairrista.**

Companheiros: *Casei-me com uma sertaneja pru mode ela me acompanhar pra toda a parte. A sertaneja tem essa virtude.* ***É mulher tanto para pegar numa agulha como no cabo de uma enxada****. Trouxe ela e meus filhos todos comigo. Tem muita mulher de coragem que vem comboiando os maridos medrosos.* Libório Gonçalves, de Fortaleza – **Para a saúde e a doença até "que a morte vos separe"**.

Sertanistas: *Durante dois meses eu andava três léguas por dia para arranjar água pro meu gado não morrer de sede. Até que um dia cansei e resolvi arribar. Não aguentava mais. Dois anos que fazia seca e já estava no terceiro. Gosto do mato, por isso vou para o Acre. Vou ver se me ajeito na seringa. A mulher diz que só veio por quatro anos, mas eu não sei quanto tempo tenho que passar. Eu não quero morrer afogado por aqui. Quero ser enterrado no seco, num cemitério do Ceará.* ***São duas coisas que fazem me lembrar o meu sertão****: o* ***meu cavalo e a minha mãe velhinha****.* Antônio Oliveira, "legítimo" de Limoeiro – ***Sertão, mãe e montaria: três saudades no exílio amazônico.***

Prisioneiros: *A vida no seringal é uma prisão. Divertimento no seringal é uma caçada, espiar os macacos pulando nos galhos ou ouvir as onças esturrando pertinho da barraca. E toca a gente a trabalhar, de noite e de dia. Nos tempos antigos* ***quem mandava era a machadinha e a escada, o arrocho e o mutá. Deus fez a machadinha e o diabo inventou a escada****. Carregar essa danada de 10 degraus pela estrada todo o tempo nas costas* ***fazendo mutá é um buraco****. Os seringueiros doidos para enricar diziam nos velhos tempos:* ***quem for tatu que cave, quem for ma-***

caco que se atrepe*. Por isso eu prefiro a minha carnaúba e a minha plantação do Ceará.* ***Eu não me esqueço do convívio de lá!*** Cearense de Sobral – **Seringal: prisão para o corpo e penitência para a alma.**

Passarinheiros: ***A seringueira não é para cabra de mocotó grosso.*** *É preciso um cabra de pé ligeiro, esperto, senão está perdido. Não há coisa melhor para enricar a gente. Agora, quando se mora sozinho, a vida é muito triste. Tem um passarinho engraçado, que chamam de uru que faz alegrar a gente. Ele começa cantando de manhã cedo: 'Quem vai ao toco' – 'ou rabo ou toco' – 'sou eu doutor'. Seringueiro quando ouve uru resmungar de manhã cedo, nem se levanta.* Antônio Pinheiro, de Jaguaribe-Mirim – **Canta o passarinho para quebrar a solidão do tapiri.**

Famintos: *Pior do que morrer de fome no deserto é não ter o que comer na Terra de Canaã.* José Américo de Almeida, notável escritor e estadista paraibano, autor do romance *A Bagaceira* – ***Geopolítica da fome e da seca do sertão nordestino*** **versus** ***sociologia messiânica da calamidade da floresta amazônica.***

Sertanejos: *É, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo do mestiço neurastênico do litoral. Não há como contê-lo, então, no ímpeto. Um Hércules Quasímodo, com a fealdade típica dos fracos!* – Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, p. 112. ***O sofrimento e a vida adversa forjaram esse espírito de luta e de fronteira que se revelam no migrante nordestino na diáspora. "Porque por onde passa o boi passa o vaqueiro com o seu cavalo"*** (Euclides da Cunha): ***na Amazônia se dizia antigamente – onde existe seringa há sempre um cearense com a sua poronga, faca e tijelinha.***

Crentes e Romeiros: *Valha-me meu padim Ciço Romão Batista: o sertão vai virar mar e o mar, sertão.* Fanatismo de Canudos e Juazeiro *virando fascínio do* El

Dorado amazônico. Da **caatinga** *nordestina para a* **caa-igapó** e **caa-etê** da floresta.

Intrusos e Impertinentes: *Na Amazônia o homem é um ser intruso e impertinente. Chegou sem ser chamado nem querido enquanto a natureza preparava o seu vasto salão*. Euclides da Cunha em *À Margem da História*: Último Capítulo do Gênesis. ***Primeira página do Êxodo e da Diáspora. Antecâmara do Inferno. Último degrau do Paraíso.***

Judeus errantes: *O cearense é o judeu brasileiro. É pau pra toda obra e está em toda parte na Amazônia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Tem cearense até na China. E isto não é fábula* – **Caracterização folclórica para explicar o drama do êxodo, diáspora e espírito da fronteira dos nordestinos que se repetem, por gerações sucessivas, em cada ciclo de calamidade.**

Camelôs: *A terra aqui é tão boa que na rua a gente vende até água de bica.* Declaração de um camelô e feirante nordestino. Vendedor de bugigangas nas calçadas da Zona Franca de Manaus – **Mercado informal dos sem-emprego como estratégias de sobrevivência, tipo "mercado persa", "pátio das almas" e "praça dos aflitos" da cidade grande "sem rei, nem lei".**

Paus-de-arara: *Já não se vai mais para o Amazonas. Agora é virar 'pau-de-arara' e buscar emprego em São Paulo*. Declaração de um nordestino que virou paulistano – **Lula, Erundina e Vicentinho são exemplos da nova onda migratória do Nordeste que gerou lideranças políticas e sindicais no sul do país. Um desafio aos paulistas "quatrocentões".**

Domadores: *O seringueiro do alto Amazonas anda amansando o deserto*. Frase de Euclides da Cunha para descrever a luta do homem na Amazônia para domar a selva. Não conseguiu: foi domado e se tornou "manso" por causa dela. Os domadores foram importantes para

domesticar a serigueira que os derrotou nas plantações da Ásia. **Extravismo Selvagem *versus* Heveicultura Racional.**

Zombeteiros e Violeiros: *Trabalha como um Hércules para tirar saldo, na ânsia de enriquecer, de enfiar um anel de brilhante no dedo, de ser aviador, de ser patrão, de ser coronel. Alegre, zombeteiro, gosta de rir alto, de gargalhar. Com os sentimentos de honra muito vivos e o brio à flor da pele, explode e se transfigura, em arrancadas ferozes, nos seus dramas de amor, desagravados à ponta de faca... Músico, tem a viola ou a harmônica dentro da mala* – **Retrato falado e perfil traçado por Raymundo Morais**, no seu livro *Na Planície Amazônica*, 1926.

Engenheiros da mata: *Segue o explorador para o seio da floresta, acompanham-no os três rudes engenheiros da mata: o mateiro, o piqueiro e o toqueiro – de* ***jamaxi*** *nas costas, singular mochila onde levam a rede, as munições de caça, os víveres* – Retrato falado de Plácido de Castro ao ministro da Justiça como prefeito do Alto Acre, 1906-1907 – **O saber da experiência feita do trabalho sem diploma nem título de doutor.**

Revolucionários: *Todo o pessoal era de recrutas roubados dos serviços da seringa, um só não entendia de coisas militares, muito menos de guerra. Impávidos, serenos e arrogantes para lá seguiremos a caminho de Porto Acre...* Coronel Plácido de Castro, chefe da Revolução Acreana no seu livro *Apontamento sobre a Revolução Acreana*, Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Comércio, 1911 – **Os Coronéis Nordestinos da Seringa e do Barranco viraram Coronéis da Guerra do Acre, comandando soldados-seringueiros "cearenses". O Acre acabou brasileiro, o *Right* em função do *Rush*. A Economia na Geografia Política do Direito.**

Vaqueiros: *Todo sertanejo é vaqueiro... Fez-se homem quase sem ter sido criança... É um condenado à vida... Fez-se forte, esperto, resignado e prático... Aprestou-se,*

cedo, para a luta... Bárbaro, impetuoso, abrupto... Euclides da Cunha em *Os Sertões* – **Vaqueiro e boiada transfigurados em seringueiro e borracha no El Dourado Amazônico.**

Andarilhos: *O mal do homem é andar. Quando se anda nunca mais se desanda. Eu sempre tive vontade de conhecer o mundo. Basta eu ter apetite de ver uma terra, dou um bordo nela. Não me agarro em canto nenhum.* ***Abriu o meu apetite de conhecer o Amazonas e me alistei como migrante.*** *Eu vou sem destino, no rumo da venta. Tenho raiva de gente de pés e mãos amarrados.* ***Sou um cabra de pé solto. Tenho talento na perna. O meu destino é andar. Vou acompanhando o meu fado.*** Francisco Sobreira de Belém, de Pernambuco – **Pé solto e bota de sete léguas na expansão da fronteira.**

Infernizados: Eu vim porque endoideci. ***A vida aqui é muita doida e triste como nunca vi. Se vive sozinho na mata.*** *Só os gritos dos macacos, os pios dos passarinhos e o berro de alguma onça perto do tapiri. Para se ganhar dinheiro é preciso muito sacrifício.* ***A seringa gosta mais da noite do que do dia. É por isso que o seringueiro não dorme. Um pau daqueles dá muito mais leite de madrugada. Quem vive no inferno se acostuma com os cães.*** *Começava às seis horas, a hora mais triste do mato. Tudo quanto é imaginação ruim dá na cabeça da gente.* ***Eu não aguentei e vim embora.*** Francisco Prata, da Serra de Baturité, Ceará – **Seringa é Céu de Mapiá e Santo-Daime para os crentes e Inferno de Dante para os ímpios, dorminhocos e arreliados.**

Cativos: *Fala um escravo branco vítima de um curioso blefe passado por dois famigerados João Arthur de Paiva e Manuel Baptista Maia, aquele gerente do Seringal Araçá de Atalaia, no rio Jupari... João Arthur propôs que eu aceitasse uma 'parea' de Estrada na Colocação Extrema por dois anos... Fiz meu tapiri e tratei de limpar as estradas... No mês de junho recebi o primeiro*

talão com 388:250, tudo por preços nunca vistos... após recebi a conta corrente com 89:600 de minhas despesas e mais Rs 239:250, dizendo que eram despesas da Extrema como se eu fosse dono ou gerente... Entreguei 12 couros de veados, 20 quilos de cernambi, 10 couros de porco e finalmente o pretencioso assertou melhor me botar fora do seringal... Com o meu saldo eles não ficam... Os revolucionários só faltavam... debandarem os ladrões de seringais pelos interiores do Amazonas. Carta-denúncia de um seringueiro cearense, datada de 9 de fevereiro de 1932, endereçada aos Srs. Coutinho Aníbal & Cia. da Foz do Jurupari, rio Envira – **Cativeiro da Babilônia: conflito medieval entre o senhorio do Barracão e o escravo branco do Tapiri.**

Desaparecidos: Osmundo Andrade de Aquino, residente na cidade de Cariri, município do mesmo nome, Estado do Ceará, agradecerá de coração a quem lhe der notícias de seu pai – Luiz Gonzaga de Aguiar – que, do município de Palma (Ceará), onde residia, tomou o destino para o Amazonas, em 1909, deixando em Palma sua mulher, Jacinta, e dois filhos, Osmundo e Maria. Luiz Gonzaga esteve no rio Tarauacá, retirando-se depois não se sabe para onde, e desde então não se teve mais notícia sua – **a crônica de um seringueiro desconhecido,** que aparece frequentemente nos jornais da terra.

Retirantes: *Recordava-se bem. Tinha pouco mais de trinta anos e já assitira por três vezes as degraças de seca. Era muito criança quando após meses e meses de sol inclemente, secos os rios, as fontes, as pastagens mortas, foi com seus pais em caminho de melhor pouso, onde não morresse de fome e de sede. Nas fraldas da serra de Ibiapina não se tinha extinguido todo o verde; ainda havia aves nas árvores e a terra produzia alimento. Recolhera-se aí. Na travessia, morreu de velhice, de moléstia, de penúria, sua velha avó, ficando numa cova rasa, aberta no areal.*

De outra feita já era rapaz. Aos primeiros sinais do flagelo, retirara-se para o Amazonas. Na roça em que nascera, a mortandade foi quase geral. Quando começou a chover, voltou à terra querida. Estava linda. Parecia um jardim reverdecendo, florindo, frutificando. Isso fazia poucos anos, o trabalho era compensado, os filhos iam crescendo. O mais velho já o auxiliava na faixa quotidiana do amanho das leiras para as sementes. No curral, todas as manhãs, havia leite para a coalhada, para o requeijão. Comprara um burro, um cavalo, um jerico para levar às feiras o que a roça produzia. E foi assim, na felicidade da sua casa e do seu trato de cultura, que sentiu que o horror da seca se pronunciava. As plantações foram amarelecendo dia a dia. De noite, rezava com a sua mulher de joelhos, pedindo ao céu a piedade de um pouco de chuva. De manhã, o ar era de um forno em brasa. E a horta secou, o milharal morreu; as raízes alimentícias murcharam, reduzindo-se a gravetos. Uma noite, matara o jerico para comer. Estavam quase sucumbidos de fraqueza, os estômagos vazios, em jejum de mais de dois dias. Os urubus cevavam-se ao longe nos esqueletos do burro e do cavalo. Foi então que começaram a retirada: ele, a mulher e quatro filhos... – **Odisséia do retirante cearense José Baptista do Nascimento**, publicada no *Jornal do Comércio* de Manaus, edição de 27 de janeiro de 1916, transcrevendo uma reportagem do jornal *A Tarde*, da Bahia.

Tempo dos ingleses

O tempo dos ingleses na Amazônia, ao findar o século passado e no início deste, ocorreu durante o apogeu do ciclo da borracha e no auge do prestígio e do poder do Império Britânico que se fazia presente nos cinco continentes e nos sete mares. Na vastidão desse espaço de colônias, territórios e mandatos onde tremulava a bandeira britânica, dizia-se que o sol jamais se punha, para bem descrever a presença dos *ingleses* como eram comumente conhecidos e chamados pelos diferentes povos e países integrantes desse domínio e aliança transnacional.

As fontes de poder desse imenso império – o maior e mais amplo registrado na história – tinham uma base política, militar, econômica, financeira e tecnológica. Politicamente, a constelação de países e colônias sujeita ao seu domínio garantia o prestígio e poder nas assembleias e tratados internacionais. Militarmente, a marinha e o exército britânicos obrigavam a obediência e sujeição das colônias e serviam de elemento de pressão, persuasão e dissuasão. Economicamente, as relações baseadas no modelo metrópole-colônia asseguravam um grande intercâmbio mercantil e amplo mercado para os produtos industriais das manufaturas britânicas e para as matérias-primas, bens agrícolas e recursos minerais de origem colonial. Financeiramente, o processo de acumulação capitalista ocorrido durante mais de dois séculos permitiu o surgimento de um grande centro bancário e de bolsa de valores que tornavam a riqueza mais fluida e disponível. Tecnologicamente, a Revolução Industrial, a partir dos séculos XVII e XVIII, promoveu grandes transformações no campo das descobertas e invenções que foram responsáveis pela mudança da base produtiva e pela criação de novos bens e serviços.

Esse conjunto de fatores garantiu durante o século XIX o apogeu do Império Britânico que somente viria a entrar em declínio ao final da Primeira Grande Guerra, quando os Estados Unidos passaram a assumir o papel de nova potência mundial.

Durante o tempo que durou o Império Britânico, a despeito da subordinação a que os povos sob seu domínio ficaram sujeitos, é preciso reconhecer o papel pioneiro dos ingleses, no campo de produção de bens e serviços, tanto nas colônias integrantes do seu sistema imperial como naqueles outros países sujeitos à sua influência e liderança. Na verdade, os ingleses foram responsáveis, em quase todo o mundo, pela importante tarefa de difusão cultural, transferência de tecnologia e inversão de capitais no campo da infraestrutura econômica e de serviços. Desempenhando o papel de inovadores de tecnologia ocidental, ainda com base na Revolução Industrial, os empreendedores e investidores ingleses foram responsáveis, em quase todos os países onde atuavam, pela implantação de empresas concessionárias de serviços públicos, criando as pré-condições estruturais com a formação de economias externas necessárias para todo o processo de embasamento do crescimento e desenvolvimento econômico ulterior.

O tempo dos ingleses marcou, outrossim, o início de um período de grandes investimentos que abriram um ciclo de expansão do capitalismo dos países europeus nas novas terras da América, África, Oriente Médio, Ásia e Austrália. Em todos esses continentes, na maioria das colônias do Império Britânico, como Canadá, África do Sul, Índia, sudeste asiático e Austrália e nos países de origem britânica, como os Estados Unidos e naqueles que sofriam forte influência do seu poder, como países sul-americanos, grandes somas de capitais foram investidas por meio de empresas e companhias concessionárias de serviços públicos. Os investimentos na infraestrutura desses países foram feitos com o objetivo de viabilizar a produção ou facilitar o escoamento das matérias-primas, recursos naturais, minerais e/ou energético, pelas instalações portuárias, navegação marítima, ferrovias, estradas e outros serviços complementares. Deste modo, companhias inglesas participaram, em quase todo o mundo, da abertura de novas fronteiras e frentes de produção e nos setores da atividade agrícola, pecuária, mineral e industrial.

Na Amazônia essa presença se fez sentir de modo muito intenso, na forma do ciclo da borracha que se inicia por volta de 1850, adquire intensidade nas décadas de 1890-1900 e atinge o seu apogeu na primeira década deste século.

No dia 10 de abril de 1910 o pregão da Bolsa de Londres anuncia o preço de 21 shillings e 3 pences (1£15d) (um guinéu inglês antigo 21sh) por libra-peso, ou 46,84 shillings por quilo, equivalente hoje a 120 esterlinos ou 180 dólares americanos, a valores do ano de 1992, logo rebaixado para 11 shillings por libra-peso no mês de maio seguinte. Esse 10 de abril, que assinala o pico do *boom* da borracha, foi comemorado com festas na Índia, Cingapura, Ceilão, Malásia e Amazônia, de modo eufórico e ruidoso, tendo havido algumas manifestações de caráter extravagante, o que, mais tarde, ajudou a criar a falsa imagem sensacionalista e fantasiosa dos barões da borracha, esbanjando suas economias com champagne, caviar, jogo e mulheres. Também esse dia assinala o fim da fase áurea da borracha na Amazônia, pois as plantações asiáticas iniciadas e incentivadas pelos ingleses na Malásia, Ceilão, Índia, Birmânia, Bornéu e Tailândia atigiram, nesse ano, 461.000 hectares, com uma produção inicial de 8.700 toneladas, que iriam depois ser aumentadas para 107.000 t em 1915 e 400.000 t em 1920, pondo assim um fim ao monopólio natural da borracha silvestre.

Durante esse largo período de tempo, quando a Amazônia revelou e ofereceu ao mundo um produto essencial como a borracha, que passou a ter largo uso pela indústria mundial de pneus e outros artefatos, os ingleses que haviam se antecipado a esse período de prosperidade puderam usufruir os lucros dos investimentos de suas prósperas empresas.

Esses investimentos pioneiros de ingleses e de outros países foram concentrados nos setores básicos de infraestrutura econômica e social realizados pelas seguintes empresas concessionárias de serviços públicos, com as respectivas datas de fundação, como segue:

LISTAS DE EMPRESAS INGLESAS E DE OUTRAS ORIGENS QUE OPERARAM NA AMAZÔNIA, SEGUNDO OS SETORES, FINALIDADES E ANO DE FUNDAÇÃO

SETORES	NOME DA COMPANHIA	Ano fundação
1) **Portos**	Manáos Habort Ltda.	1902
	Port of Pará	1906
2) **Transporte Urbano e Iluminação**	Manáos Railway Co.	1895
	Manáos Eletric Liggting Co.	1895
	Cie. D'Enterprises Eletrique du Pará	1889
	Pará Electric Raiways and Ligthing Co.	1905
	Manáos Tramways and Light Co.	1909
3) **Comunicação**	The Amazon Telegraph Co. Ltd.	1895
	Amazon Wireless Telegraph and Telephone Co. Ltd.	1903
	Pará Telephone Co. Ltd.	1905
4) **Água e Esgoto**	Manáos Improvements Ltd.	1906
	Municipality of Pará Improvements Ltd.	1910
5) **Gás**	Cia. de Gás do Pará	1866
6) **Mercado Público e Abatedouro**	Societé des Abattoirs du Pará Ltd.	1910
	The Manáos Markets and Slaughterhouse Ltd.	1910
7) **Navegação Fluvial**	The Amazon Stesmship Navigation Co. Ltd.	1872
	The Amazon Rivers Steam Navigation Ltd.	1911
8) **Estaleiro e Oficina Naval**	Amazonas Engineering Co. Ltd.	1912
	J. H. Richardson	
9) **Estrada de Ferro**	Madeira Mamoré Raiway Co.	1907
10) **Bancos**	London and Brazilian Bank Ltd.	1901
Sucursais e Filiais	London and Riverplate Bank Ltd.	1901
11) **Navegação Longo Curso**	Amazon Royal Mail Steamship Co. Ltd.	1874
Sucursais e Filiais	Red Cross Line	1877
	Booth Steamship Co.	1909
	Amazon Tug & Lighterage Co. Ltd.	
	Hamburg Amerika Line	
	Ligure Brasiliana	1896
12) **Agricultura e Indústria**	The Pará Central Sugar Factory Ltd.	1885
	Cie. Agricole et Commerciale du Bas Amazone	1901
	Brazilian Rubber Trust	1901
	The Moju Rubber Trust Plantation and Development Co.	1912
	Cia. Ford Industrial do Brasil	1927
	Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha	1928
	Cia. Nipônica de Plantações do Brasil	1929
	Cia. Industrial Amazonense	1929
13) **Colonização e Exploração Mineral**	Brazil Development and Colonization Co.	1912
	The Amazon Land and Colonization Co.	1912
	The Amazon Valley Development Co.	1913
	The Amazon Corporation	1930
	Canadian Amazon Co. Ltd.	1930
	American Brasilian Exploration Corp.	1930
14) **Exploração e Arrendamento Seringais**	Cie. des Caoutchous du Mato Grosso	1898
	Bolivian Syndicate	1901
	The Brazilian Rubber Trust	1901
	The Alves Braga Rubber Estates and Trading Co.	1910
	Envira Estates Ltda.	1910
	River Acre Rubber and Finance Co.	1910
	Pará Island Rubber Estates Ltd.	1910
	British Amazon Rubber Estates Ltd.	1910
	Javary Rubber Estates Ltd.	1910

	Vila Nova Rubber Estates Development Co.	1912
	North of Brazil Finance and Development Co.	1912
	Rubber Development Corp. (RDC)	1942
15) **Comércio e Exportação**	The Sears Pará Rubber Co.	1906
	General Rubber Co. of Brazil	
	H. A. Astlett & Co.	
	Suarez Hermanos & Co. Ltd.	1909
	J. C. Araña & Hermanos	
	Adalbert H. Alden Ltd.	
	Kingdom & Co.	
	Schrader, Grüner & Cia.	
	Witt & Co.	
	Scholz, Hartje & Cia.	
	Scholz & Cia.	
	Neale & Stoats	
	Gordon & Cia.	
	Higson & Cia.	
	Dusenschon, Nommense & Cia.	
	Dusenschon, Zarges & Cia.	
	Zarges, Ohlinger & Cia.	
	Prusse Pussinelle & Cia.	
	Rud Ziets	
	Brocklehurst & Cia.	
	Singlehurst, Brocklehurst & Co.	
	Marius & Levy	
	J. H. Andresen	
	Lajeunesse & Cia.	
	Kahn Polak & Cia.	
	Louis Schill et Neveux	
	Delagotellerie & Cia.	
	Denis Crouan & Cia.	
	G. Fradelizi & Cia.	
	Semper & Cia.	
	Stowell & Som	
	Theodore Levy, Camili & Cia.	
	Gunzburger & Cia.	
	G. Deffner & Cia.	
	Levy Frères – A la Ville de Paris	
	Raphael Levy & Cia – Aux 100.000 Paletots	

Fonte: Roberto Santos, 1980: 124; Ernesto Cruz, 1963; Antonio Loureiro, 1985/1989; Manoel R. Ferreira; Arthur Reis, 1982; Samuel Benchimol, 1966/1977.

Passado o período de euforia dos anos 1900/1910 quando se realizaram a maioria dos investimentos das empresas inglesas, de outros países europeus e dos Estados Unidos, a Amazônia deixou de ser pólo de atração para esses capitais que se deslocaram para o Oriente e sudeste asiático, onde se iniciava e expandia velozmente um novo centro de produção de borracha para atender a crescente demanda das indústrias de pneus e outros artefatos. A borracha silvestre amazônica, em consequência do seu alto custo de extração,

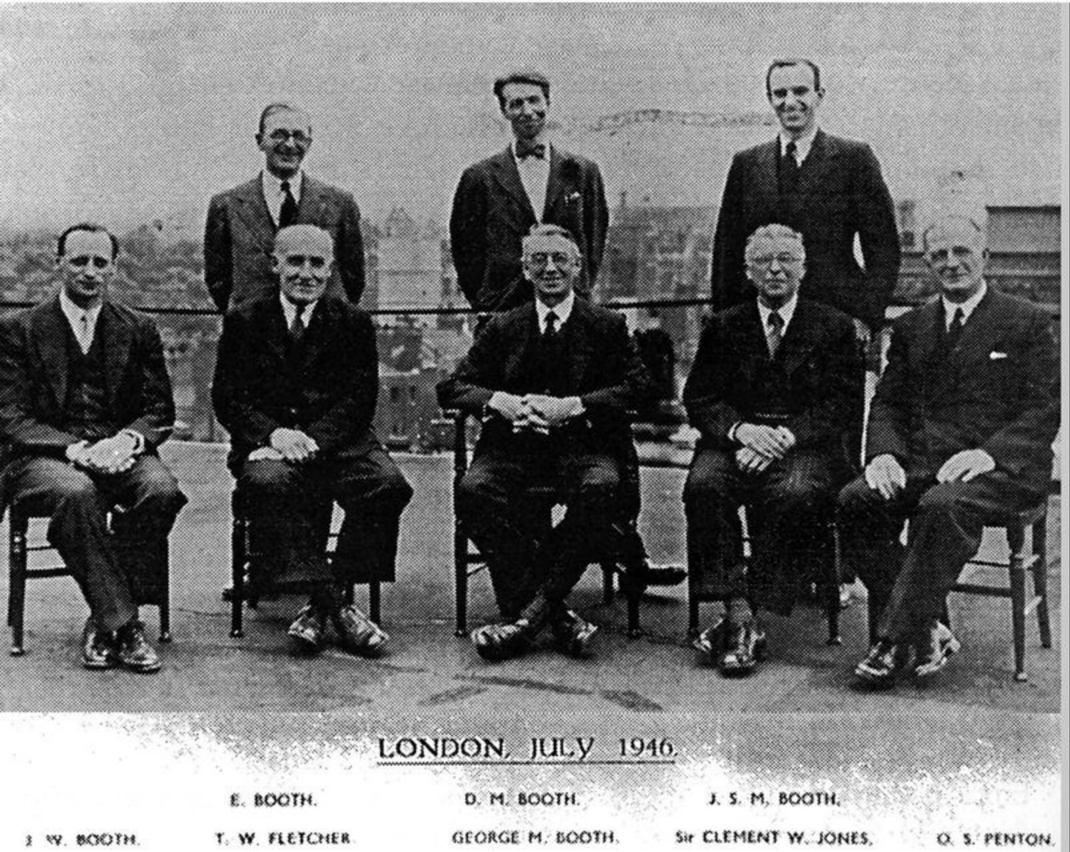
escassez de mão-de-obra, grande distância dos centros de comercialização, não teve condições de acompanhar o crescimento da demanda internacional. Criada a escassez, pela impossibilidade de expandir a produção regional, o mercado reagiu por meio dos altos preços alcançados pelo produto nos principais países e praças consumidoras. Os altos preços e a demanda não satisfeita das indústrias de artefatos de borracha estimularam o surgimento da heveicultura asiática, que iria dominar a oferta mundial a partir do final da segunda década deste século.

As companhias inglesas e de outros países que tinham feito grandes inversões na Amazônia perderam o interesse na região e deixaram de prover a manutenção dos serviços públicos de que eram concessionárias. Não se fizeram, desde então, mais novos investimentos em portos, navegação, energia, telefone, transporte urbano, comunicação, saneamento básico e, assim, essas empresas entraram em decadência, aguardando o vencimento de suas concessões ou simplesmente as entregaram aos governos estaduais ou ao governo federal, quando não foram encampadas ou desapropriadas pela administração pública.

A depressão dos anos 20 e 30 foi tão avassaladora que, praticamente, inviabilizou a continuidade da prestação dos serviços em função dos contínuos déficits e prejuízos dos seus balanços. Muitas outras empresas que haviam sido fundadas, nesse período, não chegaram a operar na Amazônia, pois, criadas no tempo do *boom*, sentiram a frustração de suas intenções quando a crise chegou.

Assim, os ingleses, os europeus e os americanos se retiraram da região, após muito terem contribuído para a montagem e implantação dos serviços de infraestrutura econômica, que foram fundamentais para que a Amazônia se tornasse um centro produtor de borracha e participasse, intensamente, do intercâmbio comercial com os principais países da Europa e dos Estados Unidos.

Depois do tempo dos ingleses cairia sobre a Amazônia uma longa noite de crise e depressão que iria durar muitas décadas, até que a região encontrasse uma nova base econômica e cadeia produtiva para poder atrair capitais, investimentos e empresas em outros tempos.



Os cincos irmãos Booth, segunda geração de sucessores do grupo inglês comandado por Alfred, Charles e George Booth que atuaram como grandes empreendedores e investidores na Amazônia durante o ciclo da borracha – Booth Steamship Co. (navegação de longo curso), Manáos Harbour Ltd. (porto), Manáos Tramways and Light Co. Ltd. (luz, força e bondes). Foto acervo do Museu do Porto de Manaus.

Companhias e capitais ingleses e de outras origens

É numerosa a lista dos empreendimentos britânicos, europeus e norte-americanos, na Amazônia, durante o ciclo da borracha. Esses investimentos foram responsáveis pela montagem da infraestrutura econômica de serviços públicos básicos, como portos, navegação, transporte urbano, comunicação, energia, saneamento, que permitiram a criação dos pré-requisitos fundamentais para ensejar um maior desenvolvimento e bem-estar das populações.

A seguir, listamos diversas companhias estrangeiras que participaram, intensamente, com os seus capitais, *expertise* e tecnologia durante a fase expancionista do período áureo da borracha e nos anos subsequentes da crise. A maioria delas operara, com eficiência, prestando bons serviços, durante longos anos, mesmo após a depressão quando se tornaram deficitárias e decadentes e foram, ao final, encampadas ou desapropriadas pelo governo brasileiro. Muitas das companhias listadas foram fundadas durante o período de euforia, mas não chegaram a ser montadas nem operacionalizadas, pois os empreendimentos visados – como colonização e agricultura – se tornaram inviáveis ou simplesmente seus acionistas e diretores preferiram cancelar os seus registros com receio do insucesso e da falência prevista, em face do grande sucesso alcançado pela heveicultura asiática. Todas merecem ser citadas, pois esses investimentos, mesmo quando apenas programados, atestam o interesse mundial despertado pela região amazônica durante breve período, propiciado pela grande demanda e altos preços alcançados pela borracha em todos os mercados.

Eis a relação de algumas empresas inglesas, francesas, belgas, norte-americanas e outras origens, fundadas ou que foram estabelecidas com o objetivo de operar na região, ou que tinham filiais em Belém e Manaus.

Empresas inglesas e de outras origens fundadas e que operaram na Amazônia durante o ciclo da borracha

Nome	Ano Fundação	Capital Registrado	Finalidade	País Origem
1) Cia. Gás do Pará	1866	£ 250.00	Gás	U.K
2) The Amazon Steamship Navagton Co.	1872	£ 625.00	Navegação interior	U.K
3) National Bolivian Navigation Co. (fundada pelo coronel Church)	1872	£ 108.228	Navegação Madeira-Mamoré c/canalização do trecho das cachoeiras	U.K
4) The Pará Central Sugar Factory Ltd.	1885		Indústria de açúcar	U.K
5) The Pará Transportation and Trading	1888	US$ 7.000.000	Transp. e comércio	U.S.
6) Cie. D'Entreprises Eletric du Pará	1889	FB 2.500.000	Iluminação	Bélgica
7) General Rubber Co. of Brazil subsidiária de U. S Rubber Co.	-		Comércio Borracha	U.S
8) Manáos Railway Co.	1895		Primeiro contrato de bondes elétricos de Manaus	U.K.
9) The Amazon Telegraph Co. Ltd.	1895		Comunicação	U.K.
10) The Manáos Electric Lighting Co.	1895		Primeira concessionária de iluminação elétrica de Manaus	U.K
11) Cie des Caoutchous du Mato Grosso	1898	F.B 1.000.000	Borracha	Bélgica
12) The Amazonas Rubber States Ltd.	1899	£ 300.000	Seringais	U.K.
13) The Brazian Rubber Trust	1901	£ 37.500	Seringais	U.K.
14) London and Brazilian Bank Ltd. (Surcursais em Belém e Manaus)	1901	–	Banco	U.K
15) London and Riverplate Bank Ltd. (Sucursais em Belém e Manaus)	1901		Banco	U.K.
16) Bolivian Syndicate	1901	£ 500.000	Arrendimento das terras do Oriente Boliviano, depois incorporadas ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis de 1903 (atual Estado do Acre)	U.S
17) Manáos Harbour Ltd. (Grupo inglês Booth)	1902	£ 500.000	Porto de Manaus	U.K
18) Amazon Wirelles				

Telegraph/Telephon	1903		Comunicação	U.K
19) Pará Electric Railways and Lighting Co.	1905	....	Trans. urbano/iluminação	U.K.
20) Manáos Improvement Ltd.	1906	£ 800.000	Água e esgoto de Manaus	U.K
21) Port of Pará	1906	US$ 32.500.000	Porto de Belém	U.S
22) The Sears Pará Rubber Co.	1906	US$ 32.500.000	Borracha	U.S
23) Madeira Mamoré Railway Co.	1906			
(acionista principal Percival Farquhar, sucessor do antigo projeto do coronel Church	1907	US$ 11.000.000	Estrada de Ferro ligando Porto Velho a Guajará-Mirim (368 km), iniciada em 1907 e concluída em 1912	U.S.
24) Cie Agricole et Commerciale du Bas Amazone	1907	FF 500.000	Borracha e cacau	França
25) Pará Telephone Co. Ltd.	1909	£ 62.000	Comunicação	U.K.
26) The Manáos Tramways and Light Co. (Grupo Booth)	1909	£ 300.000	Força, luz e bondes	U.K.
27) Suarez, Hermanos & Co. Ltd.	1909	£ 750.000	Seringais rio Beni (Bolívia)	U.K
28) Societé des Abattoirs du Pará	1910	FF 5.000.000	Matadouro Maguari	França
29) The Manáos Markets and Slaughter-house Ltd.	1910		Mercado público/matadouro	U.K.
30) Municipality of Pará Improvement Ltd.	1910	£ 400.000	Serviços urbanos	U.K
31) Envira Estates Ltd. (concessão Aramayo)	1910	£ 85.000	Seringais rio Envira	U.S.
32) River Acre Rubber and Finance Ltd.	1910	£ 20.000	Seringais rio Acre	U.K.
33) Pará Island Rubber States Ltd.	1910	£ 125.000	Seringais em Marajó	U.K.
34) British Amazon Rubber Estates Ltd.	1910	£ 400.000	Seringais	U.K.
35) Javary Rubber Estates Ltd.	1910	£ 350.000	Seringais	U.K.
36) The Alves Braga Rubber Estates and Trading Co. Ltd.	1910	£ 444.000	Seringais	U.K.
37) The Amazon River Steam Navigation (Grupo Percival Farquar da Port of Pará/Madeira Mamoré Railway)	1911	£ 300.000	Navegação interior	U.S.

38) Madeira Mamoré Trading Co. (empresa do Grupo Madeira Mamoré Railway)	1911	-	Exploração seringais em Guajará-Mirim/Bolívia	U.S
39) Guaparé Rubber Co. (empresa do grupo Madeira Mamoré Railway)	1911	-	Exploração seringais em Guajará-Mirim	U.S.
40) Julio Müller Rubber Estates (empresas do Grupo Madeira Mamoré Railway)	1911		Exploração seringais no rio Abunã	U.S.
41) Amazonas Engincering Co. Ltd.	1912	£ 50.000	Estaleiros e oficinas navais	U.K.
42) Amazon Land and Colonization Co.	1912	US$ 10.000.000	Colonização	U.S
43) The Moju Rubber Plantations and Development Co.	1912	US$ 250.000	Heveicultura	U.S
44) Brazil Development and Colonization	1912		Seringais/colonização	–
45) Vila Nova Rubber Estates Development	1912		Seringais/colonização	
46) North of Brazil Finance and Development	1912		Seringais/colonização	–
47) The Amazon Valley Development Co.	1913	£ 100.000	Colonização	U.K.
48) Cia. Ford Industrial do Brasil	1927	Rs 8.000:000$000	Heveicultura (Belterra)	U.S
49) Amazon Kogyo Kabushi Kaisha	1928	¥ 250.000	Agricultura	Japão
50) Cia. Nipônica de Plantações do Brasil	1929		Agricultura pimenta	Japão
51) The Amazon Corporation	1930		Recursos minerais	U.S.
52) Canadian Amazon Co. Ltd.	1930		Recursos minerais	Canadá
53) American Brazilian Exploration Corp	1930		Recursos minerais	U.S.
54) Companhia Industrial Amazonense	1929		Agricultura juta	Japão
55) Rubber Development Corp (RDC) (Acordos de Washington)	1942		Reativação seringais	U.S.
56) Amazon Royal Mail Steamship Co. Ltd. (6 viagens/ano à Europa e introdução de 100 imigrantes/ano) (de Alexandre Paulo de Brito Amorim)	1874	£ 100.000	Navegação longo curso	UK/Brasil
57) Amazon Tug & Lighterag e Co. Ltd.	1879		Navegação longo curso	UK/Brasil

58) Booth Steamship Co. (Grupo Alfred Booth) (Agências em Belém e Manaus)	1881	£ 1.000.000	Navegação longo curso	UK
59) Red Cross Line Agências em Belém e Manaus–Singllehurs Blocklehust Co. Ltd.	1877		Navegação longo curso	U.K
60) Hamburg Amerika Line (Agências em Belém e Manaus)			Navegação longo curso	Alemanha
61) Ligure Brasiliana (do deputado Gustavo Gavotti) (Agências em Belém e Manaus)	1896		Navegação longo curso	Itália

FONTES: Roberto Santos, *História Econômica da Amazônia*, S. Paulo: Edição T. A. Queiroz, 1980.
- Ernesto Cruz, *História do Pará*. Belém: Imprensa Universitária, 1963.
- Oliver Onody, *Quelques aspcts historiques des capitaux étrangers au Brésil*. Paris, 1973, citado por Roberto Santos.
- Revistas da Associação Comercial do Amazonas, *Revista 1906/1919*. Manaus.
- Antonio Loureiro, *A grande crise*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1985.
- Antonio Loureiro, *O Amazonas na Época Imperial*. Manaus, 1989.
- Manuel Rodrigues Ferreira, *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1987.
- Arthur C. F. Reis, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Samuel Benchimol, *Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1966.
- Samuel Benchimol, *Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

Se formos computar todos os investimentos das companhias estrangeiras, concessionárias de serviços públicos, de portos, docas, armazéns, navegação fluvial e de longo curso, estaleiros e carretas navais, luz, água, esgoto, telefone, telégrafo, bondes e estradas de ferro, que exigiram grandes investimentos do exterior – podemos calcular que, durante e após o período áureo da borracha, devem ter sido investidos capitais ingleses, franceses, americanos, da ordem de US$ 2 bilhões em moeda corrente de hoje. Foi um considerável investimento e apoio ao desenvolvimento da infraestrutura regional, que possibilitou a Amazônia inserir-se nos quadros da economia internacional, colocando os seus produtos nos países importadores. Tais investimentos só foram possíveis graças aos elevados preços alcançados pelo monopólio natural da borracha amazônica nos mercados mundiais. Muitos desses investimentos não foram amortizados, dado o período curto de prosperidade da borracha, quando esses serviços entraram em decadência, de vez que a população perdeu o seu poder de compra para pagar o custo real desses serviços. A grande maioria, ou a totalidade dessas empresas acabou sendo desapropriada, vendida ao governo para pagamento a perder de vista, ou simplesmente abandonada como sucata.

É preciso desmistificar a ideia de que o período áureo da borracha foi um tempo de aventura, desperdício e pilhagem de recursos naturais. Esses grandes investimentos das concessionárias estrangeiras, no valor de dois bilhões de dólares atuais, e mais o gigantesco esforço do empresariado privado nacional na organização dos seringais, abertura de *estradas de seringa e colocações de trabalhadores*, compra de frota de navios e criação de bases e linhas logísticas de suprimento e transporte, rede bancária e de serviços, que estimulamos em cerca de um bilhão de dólares atuais, representaram um investimento global aproximado de três bilhões de dólares de capital externo e de capital nacional da iniciativa privada. Os anos áureos da borracha foram tempos de duro labor, trabalho e sacrifício. Essa época, comumente, associada à imagem do desperdício, champagne e caviar, deve ser substituída por um referencial de muito trabalho e investimento.

A revolução britânica da heveicultura na Ásia e a fracassada contrarrevolução amazônica

La Condamine, em 1745, apresentou à Academia de Ciências de Paris o seu *Relatório abreviado de uma viagem feita ao interior da América Meridional*, no qual revela que os índios Omáguas do Solimões davam o nome de *caú-uchu* a uma resina tirada da árvore Hyevé. François Fresneau, em 1745, sugeriu que o novo material *caoutchou* poderia ser usado para impermeabilizar mantos, tecidos e botas, pois jamais a umidade se faria sentir nas pernas ou nos pés. Em 1783, Alexandre Rodrigues Ferreira, na sua *Memória sobre os gentios cambebas*, relata que esses índios fabricavam a célebre goma ou resina elástica, chamada leite de seringa, para fazer botas, sapatos, chapéus, vestidos e tudo que é impenetrável pela água.

Hancock, em 1820, monta a primeira fábrica de artefatos de borracha, pois nessa época os fabricantes de sapato mandavam de Boston os sapatos para serem impermeabilizados no Pará (SANTOS, 1980: 45). Charles Goodyear, em 1839, descobre o processo de vulcanização, misturando borracha com enxofre a uma temperatura elevada que a tornava mais estável. Em 1888, Dunlop descobre o pneumático para bicicleta, que logo foi aperfeiçoado pelos irmãos Michelin em 1895.

Pouco antes, em 1876, Henry Alexander Wickman largava de Belém, a bordo do navio *Amazonas*, no dia 29 de maio de 1876, levando 70.000 sementes da *Hevea brasiliensis*, colhidas em Santarém e remetidas para o Jardim Botânico Kew Gardens, em Londres, das quais germinaram apenas 2.397. De Kew Gardens as pequenas plantas foram expedidas em agosto de 1876 para o Ceilão e distribuídas para os Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda para aclimatização. No ano seguinte procedia-se a sementeira em Cingapura e daí para Perak no norte da Península e para os Estados Federados Malaios e Malaca em 1895 (ARTHUR REIS, 1953: 68).

A demanda industrial de borracha adquiriu extraordinário impulso nos Estados Unidos e na Europa, com a instalação de inúmeras fábricas de pneumáticos e artefatos de látex: a B. F. Goodrich

Co. foi fundada em 1870, a United States Rubber Co. em 1892, a Goodyear Tire and Rubber Co. em 1898, a Firestone Tire and Rubber Co. em 1900, nos Estados Unidos. Na Inglaterra surgiu a Dunlop Rubber Co., em Dublin, em 1885. Na Itália, criou-se a Società Italiana Pirelli. Desse modo consolidou-se o cartel dos grandes fabricantes de pneumático e artigos de borracha que haveriam de dominar o mercado de borracha durante muitas décadas.

Para atender a essa explosiva demanda industrial, o máximo oferecido para o consumo mundial pela borracha silvestre amazônica foi 42.286 toneladas em 1912 e, mesmo assim, porque nessa quantidade estava incluída, também, a borracha de procedência boliviana e peruana. A demanda mundial, nesse ano, já era de 103.740 toneladas, cujo déficit foi coberto pela borracha de procedência africana e asiática.

A forte elevação de preços, em consequência dessa acelerada demanda, repercutiu nas Bolsas de Londres e New York, tendo a cotação média/ano saltado de 275,5 libras/t em 1900 para 655 libras/t em 1910. Em libras esterlinas correntes de 1992 equivaliam a uma elevação de 14.618 libras para 33.594 libras esterlinas por tonelada, ou seja, um salto de 14,6 libras por quilo, no ano de 1900, para preço médio de 33,5 libras/quilo em 1910. O preço máximo foi atingido no dia 10 de abril desse ano, quando o pregão da Bolsa de Londres anunciou a cotação de 21 shillings e 6 pences (cerca de um guinéu inglês antigo) por libra-peso, equivalente a 120 esterlinos ou 180 dólares americanos, por quilo, a preços correntes de 1992. Esta forte alta de preços estimulou a aplicação de grandes capitais ingleses, holandeses, belgas e franceses no sudeste asiático, para onde a hévea havia sido transplantada desde os tempos da emigração das sementes levadas por Henry Wickman em 1876.

De janeiro a julho de 1909, vinte e três empresas, totalizando capital de 1.850.000 libras esterlinas da época (cerca de 95 milhões de libras esterlinas de hoje), investiram em seringais de plantação no sudeste asiático. De fevereiro a março de 1910 já eram 101 empresas incorporadas em Londres, com capital de 11.474.010 libras esterlinas (algo como 588 milhões de libras esterlinas atuais) para iniciarem suas grandes plantações das Índias holandesas, Estados Malaios Federados, Ceilão, sul da Índia, Java, Bornéu, Filipinas e

outras colônias britânicas, holandesas e francesas no sudeste asiático. Em 1911 afirmava-se que haviam sido feitos investimentos de 70 milhões de libras esterlinas na heveicultura asiática (LOUREIRO, Antonio, 1986: 83-84), correspondente a 3,6 bilhões de libras esterlinas correntes.

Esses vultosos capitais tiveram rápido êxito, pois a área plantada do Oriente subiu de 53.420 hectares em 1905 para 3.587.400 ha em 1940, conforme se vê no quadro abaixo publicado por Cássio Fonseca, *A Economia da Borracha*, 1950: 28:

PLANTAÇÕES DE BORRACHA NA ÁSIA – 1905-1940 (1.000 HECTARES)

ANO	MALÁSIA	CEILÃO	ÍNDIA E BIRMÂNIA	BORNÉU	INDOCHINA	ÍNDIAS HOLANDESAS	SIÃO	TOTAL
1905	18,61	26.71	2,83	2,02	–	3,24	–	53,42
1910	218,93	104,41	20,23	17,00	3,64	97,13	0,40	461,74
1915	522,04	128,81	43,71	27,11	17,40	280,85	4,05	1.016,96
1920	882,61	475,23	50,18	52,61	30,35	543,48	11,33	1.745,79
1925	978,11	183,00	53,82	67,58	46,54	748,66	32,37	2.116,07
1940	1.408,69	258,59	99,96	150,95	134,44	1.365,18	169,66	3.587,47

Fonte: Cássio Fonseca, *A Economia da Borracha*. Rio de Janeiro, 1950: 28.
Obs: As plantações dos holandeses totalizavam, em 1940, 634.120 hectares em grandes plantações, e 731.060 hectares em pequenas plantações da população nativa.

A revolução inglesa da heveicultura, na Ásia, havia sido implementada por 407 companhias plantadoras e 231 firmas individuais. Estas empresas estavam associadas à Rubber Growers Association, que se dedicava ao estudo e combate de problemas fitossanitários das plantações e possuía um número apreciável de químicos, micólogos, agrônomos e engenheiros consultores, dispondo de laboratórios, instalações e campos de exploração, conforme o texto de Roberto Santos (1980: 237). Esta Associação chegou a oferecer, em 1918, mais de 107:000$000 (equivalente hoje a US$ 209,396) a quem sugerisse, em concurso público, as melhores ideias de desenvolver as aplicações da borracha (R. SANTOS, idem).

O resultado dessa revolução agrícola da heveicultura asiática redundou numa espansão considerável de sua capacidade produtiva para atender a demanda mundial, que foi ainda mais acelerada

com a difusão do uso do automóvel na segunda e terceira décadas deste século. Em contraste, a produção silvestre da Amazônia foi incapaz de aumentar a sua produção, pois a queda de preços, a partir de 1911, provocou o fechamento dos seringais e o êxodo da população interiorana pela impossibilidade de competir com os seringais plantados no sudeste asiático. O quadro, abaixo, da Sudhevea de 1970, ilustra bem o declínio da borracha amazônica e a ascensão e hegemonia da heveicultura asiática.

PRODUÇÃO DA BORRACHA AMAZÔNICA E ASIÁTICA – 1900-1919 (EM TONELADAS)

ANO	AMAZÔNIA	ÁSIA	PREÇOS MÉDIO EM LONDRES LIBRAS ESTERLINAS
1900	26.750	3	275,5
1901	30.290	4	248,0
1902	28.700	7	248,0
1903	31.095	19	275,6
1904	30.650	41	303,1
1905	35.000	171	330,7
1906	36.000	615	647,6
1907	38.000	1.323	509,8
1908	38.860	2.014	484,6
1909	42.000	3.685	780,8
1910	40.800	8.753	964,5
1911	37.730	15.800	601,7
1912	43.370	28.194	523,6
1913	39.560	47.618	333,0
1914	36.700	71.380	252,6
1915	37.220	107.867	275,6
1916	37.000	152.650	314,6
1917	39.370	204.251	310,6
1918	30.700	200.950	245,2
1919	34.285	381.860	227,4

Fonte: Superintendência da Borracha – Sudhevea – Anuário Estatístico, 1970.
Obs: Para a produção regional usaram-se os dados de Le Cointe – *L'Amazonie Brésilienne* (SANTOS, 1980: 236).

Em 1995, a produção dos seringais asiáticos atingiu 5.789.000 toneladas, assim distribuídas:

Tailândia (antigo Sião)	1.786.000	t
Indonésia	1.420.000	t
Malásia	1.084.700	t
Índia	499.900	t
China	360.000	t
Sri Lanka (antigo Ceilão)	103.300	t
Outros	535.100	t
Total Ásia	5.789.000	t

O quadro acima bem revela a magnitude da crise que tivemos de enfrentar, pois enquanto a Amazônia continuava a produzir borracha, utilizando métodos primitivos, os países asiáticos, sob a liderança da Inglaterra e outros países europeus, conseguiram domesticar a seringueira silvestre amazônica, realizando na Ásia uma verdadeira revolução tecnológica por intermédio da heveicultura racional.

Muitos líderes e empresários da Amazônia daquela época, como o comendador-aviador Armindo da Fonseca, em artigos publicados no *Jornal do Comércio* de Manaus, faziam pouco caso dessas plantações, acreditando que a borracha amazônica era, ainda, a *rainha das borrachas* pelas suas inimitáveis qualidades, resultantes do processo indígena de defumação, que lhe iria assegurar a vitória final nessa batalha contra a empresa heveicultora-capitalista do sudeste asiático. Ele e outros asseguravam a próxima decadência e falência desses seringais, cujo produto de inferior qualidade haveria de ser rejeitado pelos industriais de pneumáticos, dada a superioridade da borracha fina dos nossos altos rios, coagulada e defumada com as sementes de ouricuri.

O próprio Governo do Estado do Amazonas crente, também, que essa crise era passageira e que, ao final, iria prevalecer a superioridade de qualidade da nossa borracha fina, graças ao processo indígena de defumação defendido pelo Dr. Carlos Chauvin, proibiu, por decreto, em 8 de dezembro de 1913, a *exportação de sementes ou mudas vegetais de ouricuri, inajá, tucumã e todas as*

palmeiras da mesma natureza, ou que se prestassem à defumação de borracha, bem como sementes de guaraná, sob pena de multa de dez contos de réis (10:000$000), que será cobrada mediante a ação executiva em vigor.

Esses dez contos de réis de multa eram equivalentes a 664 libras esterlinas de 1913, e a 32.876 libras esterlinas ou US$ 49,315 de hoje. Temia-se que surgisse um novo Wickman para roubar o nosso único trunfo, que assegurava a supremacia máxima de nossa borracha fina defumada com as virtudes mágicas das sementes de ouricuri, aliás o Dr. Carlos Chauvin também participava desse ponto de vista, quando no seu artigo publicado na *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, n.° 73, de 10/7/1914, reiterava a sua posição de defesa do processo indígena de defumação:

> *No Congresso Comercial Agrícola de 1910 fui o mais audaz defensor do processo indígena de defumação, condenando o snobismo nacional... Este processo indígena, mantido em nossos seringais é até agora insubstituível. Todos os outros systhemas chimicos e mechanicos de coagulação do latex apresentados não têm produzido o menor resultado favorável e simplesmente têm servido para sobresahir as vantagens claras da defumação. O nosso corte é também o melhor e não tardará o dia em que o vejamos adotado pelos nossos competidores do Oriente, já convencidos da inocuidade de suas innovações. A victoria da borracha defumada foi realmente tão vibrante que os seringais de plantação procuram adotar os nossos systhemas, tantas vezes chamados de primitivo por nossos escritores.*

O próprio governador do Pará, Dr. Augusto Montenegro, também, acreditava nas virtudes *mágicas* e insuperáveis de nossa borracha, daí porque *não precisávamos nos preocupar com as plantações da Ásia, devendo ignorar por completo esses seringais*. Dizia ele textualmente, em 1910:

Não precisamos nos preocupar com as plantações de borracha que surgiram na Ásia. As condições climatéricas, especiais, do Vale Amazônico, o novo sistema de beneficiamento do nosso produto, que atualmente está sendo aplicado com tanto êxito às nossas colheitas da Hévea, as imensas extensões de nossas regiões seringueiras, algumas ainda inexploradas, e, finalmente, as inúmeras necessidades da indústria moderna, nos permitem fazer pouco caso do que os outros estão realizando no mesmo setor: Com efeito, se não considerássemos um dever acompanhar as descobertas científicas relacionadas com a borracha da Índia, poderíamos, perfeitamente, ignorar por completo as plantações estrangeiras.

A base cultural e psicológica dessa filosofia imobilista, que acabou por prevalecer, pode ser explicada como: 1) uma forma alternativa compensadora de frustração para enfrentar o desafio tecnológico; 2) mecanismo de fuga à realidade mediante apelo às virtudes mágicas do produto nativo; 3) incapacidade técnica de uma economia empírica que não criou uma estrutura social estável e nem recursos necessários para formar os quadros técnicos responsáveis por soluções racionais; 4) tentativa de sobrevivência e autopreservação do *status quo* tradicional do sistema, a despeito do envelhecimento da estrutura dominante.

Essa crença mística nos poderes sobrenaturais da borracha amazônica constituía pois uma espécie de tábua de salvação, ou um acesso de ufanismo que permitia esconder, no fundo, a fatalidade e o pesadelo da crise. Estas atitudes de paroxismo, de exaltação de virtudes, geralmente ocorrem nas sociedades subdesenvolvidas, ao trocar a racionalidade da competição e da eficiência por poções miraculosas e salvadoras de uma situação próxima da extrema-unção. No caso, o processo indígena de defumação exprimia a milenar sabedoria que jamais poderia ser suplantada pelos processos modernos de produção. Houve, é claro, igualmente nessa época, espíritos, empresários e políticos que tinham a premonição do desastre e da derrota. Este quando chegou já era tarde demais, per-

dida a batalha da produção, em consequência de não nos termos preparado para atender à explosiva demanda do mercado internacional. O nosso monopólio extrativista da borracha silvestre chegara ao fim.

Não se deve omitir, todavia, que diversas tentativas foram feitas, no âmbito regional e nacional, para reverter essa situação dramática do anacronismo de nossa exploração da borracha silvestre para substituição por processos modernos e competitivos da heveicultura racional. O próprio Dr. Carlos Chauvin, um dos ilustres homens do seu tempo e de quem me recordo, com gratidão, porque foi ele quem me ensinou a jogar xadrez, no porão de sua casa da Rua Saldanha Marinho, apresentou uma tese no Congresso Comercial, Industrial e Agrícola que era, sem dúvida, o caminho mais inteligente para vencer a crise e melhorar a produtividade dos seringais: o *'enriquecimento' dos seringais nativos mediante adensamento e plantio de seringueiras ao longo das estradas dos extratores de forma que esse pudesse trabalhar não com 150 'madeiras'* mas o dobro ou o triplo de seringueiras, aumentando assim o número de árvores sangradas e a produtividade de seu labor.

Este *enriquecimento* tinha grande vantagem pois não alterava o ecossistema florestal seringueiro, já que se procurava apenas aumentar o número de seringueiras no próprio hábitat. De outro lado, também esse método evitaria o perigo da monocultura extrativa dos seringais homogêneos e geométricos, pois que poderiam ser vítimas do ataque de pragas e fungos, como posteriormente se verificou nessas plantações com o surgimento do *Microcyclos ulei*, mal-das-folhas, do "declínio" e envelhecimento precoce, que acabaram por destruir os seringais plantados de Fordlândia, Belterra, dos Programas ETA-54 e do Probor I, II e III. O professor Chauvin assim defendia a sua tese, que vai a seguir transcrita:

> *Nas condições atuais de exploração dos nossos seringais, a produção está reduzida ao mínimo, devido o produtor viver isolado e as altas despesas de sua exploração. Em tais condições as providências corretas seriam acrescentar seringueiras novas às estradas já existentes, mediante o plantio que o próprio*

extrator se encarregaria de fazer. Assim se aumentaria a capacidade produtiva do trabalhador e o rendimento do capital. Deste modo, as árvores novas de seringas seriam plantadas nas estradas já existentes protegidas pela floresta para que não sofressem avarias.

O plantio de grandes seringais talvez seja impossível na epocha presente, nada entretanto impedirá que se refaçam os antigos para que a mesma área venha a conter maior número de árvores produtivas. Nessas estradas onde atualmente existem cento e vinte ou cento e cinquenta madeiras poderão dentro de poucos annos existir madeira para quatro, cinco ou mais estradas, o que faria attrahir novos imigrantes para os seringais.

Esta solução é clara, simples, precisa e intuitiva e não tem as complicações technicas e os fatigantes dados estatísticos e numéricos que estão acima do alcance de todo e qualquer auditório... É um verdadeiro ovo de Colombo!

Para completar esta solução poderia se plantar seringais nas proximidades dos portos alfandegados de Iquitos, Belém ou Manaus para desonerar o produto dos altos fretes e distâncias.

Portanto, devemos cuidar de augmentar a capacidade produtiva de cada seringueiro, sem descurar da qualidade da borracha produzida, melhora do corte e conservando o atual méthodo indígena produtivo e primitivo de defumação, cujo processo assegura a superioridade da borracha amazônica.

A palestra do major Carlos Chauvin, apresentada primeiro ao Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1910, foi pronunciada no Dia da Borracha, celebrado em 24 de julho de 1914, no Seringal-Mirim, plantado pelo empresário e pioneiro José Cláudio Mesquita, instituído pela Associação Comercial do Amazonas. Estavam presentes o governador do Estado, Dr. Jonathas Pedrosa, o superintendente de Manaus, Dorval Porto, o presidente da Associação Comercial do Amazonas Raphael Benoliel, o comendador José Cláudio Mesquita, o introdutor da faca amazônica para corte de seringa e a quem se deve essa plantação. A conferência do Dr. Carlos Chauvin pronunciada nessa ocasião tinha o título: “Como

aumentar a produção da borracha? Como melhorar a qualidade da borracha e baratear o custo de sua produção?".

De modo sincero, simples e despido de erudição e retórica, o Dr. Chauvin nos deu, naquela época, uma lição que perdura e é válida até os dias de hoje para todo e qualquer processo produtivo, que ainda se assenta sobre esse tripé: aumentar a produção, melhorando a sua qualidade e barateando o seu custo. Velhos nomes que os economistas de hoje traduzem por produtividade, qualidade total e competição global.

Adensar e enriquecer os seringais nativos e plantar seringueiras nas imediações de Manaus e Belém, sugeridos pelo Dr. Chauvin, que era diretor e consultor da Associação Comercial do Amazonas, deveriam ter sido os instrumentos de nossa contrarrevolução para enfrentar a concorrência asiática que, em 1912, tinha uma produção de borracha equivalente à quantidade saída dos seringais silvestres da Amazônia. Só que por detrás das plantações asiáticas havia todo um suporte botânico, agrícola, científico e tecnológico, desenvolvido pelos ingleses, responsáveis pelo sucesso da heveicultura no Oriente longínquo: os jardins botânicos de Kew Gardens de Londres, os campos experimentais de Peradenya e Heneratgoda do Ceilão, as sementeiras de Perak em Singapura e os canteiros Malaios e de Malaca. Toda uma infraestrutura científica, tecnológica e financeira, a princípio britânica e depois belga, francesa e holandesa foi posta a serviço da heveicultura asiática.

Os cincos milhões de toneladas de borracha, que hoje abastecem o mundo, provenientes dos seringais das grandes plantações, dos médios e pequenos seringais da Malásia, Indonésia, Sri Lanka (Ceilão), Índia, Tailândia e China são, assim, produtos de uma ciência e tecnologia voltadas para a silvicultura tropical. Esse domínio lhes assegurou a hegemonia dos mercados mundiais e foi a primeira prova experimental de que é possível fazer uma agrossilvicultura nos trópicos, desde que se conheça o funcionamento de seus ecossistemas e se desenvolva métodos agrícolas de manejo, cultivo, seleção, clonagem e produtividade. Métodos esses que, com nova roupagem e estilo, traduziam aquelas três regras simplórias do Dr.

Chauvin, anunciadas em 1910/1914: aumentar, melhorar e baratear a produção.

Não faltaram também, na época, advertências e conselhos como os do comendador José Cláudio Mesquita, pioneiro da heveicultura (Seringal-Mirim – modelo e demonstração) e o inventor e introdutor da faca amazônica de sangria, que aconselhava no seu artigo de 13/2/1914, no *Jornal do Comércio*, as vantagens do corte da seringueira em dias alternados. Dizia ele:

> *As explicações a seguir referem-se à experiência feita pelo signatário n'algumas seringueiras da estação experimental no Boulevard Amazonas, a cargo da Associação Comercial. A produção do látex em cada dia de corte alternado é equivalente à produtividade de dois dias de corte diário. A natureza tem mais tempo para manipular o produto, fazê-lo melhor e mais rico. Cortada em dias alternados sofre menos do que cortada diariamente. Sangrada em dias alternados prolonga o fábrico, por isso deve ter duas estradas: num dia trabalha numa e no dia seguinte na outra e desta maneira verá o seu fábrico duplicado.*

Esta história de revolução inglesa da heveicultura na Ásia e da contrarrevolução amazônica, que não houve, seria incompleta se não fizesse uma referência especial à riqueza e biodiversidade do mundo tropical. Esse mundo, há cinco séculos, tem sido o cenário de um amplo intercâmbio biogenético de plantas e animais que se cultivam, criam, transplantam, aclimatam e migram de um país para outro. Talvez essa solidariedade de inconsciente, ou compulsão mercantil pela inovação e luta pelos mercados mundiais sejam responsáveis por esse intenso processo de diversificação das cadeias e elos produtivos que ligam os povos tropicais. A biodiversidade, geodiversidade e similares de solo, água, clima, calor, ecossistema e biotas do mundo tropical, situado ao longo ou um pouco acima e abaixo do equador terrestre, entre os Trópicos de Câncer e Capricórnio, têm permitido que as trocas, escambos, descaminhos, contrabando, furto, ou qualquer outro nome que se queira atribuir, se realizem de modo intenso e extenso. Quase sempre esse intercâmbio se inscreve no lendário das estórias

heróicas de aventureiros, exploradores, viajantes disfarçados, colecionadores de orquídeas e flores, pesquisadores de ervas e plantas medicinais, cujas aventuras de migração, transplante e intercâmbio constituem parte do rico folclore agromercantil de centenas de espécies nativas do sul e sudeste asiático, da costa ou do centro africano, do litoral e do coração da América caribenha, andina e amazônica.

A transmigração da borracha amazônica para a Ásia pela aventura de Henry Wickman, de 1876, levando as sementes da seringa de Santarém para Londres, é apenas uma pequena amostra desse processo de migração e intercâmbio, que alguns denominam de biopirataria. É certo que nós, amazônidas, cultivamos no fundo do nosso emotivo e passional inconsciente o ressentimento e amargura desse evento, ao qual atribuímos a origem de nossa crise e de nossos males. Não foi só a borracha que foi transplantada do mundo tropical amazônico para diversos países e para o sudeste asiático. Outros produtos se inscrevem nessa lista: o cacau do México e da Amazônia; o milho dos astecas e dos incas; a batata da cordilheira andina; o tabaco dos índios sul-americanos; o abacaxi das Índias Ocidentais; o caju e a goiaba, do litoral brasileiro; o maracujá, a mandioca, a macaxeira, o açaí, o guaraná e a pupunha da Amazônia sul-americana; a grande variedade de milagrosas plantas medicinais como o quinino, a chinchona, a ipeca, o jaborandi, o capim-santo e tantas outras ervas, raízes e fármacos provenientes da biodiversidade amazônica e que, um dia, irão revolucionar a medicina e a biotecnologia do próximo século. Isto para não falar, também, na vingança indígena do trópico amazônico, centro e sul-americano, que disseminou no mundo o uso de suas drogas tóxicas e alucinógenas como tabaco ameríndio, a coca do trópico andino, a marijuana do México, o ipadu e o ayuasca da Amazônia, a maconha da América do Sul, que ameaçam destruir o corpo e a mente dos humanos d'aquém e d'além-mar.

Em contrapartida, a Amazônia brasileira e outros países da América tropical latina receberam, da mesma forma, desde longa data, imensa lista da contribuição de produtos, plantas e animais dos ecossistemas e das biotas tropicais das Ásias e das Áfricas: a manga, a jaca, a fruta-pão, os cítricos da Índia e da Oceania; o chá, da Índia; o café, da Arábia e da África, o arroz, da Tailândia; a ca-

na-de-açúcar, de Cabo Verde e do sul asiático; o gengibre asiático, o inhame e os capins africanos; o tamarindo, do Senegal (a sua capital Dacar relembra o nome nativo dessa planta); o cravo, canela, cominho, noz-moscada, baunilha, da costa de Malabar, Java, Índia e ilhas do oceano Índico; a banana, da Indochina; o coco, da Melanésia e Polinésia; o dendê e óleo de palma, da África e da Malásia; a pimenta-do-reino, de Cingapura; a juta, do Paquistão e da Índia; o mamão-papaia, do Havaí; o limão, do Taiti; o eucalipto, da Austrália; o pinheiro, de Honduras; a gmelínea arbórea, das Áfricas e Ásias. No reino dos animais, as migrações da biota africana, asiática e da Oceania para o restante do mundo têm, também, sido extremamente úteis e numerosas: o cavalo, das Arábias; o burro, as bestas e as cabras, da África e Ásia; o porco domesticado, na China, por volta do ano 2900 antes de Cristo; o búfalo e o zebu, do Ganges e da Ásia; a galinha, de Angola e das Áfricas.

Ainda não se falava em *globalização* e *mundialização*, porém, esse fenômeno já existia e era intensamente praticado no campo do intercâmbio biótico e genético, pois os produtos da flora e da fauna tropical sofreram intenso processo de transplante e migração entre continentes e países, a partir dos séculos XV e XVI, durante e após o ciclo dos grandes descobrimentos. Os colonizadores portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, belgas e holandeses tiveram papel importante na difusão e propagação dos produtos tropicais entre os povos e países da Ásia, Oceania, África e América. Troca e intercâmbio, que muito contribuíram para ajudar os países tropicais a enriquecer e buscar alternativas de desenvolvimento, graças ao seu diversificado patrimônio biológico e genético e pela aclimatação de novas espécies e cultivares de híbridos mais produtivos e resistentes às pragas.

Não há por que condenar Wickman por haver levado, em 1876, as 70.000 sementes de seringa da Amazônia para a Inglaterra. Em contrapartida, a Amazônia ainda hoje se beneficia desse intercâmbio por intermédio da pimenta-do-reino, da juta, da acerola, do mamão, da manga, do coco, do dendê, do búfalo, do burro, da galinha e de tantos outros produtos exógenos que, pelos contos e lendas dos aventureiros e "trapalhões" da biota, vieram

contribuir para o desenvolvimento da Amazônia e do restante do mundo tropical. A saga dos transplantes inclui a façanha de Wickman no disfarce das sementes de seringa como se fossem pacotes de orquídeas e a aventura de Francisco de Mello Palheta que, para obter os tenros pés de café, teve de conquistar a mulher do governador de Orbigny, de Cayena, de quem se tornou amante para poder esconder as plantinhas da rubiácea que trouxe para as plantações do Pará e Amazonas e que depois daqui migraram para o Vale Fluminense, Parnaíba, São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Isto explica, mas não justifica. Porque, mesmo na Amazônia de hoje, o povo ainda não esqueceu, nem esquecerá a pirataria de Wickman. Como, também, não conseguiu superar o trauma do transplante e a migração do cacau e café, da Amazônia para a Bahia e São Paulo, e mais recentemente do nosso guaraná, de Maués para as terras de Jorge Amado, do palmito da pupunha, para a Costa Rica e para o Vale do Ribeira, e de nossa *Hevea brasiliensis*, para Presidente Prudente, São José do Rio Preto e sul da Bahia.

Este último episódio na história das migrações das plantas amazônicas para São Paulo merece destaque à parte, pois o lema antigo de que "São Paulo é café e o Amazonas é borracha" foi há muito superado. Pior do que o *vexame* de Wickman com os seus parceiros ingleses e asiáticos é o atual sucesso do transplante da hévea amazônica para os seringais paulistas, pois São Paulo tornou-se o primeiro Estado produtor de borracha *in natura*, conforme se verifica no seguinte quadro estatístico do ano de 1994:

OS NÚMEROS DA PRODUÇÃO DE BORRACHA NATURAL NO BRASIL (EM TONELADAS)

São Paulo	7.000
Mato Grosso	3.900
Bahia	3.882
Amazonas	3.400
Rondônia	3.400
Acre	2.621
Pará	1.600
Outros	438
Total	**26.241**

Fonte: Agrifolha, *Folha de S.Paulo*, edição de 25/1/1994.

Para um consumo brasileiro de 107.865 toneladas por ano, o país produziu apenas 26.181 toneladas e importou da Malásia, Indonésia, Tailândia e agora até da China 81.504 toneladas por ano, a custo superior a US$ 100 milhões.

A Amazônia iria sofrer, mais recentemente, uma segunda derrota diante da ciência e da tecnologia da agrossilvicultura tropical, desta vez dentro do nosso país. Os nossos cientistas, ecólogos, botânicos, agrônomos e fitopatologistas foram incapazes de desenvolver na Amazônia um clone de seringueira resistente ao *Microcyclus ulei* e *mal de declínio*, pragas que destroem e matam as seringueiras de cultivo. Essa incapacidade e incompetência da ciência nacional foram superadas com a descoberta de zonas de escape, onde o mal-das-folhas não se manifesta. Para essas zonas de imunidade, diga-se Bahia, São Paulo, Mato Grosso, as seringueiras migraram da Amazônia, que não é mais o hábitat privilegiado da *Hevea brasiliensis*. Os projetos ETA-54 sob o patrocínio do Instituto Agronômico do Norte e os Programas do Probor I, II e III da Sudhevea foram incapazes de resolver o problema da heveicultura por lhe faltarem ciência, tecnologia e infraestrutura botânica e fitopatológica para criar um clone de grande resistência e alta produtividade, a despeito de possuirmos mais de vinte espécies nativas da hévea, provenientes do nosso patrimônio genético biodiversificado.

Nesses projetos federais foram dispendidos e desperdiçados mais de um bilhão de dólares, porque os empresários que a eles aderiram não receberam o apoio botânico e fitopatológico. Um atestado de nossa incapacidade de criar um centro experimental de dimensão adequada para testar e aprovar o tipo de seringueira adaptável ao ecossistema amazônico. O resultado é que perdemos mais uma oportunidade de realizar na região um projeto alternativo que nos permitisse criar uma economia de desenvolvimento autossustentado na hinterlândia. O paraíso da hévea silvestre é o inferno da heveicultura racional.

Pior do que isso: os industriais paulistas, por meio da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip), por intermédio do seu presidente, declarou recentemente (vide *Amazonas em Tempo*, edição de 25/2/1993) que a borracha silvestre

amazônica é um produto empírico, ultrapassado, de ruim qualidade, que não serve mais para a produção dos modernos pneus radiais. Se verdadeira esta afirmativa e não uma desculpa para poder importar mais a borracha asiática, com os seus preços subsidiados em 40% pelos governos da Malásia e Indonésia, estamos diante de um atestado de óbito da atividade seringueira.

Aquela famosa borracha fina dos altos rios que um dia foi considerada, nos tempos áureos, *como a insuperável rainha das borrachas, sem rival até a chegada do Messias*, conforme a expressão do presidente da Associação Comercial do Amazonas, o comendador-aviador-escritor Armando R. da Fonseca, 1914, não teria mesmo mais salvação, conforme declaração dessa associação.

A revolução britânica da heveicultura na Ásia, contudo, não chegou ao fim. Depois de um século de sucesso e quando a produção dos seringais de cultivo atingiu a 5,8 milhões de toneladas em 1995, eis que surge, agora, nos seringais asiáticos o terrível mal-das-folhas – *leaf blight* – o fungo *Microcyclus ulei* que atingiu e destruiu os seringais amazônicos de plantação, desde a fracassada tentativa de Henry Ford, em 1927, em Fordlândia e Belterra, no rio Tapajós. A *Revista Fortune*, edição de 4 de agosto de 1997, deu a notícia de que o fungo havia chegado finalmente aos seringais da Tailândia e Malásia, causando um verdadeiro *pesadelo biológico*.

A batalha de produção da borracha natural na Ásia, iniciada pelos ingleses no século passado, com as primeiras sementes levadas por Henry Wickman, da Amazônia, em 1876, em face dessa nova ameaça tem, hoje, o apoio da ciência, tecnologia e biogenética agronômica para vencer esse mal, descobrindo um novo clone resistente a esse fungo e que seja, ao mesmo tempo, rústico e de alta produtividade. Até lá paira sobre os seringais asiáticos a ameaça de destruição pela terrível praga. Ameaça, de outra origem e natureza, que nos idos de 1910 também caiu sobre a Amazônia fazendo-a perder o monopólio da produção da borracha silvestre em favor do similar de plantação dos seringais asiáticos.

Uma universidade da borracha em Londres – 1912

Enquanto se desenvolviam, celeremente, as plantações de borracha no Ceilão, Java, Bornéu, Índia, Birmânia, Indochina, Cingapura, Estados Malaios (Malásia) e Sião (atual Tailândia), totalizando 461.740 hectares em 1910, os ingleses responsáveis por essa revolução heveicultural não se descuidavam de fundamentar o sucesso dessa empreitada no desenvolvimento da pesquisa, tecnologia e ensino.

Essa atuação na base da ciência e experimentação não se limitou ao jardim botânico de Kew Gardens, em Londres, e nem às sementeiras e campos de prova e experiência de Peradenya e Heneratgoda no Ceilão, Perak em Cingapura, Malásia e Malaca. Também a Rubber Growers Association, que reunia os produtores asiáticos, se dedicava ao estudo e combate dos problemas fitossanitários, bem como à concessão de prêmios e incentivos àqueles que viessem a fazer inovações na aplicação e uso da borracha natural.

A par de toda essa infraestrutura botânica e agronômica, os ingleses, igualmente, investiram em uma escola, em Londres, destinada a:

> 1) jovens que desejassem adquirir uma colocação nas plantações da Malásia e Ceilão;
> 2) jovens que desejassem incumbir-se da venda de borracha bruta entre os corretores ou nos escritórios das sociedades produtivas;
> 3) os que se ocupassem da indústria de transformação da borracha bruta em manufaturada.

A notícia acima, publicada na *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, n.º 53, de 10 de novembro de 1912, assinala que o referido curso estava organizado, de modo a poderem os estudantes discutir com os professores os assuntos dessa especialidade. O curso, a cargo do Sr. M. H. Wright e Dr. Schidrowitz, e o programa, abaixo transcrito, servem bem para ilustrar que essa escola funcio-

nou como verdadeira Universidade da Borracha, justamente naqueles anos mais importantes e fundamentais da heveicultura asiática:

I – História da borracha e evolução do abastecimento. – Dados de Christovão Colombo, Priestley e La Condamine – Descoberta da vulcanização. – Uso actuaes da borracha. – Exportação da borracha das regiões tropicaes de 1827 a 1911: América tropical, África tropical, região Indo-Malasiana. – Efeitos da actividade no Extremo Oriente sobre a producção futura – Valor das exportações.

II – Origens botânicas das borrachas e methodos da cultura. – Plantas que encerram borracha. – Famílias vegetaes importantes – Destribuição geographica das plantas gommiferas. – Nomes comerciaes das borrachas de diversas plantas. – Plantas gommiferas arborescentes, brenhosas ou trepadeiras. – Plantas lactiferas e gommiferas. – Valor commercial das especies de "Heveas". – Sistema lactifero dos vegetaes. – Funcção do látex. – Methodos de cultura. – Limpeza, plantação, selecção, distancia entre plantas, etc. – Culturas intercaladas em diversos paizes.

III – Evolução das plantações e capitaes emittidos. – Origem das plantações do Extremo-Oriente. – Primeiras sementes introduzidas em Ceylão, Singapura e Índias. – Extensão da indústria de plantação durante os últimos dez annos. – Importância relativa das plantações de Manihot, Funtumia, Castilloa, Hevea, Ficus e Landolphia. – Capitaes empregados.

IV – Sangria das arvores e rendimento da borracha. – Sangria das essencias arborescentes na América tropical. – Sangria das arvores na África. – Methodos de sangria no Extremo-Oriente. – Rendimento das arvores e dos cipós no estado selvagem. – Rendimento d'arvores cultivadas. – Rendimentos das: Hevea, Manihot, etc. – Ceylão, Malasia, India meridionaes, Sumatra, Java e Bornéu. – Producções futuras e sua importancia.

V – Doenças das plantas gommiferas. – Doenças dos vegetaes sob os tropicos. – Methodos applicados pelos plantadores.

– Doenças e inimigos da Hevea. – Plantas em sementeira. – Árvores novas e velhas. Doenças das raizes. Doenças dos ramos. Doenças das folhas e dos fructos. – Hygiene das árvores da borracha no Extremo-Oriente. – Serviços scientificos para desenvolvimento da cultura.

O curso do Dr. Schidrowitz comprehendia:

Introdução. – Conhecimentos antigos sobre a borracha. – Látex: caracteres geraes, composição e característicos de diversos látex. – Coagulação: Theorias e methodos, influência dos processos sobre a qualidade da borracha. – Preparação commercial das borrachas brutas: Hevea, Funtumia, Manihot, Lianes, Guayule, Jelutong, etc.

Chimica da borracha bruta – Composição média. – Composição e constituição dos hydrocarburos. – Trabalho de Williams, Bouchardat, etc., sobre os produtos de destillação secca. – Isoprena, constituição e synthese. – Sinthese da borracha. – Trabalhos de Bouchardat, Tilden, etc. – Trabalhos de Harries sobre a constituição e a synthese; trabalhos recentes sobre a synthese e as possibilidades commerciaes.

Propriedades chimicas e physicas da borracha bruta. – Derivados hydrocarbonados. – Resina. – Composto azotado e materias insoluveis. – Structura da borracha. – Propriedades thermicas. – Acçao dos dissolventes. – Viscosidade das soluções. – Observações sobre a gutta-percha, balata e productos análogos. – Exame techinico comprehendendo a analyse de borrachas brutas e gutta-percha.

Vulcanização. – Sua natureza. – Sua história. – Trabalhos de Weber, Sten, Axelrod, Byssow, Hinrichsen, etc. – As idéas de Ostwald sobre a natureza da vulcanisação. – Hypothese da absorpção. – Methodos práticos. – Effeitos dos agentes accelerados. – Trabalhos de Seidl.

Manufactura dos objetos de borracha. – Materiaes. – Substitutos. – Lavagem. – Mistura. – Cylindragem. –

> Estendedouro. – Artigos especiaes: fios elasticos, tiras ôcas e pneumáticos. – Utilização das sobras.
> Propriedades chimicas e physicas da borracha vulcanisada. – Derivados. – Acção dos reactivos. – Permeabilidade ao gaz. – Fabricação para balões e aeroplanos. – Propriedades mecanicas. – Leis geraes. – Natureza das curvas de tensão. – Methodo de determinação das propriedades chimicas, physicas e mecanicas. – Analyse chimica da borracha vulcanisada.

A revista da ACA de 1912, que publicou esse programa, assim, termina o seu noticiário: *Seria bom que nós, aqui no Amazonas, seguíssemos o que estão fazendo os ingleses. É preciso que saiamos do estado de indolência a que há tanto estamos entregues para ao menos, pelo temor da concorrência, enfrentarmos todos os problemas. Devemos também ter nossas escolas especialistas em borracha.*

Os judeus na Amazônia

Introdução

Este capítulo é agora dedicado aos judeus que começaram a chegar à Amazônia a partir de 1810, a maioria deles procedentes de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh e outras vilas e cidades marroquinas, após ter sido expulsa da Espanha em 1492 e de Portugal em 1496. No período que vai de 1810 a 1910, cerca de 1.000 famílias de imigrantes, tanto sefaradistas-marroquinas como de outros grupos culturais judeus da Europa e do Oriente Médio, vieram fazer a Amazônia um pouco antes e durante o *boom* do ciclo da borracha.

Parti das origens ibéricas, onde sofreram toda sorte de perseguições, confiscos, sacrifícios e massacres nas juderias e aljamas para depois passar ao desterro no exílio marroquino, onde encontraram também angústia e sofrimento nos *melahs* de Tetuan, Fez e Marrakesh.

O êxodo dos judeus-marroquinos é explicado por meio dos diferentes fatores de expulsão: pobreza, fome, perseguição, discriminação, destruição de sinagogas, etc., como de forças de atração e favorecimento, de ordem política e econômica oferecida pelo Brasil e Amazônia, como a abertura dos portos, tratados de alianças e amizade, extinção da inquisição, liberdade de culto, abertura do rio Amazonas à navegação exterior e outros elementos que contribuíram para buscar a Amazônia – a nova Terra da Promissão – a Eretz Amazônia.

A história da presença judaica na Amazônia tem um profundo significado no processo de povoamento e desenvolvimento da região, pois eles foram pioneiros em muitas atividades e se destacaram pelas suas lideranças e contribuições no campo econômico e social.

Essa presença é estudada por intermédio das quatro gerações de judeus-amazônicos: a fase dos pioneiros que se internaram e se expandiram ao longo dos rios, vilas, povoados e seringais da hinterlândia; o período da prosperidade do efêmero *boom* da borracha, a época da crise do êxodo do interior que motivou a urbanização e concentração nas cidades de Belém e Manaus, incluindo uma nova diáspora para o Rio de Janeiro, São Paulo e exterior e, finalmente, o tempo dos doutores e professores, em que os jovens judeus buscam alcançar uma nova imagem e *status* social.

Prosseguindo a análise, relaciono os patronímicos das famílias judaico-amazônicas para, em seguida, fazer um estudo dos problemas e dificuldades na manutenção da identidade e memória judaica na região, dedicando um capítulo especial sobre as dificuldades de ser, viver e ficar judeu.

Logo a seguir, estudo a demografia judaico-amazônica, calculando as taxas de crescimento e assimilação, para concluir que, após mais de 180 anos de vivência regional, a comunidade judaico-amazônica hoje é menor do que as mil famílias que imigraram durante um século para a região. Constato a existência teórica e hipotética de uma população judia cabocla de quase trezentos mil descendentes que foram assimilados e absorvidos no seio da população nativa. O fenômeno do judaísmo amazônico é um reflexo da situação mundial e também do Brasil, que se tornou a maior nação marrana do mundo, com aproximadamente 16 milhões de descendentes de judeus e cristãos-novos, equivalente a cerca de 10% da população nacional.

Para terminar, faço referência às famílias judaicas de Belém e Manaus e uma relação das sepulturas e dos cemitérios judeus existentes em toda a região amazônica, com o objetivo de preservar a memória dos fundadores e dos pioneiros da mais antiga comunidade judaico-brasileira nos tempos modernos.



Édito de expulsão,
31 de março de 1492

Partida de Cristóvão Colombo
3 de agosto de 1492

Decreto de expulsão dos judeus de
Portugal, 5 de dezembro de 1496

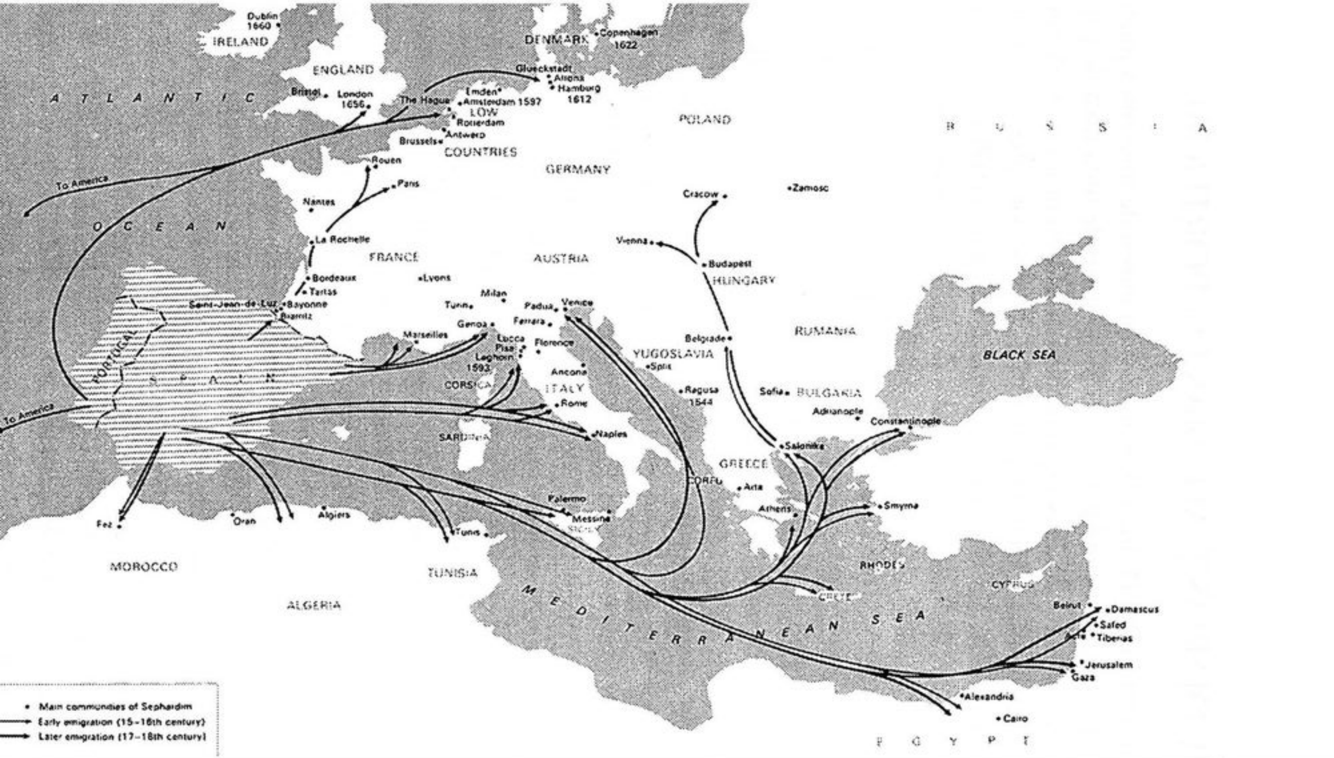
Fonte: *História Universal dos Judeus*. Élie Barnavi, 1995: 121.

A INQUISIÇÃO ESPANHOLA E A EXPULSÃO DOS JUDEUS

Em 1483, o papa Sixtus IV aprovou a criação de uma Inquisição Espanhola Independente, que viria a ser presidida pelo famoso torturador Tomás de Torquemada, que dirigiu o Tribunal do Santo Ofício da Península Ibérica, tornando-se um símbolo de intolerância, fanatismo, perversidade e genocídio dos judeus sefaraditas. Logo a seguir, no dia 30 de maio de 1492 – dia de *Tisha Beav*, 9 de AV (dia da destruição do Primeiro Templo de Salomão por Nabucodonosor da Babilônia, 586 antes da era atual e do Segundo Templo destruído pelos romanos (*Tito*), no ano 70 da era atual) –, os reis católicos Fernão de Aragão e Isabel de Castela expulsaram os judeus da Espanha, no mesmo ano em que Cristóvão Colombo, considerado de ascendência judaica, partiu para a descoberta da América, financiada com dinheiro confiscado dos judeus.

A Espanha foi pioneira, na Península Ibérica, na política dos grandes massacres, morticínios e perseguições aos judeus, dentro e fora das judērias. O início desse programa de extermínio deu-se em Sevilha, em 1391, alastrando-se para Andaluzia, Castela, Valência, Barcelona e Aragão. Em Castela, Navarra e Aragão, nas comunidades judaicas, avaliadas em 600.000 pessoas, morreram 200 mil, salvando-se outras tantas e convertendo-se em número igual ao catolicismo oficial, que os discriminavam com a denominação de cristãos-novos, marranos (*porcos*) e cripto-judeus (*católicos por fora e judeus por dentro*) (MORENO, Humberto. Universidade Portucalense. In: *Ibéria Judaica*, coordenado pela professora Anita Novinsky, da USP, 1996: 120).

Aproximadamente 80.000 judeus espanhóis sefaraditas (*Sefarad* em hebraico significa Espanha) conseguiram fugir e procuraram abrigo em Portugal, que, apesar das restrições e perseguições, se apresentava como alternativa de salvação. Milhares de judeus-espanhóis foram queimados nas fogueiras da Inquisição, dezenas de milhares tiveram seus bens expropriados, convertidos à força e condenados a viver nas judērias, num inferno astral de exclusão, perseguição, infanticídio, confisco, flagelação e cativeiro.



Movimento dos imigrantes sefaraditas da Espanha e Portugal depois da expulsão em 1492/1496 e o estabelecimento de novas comunidades judaicas. Baseado no mapa desenhado por H. Bainart (*Encyclopaedia Judaica*, 1973: 1.166, vol. 14).

Judiarias e aljamas em Portugal

Em Portugal, o rei dom João II acolheu essa massa de imigrantes judeus da diáspora espanhola, porém exigiu o pagamento de uma taxa de capitação que permitia aos judeus-espanhóis permanecerem no país durante oito meses, mediante a remuneração de 8 cruzados por cabeça – as 600 famílias mais abastadas tiveram de pagar a soma de 60,00 cruzados de ouro – prometendo-lhes a livre saída do país no final desse prazo (KAYSERLING, 1971: 99).

O rei não cumpriu a promessa e, assim, milhares de judeus foram vendidos como escravos para a nobreza portuguesa, ou confinados em juderias e obrigados a usar, em suas roupas, símbolos que indicassem sua crença religiosa. A história registra que 700 crianças judias foram separadas de suas famílias e enviadas para colonizar a ilha africana de St. Thomas, onde vieram a falecer – o primeiro infanticídio judeu da história portuguesa. Coroando esses cruéis eventos, o rei de Portugal, dom Manuel I, o Venturoso, sucessor de dom João II, por imposição dos seus futuros sogros Fernão de Aragão e Isabel de Castela, às vésperas do seu casamento com Isabel de Espanha, assina o decreto de expulsão dos judeus, no dia 5 de dezembro de 1496, que deveria ser executado em um período de dez meses, a não ser que se convertessem ao cristianismo nesse ínterim.

O rei dom Manuel volta atrás, com medo da evasão de capitais judeus para o exterior, proíbe a saída de judeus de Portugal e decreta conversão forçada ao catolicismo. Cecil Roth registra em seu livro *Uma História dos Marranos* que crianças judias foram tiradas do colo de suas mães e entregues às famílias cristãs para viverem longe do convívio dos judeus confinados nas suas juderias. Muitos se converteram, criando assim a figura dos cristãos-novos, marranos, segundo a expressão espanhola, e cripto-judeus que, aparentemente, renunciavam o judaísmo, mas que praticavam em segredo seus rituais e crenças (MURAKAWA, Clotilde. *Inquisição Portuguesa – Vocabulário de Direito Penal*, 1996: 151).

A perseguição e expulsão hispano-portuguesa forçaram os judeus a buscar, desesperadamente, novas comunidades e países onde pudessem sobreviver como judeus, recomeçando as suas vidas tal

como fizeram antes os seus antepassados, vítimas da opressão, perseguição e intolerância. Muitos judeus hispano-portugueses foram para a Holanda, como outros fugiram para o Egito, Turquia e Grécia, e uma grande maioria procurou abrigo no norte da África, especialmente no Marrocos.

A expulsão dos judeus da Espanha, em 1492, pelos reis católicos e de Portugal, em 1496, pelo rei dom Manuel – onde judeus sofreram, durante séculos, torturas, humilhações, confiscos e massacres nas juderias da Espanha e nas judiarias de Portugal – só se compara em grandeza e perversidade ao holocausto de Hitler e dos nazistas.

O Concílio de Trento (1545-1563) oficializou a instituição do gueto, bairro com área limitada, cercado por alto muro com portão, onde os judeus, aglomerados em ruas estreitas, viviam com suas famílias, exerciam os seus misteres e profissões permitidas, realizavam os seus cultos religiosos na sinagoga, educavam os seus filhos e enterravam os seus mortos dentro da muralha do seu enclave. A entrada e saída eram vigiadas com crueldade por soldados e guardas reais. E muitos deles só podiam sair para fazer comércio de roupas velhas, praticar a usura e revender jóias, geralmente as da própria família, acumuladas em séculos anteriores de prosperidade em outros países. Podiam, no entanto, exercer a medicina, profissão desprezada pela classe nobre e clerical por violar o princípio de que somente Deus cura e, portanto, não deveria ser exercida por fiéis cristãos. Genericamente os judeus não podiam ser proprietários de terras, não podiam empregar cristãos como trabalhadores, pastores, tropeiros e criados. E em muitos guetos era obrigatório o uso de vestes, um escudo de pano amarelo e sobre a cabeça um chápeu especial, pontiagudo, para que fossem facilmente identificados (Édito do papa Inocêncio IV).

Anita Novinsky considera que, além dos motivos já citados, os mecanismos postos em prática para perseguir os judeus, despojá-los de seus bens, impedi-los de ocupar posições econômicas, políticas e, enfim, de se inserir na sociedade, foi uma forma que a Igreja e a nobreza encontraram para reprimir o fortalecimento da burguesia crescente nessas sociedades. Excluir os judeus era uma forma de barrar a ascensão de um significativo grupo e de resguar-

dar o poder da minoria aristocrática e eclesiástica (BLAY, E., 1997: 45; NOVINSKY, A., 1972).

Em Portugal, as judiarias se espalhavam nas principais cidades como Lisboa, Porto, Coimbra, Évora, Viseu, Faro, Beja, Moncorvo, Covilhãe, Santarém. Com a expulsão dos judeus da Espanha, em 1492, calcula-se que entre 80 mil a 150 mil judeus-espanhóis procuraram refúgio em Portugal. A inquisição portuguesa, embora menos cruel do que a espanhola, deixou a sua marca de terror, opressão, massacre, confisco e morte nas judiarias portuguesas. Os constrangimentos que os judeus sofriam nas judiarias portuguesas foram enumerados por Meyer Kayserling (*História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira Editora, 1971), citado e transcrito por Abraham Bentes (1987: 257). Por Saraiva (1985), Anita Novinsky (1987: 35) e pela *Encyclopaedia Judaica* (1973), que vão, a seguir, resumidos e enumerados:

1 *As aljamas ou judiarias eram fechadas todas as noites após soarem os sinos para o Angelus, sendo os portões vigiados por dois guardas reais, não podendo nenhum judeu sair à noite do gueto;*

2 *Todo judeu que saísse da judiaria, à noite, depois das três primeiras badaladas dos sinos da Igreja, era obrigado a pagar uma multa de dez libras, ou segundo um édito de D. Pedro, era chicoteado através da cidade. Em caso de reincidência punia-se com o confisco de bens;*

3 *D. João I de Portugal tornou as penas mais severas. Quem se encontrasse fora da judiaria, após o tocar do sino, incorreria em uma multa de 5.000 libras, na reincidência 10.000 libras e na terceira vez seria publicamente açoitado;*

4 *Se um cristão chamasse um judeu à noite, em caso de emergência, este poderia acompanhá-lo, contanto que o cristão que o seguia trouxesse na mão uma lanterna. Esta lei favoreceu os médicos e cirurgiões judeus que viviam no gueto, que assim poderiam atender seus pacientes. Também os judeus coletores de imposto estavam autorizados a sair, acompanhados, para fazer cobrança depois do escurecer;*

5 *Nenhum judeu poderia contratar ou ter a seu serviço empregados, servos, criados e trabalhadores cristãos, o que os impedia de se tornarem agricultores, pois também lhes era vedado a propriedade da terra. Em caso de contravensão eram multados em 50.000 libras, na segunda em 10.000 libras e na terceira o confisco dos seus bens, ou na falta destes ao açoite público;*

6 *Os judeus não podiam entrar na casa de cristão, a não ser se fossem médicos, cirurgiões, pedreiros, construtores, marceneiros, etc., que tinham permissão desde que acompanhados por dois homens ou mulheres cristãos;*

7 *Mulheres cristãs desacompanhadas não podiam entrar em lojas ou tendas de hebreus e comprar frutas, mel, óleo, etc., nas judiarias;*

8 *Era proibido a judeus beberem vinho em taberna de cristãos e as mulheres cristãs eram proibidas, sob pena de morte, entrar numa judiaria ou manter relações ilícitas com judeus;*

9 *Os judeus eram obrigados a pagar ao Tesouro Real a* judenga, *tributo de trinta dinheiros, por cabeça, como lembrança e pena de haverem vendido a Cristo por outros tantos;*

10 *Qualquer judeu que entrasse em qualquer cidade portuguesa era obrigado a pagar uma taxa corporal;*

11 *Todos os judeus eram obrigados a manter um cavalo para o serviço militar e fornecer armas para a defesa dos cristãos. Aos judeus, no entanto, era negado o direito de usar armas;*

12 *Todos os judeus tinham que doar para cada nau que o rei equipasse uma âncora e uma amarra de comprimento de sessenta covados;*

13 *Cada judeu ou judia devia pagar anualmente 5 soldos se tivessem de 7 a 14 anos e as meninas de 7 a 12 anos, dois soldos e meio. As moças solteiras judias pagavam meio maravedi e o rapaz solteiro meio maravedi;*

14 *Se o judeu produzisse vinho pagaria ao Tesouro Real 4 soldos por pipa. Se o judeu adquirisse uvas para prensá-las teria de pagar seis dinheiros de cada almude dessa fruta;*

15 *Para cada animal que os judeus matassem, fosse de sua criação ou de aquisição de terceiros, eram obrigados a pagar um imposto de 10 soldos por vaca, 20 soldos por boi, 2 soldos por carneiro, 4 dinheiros por galinha, peru ou galo, 2 dinheiros por ave pequena e 1 dinheiro por peixe;*

16 *Os judeus eram obrigados a oferecer presentes e a emprestar somas apreciáveis de dinheiro a infantes empobrecidos que nunca eram restituídos. O infante dom Fernando, quando morreu, devia 130.501 réis aos judeus de Barcelos, Guimarães, Chaves, Bragança e Mejam Frio;*

17 *Pouco antes da expulsão dos judeus, em 1496, os impostos das judiarias do Porto somavam 10.000 réis, Alter do Chão, 6.000 réis, Barcelos, 10.000 réis, Vila Viçosa, 65.000 réis, Guimarães, 25.000 réis, Chaves, 21.000 réis, Bragança, 30.000 réis, Portel, 20.000 réis,* vide *Histórias dos Judeus em Portugal*, de Meyer Kayserling. São Paulo: Editora Pioneira, 1971: 48-49, citado por Abraham Bentes, em seu livro *Das Ruínas de Jerusalém à Verdejante Amazônia.* Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1987: 259-261);

18 *Limpeza de sangue (Breve De Puritate de 1598) – Pelo Conselho Geral da Inquisição de 1624, em Portugal, foram excluídos de quaisquer cargos, honras, ofícios, riquezas todas* as pessoas que tivessem parentesco com judeu até o 17.° (décimo sétimo grau). *Pela doutrina da Limpeza de Sangue, os judeus – 'filhos da maldição' – foram excluídos e não podiam mais ser admitidos nas misericórdias, nos colégios, nas corporações de ofício, no alistamento de soldados para a Índia e nem chamado para qualquer ofício de honra* (vide ANTÔNIO JOSÉ SARAIVA. *Inquisição e Cristãos-Novos.* Lisboa: Imprensa Universitária, 1985);

19 *Proibição e exclusão – Pelo Regimento da Inquisição de 1640, em Portugal, ficou estatuído que o filho e neto do condenado do Santo Ofício não poderia ser juiz, meirinho, alcaide, notário, escrivão, procurador, feitor, almoxarife, secretário, contador, chevalier, tesoureiro, médico, boticário, sangrador, contador de rendas reais, nem qualquer*

ofício público ou usar insígnia de qualquer dignidade civil ou eclesiástica... e nem usar ouro, prata, pedraria, vestidos de seda, nem tão pouco andar a cavalo (SARAIVA, Antônio José, 1985: 115-116);

20 *Saraiva (1985: 128) calcula que existiam em Portugal 200.000 famílias numerosas de judeus e marranos, tanto nas aljamas ou judiarias, bem como fora delas, como conversos, cristãos-novos e cripto-judeus.* A Encyclopaedia Judaica *menciona que a diáspora portuguesa para Amsterdã e outros centros europeus era tão grande que o nome 'Português' virou sinônimo de 'judeu' para consternação dos viajantes portugueses cristãos* (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, Jerusalém, 1973, vol. 13, p. 923, verbete Portugal);

21 *Lei da Exterminação (1683) – Em 1.º de setembro de 1683, o rei dom Pedro II, de Portugal, determinou que todos os cristãos-novos condenados em Auto-de-Fé por crime de judaizante fossem forçados a deixar Portugal no prazo de dois meses. Todos os seus bens foram confiscado. Seus filhos menores de sete anos não os poderiam acompanhar. As crianças de menos de três anos foram retiradas de seus pais e colocadas na* roda dos enjeitados. *As crianças maiores, se não tivessem parentes, eram colocadas nas casas dos* catecúmenos, *até que seus pais pudessem provar que eles estavam vivendo sob as leis de Cristo, ou até que as crianças crescessem o suficiente para serem enviadas para os territórios portugueses conquistados* (NOVINSKY, Anita. *Jewish Roots of Brazil in The Jewish Presence in Latin America*. Boston: Allen & Unwin, 1987: 35, original em inglês, tradução do autor).

Na verdade, a Santa Inquisição, que inspirou a Lei Portuguesa do Extermínio de 1683, foi a precursora da política da *Solução Final de Hitler* e do *Holocausto* nazista, que sacrificou 6 milhões de judeus nos campos de concentração e câmaras de gás durante a Segunda Grande Guerra. Pior ainda, pois arrancava os filhos de suas mães e pais para depois degredá-los para os territórios das Áfricas e provavelmente para o Brasil.



Comunidades Judaicas do Marrocos.

Fonte: *Encyclopedia Judaica*, 1973, vol. 12: 327.

Exílio marroquino

O êxodo da Ibéria para o Marrocos, motivado pela expulsão dos judeus, em 1492, pelos reis da Espanha, e, em 1496, pelo rei dom Manuel de Portugal, constitui, na história do povo judeu, um capítulo a mais do drama sofrido pelos hebreus. A expulsão da Ibéria – onde os judeus sofreram durante séculos torturas, humilhações e massacres nas juderias da Espanha e nas aljamas e judiarias de Portugal – para o Marrocos, representou, apenas, uma transferência e mudança de atribulações e sofrimentos, pois nesse novo país os judeus ficariam, também, confinados nos *melahs* de Tetuan, Fez, Marrakesh e outras vilas e cidades, onde sofreram toda a sorte de constrangimentos, humilhações, confisco de bens e, quando não, vítimas de massacre.

A grande maioria dos expulsos escolheu Marrocos, pela proximidade da Ibéria, do outro lado do Mediterrâneo, e por lá ficaram durante doze gerações (300 anos), falando espanhol, português e *haquitia* – dialeto misto de espanhol, português, hebraico e árabe. Lá reconstruíram as suas comunidades e mantiveram os usos e costumes dos seus antepassados nas cidades de Tetuan, Tânger, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh, Arcila, Larache, Ceuta e Melilla. Nessas vilas e cidades, isolados e descriminados nas suas *melahs* (*guetos*), iriam passar pelos mesmos sofrimentos e perseguições do passado. Em verdade, saíram da *guezerá* (*sentença maldita da Ibéria*) para o *guehinam* (*inferno*) do Marrocos.

Os serafadins da Ibéria se encontram com os seus irmãos nativos "forasteiros": megorashim e toshavim

Os expulsos e refugiados judeus, espanhóis e portugueses – *megorachim* (*os espanhóis exilados sem pátria*) – apesar do sofrimento, das perseguições e do seu confinamento nos guetos e *melahs* de Fez e Tetuan, lentamente se adaptaram à nova vida nesse mundo árabe. Muitos conseguiram prosperar, modestamente, como mascates, vendedores de lã, seda, tecidos, tinta, cera e penas de avestruz, tabaco, destilação de vinhos e licores; outros se dedicaram à pesca e introdu-

ziram a cana-de-açúcar no Marrocos, fazendo desse país o líder da produção mundial nos séculos XVI e XVII (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, verbete Marrocos, vol. 12, Jerusalém, 1973).

Levas sucessivas, os *megorachim* se estabeleceram nos portos mediterrâneos ou atlânticos e no interior do Marrocos sob controle português e espanhol em Tânger, Tetuan, Ceuta, Melilla, Arcila, Azemur, Mazagan, Mogador, Quezzane ou sob controle muçulmano em Rabat, Salé, Marrakesh, Fez, Agadir, Casablanca. Diz Ayoun (1996):

> *Os expulsos –* megorachim *– trazem consigo a língua castelhana, sua ciência, suas instituições comunitárias, usos e costumes, seu espírito empreendedor, que fazem deles em relação aos* tochabim *– judeus nativos, moradores e autóctones – um grupo social dominante: a elite cultural e a burguesia dos notáveis que desempenharão um grande papel nos domínios do comércio, das finanças e da diplomacia.*

Os recém-chegados *megorachim* da Espanha e Portugal, exilados e expulsos em 1492/1496, não foram bem recebidos pelos judeus nativos, apelidados de *tochabim*. Enquanto que os primeiros assumiram a liderança nas judiarias e *melahs* e progrediram em seus negócios e profissões, os judeus nativos *tochabim*, empobrecidos por séculos de dominação dos mouros e berberes, sem oportunidades de educação e profissionalização, temiam os *espanhóis* não só em função da rivalidade comercial como pela sua superioridade técnica. Diz a *Encyclopaedia Judaica*, 1973:

> *A controvérsia se estabeleceu entre os dois grupos de judeus no campo social, comercial e religioso. A cidade de Fez se tornou o centro espiritual dos* megorachim (existem as grafias megorachim e megoraschim, toshabim e toshavim) *e seus rabinos emitiram um grande número de decretos e decisões chamados* 'takanot *dos exilados de Castela' sobre leis do casamento, divórcio, herança baseados na tradição hispânica. Eles estavam 450 anos separados nesta matéria dos* toshavim. *Os descendentes dos* megorashim *aderiam com zelo aos seus usos e costumes,*

oravam em suas próprias sinagogas e tinham até os seus próprios lotes nos cemitérios judeus. Nas comunidades do norte de Tetuan e Tânger os judeus nativos foram completamente assimilados entre os descendentes dos judeus megorashim. *Estes esquecidos de sua própria origem começaram a chamar, com desdém, e a se referir aos seus irmãos do interior de* forasteiros *(isto é, estrangeiros em relação à comunidade judia de origem espanhola). A maior parte dessas comunidades falavam* hakitia, *uma mistura de espanhol, hebraico e árabe dialético.*

Assim se explica porque os judeus-marroquinos, quando iniciaram a sua nova diáspora para o Pará – *Eretz Amazônia, a nova Canaã da Seringa* – e depois para o Amazonas, levaram consigo as rivalidades e divergências entre os primitivos, nativos e pobres judeus arabizados e berberizados – *os toshavim 'forasteiros'* – e os judeus espanhóis e portugueses de Tânger e Tetuan, que se achavam superiores pela posição social, pelo *status* econômico e profissional.

Essa rivalidade entre os judeus sefaraditas de Tetuan, Tânger e de outras localidades marroquinas sob influência portuguesa e espanhola e os *forasteiros* nativos iria se refletir por décadas afora, quando ambos os grupos, cansados das perseguições dos mouros, do confisco dos seus bens e propriedades, hostilidades de alguns sultões e paxás e a própria plebe mulçumana, foram confinados e isolados nos *melahs* (guetos) e juderias de Tetuan, Fez, Marrakesh e outras vilas e cidades. Levaram consigo essa rivalidade quando se iniciou o novo êxodo da *Eretz Amazônia* (Eretz, em hebraico, significa Terra) – que para eles seria uma nova Canaã das drogas do sertão e depois o El Dorado da Borracha.

Assim, logo que puderam organizar as suas comunidades e as suas esnogas (sinagogas) em Belém e Manaus, mais cedo ou mais tarde, iriam reconstituir aquele quadro cultural, com os valores religiosos e culturais de ambos os grupos, *megorashim* – exilados sefaraditas de Tânger, Tetuan, Larache, Melilla e Ceuta – e *toshavim*: moradores nativos berberizados e arabizados de Salé, Fez, Marrakesh, Mekné, Rabat e outras vilas e povoados de fala arábica e berbere, cuja língua e dialeto haviam assimilado ao longo de sé-

culos de convivência e coexistência com os mouros e as tribos nômades das montanhas do Atlas e do interior do país.

Essa rivalidade e dualidade cultural e religiosa, apesar do forte sentimento de que ambos pertenciam ao povo judeu refugiado no *Galut* (diáspora), foram transferidas para as novas comunidades que iriam fundar na Amazônia, a partir do início do século XIX.

Desse modo, essas duas correntes acabaram fundando em Belém duas sinagogas: a *Essel Abraham* (Bosque, Arvoredo ou Pousada de Abraham), fundada em 1824 (1823?) por Abram Acris, que durante muitos anos funcionou na praça Saldanha Marinho e depois se transferiu para a localização atual na travessa Campos Sales, 368 – e a *Shaar Hashamaim* (Porta do Céu), fundada em 1835 e que funcionou na Rua da Indústria, atual Rua Gaspar Viana, antes da construção do novo templo situado na Rua Arcipestre Manoel Teodoro. Existe muita controvérsia sobre o ano exato da fundação dessas duas sinagogas (BENTES, 1987: 354-382; BRAGA, 1916; MOREIRA, 1972). A segunda – *Shaar Hashamaim* – atualmente conhecida como sinagoga da Rua Arcipreste, era frequentada pela elite religiosa de Belém, pelos *aviadores*, comerciantes próperos, descendentes dos judeus sefaradins *megorashim* e a primeira, a *Essel (Eshel) Abraham*, hoje conhecida como sinagoga da Rua Campos Sales, que se tornou depois, pela sua aparência modesta, a *esnoga de los pobres y de los forasteiros – toshavim*. Exatamente como uma reprodução da velha rivalidade dos tempos do exílio no Marrocos, cujas tradições, usos, costumes (*aada* em hakitia e *min-hag* em hebraico) continuavam a ser seguidos nas novas comunidades fundadas.

Abraham Bentes, historiador amazônico, nos conta duas versões para a existência das duas sinagogas. A primeira, com bom humor nos conta que os judeus trataram de fundar duas sinagogas para assegurar permanente frequência dos atos religiosos, pois se brigassem *naquela* que eram originários sempre teriam a *outra* para praticar a sua religião. A outra explicação por ele aventada era de que, como no Marrocos havia judeus de fala espanhola e outros da região do norte da África e do Marrocos árabe, eles sentiam necessidade de ter uma casa de oração do idioma familiar espanhol (BENTES, 1987: 384). A Sinagoga Essel Abraham, por volta de

1890, funcionou na praça Saldanha Marinho e depois foi transferida para a localização atual na travessa Campos Sales, 368. Ela sempre foi conhecida como *la sinagoga de los pobres y de los forasteiros* – pobres em bens, mas doutos na *Torah* – enquanto a outra – *Shaar Hashamaim* – da Rua Arcipreste Manoel Teodoro, sempre foi conhecida como *la esnoga de los ricos*, eis que os judeus sefaraditas – *megorashim* – sempre foram mais prósperos do que os judeus forasteiros – *toshavim* – como verifiquei na pesquisa junto às fontes primárias da *Encyclopaedia Judaica* (1973). O que deve ter ocorrido é que, desde o início da imigração, houve a fundação das duas sinagogas entre os anos de 1824 a 1835, de modo informal, para melhor servir às congregações dos *forasteiros* (*toshavim*) e dos *exilados de Castela* (*megorashim*). Depois, com a prosperidade da borracha, as duas sinagogas foram construídas formalmente e legalizadas em 1890, conforme mencionam os seus estatutos sociais, advindo daí a controvérsia sobre o ano verdadeiro de suas fundações.

O mesmo fenômeno seria observado muitíssimas décadas mais tarde com a comunidade judaica de Manaus. Primeiro, os judeus sefaraditas de Tânger e Tetuan – *megorashim* – criaram, por volta de 1925, a primeira sinagoga formal – a esnoga *Beth Yaacov*, que teve sede na antiga av. 13 de Maio (hoje av. Getúlio Vargas), num sobrado ao lado do Cine Polytheama. Essa sinagoga reunia todos os judeus das duas origens, porém, a liderança pertencia aos judeus sefaraditas – que naquela altura eram pessoas de posse e influentes na cidade. Em 1.° de maio de 1936 houve a cisão dos judeus *forasteiros* – *toshavim* – com a fundação da Sinagoga Rebi Meyr, que funcionou primeiro num sobrado na praça XV de Novembro, perto da Rua Tamandaré, e depois transferida, no dia 29 de setembro de 1948, com a inauguração do prédio próprio na av. Sete de Setembro, 388. Os seus presidentes de honra foram os correligionários Salvador Bemerguy, Carlos Serfaty e Elias Simão Benchimol, tendo como presidente de diretoria Salomão Elias Bemuyal e oficiante e *shaliah* o saudoso Sr. Jacob Azulay Z'L' (*de abençoada memória*). Posteriormente, em 1962, essas duas sinagogas foram fundidas numa só com a denominação de Sinagoga Beth-Yaacov/Rebi Meyr, localizada no novo templo construído na

Rua Leonardo Malcher, 630, sob a inspiração conciliadora do descendente judeu-amazônico dos sefaraditas megorashim Isaac Israel Benchimol Z'L' (*Zikronô Librachá*).

O professor Richard Ayoun, do Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Ocidentais de Paris, nos dá um excelente quadro desses dois grupos de judeus-marroquinos que viriam a emigrar para a Amazônia (*IBÉRIA*, 1996: 371):

> *Os expulsos (*os megorachim*) logo se adaptam às condições de vidas de Marrocos, organizaram-se e prosperam... Em Fez, pouco tempo depois do seu estabelecimento no melah (gueto), os castelhanos não se entendem com os judeus autóctones (*os tochabim*). Os dois grupos discordam quanto a certas interpretações religiosas, litúrgicas e outras.*
>
> *Essa cisão conduziu à separação entre os dois clãs. Os* megorachim *manifestavam antipatia pelos* tochabim, *em que viam gente sem cultura, enquanto que os* tochabim *consideravam os judeus-espanhóis pretensiosos (*rumis*) e os ridicularizavam pelos seus costumes importados da Espanha. Um rabino de Túnis, de passagem por Fez, consegue pôr termo a essa disputa fazendo triunfar a tese dos judeus-espanhóis. Esse debate explicaria a existência no melah de Fez de um templo chamado 'Sinagoga dos Fassiynes', que os judeus autóctones de Fez criaram para marcar a diferença.*
>
> *De 1492 a 1497 os* megorachim *chegam em levas sucessivas e se estabelecem nos portos mediterrâneos ou atlânticos e nas metrópoles do interior sob controle português/espanhol de Tânger, Ceuta, Arcila, Safi, Azumur, Mazagan, Tetuan, Quezzanw ou sob controle mulçumano em Taza, Meknes, Debdu, Marrakesh e Fez. Os expulsos trazem consigo a língua castelhana, sua ciência, suas instituições comunitárias, usos e costumes, seu espírito empreendedor que fazem deles, em relação aos* tochabim, *um grupo social dominante. Junto aos expulsos vai-se recrutar a elite intelectual e a burguesia de notáveis que desempenharão um grande papel no domínio do comércio, das finanças e da diplomacia. É nessas famílias que são recrutados os homens ilustres*

do judaísmo marroquino: doutores da lei, embaixadores, financistas, conselheiros régios, cônsules, adidos comerciais, sábios ou homens de ação, entre os quais destacamos os nomes de Ben Attar, Ben Danam, Aben Sur, Serero, Mansano, Berdugo, Serfati, Toledano, Ben Zmirro, Cansino, Kalfon, Azuellos, Uziel, Bibas, Coriat, Elmaleh ou Azulay (AYOUN, RICHARD, *IBÉRIA*, 1996: 372).

Tânger e Tetuan

A *Encyclopaedia Judaica* (JERUSALÉM, 1973: 792) cita outros ilustres judeus exilados *megorashim* de Tânger como a família Nahon, que comercializava cera em larga escala; Joseph Chriqui de Mogador e os Abensur, Sicsu, Azancot e a família dos Benchimol, que eram protegidos pelos países europeus e estavam investidos de importantes funções. Eles escaparam do bombardeio francês de Tânger em 1844, que a comunidade chamou de *Purim de las bombas*.

A situação geral nas juderias dos bairros judeus de Tânger, no entanto, era péssima, porém ela melhorou com a chegada de um novo grupo de judeus de Tetuan, fazendo aumentar a população judia tanjaui de 800 para 3.500 pessoas, cujo chefe da comunidade religiosa era o sábio Dayan R. Mordecai Bengio. Outros judeus importantes de Tânger eram os Ben Ayon, editor de um jornal; Levi Cohen, fundador do jornal *Le Reveil* du Maroc; Pinhas Assayag, Abraham Pimienta e Isaac Laredo. Em Tetuan, os exilados espanhóis *megorashim* eram R. Hayyim Bibas – *av bet din* (*rabino da companhia que preside a Corte de Justiça*) – e das famílias Abudaraham, Almosnino, Bendelac, Bibas, Cazés, Coriat, Crudo, Falcom, Hadida, Hassan, Nahon e Taurel. Muitos portugueses *marranos* se abrigaram em Tetuan e se reconverteram ao judaísmo. Também muitas comunidades do interior do Marrocos foram atraídas para Tetuan e se *sefaradizaram*, isto é, assimilaram os costumes dos judeus-espanhóis e portugueses, tendo, porém, introduzido, entre eles, diversas superstições, crenças e um novo dialeto dos nortistas chamado *hakitia*, uma mistura corrompida de castelhano, árabe e hebraico. A comunidade judaica de Tetuan chegou a ter 8.000 cor-

religionários no século XIX (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, 1973: 1.030, vol. 15).

Marrakesh

Também Marrakesh, habitada por judeus arabizados ou berberizados, foi invadida por judeus sefaraditas de Tânger e Tetuan, expulsos da Ibéria, que acabaram ganhando o controle da comunidade judaica no *melah*, que chegou a compreender cerca de 25.000 judeus, dos quais 7.500 foram mortos pelo cólera em 1558. Esses judeus passaram a ser os médicos, banqueiros, conselheiros e embaixadores recrutados entre a elite judaica espanhola. Até que, em 1675, os judeus do *melah* de Fez foram submetidos a toda sorte de atrocidades. Os judeus importantes desta comunidade foram R. Abraham Corcos, Abraham Pinto, Solomon Amar, Abraham Azulay, Shalom Buzaglo. Existiam 200 ou 300 judeus de famílias ricas e 2.000 famílias judias que viviam na extrema pobreza, por volta do ano de 1800.

Fez

Em Fez a situação não era diferente. Os primeiros habitantes eram berberes que falavam um dialeto especial. Fez chegou a ser capital do Marrocos e um grande número de judeus conseguiu obter refúgio e residência, desde que pagassem uma taxa anual extorsiva de 10.000 dinares ao sultão. Mesmo assim, a comunidade prosperou, tendo dado alguns grandes doutores e rabinos. Até que no século XI, 6.000 judeus foram massacrados e seus *melahs* saqueados. O grande filósofo Maimônides (Rambam), nascido em Córdoba, quando fugiu da Espanha, nela se refugiou durante cinco anos, antes de partir para o Egito. Novamente, em 1465, houve um grande massacre de judeus, pois o povo se revoltou quando o sultão nomeou o judeu Harun como seu primeiro-ministro. A cidade jamais se recuperou até a chegada dos sefaraditas espanhóis, em 1492, que chegaram a atingir 10.000 exilados da Espanha (*megorashim*), que suplantaram os pobres judeus

nativos (*toshavim*) – chamados depreciativamente de *forasteiros* pelos judeus ibéricos – que passaram a ser estrangeiros em sua terra e que, por serem pobres e de pouca instrução, eram uma espécie que hoje poderíamos chamar *judeus caipiras*. Devemos, porém, reconhecer que os judeus forasteiros, em matéria de judaísmo, eram mais cultos e conhecedores da *Torah* do que os exilados sefaradins. Por isso, muitos dos forasteiros acabaram criando as próprias sinagogas, pois assim podiam praticar melhor as suas orações e os seus rituais.

Purim de los Christianos

Alguns judeus forasteiros, como represália aos seus correligionários portugueses, expulsos de Portugal, em 1496, passaram a comemorar a derrota dos portugueses na Batalha de Alcácer-Quibir, onde morreu o rei dom Sebastião, em 1578 (*A Batalha dos Três Reis*). Os *megorashim*, luso-espanhóis, porém, após essa batalha, acolheram dezenas de milhares de cristãos portugueses e prisioneiros, evitando que eles fossem massacrados pelos mouros e, por isso, passaram a lembrar esse dia da batalha com o nome de *Purim de los Christianos*, como se fosse uma réplica invertida do Purim dos Judeus da Pérsia, salvos do massacre pela rainha Esther.

A história registra nomes de judeus notáveis de Fez, como Nahman Sunbal, Saul Serrero, Samuel Serfaty, Judah Ibn Atar, Hayyin Ibn Atar de Salé, Isaac Abraham Uzziel, Jacob Hagiz. Fez tornou-se um centro rabínico com os rabis das famílias Hota, Abitbol e Elbaz. A partir de 1550 perde importância política e econômica, com a subida ao poder do sultão Sharifs, quando os judeus mais ricos e notáveis tiveram seus bens confiscados e a comunidade caiu na pobreza. Em 1790 as sinagogas de Fez foram queimadas, os *melahs* saqueados e os judeus expulsos de seus lares e vítimas de todas as humilhações, quando não mortos e martirizados.

O ÊXODO JUDEU-MARROQUINO

O Senhor disse a Abraham: Sai da tua terra, e da tua parentela e da casa do teu pai e vem para terra que Eu te mostrarei (Gênesis 12:1).

Cinco mil anos depois os judeus-marroquinos, no início do século XIX, iriam repetir a história do *êxodo* bíblico em busca da *Eretz Amazônia – a Nova Terra da Promissão.* Vários foram os motivos para essa nova diáspora, após terem permanecido mais de três séculos no Marrocos, desde que foram expulsos da Espanha (1492) e Portugal (1496).

Por que saíram e por que escolheram a Amazônia? Vários foram os motivos que desencadearam a onda emigratória de judeus sefaraditas e forasteiros marroquinos. Entre outros, podemos mencionar os fatores econômicos, sociais, religiosos e educacionais que atuaram como elementos de expulsão e de saída.

De outro lado, a onda emigratória judaico-marroquina foi incentivada por fatores de ordem política, econômica e também social, que atuaram de forma positiva na mente dos emigrantes e de suas famílias pela antevisão de uma Terra de Promissão – uma nova Canaã – que iriam encontrar na Amazônia, pois, de longa data, corria pelo mundo o relato das expedições, viajantes, naturalistas e tantos outros visitantes que a descreviam como o futuro *celeiro* do mundo. A conjunção desses fatores de expulsão e atração explica este movimento migratório.

Vejamos, agora, essas diferentes causas e origens:

POBREZA

Em primeiro lugar a pobreza, a humilhação, o sofrimento e o desencanto (*Porque era grande a fome na terra – Gênesis 12:10*). A vida dos judeus no Marrocos, após trezentos anos de exílio, havia atingido um grande nível de pobreza, para não dizer de miséria, nos *melahs* e guetos, especialmente em Tetuan, Tânger, Fez, Marrakesh, Salé, Arcila e outras vilas e povoados. Poucas famílias judias sefaraditas de Tetuan e Tânger – os dois portos do Mediter-

râneo e do Atlântico, em frente a Gibraltar – desfrutavam de uma melhor posição social e econômica, pois a grande maioria vivia confinada nos estreitos *melahs* e insalubres juderias, sujeitas a doenças e epidemias:

> *Os que chegaram a Fez não tinham mais dinheiro, apenas poucas vestimentas para se cobrir e não sabiam onde se alojar... Irrompe uma epidemia de peste... construíram mais de 2.000 cabanas às portas de Fez. Um grande incêndio ocorre no bairro... e 68 pessoas morrem queimadas e 80 sucumbem de queimaduras... Depois veio a peste... Segundo Abraão de Turrutiel, mais de vinte mil pessoas pereceram na cidade... e os refugiados viviam miseravelmente... pés nus, esfomeados, dando pena de ser ver* (AYOUN, R., 1996: 367-8).

Abraham Bentes (1987: 306) nos dá um outro quadro triste dos pobres na cidade de Tânger:

> *A função mais importante da Junta era a de Parnás – Tesoureiro e Esmoleiro-Chefe. Ele era sempre muito assediado pelos pobres, que nunca ficavam satisfeitos com os socorros que recebiam nas sextas-feiras à tarde, quando concedia a distribuição do* Pan de la Sedacá *(pão da caridade), que era recolhido de porta em porta, nas casas de maiores recursos. Os encarregados gritavam:* Pan de la Sedacá *e as senhoras se apressavam a entregar um pão ou dois de acordo com os recursos do dono da casa* (*MEMÓRIAS DE UM VIEJO TANGERINO*, de Isaac Laredo, Madri: C. Bernejo Impressa, 1935: 356-357).

Isaac Laredo, em seu livro acima citado, menciona que:

> *O estado de pobreza dos judeus era tão grande que existiam 22 sociedades judias de beneficência e de socorro. Entre elas: o albergue dos transeuntes pobres; o da ajuda aos necessitados; para socorro das mulheres quando dão à luz e para proporcionar vestidos para os recém-nascidos; casa de maternidade e de asilo de*

crianças; para socorro dos necessitados; para vestir os desnudos; para proporcionar alimento e vestido para os educandos pobres; para dar roupa e calçados; para dar alimento aos pobres; para distribuir leite às crianças pobres; para curar feridos; para cuidar dos enfermos e ocupar-se dos enterros (LAREDO, 1935: 398-401).

Doenças e epidemias

As condições sanitárias das cidades marroquinas eram péssimas e nos *melahs* dos judeus piores ainda. Diversas epidemias ocorreram em várias ocasiões. Isaac Laredo (1935: 288) descreve como a epidemia do cólera chegou a Tânger:

> *Em 1818 chegou uma fragata inglesa procedente de Alexandria, conduzindo muitos Hadjes (peregrinos mulçumanos que iam visitar Meca) dos filhos do sultão Mulay Sliman, várias mulheres e três circassianas para* o harém. *Poucos dias depois faleceram alguns indivíduos com os sintomas da peste... A peste se propagou rapidamente e a quinta parte da população pereceu nos quatorze meses em que durou a epidemia... Vinte e quatro epidemias de peste se registraram em Marrocos... Em 1895 nova cólera ocorreu em Tânger com a chegada do vapor Maurice et Reunion, conduzindo muitos peregrinos de Meca (Hadjes)... o número de mortos foi 470.*

Fome

Continua Laredo (1935: 291):

> *A fome é o mais forte acicate para a destruição e a morte. Presenciamos, desgraçadamente, em várias cidades, os espetáculos mais repugnantes que convertem os homens em feras... A falta de trigo e de toda a classe de víveres agudizavam as enfermidades... Vimos arrebatar um dos outros os tabuleiros de pães sem cozinhar, que levavam aos fornos e que muitos comiam... muitos desgraçados com devoradora avidez. Vimos arrancar da terra as raízes chamadas* yerni, *que tostavam para tirar seu sabor acre e reduzir seus tóxicos e que comiam ansiosamente.*

Apedrejamento de judeus vivos e mortos

Era comum entre os árabes o apedrejamento de judeus, tanto em vida como na morte. A atual *intifada* palestina foi muito usada no passado como instrumento de perseguição e de hostilidade aos judeus. Isaac Laredo (1935), citado por Abraham Ramiro Bentes (1987: 316), nos conta que

> *em 1735, em Tânger, um notável hebreu, Abraham Serruya, fez uma petição ao sultão e foi atendido, para obter um novo cemitério mais perto, porque no cemitério existente perto de Grand Boulevard os moleques muçulmanos atiravam pedras nos cortejos fúnebres, impulsionados pelo fanatismo e pela ignorância, sem que isso pudesse ser evitado pelas autoridades* (LAREDO, 1935: 396).

Destruição de sinagogas

Havia em Tânger muitas sinagogas na Calle de las Esnogas, perto do Zoco Chico (*mercado pequeno*) e nas adjacências, onde sefaraditas e forasteiros se reuniam para orar e estudar (*sinagoga sempre foi casa de estudos e oração, a partir do exílio da Babilônia, no século VI antes da era atual, após a destruição do primeiro templo*). As esnogas sempre foram muitas porque o judaísmo, depois do exílio, permitiu a criação de congregações e comunidades, de forma independente, dispensando a hierarquia eclesiástica e a presença de sacerdotes, pois o antigo judaísmo templário, sacerdotal (dos coanitas e levitas), sacrificial e monárquico foi substituído e humanizado pelo judaísmo sinagogal, rabínico, acadêmico-docente e profético. O rabino – que significa etimologicamente nosso mestre – passou a ser simplesmente um leigo, treinado para ler as escrituras, orar e ensinar. Não havendo mais sacerdotes, nem hierarquia eclesial, permitiu-se a descentralização religiosa e o surgimento de grupos judeus que criavam as próprias sinagogas na vizinhança, para manter a sua identidade cultural e diferenças de interpretação e costumes.

Em Tânger, as sinagogas eram numerosas. Isaac Laredo (1935: 384-5) enumera as seguintes esnogas (como se dizia em haquitia): 1) Rebby Yehya, 2) Laredo, 3) Tiferet Israel, 4) Sheerit

Joseph, 5) Bet Yehudá, 6) Massat Moshé, 7) Hes Hayin, 8) Benselum (Benatar), 9) Minhat Yehudá, 10) Torá Vehayim, 11) Flamenga (Musa Levy), 12) Tefilá Lemoshé, 13) Bet El (também chamada de Perez, dirigida por Rebby Jacob Bengio), 14) Siah Isaac, 15) sinagoga do Hospital-Asilo Haim Benchimol, 16) Judah Cohen, 17) Barchilon y Serruya. A essas sinagogas Tanjauis, Abraham Bentes (1987: 311) enumera outras, anotadas quando visitou Tânger em 1969, como: 1) Kenesset Haguedolá, 2) Tiferet Israel, 3) Yussef Laredo, 4) R. Yahya Anday, 5) Sheerit Yussef, 6) Massat Moshé, 7) De los Flamengos, 8) Minhat Yehudá, 9) Ets Hhayyim, 10) Tefilá Lemoshé, 11) Bet Yehudah, 12) Yudah Cohen, 13) Shaar Hashamaim (de Isaac Chocron, mesmo nome da sinagoga de Belém), 14) Shaar Rafael, 15) Yeshurum, 16) Torá Velhayyim, 17) Del Hospital Benchimol, 18) Barchilon, 19) Serruya. Quase todas elas situadas na Calle de las Esnogas. Abraham Bentes, ainda para arrematar, nos fala que, entre outras tantas sinagogas existentes antigamente, havia uma De los Borrachos (*dos Bêbados*). Outra De la Hhebrá e De Suyri. Eram ao todo 38 sinagogas, antigas e novas. Parafraseando Gilberto Freyre, transpondo o que ele disse com referência à Bahia e suas igrejas, poderíamos dizer que *Tânger era uma cidade de todas as Esnogas para quase todos os costumes (Aádas-minhag)*. A referência original de Freyre era *Bahia de Todos os Santos e de quase todos os Pecados*.

Por aí já se vê que a população judia de Tânger, que era muito menos numerosa que a de Tetuan, dava muita importância aos seus valores religiosos e suas tradições.

Essas sinagogas, porém, nunca eram bem-vistas pela população local (e por isso, para se proteger, foram construídas quase todas numa mesma rua). Frequentemente eram apedrejadas pela população todas as vezes que havia conflitos, revoluções, mudança de sultões, bombardeios, invasões e outros eventos que enfureciam as multidões, de maioria árabe-muçulmana, que sempre viam com desprezo e ciúme a posição econômica e social que alguns líderes judeus alcançavam durante alguns governos. Quando algum sultão ou paxá amigo era substituído por um inimigo, sempre ocorriam perseguições e saques.

Abraham Bentes (1987: 202) nos informa que, em 1820, exatamente o período em que os tanjauis começaram a emigrar para o Brasil, o paxá de Tânger, com o consentimento do sultão, ordenou a destruição de todas as sinagogas dessa localidade. Muitas delas foram destruídas e dois anos depois don Judah Benoliel, que era consul da Áustria, obteve do sultão Abderrahmam, que desejava homenageá-lo com presentes e honrarias, pediu que, em lugar desses presentes, fosse permitida a reconstrução das sinagogas de Tânger, que haviam sido destruídas. A reconstrução foi feita e, por isso, os judeus, às vésperas de *Yom Kipur*, em todas as sinagogas de Tânger, pronunciavam uma prece em memória de don Judah Benoliel. Este costume é ainda mantido em certas sinagogas dessa cidade (BENTES, 1987: 203).

O *progrom* das sinagogas que foi, na Idade Média e no tempo da Santa Inquisição, uma constante na vida atribulada dos judeus, seguido de saques nos guetos, perseguições de toda sorte à juderia, agora também se manifestava nos *melahs* marroquinos, antecipando a *Noite dos Cristais dos Tempos de Hitler e do Holocausto Nazista da II Grande Guerra Mundial.*

Perseguições e sofrimentos

Abraham de Torriel, citado pelo professor Richard Ayoun, do Instituto de Línguas e Civilizações Ocidentais de Paris (ESTABELECIMENTO DOS ESPANHÓIS NO MAGREB NOS SÉCULOS XIV E XV. IN: *IBÉRIA JUDAICA: ROTEIROS DA MEMÓRIA*, organizados pela professora da USP Anita Novinsky, Rio de Janeiro, 1996), descreve o drama dos exilados portugueses e espanhóis do Marrocos, nos primeiros anos da nova diáspora:

> *Escreverei apenas uma parte dos males suportados pelos exilados. Refugiaram-se em Salé, onde passaram tribulações por culpa dos incircuncidados que se apoderaram dos filhos de Israel e atormentaram os homens, fazendo-os suportar horríveis abominações e infâmias... Outros foram submetidos a severos castigos e cruéis torturas em Arcila, sob o domínio do perverso Nemrol... que praticou toda espécie de vilanias contra os judeus*

> *e depois os mandou de volta... Os mouros os atacaram no caminho, despojando-os de tudo o que possuíam, deixando nus homens, mulheres e crianças... Outros que se refugiaram em Larache e em Alcazar foram atacados e duramente maltratados; alguns morreram de sede e outros foram devorados pelos leões...* (AYOUN, 1996: 367).

Este quadro, descrito por uma testemunha, revela o início de uma hostilidade que iria varar séculos afora em toda Marrocos, apesar de alguns períodos de paz e prosperidade efêmera, quando se formaram e brilharam grandes escritores, jornalistas, doutores, rabinos, sábios e ricos comerciantes judeus, embora a grande massa, confinada nos *melahs*, permanecesse na pobreza e na exclusão.

Proibição de saída

Outro exemplo que bem atesta o sentimento anti-semita de alguns sultões do Marrocos, mesmo na época do maior êxodo judeu para a Amazônia, é esta carta escrita pelo sultão Abd er-Rahman aos funcionários do governo nos portos de Larache e de Tânger, ordenando a proibição de saída dos judeus ricos do país. Diz a carta, textualmente, no seu original em francês:

> *Nos avons entendu dire que beaucoup de Juifs riches – que Dieu les maudisse – partent avec leurs enfants sous le pretext de se rendre un Terre Saint et qu'il n'ont pas l'intention de revenir. Ceci est préjudicable à l'Islam por deux raisons: d'une part cela diminue nos revenus provenant de l'impot* Djizia *(capitation) et d'autre part ils serviront d'indicateurs et ferront connaitre a l'ennemi la faiblesse des musulmans. Lors que tu recevras cettre lettre empêcheles de s'embarquer par les ports de Larache et de Tânger et que cette interdition soit absolute et totale* (BROWN, Kenneth. *Religion Commerce et Perégrinations des Juifs Marocain*, 1989: 26).

Conversão e martírio (Solica – la Sadiká)

Nas aljamas, juderias e guetos da Ibéria e da Europa era constante a pressão para que os judeus *filhos da maldição, deicidas,*

párias e excluídos ficassem periodicamente sujeitos à pressão de catequese ou conversão forçada, dependendo do bom ou mau humor dos papas, cardeais, bispos, reis e nobres do reino. Desse modo, criaram um novo tipo de meio-judeu e meio-cristão, que eram os marranos, cristãos-novos e cripto-judeus que, em Portugal, eram excluídos dos ofícios e das honras reais até o *14.º grau de descendência*. Na diáspora para o Marrocos, também de forma episódica ou constante, essa pressão se faz sentir para que os judeus aceitassem a crença de Maomé e substituíssem a Torah pelo Alcorão, para torná-los *Judid-al-Islam* (*muçulmano por fora e judeu por dentro*). Inúmeros casos de conversões forçadas ou de martírios ocasionados pelas recusas foram registrados nas terras de Magreb e Marrocos. Entre eles, devemos citar o caso de Sol Hachuel (da família dos Hatchwel, de Maués), que se tornou uma heroína e *sadiká* (santa) do povo judeu tangerino pela sua recusa à conversão ao islamismo, tendo sido, por isso, degolada em praça pública. É uma história comovente do heroísmo feminino judaico, repetindo outras histórias ao longo dos séculos (LAREDO, Isaac, 1935: 347-8, e BENTES, Ramiro, 1989: 248-9).

No ano de 1834 da era atual, vivia em Tânger uma bela e *endiamantada* (moça encantadora de grandes virtudes, que brilhava como diamante, como se diz em *hakitia*), moça de 14 anos, chamada Sol Hachuel. Sua formosura chamava a atenção dos jovens judeus, que disputavam a mão da moça para torná-la sua esposa. O sultão Muley Abderrahman, que reinava em Fez, foi atraído pela sua beleza e propôs elevá-la ao trono, caso se convertesse ao islamismo. A moça recusou e disse que preferia a morte a mudar de religião. Voltando a Tânger, Solica se refugiou na casa de uma vizinha e amiga, mulher do muçulmano Ueld Ladina, que aconselhou a jovem que cedesse e se convertesse. Sol novamente recusou, porém o vizinho denunciou ao kadi (*juiz*) que a moça havia concordado e proferido as sacrossantas frases que precediam à conversão dos regenerados. Solica foi levada ao juiz e se recusou a abjurar a sua crença. O juiz muçulmano a enviou ao governador civil e militar (*Bacha*), que novamente insistiu na conversão. Em face da recusa, Solica foi encarcerada e depois enviada a Fez. Sua majestade, o sultão, diante dessa resistência a en-

viou ao juiz dos Juízes (*Kadi-Koda*) para que desse o seu veredicto final. Estóica e impassível, replicou que preferia a morte à conversão, porque *nasci hebreia e hebreia hei de morrer.* Os jurisconsultores (*Ulama*) decidiram, então, que deveria ser imediatamente degolada, ato que se realizou em praça pública, na presença de mouros e israelitas. O carrasco afastou primeiro as suas tranças e com o seu cutelo bem afiado cortou o pescoço da jovem judia. Conta a história que Solica, antes de morrer, como faziam antes os seus antepassados judeus, pronunciou a sua última oração: *Shema Israel, Adonai Elohenu, Adonai Ehad (Ouve, Israel, Adonai é nosso Deus, Adonai é um só)*. Separada a cabeça do tronco, esta caiu numa poça de sangue. Os judeus de Hebrá (associação que se ocupa dos mortos) recolheram o cadáver, envolveram-no num saco e levaram-no para o *melah* (juderia-gueto), no meio da multidão de árabes enfurecidos. Para abrir caminho os judeus iam jogando moedas à direita e à esquerda, para que a massa popular deixasse passar o cadáver até a juderia. Ao chegar ao portão do *melah*, os muçulmanos cerraram as portas e os judeus tiveram de galgar o alto muro do *melah* para levar o corpo da jovem. Ela foi enterrada na *mearah* (cemitério) de Fez, ao lado da tumba do Sadik (santo) Rebbi Eliyahu Hasserfaty. O povo judeu-marroquino, então, passou a chamar a mártir heroína de *Solica – la Sadiká* (santa) que nasceu em Tânger, em 1820, e foi decapitada em Fez, em 1834 (LAREDO, 1935: 347-8).

Guerras e motins

Marrocos sempre foi um país disputado por berberes, árabes, portugueses, espanhóis, franceses e ingleses. Inúmeras foram as revoluções ocorridas durante os séculos XVI e XVII. Portugal lutou contra o Marrocos e travou a Batalha de Alcácer-Quibir – Batalha dos Três Reis, onde o rei dom Sebastião morreu em combate em 1578, o que determinou a união do reino de Portugal e Espanha, no período de 1580 a 1640. Nessa batalha, milhares de portugueses cristãos foram salvos no Marrocos por exilados judeus sefaraditas, que acolheram os sobreviventes – antigos *patrícios* – evitando que fossem massacrados pelos mouros. Por isso, os judeus passaram a comemorar a data como *Purim de los Christianos* – relembrando a salvação dos judeus

pela rainha Esther na antiga Pérsia. Portugal invadiu Mazagan e Marrocos e lá ficou até 1769 (Eidorfe Moreira nos conta que os primeiros judeus-marroquinos que emigraram para o Pará fundaram a cidade de Mazagão, perto de Macapá, que vieram fugidos do Marrocos em 1764, depois que a cidade foi arabizada) (MOREIRA, Eidorfe. *Presença hebraica no Pará*, Belém, 1927: 26).

A seguir, Moreira nos conta a seguinte hipótese e versão:

> *Cercada pelos mouros (1768) foram seus habitantes transferidos no ano seguinte para a Amazônia, onde fundaram a nova Mazagão, em terras do atual Território do Amapá. Não teria a lembrança desse fato atuado como preponderante no caso? Marrocos sempre foi o grande vazadouro hebraico de Portugal e Espanha, de modo que os mazagonistas evacuados, entre os quais vieram provalvelmente cristãos-novos, abriram no tempo perspectivas de relações que depois se tornaram efetivas entre esse país e a Amazônia.*

Portugal também ocupou Tânger e entregou este porto, defronte de Gibraltar, na costa atlântica, para a Inglaterra em 1662, tendo o Mulay Ismail recuperado a soberania para Marrocos em 1684. Gibraltar também foi ocupada pelos ingleses em 1704, um porto estratégico militar que controla o acesso ao Mar Mediterrâneo, até hoje em poder do Reino Unido da Grã-Bretanha, apesar das reivindicações da Espanha. Os franceses, por sua vez, bombardearam Larache e Salé em 1765, tendo havido muitas mortes de árabes e judeus, porém muitos destes últimos se salvaram e passaram a comemorar a data como *El Purim de las Bombas*.

A guerra da Espanha contra Marrocos, 1859/1860, resultou na conquista de Tetuan, ampliando a sua ocupação anterior de Ceuta e Melilla.

Em Tetuan havia, em 1727, sete sinagogas e, em 1790, desencadeou-se séria perseguição, roubo, estupros e assassinatos de judeus perpetrados pelo sultão Mulay Yazid, porque os judeus se recusaram a *emprestar* a ele grande soma de dinheiro. Em 1822, novamente a comunidade foi saqueada e grandes atrocidades, saques e roubos fo-

ram cometidos. Em 1860, durante a Guerra da Espanha contra Marrocos (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, Jerusalém, 1973: 1.030), Tetuan chegou a ter o máximo de 8.000 judeus e durante muitas gerações exerceu a liderança temporal e espiritual dos sefaraditas no Marrocos. Tânger, em 1808, tinha apenas 800 judeus, que foram aumentados para 2.000 em 1835, depois que os cônsules europeus passaram a residir na cidade, dando certa proteção a eles. Em consequência do afluxo de judeus empobrecidos de Tetuan, que foram atraídos pela maior prosperidade de Tânger, os tetuanos foram forçados pelos árabes a viver enclausurados dentro dos guetos ou melahs – juderias –, em um quarteirão da cidade, desde 1807 até 1912 (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, 1973: 1.031, vol. 15).

A Guerra da Espanha contra Marrocos, 1859/1860, resultou na conquista de Tetuan pelos espanhóis, ampliando assim a sua ocupação anterior de Ceuta e Melilla. Os judeus sefaraditas – tetuanos – sofreram pilhagem e massacre na mão dos muçulmanos, sob alegação de que os judeus foram favoráveis à Espanha. Quando os espanhóis abandonaram Tetuan, em 2 de maio de 1862, a perseguição aumentou e a maioria fugiu para Argélia, Oran, Tânger, Ceuta, Melilla, Gibraltar, América Latina, especialmente Brasil e outros voltaram até para a Espanha e Portugal (MIRELMAN, Victor A. "Sephaaradic Immigrations to Argentina prior to the Nazi Period", In: *The Jewish Presence in Latin America*. Boston: Allen & Unwin, 1987).

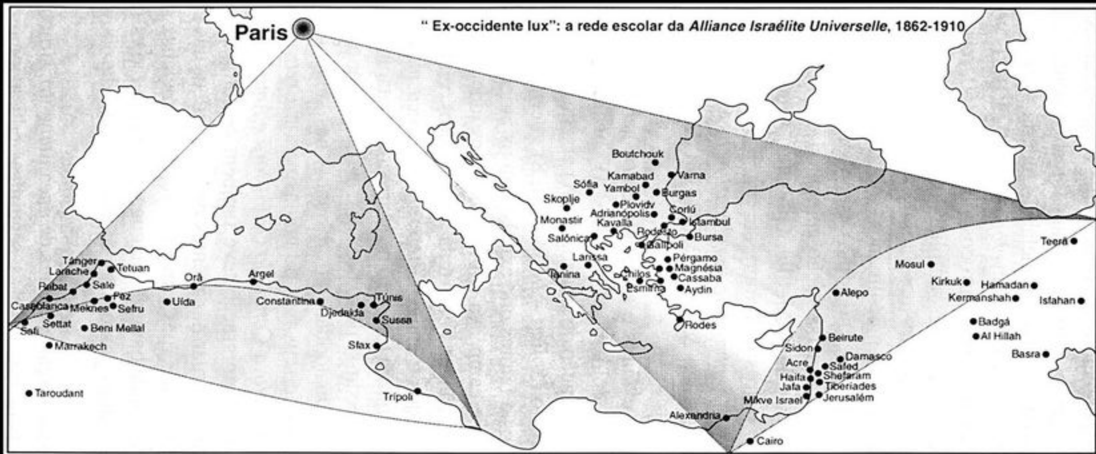
Portanto, os fatos, eventos e acontecimentos acima mencionados: 1) pobreza, 2) doenças e epidemias, 3) fome, 4) apedrejamento de judeus vivos e mortos, 5) destruição de sinagogas, 6) perseguições e sofrimentos, 7) conversão e martírio (*Solica – la Sadiká*), 8) guerras e motins foram os principais motivos e fatores que expulsaram os judeus do Marrocos.

Enquanto a barbárie campeava no Marrocos, os judeus atemorizados e apavorados de Tetuan, Tânger, Fez, Arcila, Salé e outros centros marroquinos já tinham a prova de que a antiga *Guezerah* (*sentença maldita*) da Ibéria havia chegado ao *Guehinam* (*inferno*) do Marrocos e trataram de fugir, arrumar as suas malas, despedir-se de suas mães e avós, colocar os *tefelim* (*bar-mitzvá* – cerimônia da

maioridade aos 13 anos) nas sinagogas e partiram acompanhados ou não de seus pais e famílias para a *Eretz Amazônia – a Terra da Promissão e a Nova Canaã do Grão-Pará e Amazonas*.

De outro lado, essa emigração teve também os fatores positivos de atração que passaram a atuar nas mentes de cada judeu, nas conversas e orações nas sinagogas e nas ruas estreitas e sujas dos melahs e juderias (A Calle de las Esnogas, onde havia 7 sinagogas, a rua era tão estreita que só dava passagem para duas pessoas a pé, uma ao lado da outra (BENTES, 1987: 310).

Muitas foram essas forças e fatores de encantamento, simpatia e fascinação. Entre elas podemos citar as seguintes: educacionais, políticos, sociais e econômicos.



Fonte: *História Universal dos Judeus*. Élie Barnavi, 1995: 188.

Aliança Israelita Universal

A Alliance Israélite Universelle foi fundada em Paris, em 1860, por J. Carvalho, I. Cohen, N. Leven, A. Cremieux, A. Astruc e o poeta E. Manuel, com apoio financeiro do barão Maurice de Hirsch, que doou 11 milhões de francos-ouro.

O seu objetivo era expressar a necessidade de dar solidariedade aos judeus, trabalhar pela sua emancipação e progresso moral, oferecer ajuda e assistência aos judeus, vítimas do anti-semitismo, encorajar a publicação de livros que promovessem esses objetivos. A ação da Aliança Israelita Universal se fazia nos níveis diplomáticos, assistência a emigrantes e educação, sobretudo voltadas para os judeus orientais, vítimas de perseguições. Para cumprir este objetivo foi criada em Paris, em 1867, a École Normale Israélite Orientale para treinar diretores e professores para as suas escolas no exterior. Foram fundadas, ainda, diversas escolas da AIU, como a de Tetuan em 1862, a de Tânger em 1869, seguidas de mais cinco escolas no Marrocos (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, 1973: 651, vol. 2). Em 1870/1885 foram fundadas 10 escolas na Bulgária, Sérvia, Rumania, Turquia, Síria, Iraque, Egito, Jerusalém, Algéria, Tunísia e outros países do Mediterrâneo, onde a Escola Israelita Universal exerceu um papel fundamental na criação de meninas e meninos judeus, dando formação em todos os níveis de ensino, línguas (francês, espanhol, inglês e hebreu), ciência, história, geografia, ofícios e profissões, sendo que as mulheres aprendiam ainda costura, trabalhos manuais e música, além das matérias acima citadas (BENTES, 1973: 313).

A Aliança abriu, também, uma escola rabínica em Istambul em 1897, ajudou os Falashas em 1868, e os judeus do Iêmen em 1908. Também em Casablanca foi criada, à semelhança de Paris, a Escola Normal Hebraica de Casablanca para formar professores e diretores para outras escolas. A escola, além de proteger, estimular e promover as tradições judaicas e o ensino humanístico e profissional, preparou muitas gerações para que pudessem emigrar para outros países. Como a AIU era uma organização de origem francesa, dirigida em Paris, ela foi muitas vezes acusada de promover, além do judaísmo, os valores da cultura francesa e este argumento

foi muito usado para fechar muitas dessas escolas nos paízes árabes (ENCYCLOPAEDIA JUDAICA, 1987: 652, vol. 2).

Também o filantropo judeu inglês Sir Moses Montefiore, na sua visita ao Marrocos em 1864, muito ajudou a dar alento às escolas da Aliança em Tânger e Tetuan, e auxiliou a fundar uma escola para meninas judias, com donativo de 300 libras esterlinas. Ele interferiu junto ao sultão para pedir proteção e amparo aos judeus, seus correligionários e também para os cristãos, tendo obtido a libertação dos judeus de Damasco e conseguiu para os judeus da Palestina o direito de adquirir propriedade rural (LAREDO, 1935: 350-354; BENTES, 1987: 313).

As escolas da Aliança Israelita Universal de Tetuan e Tânger tiveram papel importante na educação e preparação de judeus, retirando-os da pobreza e ignorância em que viviam no Marrocos e estimulando-os a emigrar para outros países que pudessem oferecer melhores oportunidades para viver e manter as suas tradições judaicas.

Mirelman (1987: 15) nos informa que dos 417 rapazes formados pela Escola da Aliança Universal de Tetuan, em 1862, 47% ou 182 estudantes deixaram o país como emigrantes para outros países, inclusive o Brasil. David Cazes, citado por Mirelman, noticia que *as escolas de Tetuam de AIU trabalham para exportar... 95% dos estudantes emigraram.* Mirelman também nos informa que o professor Isaac Benchimol, de Tânger (In: BENCHIMOL, *Langue espagleno*), em 1901, pediu que a AIU introduzisse o espanhol nas escolas do interior do Marrocos, onde os judeus forasteiros falavam árabe, para ajudá-los a emigrar, pois a América Latina necessitava de mão-de-obra (MIRELMAN, 1987: 21). E conclui o seu pensamento, dizendo: *A criação das escolas de Tetuan (1862) e Tânger (1864) da Aliança Israelita Universal contribuiu, economicamente, para o desenvolvimento de uma nova geração de judeus imbuídos do espírito de progresso. Estas escolas desempenharam papel fundamental na modernização das comunidades judaicas das cidades costeiras e do interior, onde o tradicionalismo religioso estava profundamente arraigado. Estas escolas ensinaram novos ofícios e habilidades aos judeus na esperança de mudar a estrutura ocupacional das comuni-*

dades judaicas. Uma grande parte dos judeus-marroquinos optou pelo comércio ou emigração como melhor alternativa para escapar da pobreza. A maioria era de Tetuan, Tânger, Larache, Elksar, Fez e Marrakesh e muitos emigrantes eram ainda adolescentes em seus teens (13 a 18 anos) (MIRELMAN, 1987: 15).

Com estes antecedentes, o emigrante judeu-marroquino, ao se transferir para a Amazônia, já era um homem ou mulher educado para o trabalho e para vencer na vida. Toda escola, em um país pobre que persegue os destituídos, os discriminados e os excluídos, funciona como agente de emigração – *oeuvre d'emigration* –, preparando-os para melhor exercer os seus ofícios e profissões no exterior. A Aliança Israelita Universal do Marrocos ajudou a preparar os futuros líderes judeus da Amazônia, que se tornaram importadores e, sobretudo, exportadores, viajando para o exterior para fechar negócios e assistir congressos e exposições, pois dominavam fluentemente o inglês e o francês. Na época da crise da borracha, quando os exportadores ingleses, alemães e franceses abandonaram Manaus e Belém, coube aos judeus-marroquinos-brasileiros substituí-los nessas funções, fornecendo à sociedade local e liderança econômica e social necessária para sobreviver nas décadas de depressão e *débâcle* da borracha.

Fatores políticos

Durante milênios os judeus jamais tiveram um estatuto político que os protegesse das perseguições, ordálias, confiscos, conversões forçadas e martírios. Segregados e forçados a viver separados e excluídos da comunidade cristã, os judeus sempre viveram emparedados nos *platea judaeorum* (em Roma), na *guidecca, ghetto e borghetto* (de Veneza), Itália, na *judengasse e geheckter* (lugar cercado) da Alemanha, nos *ghettos e ulica zydowska* de Varsóvia, no *stetl* da Rússia, Polônia e Lituânia, na *juiverie* da França, na *jewry* da Iglaterra, na *juderia* da Espanha, nas *aljamas e judiarias* de Portugal e nos *melahs* do Marrocos. Esse *apartheid* religioso foi sancionado pelo Concílio de Trento (1545-1563), que o institucionalizou.

O primeiro documento que atribuiu liberdade e igualdade de direito aos judeus foi durante a Revolução Francesa de 1789, quando a Declaração dos Direitos Humanos e Cívicos emancipou os judeus na França, que passaram a ter seus direitos civis e políticos, embora o imperador Napoleão, posteriormente, suspendesse os direitos civis dos judeus durante dez anos.

A proteção legal e jurídica dos judeus e a sua integração à cidadania política e civil nos países onde moravam, inclusive os direitos ao culto religioso, foram inicialmente precários mesmo depois desse estatuto político, pois continuaram sofrendo grandes restrições e óbices legais em muitos países que não incorporaram esses direitos aos seus códigos, leis e estatutos. Assim é, por exemplo, a Espanha que, somente em dezembro de 1978, com a nova Constituição, assegurou a liberdade religiosa para todos os residentes no país.

Assim, aqueles países que concediam proteção legal e política aos imigrantes judeus eram procurados por eles, a fim de fugir da pobreza e da opressão. No caso brasileiro, essa proteção e os incentivos políticos e econômicos atuaram sobre os judeus-marroquinos pelos diversos tratados e leis.

Abertura dos portos do Brasil

Em 1808 a família real portuguesa, fugindo do general Junot do Exército de Napoleão Bonaparte, que invadiu Portugal, transferiu-se para o Brasil com a rainha dona Maria I e o príncipe regente dom João VI, que mais tarde seria aclamado rei de Portugal, Brasil e Algarves em 8 de fevereiro de 1818.

Em 28 de janeiro de 1808 foi assinada a carta régia da Abertura dos Portos às Nações Amigas, inspirada pelo futuro visconde de Cairu, que autorizava que as alfândegas recebessem, conforme primeira cláusula:

> *todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportados em navios das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha coroa, ou em navios de meus vassalos.*

A segunda cláusula admitia que:

> *Não só os meus vassalos mas também os sobretudos estrangeiros, possam exportar para os portos, que bem lhes parecer, o benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil, ou outros notoriamente estancados.*

Esta carta régia revogava todas as leis e ordens anteriores que *até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio e navegação entre os meus vassalos e estrangeiros*. Em 18 de junho de 1814, o príncipe regente dom João VI assinou um novo decreto, abrindo os portos luso-brasileiros pela segunda vez, porém, em caráter definitivo a todas as nações amigas, sem exceção (QUADROS, Jânio e ARINOS, Afonso. *Histórias do Povo Brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores, 1967: 32-63).

A carta régia de 1808 e o Decreto de 1814 fizeram inserir o Brasil no comércio internacional, o que teve reflexos imediatos na Europa, sobretudo Inglaterra, França, Gibraltar e Marrocos, onde nestes últimos países os exilados judeus sefaraditas foram buscar abrigo desde os fins do século XV. O livre comércio e a abertura dos portos criaram novas perspectivas e horizontes para as juderias e judiarias de Tetuan e Tânger, duas cidades portuárias, onde muitos judeus chegaram a enriquecer com o comércio exterior de importação e exportação.

Tratado de Aliança e Amizade

Em 19 de fevereiro de 1810 foram firmados dois tratados, um de comércio e navegação e outro de aliança e amizade, além de uma convenção sobre o serviço de navios entre o Brasil e a Grã-Bretanha (QUADROS, 1967; BENTES, 1987: 347). Esse tratado permitiu a introdução das manufaturas inglesas de ferro, vidro, cobre, lã, louça, cutelaria, móveis, sapatos, roupas, colchões e outros que em grande parte vinham substituir o antigo monopólio português metropolitano sobre a sua colônia. Também os portugueses deveriam abolir, gradualmente, o tráfico negreiro. Assinado em 19

de fevereiro de 1810, pelo conde de Linhares, representando o príncipe regente dom João e pelo ministro Strangford, representando o rei Jorge III da Grã-Bretanha, o Tratado de Aliança e Amizade determinava que, no futuro, não haveria mais no Brasil o Tribunal da Inquisição. Numa demonstração de sua tolerância religiosa, dom João VI permitiu, também, no outro tratado da mesma data, no seu artigo XII, a edificação na sede de sua corte no Rio de Janeiro do primeiro templo protestante e a liberdade de culto para os vassalos de S. M. Britânica (BENTES, 1987: 347):

> *S. A. R. o primeiro regente de Portugal declara e se obriga, no seu próprio nome e no de seus herdeiros e sucessores, a que os vassalos de S. M. Britânica, residentes nos territórios e domínios seus, não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua religião, mas antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem os ofícios divinos em honra do Todo-Poderoso-Deus, quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas particulares igrejas e capelas que S. A. R. agora e para sempre generosamente lhes concede a permissão de edificarem e montarem dentro dos seus domínios e conquistas,* contanto que as sobreditas capelas sejam construídas de tal maneira que exteriormente se assemelhem a casa de habitações e também que o uso de sinos não lhes seja pemitido.

Esta concessão feita aos anglicanos encontrou oposição por parte do núncio Lourenço Calpipi, que chegou a pedir ao rei que restabelecesse no Brasil a Inquisição para impedir o aumento da heresia, que não poderia deixar de produzir *venenosos frutos* à vista de semelhante concessão feita aos anglicanos. Dom João não concordou em perseguir hebreus e cristãos-novos, mantendo-se coerente com o compromisso que assumira no mesmo dia, de que no futuro não haveria Inquisição no Brasil (BENTES, 1987: 347).

Esse Tratado de Aliança e Amizade entre o Reino Unido e o Brasil, portanto, constituiu um marco e um sinalizador para que os judeus do Marrocos e outros países pudessem vir para a Amazônia, conforme assinalou o historiador Nachman Falbel, professor titular

de História Medieval da Universidade de São Paulo, em seu recente pronunciamento em Belém, em setembro de 1997, no I Congresso Internacional Israelita de Ecoturismo, na sua conferência sobre *Presença Judaica na Amazônia* (Belém, 1997, manuscrito inédito).

Extinção da Inquisição (1821)

Dom João VI regressou a Portugal em 26 de abril de 1821 e, no mesmo ano, corajosamente, e enfrentando as represálias do clero e da Igreja, extinguiu finalmente a Santa Inquisição e os Tribunais do Santo Ofício em todo o Reino de Portugal e Algarves.

Finalmente estava aberto o caminho para que os judeus sefaraditas e *forasteiros* do Marrocos apressassem a sua partida do exílio marroquino que durou mais de 300 anos, desde as expulsões de 1492 e 1496, da Espanha e Portugal. Era a verdadeira carta de alforria para os judeus que viveram durante séculos na Ibéria, sob o peso desse Tribunal e das condenações nos Autos-de-Fé. Havia, portanto, na América um país livre que poderia abrigá-los para a construção do seu novo lar.

Constituição Imperial de 1824

Proclamada a Independência do Brasil, às margens do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, por dom Pedro I, imperador do Brasil, a Constituição Imperial de 1824 reconheceu a Igreja Católica como a religião oficial do Estado, mas permitiu às outras religiões que fizessem o culto doméstico ou particular em casas *sem forma alguma exterior de templo*. A fim de apaziguar a Igreja, foi feita essa concessão de modo que as outras religiões não pudessem erguer seus templos de forma ostensiva, que se rivalizassem com as Igrejas, mas podendo, de modo íntimo e doméstico, realizar os seus cultos. Era uma espécie de semiclandestinidade legal para salvar as aparências. De qualquer forma, o fato de a Constituição reconhecer a prática de outros cultos, diferentes da Igreja Oficial, constitui um grande avanço. As sinagogas, assim, poderiam funcionar em casas de famílias judaicas como ocorreu logo de início, quando começou a emigração sefaradita-marroquina para Belém, por volta de 1810. A primeira sinagoga fundada em 1824 ou 1823 – Essel (Eshel)

Abraham – deve ter funcionado em alguma casa de família, sem nenhum sinal ou identificação de templo.

Liberdade de culto judaico (1890)

Por fim, com a Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, em 15 de novembro de 1889, foi baixado pelo governo provisório o Decreto n.º 119, que aboliu a união legal da Igreja com o Estado e instituiu o princípio da plena liberdade de culto. Entre os *considerandos*, o governo provisório enfatizou nesse decreto que a política republicana se baseava na mais completa liberdade espiritual, que os privilégios concedidos pelo poder civil aos adeptos de qualquer doutrina só tinham servido para dificultar o natural advento das opiniões legítimas e que as doutrinas não deveriam mais carecer de apoio temporal. O decreto acima mencionado, talvez redigido por algum positivista adepto de Augusto Comte, com o apoio da maçonaria, estabeleceu até que, *em caso de abandono dos templos pelos sacerdotes católicos, o Estado os cederia para os exercícios culturais de qualquer igreja, sem privilégio religioso.*

Nessa época, vivíamos na Amazônia em pleno apogeu do ciclo da borracha, e os judeus-marroquinos que, desde 1810, estavam emigrando para a Amazônia, receberam novo incentivo e alento para continuar emigrando, pois o novo estatuto político permitia que as sinagogas saíssem da semiclandestinidade para se organizarem como templos de estudo, oração e reunião de comunidade judaica. A Sinagoga Shaar Hashamaim, de Belém, foi uma das primeiras a se beneficiar do novo estatuto legal, porém é bem provável que já funcionasse na casa de alguma família judia de Belém, pois a data de sua fundação ainda é motivo de controvérsia, embora alguns autores mencionem como datas prováveis os anos de 1826, 1828 e 1835 (BENTES, 1987: 348; MOREIRA, 1972: 18).

Abertura do rio Amazonas para a navegação de todas as nações

O rio Amazonas até a sexta década do século XIX teve a sua navegação vedada às bandeiras dos navios de outras nações. As pressões do exterior eram grandes porque, nessa altura, despontava o ciclo da borracha. O interior da Amazônia não podia desenvolver-se sem acesso à livre navegação. Tavares Bastos, com o apoio da população e os aplausos dos governadores da Província, *desfazendo acusações de que estava a soldo dos interesses norte-americanos*, reclamou no parlamento a medida de liberação da navegação. Afinal, o governo imperial de dom Pedro II cedeu e baixou o Decreto n.° 3.749, de 7 de setembro de 1866, abrindo o rio Amazonas e seus afluentes à navegação mercante para todas as nações, a começar de 7 de setembro de 1867 (REIS, Arthur. *História do Amazonas*. Manaus, 1.ª edição, 1931; 2.ª edição, Belo Horizonte: Itatiaia, 1989: 224).

Um novo passo político para viabilizar a colonização da Amazônia foi o intercâmbio com o exterior e mais um incentivo aos imigrantes judeus do Marrocos e de outros países para se estabelecerem na região, além do fascínio representado pelos altos preços da borracha amazônica nos mercados internacionais, na segunda metade do século XIX.

Navegação do exterior e imigração estrangeira

Antes do fim do século XIX foi inaugurada a Linha Booth, com vapores ligando os portos de Manaus, Belém, e os portinhos do interior da calha central, com a Ilha da Madeira, Lisboa, Leixões, Vigo, Havre, Liverpool e Hamburgo, com transbordos para Paris e Londres e serviço regular de cargas e passageiros. Também foi criada outra companhia de navegação inglesa, a *Red Cross Line*, com a mesma rota da Europa até Belém e Manaus. Em 1900, as duas fundiram-se e passaram a se chamar *The Booth Steamship Co. Ltd.*, servindo os portos europeus e os Estados Unidos da América do Norte. Os alemães organizaram a *Hamburgue Amerika Line*, ligando Hamburgo e os outros portos do continente com Belém e

Manaus. Os italianos fundaram a companhia *Ligure Brasiliana*, presidida pelo deputado italiano Gustavo Gavotti, que iniciou a linha do Mediterrâneo com escalas em Gênova, Marselha, Barcelona, Vigo, *Tânger*, Lisboa, Açores, Belém, Parintins, Itacoatiara e Manaus, com subvenção anual de duzentos e quarenta contos de réis (valor equivalente a 553.380 libras esterlinas de 1992). Essa subvenção foi concedida pelo governador do Amazonas, Eduardo Ribeiro, que governou o Estado no período de 1892 a 1896 e que, provavelmente, deveria incluir alguma cláusula de transporte gratuito de imigrantes. Esta hipótese deve ter ocorrido, pois Eduardo Ribeiro construiu a Hospedaria dos Imigrantes de Paricatuba, para receber imigrantes das Antilhas, Ilhas Baleares, Canárias, Açores, Espanha e Japão, conforme nos informa Mário Ypiranga Monteiro, *Negritude e Modernidade: a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro*. Manaus: Edição Governo do Estado, 1990).

Sem dúvida, a navegação do exterior incentivou muito a emigração de judeus do Marrocos, pois vizinhos de Gibraltar, facilmente iam a Lisboa, para apanhar os navios da Booth, Red Cross, Hamburg Amerika Line, Liverpool and Amazon Royal Mail Ship Co. Ltd. (Mala Real Inglesa), de Brito Amorin, com o capital de £ 100.000, incorporada em Londres em 1877 e que foi à falência e depois comprada pela firma Singlehurst & Co., que atuava também com exportação de borracha. A linha italiana La Ligure Brasiliana, por ter escala mensal em *Tânger*, deve ter trazido muitos judeus sefaraditas e forasteiros de Ceuta, Tetuan, Tânger e do interior do país. É provável que muitos deles foram subsidiados com passagem gratuita, ao contrário do que afirma grande parte dos historiadores, que sustentam que a emigração judaica na Amazônia foi espontânea e sem ônus para os cofres públicos. É bem provável que, como a companhia italiana era subvencionada pelo governo amazonense, com cerca de meio milhão de libras esterlinas por ano, ela fosse obrigada a transportar, gratuitamente, uma quota de imigrantes para trabalhar na Amazônia. Esta hipótese é válida, pois o contrato feito em 1874, com a Amazon Royal Mail Steamship Co. Ltd. (Mala Real Inglesa) e com Alexandre Paulo de Brito Amorin, previa em uma de suas cláusulas 6 viagens por ano entre Manaus,

Belém e Europa e a introdução por conta da empresa de cem (100) imigrantes por ano.

Roberto Santos (1980: 88) nos informa, outrossim, que no período de 1908 a 1911, no auge do ciclo da borracha, deram entrada em Belém – o principal porto amazônico – 19.467 imigrantes estrangeiros. Destes, 9.008 eram portugueses; 2.809 espanhóis; 1.294 ingleses; 974 turco-árabes; 907 franceses e alemães; 830 italianos; 564 norte-americanos e 3.081 de outras nacionalidades. Esta aceleração do movimento imigratório deve-se, em grande parte, ao governador paraense Lauro Sodré, que, em 1896, sancionou uma lei para promover a vinda de 100.000 imigrantes do exterior para o Pará, no prazo de dez anos. Somente parte desse programa de imigração e colonização foi realizada, pois a crise da borracha, a partir de 1911, desestimulou o movimento imigratório. Muitos desses imigrantes foram destinados à colonização da recém-construída Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. É bem provável, no entanto, que um número apreciável deles fosse de judeus-espanhóis, portugueses, ingleses e franceses, proveniente do Marrocos, Gibraltar, Alsácia e Lorena.

Navegação interior

Os atrativos para a imigração não se centralizavam apenas na navegação do exterior: eles também eram praticados com muita subvenção dos governos federal e estadual, para estimular a navegação no interior da região. Assim é que, já em 1872, foi organizada em Londres a The Amazon Steamship Navigation Co. Ltd., da qual era acionista principal o visconde de Mauá, que substituiu a antiga Cia. de Navegação e Comércio e que foi finalmente encampada pela Amazon River Steam Navigation Co. Ltd., em 1911. Esta companhia chegou a ter 54 vapores, vaticanos, gaiolas e chatas, aos quais devem ser acrescido mais 122 navios menores de armadores particulares, inclusive de propriedade de judeus de Belém e Manaus. A Amazon River era subsidiada pelo governo federal, que pagava pela operação de seus navios em quase todos os rios e cidades da Amazônia a importância de 873.948$000 por ano, equivalente a £ 58.263 de 1912 e a £ 2.881.693/ano, em va-

lores atualizados para 1992 (BENCHIMOL Samuel. *Navegação e Transporte na Amazônia*, Manaus, 1995: 37).

Esses investimentos facilitaram a interiorização dos judeus-marroquinos que, ao chegar a Belém do Pará, as sucessivas levas de imigrantes eram logo atraídas para o interior do Pará e Amazonas, estabelecendo-se em Cametá, Gurupá, Breves, Baião, Macapá, Santarém, Itaituba, Alenquer, Óbidos, Parintins, Maués, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, Coari, Tefé, Manicoré, Humaitá, Porto Velho e até Iquitos no Peru.

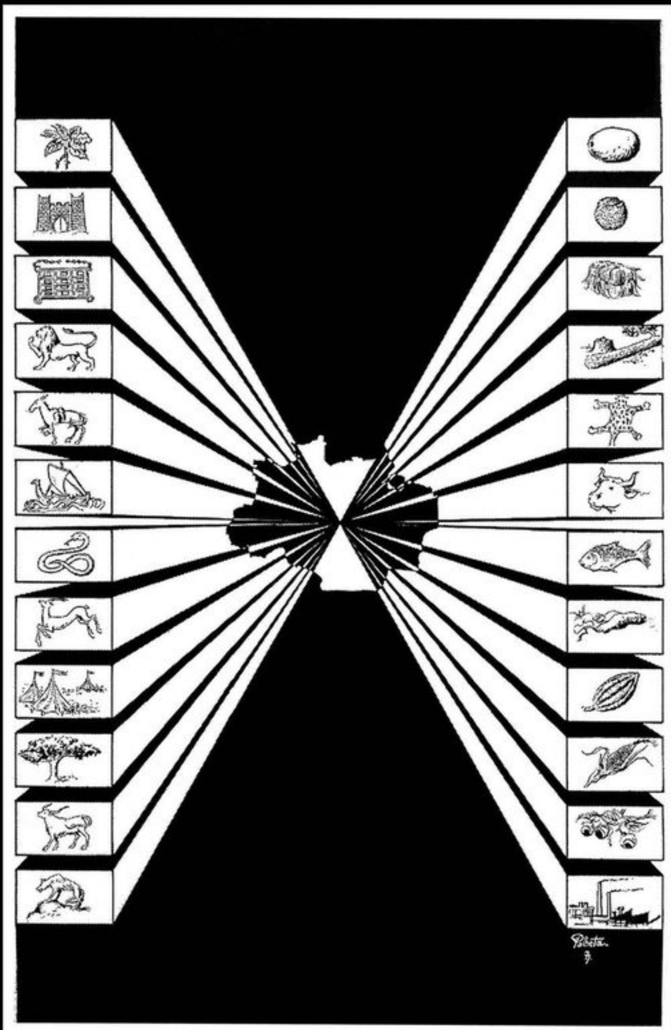
Judeu sempre foi, sociologicamente falando, padrão de terra boa, e aonde ele vai com sua família e inicia o seu trabalho, a prosperidade chega. Quando ele sai é sinal de crise e depressão. Nos velhos tempos costumava-se dizer que, para uma vila ou povoado crescer e prosperar na Amazônia era preciso: um caboclo para fazer a roça, um cearense para cortar seringa, um judeu para vender suprimento e comprar produtos regionais, uma filial das lojas A Pernambucana para vender tecidos e um padre para batizar, casar e enterrar.

A navegação do exterior ajudou a trazer os judeus-marroquinos para a Amazônia e a navegação interior os levou para os confins da região, em busca de trabalho e da fortuna. Levando sempre a sua família para vencer a solidão do fim do mundo, e chamando novos parentes e aderentes de Tetuan e Tânger e das terras dos forasteiros, para formar uma *kehilá* e um *ishuv* – uma comunidade onde pudessem fazer uma sinagoga e obter *minyam* (quórum de 10 judeus) para poderem rezar e cumprir os deveres e as tradições dos seus antepassados.

Enquanto a barbárie e o sofrimento campeavam no Marrocos – com todos os seus problemas de pobreza, segregação nos *melahs*, doenças, apedrejamento de judeus, destruição de sinagogas, perseguições, conversão e martírio (*Solica – la Sadiká*), guerras e motins – de outro lado, o Brasil e Amazônia abriam as suas portas para acolher os fugitivos e exilados, prometendo a todos um novo lar e uma nova pátria livre das perseguições e temores. Um conjunto de fatores políticos e leis foram criados para propiciar a atração de imigrantes e retirantes. A Abertura dos Portos em 1808 e 1814, o Tratado de Aliança e Amizade de 1810, a Extinção da Inquisição

em 1821, a Tolerância do Culto na Constituição Imperial de 1824, a Liberdade Total de Culto e a Separação da Igreja do Estado, em 1890, atuaram como importantes fatores políticos de atração.

Do ponto de vista econômico, outros fatores positivos passaram a atuar, como: a intensificação da navegação do exterior, propiciando o maior comércio de importação e exportação, cargas e transportes de passageiros e imigrantes; a navegação interior subsidiando e propiciando a interiorização das correntes imigratórias judaicas ao longo da calha central do rio Amazonas e seus afluentes e tributários; o ciclo da borracha que empolgou a região nos anos de 1850 a 1910, atraindo não apenas emigrantes judeus, mas também ingleses, franceses, alemães, portugueses e a grande massa de flagelados e retirantes do Nordeste, que fugiam das secas de 1877 e 1888. Todos esses fatores de expulsão e atração se combinaram para que os judeus deixassem Marrocos e viessem viver e prosperar na Amazônia.



Eretz Amazônia – Terra da Promissão

Mil anos e quarenta gerações

Depois da Guezerá (sentença maldita) da Ibéria, do Guehinam (inferno) do Marrocos, a Amazônia, por volta de 1810, quando se iniciou a emigração dos judeus para o Grão-Pará e Amazonas, surgiu como o Gam-Eden, o Jardim do Paraíso, a Terra da Promissão.

Setecentos anos de exclusão e sofrimento na Espanha e Portugal, seguidos de trezentos anos de reclusão e perseguição no Marrocos perfazem um drama de mil anos, ou cerca de quarenta gerações de antepassados.

Despedidas e adeuses

Podemos imaginar as cenas de despedidas de judeus sefaraditas e forasteiros nas suas *melahs*, juderias, esnogas de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh, Arcila, Larache, Ceuta e Melilla, os principais focos dos retirantes judeus-marroquinos. Os jovens corriam às sinagogas para pôr os seus tefelim (*bar-mitzvá*) – (cerimônia de confirmação e maioridade feita aos 13 anos, que marca a integração do jovem judeu à sua comunidade religiosa), os pais e mães aflitos e chorosos arrumavam as suas malas e baús. Os mais velhos rezavam as suas orações (Shaharit [*tefilah*], Minchá, arbit – rezas da manhã, da tarde e do anoitecer) nas sinagogas, diziam o kadish (oração aos mortos) em honra aos seus falecidos pais, visitavam (zoreavam) os cemitérios, embrulhavam os seus livros de orações (*sidurim*), os seus *talets* e *mezuzots*, guardavam num saco as jóias e as moedas de ouro amealhadas ao longo de gerações e despediam-se dos seus amigos e parentes, prometendo escrever cartas e remeter algum dinheiro logo que possível. Como grande parte dos imigrantes era jovem – recém-saída da Escola da Aliança Israelita Universal, muitos apressavam o casamento com as suas namoradas e noivas para que já pudessem chegar na sua nova pátria com família já constituída. Outros mais pobres, apenas com o sapato e a roupa no corpo, pediam emprestado alguns ouros e libras para as despesas de viagem.

Jovens e mães judias

As jovens e as mães judias que não podiam sair, por falta de recursos, acompanhando os seus queridos, choravam na hora do adeus e da despedida, antes de seguir para o cais do porto, para embarcar nos navios da Booth, Red Cross e Ligure. Seus nomes tradicionais, como ocorre com quase todos os nomes das mulheres judias, eram belos, felizes e dichosos (para trazer sorte) e seriam para sempre lembrados, por muitas gerações, com ternura e saudade: Alegria, Querida, Esperança, Linda, Bela, Preciada, Luz, Felicidade, Fortuna, Bendita, Piedade, Bonina, Vida, Orovida, Reina, Sultana (rainha), Sim (alegria), Rica, Rosa, Preciosa, Mercedes, Letícia (alegria), Mazal (sorte), Nina, Felícia, Regina, Aziza (amada), Hermosa, Flor, Florida, Gracia, Asla (mel), Gimol (bela), Bonadona, Clara, Suzana (flor-de-lis). Ou aqueles que colocam nomes de pedras preciosas como: Pérola, Perla, Esmeralda, Saphira, Oro, Plata, Orodueña, Cota (rubi), ou nomes de astros como: Estrela, Stela, Luna, Sol e os nomes bíblicos de Sarah, Esther, Rachel, Lea, Lia, Rebeca, Ruth, Judith, Mery, Miryam, Débora e muitos outros.

Muitas delas ficaram na penumbra e no esquecimento quando os seus maridos morriam na nova pátria ou se amancebavam com as mulheres nativas. Outras tiveram a sorte de serem chamadas pelos seus parentes ou prometidos e comprometidos para se casar com seus primos, com os seus antigos vizinhos, amigos e pretendentes, ou com noivos arranjados pelos seus pais, como era comum naqueles velhos tempos, pelo acordo entre as famílias que resultavam nas cartas de chamadas.

Os primeiros imigrantes

As primeiras famílias de origem e fé judaicas se estabeleceram na Amazônia entre 1810 e 1820, quando a Amazônia ainda vivia o ciclo das drogas do sertão, exportando cacau e outras especiarias como cravo, canela, anil, salsaparilha, ipecacuanha, banha de tartaruga, penas de garça e outros produtos do extrativismo florestal e animal. A borracha, naquelas décadas, era ainda um produto de pouca demanda internacional, pois, no período de 1821 a 1830, haviam sido exportadas apenas 329 toneladas, para crescer na década

seguinte para 2.314 t e atingir 4.693 t no decênio de 1841 a 1850, com valor significativo de 213.710 libras esterlinas, equivalente a £ 11,3 milhões em valores atualizados para 1992. Na década de 1810/1820, quando os judeus começaram a chegar ao Pará, Belém tinha uma população de 24.500 habitantes, Marajó 10.500 e Cametá 8.050 pessoas. Eram três cidades pobres, vivendo do comércio das drogas do sertão e um pouco de borracha, que começava a aparecer na pauta de exportação. Quase toda a população nativa paraense era muito pobre e isolada. Pobreza e solidão que vinham desde os tempos coloniais.

Sefaraditas e forasteiros

Os novos imigrantes judeus, em sua maioria, provinham do Marrocos do norte espanhol, sobretudo das cidades marítimas e portuárias de Tânger, Tetuan, Ceuta, Arcila, Larache, do Marrocos árabe e berbere, do sul e do interior como Rabat, Salé, Fez, Meknês, Marrakesh, Mazagan, Mogador e Agadir. Os primeiros de origem sefaradita (Sefarad em hebreu significa Espanha) haviam sido expulsos em 1492, da Espanha e, em 1496, de Portugal. Falavam espanhol, português, ladino e hakitia, um dialeto misto de castelhano, português, hebraico e árabe, além de francês e inglês aprendido nas Escolas da Aliança Israelita Universal.

Os primeiros se intitulavam megorashim – os exilados da Ibéria e os últimos eram cognominados, injustamente, de forasteiros – toshavim – que eram os judeus moradores nativos do interior do Marrocos, árabe e berbere, com séculos de tradição oriental nos países do Magreb, talvez emigrados do Egito e Israel após a destruição do templo no ano 70 da era atual. Eles falavam árabe e berbere dos povos primitivos que habitavam o interior do Marrocos, que os sefaraditas chamavam de arbia porque nem mesmo os judeus fluentes em árabe conseguiam entender o seu linguajar nativo.

Calculo que, no período de 1810 a 1850, antes do período áureo da borracha, devem ter emigrado para a Amazônia brasileira e peruana cerca de 300 famílias e outras 700 entre 1851 a 1910.

Serfatitas

A segunda corrente de judeus que se estabeleceu em Belém e Manaus era de origem francesa ou franco-alemã, de Alsácia e Lorena, provavelmente de Nancy e Estrasburgo, expulsos pelos alemães do exército de Bismarck, durante a guerra franco-prussiana em 1870-1871, quando os alemães se apoderaram e incorporaram a região da Alsácia e Lorena, que era habitada por muitas comunidades judaicas na região de Mosa, Mosela, Vosges, Nancy, Lorena e nas cidades e regiões de Estrasburgo, na Alsácia. Esta região, disputada pelos alemães e franceses, voltou a ser reincorporada à França, em 1919, após a Primeira Grande Guerra pelo Tratado de Versalhes. Estes judeus-franceses ou serfatitas (*Serfaty* em hebraico significa francês) e judeus de Gibraltar foram pioneiros na exportação da borracha da Amazônia e os que mais se destacaram na segunda metade do século XIX, quando faziam concorrência direta com os exportadores de origem inglesa gibraltarinas imigraram para a Amazônia brasileira e peruana.

Askenazitas

Uma terceira corrente de judeus askenazitas (*Askenaz* em hebraico é o nome da Alemanha), em menor número e expressão, estabeleceu-se no Pará, Amazonas e Iquitos. Eles provinham da Alemanha, Polônia e países da Europa Oriental, falavam ídiche, dialeto misto de alemão e hebraico que possui rica literatura e, ainda hoje, é falado por muitas comunidades judias. Esses judeus, durante o ciclo da borracha, se tornaram exportadores de borracha, comerciantes, lojistas. E também pelas famosas e malfaladas polacas, que possuíam os seus cabarés e cassinos em quase todas as cidades prósperas do mundo e que por causa da discriminação e segregação das comunidades judaicas tradicionais chegaram a ter as próprias associações, sociedades de socorro mútuo e até quadras separadas em cemitérios.

Essas pobres judias foram vítimas de uma organização criminosa baseada em Varsóvia, sob o nome de Zwi Migdal. Seus agentes viajavam pelos guetos e aldeias judias (*stetl*), afirmando serem próperos judeus, estabelecidos na América do Sul, em busca de casamento com jovens judias. Com a ajuda de inocentes úteis casa-

menteiros adquiriam a confiança da família e o casamento religioso era celebrado. Logo após eram embarcadas em um navio e somente depois descobriam ter sido enganadas, pois encontravam, no mesmo navio, outras esposas do mesmo marido (uma espécie de golpe que, na Amazônia Colonial, era praticado e conhecido sob o nome de *cunhamena,* em nheengatu (tupi amazônico), quando os colonos portugueses se casavam com diversas índias, de diferentes tribos, para depois vendê-las como escravas para as tropas de resgate. *Cunhamena* quer dizer profissão de marido de moça índia-cunhã.

Quando as judias polacas chegavam à América, Argentina, Brasil e Amazônia, já desvirginadas, não conhecendo o idioma local, não possuindo formação profissional e por serem jovens inexperientes, eram encaminhadas e vendidas para os proprietários de bordéis. Eram marginalizadas e discriminadas pelas comunidades judaicas locais, chegando a ter os seus cemitérios no Rio e São Paulo.

Em Manaus, as judias polacas também existiam e muitas delas se fizeram passar por mulheres francesas durante o período áureo da borracha. Na minha pesquisa junto ao Cemitério Municipal São João Batista, em Manaus, encontrei, com ajuda de Abraham Benmuyal, 17 sepulturas de judias polacas, com lápide e inscrição em hebraico, falecidas entre 1900 e 1920, antes da criação do cemitério judeu, em 1928, pelo menos uma delas, a D. Helena, conseguiu superar o seu passado existencial ao se apaixonar por um jovem não judeu, pobre, porém muito inteligente. Ela o manteve e custeou seus estudos, até se formar pela Faculdade de Medicina do Pará. Ele, o novo médico Dr. Almir Pedreira, por gratidão ou amor, ou por ambos, casou-se com a sua protetora.

D. Helena tornou-se, então, esposa virtuosa (*Eshet chail*) e grande dama da sociedade amazonense, fazia filantropia para todas as instituições manauenses indistintamente. O seu marido tornou-se médico humanitário. Recordo-me de que, embora não praticasse o judaísmo, ela comparecia ao escritório do meu pai, que presidia o Comitê Israelita do Amazonas, para entregar os seus donativos às vésperas de todas as páscoas judaicas, para ajudar a manter os serviços comunitários. Ela esperava, assim, obter a misericórdia de Deus por meio de boas ações, já que a fé há muito havia fenecido.

Um outro exemplo do qual me recordo na década dos anos 30, quando elas ainda existiam, foi de d. Lola, dona de pensão e muito conhecida durante os anos áureos da borracha, que a despeito de viver separada do judaísmo, procurou reencontrá-lo na hora da morte. Pediu enterro judeu e deixou todos os seus bens para a comunidade. Antes de morrer, pediu ao meu pai que queria a Hebrá e sepultura judaica, tal como seus pais e avós. Já que não pôde ser judia durante a vida, queria sê-lo pelo menos depois de morta (LARGMAN, Esther. *Jovens polacas*, 1922; KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras – Mulheres Judias e Prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*. SCLIAR, Moacyr. *O Ciclo das Águas*, 1975).

Mais de cem famílias judias askenazitas chegaram à Amazônia, inclusive durante a Primeira e Segunda Grande Guerra Mundial. É preciso lembrar, todavia, que os judeus askenazitas estavam presentes na região desde o fim do século, pois o estatuto da Junta Governativa da Congregação Hebraica do Pará, de 1902, já nos fala no artigo II que a sua duração será perpétua, enquanto houver nesta cidade os hebreus do rito ortodoxo português ou alemão.

Foinquinitas

Uma quarta corrente de judeus chegou à Amazônia, ao final do século passado, proveniente de judeus emigrados da Turquia (Alepo, Smirna, Istambul), Líbano (Beirute), Síria (Damasco), Egito (Alexandria). Como provinham do Império Otomano, eram conhecidos como turcos e confundidos com os sírio-libaneses, maronitas e muçulmanos, que também aqui chegaram nessa mesma época. O seu começo de vida repetiu a velha carreira dos judeus sefaraditas do Marrocos, como regatões no interior ou prestamistas teco-teco e vendedores ambulantes em Belém e Manaus. Eles, na verdade, reuniam, no olhar da população e do noticiário local, o pior dos quatro mundos: eram judeus, turcos, regatões e teco-teco.

Sofriam, portanto, a discriminação como judeus, a hostilidade como se fossem sírio-libaneses, o rancor aos regatões por parte da oligarquia e burguesia locais e a desconfiança dos pobres da periferia, que compravam linha a metro, pedacinho de sabão borboleta,

metros de brim, chita, algodão e artigos de armarinho. Eles iriam percorrer um longo caminho até melhorar a sua posição social que concorria, em termos de vizinhança e semelhança, com os sírio-libaneses, pois trabalhavam no mesmo ramo de fazendas e armarinhos.

Havia, porém, diferença de posição locacional: enquanto os sírio-libaneses foram buscar casa e ponto na Rua dos Barés, Barão de São Domingos, praça dos Remédios e adjacências do Mercado Público (as ruas dos árabes), esses judeus que nós chamamos pelo neologismo de Foinquinitas (Foinquinos, em hebraico e hakitia, significa Fenícia) foram se estabelecer na Rua da Instalação, Rua Henrique Martins e Lauro Cavalcante (conhecida nos anos 30 e 40 como a Rua dos Judeus, por abrigar mais de quarenta casas de família e comércio de judeus sefaraditas, forasteiros, foinquinitas e askenazitas – uma espécie de Juden Strass).

Resumindo: os judeus que vieram habitar e viver na Amazônia, a partir de 1810, podem ser classificados e adjetivados em cinco correntes, como segue:

1 os sefaraditas expulsos de Portugal, Espanha e Marrocos, que falavam português, espanhol e hakitia;
2 os forasteiros nativos do Marrocos, que falavam arbia e hakitia;
3 os serfatitas de Alsácia e Lorena, de fala francesa e alemã;
4 os askenazitas da Alemanha, Polônia e dos países da Europa Central, que falavam alemão e ídiche;
5 os foinquinitas do Oriente Médio, que falavam ladino e árabe;

As mil famílias

Sem dúvida, os grupos mais numerosos e influentes que aqui aportaram foram os judeus sefaraditas e forasteiros, que emigraram do Marrocos, no período de 1810 a 1910. Nestes cem anos chegaram cerca de 1.000 famílias judias marroquinas e de outras origens, antes e durante o ciclo da borracha. Essas famílias estavam assim distribuídas: 650 para o Pará, 200 para o Amazonas e 150 para a Amazônia peruana (Iquitos).

Nas décadas de 1891/1900, a borracha teve um grande incremento, quando foram exportadas 213.751 toneladas, no valor de £ 44,7 milhões, correspondente, em 1992, £ 2,37 bilhões de esterlinos, ou seja, uma média anual de venda de £ 237 milhões, corrigidas monetariamente. O apogeu do ciclo da borracha se deu no ano de 1910, quando a Amazônia exportou 38.547 toneladas de borracha, ao preço de £ 25,25 milhões, que corresponde a £ 1,29 bilhão em valores monetários de 1992, ou seja, ao preço de £ 33,6 esterlinos por quilo de borracha fina. Esse *boom* durou mais de cinquenta anos e fez deslocar cerca de 300.000 nordestinos migrantes, sobretudo a partir de 1877 e 1888, em consequência da seca dos dois sete e três oitos. Durante esse período, a Amazônia foi povoada, também, por grande número de europeu e imigrantes portugueses, espanhóis, italianos, franceses, ingleses, alemães, além dos sírio-libaneses aqui chegados no final do século XIX.

Depois dos cearenses e portugueses, no entanto, a maior contribuição, tanto quantitativa quanto qualitativa, proveio dos sefaraditas marroquinos, cujos nomes e vozes familiares até hoje colorem o caleidoscópio cultural da pluralística sociedade amazônica.

Imigração familiar e qualificada

A característica principal desse movimento imigratório residiu no fato de que, ao contrário da maioria de outros grupos, ela foi uma imigração familiar, acompanhada da mulher e filhos, o que já prenunciava o desejo permanente de ficar. A presença das esposas assegurava a continuidade do caráter doméstico e gregário da vida judaica, milenarmente presa aos valores culturais e religiosos, pois logo que possível criavam as próprias comunidades e instituições como forma de assegurar a permanência de sua cultura e tradição.

Essa imigração também foi qualificada por homens, mulheres e jovens que haviam frequentado no Marrocos as escolas primária, secundária e profissional da Aliança Israelita Universal (AIU), uma instituição judaico-francesa estabelecida em quase todas as cidades marroquinas, com objetivo de educar e profissionalizar os jovens judeus de ambos os sexos, protegê-los das perseguições, difundir a língua francesa, promover a emigração quando necessária e preser-

var os valores culturais do judaísmo. Nessas escolas se ensinavam com proficiência Espanhol, Francês, Inglês e Hebraico, além de Ciências, História, Geografia, ofícios e profissões. As moças, além das matérias acima, aprendiam trabalhos manuais de costura e bordados, culinária, doceria e música.

Essa educação iria proporcionar aos judeus-amazônicos a oportunidade de liderar o comércio de exportação em Belém e Manaus, logo após a crise da borracha, que motivou a urbanização dos judeus no interior, quando os líderes exportadores ingleses, franceses e alemães abandonaram a região para regressar aos seus países, cabendo aos judeus a oportunidade de substituí-los nas suas tarefas. Eles participavam das atividades ligadas ao comércio exterior de importação, exportação e aviamentos para o interior, como também defendiam e promoviam a Amazônia nos congressos e exposições internacionais, quando representavam a burguesia comercial e industrial das antigas e prestigiadas Associações Comerciais do Pará e Amazonas, onde exerceram papéis importantes como diretores e presidentes.

As mulheres judias também, graças à escolaridade recebida, podiam educar melhor os seus filhos, mesmo nos longínquos confins do mundo dos altos rios e nas pequenas vilas e aldeias onde se estabeleceram. Elas também foram o braço forte dos seus maridos, na época da grande crise e depressão da borracha dos anos 20 do século passado, quando, sentadas numa máquina de costura Singer, fabricavam calças de brim e camisetas feitas com saco de algodão de embalagem de trigo e açúcar, para vender aos seringueiros e moradores locais, para ajudar os seus maridos a fugir da crise. Outras esposas e viúvas sobreviviam fazendo bordados, crochês e tricôs, enquanto outras ajudavam a família cozinhando para fora, fazendo internatos e pensões familiares, vendendo doces, pudins, pastéis e quitutes regionais, ou dando aulas de música nos velhos pianos de marca Dorner, cuja presença era obrigatória em quase todos os lares judeus.


OCEANO ATLÂNTICO
VENEZUELA
GUIANA
SURINAME
GUIANA FR.
COLÔMBIA
RORAIMA
BOA VISTA
AMAPÁ
MACAPÁ
PERU
AMAZONAS
PARÁ
MARANHÃO
ACRE
RIO BRANCO
PORTO VELHO
RONDÔNIA
MATO GROSSO
GOIÁS
BOLIVIA
REGIÃO
NORTE

As quatro gerações de judeus-amazônicos

A primeira das quatro gerações: os pioneiros

Quatro foram as gerações de judeus-marroquinos e seus descendentes nestes mais de cento e oitenta anos de vivência amazônica.

A primeira geração pioneira aceitou o desafio e foi para o interior – como jovens aprendizes, empregados, balconistas e vendedores ambulantes, contratados por firmas judias de Belém e Manaus – em busca de oportunidade de ganho e trabalho. Aviados por algum judeu próspero de Belém e Manaus, foram para o interior – Breves, Gurupá, Cametá, Baião, Macapá, Afuá, Alenquer, Óbidos, Santarém, Parintins, Maués, Itacoatiara, Coari, Tefé, chegando até Iquitos, calha central do rio Amazonas.

Outros pioneiros mais arrojados foram, rio acima, se localizar com suas mulheres e filhos no Tapajós, onde formaram as comunidades de Boim, Aveiros e Itaituba; no rio Madeira se estabeleceram em Borba, Manicoré, Humaitá, Porto Velho, Guajará-Mirim e Fortaleza do Abunã; no rio Purus ficaram em Lábrea, Boca do Acre até Rio Branco; no rio Juruá se estabeleceram no rio Tarauacá como seringalistas, ou foram mais além virar regatões até Cruzeiro do Sul. Muitos desses pioneiros começaram como empregados, balconistas, gerentes de depósito, donos de flutuantes, guarda-livros e terminaram a sua carreira como seringalistas e coronéis-de-barranco.

O primeiro judeu-marroquino que se tem notícia de sua existência no Pará foi o Sr. José Benjó (nos informa BENTES, 1987: 347, transcrevendo citação de Manoel Ingberg) que, de acordo com os registros existentes, requereu sua naturalização e licença para comerciar em 1823. Era de origem marroquina e se estabeleceu na Rua do Pelourinho, atual Sete de Setembro.

A outra referência, bem antiga, se deve ao major Eliezer Moyses Levy, que foi por duas vezes prefeito de Macapá e uma vez prefeito de Afuá, na primeira década deste século, nos informa no seu jornal *Kol Israel* (*Voz de Israel*), em sua edição de 8 de dezembro de 1919 (BENTES, 1987: 54), que as primeiras licenças para comerciar, dadas pelo governo imperial do Grão-Pará e assinadas pelo marechal Francisco D'Andrea, em 4 de julho de 1838, foram

à firma de um comerciante judeu-marroquino 1) Simão Benjó, irmão para abertura de sua loja no Largo do Pelourinho, com seis portas para nela vender fazendas secas, por grosso e miúdo e fazendas molhadas, por atacado.

Logo a seguir, a licença n.º 2 concedia o mesmo privilégio aos seguintes judeus e firmas marroquinas: 2) Fortunato Vendelak (Bendelak) & Cia.; 3) Ana Furtunato, 4) Salomão Levy & Irmão; 5) Fortunato Cardoso; 6) Duarte Aflalo; 7) Judah Arrobas; 8) Marcos Dias Cohen; 9) Fortunato Bocaxis (deve ser Abecassis); 10) Fortunato Benchetrit & Cia.; 11) Moyses Benzinram; 12) Leão Serfaty;13) Fortunato Assemonth; 14) Isaac Benchetrit & Cia.

Eidorfe Moreira (1972: 15 e 24) nos fala da primeira judia marroquina que se estabeleceu em Belém, Myriam Sebah (ou Maria Saba – sic), seguida de Abraham Acris, ao qual se atribui a fundação da Sinagoga Essel Abraham (Bosque ou arvoredo de Abraham Avinu), em 1823 ou 1824. Poucos anos depois seria criado o primeiro cemitério judeu de Soledade em 1842 (BRAGA, *Guia do Estado do Pará*, Belém, *apud* BENTES, 1987: 381).

Nas décadas subsequentes, ainda durante a primeira geração de pioneiros, existiam em Belém as seguintes firmas: 1) Leão Israel & Irmão – Rua da Indústria, hoje Gaspar Viana; 2) Levy Marques & Cia. – Travessa Sete de Setembro; 3) Salomão J. Acris & Cia. – Rua Santo Antônio, 4) Marcos Bensimon & Cia. – Rua Nova de Santana, hoje Manoel Barata; 5) Jacques & Alfredo Levy – Rua dos Mercadores, hoje João Alfredo; 6) Sinay & Levy – estrada de São Jerônimo, hoje Governador José Malcher (MOREIRA, 1972: 24) *apud* MOURA, Ignácio. *Geografia Política do Pará*, Belém, 1900).

Os judeus foram os primeiros regatões da região. Com suas embarcações, batelões e igarités, levavam mercadorias para vender nos distantes seringais em troca de borracha, castanha, bálsamo de copaíba, sorva, balata, ucuquirana, peles e couros de animais silvestres e outros gêneros regionais de exportação. Eles desafiavam o grande poder e o monopólio dos aviadores (comércio de venda a crédito para o interior no vocabulário amazônico) portugueses e dos coronéis-de-barranco cearenses e nordestinos, que constituíam

as elites dominantes que fechavam os rios e eram os donos da praça para que o seu monopólio de comércio fosse mantido.

Os regatões judeus, como comerciantes ambulantes, ajudaram a romper o monopólio português-nordestino (aviador e seringalista), pois vendiam as suas mercadorias mais baratas e compravam os produtos diretamente dos seringueiros a preços mais altos. Como o sistema era fechado e constituía um desafio ao poder dominante, eram malvistos pela oligarquia local, pelos jornais e pelas Associações Comerciais, que reclamavam a concorrência desleal dos regatões judeus no interior de toda a região.

Por isso, um notável escritor e estilista amazônico Raymundo Morais (*Na Planície Amazônica*. Manaus: Liv. Clássica, 1926) foi vítima desse preconceito anti-semita (contra judeus e "turcos"), ao traçar o retrato e o perfil do comércio ambulante dos regatões, assim chamado na região amazônica, taxando o tipo hebraico de insensível e expoliador, tomando assim o partido dos poderosos senhores aviadores de Belém e Manaus, que controlavam os seringais dos coronéis-de-barranco de origem nordestina, poder esse desafiado primeiro pelos judeus e depois pelos sírio-libaneses.

Vejamos a descrição do regatão judeu do escritor Raymundo Morais:

> *Veio depois o hebraico, menos atiradiço, é certo, no que dizia respeito a rabo-de-saia, entanto mais sovina, mais usurário, devoto e fiel no arrancar couro e cabelo do cristão que lhe caísse nas unhas. Além de monopolizar o comércio em muitas localidades exemplificados em Gurupá e Parintins, donde somente o desalojavam as iníquas e violentas reações coletivas, a tiro e a terçado: o israelita monopolizava igualmente o comércio de regatões vendendo, trocando, comprando o que aparecia na fímbria litorânea* (MORAIS, 1987: 74).

O autor, ao mencionar as reações coletivas violentas, devia estar se referindo ao movimento Mata-Judeu de Cametá e aos episódios dos bandoleiros do baixo Amazonas, Paraná do Ramos,

Parintins e ao massacre de Massauari em Maués, tristes episódios mesclados de concorrência comercial e espírito anti-semita.

O referido autor, no entanto, apesar do seu brilhantismo literário como intérprete da Amazônia, também desanca ataques preconceituosos contra os sírio-libaneses que vieram depois, no fim do século, substituir o judeu nesse comércio ribeirinho. Diz Morais (1987: 75):

> *Afinal (o judeu), foi substituído pelo turco que não somente invadiu as capitais, onde prolifera como rato, mas também nos vilórios e povoados surgidos na hinterlândia. Mal desponta um lugarejo... lá se acha o filho de Sublime Porta, expedito, suado, trambicando e chamando os fregueses de Coronel e Doutor... Valente, sóbrio, econômico, magro... enfia-se à aventura pelas cordas potâmicas... Enche-se de infinita paciência, de alta dose de hipocrisia e segue regateando de palhoça em palhoça... Evita a casa dos potentados como o diabo da cruz... Compadre de todos, quase desconhecendo o idioma brasileiro... fala na barateza dos objetos... na alta da hévea... Os seringueiros, meio atordoados... com os valores aludidos e os preços que lhe faz o patrão... surprende-se com a subida da seringa... O Coronel que o avia, a quem deve alguns contos (diz o seringueiro) paga apenas a quinta parte do que aquele mascate lhe propõe... 'Combra combadre'... O toqueiro já põe de lado os escrúpulos e ...entrega duas pélas de borracha fina... mostra-lhe então o pirata um par de borzeguins... o freguês examina... o otomano defende o artigo... 'Dura zinco anos... couro canguru buro'. O sertanejo ri-se e retruca afogueado pela bebida: Canguru nada, couro da tua mãe, herege, sem-vergonha, etc., etc.* (MORAIS, 1987: 72-75).

Os relacionamentos dos judeus com os "primos" sírio-libaneses na Amazônia foram sempre cordiais e, mesmo atuando na idêntica área de comércio ambulante, eram amigos e aliados, pois ambos enfrentavam o preconceito da oligarquia reinante na época. A maioria dos sírio-libaneses amazônicos eram cristãos do rito maronita e tinham as próprias igrejas, onde as missas eram celebradas

em aramaico e vivam em seus bairros e araberias nas cidades, situadas na Rua dos Barés, Barão de São Domingos, praça dos Remédios, perto do mercado e do rio, para poderem viver junto das suas casas de comércio de fazendas e armarinhos. Os judeus também, como veremos adiante, tinha a própria Rua dos Judeus, na Henrique Martins e Lauro Cavalcante, onde viviam mais de trinta famílias judias, nos anos da crise de 1930 a 1950.

A geração dos pioneiros judeus, na Amazônia, foi marcada, assim, por um duro labor, a bordo de pequenas embarcações, servindo às populações ribeirinhas, onde os barcos dos grandes comerciantes e aviadores portugueses não conseguiam entrar, levando estivas, tecidos, remédios, bebidas, munições para abastecer os seringueiros dos altos rios e comprar a melhores preços os produtos do extrativismo silvestre. Quando voltavam para as suas casas nas pequenas cidades do interior, encontravam as suas esposas que, geralmente, tinham numerosos filhos, os quais eram "nombrados" em honra de seus pais e avós já falecidos.

Nesta primeira geração, duas sinagogas foram organizadas: a de Essel Abraham de Belém do Pará, fundada pelo judeu-marroquino Abraham Acris no ano de 1824, e depois a Shaar Hashamaim, em 1835, embora ambas as datas de fundação dessas sinagogas constituam motivo de incertezas e polêmicas.

Os judeus do Amazonas, por residirem por mais tempo no interior, somente organizaram formalmente a comunidade de Manaus em 1928/1929, quando foi criado o Comitê Israelita do Amazonas.

Os judeus no interior da Amazônia

Na fase pioneira da chegada dos judeus no Pará, durante os anos de 1810 a 1820, poucos foram os que conseguiram ficar em Belém do Pará. Havia alguns judeus ricos pois a vida, em toda a parte, sempre foi difícil para os imigrantes da primeira geração. Algumas décadas mais tarde, formou-se um pequeno núcleo de prósperas firmas judaicas em Belém. Entre elas: as firmas dos Nahon, Serfaty, Roffé, Israel, que se organizaram e alojavam os jovens judeus imigrantes numa hospedaria da travessa Santo Antônio, nas instalações precárias da primeira Sinagoga Essel Abraham, fundada

em 1824. Bentes (1987: 374) inscreve também entre as famílias pioneiras os Abecassis, Azulay, Benchimol, Bengió, Benoliel, Chocron, Cohen, Israel, Levy, Pazuelo, Serfaty e Serruya.

Os jovens e adultos imigrantes recebiam informações sobre a região, como deviam se comportar nos sítios, flutuantes, batelões, casas de comércio, portos de lenha, seringais e castanhais para onde deviam se deslocar como caixeiros-viajantes e empregados das casas aviadoras de Belém, as quais serviam de consulados na capital. Embarcavam logo a seguir num gaiola ou chata com mercadorias a bordo para vender como regatão e comprar borracha e gêneros regionais (VELTMAM, 1983: 3).

Se tudo desse certo nas primeiras viagens era mais prático se localizar numa pequena cidade perto de Belém, onde já houvesse seus patrícios, como Gurupá, Breves, Macapá, Cametá, Baião e lá se instalavam com comércio próprio de barracão, flutuante e casas comerciais modestas, onde a sala da frente era a loja, o balcão para atendimento dos fregueses e a parte dos fundos ficavam os cômodos da família, pois logo mandavam buscar a esposa que ficou em Belém, ou pediam a Tânger e Tetuan que suas mães lhes mandassem uma noiva, geralmente prima ou vizinha de um *melah* ou juderia marroquina. O Talmud, em sua milenar sabedoria, recomenda aos jovens que se casem de preferência com a vizinha, pois a sua mãe conhece, melhor do que ninguém, as virtudes, atributos, dons e, também, as mazelas, o gênio e se é ou não *messugá* (*hakitia* para desmiolada) ou uma *endiamantada* (*hakitia* para uma jovem de boa educação que brilhasse como um diamante). Contratado o casamento, a jovem imigrava para Belém ou ia diretamente para o interior para se encontrar com o seu noivo ou marido, caso o casamento já tivesse sido feito por procuração (com *ketuba y todo lo gueno* – com certidão e tudo).

Assim começava a se formar a família judia marroquina nas pequenas cidades do interior, que serviam de sede para a família, enquanto o pai, como regatão, corria ao interior do interior para regatear, vender mercadoria e comprar produtos, criando assim uma rede de abastecimento e mercado para os seringueiros que ficavam internados nos altos rios e nas estradas e tapiris dos seringais

distantes. Sem eles não era possível sobreviver nas distâncias do mundo sem-fim, onde o diabo perdeu o cachimbo como se dizia nos tempos de antigamente. Foram eles que democratizaram o processo de intercâmbio comercial no interior do Amazonas e quebraram o monopólio dos aviadores portugueses e exportadores ingleses, franceses e alemães que dominavam o comércio e os empórios de Belém e Manaus. Por isso, não eram bem-vistos, como todo novo concorrente que resolve participar da cadeia produtiva e encontrar um novo nicho no mercado.

Quando a situação desses pioneiros se consolidava, eles abandonavam o interior do interior e passavam a se fixar nas pequenas cidades onde viviam suas esposas judias e os filhos que nasciam a cada dois anos, gerados em cada visita do pai à esposa, durante as páscoas e celebrações religiosas de Hosh-Hashaná (ano-novo), Yom Kipur (dia do perdão), Pessah (páscoa), Purim (festa da rainha Esther), Hanuká (festa das luzes), ou para as cerimônias de Berith Milah (circuncisão) de seus filhos, ou para bar-mitzvá (maioridade religiosa aos 13 anos). Esses dias festivos eram dias também de fazer nenê com as esposas judias perideiras, que tinham uma média de 6 a 8 filhos antes de completar 40 anos de idade.

Com a sedentarização dos judeus nas cidades do interior foram sendo instaladas as comunidades judaicas, as sinagogas funcionando nas casas de família, fundando os cemitérios judeus em todo o interior do Amazonas. Eidorfe Moreira (1972: 24) chama a essa fase de expansão pioneira interiorana, caracterizada pela intensa emigração e ativa participação do *rush* da borracha. Se houver mesmo necessidade de periodização histórica eu chamaria a essa fase judiaca de interiorização da fronteira econômica e social, pois na verdade eles foram pioneiros na aventura do alargamento, ocupação da fronteira ao longo dos rios e dos beiradões e nas pequenas cidades, vilas e povoados da região. Essa frente de pioneiros viveu intensamente a febre do *rush* da borracha e participou dela intensamente, por intermédio de uma rede capilar de abastecimento e de criação de mercado, enfrentando a concorrência dos poderosos grupos que dominavam os empórios de Belém e Manaus. Como os judeus da primeira geração não tinham chance, meios, oportunida-

des ou capital para se estabelecerem nessas capitais, para enfrentar a concorrência dos grandes, tiveram de ir para a fronteira econômica para encontrar o seu lugar, o seu nicho e o seu lar.

E assim o fizeram em dezenas de comunidades da hinterlândia: Gurupá, Cametá, Macapá, Breves, Baião, Porto de Moz, Itaituba, Boim, Aveiros, Santarém, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Juruti, Faro, Oriximiná, Parintins, Maués, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, Coari, Tefé, Manicoré, Humaitá, Porto Velho, Guajará-Mirim, Fortaleza do Abunã, Rio Branco, Tarauacá, Sena Madureira, Iquitos, Yurimaguas, Pucallpa, Contamana, Tarapoto, Caballococha, Letícia e outros lugares, vilas, povoados, sítios, fazendas, seringais e castanhais da época dos pioneiros do povoamento e do surgimento da fronteira econômica do interior que alimentava as capitais dos Estados e enchiam de impostos as arcas do Tesouro Estadual, Federal e de libras e dólares o Balanço do Comércio e de Pagamento do país.

Essa fase, para ser melhor rememorada, é necessário registrar a memória dos pioneiros judeus que se estabeleceram nesses lugares, ao lado dos nordestinos, sírio-libaneses e imigrantes de outros países. Eles vieram trazer o seu capital, talento e trabalho para tornar a Amazônia viável e próspera, mesmo que de forma efêmera e passageira, pois não soubemos aproveitar esses talentos e contribuições para construir uma economia mais forte, inteligente e mais rentável que conseguisse formar uma cadeia produtiva de bens e serviços de forma duradoura e sustentável. Por isso, quando a crise estourou com o surgimento do concorrente asiático, esses imigrantes na geração seguinte iriam sofrer o processo de empobrecimento, apatia, torpor e desânimo ao longo de mais de cinquenta anos de solidão e isolamento.

Os judeus, nesse período, fizeram a sua parte. Como diria Vinicius de Moraes a respeito do amor: *Que não seja imortal, posto que é chama / mas que seja infinito enquanto dure*. Enquanto foi possível, cerca de mil famílias judaicas viveram no interior juntamente com os caboclos e nordestinos, criando um complexo de diferentes culturas, mas com uma unidade de objetivo: trabalhar, e muito, para o bem-estar de suas famílias e comunidades.

Vejamos, assim, como uma nova diáspora judaica se interiorizou na Amazônia, fixando-se nos lugares e cidades acima mencionados. Recorro à memória, depoimentos, entrevistas, livros, jornais e conversas com os mais velhos, para tentar reconstruir esse passado e fixar os nomes das famílias judaicas que viveram o pioneirismo da fronteira econômica, na fase um pouco antes, durante e depois da fase áurea da borracha. Haverá muitas omissões imperdoáveis, mas este trabalho serve como contribuição e tentativa de consolidar a literatura esparsa e, pelos depoimentos, estórias da vida, reconstruir um passado que não foi apenas querido, sofrido e vivido pelos judeus, mas que foi compartilhado por todos os amazônidas de todos os grupos sociais e culturais, aqui nascidos ou que adotaram a Amazônia como seu novo lar, seu chão e sua querência.

1 Em *Gurupá*: Abraham Azulay, Isaac Serfaty, Jacinto Aben-Athar, Jacob Sicsu, Juda Dabilla, Marcos Aben-Athar, Moysés Levy (MOREIRA, 1972: 16 e *ALMANAK DO PARÁ*, Belém, 1888);

2 Em *Cametá*: Abraham Bensiman (hazam da sinagoga), Elias Bemuyal, Abraham Amzalack, Isaac Cohen, Isaac Melul, Leão Melul, Abraham Larrat, Jacob Matias, Abraham Benassuly, Maurício Elarrat, José Benarrosh, dona Fortunata, David Sicsu, Famílias Azancot, Bonina e Serruya, Abraham Bensi, José Cohen, Miryan Benassuly (1889), Estrela Bem Dilad (1891), Salomão Zagury (1902), Abraham Bensimon (1886), Isaac Sabbá (1905 – avô do Sr. Isaac Benayon Sabbá, de Manaus), Carlota (Yaakot) Sabbá (1911 – avó da Sr.ª Carlota Sabbá Israel, de Manaus), Moyses Cohen (1915), Rubem Israel (1916), Isaac M. Elarrat (1903), Haim Obadia (1901), Pepe Morchluf Larrat (1914), José Moyses Benoliel (1924), Salomão Abraham Nahmias (1917), Nissim Obadia Mar Moshe (1910), Jacob Obadia (1911), Salomão Tobelem (1926), Jacob Athias (1926), José Benarrós (1927), Isaac Benassuly (1928), Simy Foinquinos (1926), Reina Sicsu

(1914), Moyses Nahmias Bar Yehoshua (1911), Jacob Azancot (1931), Moyses Jacob Israel (1933), Menasses Cohen (1934), José Abensur (1933), Rachel Bemuyal (1929) (Cadastro do cemitério de Cametá, preparado pelo professor Inácio Obadias, shaliah da Sinagoga Essel Abraham de Belém e professor de Espanhol e Português em Belém do Pará). Os números entre parênteses referem-se ao ano de falecimento.

3 Em *Macapá*: Major Moyses Eliezer Levy (prefeito de Macapá e Afuá), Ananias Cohen (1897), Elias Zagury (1908), José Pazuelo (1908), Abraham Sananiz (1895), Abraham Zagury (1924), Simão Gabay (1918), Júlia Peres Franco (1928), Isaac Tobelem (1955), Sarah Alcolumbre (1966) (com exceção do major Eliezer Levy que está enterrado em Belém, os demais foram judeus falecidos e enterrados no cemitério judeu de Macapá, cadastrado por Egon e Frelda Wolff. Rio de Janeiro, Gráfica Zit, 1983.

4 Em *Breves*: Famílias Athias, Roffé Zagury, Sarrafe, Farat, Lancy e Gabbay. O mais ilustre judeu nascido em Breves foi, sem dúvida, David José Perez. Quando sua mãe faleceu, seu pai Joseph voltou a Tânger levando David e seus irmãos menores, onde estudaram na Aliança Israelita Universal. Quando seu pai voltou para a Amazônia foram viver em Itacoatiara, onde seu irmão Isaac José Perez foi o mais ilustre prefeito, que urbanizou e fez crescer Itacoatiara. Por volta de 1925, David migrou para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito. Foi professor de Latim e Espanhol no Colégio Pedro II, profundo conhecedor de Hebraico, traduziu os *sidurim* (livro de orações) de Hosh-Hashanah (ano-novo) e Yom Kipur (dia do perdão, do Hebraico para o Português. Foi um grande orador e profundo conhecedor da Torah (Bíblia) e do Talmud (interpretação da Torah). Pertence à Sinagoga Shel Guemilut Hassadim da Rua Rodrigo de Brito, Botafogo, Rio de Janeiro – a sinagoga dos judeus-amazônicos da diáspora carioca – onde foi grande pregador nos dias de Shabat (sá-

bado). Além de erudito era de um caráter sem jaça, humilde e bondoso para com todos e grande conselheiro e amigo das comunidades judaicas do Rio de Janeiro, Belém e Manaus. Nesta última, ele veio do Rio de Janeiro para inaugurar a nova sinagoga em 1962, como convidado especial. Foi grande sábio e Haham (erudito) (BENTES, 1989: 299).

5 Em *Baião*: Prefeito Samuel Benchimol.

6 Em *Itaituba*, *Boim* e *Aveiros*: Israel Isaac Benchimol (1888), Abraham Isaac Benchimol (1913), Etrela Essucy Benchimol, Sara Essucy (que se casou com Abraham Benchimol), Tamo (Tomasia) Essucy Nahon, Letícia Essucy, Orovida Essucy (que se casou com Israel Isaac Benchimol), Abraham Ramiro Bentes, Salomão Laredo (vereador de Aveiros 1884-1887), Simão Sibony (1915), Alia Abraham Benoliel (1915), Jacob Benoliel (1935), Ramiro Bentes (1932), Marcos Essucy (1930), Jacob Bencid (1925), José Cohen (1912) (Dados das famílias Benchimol, Bentes e Essucy, vide BENTES, 1989: 36, e relação de sepulturas do cemitério judeu de Itaituba, levantada por Jaime Bemergui).

7 Em *Santarém*: Isaac Azulay (1884), Fortunato Cagy (1886) (avô de Alice Cagy Siqueira e bisavô de Raphael e José Siqueira e dos Benchimol, de Manaus), Israel Isaac Benchimol (14/12/1888 – 10 Tevet 5649) (pai de Isaac Israel Benchimol e avô de Israel, Raphael, Samuel, Robine, Alice, Alberto, Saul e Benjamin Benchimol), Abraham Levy Cohen (1888), Johar Bat Abraham Benoliel (1902), Isaac Abraham Athias (1900), Elias Benoliel (1910), Esther Elias Cohen (1904), Dina Cohen (1923), Mirian Elias Benoliel (1935), Abraham Ezagui (1940), Douglas Serruya (1946), David Elias Benoliel (1950), Moyses Júlio Serique (1972), Ricca Júlio Serique (1976), Jacob Salomão Cohem (1978), Esther Azulay Essucy (1986) (Memórias, depoimentos, entrevistas e cadastros das sepulturas do cemitério de judeus de Santarém feito pelo correligionário Fortunato Serruya e com identificação dos nomes em hebraico por Isaac Dahan, presidente do Comitê

Israelita do Amazonas. O número entre parênteses refere-se ao ano do falecimento).

8 Em *Óbidos*, *Juruti*, *Faro* e *Oriximiná*: Em Óbidos moravam as seguintes famílias judaicas: Chocron, Hamoy, Belicha, Cohen, Israel, Elmescany, Meyohhas, Bensousan e Auday. Em *Juruti*: Belicha e Benithar. Em *Faro*: Benzaquen, Abecassis, Hassan. Em *Oriximiná*: Moyses Cohen. O atual rabino Moyses Elmescany, da comunidade israelita de Belém, e o Dr. Abraham Elmescany, sheliah da Sinagoga Beth Jacob/Rebi Meyr de Manaus, são filhos de Óbidos, onde ainda mora a sua avó Rebeca Hamoy. D. Rebeca (Rica) Amoy (de Alexandria, Egito) era casada com Yom Tob Amov, de Tetuan. Teve uma filha, Esther, que casou com Jayme Elmescany, de Óbidos, cujo pai Zacarias era de Salé, Marrocos. Dessa união originaram os seguintes filhos: Zacarias, Abraham (médico e shaliah da sinagoga de Manaus), Moyses (rabino de Belém), Isaac e Clara. Na casa de D. Rica Amoy funcionou durante muitos anos a sinagoga de Óbidos. Sepultados no cemitério de Óbidos: Reina Farache (8-9-1918), Isaac Azancoth (27-7-1919), Júlia Bemergui (22-3-1934), José Bemergui (10-1-1934), Benjamin Hamoy (20-5-1934), Salomão Benarrós Israel, nascido em 17-3-1899 e falecido em 31-10-1934, era esposo de dona Carlota Sabbá Israel e pai de Moysés Benarrós Israel, Esther Israel Koifman, Stela Israel do Amaral e Mery Israel Benchimol; Jacob Soares (6-1-1947), Salomão Bittencourt Belicha (25-12-1956), Fortunato Chocron (4-2-1959), David Samuel Hassan (29-12-1961) e Esther Hamani (1974). Existem no cemitério judeus de Óbidos 15 sepulturas, sendo 4 não identificadas (informação transmitida por Marcos Jaime Belicha).

9 Em *Alenquer*: Famílias Shalom Dahan, Moyses Benguigui, Abraham Fima, Jacob Athias e Ambrósio Benzaquen, nascido em Barreirinha-AM e que teve 10 filhos, 56 netos e 4 bisnetos (VELTMAN, 1953). Abraham Fima, de Alenquer, era casado com dona Leonilia com quem teve 6 filhos: José, Max (o judeu preto), Jackson, Jacob, Carlos Alberto, Raquel. Sua irmã Esther casou-se com Shalom Dahan.

Shalom Dahan foi sócio em Alenquer da firma Levy, Dahan & Cia., foi grande baal koré (leitor da Torah) e conhecia de cor quase todos os sidurim e tehilim. Ficou cego, em consequência de um glaucoma, mas mesmo assim ensinou o Hebraico aos seus dois filhos: Jacob, contador em Belém, e Isaac Dahan, professor, médico e atual presidente do Comitê Israelita do Amazonas.

10 Em *Altamira*: No rio Xingu, em Altamira, havia também uma comunidade judaica. A família mais importante durante o ciclo da borracha foi a de Isaac Saraga, judeu que emigrou de Portugal e se casou com dona Bemiara Saraga e foi viver em Macapá e depois em Bélem. Nesta cidade foi trabalhar na famosa e conhecida sapataria Carrapatoso como desenhista e estilista de sapatos. De lá, os seus patrões o mandaram para Altamira, para abrir a filial da sapataria Carrapatoso, onde viveu durante muitas décadas. Teve 4 filhos: Mayir, Isaac, David e Abraham e uma filha de nome Sarah.

11 Em *Parintins*: No final do século e nas primeiras décadas, Parintins foi um grande centro judaico. A economia era próspera e a região oferecia muitas oportunidades de ganho e trabalho. Para lá foram muitos judeus que tiveram numerosos filhos. Entre eles citamos: *Salomão Moyses Cohen*, natural de Cabo Verde, casado com Esther Salomão Cohen (nascida em Belém). Salomão Cohen chegou a Parintins por volta de 1890 e teve com sua esposa, dona Esther, onze filhos: Moyses, Isaac, Fortunato, Pinhas (Pichita), Ananias e Júlia, Rachel, Messody, Piedade, Sol e Anita. O seu filho Moyses Salomão Cohen tinha um estabelecimento chamado Ordem e Progresso, no Paraná do Ramos, e comércio de aviador e de compras de produtos regionais, além da loja Casa Sportiva em Parintins (firma M. S. Cohen e depois Moyses S. Cohen & Cia.). Casou-se com dona Luna Cagy, natural do Marrocos, com quem teve sete filhos: Salomão (economista), Júlia (Jóia), professora e esposa de Vidal Israel, Isaac (contabilista), Ananias, Jacob (médico oftalmologista),

Esther (professora), Abraham (engenheiro civil e professor de Física da Universidade do Amazonas). Fonte: Depoimento e entrevistas com Isaac Moyses Cohen, Jóia Cohen Israel e Jacob Cohen.

Isaac Abraham Assayag, nascido em Tetuan, chegou a Parintins no final do século passado, juntamente com seu irmão Simão Abraham Assayag, tendo ambos fundado a firma Assayag & Irmão, em Parintins, com empório de estivas, bebidas, tecidos, embarcações e regatão para o interior do Estado. Depois se separaram e cada irmão montou o próprio negócio em Parintins. Isaac Abraham Assayag era casado com dona Mery Benjo (de Melgaço do Pará), com quem teve oito filhos: Abraham (Casa Sportiva), Salomão (Fazenda do Lago Mocambo), José (casado com Renê Soares Assayag, pai de Marita Assayag Hanam e Mário Meyr Assayag, e em segundas núpcias com dona Esmeralda Levy, com quem teve três filhos), Jacob, David (avô do cantor de toadas David Assayag), Moyses, Esther (que se casou com Jacob Farache) e Raphael (coletor de renda em Urucará e pai de Jacob, Isaac e Ambrósio Assayag de Manaus).

Simão Abraham Assayag, de Tetuan, teve cinco filhos: Abraham, Myrian, Alegria, Elias (pai do Dr. Hélio Assayag) e Esther (mãe de dona Irene Gonçalves Sabbá).

Os oito filhos de Isaac Abraham Assayag deram origem à família mais numerosa de judeus no Amazonas: 1) *Abraham* teve os seguintes filhos: Isaac, Amélia, Lola, Clemência, Jaime e Marcos; 2) *Salomão* teve oito filhos: Amélia, Isaac, Ambrósio, Marcos, José, Lola, Aida e Lea; 3) *José Assayag*, o terceiro filho, foi proprietário do Armazém Bom Marché, em Parintins, casou-se com Renê Soares e teve oito filhos: Mary (Marita, casada com José Hanan, pai do Dr. Samuel Hanan ex-vice-govenador do Amazonas), Luna, Isaac, Mário Meyr (fundador dos Supermercados Casas do Óleo, juntamente com o seu primo Ambrósio Assayag), Sete Saphira, Shimon e Ruth.

Com dona Esmeralda Levy teve: Alegria, Marcos e Esther; o quarto filho Jacob Assayag foi criado no interior, na fazenda Vila Jamila e não teve filhos; 5) *David Assayag*, de todos o mais gordo, teve muitos filhos e diversas esposas, é o avô do cantor de toadas David Assayag; 6) *Moyses Assayag* casou-se com Anita Dray e foi um rico importador e exportador; 7) *Esther Assayag*, a sétima, casou-se com Jacob Farrache, de Gibraltar, e teve 7 filhos: Isaac, Mirian, Clemência, Gimol, Sol, Dona e Jaime; 8) *Raphael Assayag*, o oitavo filho, foi o mais pobre de todos, tornou-se funcionário público do Estado, tendo no final da vida sido coletor de rendas de Urucará. Casou-se com dona Pérola Cohen Assayag, que depois da morte do seu marido ficou com o pesado encargo de criar os seus filhos: Isaac Raphael (capitão-dentista da Marinha de Guerra e hoje sócio-diretor das Casas do Óleo), Jacob Assayag (médico) e Ambrósio Assayag (vice-presidente da Associação Comercial do Amazonas e diretor-presidente dos Supermercados Casas do Óleo, juntamente com o seu sobrinho José Mário.

Sem contar os netos de Simão Abraham Assayag, nem os filhos das diversas esposas de David, a primeira e segunda gerações de Assayag conta 50 pessoas, que acrescidos de suas esposas atingem a 100 Assayag. Se os netos e bisnetos forem incluídos, bem como os Assayag nascidos como filhos naturais, facilmente chegaremos à casa dos 400 descendentes, ao findar um século de vida dos Assayag em Parintins. Se contarmos todas as famílias Assayag, de diversos troncos, origens e localidades em toda a Amazônia, incluindo os descendentes judeus, os jutólicos (misto de judeu e católico) e outros que estão assimilados ou vivem no anonimato, ou mudaram de sobrenome em virtude do casamento, teremos mais de 800 Assayag em todo o Amazonas e Pará. Como esses Estados têm 8 milhões de habitantes, assim existe 1 Assayag para cada 10.000 paraenses e amazonenses. Na Amazônia, eles constituem a maior família de descendentes de judeus-marroquinos na região

(Fonte: Entrevista e depoimento de Marita Assayag Hanan, que mora no Rio de Janeiro e que, aos 80 anos, tem uma lucidez, inteligência e memória extraordinárias).

Dr. Marcos Zagury – O Dr. Zagury provinha de uma rica família de judeus que, em Parintins, enriqueceu na época áurea da borracha. Ele mesmo foi próspero empresário, porém, na década de 20 do século XX, durante a depressão, veio para Manaus e aqui se formou em Direito na Faculdade do Amazonas. Fez concurso público e foi nomeado promotor de Justiça em Parintins, cuja função sempre exerceu com grande justiça, integridade e honradez.

Um dia ocorreu um homicídio no Paraná do Ramos. Na usina de pau-rosa de Ladislau Lourenço de Souza houve discussão entre trabalhadores sobre falta de pagamento correto de suas entregas de madeira. Durante esse conflito, dois cearenses, um de nome Severino e outro chamado Zequirinho, a mando de Ladislau, mataram um caboclo amotinado. Este chegou a ajoelhar-se, pedindo que não o matasse. Severino, mais violento e audacioso, ordenou a Zequirinho que matasse. Este queria recusar, porém Severino o obrigou a dar o primeiro tiro. Severino em seguida terminou a execução. O corpo da vítima foi retalhado e jogado num saco no rio Amazonas, onde dias depois apareceu boiando. Chamada a polícia, esta descobriu o homicídio bárbaro e apresentou os réus à justiça. O promotor público Dr. Marcos Zagury acusou os dois e no primeiro julgamento do júri os jurados condenaram Severino a 30 anos de cadeia e absolveram Zequirinho de co-autoria. Funcionou na defesa dos réus o Dr. Huascar de Figueiredo, de Manaus, que conseguiu novo julgamento que manteve a pena contra Severino e a absolvição de Zequirinho. Não contente, Severino conseguiu um terceiro julgamento, que não se realizou porque o Tribunal de Manaus o anulou. Severino foi preso para cumprir a sua pena e Zequirinho, absolvido, desapareceu e voltou para o Nordeste. O caso pareceu encerrado, porém Severino, mesmo

preso, resolveu vingar-se do promotor Zagury, que foi seu acusador. Conseguiu sair da cadeia mediante suborno e com ajuda e conivência de Ladislau Lourenço de Souza, foi ao Fórum de Parintins onde o promotor estava em audiência e lá mesmo matou logo um guarda e atingiu mortalmente o Dr. Zagury, que morreu antes de ser socorrido e atingiu seriamente o juiz João Correia que, anos mais tarde, viria a ser desembargador do Tribunal em Manaus. Cometido esse crime bárbaro, Severino fugiu com a ajuda de Ladislau que foi, na verdade, o grande mentor intelectual do assassinato do Dr. Zagury, morte ocorrida no dia 23/8/1938, conforme está inscrito em sua sepultura no Cemitério dos Judeus de Parintins. Consta que anos depois Severino, como castigo, foi assassinado pelo próprio filho, em Porto Velho (depoimento do filho, Dr. Salomão Marcos Zagury, que hoje é advogado e mora em Belo Horizonte, Minas Gerais, cujo teor do depoimento acima recolhido reconstitui a verdade e por ela está pronto para depor em juízo, caso necessário).

Sol Mendes – Que venga otros! – Numa Sexta-Feira da Paixão, o padre Paulo, de Parintins, em sermão alertou aos católicos que Jesus Cristo havia sido traído por Judas e morto pelos judeus. Havia entre a multidão um certo preconceito antijudaico e um anti-semitismo latente porque os judeus, por volta de 1928, quando este fato ocorreu, as duas famílias judias mais poderosas, os numerosos Assayag e Cohen dominavam o comércio de Parintins, Paraná do Ramos, Paraná da Eva e todo o médio e baixo Amazonas. Em Parintins, os caboclos insuflados pelo padre saíram em busca do primeiro judeu que encontrassem. Acharam e perseguiram Salomão Mendes, um judeu trabalhador, honesto, lutador e justo, que vivia em companhia de sua corajosa mãe judia, dona Sol Mendes. Os bandoleiros feriram e esfaquearam Salomão Mendes, que mesmo assim ainda teve forças para ir à polícia para contar a história e o massacre de que quase foi vítima. Estava todo ferido, pois havia sido espan-

cado. Ao solicitar providências e justiça na delegacia, narrou o episódio afirmando com o seu natural sotaque espanhol-caboclo: *Me deram, me deram.* Como ocorria naqueles tempos dos pioneiros no interior, quase todo mundo tinha apelido e os anti-semitas aproveitaram esse fato para chamá-lo pela alcunha de Salomão Mederam, como uma espécie de vingança pelo fato de ter tido a coragem de denunciar os malfeitores. De outro lado, dona Sol Mendes viu sua casa invadida por outra turma de bandidos. Dona Sol, armada de um afiado terçado 128, ficou atrás da porta e quando o primeiro invasor entrou em sua casa, ela brandiu com toda a força o terçado, decepando a cabeça de um dos invasores pelo meio. Dona Sol, com toda ira e indignação, após ter matado o agressor em legítima defesa, bradou em hakitia-espanhol: *Que venga otros!* Os arruaceiros fugiram e desapareceram no mato.

O caso do Paraná do Ramos não foi isolado, pois essa história se repete no Massauari e no Arari, quando esfaquearam o Sr. Salomão Santos (Kadosh), que recebeu 15 facadas e salvou-se fugindo para Manaus, onde mostrava para todos, na sinagoga, as terríveis cicatrizes. Outros judeus foram vítimas dessa onda de bandidos: Benchaya (pai do ex-vice-prefeito de Maués), perseguido, foge e se refugia em Maués; Salomão Levy e família fogem para Óbidos e lá ficam dois anos até acabar o motim e voltar a pacificação. Muitos judeus de Parintins fugiram para o interior e se refugiaram num lugar chamado Amsterdam, Palmares e Belo Horizonte (depoimento do Dr. Salomão Marcos Zagury, advogado, e do Dr. Jacob Cohen, médico em Manaus, ambos filhos de Parintins).

Existe uma outra versão da história acima, que explica o motim antijudeu como resultado de uma disputa e antagonismo político-eleitoral entre comerciantes e um candidato a prefeito de Parintins. Isto motivou o conflito popular que acabou descambando para o movimento Mata-Judeu. Desejamos salientar, todavia, que naqueles tempos era muito comum os padres fazerem pregação contra os judeus – os

perversos judeus – nos dias de Sexta-Feira da Paixão, que estimulava movimentos populares: todas as sinagogas amanheciam, no dia de sábado de aleluia, com o boneco-espantalho de Judas, pendurado na porta ou nos postes, para serem malhados e queimados. Nessa ocasião eram improvisados com o testamento de Judas, no qual figuras políticas eram também ridicularizadas.

No Cemitério Judeu de Parintins estão enterrados os seguintes judeus: Dona Cohen (29-4-1886), Isaac S. Benjo (26-1-1887), Isaac Abraham Assayag (23-9-1909, avô de Maria Hanan, Mário e Ambrósio Assayag e bisavô de Samuel Hanan), José Serrulha (5-1-1909), Perla S. Assayag (21-4-1915), Ananias S. Cohen (6-8-1926), Ambrósio Dray (24-2-1928), Simão Isaac Bengio (3-5-1925), Jacob Salomão Cohen (14-12-1915), Abraham Salomão Cohen (14-6-1925), Abraham José Sicsu (20-12-1916), Isaac E. Dabella (20-6-1918), Júlia Dray (13-1-1920), Miryam Levy Salama (2-2-1923), Estrela S. Mendes (21-9-1928), Martyr Júlia Salomão Cohen (22-10-1931), Esther Levy (18-4-1934), Júlia Salama Cohen (27-9-1935), Esther Assayag (24-3-1931, mãe de dona Irene Gonçalves Sabbá), Esther Dray Benjo (1-5-1939), Miryan S. Mendes (3-3-1931), Isaac Cagy (1-1-1935), Jacob Moyses Cohen (26-4-1935), Salomão Moyses Cohen (19-12-1935), José Dray (23-6-1931), Fortunato Salim Dray (13-5-1935), Alberto Mendes (11-1-1938), Dr. Marcos S. Zagury (23-8-1938, promotor público de Justiça, abatido pelas balas dos assassinos-criminosos, um dos quais ele havia acusado, na saída do Tribunal do Júri. É pai do nosso correligionário Salomão Marcos Zagury), Sol Salomão Cohen (9-12-1943), Tomazia Salama Cohen (26-4-1943), Esther Salomão Cohen (31-3-1945), Jamila Assayag (3-6-1941), Ananias Moyses Cohen (8-7-1947), Maira Mendes (4-7-1959), Fortunato Salomão Cohen (21-2-1961), Salomão Isaac Cohen (27-5-1963), Pinhas Salomão Cohen (1-7-1975), Ruth Pazuelo (12-3-1967), Elias Assayag (14-2-1980). Total

de 65 sepulturas, sendo 24 sem identificação (Fonte: Cadastro levantado por Francisco Ianuzzi, Oriane de Souza Batalha e Zezito Assayag, de Parintins).

12 Em *Maués*: Maués já foi uma cidade próspera no tempo dos judeus e italianos que, na verdade, dominaram, juntamente com os cearenses, o comércio, indústria e agricultura de guaraná do município. As famílias mais importantes de Maués eram de Salomão e Luís Levy, Moyses e Salvador, Salomão Abecassis, Salomão e Alberto Pinto, Moyses Hatchwell, Salomão Benchaya, Pinhas Assayag e Abel Aboab, apelidado de o Rabino, cuja sepultura em Maués até hoje não recebeu a lápide em mármore que o identifique sobre a envelhecida fragrância de cimento). Todos geraram famílias numerosas e ilustres. Os Benchaya vieram do Massauari, depois do massacre do Paraná do Ramos e do Arari, e hoje um dos seus descendentes é o Sr. Jaime Benchaya Filho, ex-vice-prefeito de Maués.

Os Abecassis eram dois irmãos. Moyses Salomão Abecassis, casado com Miryam Hatchwell, teve 6 filhos: Salomão, Jaime, Elias, Isaac, Armando e Alberto. Salvador Abecassis, casado com Sol Levy, com quem teve 7 filhos: Salomão, Leão, Moyses, Esther, Miriam, Dona e Vitoria. Os dois irmãos eram prósperos e fundaram a firma Salvador Abecassis & Irmão.

Os Pinto também eram dois irmãos: Salvador Marcos Pinto, de Tânger, teve 3 filhos: Isaac Salomão Pinto, que tinha uma usina de pau-rosa em Maués; Leão Pinto e Marcos Pinto. O outro irmão Alberto Pinto, casado com Sara Benoliel Pinto, era sócio da firma Isaac Pinto & Cia. e uma usina de pau-rosa no lugar Vera Cruz, perto de Maués. Parece que não teve filhos.

Moyses Hatchwel era de uma família de judeus-ingleses de Gibraltar, que também imigraram para a Amazônia no mesmo tempo dos sefaraditas e forasteiros marroquinos. Dizia-se que eram descendentes da heroína-mártir Solica – la Sadiká, que foi degolada em Fez, a mando do sultão,

por recusar-se a converter-se ao islamismo e casar-se com ele. Ele foi assassinado pelo seu genro Isaac Marcos Pinto em um dia de Yom Kipur (dia do perdão), antes de quebrar o jejum obrigatório. Isaac Pinto perguntou a Moyses Hatchwel onde estava a sua esposa, da qual se havia separado. Moyses quis explicar e como resposta recebeu diversos tiros de revólver que o mataram. Ele teve diversos filhos, tendo sua filha Rebeca se casado com o descendente de sírio-libanês, Sr. Salum Almeida (filho de Jorge Elias de Almeida, casado com uma Negreiros). Salum teve 15 filhos e nenhum deles seguiu a tradição dos antepassados de sua mãe judia.

Salomão e Luís Levy – Eram dois jovens irmãos de Tânger, que emigraram em 1906, quando Luís tinha 14 e Salomão 12 anos. Seu pai Jacob Levy, casado com Gimol Pinto, veio à Amazônia, mas não se acostumou e voltou para o seu açougue Kasher em Tânger. Ficaram em Maués os dois irmãos que começaram a vida como regatões, vendendo mercadorias e comprando guaraná, borracha, castanha, cumaru, pirarucu e farinha. Salomão fez sociedade com seu tio Fortunato Pinto no negócio de aviamento e produtos regionais e daí começou a sua prosperidade com um armazém-empório típico do interior daquela época. Casou-se com sua prima Clara Alcaim (como era muito comum entre judeus) e o casal teve os seguintes filhos: Jacob, casado com Ruth Roffé; Gimol, casada com Israel Benchimol; Abraham, casado com Idelma Patriani; Leon, casado com Esther Cohen Halale, e Messody (Lily), casada com Dr. Elias Azulay.

Salomão Levy foi também vítima dos saques dos desocupados, bêbados e bandoleiros, que invadiam as casas dos judeus, roubando e depredando no conhecido caso do massacre de Massauari, no Paraná do Ramos, ocorrido por volta de 1922. Fugiu de Maués e foi abrigar-se em Óbidos e, por isso, seus filhos (Jacob e Gimol) nasceram

nessa cidade. Pacificada a região após as desordens, volta a Maués e se torna sócio de Francisco Magaldi.

Os seus filhos foram educados em Belém, no internato e escola de dona Sol Israel, esposa de Elias Israel, filho de Leão Israel, presidente da Sinagoga Shaar Hashamaim. Quando eles voltaram a Maués, Salomão Levy resolveu transferir-se para Manaus, onde se tornou sócio de B. Levy & Cia., a mais importante firma judaica, já em fase de decadência em 1942. Dela se retirou e se tornou sócio de seu amigo Manoelzinho Negreiros na firma Levy & Negreiros. Quando Pedro Manoel Negreiros retornou a Maués, Salomão Levy, junto com os seus filhos, fundou a firma Salomão Levy & Filhos e passou a curtir couros de jacaré e exportar para a Argentina. Isto foi a sua ruína, pois num embarque de peles salgadas o navio sofreu avaria e a carga toda apodreceu, e como não havia seguro contra avaria particular, ele perdeu tudo o que possuía.

Depois de ter sido um homem rico, enfrentou a pobreza novamente, mas nunca desanimou. Resolveu, junto com todos os seus filhos, transferir-se para o Rio de Janeiro. Lá, os seus filhos conseguiram sucesso e os seus netos, pela educação universitária, se tornaram grandes médicos, doutores, engenheiros, empresários. Ele cumpriu a sua missão de fiel judeu e bom pai (Fonte: Depoimento e entrevista de Gimol Levy Benchimol).

No Cemitério Judeu de Maués estão enterrados: Pinhas Assayag (17-12-1932), Marcos Pinto (28-6-1935), Moyses Hatchwell (27-10-1935), Sara Belezrah Pinto (29-10-1949), Salomão Benchaya (30-7-1945), Moyses Abecassis (4-2-1964), Lea Nagai Hatchwell Leite (31-7-1996), Isaac Aboab (sem lápide) (Fonte: Cadastro levantado por Jayme Benchaya Filho).

13 Em *Itacoatiara*: Isaac Perez & Cia. (Casa Moyses) – Prédio construído em 1890; Isaac José Perez (prefeito, 1926-1930), casado com Rachel Benchimol Perez; David Joé Perez (nascido em Breves-PA, morou em Itacoatiara. Mudou-se para o

Rio de Janeiro, onde foi professor emérito de Hebraico e Espanhol no Colégio Pedro II): Ezagui, Irmão & Cia., Moyses Ezagui e Esther Perez e os seus filhos: Jacobito, Ambrósio (advogado), Leão (médico), Fortunato e Cotinha; José Leão Ezagui e Orovida Ezagui e os seus filhos: Luna, Rachel, Abraham, Rubens (o Chunito), Estrela (a Sarapó) e Augusto (o capitão); Pacífico Ezagui, Marcos Ezagui, Jacob Benchimol, Samuel Ezagui, Salomão Ezagui, Leão Ezagui, Isaac Benchaya, Azulay Benchaya, Fortunato Cohen Alves, Rica Bensimana, Dinar Ohana, Moyses Azulay (Informações do professor Francisco Gomes da Silva, no seu *Cronografia de Itacoatiara*. Manaus: Papyros Ind. Gráfica, 1997: 169). Este mesmo livro nos informa que, na década de 1920, havia cerca de 300 judeus morando em Itacoatiara; a sinagoga funcionava na casa de dona Esther Perez Ezagui e o cemitério judaico foi construído no final dos anos 1920. Itacoatiara muito deve a Isaac José Perez, seu grande prefeito, de 1926-1930, que urbanizou e modernizou a cidade.

No Cemitério Judeu de Itacoatiara estão enterrados os seguintes judeus, conforme levantamneto feito primeiro por Abraham Amzalak e depois por Moyses Israel, Isaac Dahan e a professora Terezinha Edna Monteiro Peixoto e Maria da Glória Matos: Elias Ezagui (23-11-1910), David Dray (22-8-1912), Ledicia Malca (21-10-1914), Martyr Simi Carlos Nahmias (17-10-1916), Ananias Cohen (...), Elias Alves (11-11-1920), David A. Kados (16-5-1924), Simy Ezagui (17-2-1927), Abraham Kados (6-11-1927), Luna Pinto (6-3-1929), Dinar Ohana (2-3-1929), Fortunata Cohen Alves (6-11-1932), Moysés Azulay (20-2-1936), Rica Bensimana (1-8-1936), Isaac Benchaya (18-9-1944), Orovida Ezagui (22-9-1949), Fortunato Benezar (9-7-1955). Total de 33 sepulturas, sendo 20 sem identificação.

14 Em *Coari*: Salomão Pinto foi um judeu-marroquino que imigrou para Coari no fim do século XIX e se tornou um grande comerciante, seringalista, aviador e comerciante de produtos regionais. Participou do Congresso Comercial, In-

dustrial e Agrícola, de fevereiro de 1910, promovido pela Associação Comercial do Amazonas, em Manaus, tendo recebido na ocasião o prêmio de medalha de bronze pela apresentação de um saco de viagem impermeabilizado e um par de sapatos feito com borracha amazônica. O outro premiado, na ocasião, com medalha de ouro, foi a firma Salvador Abecassis & Irmão, de Maués, pela apresentação de borracha fina de cultura, borracha fina nativa, borracha de tapuru e cernambi de caucho. Salomão Pinto teve um continuador, seu filho Abraham Pinto, que se tornou benfeitor e benemérito da Comunidade Judaica de Manaus, ao fazer grandes doações para as obras da sinagoga e ser um grande incentivador da vida judaica nas comunidades de São Paulo, Manaus e Belém. Seu pai, Salomão Pinto, faleceu em 8-11-1918 e está enterrado no Cemitério Municipal São João Batista.

15 Em *Tefé*: A pequena cidade de Tefé, que já teve o seu passado de glória, nos tempos coloniais, teve um período de breve prosperidade durante o apogeu da borracha em 1910. Depois entrou em decadência. Havia várias famílias judias que moravam em Tefé. Entre elas temos a memória de duas: *Fortunato Cagy* que se tornou grande comerciante e muito conhecido nas praças de Belém, Santarém, Tefé e rio Solimões, como comerciante de produtos regionais. Teve 2 filhos: Saul e Abraham Cagy e 2 filhas: Esther e Alice Cagy, Saul emigrou para São Paulo, onde se tornou milionário com a distribuição exclusiva dos automóveis Ford, chegando a construir um arranha-céu de nome Avanhandava. Abraham foi para Belém, acompanhando a sua irmã Esther. Alice casou-se com Raphael José Siqueira.

Raphael José Siqueira ganhou a vida como prático e depois piloto e comandante de embarcações fluviais, conhecendo praticamente todos os rios da Amazônia. Casou-se em Tefé com dona Alice Cagy, de cujo consócio teve os seguintes filhos : Nina (Lili), José, Esther, Anita e Fortunato Siqueira. Nina Siqueira casou-se com Isaac Israel Benchimol e teve 8

filhos: Israel, Raphael, Samuel, Robine, Alice, Alberto, Saul e Benjamin. Raphael José Siqueira tinha uma irmã de nome Francisca Siqueira, que se casou com o Sr. Isaac Hanan, avô de Samuel Hanan, ex-secretário de Fazenda do Estado do Amazonas. José Siqueira casou-se com Dinari Sevalho, de Tefé, e é pai dos Drs. Raphael e José Siqueira, este atual presidente da Companhia Energética do Amazonas. Raphael José Siqueira morreu em 29-3-1922 e está enterrado no Cemitério São João Batista de Manaus. Dona Alice Cagy Siqueira nasceu em Lisboa em 27-9-1876 e faleceu em 22-3-1951 em Manaus. Dona Nina Siqueira Benchimol nasceu em Tefé em 12-3-1900 e faleceu em Manaus em 28-2-1960 e seu esposo Isaac Israel Benchimol nasceu em Aveiros em 11-4-1888, no rio Tapajós e faleceu em Manaus no dia 24-12-1974. Dona Francisca Hanan nasceu em Tânger, em 2-9-1875 e faleceu em Manaus no dia 12-10-1957, e o seu esposo, Isaac Hanan, faleceu em Manaus no dia 9-2-1932.

16 *No rio Tarauacá (Juruá)*: Henry Cerf Levy, judeu-francês da Alsácia e Lorena, provavelmente expulso pelos alemães ou refugiados, quando Bismark, na guerra franco-prussiana de 1870-1871, tomou essas províncias francesas e iniciou perseguições aos judeus de Nancy, Moselle e Estrasburg. Ele se tornou grande seringalista no rio Tarauacá, onde foi proprietário dos seringais Vila Martins, Alegrete, Casa Nova, São Pedro, Vitória e Santo Antônio. Foi casado com uma cearense, dona Carolina Augusta Sabóia Fernandes, com quem teve 12 filhos: Renée, Myrtil, Hugo, Ivan, Irene, Edgar, Shirley, Marialina, Fanny, Ocirema, Maude e Edmundo Levy, que foi senador da República pelo Amazonas (Fonte: Ocirema Levy Rabello, *Minha Vida no Seringal*. Manaus: Prograf Editora, 1996).

17 *Sena Madureira*: Famílias Laredo e Abtibol.

18 *Borba*: O baixo Madeira recebeu, na época da borracha, muitas famílias judaicas. Entre elas a família de José Laredo, de Tânger, que foi grande regatão e seringalista no Paraná do Urariá e rio Abacaxis, no município de Borba, onde mo-

rou com sua esposa, Simy Kadosh, por mais de vinte anos seu filho Salomão José Laredo passou grande parte de sua vida também nesse mister, sucedendo o seu pai. Casou-se com Sarah Bemiara Saraga Laredo, de cujo consórcio nasceram 8 filhos: José (economista), Simy (professora universitária), Moyses (engenheiro), Nina (Faculdade de Letras), Jacob (abandonou a Faculdade de Medicina no último ano para se tornar empresário), Nelson (empresário), Débora (médica endocrinologista) e Miriam (formada em Administração). Salomão Laredo, recentemente falecido, cujos filhos vivem em Manaus, onde atuam como profissionais e empresários.

19 Em *Manicoré*: Manicoré foi, no passado, um florescente centro de comércio no ciclo da borracha e mesmo durante a crise dos 30 e 40. Lá viveram muitos judeus, sendo que a família mais importante era a dos Cohen, cujos oito irmãos lá viveram, durante esses anos, como comerciantes de produtos regionais e pequenas indústrias de óleo de pau-rosa. Eram eles: Fortunato Cohen, casado com Ália (Esperança) Serruya; Abrahan Cohen (apelidado de Abraão Fumaça), casou com dona Alegria e depois com dona Alita (sua neta é casada com o ex-ministro do Meio Ambiente e Amazônia, Gustavo Krause); Isaac Cohen casou com dona Mirian; Pérola Cohen casou com Raphael Assayag, de Parintins, e vive até hoje, com 92 anos, e é mãe de Isaac Raphael, Jacob e Ambrósio Assayag; Alegria Cohen; Flora Cohen, Estrela Cohen e Alia Cohen.

20 Em *Hamaitá*: Elias Benchimol (casa Deus Dará), Júlio Levy (Casa Ypiranga), José Benayon, Bohbot e Benassayag, Moyses Israel, Saul e Laluff, Leão Abitbol, Luís Abitbol (Relação de comerciantes judeus estabelecidos em Humaitá, publicada no jornal *Humaythaense*, edição de 2 de fevereiro de 1908).

21 Em *Fortaleza do Abunã, Porto Velho e Guajará-Mirim*: Isaac Israel Benchimol (1913 a 1933 em Fortaleza do Abunã); Salomão Querub (Porto Velho); Isaac Benchimol

(enterrado no Cemitério Candelária, cerca de 1910); Moisés Bensabá (Cachoeira Santo Antônio); Saul Benesby (Guajará-Mirim); Moyses Benesby (deputado federal – Guajará-Mirim); Isaac Benesby (prefeito de Guajará-Mirim; David Israel (Guajará-Mirim).

22 Em *Iquito*: O ciclo da borracha se iniciou na Amazônia brasileira e fez a prosperidade de Belém, Manaus e de milhares de empresários, coronéis-de-barranco e seringueiros que trabalharam nos seringais dos afluentes meridionais do rio Amazonas. Por isso a prosperidade alcançou os vales dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus, Juruá, Javari, que eram rios do hábitat da legítima *Hevea brasiliensis* (os afluentes setentrionais tinham, apenas, seringueiras fracas de borracha inferior e, por isso, eram desprezados e sofreram o despovoamento durante o período).

Essa prosperidade e expansão, gradualmente, foi avançando em direção ao oeste com o *rush* dos migrantes nordestinos, europeus, judeus, sírio-libaneses e outros povos e etnias, até atingir a Amazônia peruana, sobretudo nos rios Marañon e Ucayale, que eram a continuação dos mesmos ecossistemas da Floresta Tropical Úmida da Amazônia Sul-Americana. Cidades e vilas peruanas floresceram na época do *boom* da borracha, no período de 1870 a 1910, como Iquitos, Contamana, Yurimáguas, Caballococha, Tarapoto, Requena e outros povoados que prosperaram quando a borracha chegou a ser vendida em Iquitos, na base de 6,6 soles-ouro o quilo, o que equivalia aos 17$000 por quilo da praça de Manaus, ou £ 1,13 correspondente a £ 58, ou US$ 87 o quilo. Comparado com uma libra esterlina por quilo (valor monetário atualizado) na época da grande depressão de 1931, menos de 1$000 em Manaus e 12 centavos de sol-ouro em Iquitos (ROSENZWEIG. *Judios en la Amazonia Peruana*. Iquitos, 1949, trabalho datilografado, que parece continuar inédito).

O período de prosperidade da Amazônia peruana repetiu a euforia da Amazônia brasileira do Pará, Amazonas e

Acre, que conseguiu atrair centenas de milhares de imigrantes. Enquanto nesse período chegaram à Amazônia cerca de 1.000 famílias de judeus sefaraditas e forasteiros em Belém e Manaus, o mesmo fenômeno se repetiu na Amazônia peruana, que recebeu no período de 1870-1910 cerca de 150 famílias judias, a maioria procedente de Tânger e Tetuan, no Marrocos, ou de imigrantes judeus de Belém e Manaus, que se transferiram para Iquitos e outros judeus askenazitas do litoral peruano para participar da atividade caucheira.
Os pioneiros judeus do ciclo da borracha da Amazônia peruana começaram a chegar por volta de 1885 com a vinda dos irmãos Moyses, Abraham e Jaime Pinto, que escreveram uma comovente biografia contando o drama e a saga de sua família no Marrocos e nas selvas do Peru ("Vida de Moyses y Abraham Pinto, en la Jungla Del Amazonas", contada por Abraham Pinto, cujo trabalho inédito foi mencionado por BENTES, 1987: 377).
Isaac Laredo, em suas *Memórias de um Viejo Tangerino* (1935: 408), publica uma fotografia da Colônia de Tangerinos em Iquitos, na qual figuram os judeus Abraham Labos, Leon Bentes, Moses Bendayan, Moses H. Toledano, Benjamin Cohen, Jacob Toledano, Joseph M. Toledano, Hanna Nahon de Toledano, Miguel Bendayan, Salomão Coriat e Moyses I. Nahon.
A história dos judeus no Departamento de Loreto repete a história dos judeus paraenses e amazonenses. Começaram com seus *'batelones' a remo y los mas pequeños usando canoa. Su comércio consistia en internar-se por los rios llevando mercadorias para efetuar el trueques por el caucho. Estas expediciones demorabam varios meses. Las penurias eram imensas... sentarse meses en uma canoa, dormir en el suelo sobre ramas, la escassez y monotonia de la alimentacion, los picaduros de insectos, las enfermidades tropicales, el clima agotador, la soledad absoluta... Que dura lucha para ganarse la vida y quizas hacer algún ahorro!* Este é um retrato escrito

e falado da vida dos judeus pioneiros marroquinos na Amazônia peruana, descrita por Rosenzweig (1949: 9-10).

Os nomes das famílias judias marroquinas peruanas são, praticamente, os mesmos dos conhecidos judeus de Manaus e Belém. Rosenzweig lista 133 nomes de judeus peruanos pioneiros, como segue: David e José Abensur (de Manchester); Moyses Abisroar; Senior Aselmi; Elias e Leon Assayag; Isajar, Salomon e Schalom Asserat; Assot; David Aberrasses; Isaac Miguel Azulay; Abraham, Isaac e Jacob Barcessat; Schalom Benamut; Leon Benassayag; Leon, Moyses e Samuel Bendayan; Ruben Bengio Bendrao; Beny, David, José e Raphael Benzaquen; Alex, Miguel e Victor Besso (Estados Unidos); Abraham Binsus; Júlio e Marcel Block (de Alsácia e Lorena); David, Jaime e Salomon Bohabot; Geron Cahen (França); David Cases (Inglaterra); Benjamin, Bobby, Isaac, Jaime, Lázaro, Marcel, Meier, Moyses, Ruben Cohen (9 Cohen do Marrocos, França e Manchester); Abraham e Aron Dahan (Rabat); Isaac David; Abraham Delmar; Abraham, Alberto, David, Isaac e Moyses Edery (5 Edery do Marrocos); David Elaluf; David Erwin; Moyses Farachi; Fortunato Foinquinos; Benjamin Gabay; David, Elias e Moyses Hachtwell (3 Hatchwell da Inglaterra, talvez parentes de Solica – la Sadiká); Sam Harris (Inglaterra); René Hirsch (Alsácia); Raphael e Victor Israel (Malta); Edmundo, Eduardo, Ferdinand e José Kahan (4 Cohanita da França); Salvador Knaffo; Alfredo Koblenz (Alemanha); Abraham Labos; Samuel Laredo; Isidoro, José, Leon, Maurício, Moyses e Salomon Levi (6 Levitas do Marrocos e França); Jaime Malca; Raphael Marachi; Jacob Medina; Carlos Mergui; Isidro Ley (França); Isaac e Salomon Naamias; Isaac Nahon; Abraham, Jaime, Moyses e Samuel Pinto (4 Pintos de Tânger que se estabeleceram em Iquitos em 1890); Leon Ruach (Bentes); Charles Samuel (Estados Unidos); Isaac Serfaty; Pierre, Robert e Teodoro Schuler (França); Isaac Suzzana; Alberto, Jacob, José e Moyses Toledano (4 Tole-

danos de Tânger); José Tapieiro; Alberto, Gabriel e Renee Weill (3 Weill da França, provavelmente parentes de Raoul Weill, que foi comerciante e diretor-tesoureiro da Associação Comercial do Amazonas em 1928-1930); Moyses Zrenen (Fonte: ROSENZWEIG, 1949, anexo 1).

Essas 113 famílias judaicas, de um total de 150 que imigraram para o Peru, entre os anos de 1870 a 1912, tiveram um papel importante no desenvolvimento do Departamento de Loreto e nas cidades amazônicas peruanas, principalmente Iquitos e Pucallpa. Rosenzweig (1949: 16) diz textualmente a respeito desses judeus:

> *Llegan a abordar gran parte del comercio y entablar una competencia que llega a los rincónes mas olvidados de ese territorio. Constituyem en esa forma un verdadero motor del desarrollo y de la incorporacion de nuevas gentes y zonas a la economia nacional. Se assumiria que labor tais abnegada en estas condiciones se vió compensada con el amasamiento de grandes fortunas. Sin embargo esto solo ocurrió en casos muy contados como las casas Kahan e Israel. La mayor parte tenia comercios mas pequeños.*

Efetivamente, a maior casa comercial de judeus iquitenhos foi a grande *Casa Israel* (provalvemente um judeu-inglês de Gibraltar ou de Malta), aviadores e exportadores de borracha, e a *Casa Kahan* (Cohen, provavelmente judeu-francês ou alsaciano), que tinha também navegação própria, pois Iquitos era servida por navios da Booth Line, que vinham diretamente de Londres, França e Estados Unidos, passavam por Belém, Manaus e chegavam até Iquitos, na calha central do rio Amazonas, que é francamente navegável por navios de grande porte. Iquitos está situada aproximadamente 4.200 km de Belém do Pará e a 2.500 km de distância de Manaus. Os prédios das *Casas Israel* e *Kahan* até hoje existem no *malecon* do centro histórico de Iquitos.

Os judeus peruanos de la selva estavam organizados, pois tinham sinagogas, uma Sociedade de Beneficência Israelita e um cemitério com 31 sepulturas de judeus falecidos, sendo as mais antigas de 1895. Tal como no Pará e Amazonas, os judeus-peruanos se espalhavam por todo o interior do oriente, chegando a Yurimáguas, Pucallpa, Contamana, Tarapoto e Caballococha, onde existem sepulturas de judeus-marroquinos. Com a depressão dos anos 20 e 30, a maior parte deles regressou a Belém e Manaus, outros foram para Lima, ou regressaram para a França e Inglaterra. Empobrecidos e falidos, poucos ficaram. Em 1948, quando Rosenzweig visitou o Departamento de Loreto, havia apenas 13 judeus, sendo 11 em Iquitos, 1 em Yurimáguas e 1 em Contamana. Uma outra parcela das 150 famílias dos primeiros judeus-marroquinos foi assimilada pela população local e esses judeus se tornaram *cholos* e caboclos peruanos, que ainda hoje se relembram com saudade dos tempos dos judeus em Loreto e orgulho de sua ascendência israelita, quando respondem que *mi abuelo fué judio*.

23 Em *Letícia*: Havia também judeus em Letícia, antiga cidade peruana e que hoje pertence à Colômbia. Ela é uma cidade gêmea da cidade de Tabatinga do Brasil, separada apenas pela avenida da Amizade. Dizem os mais velhos que contam histórias antigas que atribuem o nome de Letícia a uma velha judia marroquina que tinha o nome de Letitia, Ledícia ou Letícia, que significa alegria. Devia ser uma mãe ou avó judia corajosa, que ficou viúva e tomou conta de algum barracão ou flutuante de comércio naquelas paragens do sem-fim. Lenda ou realidade, Letícia ou Ledícia merece ser objeto de uma tese de mestrado ou dissertação de doutorado de algum erudito em sociologia e antropologia cultural.

A segunda geração: O *boom* do ciclo da borracha

A segunda geração de judeus é constituída de correligionários que, havendo obtido sucesso no seu comércio, graças aos altos preços

da borracha (£ 33 ou US$ 50 por quilo em Manaus, tendo atingido no pregão da Bolsa de Londres, no dia 10 de abril de 1910, 21sh.3d. por libra-peso, ou 46,84 shilling por quilo, equivalente hoje a £ 120, ou 180 dólares americanos por quilo), conseguiram se estabelecer em Belém e Manaus, onde se tornaram grandes aviadores e comerciantes donos de empórios e armazéns, exportadores de borracha em concorrência com portugueses, ingleses, franceses e alemães.

Logo foram admitidos como sócios e diretores das Associações Comerciais do Pará e Amazonas e suas famílias passaram a disputar de um alto conceito econômico e social. Não houve muita resistência nesses clubes fechados de aviadores e exportadores para a admissão dos concorrentes judeus, apesar da hostilidade e desconfiança com a atuação dos regatões israelitas. É que, nos anos dourados da borracha, a maioria da elite dominante, em Belém e Manaus, era de ingleses, franceses e alemães, que falava a mesma língua que os judeus-marroquinos haviam aprendido em Tânger e Tetuan.

Além disso, os primeiros judeus e firmas judaicas eram de origem francesa da Alsácia e Lorena, e inglesa de Gibraltar, como Judah (Leão) Elias Israel em Belém, Isaac Roffé, o mais rico judeu de Belém, cuja família morava numa mansão de quatro andares na avenida da Liberdade, n.° 270, em Lisboa.

Em Manaus, os judeus mais importantes, ao findar o século passado, eram todos franceses e alsacianos, como Marius & Levy, que construiu o edifício da Theodureto Souto, esquina da av. Eduardo Ribeiro (hoje edifício dos Correios), o mais alto da cidade e que foi, durante anos, a sede dos armazéns da mais rica firma judaica aviadora e exportadora: B. Levy & Cia., cujos sócios Raphael Benoliel e Samuel Levy tinham trânsito livre junto aos portugueses e franceses, pois ambos tinham também seus familiares morando em outro prédio da Rua da Liberdade, n.° 252, em Lisboa. Além desses judeus sobressaíram-se os de origem francesa, como os sócios da firma Theodore Levy & Camille & Cia., Emanuel Levy & Cia., Gunsburguer & Cia., Maurício Samuel, Raoul Weill, Kahn & Pollach, Rosas & Cahn, todos eles judeus serfatitas, de origem da Alsácia e Lorena, sendo o último talvez judeu askenazita, que se tornou sócio do todo-poderoso comendador J. G. Araújo. Por isso

foram logo admitidos na Associação Comercial do Amazonas como diretores e depois presidentes, tendo este posto sido alcançado, pela primeira vez, em 1915, por Raphael Benoliel, o judeu mais rico, sábio e influente de todos que tinham livre trânsito no comércio local, como sócio de B. Levy & Cia., e no campo internacional como representante da Associação Comercial nos Congressos de New York, Londres e Paris.

Em Belém, no período áureo da borracha, existiam algumas firmas judaicas de grande porte e bastante prósperas, que marcaram época na cidade. Elas muito ajudaram na construção da sinagoga paraense – a Shaar Hashamaim (antes de 1889 os templos não podiam ter aparência externa de sinagoga, conforme a Constituição do Império de 1824). O templo definitivo e grandioso, da Rua Arcipreste Manoel Teodoro, foi edificado graças ao idealismo e entusiasmo de Jacob Messod Benzecry, Messod Jacob Benzecry e Isaac Tobelem que o construíram durante a sua administração no período de 1932 a 1940. Com projeto do arquiteto italiano Hugo Furini, esse templo foi terminado pelo engenheiro Judah Eliezer Levy que construiu também a Sinagoga Essel Abraham da Rua Campos Sales e a esnoga Beth Yaacov/Rebi Meyr de Manaus.

Entre as prósperas empresas citamos: Leon Israel & Irmão, Bensimon & Coriat, Isaac J. Roffé & Cia., Benchimol & Irmão, Kraus Irmão & Cia., Isaac J. Benzaquen, Ignacio Welt, José M. Benzecry & Cia., Israel & Cia., Moyses Cohen, Simão Benjó, David J. Sicsu, Leon Cohen, Alberto Meyer & Cia., Elias Bemyara, Joaquim N. Pazuelo, Jayme A. Benchimol, Abraham Moyses Maman, Jacob M. Benzecry, Y. Serfaty & Cia., Moyses Levy, Bentes & Irmão (Itaituba), Salomão Benalal, Júlio Levy, Benchimol & Benayon (Humaitá), Abraham José Serruya (Parintins), Jaime Baruel, Simão Assayag, Assayag, Irmão & Cia. (Parintins). Todos eles fizeram grandes donativos e alguns empréstimos resgatáveis para a construção da Sinagoga Shaar Hashamaim, cujos contribuintes, nos anos de 1909 a 1912, durante a administração do Sr. Elias Leão Israel, somaram 19 empréstimos e 80 donativos de judeus e firmas prósperas do ciclo da borracha.

Muitas das contribuições vieram de Itaituba, Lábrea, Bragança, Humaitá, Manicoré, Parintins, Iracoatiara, porém, a maioria veio da cidade de Belém. Além dessas 99 contribuições de maior vulto, o relatório da receita e despesa da referida sinagoga excluía as mensalidades e donativos dos pequenos contribuintes, em número de 322, que contribuíam com pequenas importâncias. Como a do jovem Isaac Israel Benchimol (meu pai), que contribuía com 15$000, que naquela altura tinha 21 anos e estava lutando para sobreviver em Belém, como balconista das firmas Aflalo & Benzecry, Nahom & Cia. e Y. Serfaty & Cia., este último fabricante dos famosos cigarros da marca Therezita (Fonte: *RELATÓRIO DE RECEITA E DESPESA DE 1909 A 1912 DA SINAGOGA SHAAR HASHAMAIM*, apresentado pelo seu presidente Elias Leão Israel. Belém: Typ. Delta, 1912, p. 12-28).

Graças a esta relação que nos foi cedida pelo seu filho, Dr. Isaac Elias Israel, se pode reconstruir a quantidade de famílias judias que viveu em Belém nesse período. Pelos meus cálculos das contribuições e empréstimos, que totalizaram 99 famílias e firmas, mais 56 sócios contribuintes e mais as mensalidades de 322 famílias e sócios, chegaremos ao total de 477 famílias contribuintes. Retirando as contribuições dos últimos e somando as famílias pobres que não podiam pagar as suas mensalidades e mais os sócios e frequentadores da Sinagoga Essel Abraham – a esnoga de los forasteiros y de los pobres – da Rua Campos Sales, que estimamos em cerca de 300 famílias e mais os pobres de *los pobres* (123 famílias), podemos chegar facilmente à conclusão de que havia em Belém, nesse período de 1910, nos tempos áureos da borracha, cerca de 900 famílias que representavam uma população judia de 4.500 pessoas (base de 5 pessoas por família). Este dado é oferecido ao público, pela primeira vez, graças à informação desse precioso documento histórico acima mencionado. Oitenta e sete anos depois, em 1997, a comunidade judaica de Belém diminuiu para cerca de 450 famílias.

Durante este período dos anos dourados do ciclo da borracha, que vai de 1850 a 1910, a segunda geração de judeus recebeu considerável reforço de novos imigrantes marroquinos, que viviam empobrecidos nas juderias de Tânger e Tetuan e que começaram a

receber mesadas e "cartas de chamada" de seus parentes e correligionários amazônicos, contando as vantagens da terra e a fortuna que estava ao alcance de muitos, com o alto preço da borracha, de £ 60, ou £ 90 o quilo, pago pelos aviadores na praça de Manaus, isto sem falar no preço máximo de £ 120 o quilo alcançado no pregão de Londres, no célebre e tão lembrado dia 10 de abril de 1910, que assinala o fim do apogeu e o início da crise das plantações de borracha no sudeste asiático, que fez despencar o preço de 17$000 o quilo, pago em Manaus, para 1$000 o quilo da borracha fina, em 1930.

Raphael Benoliel, em Manaus – Associação Comercial do Amazonas, e Isaac Roffé, em Belém – Liga dos Aviadores, lutaram desesperadamente para que o monopólio da borracha natural fosse transformado em heveicultura racional e, juntamente, com os seus colegas da Associação Comercial fizeram o I Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em Manaus, de 22 a 27 de fevereiro de 1910. Ambas as entidades chegaram a solicitar ajuda do governo federal para estabilizar os preços e criar condições para a contrarrevolução fracassada da heveicultura amazônica.

Com o fim do monopólio natural da borracha amazônica, encerrou-se a segunda geração de famílias judias que, apesar da decadência, tentaram sobreviver até os anos 30 e 40, tornando-se exportadores de borracha, em substituição aos líderes ingleses, franceses e alemães, que abandonaram Manaus e Belém. Também, como forma alternativa, buscaram trabalhar com outros produtos como castanha, onde dominavam a exportação, couros, peles e beneficiamento de produtos regionais para agregar mais valor local e, assim, compensar a perda do preço dos mercados internacionais.

A segunda geração de judeus-marroquinos, do apogeu da borracha, teve um fim melancólico. Famílias inteiras de comerciantes, de Belém e Manaus, abandonaram suas propriedades. O deputado amazonense Luciano Pereira informava na Câmara dos Deputados que das 8.000 casas existentes em Manaus, 2.000 estavam desalugadas à espera de inquilinos que haviam abandonado a cidade (BENCHIMOL, Samuel. *Depressão, Débâcle e Bancarrota*, 1994, manuscrito inédito).

Os portugueses fundaram a Sociedade Repatriadora Lusitana para promover o retorno dos lusos. Os alemães, franceses e ingleses deixaram as suas empresas nas mãos de subalternos, gerentes, e as deixaram perecer pela obsolescência, causando sérias consequências à infraestrutura regional, pois eram concessionárias públicas dos serviços de portos, navegação, telégrafo, bondes, água, esgoto e luz. Os americanos abandonaram a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912, à própria sorte, pois os fretes não pagavam mais o custo operacional. A receita pública do Estado do Amazonas despencou, de £ 89,4 milhões de 1910 para £ 8,5 milhões em 1924, em valores corrigidos para 1992.

No Pará a situação era desesperadora. A receita pública caiu de US$ 104,4 milhões de 1910 para US$ 27,3 milhões (corrigidos para 1992) em 1915, a Receita Federal caiu de US$ 215,8 milhões em 1910 para US$ 42,6 milhões em 1915, e ainda assim estávamos no meio da crise de 1915, pois o pior haveria de chegar em 1920 e 1930. As falências em Belém atingiram, em 1922, a US$ 293 milhões (corrigidos para 1992) e as perdas do Banco do Brasil na região alcançaram US$ 172 milhões e havia ainda um passivo de falência ajuizado, em Belém, de 175.000$000, equivalente a US$ 863 milhões a preços de 1992 (BENCHIMOL, Samuel. *Depressão*, *Débâcle e Bancarrota*, 1994 [inédito] e, SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia* – 1800-1920. São Paulo: Editora Queiroz, 1980).

As firmas judias desse período também sofreram o *débâcle* e a crise. Ou foram à falência e desapareceram, ou continuaram sobrevivendo a essa crise, tentando, como disse, compensar a perda do monopólio da borracha com a exportação e beneficiamento de outros produtos silvestres. Mesmo assim, os principais empresários judeus desse período acabaram falindo, abandonando os seus negócios ou sobrevivendo modestamente como comerciantes e lojistas, fazendo o que hoje se chama em "economês": downsizing (diminuir de tamanho). Muitos acabaram migrando para outras cidades do Brasil e do exterior.

Abraham Roffé faleceu pobre aos 75 anos de idade, em Belém, no ano de 1932. Seu filho Isaac Roffé, o mais importante dos seus nove filhos, teve a sorte de ganhar na loteria e, como já era rico, an-

tes desse prêmio, foi viver em Portugal, após haver muito lutado na Associação Comercial do Pará e na Liga dos Aviadores. Isaac Barros e Samuel Levy voltaram para Lisboa em 1935, onde foram viver num edifício da avenida da Liberdade, n.º 252. Por fim, Raphael Benoliel, o principal diretor-executivo da grande firma B. Levy, entrega os seus 309 seringais aos seus credores e à I. B. Sabbá, e volta empobrecido para Lisboa, em 1943, onde foi viver modestamente numa casa situada na Rua Salitre.

Desta segunda geração somente uma pequena minoria usufruiu a riqueza do ciclo da borracha, que terminou de modo melancólico. A grande maioria iria viver décadas de depressão e pobreza tal qual previa o sonho de José do Egito:

> *Começavam assim os dias da ira e os tempos das vacas magras. Só que não seriam somente os sete anos do sonho do Faraó interpretado por José. Seriam sete vezes sete os tempos das vacas macilentas, das espigas delgadas e da penúria açoitada pelo vento oriental, conforme está escrito na profecia bíblica do Gênesis, capítulo 41, versículos 16 a 54* (BENCHIMOL, Samuel. *Depressão, Débâcle e Bancarrota*, 1994, manuscrito inédito).

A terceira geração: o êxodo do interior para Belém e Manaus

A terceira geração de judeus-marroquinos compreende o período da grande crise, que vai de 1920 a 1950, quando, durante esse período de trinta anos, a economia amazônica entrou em crise e os descendentes da primeira geração e pioneiros, que se internaram nos mais remotos lugares, vilas, povoadores e pequenas cidades da Amazônia, iniciaram o seu êxodo para Manaus e Belém.

Eram, como disse acima, os tempos das vacas magras, de pobreza, penúria, quando os judeus – e juntamente os sírio-libaneses e nordestino-cearenses – começaram a abandonar os seringais, castanhais, regatões, flutuantes, casas de comércio, sítios e fazendas, que já não valiam mais nada, em busca de sobrevivência nas capitais dos Estados do Pará e Amazonas.



א ב ג ד ה
ו ז ח ט י
Palheta.

Em Belém do Pará

Em Belém do Pará já existiam organizadas duas comunidades religiosas: a de Essel (ou Eshel) Abraham, fundada em 1824 (1823) por Abraham Acris, e a Shaar Hashamaim, ao que tudo indica fundada em 1835. Como a maioria das 650 famílias judaicas marroquinas havia emigrado para o Pará, no período de 1810 a 1920, ou seja, durante cerca de um século, afluiu a Belém considerável massa de judeus que abandonaram as suas vilas e cidades de origem: Cametá, Baião, Gurupá, Breves, Macapá, Altamira, Santarém, Óbidos, Alenquer, Faro, Oriximiná, Itaituba, Boim, Aveiros, deixando para trás os seus cemitérios abandonados, com os nomes de seus pais e mães esculpidos na lápide de mármore. Abandonaram as suas casas de moradia, os seus negócios e até, como no caso de Cametá, as duas sinagogas que chegaram a funcionar nessa cidade, de onde trouxeram os seus *sefarim* (rolos da Torah) para as sinagogas de Belém. Muitos primeiramente mandaram os seus filhos para serem educados no pensionato de dona Sol Israel, bondosa e lutadora, esposa do Sr. Elias Israel, filho do pioneiro Judah (Leão) Elias Israel, que teve papel muito importante na salvação das crianças judias do interior do Pará e Amazonas, dando-lhes educação judaica e abrigando-as, apesar da pobreza do seu lar. Seu marido, o Sr. Elias Israel, que chegou a ser rico e próspero, para sobreviver foi ser shaliah da Sinagoga Shaar Hashamaim e como nada ou pouco recebia, vivia de ensinar, de casa em casa, os meninos judeus e, ao mesmo tempo, de vender no varejo, como ambulante, botões de todos os tipos, para confecção e costureiras. Botões esses que os rebeldes e traquinos judeus *tiquitos* (pequenos) *relampeavam* (hakitia para surrupiar) nas aulas de Hebraico, para brincar nos seus times de futebol de botão.

Eram numerosas as famílias judias da terceira geração que haviam abandonado o interior para viver em Belém: Athias, Pazuelo, Benzecry, Elmescany, Bentes, Benchimol, Anijar, Aguiar, Benzaquen, Zagury, Hamu, Melul e centenas de outras famílias que, juntamente com os judeus locais, formavam um grupo de aproximadamente 600 famílias, num total de cerca de 3.000 judeus na década dos anos de1930 a 1950.

A atividade comunitária era intensa, pois as duas sinagogas se encarregavam em proporcionar consolo espiritual para esses empobrecidos judeus que haviam, outrora, conseguido alcançar prosperidade durante o ciclo da borracha, de 1890 a 1910. As sinagogas Essel Abraham – Bosque, Arvoredo ou Pousada de Abraham, na Rua Campos Sales – abrigava os judeus mais pobres e os *forasteiros* (toshavin), cuja rivalidade contra os sefaraditas *megorashin* ainda permanecia.

Essa primeira e mais antiga sinagoga sempre foi denominada esnoga de *los pobres* (os judeus forasteiros, na sua pronúncia em hebraico, suprimiam a diferença fonológica entre o *shin* (chiante) e o *sin* (sibilante), e, por isso, ao invés de Eshel Abraham se referiam a Essel Abraham, nome incorreto, pelo qual ficou sendo conhecida a esnoga dos forasteiros da Rua Campos Sales (Inácio Obadia, depoimento e correligionário), porém nunca faltava *minyan* (quórum de 10 judeus) para poder fazer certas orações como abrir o Hehal (área onde são guardadas os sefarim – rolos da lei) e dizer o Kadish (oração pelos mortos). Os forasteiros, como eram muito religiosos e doutos do que dos sefaraditas, mantinham as suas tradições e eram muito mais exigentes no ritual, sobretudo na leitura da Torah, onde o baal korê (leitor das escrituras em Lashon-Hakodesh – Língua Hebraica Sagrada) não podia cometer mais do que três erros.

Por esse motivo havia muitas discussões na sinagoga e muitas delas geravam brigas, desafios e malquerências, o que forçavam os revoltosos e dissidentes, muito a contragosto, a frequentar a sinagoga dos sefaraditas de Shaar Hashamaim, da Rua Arcipreste Manoel Teodoro, para depois regressar e fazer as pazes com a sua esnoga original. Esta era considerada, no passado, a esnoga dos aviadores e dos ricos, pois tinham muita imponência, embora o ritual não fosse tão rigoroso como na sinagoga da Campos Sales. Com o empobrecimento dos judeus de ambas as sinagogas, a primeira se tornou esnoga dos pobres de *los pobres* forasteiros e a outra pobre esnoga dos judeus aviadores falidos.

Outra grande figura de judeu foi a do major Eliezer Moyses Levy, que foi duas vezes prefeito de Macapá e uma de Afuá, tendo o seu irmão Moyses sido prefeito de Igarapé-Mirim. O major Eliezer,

mesmo nesses tempos de crise, jamais perdeu a sua consciência política e comunitária, pois após haver deixado o interior, onde além de político tinha uma companhia de navegação, foi um ardoroso sionista, tendo fundado o jornal *A Voz de Israel.* A sua filha Anita Levy fundou, na década dos anos 30, juntamente com o seu primo, o erudito e sábio David José Perez, o Deborah Clube, uma associação de moças com o objetivo de fazer reuniões, festas e ajudar a comunidade. Um dos seus filhos, o Dr. Judah Eliezer Levy, foi o arquiteto, construtor ou reformador de 3 sinagogas: Essel Abraham e Shaar Hashamaim em Belém, e Beth-Yaacov/Rebi Meyr em Manaus.

Muitos outros eminentes judeus atuaram, nesse período, tanto no campo religioso como na área comunitária e empresarial. No campo religioso, porém, não podemos deixar de mencionar a liderança de Levy Obadia, Isaac Pinhas Melul, judeu de Cametá, que ao se mudar para Belém, pelo seu notável conhecimento das escrituras e da Torah, tornou-se o shaliah comunitário da Sinagoga Essel Abraham, até a sua morte aos 106 anos de idade, em 30-4-1974; Samuel Benjó, Leon Benjó, Isaac Dahan (natural de Alenquer), Abraham El-Mescany (de Óbidos), Abraham Moyses Melul, José Ricardo Anijar e o professor Inácio Obadia, todos eles ilustres *hahamin*, leitores da escritura (baal korê) e profundos conhecedores de Torah da Sinagoga Essel Abraham da Rua Campos Sales, *de los pobres forasteiros toshavim.*

Na outra sinagoga, da outrora rica, e durante a terceira geração, dos pobres judeus aviadores e comerciantes falidos – Shaar Hashamaim da Rua Arcipestre Manoel Teodoro – funcionaram como líderes espirituais: Judah (Leão) David Israel, no período de 1890 e 1898; Rebby Messod Dabella, Rebby Jacob Benualid, Elias Leão Israel (1909 a 1912), Abraham Anidjar (rabino atual da Sinagoga Shel Guemilut Hassadim do Rio de Janeiro), Leão Samuel Aguiar, David Benzaquen, Leon Bengio, Menasseh Zagury, rabino Abraham Hamu e rabino Moyses Elmescany, este último da cidade de Óbidos e que hoje é o líder religioso e espiritual do Centro Israelita do Pará, dirigido pela arquiteta Oro Serruya e pelo Dr. Marcos Serruya, que a sucedeu no período de 1998-2000. Há ainda uma terceira Sinagoga do Grupo Beit/Chabad dirigida pelo rabino Dis-

raeli Zagury, que tem conseguido aumentar o número de seus fiéis mais conservadores, atraídos pelo seu fervor religioso.

O Centro Israelita do Pará foi fundado em 20/6/1918, em Belém do Pará, e desde então tem sido presidido por grandes figuras do judaísmo paraense: Moyses Levy, Marcos Athias, Abraham Athias, Jaime Bentes (durante cerca de 20 anos), Isaac Barcessat, Elias Pazuelo, Ramiro Isaac Bentes, Aarão Isaac Serruya, Isaac David Nahon, Oro Serruya e agora Marcos Serruya.

Na parte empresarial, os judeus paraenses da terceira geração, que haviam falido durante a crise da borracha, ou ficaram muito empobrecidos, tentaram reerguer-se com a ajuda de suas esposas, trazendo as suas famílias para Belém, onde reiniciaram a sua luta e a sua nova vida. Uns como empregados e funcionários públicos, outros como vendedores, negociantes e lojistas. Alguns se transformaram em grandes exportadores de borracha, sorva, castanha, couros e peles, cumaru, timbó e outros produtos regionais, na década dos anos de 1930 a 1950. Nesse período sobressaíram-se: Jayme Pazuelo, Marcos Athias, Jacob Benzecry, Moyses Levy, Y. Serfaty, Major Levy e Samuel Levy (de Macapá), Marcos Abitbol e muitos outros.

Os negócios durante a Segunda Grande Guerra, com os Acordos de Washington de 1942, a criação do Banco da Amazônia em 1940, e a Nova Constituição Federal de 1946, que no seu artigo 199 instituiu o Fundo de Valorização da Amazônia, com recursos de 3% retirado da Receita Federal durante 20 anos, ajudou a recuperar a economia amazônica, e os judeus tiveram uma prosperidade efêmera, pois passaram a dominar o comércio exterior e a agregar valor aos produtos nativos por intermédio da industrialização e beneficiamento da borracha, castanha, couros de jacaré, timbó, serraria, destilação de pau-rosa, etc.

Em Manaus

Em Manaus, idêntico movimento repetiu os mesmos padrões seguidos pela terceira geração de judeus paraenses. A luta talvez tenha sido mais difícil para os israelitas amazonenses, pois, vivendo

no interior da selva, a 1.500 km de distância de Belém, tudo se tornava mais difícil, oneroso e caro.

Os judeus falidos e empobrecidos do interior começaram a chegar a Manaus que, em 1930, tinha cerca de 90.000 habitantes (o Censo de 1920 indicou 75.704 e o de 1940 – 106.399 habitantes. Como não houve Censo em 1930, pode-se estimar a população de Manaus em cerca de 90.000 habitantes). A maioria dos judeus amazonenses veio de Itacoatiara (Perez, Ezagui, Azulay), Parintins (Cohen, Assayag), Maués (Levy, Abecassis), Borba (Laredo), Humaitá (Júlio Levy), Porto Velho (Querub), Guarajá-Mirim (Benesby), Fortaleza do Rio Abunã (Isaac Israel Benchimol e seus 8 filhos), Tefé (Siqueira, Cagy), Coari (Pinto), Tarauacá (Henry Cerf Levy e seus 12 filhos católicos), Iquitos (Tapiero, Toledano), apenas para mencionar alguns nomes, correndo sempre o risco grave de omissão que será reparado quando mencionar os nomes dos judeus das cidades interioranas, em outro capítulo.

Deve-se também mencionar que muitos judeus paraenses de Alenquer, Óbidos, Santarém e, sobretudo, de Belém começaram a migrar para Manaus, em busca de novas oportunidades de trabalho e emprego. Entre os judeus paraenses que vieram reforçar a comunidade de Manaus, devemos mencionar, nessa terceira geração, os Sabbá, Benarrós, Bemergui, Benmuyal, Aguiar, Azulay, Benzecry e outros que se estabeleceram e muitos tiveram extraordinário sucesso e liderança na economia e sociedade amazônicas. O maior deles foi Isaac Benayon Sabbá, que foi pioneiro da industrialização da Amazônia, com a construção da Refinaria de Petróleo em Manaus, inaugurada em janeiro de 1957 e que durante a sua vida construiu um império de 41 empresas e estabelecimentos industriais.

A comunidade judaica de Manaus, nesse período de 1930 a 1950, cresceu para 250 famílias, com a vinda de migrantes do êxodo rural proveniente do interior do Estado e da capital paraense. Por ser menor do que a comunidade paraense de Belém e pelo fato de os judeus viverem, na quase totalidade, no interior do Estado, somente nos meados da década dos anos 20 tiveram oportunidade de organizar as instituições da comunidade judaica (sinagoga, cemitério, hebrá, escola, clube social – os cinco pilares da vida comunitária).

Essas organizações foram sendo criadas pelos novos migrantes do interior que se estabeleceram em Manaus. Depois de reconstruir as suas vidas, alguns judeus se tornaram líderes como: Isaac José Perez, o grande prefeito judeu que revolucionou, urbanizou Itacoatiara (1926-1930) e fundou o cemitério judeu de Manaus. Era casado com Rachel Hilel Benchimol, cujos pais vieram de Gibraltar para Cametá em 1850, e depois se transferiu para Itacoatiara, onde realizou como prefeito a urbanização da cidade como veremos em capítulo especial, no segundo volume desta pesquisa. Isaac José Perez veio a Manaus em 1928; e ainda como prefeito de Itacoatiara conseguiu, com seu prestígio, junto ao governador Ephigênio Salles, a troca de um terreno aos fundos do cemitério São João Batista, que havia sido comprado para ser o cemitério judeu, por um terreno melhor situado ao lado do cemitério São João Batista, na esquina do Boulevard Amazonas, hoje avenida Álvaro Maia. Comprado o cemitério judaico e feito o seu gradeamento, Isaac José Perez teve o grande infortúnio e desdita de ver morrer de febre amarela o seu querido e amado filho Leon Perez, jovem engenheiro politécnico, que estava em visita aos seus pais. Por ironia do destino, o fundador do Cemitério Judeu de Manaus o inaugurou, enterrando o próprio filho, em 12 de setembro de 1928. Foi o primeiro *kadish* (oração pelos mortos) dito por um judeu para um filho seu na *Mearah* (*cemitério* em hakitia) de Manaus, pois anteriormente os judeus eram enterrados no cemitério católico, ao lado, sem nenhuma cerimônia, pois praticamente não existia comunidade organizada e nem talvez *minyan* (quórum de 10 judeus) para poder dizer o *kadish* à beira da sepultura (*keburah*).

O segundo passo era organizar uma sinagoga. Os exilados (os novos *mogorashim* e *toshavim*, sefaraditas e forasteiros) do interior resolveram fundar a Sinagoga Beth Yaacov, cuja primeira sede foi na Rua Lobo d'Almada, perto do antigo escritório de *A Crítica*, e depois transferida para uma casa na Rua Barroso, quase em frente da Biblioteca Pública, para em seguida ser novamente mudada para um sobrado na av. 13 de Maio (atual Getúlio Vargas), ao lado do Cine Polytheama, onde coloquei os meus *telefim* (*bar-mitzvá*), cerimônia de maioridade e integração à comunidade, realizada aos 13 anos de idade, no ano 1936.

No ano seguinte, Isaac Israel Benchimol, um próspero e rico seringalista de Fortaleza do rio Abunã, que faliu e empobreceu na grande crise da borracha, em 1930, e que se transferiu para Manaus com seus oito filhos, em 1933, recomeçou a sua vida como humilde e pobre guarda-livros. Foi eleito presidente do Comitê Israelita do Amazonas e um dos seus primeiros atos foi comprar a sede própria da Sinagoga Beth-Yaacov, que passou a funcionar no novo prédio adquirido na Rua Ramos Ferreira n.º 596 (praça da Saudade), desde o dia 4 de junho de 1937, quando o referido prédio foi comprado de dona Francisca Regallo de Araújo.

O Comitê Israelita do Amazonas foi fundado em 15 de julho de 1929, sendo o seu primeiro presidente o Sr. Raphael Benoliel, sócio e presidente da firma B. Levy & Cia., a mais rica e próspera firma exportadora e de "aviamentos" para o interior do Estado, que nessa altura já estava em situação difícil, vindo a liquidar-se em 1943. Os judeus fundadores do comitê que assinaram a ata de presença foram, além de Raphael Benoliel, os Srs. Raphael Benayon, Isaac José Perez, David Alberto Sicsu, Alberto Ambram, Jacob Benchimol, S. J. Aben-Athar, Pacífico Ezagui, Moyses Benchimol, Jacob Abecassis, Jacob Chocrom, Isaac Sabbá, David Leão Israel, Samuel J. Benoliel, Simão Benchimol, Marcos Ezagui, Abraham Samuel Alves, Leão Abraham Azulay, Jacob I. Benzaquen, Salomão Alves, Augusto Ezagui, Marcos Esquenasi, Isaac Rozenstein, José David Israel, Leão Abraham Pinto, Nessim Pessah, Mogluff Cohen, Salomão Benemond, Solon Benemond, Moyses Júlio Levy. Isaac S. Benoliel, David Israel, Júlio Levy, Raphael José, David Fortunato Benarrosh, Samuel A. Ohana, David J. Israel, Joseph Tapiero, Hebron Levy, Lázaro Klein, José Samuel Levy, Lázaro Sasson Tayah, Elias Benchimol, Jacob Sabbá, Fortunato Benarrosh, José David Sicsu (Fonte: Manuscrito descoberto pelo Dr. Isaac Dahan, atual presidente do Comitê Israelita do Amazonas). Todos esses fundadores eram, na sua maioria, líderes empresariais de Manaus, com exceção do Dr. Raphael Benayon, que era advogado e professor catedrático de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito do Amazonas e que havia traduzido do francês para o português o famoso livro de R. Von Ihering – *O Espírito do Direito Romano*,

que durante várias gerações foi livro de texto de quase todas as Faculdades de Direito do Brasil (MENEZES, Aderson, 1959: 57).

Desde a sua fundação, o comitê teve 11 (onze) presidentes: Raphael Benoliel (1929/1931), Jacob Benoliel (1932/1937), Isaac Israel Benchimol (1937/1957), Israel Siqueira Benchimol (1958/1961), Isaac Israel Benchimol (1962/1974), Samuel Isaac Benchimol (1975/1985), José Laredo (1985/1988), Franklin Isaac Pazuelo (1988/1991), Samuel Koifman (1991/1994), Celso Neves Assayag (1994/1997) e Isaac Dahan, de 1997 a 2000.

A segunda sinagoga de Manaus foi fundada em 1.º de maio de 1936 pelo nosso correligionário Jacob Azulay com um grupo de judeus forasteiros (*toshavim*) e sefaraditas (*megorashim*), descontentes com a comunidade da esnoga Beth-Yaacov, que era considerada a sinagoga dos serafaditas megorashim *y de los ricos*. Este segundo templo com o nome de Rebi Meyr funcionou no começo num prédio familiar, situado na praça XV de Novembro, perto da antiga firma Higson & Cia. e da Rua Tamandaré. Posteriormente em 29 de setembro de 1948 foi transferido para um prédio próprio na av. Sete de Setembro, n.º 385, com fundos para a Rua Visconde de Mauá, n.º 301.

Eram seus dirigentes e depois sucessivos presidentes os correligionários Salvador Bemergui, Carlos Serfaty, Elias Simão Benchimol, Salomão Benmuyal, Augusto Pacífico Ezagui, David José Israel, Vidal David Israel, Samuel D. Israel, Elias D. Israel, Salomão José Laredo, Miguel Cohen e outros. Era conhecida como *las esnoga de los pobres*, tal como a esnoga Essel Abraham da Rua Campos Sales, de Belém do Pará.

Ambas as sinagogas foram fundidas com a construção do novo templo a 18 de janeiro de 1962, com o novo nome de esnoga Beth-Yaacov/Rebi Meyr, que assinala o fim da rivalidade sefaraditas/megorashim e forasteiros/toshavim em Manaus, com a reconciliação das duas correntes do judaísmo marroquino do século XIX. Esta fusão foi realizada graças ao trabalho do presidente Isaac Israel Benchimol Z'L'(Zichronô Libracha de abençoada memória), falecido em 24 de dezembro de 1974 e vice-presidente Samuel Isaac Benchimol, com a plena cooperação do Sr. Jacob Azu-

lay, que passou a funcionar como o nosso shaliah (oficiante) comunitário, grande conhecedor da Torah (*baal korê*) até a sua morte em 9 de fevereiro de 1976.

Funcionaram como shaliah, hazan, baal korê (oficiante, cantor, leitor das escrituras bíblicas), desde a fundação, os nossos correligionários: Jacob Azulay, Isaías Abensur, Isaac Pazuelo, Miguel Cohen, todos Z'L' de abençoada memória e, mais recentemente, os Srs. Leon Benjó, Dr. Isaac Dahan, Moyses Elmescany (atual rabino da comunidade de Belém), professor Dr. Inácio Obadia, também shaliah da esnoga Essel Abraham de Belém; David Salgado Filho, Dr. Abraham Elmescany e novamente, a partir de 1998, o professor Inácio Obadia.

A vida social comunitária de Manaus foi iniciada em 1940 com a fundação do Clube Azul e Branco, pelo nosso correligionário David Israel (jornalista fundador do jornal *Folha Israelita*, que circulou em Manaus no período de 1948 a 1958), sendo a sua primeira presidente a jovem Gimol Levy, esposa do Sr. Israel Siqueira Benchimol. Posteriormente, este clube foi transformado, em 1945, no Grêmio Cultural e Recreativo Sion, que funcionava na casa de dona Sultana Esquenazi e depois passou a funcionar na Rua Henrique Martins (conhecida como a Rua dos Judeus, pois lá viviam, naquela época, cerca de 40 famílias e casas comerciais de judeus).

Finalmente, em 1976, na gestão do presidente do Comitê Israelita do Amazonas, Sr. Samuel Isaac Benchimol, foi fundado o atual Clube A Hebraica, com a compra do prédio situado na av. Joaquim Nabuco, n.º 1.842, com fundos para a Rua Dr. Machado, adquirido em 30 de janeiro de 1976, da Grande Loja do Amazonas, com a ajuda financeira de toda a comunidade e com o produto da venda da antiga sinagoga da praça da Saudade ao Banco Nacional de Habitação.

O seu primeiro presidente foi o correligionário Ilko Minev, seguido de Samuel Benzecry, e depois um colegiado dirigido por Nora Benchimol Minev, Sônia Assayag Cohen, Denise Benchimol Rezende, Fátima Assayag, Sarah Foinquinos, Bonina Bemergui. Em 1995 foi eleito presidente Dany Schwarcz e, em 1997, a nossa correligionária Nora Benchimol Minev, tendo com vice-presidente o Sr. Samuel Appenzeller.

Empresas judaicas de Belém (1940-1960)

O final da terceira para o início da quarta geração, no período que se inicia por volta de 1940 até 1950, foi, como dissemos, um período de relativa prosperidade para as comunidades judaicas de Belém e Manaus.

De Belém não possuímos, infelizmente, dados mais minuciosos e precisos da população empresarial judaica do período 1940/1950, mas mesmo assim, pelas entrevistas pessoais, conseguimos recuperar a memória de algumas dessas firmas paraenses, que muito contribuíram para o desenvolvimento regional, sendo que algumas desapareceram por falta de sucessores, ou em consequência da diáspora carioca e paulista:

Isaac Roffé & Cia.	Israel & Cia.
Marcos Athias & Cia.	Samuel Levy (Salevy)
Jaime Pazuelo & Cia.	Jaime Pazuelo e Cia.
J. Benzecry & Filhos	José Obadia (Casa Cruzeiro)
Y. Serfaty & Cia.	Marcos Abtibol (Usina Progresso)
Benchimol & Irmão (Casa Globo)	Nahon & Cia.
Samuel Benzecry & Cia.	J. Benjó
J. Kislanov	Judah E. Levy (Imobiliária Sul-Americana)
Jacques Krakoviak	Bemergui & Cia.
Salomão Aguiar	J. Beniflah & Cia.
Marcos Aben-Athar	Samuel Ohana
Moyses Levy	Jacob Sicsu
Jacob Levy	Moyses Serfaty
Jayme Benchimol	Inácio Obadia
Menasses Bensimon	Eliezer Moyses Levy
Salvador Bemergui	Isaac Amzalak
Salomão Benmuyal	Isaac Aguiar
	Jacob Messid Benzecry

A comunidade empresarial de Belém já foi bastante numerosa e próspera. Tanto no tempo do ciclo da borracha como nos tempos da recuperação econômica, na década dos anos 40 e 50, quando dominava a indústria e comércio de exportação e beneficiamento de gêneros regionais.

Na década dos anos 50 e 60, uma grande parte de líderes e empresários paraenses migrou para o Rio de Janeiro, abandonando ou fechando os seus estabelecimentos industriais e mercantis. Para

eles, o Pará não tinha mais futuro e, assim, fizeram a sua *aliá* (migração) para o Rio de Janeiro e São Paulo.

As famílias judaicas de Belém, empobrecidas, buscaram, pela educação, formar os seus filhos na Universidade e, assim, a comunidade passou a desfrutar de grande conceito no campo das profissões liberais.

Nestas duas últimas décadas começaram a surgir pequenas e médias empresas que, seguindo os passos dos seus antepassados, recomeçaram a atividade empresarial com seus estabelecimentos comerciais, lojas, franquias e outros negócios. Esta relação vai a seguir publicada, graças à cooperação e cadastramento feito pelo professor Inácio Obadia.

MEMÓRIA EMPRESARIAL JUDAICA DE BELÉM – 1997

Nome	Marca	Ramo
Indústria de Sabão e Óleo Santa Isabel do Pará Ltda.	Kabacznik	Fábrica sabão
Caiba – Ind. Com. S.A.	Belicha	Exportação castanha
Mármores e Granitos Ltda.	Anijar	Lapidação granito
Brascomp – Compensados do Brasil	Zugman	Fábrica compensado
Endeco Ltda.	Levy	Construtora
Cia. Paraense Estrutura Metálica	Bentes	Estrutura metálica
Fábrica de Móveis Ltda.	Israel	Fábrica de móveis
Móveis Decorações Orengel	Blue Star	Móveis e decorações
Olaria Israel	Israel	Fábrica tijolos, telhas
Fazenda Kabacznik	Kabacznil	Criação de gado
Acel – Alumínio e Acessórios Ltda.	Benzecry	Esquadrias de alumínio
Israel & Cia. Ltda.	Israel	Farmácia e drogaria
Biofarma Ltda.	Bemergui	Farmácia
Farmácia Sabrina	Bentes	Farmácia
Casa Cruzeiro Ltda.	Benzecry	Câmbio e turismo
Tendetudo Ltda.	Larrat	Material construção
Lojas Bemol Ltda. – Filial	Benchimol	Eletrodomésticos
Caça e Pesca Ltda.	Benmuyal	Artigos de caça e pesca
Casa das Carnes	Hamoy	Carnes
J. A. Imóveis	Aben-Athar	Imobiliária
Elmescany Imóveis	Elmescany	Imobiliária
Belém Shopping Car	Alcolumbre	Oficina automóveis
Importadora Micheli	Bentes	Importados
Refrio – Comércio Frios Ltda.	Soares	Alimentos
Importador Breves	Serruya	Importados
Pousada Cabana	Barcessat	Hotel Salinópolis
Jockey Clube	Zatz	Diversão
Bazar Elmescany	Jaime	Bazar
EV Seguros	Athias	Seguros
Refeições – Adm. Cartões	Levy	Alimentos
Fábrica de Fraldas	Zagury	Artigos infantis

Bancas & Revistas	Serruya	Bancas de revistas
Decorar – Rep. e Com. Ltda.	Israel	Representações
Reconta – Rep. Prod. Alim.	Soares	Representações
J. Benathar – Jaben	Assayag	Representações
Cristal Recepções	Dahan	Recepções
Fábio Presentes	Unger	Artigos presentes
Casa das Noivas	Aben-Athar	Roupas
Passarela das Noivas	Israel	Roupas
Zaga Comércio Ltda.	Zagury	Boutiques
Toda Moda	Abitbol	Boutiques
Genice Serruya	G. S.	Jóias
Fábio Jóias	Unger	Jóias
Ouro 1.000	Benzecry	Jóias
Orum	Marcelo	Jóias
Ótica Larrat	Larrat	Ótica
Canto do Uirapuru	Cohen	Artesanato
Elias Ohana	Ohana	Antiquário
Getúlio e Aldenor Bohadana	Bohadana	Antiquário
Maralke Malharia	Kabacznik	Malharia
Casa dos Parafusos	Hanoy	Ferragens
Telecomunicações Instrumentos e Manutenção	Lancry	Instalações
Shop Burger	Zatz	Lanchonete
Café do Mundo	Benzecry	Café
Pop Pizza	Mendes	Pizzaria
Bar Benchaya	Benchaya	Bar
Divina Gula	Serruya	Restaurante
O Boticário e Happy Side	Rascovschi	Franquia
Data Control	Soares	Franquia Informática
Forum/Triton/Canal 27	Serruya	Franquias
Kitsch	Benzecry	Franquia
Kilt	Eliasquevia	Franquia
Foto Soçaite	Serruya	Foto – Santarém
Postos combustíveis	Nahon	4 postos combustíveis
Laboratório Análises Clínicas	Elmescany	Análises clínicas
Laboratório Campinas	Elmescany	Saúde
Belém Med	Bentes	Saúde
Incor	Nahmias/Gabby	Saúde
Clínica Santa Terezinha	Pinto	Saúde
Academia Forma e Movimento	Eliasquevia	Ginástica
Instituto Modelo	Nahon	Escola
Anchieta – Sistema Integrado	Nahon	Escola
Escola Mundo da Abelhinha	Sicsu	Escola
Escolas de Danças Clara Pinto	Pinto	Arte dança
Aschoa – Academia de Danças	Benzecry	Arte dança

Empresas judaicas de Manaus (1940-1950)

Em Manaus, na década dos anos 1940 a 1950, a comunidade judaica empresarial prosperou em função da reativação dos seringais pela Rubber Development Co. (RDC), uma agência federal norte-americana encarregada do suprimento da borracha para os aliados, durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945). Tanto a

RDC quanto o Banco da Borracha e outras agências governamentais brasileiras, como a Sava (Superintendência do Abastecimento), a Caeta (Comissão de Encaminhamento dos Trabalhadores para a Amazônia), Sesp (Superintendência da Saúde Pública) e a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia), tiveram papel importante na reativação da economia regional.

Por isso, os negócios que haviam sido abalados, na década dos anos 30, e que provocou a vinda em massa de judeus do interior para Manaus, receberam na década posterior a 1940 e 1950 um novo alento e perspectivas. Os judeus que haviam saído do interior do Acre, Guaporé, Roraima e Amazonas se concentraram em Manaus, onde vieram aumentar a população empresarial judaica da cidade, que até então girava em torno de poucas empresas tradicionais como B. Levy & Cia. e outras que faliram, ou entraram em decadência no período anterior.

As empresas judaicas na década dos anos 1940/1950 e nos anos subsequentes, em função da criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, estão discriminadas no quadro abaixo, tendo como fonte o "Indicador de Manaus", de Paulo Chíxaro; o livro *O Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas (ACA)*. Manaus: Ed. Calderaro, 1971; a *Relação dos Importadores, Exportadores e Indústrias do Distrito Industrial da ZFM*, complementado por entrevistas pessoais e arquivos particulares. Este quadro vai publicado, mesmo correndo o risco de omissão, pelo que peço, desde logo, desculpas pela não inclusão de empresas de correligionários não mencionados na lista. Muitas das empresas aqui mencionadas já foram extintas, por falta de sucessores, ou porque os seus diretores encerraram as suas atividades comerciais/industriais.

EMPRESAS DE JUDEUS AMAZONENSES E DESCENDENTES NA DÉCADA 1940/1950 E ANOS SUBSEQÜENTES

Nome	Marca	Ramo	Endereço
A. Benoliel	Jamson	Rep. Prod. Farmacêuticos	Praça Tenreiro Aranha, 53
Abraham Carlos	Bahiana	Fazendas e armarinhos	Rua da Instalação, 80
Benzaquen & Cia. Ltda.	Benzaquen	Exportação	Rua Guilherme Moreira, 186
Benchimol & Irmão (estabelecida em 13/8/1942)	Bemol	Representantes	Rua dos Andradas, 38
Benarrós & Irmão	Benarrós	Agência caminhões	Rua Marechal Deodoro
Benayon & Cia.	Benayon	Fábrica sabão	Rua Izabel, 148
B. Levy & Cia.	Remanso	Export. Naveg. Aviamentos	Rua Guilherme Moreira, 158
Barros e Cia. Ltda.	Diamante	Representante	Rua Marcílio Dias, 131
Drota Eisenztein	Drota	Móveis	Praça Heliodoro Balbi, 224
Elias S. Benchimol	Benchimol	Fazendas e tecidos	Rua Henrique Martins, 18
Ezagui, Irmão & Cia. Ltda.	Moyses	Aviadores e exportadores	Rua Guilherme Moreira, 296
Felix Levy & Cia. (Aux. 100.000 Palelots)	Felix	Alfaiataria	Av. 7 de Setembro, 106
Gunzburger & Cia.	Gunzburger	Orquidário	Av. Epaminondas
Henrique Farhi	Farhi	Fazendas e tecidos	Av. 7 de Setembro, 591
Hore & Cia. Ltda.	Timberco	Serraria	Rua Dr. Aprígio, 1
I. B. Sabbá	Abbas	Exportação	Rua Guilherme Moreira, 183
I. J. Benzecry	Pazul	Exportação	Rua Theodureto Souto, 125
Isaac Perez & Cia.	Perez	Exportação	Itacoatiara-AM
J. Sabbá & Cia.	Atividades	Representantes	Rua Guilherme Moreira, 233
J. Assayag	Assayag	Estivas	Rua Marquês Sta. Cruz, 283
J. R. Siqueira & Cia.	Dina	Representantes	Rua Guilherme Moreira, 186
J. Abecassis	Jack	Exportação	Rua Marechal Deodoro, 127
Lázaro Sasson Tayah	Tayah	Fazendas	Rua da Instalação, 36
M. A . Levy (A la Ville de Paris)	Levy	Joalheria e Relojoaria	Av. 7 de Setembro, 617
M. E. Serfaty & Cia.	Serfaty	Exportação	Rua Guilherme Moreira, 221
M. Ezagui & Cia.	Firmeza	Representante	Rua Marcílio Dias, 124
Oliveira & Bainerman	Ford	Agência Ford	Rua dos Andradas, 140
Bainerman & Cia.	Bainerman	Agência Ford	Av. 7 de Setembro
Paulo Levy & Cia.	Univers	Drogaria Universal	Rua Marechal Deodoro, 135
Pharmacia Moderna (de José	Moderna	Farmácia	Rua Henrique Martins, 141

Hanan e Isaac Israel Benchimol			
Levy Frères & Cia. (À la Ville de Paris)	Paris	Joalheria	Av. 7 de Setembro
Maurício Samuel	Samuel	Representante	
Perez, Sabbá & Cia.	Indústria	Usina de borracha	Ilha de Monte Cristo
Rubem A. Israel	Mazaltov	Aviador interior	Rua Guilherme Moreira, 195
Salomão Benemond	Ajuricaba	Usina de castanha	Av. Epaminondas, 539
Solon Benemond	Solon	Aviador interior	Pça G. Thaumaturgo, 26
Usina Baré Ltda.	Baré	Usina de castanha	Rua Tamandaré
Usina Alegria Ltda.	Alegria	Usina de castanha	Av. Joaquim Nabuco, 1.469
Salomão Benarrosh Israel	Israel	Fábrica de sabão	Rua Borba
Salomão Pinto & Cia.	Pinto	Aviador	Coari-AM
Salomão Levy & Filhos	Levy	Curtume jacaré	Educandos
Levy & Negreiros	Negreiros	Importação e exportação	Rua Tamandaré
Salvador Abecassis & Irmãos	Abecassis	Aviadores	Maués-AM
Moyses S. Cohen & Cia.	Cohen	Empório	Parintins-AM
Assayag & Irmão	Assayag	Empório	Parintins-AM
Levy Dahan & Cia.	Dahan	Empório	Alenquer-PA
Félix Fink & Cia.	Fink	Drogaria	Rua Marquês Sta. Cruz
Benarrós & Irmão	Benarrós	Agência automóveis	Rua Marechal Deodoro
Curtume Mago Ltda. (Benzecry e Grosz)	Mago	Curtume jacaré	Compensa
Curtume Canadense Ltda.		Curtume jacaré	Compensa
Curtume Rio Negro Ltda.		Curtume jacaré	
N. Pazuelo & Cia. Ltda.		Agência Navegação	Rua Marcílio Dias
Elias Ramiro Bentes	Bentes	Representação	Rua dos Barés
Indústria I. B. Sabbá S.A.	Sabbá	Indústria	Rua Guilherme Moreira
Cia. Petróleo da Amazônia	Copam	Refinaria de petróleo	Paredão
Petróleo Sabbá S.A.	Sabbá	Distrib. produtos petróleo	Rua Guilherme Moreira
Fazenda Marajó-Mirim (Moyses Beloniel e Isaac Benchimol)	Marajó	Fazenda de gado	Rio Negro
J. Assayag	Assayag	Empório	Rua Marquês S. Cruz, 283
J. Essaba	Essaba	Estivas	Av. 7 de Setembro
Henry Abecassis		Oficina	
Hana Tayah		Fazendas	Rua da Instalação
José Tayah	Tayah	Fazendas	Rua Henrique Martins

Rachel Levy	Mayr	Vestidos de noiva	Rua Henrique Martins
Casa Importadora de Armarinho Ltda.	Serruya	Armarinho	Rua Henrique Martins
Credilar Ltda. (Charles Hamu e Jacob Benzecry)	Hamu	Eletrônica	Rua Henrique Martins
Ouriversaria Klein (Lázaro e Henry Kein)	Klein	Ourivesaria	Rua Henrique Martins
David Matalon	Matalon	Confecções	Rua Lobo d'Almada
Casa Elias – O Barateiro (Elias Benchimol)	Elias	Confecções	Rua Henrique Martins
Casa das Sedas (Berish Appenzeller e Edmund Klarnet)		Tecidos	Rua da Instalação
Casa Dois Irmãos (Marcos Salomão e Sultana Esquenazi)		Tecidos	Rua Henrique Martins
Casa Bahiana (Abraham Kadosh, Vidal Israel e Samuel Israel)		Fazenda e armarinho	Rua da Instalação
Casa Salim (Salim e Nathan Tayah)		Fazenda e armarinho	Rua da Instalação
Recauchutadora Benayon Ltda.		Vulcanização e recauchutagem de pneus	Rua Dr. Almino
Salomão Pinto	Pinto	Aviador	Coari-AM
Salvador Abecassis & Irmão	Abecassis	Aviador	Maués-AM
Hanan & Assayag	Hanan	Estivas	Rua dos Barés
Ferragens e Louças União Ltda.	União	Ferragens	Rua da Instalação
Sociedade de Aviamentos Ltda.	Bebé	Aviamentos	Rua dos Andradas
Samuel Ohana	Ohana	Relojoaria	Rua Henrique Martins
Tamar Levy	Tamar	Mercearia	Rua Henrique Maartins
Sol Lassery	Sol	Mercearia	Cachoeirinha
Alfon Cagy	Cagy	Funilaria	
Issac Pazuelo	Pazul	Fábrica sabão	Cachoeirinha

FIRMAS COMERCIAIS DA ZONA FRANCA DE MANAUS A PARTIR DE 1967

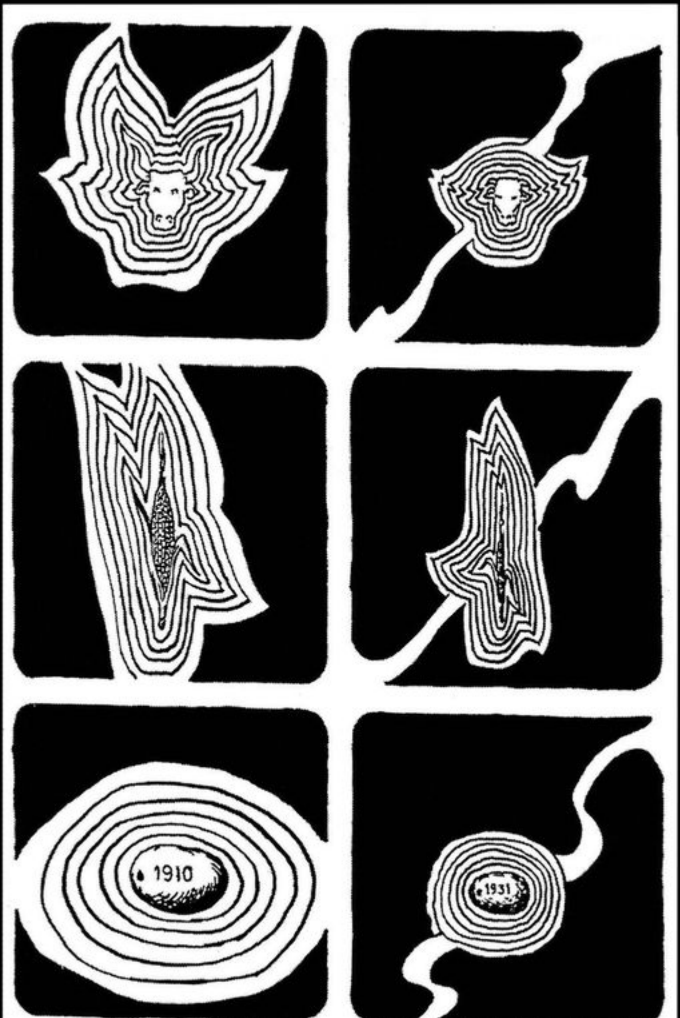
Nome	Marca	Ramo	Endereço
Ciex S.A.	Ciex	Exportadores	Rua Guilherme Moreira, 162
I. B. Sabbá S.A.	Sabbá	Exportadores	Av. Leopoldo Peres
Petróleo Sabbá S.A.	Sabbá	Distribuição de petróleo	Av. Leopoldo Peres
Benchimol, Irmão & Cia Ltda.	Bemol	Loja de departamentos	Praça Adalberto Vale, 32/68
Sociedade Fogás Ltda.	Fogás	Distribuidora de gás	Estrada da Refinaria
Gasônia Ltda.	Gasônia	Distribuidora de gás	Rua Miranda Leão, 41
Compar – Com. Part Ltda.	Compar	Participação	Rua Miranda Leão, 41
Dist. Equatorial Prod. Pet.	Equatorial	Distribuição de petróleo	Enseada Marapatá
Equatorial Transp. Ltda.	Equatorial	Transporte	Rua Ponta Grossa, 10-A
Casas do Óleo Ltda.	C. O.	Supermercado	Av. Donizete Gondim
Café Manaus Ltda.	Manaus	Torrefação de café	
Lojas Brasileiras S.A. – Filial	Lobrás	Loja de departamentos	Av. 7 de Setembro
Lojas Marisa S.A. – Filial	Marisa	Confecções	Rua Marechal Deodoro
Cortez – Câmbio e Turismo (Associação Cortez com Benzecry)	Cortez	Câmbio e turismo	Av. 7 de Setembro
Isaac Benchimol & Cia. Ltda.	Benchimol	Importação	Rua Dr. Moreira
Hotel Rei Salomão	Rei	Hotelaria	Rua Dr. Moreira
Platense Ltda.	Platense	Importação	Rua Marcílio Dias
Aron Hakimi – Imp. Exp.	Hakimi	Importação	Rua Quintino Bocaiúva
Amazonas Comércio Ltda.	Amacom	Importação	Rua Marcílio Dias
Benzion Ind. e Com. Ltda.	Benzion	Importação	Av. Eduardo Ribeiro
Benzion Com. Rep. Ltda.	Way shop	Confecções	Amazonas Shopping
Bilfran Imp. Exp. Ltda.	Bilfran	Importação	Rua Marcílio Dias
Comercial Kadima Ltda.	Azuri	Importação	Av. Eduardo Ribeiro
Benkoos Com. Rep. Ltda.		Confecções	
A. W. Imp. Ltda.	Via Colon	Confecções	
I. S. Com. Imp. Ltda.	Três Panelas	Restaurante	Rua Tapajós, 80
Náutica Rio Negro Rep.		Importação	
Controle Consult. Ltda.	Laredo	Consultoria	Av. Tefé, 605
Turquish Aquarium	Rio Negro	Exportação piscicultura	AM-10
Importadora Mundial	Edelman	Importação	
Agrisan Grãos Ltda.	Agrisan	Produtos agrícolas	Rua J. G. Araújo

Importadora Jenny Ltda.	Jenny	Importação	Av. 7 de Setembro
Quality Informática	Quality	Importação	Rua Borba, 111
Gubin Tecnologia S.A.	Gubin	Eletrônicos	Rua Marcílio Dias, 264
Tecigram Áudio e Vídeo	Tecigram	Áudio/vídeo/informática	Rua Dr. Moreira, 119
Abraham Benmuyal		Eletrônica	
Beny Mat. de Construção	Beny	Material construção	Av. Senador Álvaro Maia
H. B. Schwarcz Rep.		Representação	Rua Guilherme Moreira
Hebron Locadora		Locadora	Av. Tancredo Neves, 10
Benayon Mello		Consultoria	
CD News		Loja CD	Rua José Paranaguá
Importadora Paramount (Ohev Zion)		Importadora	Rua Dr. Moreira, 129
Imp. e Exp. Genève Ltda.	Genève	Importação	Rua Guilherme Moreira, 172
Cosmos Vídeo Gravações		Vídeo gravação	
Imp. Mundial Ltda.		Importadora	Rua José Paranaguá
Engecon – Eng. e Const. Ltda. (Moyses Laredo)		Construção e engenharia	Rio Branco – Acre
Coppal Engenharia Ltda.	Coppal	Engenharia	Rua Com. Norberto
Nortimóveis Ltda.	Norte	Imobiliária	Rua João Valério, 690
Foinquinos de Melo	Glauce	Café	Amazonas Shopping
Benayon de Melo	Benayon	Consultoria	
Salomão Cohen Rep. Ltda.	Cohen	Representação	Av. Joaquim Nabuco
Barros & Cia. Ltda.	Barros	Representação	Rua Marcílio Dias
Benmuyal & Cassas Ltda.	Hy-Tel	Eletrônica	Av. Djalma Batista, 3.000
Grocery Istambul Ltda.	Istambul	Delicatessen	Av. Djalma Batista, 3.000
Ecopark Turismo	Ecopark	Turismo	
Associação Educação Lato-Sensu do Brasil	Lato-Sensu	Educação	Conj. Adrianópolis
Cor e Complementos Ltda.		Tintas	Parque 10
Exuberance Modas		Modas	Rua Maceió
Mirian Koifman Engenharia e Projetos		Engenharia	Parque Solimões
Chocolate Bomboniere		Chocolate	
Salomão Laredo	Laredo	Quadros e fotografias	

FIRMAS INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS

Nome	Marca	Ramo	Endereço
Companhia de Petróleo da Amazônia – Copam		Refino de petróleo – de 1957 a 1970, quando foi comprada pela Petrobras	Estrada da Refinaria
Indústria I. B. Sabbá S.A.		Indústria de madeira e outras	
CCE da Amazônia Ltda.	CCE	Indústria eletrônica	Distrito Industrial
Evadin Ind. da Amazônia	Evadin	Indústria eletrônica	Distrito Industrial
Tectoy Ind. de Brinquedos	Tectoy	Indústria de brinquedo	Distrito Industrial
Dismac Indústria Ltda.	Dismac	Indústria eletrônica	Distrito Industrial
Pritefisa Tecelagem Ltda.	Pritefisa	Ind. fiação e tecelagem	Distrito Industrial
Nelima Ind. de Relógios	Nelima	Indústria relógios	Distrito Industrial
Quartz Eletrônica Ind. Com.	Mondaine	Fábrica relógios	Distrito Industrial
Megama Industrial Lltda.	Megama	Destilação álcool, extração guaraná	Estrada do Aleixo
Cia. Industrial Madeiras	CIM	Serraria/fábrica compensados	Estrada Mauá
Icel Instrumentos e Componentes Eletrônicos	Icel	Indústria eletrônica	Distrito Industrial
Itacotiara Industrial S.A.		Serraria	Itacotiara-AM
Itacotiara Agrícola S.A.		Agricultura	Itacotiara-AM
Florestal do Norte Ltda.	Florestal	Imobiliária	Itacotiara-AM
Cianorte – Cia. Indl. Norte	Cianorte	Serraria/mat. construção	Rua Alexandre Amorim, 197
Hore Madeiras S.A.	Hore	Serraria	Rua Dr. Aprígio, 99
Gethal da Amazônia S.A. (Gebruder Thalheimer)	Gethal	Fábrica compensado/serraria	Itacotiara-AM
Caroline Madeiras da Amazônia S.A. (Henry Moehring	Caroline	Fábrica compensado/serraria	Itacotiara-AM
Cayman S.A.	Cayman	Curtição couros jacaré	Manacapuru-AM
Fitejuta S.A.	Filejuta	Fábrica fiação/tecelagem juta	Av. Leopoldo Peres
Jutal – Com. Ind. de Juta	Jutal	Fábrica fiação/tecelagem juta	Rua Guilherme Moreira, 162
Compensado S.A.	Compensa	Fábricas compensados	Compensa

Treves da Amazônia	Treves	Jóias	
Beta S.A.	Beta	Fábrica jóias	Rua Recife
Potência S.A.	Potência	Fibras têxteis	Distrito Industrial
Drohaoser Ltda.	Drohaoser	Lapidação cristais	Distrito Industrial
Benayon – Ind. Papel e Celulose S.A.	Bipacel	Fábrica papel	Distrito Industrial
Citizen da Amazônia	Citizen	Fábrica relógios	Distrito Industrial
Banco Safra S.A. – Agência	Safra	Banco	Rua Marechal Deodoro
Banco Cidade – Agência	Cidade	Banco	Rua Dr. Moreira


1910
1931

A partir do início dos anos 50 até 1970, durante cerca de vinte anos, a economia amazônica atravessou novamente um período muito difícil. A euforia dos Acordos de Washington de 1942 com os seus programas de recuperação dos seringais silvestres para abastecer as fábricas de pneumáticos, que perderam as suas fontes asiáticas de suprimento com a invasão e ocupação japonesa – na Malásia, Indonésia, Singapura, Birmânia e outros – já havia passado. Terminada a guerra, os norte-americanos se retiraram da Amazônia e a economia mostrou sinais de decadência, que nem mesmo a criação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SPVEA) conseguiu recompor, pois grande parte desses incentivos fluíra para as grandes fazendas de gado no sul do Pará, Rondônia e norte de Mato Grosso e para empreendimentos de incerta viabilidade.

As exportações de borracha passaram a constituir monopólio federal do Banco da Borracha e, com isso, desestruturou-se toda a economia das empresas judaicas aviadoras e exportadoras desses produtos. O Bancrévea, antecessor do Banco de Crédito da Amazônia e do atual Banco da Amazônia, foi o coveiro da economia extrativista regional, pois ao afastar as principais empresas que atuavam na produção e comércio da goma elástica, retirou do interior as principais lideranças responsáveis pela logística da produção, transporte e abastecimento. Restava a castanha e outros produtos regionais, que ainda conseguiram movimentar o interior da região.

O Bancrévea *descoronelizou* a hinterlândia e ao fazê-lo substituiu o antigo patrão e seringalista pelo burocrata bancário de papel, tinta, cadastro e cartório, com direito de vida e de morte sobre os remanescentes desse espólio humano e social. Com a *segunda morte anunciada* da borracha restou, apenas, a castanha e outros produtos regionais como o couro de jacaré, o óleo de pau-rosa, a copaíba, a madeira, a juta, que ainda conseguiram manter alguns empresários vivos. Reiniciaram-se o despovoamento e o êxodo rural rumo às cidades grandes. Atrás dos patrões vieram logo depois os peões.

Para os judeus paraenses e amazonenses, a década dos anos 50 foi também de desânimo e desesperança, pois tiveram de largar e vender os seus bens, haveres e terras para mandar educar os seus filhos, em busca de uma saída para o futuro e encontrar um lugar para recomeçar vida nova.

Os judeus sempre tiveram obsessão por família numerosa e boa educação dos filhos. Quanto mais, melhor, porque assim poderiam *nombrar* (nominar e homenagear) os seus falecidos avós e bisavós paternos e maternos. As mães judias, nesse particular, iam até o sacrifício pessoal e se desfaziam de suas jóias e de suas últimas economias em favor da educação dos seus filhos. Como no passado, também nos anos 50 elas tinham um projeto para seus filhos: educá-los para serem médicos, advogados, engenheiros. O mais velho deveria seguir a profissão do pai comerciante para tentar levar os negócios da família. Outros tinham uma destinação antecipada desde os tenros anos para estimular e despertar a vocação e o gosto pelos estudos.

Embora o judaísmo seja patriarcal nas sinagogas, dentro do lar é absolutamente matriarcalista. Ninguém melhor do que a socióloga Helena Lewin, da Uerj, para bem definir o papel da mãe judia:

> *É a ídiche-mame que determina os critérios de diferenciação entre filhos e filhas, entre os mais velhos e os mais jovens, dirigindo os filhos casados ou solteiros. A aceitação pela família desse direito significa o reconhecimento implícito de sua autoridade que, ao utilizar-se de um poder invisível, em termos legais, determina o futuro de sua descendência. Explica as trajetórias individuais de cada filho, segundo a visão tradicional da vontade divina, como destino: 'cada filho tem a sua estrela'* (LEWIN, 1966: 453).

Assim se explica o porquê da grande maioria de médicos, engenheiros e advogados judeus que vivem em Manaus, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, encaminhada por suas mães e pais para o aprendizado dessas profissões desde a infância. Muitos deles até colocavam à porta dos quartos dos seus filhos o nome e a profissão

escolhida, mesmo antes de porem os tefelim e bar-mitzvá. Como as famílias judias sempre tiveram muitos filhos e como não havia recursos para dar educação universitária para todos, elas desenvolveram uma estratégia pedagógica muito eficiente baseada na solidariedade diacrônica entre as gerações.

Nesta pedagogia educativa da família judaico-amazônica, os pais, geralmente a mãe, escolhia, desde cedo, o mais brilhante e inteligente para estudar fora, e geralmente se mandava o filho estudar Medicina na Bahia, ou engenharia em Itajubá. O filho mais velho devia seguir a profissão do pai, geralmente comerciante, e os outros começavam a trabalhar desde cedo, logo depois do bar-mitzvá para aumentar a renda da família, para que esta pudesse mandar um segundo filho estudar fora de Belém e Manaus, para obter melhor formação profissional. Este segundo filho era ajudado pelos irmãos mais velhos e pelas irmãs geralmente professoras, que mandavam os seus salários para completar a mesada dos irmãos que estavam estudando fora. Quando estes se formavam tinham a obrigação de ajudar os mais novos a estudar em alguma universidade do país ou até do exterior, aproveitando todos a oportunidade de bolsas de estudo gratuitas.

Assim, um irmão mais velho, ajudando o outro mais novo, e este último aos outros menores, formavam uma cadeia cooperativa humilde imbatível de auto-ajuda mútua. Daí se explica porque o humilde judeu Isaac Israel Benchimol e sua esposa Nina Siqueira Benchimol conseguiram, mesmo na carência e pobreza, educar os seus oito filhos nas Universidades do Brasil e do exterior.

O mesmo ocorreu com os Benzecry, os Laredo, os Azulay, os Bentes, os Assayag, os Cohen, os Levy, os Krakoviak, os Roffé, os Athias, os Serfaty, os Israel e tantas outras famílias de Belém e Manaus, que conseguiram abrir o caminho para a quarta geração de judeus-amazônicos, quer na Eretz Amazônia, quer na diáspora carioca, paulista e de outros Estados do país e até do exterior.

A diáspora carioca e paulista

Com a nova crise dos anos 50 na Amazônia, os judeus de Manaus e Belém começaram o seu novo êxodo para a *Jacopacabana* e para São Paulo – as novas Eretz (Terra) dos judeus-amazônicos. Centenas de famílias para lá migraram, deixando as comunidades judaicas de Belém e Manaus esvaziadas, empobrecidas e destituídas de seus melhores líderes e jovens talentosos. A Sinagoga Rebi Meyr de Manaus teve de se fundir à esnoga Beth-Yaacov, porque já não existia mais minyan (quórum) para as duas.

Assim terminou melancolicamente a terceira geração e se deu início ao quarto tempo e a quarta geração daqueles judeus-marroquinos que imigraram para a Amazônia. Lá ficaram mais de cem anos e agora se transferiam, em grande massa, para o sul do país, ou quando não podiam migrar ficavam em Belém e Manaus, abandonando a profissão dos seus pais. Com o surgimento das Universidades do Pará e Amazonas, passaram a se tornar, também, bons profissionais, médicos, doutores, advogados, economistas, contadores, auditores, administradores, engenheiros, consultores, executivos, professores, pesquisadores e tantas outras profissões e ofícios.

Quase todas as famílias judaico-marroquinas da terceira geração, de Belém e Manaus, perderam os melhores filhos e talentos para a diáspora carioca e paulista. Em Belém, migraram representantes das influentes famílias Pazuelo, Athias, Benzecry, Serfaty, Levy, Abtibol, Nahon, Benjó, Benchimol, Roffé, Azulay, Krakoviak, Benoliel, Serruya, Ezagui, Perez, Abecassis, Obadia, Pinto, Bentes.

Em Manaus, idêntico movimento se processou na década dos anos 50 e 60. Praticamente não existe família amazonense que não tenha perdido filhos e irmãos em favor da diáspora carioca e paulista. Entre eles, recordo-me das seguintes famílias que participaram desse movimento: Benchimol, Benoliel, Benzecry, Benayon, Ezagui, Perez, Benzaquen, Serfaty, Benarrosh, Levy, Abecassis, Sabbá, Benemond, Lassery, Pazuelo, Salgado, Benesby, Cagy, Kahané, Esquenazi, Appenzeller.

Juntamente com os paraenses, esses amazonenses foram formar o *kahal* (comunidade) da Sinagoga Shel Guemilut Hassadim da Rua Rodrigo de Brito, em Botafogo, no Rio de Janeiro, que pas-

sou a ser a sinagoga dos judeus-amazônicos na diáspora carioca, cujo rabino Sr. Abraham Anidjar era também um judeu tangerino. Nessa sinagoga as preleções e interpretações da Torah e do Talmud, nos dias de sábado, eram proferidas pelo erudito latinista, hebraísta e filósofo David José Perez, que traduziu os *sidurim* (livros de oração) da Hosh-Hashana e Yom Kipur do hebraico para o português.

Outros fizeram a sua diáspora para São Paulo como a prima Nair Benoliel Abensur (cujo pai foi seringalista do rio Javari na fronteira com o Peru) e seu esposo Jacques Krakoviak, cujo filho Dr. Leo Krakoviak, educado em São Paulo, tornou-se um dos mais conceituados advogados tributaristas do Brasil, juntamente com os seus irmãos Bernardo Krakoviak (engenheiro eletrônico) e Dr.ª Mirta Krakoviak Knoelpfelmacher (endocrinologista). Os Benemond e Zagury foram parar em Belo Horizonte.

Assim, a diáspora amazônica, dos anos 50 e 60, se espalhou para todo o Brasil e para o exterior. Nos Estados Unidos, Phoenix, Arizona, trabalha o cientista, pesquisador e médico cardiologista Alberto Benchimol, de renome internacional. O Dr. Nelson Assayag Hanan, Ph.D. em engenharia metalúrgica, nuclear e espacial, trabalha em Washington como diretor da Argone, importante agência do governo americano, para assuntos de alta estratégia científica e espacial.

Esta quarta geração de judeus-amazônicos, descendentes dos antigos israelitas imigrados do Marrocos, sefaraditas e forasteiros, desempenha hoje importante função no campo profissional, universitário, empresarial e até político, pois muitos dos seus membros e descendentes se tornaram senadores, deputados federais, estaduais, vereadores e prefeitos.

Foi, no entanto, no campo profissional, sobretudo no campo da Medicina, que eles se destacaram. Talvez por atavismo, pois sempre havia muitos judeus médicos no passado que acumulavam também as funções de filósofos, sábios e *hahamim* (eruditos) como Moshe Maimônides (o rambam), que também exerceu a Medicina em Córdoba, Fez e Alexandria. Parece que na Idade Média a Medicina era considerada profissão pagã, desprezada pela classe nobre e clerical, pois violava o princípio de que somente Deus tem o poder de curar e, portanto, não deveria ser exercida pelos fiéis cristãos.

Apenas a título exemplificativo, vamos enumerar a maioria dos médicos de Manaus e Belém, mesmo correndo o risco grave da omissão e do ressentimento dos excluídos por esquecimento ou desconhecimento.

Os doutores e professores universitários judeus de Manaus

Eis a lista dos médicos de Manaus, do passado e do presente, alguns já falecidos e outros ainda muito ativos e servindo, com o seu saber e o seu humanismo, o sacerdócio da Medicina.

Leão Ezagui (pediatria) Z'L'	**Alberto Moacyr Benayon (ginecologia e cirurgia geral) Z'L'**
Os primeiros dois médicos judeus do ano de 1940, quando Manaus tinha apenas 52 médicos	
Abraham Messod Benzecry (urologia)	Debora Laredo
Simão Pecher (alergista)	Cynthia Assayag (ginecologia)
Jacob Cohen (oftalmologia)	David Tayah (oftalmologia)
Jacob Assayag (ginecologia)	Isaac Tayah (gastroenterologia)
Samuel Aguiar (gastroenterologia)	Moyses Azulay (ginecologia)
Adele Schwartz Benzaken (ginecologia)	Roberto Fleck (urologia)
Sônia Laredo (cardiologia)	Nathan Benchimol (ginecologia)
Lúcia Obadia Benzecry (neonatologia)	Moyses Salgado (pediatria)
Silvana Benzecry (pediatria)	Eduardo Abraham Kaufman (otorrino)
Marlene Cohen (pediatria)	Marcos Cohen (cirurgia)
Joy Israel (cirurgia)	Isaac Dahan (gastroenterologia)
Elizabeth Assayag (pediatria)	Abraham Elmescany (dermatologia)
Lorena Ezagui	Luiz Klajmic Salama (homeopatia)

Total: 28 médicos. Isto porque a Faculdade de Medicina do Amazonas foi fundada recentemente, por volta do ano 1965, e a comunidade judaica possuir apenas cerca de 200 famílias.

Os professores universitários judeus que ensinam ou ensinaram na Universidade de Manaus são os seguintes:

NOME	UNIVERSIDADE	DISCIPLINA
Raphael Benayon (pioneiro do ensino universitário) Z'L'	Faculdade Direito	Direito Internacional Privado
Samuel Isaac Benchimol (professor emérito)	Universidade Amazonas	Introdução à Amazônia
Samuel Assayag Hanan (vice-governador do Estado do Amazonas)	Universidade Amazonas	Física e Matemática
Nelson Assayag Hanan	Universidade Amazonas	Matemática
Marlene Cohen	Universidade Amazonas	Anatomia
Renée Hanan Melul	Universidade Amazonas	Direito Privado

Saul Benchimol	Universidade Amazonas	Macroeconomia
Jaime Samuel Benchimol	Universidade Amazonas	Microeconomia
Benjamin Isaac Benchimol Z'L'	Universidade Amazonas	Engenharia Elétrica
Rosalie Benchimol	Universidade Amazonas	Paleontologia/Geologia
Noval Benaion Melo	Universidade Amazonas	Economia e Análise
Nathan Samuel Benzecry	Universidade Amazonas	Administração
José Laredo	Universidade Amazonas	Administração
Max Fortunato Cohen	Universidade Amazonas	Economia e Análise
Denise Benchimol Resende	Universidade Amazonas	Biblioteconomia
Abraham Messod Benzecry	Universidade Amazonas	Clínica Cirúrgica/Urologia
Eduardo Abraham Kauffman	Universidade Amazonas	Clínica Cirúrgica
Jacob Moysés Cohen	Universidade Amazonas	Oftalmologia
Samuel Isaac Aguiar	Universidade Amazonas	Clínica Médica
Simão Aron Pecher	Universidade Amazonas	Clínica Médica
Simone Assayag Hanan	Universidade Amazonas	Odontologia Social
Nathan Benchimol	Universidade Amazonas	Clínica Médica
Maria Rosas Lozano Borras	Universidade Amazonas	Medicina Alimentar
Moysés Assayag	Universidade Amazonas	Engenharia/Construção
Elias Simão Assayag	Universidade Amazonas	Hidráulica/Saneamento
Abraham Moysés Cohen	Universidade Amazonas	Física
Stephen Silvers	Universidade Amazonas	Inglês
Davis Benzecry	Ciesa	Economia Internacional
Abraham David Bensadon	Ciesa	Matemática Financeira
Bráulio Ghidalevich	Ciesa	Direito
Samuel Appenzeller	Ciesa	Economia Internacional

Fonte: Professor Benaion de Melo.

Os doutores e professores universitários judeus de Belém

Em Belém, os profissionais de Medicina são muito mais numerosos, primeiro porque a sua Faculdade de Medicina é muito antiga, anterior aos anos de 1930, e depois porque a comunidade judaica é muito maior (cerca de 400 famílias):

Jayme Aben-Athar – Z'L' (patologia), primeiro médico judeu da Amazônia	**Marcos Pinto- Z'L' (clínico), primeiro médico judeu a se formar pela Faculdade de Medicina do Pará**
Aarão Serruya (cardiologia)	Eliza Roffé Lemos (ginecologia)
Elka Kabacznik Katz (pediatria)	Fortunato Athias (cirurgia)
Marcos Serruya (homeopatia)	Maurício Hamoy (traumatologia)
Salvador Nahmias (cardiologia)	Simone Soares (cardiologia)
Jacob Gabbay (cardiologia)	Laira Melul (pediatria)
Luna Alves (geriatria)	Suzanne Serruya (obstetrícia)
Elias Dahan (alergista)	Alexandre I. Benchimol (cardiologia)
Marcos Alves (anestesiologia)	Roberto Mauro Anijar (cardiologia)
Alegria G. Alves (pediatria)	José Ricardo Anijar (nefrologia)
Samuel R. Bentes (pneumologia)	Elias I. Israel (cardiologia)
Isaac S. Benchimol (pneumologia)	Elias L. Serruya (patologia clínica)
Yehudá Benguigui (pneumologia)	Samuel D. Nahon (otorrinolaringologia)

Jackes G. Rascovsky (anestesiologia)	Sime D. Nahon (nefrologia)
Benjamin Ohana (neurologia)	Julice Benitah (obstetrícia)
Helena Karp Elmescany (clínica)	Jane Gabbay (homeopatia)
Luciléia Athias (pediatria)	Abraham Elmescany (dermatologia)
José Benchimol (pediatria)	Messody Lancry (pediatria)
David Gabbay (clínica)	Augusto Serruya (pediatria)
Ácea R. Azulay (ginecologia)	Daniel Benzecry Almeida (cardiologia)
Janete S. Bentes (obstetrícia)	Débora Aben-Athar (pneumologia)
Meryam Bentes (clínica)	Jaqueline Orengel Dias (dermatologia)
Alberto M. Serruya (ginecologia)	Salomão Zagury (clínico)
Paulo Roffé (nefrologia)	Jaime Gabbay (anestesista)
Elias Pinto (pediatria)	Abraham Eliezer Levy – Z'L' (sanitarista), tragicamente falecido, por afogamento, na praia de Copacabana, logo depois de formado. Ele foi meu colega e companheiro de Embaixada Acadêmica que visitou Iquitos em 1942, por ocasião do 4.º Centenário do descobrimento do rio Amazonas
Sara Roffé Lemos (oftalmologia)	

FONTE: Inácio Obadia, professor de Espanhol e Português em diversas escolas de Belém.

Sempre que lhes foi permitido, ao longo da vida reclusa nos guetos, ou relativamente aceitos, apesar de algumas hostilidades ou restrições, os judeus tiveram propensão para se tornarem *morês* e *melameds* (professores) e rabinos. Estes últimos são mestres – os oficiantes dos serviços religiosos, mas não são sacerdotes. A casta eclesiástica foi abolida após a destruição do primeiro templo, no ano de 586 antes da era atual quando, no cativeiro da Babilônia, o judaísmo templário, sacerdotal (dos coanitas e levitas), sacrificial e monárquico foi substituído, humanizado e enriquecido pelo judaísmo sinagogal, rabínico, docente-acadêmico, talmúdico e profético.

Nunca houve analfabeto entre os judeus desde os tempos mais remotos, porque os rabinos e os talmudistas obrigavam as famílias a alfabetizarem, precocemente, os seus filhos desde os 4 anos de idade. Não foi dificíl pois, com essa propensão ao estudo e a frequência às escolas em todos os níveis, que os judeus se tornassem na diáspora também professores e pesquisadores em todos os graus. Deve-se acrescentar que estudar (*lilmod*, em hebraico) para os judeus não é um voluntarismo, diletantismo acadêmico e erudito, ou um privilégio das classes mais favorecidas e, sim, uma obrigação, mandamento e ordenação (*mitzvá*), de acordo com o que preceitua a Torah. Talvez isso explique porque dos 600 prêmios Nobel já concedidos, cerca de 20% (ou 160) foram conferidos a judeus.

Na Amazônia também, passadas as três primeiras gerações, a quarta dedicou-se à ciência, ao ensino e às profissões. Para exemplificar, transcrevemos a lista de professores judeus das Universidades do Pará, com os nomes e as matérias que ensinaram ou ainda lecionam:

NOME	UNIVERSIDADE	DISCIPLINA OU FACULDADE
Fortunato Jayme Athias	UFPA	Cirurgia
Débora Aben-Athar Unger	UFPA	Dermatologia
Isaac Samuel Benchimol	UFPA	Pneumologia
Belizia Aben-Athar Barcessat	UFPA	Psicologia
José Moyses Alves	UFPA	Psicologia
Ruth Lea Bemergui	UFPA	Geomorfologia
Eliane Bemergui Alves	UFPA	Dentística
Arão Isaac Serruya	UFPA	Medicina
Alberto Gabbay	UFPA	Engenharia
Benjamin Abraham Ohana	UFPA	Medicina
Emanuel Zagury Tourinho	UFPA	Psicologia
Fortunato Gabbay Z'L'	UFPA	Engenharia
José Abraham Benchimol	UFPA	Medicina
Leão Samuel Benchimol Z'L'	UFPA	Matemática
Maluf Gabbay Z'L'	UFPA	Engenharia
Márcio Benchimol Barros	UFPA	Física
Rachel Benchaya	UFPA	Psicologia
Salomão Peres Elgrably	UFPA	Engenharia
Sara Besheva Berman	UFPA	Medicina
Alegria Benchimol	UFPA	Letras
Salomão Pinto Z'L'	UFPA	Engenharia
Sônia Pinto Z'L'	UFPA	Educação
Harry Serruya	UFPA	Química
Camile Bemergui Sefer	UFPA	Economia
Sheila Bemergui	UFPA	Economia
Orovilda Gabbay Serruya	UFPA	Nutrição
José Lancry Z'L'	UFPA	Direito
Ruth Benchimol	FCAP	Agronomia
Suzanne Serruya	UEPA	Obstetrícia
Raquelita Athias	Unama	Economia
Alegria Benzaquen Anijar	Unama	Teoria das Estruturas
Helena Lúcia Zagury Tourinho	Unama	Arquitetura/Urbanismo

FONTE: Inácio Obadia, professor de Espanhol e Português de diversas escolas e colégios de Belém e professora Clara Elmescany, pedagoga da Secretaria de Educação do Pará.

Os doutores judeus-amazônicos no exílio carioca e no exterior

No Rio de Janeiro a diáspora judaico-amazônica, de Belém e Manaus, passou a morar em Botafogo, Leme, Copacabana (que muito jocosamente chamamos de Jacopacabana), Ipanema, Leblon e nos bairros mais novos da Barra da Tijuca. Muitos desses judeus da quarta geração conseguiram êxito no setor comercial, porém a maioria empobreceu, mas como compensação souberam educar melhor os seus filhos, aproveitando os centros de excelência universitária de suas faculdades de ensino superior.

A maioria escolheu, como já era de se esperar, pelos motivos que mencionaremos mais adiante, a profissão médica para seus filhos. Houve também êxodo de muitos médicos judeus, já formados, de Manaus e Belém para essa cidade.

Apenas para comprovar essa tese vamos mencionar a seguir uma lista de médicos judeus-amazônicos da diáspora carioca, ou de seus descendentes que se formaram, mudaram e passaram a integrar, mesmo no êxodo carioca, um ramo da comunidade judia paraense e amazonense, cujos ancestrais e avoengos vieram do Marrocos no começo do século XIX. Vejamos a relação, mesmo correndo o risco de omissão e esquecimento.

MÉDICOS JUDEUS DA AMAZÔNIA NA DIÁSPORA (RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E EXTERIOR)

Raphael Benchimol (oftalmologia)
Nina Benchimol (oftalmologia)
Sérgio Benchimol (oftalmologia)
Verônica Benchimol (oftalmologia)
Mirelle Benchimol (oftalmologia)
Eliezer Israel Benchimol (oftalmologia)
Isaac Israel Benchimol (endocrinologia)
Moysés Benchimol (malária)
Alberto Benchimol
(cardiologia – Clínica em Phoenix, Arizona – USA)
Rubem David Azulay (dermatologia)
David Rubem Azulay (dermatologia)
Luna Azulay (dermatologia)
Elias David Azulay (dermatologia)
Jacob Azulay (psicanálise)
Eliezer Zagury (pediatria)
Salomão Israel Amaral (cardiologia)
David Esquenazi (otorrino)
Rafael Bessler (cardiologia)
Regina Kestenberg (hematologia)
Davis Kestenberg (gastroenterologia)
Aarão Serruya Alves (cirurgia – SP)
Messody Lancry (pediatria – SP)
Alberto Mauro Aninjar (cirurgia cardíaca – SP)
Ricardo Anijar (reumatologia – SP)
Iza Kabacznik (psiquiatria – SP)
Ata Kabacznik (clínica médica – SP)
Daniel Benzecry Almeida (neurologia – PR)
Elias Isaac Israel (cardiologia – SP)
Marcelo Berman (dermatologia)
Rachel Kahané (patologia – Londrina – PR)

Leo Zagury (pediatria)
José Serruya (dermatologia)
Jannie Serruya (dermatologia)
Pepe Benzecry (clínica geral)
Daniela Benzecry (obstetrícia)
Edy Benzecry Cohn
(oftalmologia – Clínica em Detroit – USA)
Lilian Benzecry Cohn
(médica – Clínica em Filadélfia – USA)
Roberto Benzecry (ginecologia)
Clara Levy Spielberg (dermatologia)
Yehudá Benguigui (sanitarista em Washington – USA – Organização Mundial da Saúde)

Roberto Aben-Athar (clínica)
Cezar Benjó (cardiologia)
Alexandre Bengió (cardiologia)
José Benoliel Carvalho (clínico)
Luiz Gustavo Elarrat (oftalmologia)

Abraham Boadana (cardiologia)

Suzana Valéia Elarrat (clínica)
David Esquenazi (otorrinolaringologia)
David Levy (cardiologia)
Elias Israel (cardiologia – SP)
Mirta Krakoviak Knoelpfelmacher
(endocrinologia – SP)

Fonte: Gimol Levy Benchimol – Rio de Janeiro.

Médicos, doutores e profissionais judeus: uma nova imagem de judeu

A diáspora judaico-amazônica, que se dirigiu muito mais para o Rio de Janeiro do que para São Paulo, é parte integrante da quarta geração de descendentes dos sefaraditas e forasteiros marroquinos, que buscaram encontrar na Amazônia a Terra Prometida.

Essa ilusão se desfez, primeiro com a *débâcle* e a depressão do ciclo da borracha, nos anos de 1911 a 1940. Após breve recuperação nos anos 40/50, novamente a crise voltou a atuar nas décadas dos anos 50 e 60, quando o êxodo paraense e amazonense se dirigiu para a nova terra prometida, a Eretz Carioca.

Tal qual as comunidades-mães e matrizes de Belém e Manaus, os jovens judeus procuraram encontrar o seu abrigo, refúgio e salvação nas profissões liberais como meio de vida e como instrumento de ascensão social. A escalada desses novos profissionais: médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, contadores, auditores, consultores, economistas e atividades correlatas tem um significado mais profundo do que possa aparentemente parecer. Essas opções, caminhos e refúgios podem melhor ser explicados à luz da psicologia e sociologia cultural e antropológica, como uma forma pela qual as famílias judaicas buscaram encontrar uma nova maneira de fugir do estigma da imagem do perverso judeu associada ao dinheiro, à usura e ao comér-

cio, considerado por muitos como profissões indignas desde o labéu da Idade Média, quando estes ofícios eram proibidos aos cristãos.

Devemos recordar o que, a esse respeito, disse o notável escritor e estilista paraense Raymundo Morais, quando nos revela o seu subconsciente preconceituoso, no seu livro *A Planice Amazônica*, a respeito da imagem do regatão judeu:

> *menos atiradiço, é certo, no que diz respeito a rabo-de-saia, no entanto mais sovina, mais usurário, devoto e fiel no arrancar couro e cabelo do cristão que lhe caísse nas unhas* (MORAIS, 1.ª edição 1926, Manaus; 7.ª edição. Belo Horizonte: Editora USP, 1987: 72).

Essa mudança nas aspirações sociais das novas gerações é expressiva da tese da limpeza do ofício, defendida por Inácio Obadia, professor de Espanhol e Português e shaliach tsibur (oficiante público) da Sinagoga Essel Abraham (Bosque ou Arvoredo de Abraham Avinu), de Belém do Pará. Esta tese pode ser em parte aceita, pois a busca de profissões consideradas nobres e humanistas, sobretudo a de médico, promove o jovem judeu e judia a um novo *status*, posição social e econômica, tanto da família judaica como no conceito da sociedade brasileira em geral.

Devemos acrescentar, todavia, que o ofício de médico desde a Idade Média, cuja ciência era passada de pais para filhos, era exercida pelos judeus nos seus guetos, como ofício principal ou secundário, pois os judeus intelectuais costumavam ter sempre uma segunda profissão manual e artesanal para melhor assegurar a sua sobrevivência. A preferência pela Medicina, naquela altura, talvez tenha sido motivada pelo fato de que era considerada uma profissão pagã, desprezada pela classe nobre e clerical, pois viam nela a violação do princípio de que somente Deus tem o poder de curar e, portanto, não devia ser exercida pelos fiéis cristãos. Esta lógica e teologia medieval criou na verdade uma armadilha – tipo gangorra – para os barbeiros-cirurgiões e médicos judeus: 1) se curassem o paciente era obra e graça atribuída ao Espírito Santo; 2) se fracassassem, a culpa era de satanás, atribuída a um pacto e conluio do

médico judeu com as bruxas e suas artimanhas e, como tal, sujeito a condenação à morte nas fogueiras da Inquisição.

Os médicos judeus-amazônicos muitos contribuíram, juntamente com os seus colegas de outras crenças, para cuidar e tratar da vida das famílias e dos enfermos, tanto na cidade como no interior. Ninguém se esquece, em Belém, da figura humanitária do médico Dr. Jayme Aben-Athar que, durante décadas, atendeu os pobres e a população paraense; nem dos grandes médicos Drs. Leão Ezagui e Alberto Benayon que, nos anos 30 e 40, serviram com dedicação à população de Manaus. Sem esquecer, outrossim, a extraordinária figura do médico judeu humanitarista Dr. Noel Nutels, de origem russa, que consagrou e dedicou toda a sua vida a tratar e cuidar dos índios do Xingu e de toda Amazônia (o marechal Rondon era um santo como Noel Nutels, só que o Noel era um santo médico judeu – Noel, Noel, não tens abelhas mas fazes mel, SCLIAR, Moacyr, 1997).

A Medicina como as outras profissões liberais, serviam, assim, como refúgio para romper com o passado estigmatizado pelos antisemitas, desde os tempos medievais e da Santa Inquisição Espanhola e Portuguesa. Esquecer o passado de regatões, seringalistas, aviadores, lojistas e comerciantes tornou-se, assim, nesta quarta geração, uma imposição social e gratificação psicológica dos novos tempos da geração de judeus mais jovens, que se abrigou em Manaus, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades.

Na Amazônia da segunda geração, quando os nossos pais viviam no interior, a forma de vencer o preconceito e ganhar a estima e o temor das pessoas com as quais conviviam era o de se promover economicamente pela fortuna, que levava o judeu a obter, honorariamente, o título de coronel-de-barranco, patente essa de admiração e respeito que era atribuída aos cearenses, nordestinos e estrangeiros em geral (os portugueses se promoviam socialmente com o título de comendador dado por Portugal e pelo Vaticano), durante e mesmo após o ciclo da borracha. O dinheiro mantinha o poder econômico e o título de coronel conferia a dignidade e o prestígio associado à sua função na hierarquia dos valores de então.

Todo judeu rico do interior era considerado coronel e, assim, se vencia o preconceito latente antijudeu. A sociedade amazonense e pa-

raense, ao conceder e sancionar, de forma consuetudinária, esse título, esquecia a origem do judeu, para apenas conceber e gerar a imagem hierárquica e do temor político e econômico que a patente de coronel carregava no seu bojo. O seringalista, o regatão, o comerciante, o aviador deixavam, assim, de ser judeu para se tornar coronel ao olhos do povo e dos demais grupos sociais e étnicos, que competiam entre si e eram rivais – mas se irmanavam quando recebiam o título ou a alcunha de comendador, doutor, chefe, patrão ou coronel.

Esta quarta fase do judaísmo amazônico, centrada nas profissões, empobreceu as comunidades judaicas, sobretudo a de Belém, pois esta perdeu poder econômico para sustentar os serviços necessários e requeridos pela comunidade judaica local, que se abrigava em torno das esnogas Essel Abraham, Shaar Hashamaim e, agora, da terceira e nova Sinagoga Beit Chabad, sob a direção do rabino Disraeli Zagury. Essas três sinagogas e mais o Centro Israelita do Pará e o Clube Benfica (transformado agora em A Hebraica) não foram suficientes para gerar receitas e manter coesa a comunidade local, promover o bem-estar dos seus associados, pela educação e promoção dos serviços comunitários.

Os judeus de Belém perderam as contribuições e doações dos seus antigos comerciantes e empresas que emigraram e entraram em decadência, ou foram fechadas por falta de sucessores. Estes preferiam as carreiras profissionais como forma de compensação social e psicológica, ao mesmo tempo que tentavam, por meio do seu sucesso, renome e mérito, obter classificação de classe alta ou de classe média superior. Nem todos obtiveram essa escala e, assim, a comunidade judaico-paraense entrou em crise, agravada agora pelo aumento da assimilação e pela quebra e discontinuidade dos elos judaico-familiares das tradições e da solidariedade comunitária. Hoje, a comunidade de Belém, segundo recente informação, deve ter cerca de 420 famílias de judeus de sinal e orgulho totalizando cerca de 1.600 pessoas, comparadas com cerca de 600 famílias judias das segunda e terceira gerações.

Em Manaus a situação é um pouco diferente, porém, em certos aspectos, repete o que ocorreu com a assimilação e profissionalização da quarta geração de jovens judeus e judias que buscaram, por inter-

médio da Universidade, a sua afirmação pessoal e a sua inserção no mercado de trabalho e na auto-estima da população local. Essas profissões, sobretudo a de médico, servem para esquecer e combater o preconceito anti-semita ligado à profissão de regatão, seringalista, lojista e comerciante de seus pais. Por meio desse novo *status* econômico, os jovens tentam conquistar o reconhecimento, a admiração e a estima de toda a sociedade local. Apesar do crescimento da classe de professores hebreus na comunidade de Manaus, no entanto, o setor empresarial aumentou em virtude da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) pelo Decreto-Lei n.º 288, de 27 de fevereiro de 1967.

A Zona Franca como área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais atraiu não apenas brasileiros do Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, mas também muitos empresários alemães, franceses, americanos, japoneses, coreanos, chineses, indianos e de outras origens. Atraiu também novos empresários judeus, de origem askenazita e sefaradita de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, e até de Iquiqui do Chile, Panamá e Buenos Aires. Estes, após o sucesso de suas empresas nas suas cidades de origem, vieram, em grande número, criar empresas próprias ou em associação com outros grupos do exterior, na área sobretudo industrial. Nesse setor existem cerca de vinte grandes empresas de origem judia no Distrito Industrial da ZFM, onde cerca de 300 grandes e médias empresas faturaram US$ 13,2 bilhões em 1996 e US$ 12,0 bilhões em 1997.

O setor comercial tem hoje cerca de 60 empresas de sócios judeus ou em parceria e *joint-ventures* com não-judeus. A criação de novas e grandes oportunidades de crescimento e enriquecimento surgiu com o advento da Zona Franca de Manaus, e os judeus que aqui ficaram se beneficiaram do período de prosperidade, durante os últimos trinta anos, juntamente com outros comerciantes e correligionários que chegaram a Manaus, vindos de outras partes do Brasil e do exterior.

Com o incremento da economia regional, a comunidade judaica de Manaus pôde crescer, construir uma grande sinagoga, um grande clube social e promover a melhoria dos serviços comunitários. Também para isso muito concorreu a qualidade da liderança

local dos órgãos comunitários, que revelaram muito dinamismo, fazendo aos poucos renascer o judaísmo adormecido, apesar de a comunidade ter sido menos tradicionalista do que a de Belém e ter se inclinado para um conservadorismo mais progressista. Hoje, a comunidade judaica de Manaus é constituída por aproximadamente 200 famílias judias mais ou menos ativistas, totalizando cerca de 800 pessoas. Apesar dos altos índices de assimilação e quebra dos vínculos judaicos por parte de muitos jovens da quarta geração dos nossos ancestrais sefaraditas e forasteiros, permanece acesa a chama do judaísmo que agora se revitaliza pela busca e retorno à identidade original, sob o estímulo das novas líderanças comunitárias.


SALVADOR
AÇNAREPSE
VITÓRIA
BOA VISTA
AZELATROF
EDADIJAS
DESTERRO

Os patronímicos das famílias judaico-amazônicas

Uma detalhada investigação histórica das famílias de origem judaica na Amazônia ajudaria a entender melhor e aprofundar o significado e a importância do processo de dinamismo familiar como um dos agentes catalíticos do desenvolvimento econômico, conforme a tese difundida pelo professor francês François Perroux sobre o dinamismo da dominação das elites.

Outros analistas do desenvolvimento buscam situar o foco e a origem desse movimento em outros fatores como Jeferson, fixando-se na igualdade de oportunidade para todos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Karl Marx, judeu askenazita alemão, analiza a evolução para o desenvolvimento comunista, partindo da destruição da ordem burguesa, da eliminação da propriedade privada, passando pelo socialismo estatal, com o objetivo de alcançar o comunismo e afinal chegar ao regime da anarquia utópica, que dispensaria a necessidade de governo, pois cada um iria se comportar segundo um alto nível de consciência individual e solidariedade grupal.

Schumpeter atribui o desenvolvimento ao papel dos inovadores e empreendedores que inventam e criam novos produtos, descobrem novos mercados. Rostow atribui o desenvolvimento à propensão de desenvolver a ciência fundamental e aplicada para fins econômicos, nas propensões de aceitar as inovações e a procurar o progresso material e nas propensões de consumir e ter filhos. Hirschman, por sua vez, pesquisou o *primum mobile* e o atribuía à capacidade estratégica de organização, direção e formação dos grupos de empreendedores e de minorias atuantes. François Perroux optou pelos quatro dinamismos: o demográfico, o da inovação, o de dominação das elites e dos grupos sociais (BENCHIMOL, 1964 e 1977: 450).

Perroux, com a sua teoria do dinamismo da dominação das elites, explica que, para que isso se verifique, é necessário haver um processo de dinamismo familiar resultante da coesão, solidariedade e espírito de luta dos grupos familiares que, de forma individual e conjunta, procuram vencer a pobreza, a desigualdade, a discriminação pelo trabalho árduo de poupança e de união pai-e-mãe com

seus numerosos filhos, que devem formar um grupo coeso, de auto-ajuda e afirmação. Essa força e coesão familiar nós vamos encontrar nas comunidades de imigrantes de um modo geral, e em especial entre famílias judaicas que emigram por motivos de pobreza, perseguição, discriminação e vão em busca de oportunidade de trabalho, horizonte e perspectivas de progresso econômico e familiar em outros países. Este caso se ajusta ao padrão dos judeus sefaraditas/forasteiros marroquinos que imigraram para a Amazônia no princípio do século XIX.

A capacidade de assumir riscos e penetrar no desconhecido do interior amazônico e de inovar depois no campo do comércio, indústria, profissões e serviços estavam presentes entre os pioneiros judeus e seus descendentes. Este tipo de cultura e comportamento foi estimulado pela coesão e incentivo familiar e pela boa formação do lar, educação escolar em todos os níveis, pelo espírito de poupança (que alguns interpretam como sovinice) e pioneirismo de emulação e competitividade.

Tudo isso junto, aliado ao desejo de se tornar livre, de ter um negócio próprio, de fazer fortuna e de se tornar independente, para poder vencer o preconceito e até a hostilidade, completam e complementam essas qualidades e atributos, que foram responsáveis pelo surgimento de um número tão grande de empresários judeus, mesmo na segunda e terceira gerações. Está ainda presente na quarta geração de profissionais, que buscam uma nova imagem de auto-estima e afirmação pessoal para vencer o antigo estereótipo preconceitual contra o judeu e a vida judaica, pensando assim superar o problema da discriminação que os seus antepassados sofreram através dos milênios.

O grupo judeu que imigrou para a Amazônia era um exemplo do dinamismo dos inovadores e empreendedores de Schumpeter, de luta pela ascensão social e igualdade, de Jeferson, de propensão por ter filhos, de Rostow (as famílias judias pioneiras aspiravam a sempre ter, pelo menos, 8 filhos para poderem nombrar (lembrar) os pais e avós paternos e maternos (4 + 4) e se possível ainda homenagear os três patriarcas. Finalmente, eram portadores de um forte

vínculo de coesão familiar e auto-ajuda grupal, que induziam à liderança e ascensão econômica e social.

Outro motivo a considerar, nessa busca de interpretação do sucesso familiar judaico, na região, se deve às mulheres e mães judias (*mamitas* em hakitia para sefaraditas, *ídiche-mame* no dialeto dos askenazitas), que, além de serem grandes parideiras, eram mulheres que defendiam a integridade do seu lar e tinham uma dedicação extremada pela educação dos filhos. Elas iam ao limite de vender todas as suas jóias e entregar todas as suas economias para que seus filhos fossem bem-educados nas melhores escolas de todos os níveis. Eram responsáveis, também, pela manutenção das tradições religiosas, da observância do descanso do shabat (sábado), da pureza dos alimentos kasher (obervância das leis do *kashrut* do Levítico sobre o que se pode e não se deve comer), a preparação das festas e cerimônias religiosas de Hosh-Hashaná (ano-novo), Yom Kipur (dia do perdão), Shavuot (festa da lei), Sucot (festa das cabanas), Purim (dia da sorte e salvação pela rainha Esther), Hanuká (festa das luzes dos Macabeus) e pela preparação do bar-mitzvá (cerimônia de confirmação e integração dos jovens aos 13 anos), sem falar na cerimônia do Berit-Milah (circuncisão), que marca a aliança com o patriarca Abraham, o que constituiu penoso sacrifício para as famílias que moravam no interior distante, onde não havia *mohel* (profissional que faz a circuncisão).

Dentro do lar também a mãe judia, além de ter que ser boa de cama devia ser boa de cozinha para preparar para o marido e filhos a tradicional e deliciosa comida sefaradi-marroquina, adaptada aos temperos amazônicos, preparada e servida nos dias de sábado e nos almoços e jantares dos dias festivos: *adalfina, cuscussu, oriça, orchata, coajada, fatia-de-las-paridas, almoronia, frijuelas, chubaiquias, binuelas, limão-e-pimentão salgado e curado, doce de laranja-da-terra e as famosas ensaladas de pimentão, tomate, beringela e cariru.* Mais ainda, devia preparar as famosas *pepas* de sementes de jerimum, para que os maridos as mastigassem durante todo o dia de sábado e, assim, aguentassem passar o *shabat*, sem fumar cigarro, charuto ou cachimbo.

Por tudo isso, é importante nomear os patronímicos dessas famílias judaicas de origem marroquina e outras, que passaram a viver na Amazônia, a partir de 1810. À semelhança do que fiz com os portugueses da *Era dos Jotas*, com os sírio-libaneses da *Era dos Primos*, com os japoneses e nisseis *Era do NPK*. Graças a uma grande maioria dos patronímicos das famílias judaicas se iniciarem por Ben (em hebraico o prefixo *ben* significa filho), denominei o período histórico de sua atuação como a *Era dos Ben*.

Passamos a enumerar e relacionar os 405 sobrenomes dessas matrizes familiares, cujas vozes ancestrais judaicas coloriram e ainda dão som, imagem, calor e vida ao caleidoscópio humano e cultural da Amazônia (Fonte: Comunidades Judaicas de Belém e Manaus e Cadastro das sepulturas dos quatro cemitérios judaicos de Belém: Cemitério de Soledad – 1848/1881, dos ingleses – 1860/1871, Cemitério Israelita Antigo do Guamá I – 1883/1970, Cemitério Israelita Novo do Guamá II – 1940/1997, Cemitério de São João Batista de Manaus – 1879/1927, Cemitério Judaico de Manaus – 1928/1997, e mais os Cemitérios Judeus de Cametá, Macapá, Óbidos, Santarém, Itaituba, Parintins, Maués, Itacoatiara e Iquitos):

PATRONÍMICOS DAS FAMÍLIAS JUDAICO-AMAZÔNICAS

Abecassis	Abejdid	Aben-Athar	Abensur	Abinoz
Abisroar	Abisror	Abitan	Abitibol	Abraham
Abramowitz	Abtibol	Abuhana	Abushira	Abzor
Acoca	Acrio	Acrís	Adler	Afergan
Aferiat	Aflalo	Aguiar	Aguilar	Alcaim
Alcine	Alcolumbre	Altit	Alves	Aman
Amos	Amoy	Amzalak	Anijar	Ansallem
Anselmi	Antabin	Antibyl	Appenzeller	Assar
Assaraf	Assayag	Asserat	Assot	Athias
Auday	Azancot	Azancoth	Azerrad	Azrarri
Azulay	Bacher	Bainerman	Band	Barcessat
Barcilon	Bar-Moshé	Barros	Baruel	Bar-Yehoshúa
Basbaun	Becheton	Beila	Belicha	Belisha
Bemuy	Benergui	Bemuyal	Ben-Accon	Benamut
Benarrós	Benasayag	Benassuli	Benassuly	Benathar
Benayon	Benbam	Benchaya	Benchimol	Bencid
Bendahan	Bendelak	Ben-Dilad	Bendrao	Bendraó
Bendriem	Benemond	Ben-Ephraim	Benesby	Benezar
Bengió	Benguigui	Benhit	Beniflah	Benisti
Benitar	Ben-Jacob	Benjó	Benjoia	Benlolo
Benmyara	Ben-Muyal	Benoliel	Benragassa	Ben-Sabataí
Bensabath	Besadon	Bensiman	Bensimon	Ben-Simon
Benssy	Bentes	Bentolita	Benvalid	Benzaken
Benzaquen	Benzecry	Benzion	Berenstein	Berman
Bern	Besso	Bibas	Biderman	Bisus
Biton	Bitran	Block	Blondy	Blum
Bohabot	Bohadana	Bokmiller	Bortman	Botbol
Brandem	Braniska	Brean	Brostein	Brunschwig
Bugond	Buzaglo	Cadosh	Caen	Cagy
Carlos	Cases	Castiel	Ceboni	Chacon
Chanovisky	Chanovshi	Chencinsky	Chenivesse	Chimit
Chochron	Chocron	Clama	Cohen	Coriat
Csasnik	Dabella	Dahan	David	Dávila
Delmar	Desmar	Dray	Dris	Ecksmoyse
Edelman	Edery	Efima	Eisemberg	Eisensztein
Elaluf	Elarrat	Elbaz	Elcaim	Elcair
Eldeman	Elgaly	Elgrabli	Elgrably	Elmaliah
Elmescany	Emperaf	Ephima	Erruas	Eshiqui
Esquenazi	Essabá	Essahy	Erwini	Essucy
Ezagui	Fahri	Farache	Fassy	Feder
Fichel	Fifih	Fima	Fink	Finkelstein
Fleck	Foinquinos	Foteran	Franco	Frank
Fridonan	Friza	Gabbay	Gandelman	Garson
Gassman	Gelfenstein	Gerzvolf	Gerzwolf	Godchau
Gold	Goldberg	Goldfarb	Goldmann	Gordon
Greed	Greibler	Greidger	Greidinger	Groff
Grosz	Guinon	Gunzburguer	Haim	Hakimi
Hamani	Hamilton	Hamoy	Hamú	Hanan
Happ	Haris	Hartman	Haserfaty	Hassan
Hatchwel	Hauser	Hazan	Hebron	Herszon
Hirsh	Iapicio	Israel	Jaraslasqui	Kabacznik
Kadosh	Kahan	Kahané	Kahn	Kalichnel
Karp	Karpoff	Katz	Kislanov	Kislanov
Klapish	Klarnet	Klein	Knaffo	Koblenz
Koifman	Kosminsky	Krakoviak	Kriss	Laasry

Labos	Lancry	Laredo	Lany	Larrat
Lassery	Lefkm	Levy	Ley	Libcowich
Liebman	Lifset	Lifchit	Lifsitch	Lisseman
Macloub	Maguib	Maico	Malca	Maman
Marachí	Marques	Matalon	Matalon	Matatya
Mathias	Mauchy	Mechcari	Medina	Meguera
Melul	Mendes	Merguí	Meyer	Milkink
Minev	Mocesco	Moreno	Morluf	Muyal
Naftali	Nahman	Nahmiach	Nahmias	Nahon
Natim	Obadia	Ohana	Ohenvzion	Orni
Pacífico	Patliz	Pazuelo	Pecher	Perez
Picanik	Pinhakov	Pinto	Politzer	Querub
Rabstein	Rachel	Rason	Ribeiro	Riiazel
Roffé	Rogio	Romerance	Rosevals	Rossou
Rozenski	Ruach	Sabat	Sabbá	Sabnievitz
Sacron	Sadik	Safdie	Safra	Salgado
Salama	Samolsky	Samuel	Saragá	Saroslavshy
Sarraf	Schuler	Schultz	Schwarcz	Schwartz
Sentob	Serfaty	Serigal	Serrulha	Serruya
Shalon	Shem-Tov	Sicsu	Sidi	Siqueira
Slomo	Soares	Sohechile	Startes	Sussman
Suzzanna	Sverner	Tain	Tapieio	Taub
Tayah	Tepperberg	Tobelem	Toledano	Utzinger
Vaich	Vasersstein	Velt	Venouziou	Waitt
Wasserman	Weill	Wertheimer	Wiskiter	Wizeltur
Wolff	Yossef	Zagury	Zecry	Zell
Zrenen	Zucker			

Resta afinal indagar a veracidade da base estimada de 1.000 famílias de imigrantes judeus-marroquinos e de outras origens, que aportaram na Amazônia brasileira e peruana (Pará, Amazonas e Loreto [Iquitos]), a partir de 1810, que serviu de ponto de partida para a nossa estimativa de crescimento populacional. A relação acima menciona apenas 405 patronímicos das famílias judaicas. Isto quer dizer que esses nomes – matrizes – compreendiam diversos ramos familiares como Levy, Cohen, Benzecry, Assayag, Benchimol e outros que não eram parentes entre si – a não ser de modo longínquo no passado remoto – e que migraram para a região nesse período. O mais comum dos sobrenomes, como os Levy e Cohen, deve corresponder a muitas dezenas de famílias de imigrantes. Assim, a existência de 1.000 famílias originárias, tendo elas apenas 405 sobrenomes deve estar correta).

O ser, viver e ficar judeu

É muito dificíl *ser*, *viver* e *ficar judeu* em qualquer parte do mundo e, sobretudo, na Amazônia.

O ser judeu

Ser judeu implica ser filho de mãe judia, segundo a Hallacha (lei judaica), ou identificar-se com o judaísmo por algum rabino segundo as restritas leis rigorosas do judaísmo ortodoxo. Os velhos talmuditas e antigos rabinos diziam que as conversões foram responsáveis pela maioria das tragédias, guerras e massacres ao longo dos milênios, causando centenas de milhões de mortes e vítimas da fúria dos exaltados catequistas que queriam impor a sua fé, a ferro e a fogo, aos crentes de outras religiões. Nem o padre Anchieta escapou desse movimento de propagação da fé, quando pregou a conversão dos índios e gentios. Mesmo que fosse necessário usar *a espada e a vara de ferro* como instrumento de persuasão.

Milhares são os exemplos desses procedimentos, como a conversão forçada dos judeus nos Tempos da Inquisição, a Noite de São Bartolomeu, os conflitos religiosos da Índia e Paquistão, as lutas religiosas entre irlandeses católicos com os protestantes na Grã-Bretanha, as Cruzadas da Idade Média, o Holocausto Nazista da Segunda Grande Guerra, no qual pereceram seis milhões de judeus nos campos de concentração e nas câmaras de gás, para que fosse feita *a limpeza do sangue* e restaurada a *uniformidade da fé*.

Por esse motivo os velhos rabinos e talmuditas, quando um candidato não judeu se propunha a *identificar-se* com o judaísmo (o judaísmo não converte ninguém, apenas o identifica e aceita como novo irmão na aliança de Abraham), recomendavam dizer três vezes não, sempre perguntando Por quê? Por quê? Por quê? Na quarta vez se estivessem certos da sinceridade de intenção e dos bons propósitos do postulante, a identificação era feita e o novo companheiro teria de fazer a circuncisão, colocar o bar-mitzvá para, então, ser considerado judeu e assim cuprir *minyam* (quórum de 10) nas sinagogas.

Esta linha tradicionalista do judaísmo clássico se justificava, pois a maioria dos povos não concedia a cidadania do país aos filhos de pais estrangeiros nascidos em seu território. Era a lei do *jus sanguinis* que ainda vigora em grande parte da Europa e, sobretudo, na Suíça e Alemanha. Neste último, por exemplo, filho de brasileiro e brasileira nascido naqueles países não é considerado cidadão suíço, nem alemão e, sim, brasileiro, com esta cidadania mencionada em seu passaporte e carteira de identidade para todos os fins e efeitos legais. Nos países americanos vigora o *jus soli*, pelo qual o território onde se nasce é que decide a cidadania do nascituro e, assim, filho de qualquer alemão ou japonês, nascido no Brasil, é brasileiro e cidadão nato do nosso país para todos os fins de direito.

O judeu, como minoria religiosa, social e cultural, durante o exílio no Egito, na Babilônia e depois da segunda destruição do templo pelas legiões romanas de Tito, no ano 70 da era atual, nos países da diáspora europeia, sempre viveu considerado como povo deicida e, portanto, excluído da sociedade local. Somente lhe era permitido sobreviver enclausurado nos *platea judeorum* de Roma, *borghetos* da itália, *ghetos* da Alemanha, Polônia e Lituânia, *juiverie* da França, *jewery* da Inglaterra, *juderias* da Espanha, *judiarias* de Portugal, *melahs* do Marrocos e nas vilas e aldeias rurais dos *stetl* judaicos da Rússia, Polônia e Lituânia.

Dentro das muralhas dos guetos, os judeus excluídos e marginalizados não tinham outra alternativa senão a de seguir estritamente as tradições, usos e costumes de sua religião e casar-se com uma prima, vizinha ou noiva escolhida pela mãe ou pelos pais para formar novas alianças entre as famílias. Os casamentos arranjados, naqueles velhos tempos, ajudavam a manter a unidade e integridade da família, pois a noiva, ao receber o nome de família do marido se incorporava à nova família, seguia o seu destino, acompanhando para sempre o marido, os pais e avós do seu esposo, os quais, juntamente com os seus, deveriam ser *nombrados* (homenageados com o nome) no batismo dos seus filhos. Por isso, a mãe judia seguia a tradição de ter, no mínimo, 8 filhos: 4 para *nombrar* os pais e avós do marido e 4 para *nombrar* os seus pais e avós, quando falecidos.

Não havendo a menor possibilidade de casamento misto extramuros, o judaísmo adotou o padrão da família endogâmica que, no passado, parece ter sido a norma e o costume de aceitação universal, para a formação de novos casais, em quase todas as religiões existentes. A endogamia religiosa e social se justificava, sociologicamente, pela necessidade de os parceiros serem, assim, melhor conhecidos e afins nos seus atributos, personalidades, ideias, convicções, preferências e gênios. Quanto maiores fossem as identidades das *almas gêmeas* entre os noivos, maiores seriam as chances de felicidade familiar. Por isso os velhos talmuditas e rabinos sugeriam que os rapazes judeus se casassem com as primas ou as vizinhas, pois a velha mãe judia as conhecia de sobra. Outros povos e religiões seguiam também o mesmo costume semita de *judeu casar com judia*: católico com católica, evangélico com evangélica, muçulmano com muçulmana, budista com budista, irmão-de-santo com irmã-de-santo, etc.

O casamento exogâmico, fora do grupo, também existiu e muitos povos e religiões primitivos o praticaram à semelhança do rapto das Sabinas pelos romanos, exemplo clássico e histórico de casamento entre tribos e clãs diferentes. Este exemplo de formação familiar, quando ocorreria no mundo antigo, dava origem frequente a inúmeros conflitos sobre a educação dos filhos e sobre que religião devia ser ensinada e seguida pela filharada. Quando isso ocorria com os judeus, estes eram logo excluídos pela própria comunidade, não podiam mais subir a Sefer (para ler a Torah – a Bíblia), e os seus filhos não seriam aceitos pelo kahal (congregação), a não ser que fossem identificados ao judaísmo por algum rabino qualificado, depois de muitos pleitos, súplicas e justificativas, pois o proselitismo e a catequese nunca foram aceitos ou praticados pelo judaísmo.

O *ser judeu*, no passado, portanto, já limitava a expansão demográfica e aumento da população judaica. Quando as portas do gueto foram abertas e os judeus começaram a frequentar as escolas e universidades leigas do país, o processo de assimilação foi fatal, pois como os judeus haviam sido, desde criança, treinados para aprender desde os 4 anos de idade e a prosseguir a escolaridade média e superior o máximo possível, a educação leiga, não-judaica, fora dos guetos, promoveu não apenas a emancipação do bom judeu, mas

também abriu as portas para a sua rápida assimilação e adoção dos padrões culturais e religiosos dominantes nos países onde eles viviam. Por esse motivo, a época do *Iluminismo*, *enciclopedismo* e *racionalismo* francês e alemão contribuiu para a secularização dos judeus e, assim, passaram a realizar casamentos mistos exogâmicos. Deste modo, os seus filhos adotavam a religião da esposa não judia, com a perda definitiva da identidade judaica dos seus descendentes. A própria mulher judia, de casamento misto, cujos filhos têm direito à identidade judaica, muitas vezes também afastava-se da religião dos seus pais, deixando os filhos cresceram sem formação religiosa.

O viver judeu

Viver judeu sempre foi difícil também porque o judaísmo ortodoxo impõe uma série de restrições e disciplinas aos seus adeptos, que são difíceis de serem cumpridas e que exigem renúncias e sacrifícios pessoais. Já no oitavo dia de nascido, a criança judia é submetida à circuncisão, a sangue-frio, na cerimônia do *berit-milah* para integrar a Aliança de Abraham Avinu; aos 4 anos tem de ser alfabetizada para começar a estudar a Torah (o Pentateuco) e depois, mais tarde, os infindáveis comentários do Talmud Babilônico e Jerosolimitano (de Jerusalém). Tem de comparecer todos os dias na sinagoga, colocar os tefelim, só comer comida *kasher* segundo as leis do *kashrut* (da pureza dos alimentos conforme descrito no Levítico), fazer os *taanits* (jejuns) de Yom Kipur e muitos outros como o jejum de Purim, o de Tishá Beav (Destruição do Templo); não trabalhar aos sábados; sentar no chão de *abel* (luto) em memória dos seus pais, esposa e filhos durante sete dias; cumprir todas as 613 *mitzvots* (preceitos e mandamentos) da Torah; celebrar o *ano sabático* no qual se deixa a terra descansar durante o sétimo ano, para que os pobres possam colher os seus frutos gratuitamente e a terra recuperar as suas forças, comemorar o *ano jubileu* no quinquagésimo ano (de 49 em 49 anos), quando a propriedade das terras, comprada durante esse período, teria de voltar aos seus primeiros donos, para diminuir o nível de desigualdade entre os homens; tem de fazer *sedaká* (justiça e *não caridade*) para os pobres; visitar os enfermos (*Bicur Holim* em hebraico); dizer *kadish* (oração pelos mortos) no dia de *nahalá* (data do falecimento) de seus pais e

repeti-la no cemitério, nas vésperas de Yom Kipur, para relembrar todos os judeus falecidos da comunidade; viver honestamente e com sabedoria; respeitar os mais velhos; perdoar os desafetos, inimigos e reconciliar-se com eles durante o Dia do Yom Kipur (dia do perdão), pois Deus, neste dia, somente perdoa as faltas cometidas por ação ou omissão, contra ele, uma vez que as infrações praticadas contra o semelhante somente os humanos podem perdoar; amar o próximo como a si mesmo. E casar-se com judia, mesmo feia, desde que seja virtuosa e prometa ser uma boa esposa e mãe parideira, para gerar uma grande filharada e descendência.

Esse elenco de deveres e que fazeres obrigatórios são rigorosos e difíceis de serem cumpridos. Daí ser relativamente fácil a assimilação dos judeus àquelas culturas e crenças que ofereçam um melhor *crediário* no cumprimento das promesas e obrigações. Neste particular, tal qual o judaísmo, todas as principais religiões existentes são também difíceis de serem seguidas, pois os seus preceitos, normas e exigências dos rituais e da liturgia são muito rigorosos, como no catolicismo, protestantismo, islamismo, budismo ou induísmo clássico, com os seus jejuns, orações, promessas e até flagelação. O judaísmo, no entanto, sempre foi mais rigoroso e restritivo com os seus estatutos de 613 mitzvots (mandamentos) e a formação dos seus mestres e rabinos exige estudos nas *yeshivás* (seminários) de mais de 15 anos de dedicação à aprendizagem da Torah e do Talmud, escritos todos em *Lashon-Hakodesh*: língua sagrada do hebraico antigo, escrita na Torah sem vogais para permitir diferentes interpretações e ensejar uma releitura da Bíblia, pois esta foi escrita na linguagem dos homens do seu tempo histórico.

O cristianismo primitivo – que nasceu como seita e dissidência do judaísmo clássico dos fariseus, zelotes, saduceus, essênios samaritanos, karaítas – eliminou a maioria das restrições e rigores do mosaísmo como a circuncisão, a observância do sábado, os jejuns rigorosos, a lei da pureza dos alimentos (*kasher*) e outras restrições do judaísmo clássico e, com isso, foi possível democratizar e popularizar a nova fé entre os pagãos, graças à existência das sinagogas espalhadas em todo o mundo grego e romano, que muito ajudaram a difusão do cristianismo. Este logo tornou-se muito ativo e proselitista, tendo

chegado ao poder no Império Bizantino, quando o imperador Constantino Magno, durante o seu reinado (306 a 337 da era atual), adotou o cristianismo como a religião oficial do Estado, chegando a presidir o Concílio de Nicéia no ano 325 da era cristã.

Por isso, muitos judeus, com a emancipação ao mundo moderno e com a declaração dos direitos humanos da Revolução Francesa, deixaram o judaísmo para viver uma vida laica, agnóstica ou para aderir a outras crenças e fé que não fossem tão duras e rigorosas como a religião de seus pais. A educação universitária abriu as portas do mundo leigo e os judeus entraram em massa para as universidades, onde se formaram como doutores, professores e profissionais, que se distanciaram das velhas tradições judaicas na medida em que os pais iam morrendo e a secularização do mundo os atraía para o exercício de importantes funções na sociedade local. Por essa via, a assimilação tornou-se um bom motivo para esquecer o velho labéu e preconceito existente contra os judeus mercadores e vendedores de roupa velha e usurários, as únicas funções permitidas aos velhos judeus dos guetos e juderias de todo o mundo.

Nesse mundo mais aberto e livre, o viver judeu foi ficando mais difícil e assim a população judaica no mundo, ao longo de gerações, foi perdendo força e densidade numérica. Por outro lado, os programas de extermínio, limpeza de sangue e, por final, o Holocausto Nazista fizeram decrescer sensivelmente a população judaica de 16 milhões, antes da guerra, para os 13 milhões atuais, cinquenta anos após a ocorrência do extermínio em massa nos campos de concentração e nas câmaras de gás da Alemanha e Polônia. Este último holocausto não matou apenas 6 milhões de judeus. Ele eliminou, pelo menos, mais 12 milhões, se computarmos os filhos, netos e descendentes, que não puderam nascer em vista do morticínio de seus pais e avós. Um professor da Universidade de Jerusalém, especialista em demografia judaica, provou-me, certa vez, que a população judaica na diáspora deveria ser hoje superior a um bilhão de pessoas, caso não houvesse ocorrido, nesses últimos dois mil anos, tantos massacres, morticínios, perseguições, conversões forçadas, assimilação e secularização.

Apesar de todos os pesares, muitos continuaram a *viver* como judeus e judias, embora, com o passar das gerações, o número fosse ficando mais reduzido depois de tantos *progroms*, massacres e também de tantas tentações que o mundo leigo e moderno oferecia com a sua emancipação social, econômica e política.

O *ser* e *viver* judeu foi ficando, assim, mais difícil, pois cada etapa da vida judaica exigia um contínuo aprendizado e uma série de obrigações. Vejamos o que diz o *Pirkeit Avot* (A Ética dos Pais), que é um livro da sabedoria talmúdica e rabínica sobre a educação e as diferentes fases existenciais da vida do ser humano:

Iehuda, filho de Temá, dizia:

> *– aos cinco anos o homem deve começar o estudo da Torah (Pentateuco).*
> *– aos dez anos inicia-se o estudo da Mishnáh (Lei Oral).*
> *– aos treze anos é tempo de pôr Tefilin e fazer o Bar-Mitzvá (maioridade religiosa).*
> *– aos quinze anos é época de aprender o Talmud (ampliação da Mishnáh e comentário da Torah).*
> *– aos dezoito anos deve-se casar.*
> *– aos vinte anos chega-se à idade da vida ativa.*
> *– aos trinta anos chega-se à plenitude da força e do vigor.*
> *– aos quarenta anos entra-se na idade da prudência.*
> *– aos cinquenta anos já se pode dar bons conselhos.*
> *– aos sessenta anos começa-se a envelhecer.*
> *– aos setenta anos vira-se velho.*
> *– aos oitenta anos perde-se as forças.*
> *– aos noventa anos entra-se na decrepitude e se anda curvo.*
> *– aos cem anos é como se estivesse morto, passado e já não se pertence a este mundo.*

Viver judia – Se o viver judeu sempre foi um teimoso ofício de fé e renúncia pessoal, calcula-se o que a sua alma gêmea e cara-metade judia tinha de fazer para bem cumprir a sua missão na

terra. Existe na liturgia judaica do Shabat (sábado) uma apologia à mulher – o *Eshet Chail* – atribuída ao rei Salomão, que exalta a judia virtuosa, cumpridora de suas obrigações de esposa e mãe exemplar. Este hino, sob a forma de prece e agradecimento, é lido antes de dizer o Kidush de Shabat (Santificação do Sábado), e após o canto do Shalom Aleichem.

Pelo que se vai ler, a seguir, bem se pode deduzir por que os deveres e encargos da mulher e mãe judia tornaram o *ser judia* cada dia mais difícil. Diz o hino *Eshet Chail* (mulher virtuosa):

> *– A mulher virtuosa, quem a pode achar? Porque o seu valor em muito excede ao das pérolas. O coração do marido confia nela e ela nunca lhe faltará;*
> *– Ela faz o bem todos os dias da sua vida;*
> *– Ela busca lã e linho e de bom grado trabalha com as suas mãos;*
> *– Ela traz o seu pão, mesmo que tenha que buscá-lo de longe com os navios mercantes;*
> *– Ela se levanta quando ainda está escuro e dá mantimento à sua casa e dá tarefas às suas escravas;*
> *– Ela estuda e analisa o campo para comprá-lo;*
> *– Ela planta a vinha com o fruto das suas mãos;*
> *– Ela cinge os seus ombros de fortaleza e fortalece os seus braços;*
> *– Ela sabe e percebe quando um negócio é proveitoso;*
> *– Ela não apaga a chama da luz quando a noite chega;*
> *– Ela estende as suas mãos e palmas para fiar e tecer;*
> *– Ela abre a palma da mão para o pobre e atende o necessitado;*
> *– Ela não tem medo da neve e protege a sua família com os vestidos de lã escarlate;*
> *– Ela faz para si vestidos e cobertas de linho finíssimo e de púrpura;*
> *– Ela faz as roupas de seu marido para que este se sinta bem junto aos anciãos da terra;*

– Ela faz túnicas de linho e contas para vender aos negociantes;
– Ela tem força e dignidade no seu exterior e alegra-se com esta honra;
– Ela abre a boca com sabedoria e a lei da benevolência está na sua língua;
– Ela olha a arrumação, limpeza e o bom andamento de sua casa e não come o pão da preguiça;
– Ela acorda os seus filhos bem cedo e estes a chamam de bem-aventurada;
– O seu marido então a louva dizendo: muitas mulheres têm procedido virtuosamente mas tu a todas sobrepujas;
– A graça é enganosa e a formosura é vã, mas a mulher que tem o Eterno, essa será louvada. Dar-lhe do fruto das suas mãos e nas portas da cidade ela seja louvada pelas suas obras.

O ficar judeu

Ficar judeu – Também não é fácil permanecer judeu para sempre, pois isto significa manter as tradições sociais e espirituais, cumprir as 613 mitzvots (mandamentos e preceitos) do judaísmo e repassar estes valores e identidade aos seus filhos e netos, assegurando assim a continuidade e sucessão das gerações para manter acesa a chama do judaísmo no presente e no futuro.

Essa continuidade do *ficar judeu* implica na persistência e no propósito arraigado de permanecer com a sua identidade cultural e transmiti-la por via de sucessão biológica, estabelecendo a ponte entre o passado e o futuro, pela solidariedade diacrônica entre as gerações.

Para tanto, é necessário preservar valores por meio da sinagoga, escolar e clubes judaicos, dar motivação, modernizar, aperfeiçoar e enfrentar o desafio dos jovens que exigem, talvez, a atualização e abrandamento de alguns cânones e costumes que foram necessários no passado, mas que não têm sentido para as gerações atuais, mais permissivas e livres dos costumes familiares e sociais.

Por isto o judaísmo busca, hoje, pelas diversas correntes, manter essa frágil unidade criando, ao lado do segmento tradicionalista ortodoxo, os setores do judaísmo conservador, liberal e até reformista, que representam os quatro movimentos religiosos dentro do movimento judeu, tanto em Israel como em todos aqueles países que ainda possuem comunidades judaicas numerosas.

Ocorre, também, que o *ficar judeu* depende da coesão e densidade numérica do grupo familiar. Na medida em que essa coesão e densidade demográfica diminuem é difícil transmitir o sentimento do *ficar judeu* na segunda, terceira e quarta gerações. Em muitas cidades e lugares mais remotos da Amazônia, por exemplo, com a crise econômica dos anos 20 e 30, poucos judeus ficaram nas suas pequenas cidades e povoados locais. A maioria se transferiu para Belém e Manaus. Os que ficaram não tinham mais judias para consorciar-se, pois os jovens judeus e judias foram os primeiros a iniciar o êxodo rural para as metrópoles regionais. Desse modo, foram totalmente assimilados.

Esqueceram a memória dos seus pais, adotaram outros valores e crenças e seus filhos se incorporaram à grande massa da maioria da população nativa. Sobraram, apenas, os sobrenomes, pois os nomes bíblicos foram todos substituído pelos Joãos e Marias da população nativa. A memória ficou, apenas, nos cemitérios judeus dessas pequenas localidades, cujas lápides de mármore estão sendo retiradas pela população pobre e necessitada, para fazer pias de cozinha, talvez sem nenhuma intenção de sacrilégio ou profanação. A extrema pobreza os levou a usurpar, de modo predatório, uma relíquia e uma memória que faz parte integrante da história e do passado de suas comunidades.

Por isso, o erudito escritor Ellie Wiesel, em março de 1986, escreveu as seguintes reflexões sobre esse tema:

> *Asi como el hombre necessita a sus semejantes para sentir-se hombre, el judio necessita a los suyos para sentir-se judio. Su seguridad radica en la comunidad que lo ayuda a sobrevivir y realizarse. Nunca pude imaginar a un judio que no estiviera*

rodeado por sus correligionarios. En la alegria como tanto en la pena: Un judio solo es un judio en peligro.
He aprendido que los judios debemos estar involucrados en todas as empresas humanas y sociales. Que debemos ser sensibles a todas las formas de injusticia, a todas las dimensões de la agonia y del tormento. El Talmud dice que Dios nos hizo un favor quando nos dispersó entre las naciones, pero – en realidad – les hizo un favor a ellas tambien. Graçias a nuestra presencia, las naciones tienem una mejor conciencia de la miseria humana en todas las partes (WIESEL, 1986).

DEMOGRAFIA JUDAICA: OS 283.859 JUDEUS-CABOCLOS DA AMAZÔNIA

Um número muito grande de famílias judaicas desapareceu para o judaísmo, pois seus descendentes no interior foram incorporados e integrados à massa anônima dos caboclos empobrecidos, que adotaram o culto católico, evangélico, espiritista e até umbandista, esquecendo de vez as suas origens ancestrais judaicas. Pelos nossos cálculos existem, hoje, em toda a Amazônia, aproximadamente 283.859 judeus-caboclos, descendentes dos sefaraditas e forasteiros do Marrocos e de askenazitas europeus, cujas primeiras levas de migrantes chegaram à região a partir de 1810.

O rabino Abraham Hamu, da Comunidade Judaica de Belém, em entrevista concedida ao jornalista Henrique Veltman, calculou a existência de um grupo de judeus-caboclos em torno de 50.000 a 60.000, e muita gente considerou exagerada essa hipótese demográfica. Ocorre que, pelos meus cálculos e estudos, como logo demonstraremos, ele está certo na sua tese, embora em muito subavaliasse o número de descendentes não-judeus de pais e avós sefaraditas marroquinos (VELTMAN, 1983: 16).

O professor Jaime Benchimol, mestre em Economia e Administração pela Universidade de Berkeley, Califórnia, USA, ex-professor de Microeconomia da Universidade do Amazonas e que tem, também, uma boa mente lógica e matemática, ensinou-me a fórmula

algébra aproximada para calcular a população hipotética judaica atual e dos seus descendentes, com base na chegada dos judeus sefaraditas e forasteiros do Marrocos e de outras origens judaicas na Amazônia, entre os anos de 1810 (ano inicial da imigração) a 1910 (ano final do *boom* do ciclo da borracha, quando caíram, drasticamente, todas as imigrações para a região).

Como os imigrantes judeus foram chegando à Amazônia ao longo dos cem anos, de 1810 a 1910, teremos de usar a média aritmética aproximativa, trabalhando, assim, como se todas as 1.000 famílias judaicas tivessem chegado em 1860 (1810 + 1910: 2= 1860) da era atual. Neste caso, como se trata de calcular o crescimento populacional vegetativo, partindo da base demográfica inicial, o período reprodutivo ficaria reduzido a 137 anos (1997 - 1860 = 137). Nesta hipótese, o cálculo do crescimento vegetativo da população judaico-amazônica, no período de 1860 a 1997 (137 anos) e, considerando uma média razoável de crescimento, de 3% ao ano, idêntica à da população brasileira daquele período (pois hoje o crescimento é menos de 2%), poderia ser obtido adotando a seguinte fórmula:

$$PI\ (1 + i)^n$$

Onde *PI* é a população inicial de 5.000 judeus (1.000 famílias x 5 membros integrantes), *i* fosse a taxa anual de crescimento vegetativo (estimada em 3% [0,03] ao ano) e *n* fosse o número de anos decorrentes entre o ano-base de 1860 e o ano atual de 1997, que é igual a 137. A equação acima ficaria assim expressa:

$PI\ (1+i)^n$= população judaica hipotética e seus descendentes.

Substituindo as incógnitas pelos valores, chegaremos ao seguinte resultado hipotético:

$5.000\ (1 + 0{,}03)^{137} = 57{,}37 \times 5.000 = 286.859$ habitantes

O número acima, de 286.859 habitantes provenientes de ascendência judaica, na Amazônia, pode parecer um absurdo matemático, em face da existência atual de apenas 750 famílias, correspondente a 3.000 judeus praticantes (na base de 4 pessoas por família), assim distribuídos:

Famílias judias atuais	Comunidade judaico-amazônica	N.º habitantes judeus praticantes
430	Belém	1.720
200	Manaus	800
120	Comunidade judaico-amazônica na diáspora carioca, paulista e estrangeiros	480
750		3.000

Taxa de assimilação da população judaico-amazônica

Este número da população potencial judaico-amazônica e seus descendentes, existentes em 1997, não é tão absurda assim se considerarmos a alta taxa de assimilação, aculturação e integração à sociedade regional. Essa taxa de assimilação pode ser calculada e estimada, como o foi, segundo a fórmula desenvolvida pelo professor Jaime Benchimol.

Considerando que o número atual de famílias judaicas praticantes existentes em Belém, Manaus e nas comunidades judias amazônicas na diáspora carioca, paulista e no exterior é atualmente de 750 famílias, com 3.000 pessoas e considerando que a população potencial hipotética deveria ter sido de 286.850 habitantes de judeus e descendentes, conforme já foi demonstrado, poderemos calcular a taxa de assimilação, aculturação e integração judaica à comunidade regional não-judaica, usando a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{n PJDAH}}{1 + a = \text{PJPAR}}$$

Onde *a* é a taxa de assimilação, PJDAH a população judaica descendente atual e hipotética (286.859), PJAR a população judaica praticante atual e real (3.000), *n* é o número de anos decorridos entre o ano-base (1860) e o ano atual (1997), que é igual a 137.

Aplicando a fórmula acima, teremos o seguinte resultado da taxa de assimilação:

$$1 + a = 137 \quad \frac{286.859}{3.000} = 137 \quad 95,62 = 1,0338 \quad a = 3,38\% \text{ ao}$$

Assim, a taxa de assimilação anual equivaleu à média a 3,38% ao ano, ao longo dos 137 anos, resultando numa população judaica atual real de 3.000 pessoas em 1997, menor do que daquela população judaica de 5.000 pessoas no ano-base de 1860. Isto equivale dizer que a taxa de reprodução demográfica anual de 3% ao ano foi insuficiente para manter o nível esperado de crescimento da população judaica efetiva, em face da alta taxa de assimilação de 3,38% ao ano, resultado que de um potencial demográfico matemático de 286.859 descendentes, somente permanecessem 3.000 judeus praticantes, que conservam a memória e a identidade judaicas na Amazônia.

A conclusão é de que o *ficar judeu*, para transferir a herança e a cultura ancestral às gerações familiares subsequentes foi ficando cada vez mais difícil em face da perda da memória e da identidade judaica, à medida que as décadas passam e as gerações se sucedem.

Em face dessa tendência decrescente o judaísmo procurou, sob diversas formas e tendências, manter acesa a chama ancestral da Torah. Isto se reflete nas diversas denominações religiosas do judaísmo moderno que se refletem nas correntes dos judeus ortodoxos, conservadores, liberais e reformistas. Todos buscando, a seu modo, a sobrevivência e preservação da memória e da identidade judaica.

Com esta alta taxa de assimilação judaica à sociedade leiga e não-judaica, fácil é concluir que o judeu é o cidadão mais facilmente assimilável, contrariando todas as teorias e afirmações anti-semitas de que eles são inassimiláveis e formam enclaves segregadores dentro

da sociedade envolvente. Ao contrário, por não praticar proselitismo e em face das dificuldades crescentes de *ser*, *viver* e *ficar* judeu no mundo moderno, conforme já demonstramos, o judaísmo vem decrescendo em número, apesar dos esforços das comunidades judaicas na Amazônia e em todo o mundo.

O exemplo bem patente desse fato ficou demonstrado no caso dos judeus da Amazônia, que apesar de haverem gerado uma população de descendentes de 286.859 habitantes, no período de 1860 a 1997, somente 3.000 permaneceram fiéis à sua memória e identidade, tendo o remanescente de 283.859 habitantes sido totalmente assimilados por outros cultos, crenças, ou se tornaram leigos e agnósticos.

Entre os 3.000 judeus praticamente remanescentes (630 famílias judaicas de Belém e Manaus e 120 famílias de judeus-amazônicos na diáspora carioca, paulista e do exterior), não existe uniformidade tradicionalista. Entre eles coexistem ao lado dos religiosos que praticam as leis da Halacha (leis religiosas) e do Kashrut (pureza dos alimentos), uma grande maioria de judeus conservadores, liberais, semi-religiosos, judeus leigos que permanecem, cultural e sociologicamente, identificados e integrantes da comunidade judaica, mas que pouco frequentam a sinagoga e cumprem as suas obrigações e mitzvots (mandamentos).

Censo dos descendentes de três famílias judaico-amazônicas

Pode parecer exagero os cálculos do capítulo anterior, quando chegamos à conclusão de que as mil famílias de judeus que chegaram à Amazônia, no período de 1810 a 1910, geraram, ao longo de 137 anos, 286.859, dos quais apenas 3.000 permaneceram judeus praticantes e os remanescentes, de 283.859, foram assimilados, perderam a sua memória e identidade, incorporando-se à massa da população regional.

Apesar da prova matemática, cujo resultado é consequência de uma progressão geométrica, apresentamos três exemplos de famílias judias do Amazonas, pela contagem do número de seus descendentes, para melhor comprovar essa taxa de crescimento exponencial.

Escolhemos, a propósito, três famílias pioneiras – a de *Israel Isaac Benchimol*, que veio de Tânger por volta de 1860, viveu em Itaituba (PA) e teve um só filho – *Isaac Israel Benchimol* – em 1888, porque veio a falecer oito meses após o nascimento deste. Mesmo assim, ele teve 80 descendentes, acrescido de mais 30 pelo lado da mãe, que se casou em segundas núpcias. O segundo exemplo é da família de *Jacob Messod Benzecry*, nascido em Tetuan e que chegou a Belém do Pará em 1892. Ele teve 10 filhos, que somados com os filhos do seu irmão José, geraram 400 descendentes. O terceiro exemplo é o da família de 2 irmãos: *Isaac Abraham Assayag* e *Simão Abraham Assayag*, ambos naturais de Tetuan, chegaram a Parintins no final do século passado e tiveram perto de 800 descendentes. Essas três famílias geraram uma prole de 1.310 descendentes judeus em cerca de 100 anos. Outras numerosas famílias podem ser citadas – como os Serruya, Azulay e Larrat, de Cametá e de Belém, e os Benayon, de Manaus, cujos membros ultrapassam a mais de quinhentos descendentes.

Classificação, clivagem, nuanças e tipos de judeus

Existem entre os judeus diferentes tipos, classificações, clivagens e nuanças engraçadas que os distinguem entre si: *os sinagogueiros* assíduos, *os arbitistas* (comparecem ao arbit da sexta-feira à noite), *os sabatistas* (que vão à sinagoga aos sábados), *os pascoalistas* (que vão ao templo somente durante os dias festivos de Pessah, Sucot, Shabuot, Hosh-Hashaná, Yom Kipur, Hanuká, etc.), *os nahalistas* (que só vão à sinagoga uma vez por ano para orar o *kadish* em memória do seu pai), *os kipuristas* (que comparecem ao culto judaico somente no dia do perdão). Entre estes últimos também existe uma nova subclassificação, dependendo do tempo de estada na sinagoga: existem os *kolnidreístas* (que só vão assistir a oração do *kolnidrei* da véspera de Yom Kipur, quando se pede a anulação dos votos e promessas feitos de modo indesejado e insensato, porque não podem ser cumprido); *os neilaístas* (que só aparecem no encerramento da oração de Neiláh de Yom Kipur, às 18h) na vã esperança de receber o perdão de Deus na undécima hora; os *shofaristas* que nem assistem à hora de Neiláh, somente chegam apressados para assistir os três toques da shofar (*tekiá*,

shevarim, teruáh), quando se anuncia o perdão e se relembra a identidade judaica. E por fim, o menos judeu dos judeus, os *frijuelistas,* que não fazem mais *taanit* (jejum), que não vão mais à sinagoga, mas que comparecem, pontualmente, na hora da boca-livre para comer as gostosas *frijuelas* (pastéis de fina massa frita embebidos em licor de laranja e canela) com o saboroso chocolate ou café com gemada, que as mães judias tradicionalmente preparam para quebrar o longo jejum de Yom Kipur (estas *frijuelas*, nos informa o reverendo padre Jesus Hortal, S. J., são apelidadas de *judias*, ainda hoje, na Espanha).

Além de todos estes tipos e subtipos folclóricos de judeus, existe ainda o pior de todos: o *mearaísta* (*mearáh*, em hakitia, quer dizer cemitério), que é aquele judeu que se excluiu do judaísmo durante toda a sua vida, mas que se relembra de sua condição na hora da morte, e faz questão de chamar a Hebrá e receber a sepultura judaica no cemitério comunal.

A estes judeus remanescentes se juntam os *jutólicos* (resultado do casamento de judeu com católica), os *catodeus* (oriundos do casamento de católico com judia), os judeus bissextos e os cristãos-novos, crentes, evangélicos, espíritas, umbandistas, leigos, agnósticos, ateus e todos aqueles de descendência judaica que somam um potencial demográfico matemático de 286.859 pessoas. Dos quais 283.859 se tornaram *judeus-caboclos*, absorvidos e integrados pela sociedade regional, com perda quase total de sua identidade, restando talvez alguns sobrenomes sefaraditas e forasteiros das famílias judias marroquinas e de outras origens que vieram para a *Eretz Amazônia*, a partir de 1810.

Por estes motivos e pela mesma razão, o Brasil se tornou a maior nação marrana do mundo, com aproximadamente dezesseis milhões de judeus descendentes – equivalente a dez por cento da população nacional – se considerarmos todos os judeus, cripto-judeus, cristãos-novos e descendentes que aqui chegaram desde o descobrimento em 1500, pois a maioria dos degregados colonos era de origem luso-hebraica. Se formos contar todos os Oliveira, Monteiro, Pereira, Siqueira, Pinheiro, Ferreira, Silveira, Pinto, Bentes, Silva, Alves e outros patronímicos que os cristãos-novos portugueses adotaram – geralmente nomes de árvores, bichos, lugares, cores,

pedras – facilmente chegaremos à conclusão de que o Brasil tem mais descendentes de judeus do que a atual população judaica do mundo, que se situa em treze milhões de habitantes.

Memória e identidade

A erosão da memória, o esquecimento e enfraquecimento da identidade original judaica, tal qual como vinha sendo praticada pelos seus antepassados, não é própria apenas do judaísmo. Esse olvido e sobreamento das linhas tradicionalistas, com suas mudanças de frequência, compasso e ritmo vêm ocorrendo, também, em quase todas as outras religiões coirmãs da humanidade. Novos rituais, releituras, liturgias, exigências, linguagens, músicas e hinários vêm sendo renovados e adaptados às exigências e solicitações do mundo moderno.

O *ser-viver-ficar e sobreviver judeu* aplica-se também aos cristãos católicos e evangélicos, cujos rigores antigos vêm sendo amenizados, para incentivar a maior afluência de crentes às sinagogas, igrejas e templos, com o objetivo de permitir a maior formação de quadros de sacerdotes, o ponto mais sensível nesse esforço de renovação, sem perda da qualidade acadêmica e escolástica.

Neste particular, os mais sacrificados são os padres católicos, que necessitam, para a sua formação, pelo menos quinze anos de estudos em seminários e academias teológicas, tal qual a escolarização exigida aos rabinos em suas *yeshivás*. Aos padres, no entanto, se exigem, como prova de sua vocação e dedicação religiosa, o supremo sacrifício dos votos de *pobreza*, *obediência* e *castidade*, o que faz diminuir o número de sacerdotes para dirigir as igrejas e paróquias. Eles devem ser olhados com admiração e respeito, pois nem sempre o seu sacrifício pessoal é acompanhado de reconhecimento público e de uma maior afluência às suas igrejas, basílicas e catedrais. Os protestantes e evangélicos tornaram o ofício de pastores menos rigoroso e mais ameno na sua formação doutrinária, pois a sua formação sacerdotal permite um curso de especialização e pós-graduação *latu sensu*, ao invés do rigorismo católico e rabínico dos mestrados e doutorados *stricto sensu*.

As dificuldades, rigores e exigências aplicados, tanto aos sacerdotes e mestres rabinos quanto aos fiéis e crentes de todas as

religiões, podem levar à falsa e ambígua conclusão de que a comunidade espiritualista do mundo ocidental de judeus, católicos e evangélicos esteja em declínio e decadência. A releitura desse processo é outra: a relativa perda de memória e de identidade está apenas sendo renovada pelas mudanças e transformações para se adaptar às contingências dos novos tempos, superando, inclusive, os velhos preconceitos, rivalidades e fanatismos fundamentalistas.

O movimento ecumênico cristão-judeu visa exatamente superar os anátemas e vilipêndios acumulados, ao longo dos milênios, por culpa do fervor e fanatismo missionário imperial, que pensava expandir a fé e o espaço mesmo ao preço da submissão forçada das almas e vidas humanas do dilema *batismo ou morte*, que resultou em tanto sofrimento nos breviários e suplícios dos autos-de-fé.

O novo espiritualismo que está surgindo é mais fraterno e cooperativo, menos sectário e mais humano ao aceitar o princípio bíblico de que *a Casa do Senhor tem muitas moradas* e, por isso, todas as religiões devem ser respeitadas e estimuladas para poder enfrentar o assédio da secularização do materialismo, do existencialismo virtual e dionisíaco dos prazeres efêmeros e passageiros em prejuízo dos valores permanentes e eternos.

Olhados por esse novo prisma e por essa nova ótica, didática e dialética, podemos afirmar que os movimentos religiosos, tanto do cristianismo como do judaísmo, estão passando por surpreendente fase de renovação e ressurgimento, apesar da existência de tantas correntes folclóricas aqui descritas dos chamados judeus e cristãos bissextos.

Não se trata apenas de *agiornamento* no sentido italiano do moderno e contemporâneo. Objetiva-se agora revigorar a memória, identidade, virtudes e compromissos da antiga aliança entre o criador e a criatura. Há um novo sentimento de orgulho, alegria e a satisfação nesse renascimento e busca de uma nova comunhão de crentes e fiéis em todas as casas de oração. Entre os católicos, o surgimento do movimento *carismático* e das pastorais está fazendo renascer o orgulho de ser, viver e ficar católico. O mesmo ocorre entre os protestantes, evangélicos e pentecostalistas que se expandem e se tornam felizes e recompensados pela sua condição existencial de *crentes*.

O mesmo está ocorrendo com o judaísmo contemporâneo em quase todos os lugares do mundo, inclusive na Amazônia. Apesar do não proselitismo e da resistência às mudanças do tradicionalismo cultural, as novas *esnogas* dos judeus hispano-marroquinos da região – em substituição à velha sinagoga, assim chamada pelos setenta sábios judeus, que fizeram, em Alexandria, a primeira tradução bíblica da *Septuaginta* para o grego durante o reinado de Ptolomeu II – anos de 285 a 244 antes da era atual – estão sendo renovadas e revitalizadas pelos jovens.

Esta busca de raízes e orgulho de identidade e memórias está fazendo renascer um novo espírito de fé, religiosidade e de comunhão existencial judaicas. Inclusive com a maior participação das mulheres nas diversas sinagogas, com a introdução do *bat-mitzyá* para as jovens, o que representa um considerável avanço da sinagoga patriarcal, que presta sua homenagem e se rende ao matriarcado da família judia, pois chegou-se à conclusão de que a sobrevivência do judaísmo, em grande parte, está vinculada ao destino e à dedicação das mulheres judias.

O orgulho de ser judeu é semelhante e igual ao brio, altivez e dignidade de ser católico e de ser evangélico. Parece-nos que a tendência atual do despertar do sentimento religioso se deve ao fato de que o mundo está se tornando, cada vez, mais largo, estranho, impessoal e *ágeno*. Para vencer este estado de espírito avassalador e veloz dos novos padrões virtuais e do digitalismo informático, só nos resta apelar para a família e para os companheiros que partilham os mesmos anseios, ideias, crenças e valores culturais.

A restauração, renascimento e o novo orgulho e fidelidade de ser judeu, católico e evangélico – sem rivalidades, nem ressentimentos de opróbrio e vilipêndio, mas humano no puro sentimento do amor e fraternidade – constituem uma nova mensagem a ser ouvida e praticada nas vésperas e nos amanhãs do terceiro milênio.

Crescei e multiplicai-vos

No sexto dia da criação, segundo o Gênesis (1:28), Deus criou o homem e a mulher, os abençoou e disse: *Crescei e multiplicai-vos, e enchei a terra.* Os judeus e judias da Amazônia, segundo

o mandamento bíblico, cresceram e se multiplicaram às centenas de milhares em pouco mais de um século. E ao fazerem se dispersaram por todos os rios, beiradões, flutuantes, barracões, tapiris, seringais, povoados, lugarejos, vilas e cidades da região. Essa dispersão foi o motivo e a causa de sua assimilação e perda da memória e identidade judaica. Ou como disse Ellie Wiesel (1985): *Un judio solo es un judio en peligro*.

A princípio, a mulher judia acompanhava o marido para onde ele ia, mesmo nos longínquos ermos da fronteira, levando na sua bagagem os *telefim, o talet, a kipá, os sidurim*, para que o marido continuasse sendo judeu na selva. A mãe judia, por sua vez, além das suas obrigações de esposa e parideira, acumulava também as funções de professora, levando sempre consigo a cartilha do ABC, a tabuada e os cadernos clássicos de caligrafia, para que os seus filhos começassem logo aos quatro anos aprender a ler, contar e escrever. Com o passar do tempo tornou-se difícil manter esse esquema e estratégia de sobrevivência.

Era mais fácil para a mãe judia ficar morando numa cidadezinha próxima, onde tivesse pelo menos uma parteira para ajudar a parir os filhos e um *mohel* para fazer a circuncisão dos curumins, enquanto o marido se aventurava rio acima com o seu batelão de regatão, vendendo suprimentos e comprando produtos regionais. Ocorre que, como todo e qualquer regatão que se preza, a função exige a parada em todos os portos de lenha, para se abastecer de combustível, ou para fazer negócios.

Longe da mulher, o pai judeu, mesmo como disse o escritor Raymundo Moraes (1926): *não sendo chegado a um rabo-de-saia*, foi namorando e se juntando com as caboclas do beiradão e fazendo filhos por fora, a torto e a direito. Como as distâncias eram muito grandes e os portos de lenha, barracões e flutuantes muito numerosos, a repetência dessas cenas de acasalamento momentâneo e oportunista foi se disseminando e se tornando comum e costumeiro entre os regatões e comerciantes ambulantes, tanto judeus como depois os sírio-libaneses que os sucederam.

Quando os regatões judeus voltavam para a sua base, ou vila, onde moravam a sua esposa e filhos, era para engravidar a sua mu-

lher mais uma vez, a fim de poder *nombrar* mais um de seus avós paternos ou maternos. Desse modo, a população de descendentes judeus cresceu dos dois lados: pela parte da mãe judia, os filhos se multiplicavam, ano-sim, ano-não, de modo a formar a prole clássica de oito filhos; pela parte das mulheres nativas, do interior e do beiradão, os filhos também se multiplicavam sem conta e muitos deles acabaram sendo perfilhados e recebendo o sobrenome do pai.

Assim, a descendência judaica se multiplicou, em progressão geométrica, atingindo os 283.859 judeus-caboclos da Amazônia, conforme vimos em capítulo anterior.

Resta indagar, ao final, por que, com tantos descendentes, existem tão poucos – apenas 1.856 hebreus enterrados em cemitérios judeus, com suas lápides de mármore frio e caracteres em hebraico e português?

Apesar de haver um tão grande número de descendentes judeus – a maioria completamente assimilados e absorvidos pela cultura local de outras seitas e crenças –, poucos permanecem fiéis ao judaísmo, pois o *ser*, *viver*, *ficar* e *sobreviver judeu* foi ficando, cada vez, mais difícil, à medida que as décadas foram decorrendo e os troncos das famílias marroquinas se dispersavam na imensidão da selva. Esses descendentes, quando morriam, eram enterrados de qualquer modo, no beiradão dos barrancos do rio, nos seringais, no meio da mata, ou no primeiro cemitério municipal mais perto que se encontrasse. Ou colocado o seu cadáver sozinho numa simples canoa e montaria, que se deixava descer e correr rio abaixo, como era costumeiro entre os velhos e tradicionais caboclos da região – que tinham medo, superstição e não gostavam de ter sepulturas em suas roças e sítios – até que uma alma caridosa recolhesse o cadáver e fizesse o seu enterro em qualquer lugar, ou fosse simplesmente devorado pelos peixes predadores e carnívoros.

A memória de dezenas de milhares de judeus-marroquinos e seus descendentes ficou, assim, perdida para sempre: a selva e o rio se encarregaram de apagar os vestígios de sua passagem pela terra. Outros judeus, quando ficavam doentes em suas vilas, iam morrer em Belém, Manaus ou Rio de Janeiro e, por isso, cidades como Cametá, que chegou a ter mais de 7.000 judeus, segundo o rabino

Abraham Hamu (VELTMAN, 1983: 4), enterrou apenas 76 judeus nas frias e velhas sepulturas do seu cemitério judeu, que hoje está sendo vítima de profanação, pois o mármore branco de carrara das sepulturas está sendo usado para fazer pias de cozinha e mesas da população local empobrecida.

Muitas outras famílias judias migraram, na epoca da depressão, e foram viver na diáspora do Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades, onde criaram ou adotaram as próprias sinagogas amazônicas, como a Shel Guemilut Hassadim, da Rua Rodrigo de Brito, no Rio de Janeiro, acabando os seus dias nos cemitérios comunitários dessas cidades.

A história dos judeus na Amazônia é longa, sofrida, pioneira e grandiosa. Começou na *Guezerá Negra* dos judeus da Espanha e Portugal, onde passaram 1.000 anos e 40 gerações nas juderias e aljamas. Expulsos, foram para o exílio – *Guehinam*, no Marrocos, onde passaram 300 anos e 12 gerações. Vieram para a *Eretz Amazônia – A Nova Terra da Promissão*, a partir de 1810, onde passaram a viver e trabalhar para reconstruir o seu lar judeu, adotar e integrar-se à nova pátria, no país democrático e livre do povo brasileiro.

Comunidades judaicas de Belém e Manaus

As comunidades judaico-amazônicas, depois de decorridos mais de cento e oitenta anos da chegada dos primeiros imigrantes em 1810, e após o período de expansão e interiorização durante o ciclo da borracha, foram se agrupando e urbanizando em torno de Belém e Manaus.

Na vasta hinterlândia, que possuía numerosas famílias e comunidades judias no passado distante, somente restou a memória dos cemitérios judeus e das sepulturas nos maiores municípios das muitas vilas, povoados e cidades, e a lembrança de muitos líderes e personagens judeus que, no passado, contribuíram para a vida e prosperidade desses lugares.

A urbanização e metropolização da vida judaica na Amazônia levou, como vimos, a um alto grau de profissionalização da

maioria dos jovens da nova geração, muito embora ainda existam numerosas empresas comerciais, industriais e de serviços nessas duas cidades-capitais.

A comunidade de Belém é a matriz do judaísmo amazônico, tendo conseguido manter as tradições religiosas e culturais do judaísmo por intermédio de suas três sinagogas – Essel Abraham, Shaar Hashamaim e a Beit Chabad – que mantêm os serviços comunais que funcionam com diretoria própria, independente do Centro Israelita do Pará. Este tem a função de promover e coordenar as atividades culturais, juntamente com o Clube Benfica, agora transformado em a Hebraica. As três congregações reúnem cerca de 430 famílias, com aproximadamente 1.800 correligionários.

A comunidade de Manaus, cuja criação é mais recente, é um desdobramento da congregação-mãe de Belém, que lhe supre grande parte da liderança religiosa dos oficiantes e leitores da Torah (*baal koré*), pois conseguiu manter e transmitir durante muitos anos a educação judaica de seus jovens. A congregação de Manaus possui cerca de 200 famílias, com aproximadamente 800 correligionários que pertencem à congregação da esnoga Beth-Yaacov/Rebi Meyr e ao Clube A Hebraica, onde, além das atividades sociais e culturais, funciona, também, uma escolinha para o ensino de Hebraico. Possui também os serviços de socorros espirituais de Hebrá-Kadishá e do Cemitério Comunal Judeu. A comunidade de Belém possui três rabinos: o rabino Abraham Hamu e o rabino Moyses Elmescany do Centro Israelita do Pará, e o rabino Disraeli Zagury do Grupo Beit Chabad. As sinagogas Shaar Hashamaim e Beit Chabad são mais conservadoras, enquanto que a Sinagoga Essel Abraham é conservadora-tradicionalista-moderada, assim como a Sinagoga Beth Yaacov/Rebi Meyr da congregação de Manaus.

Do ponto de vista de recursos, a comunidade de Manaus é bem mais dotada do que a de Belém, pois, em virtude da existência da Zona Franca de Manaus, surgiram muitas empresas de propriedade de judeus locais e de outras origens, tanto comerciais como industriais, o que concorre para o aumento dos recursos financeiros desta comunidade.

Ambas as comunidades, todavia, estão passando por uma fase e período crítico de adaptação dos novos tempos, evidenciado pelo aumento do número de casamentos mistos, relativa perda da memória e identidade decorrentes da crescente assimilação dos usos e costumes seculares, que se distanciam daqueles valores tradicionais do judaísmo conservador. Está sendo, no entanto, realizado intenso trabalho de educação junto aos jovens, para dar continuidade à cadeia de sucessão entre as gerações, preservando os valores básicos do judaísmo, dando-lhes um sentido atual sem perder, contudo, os fundamentos da sua identidade social e cultural.

Os cemitérios judeus na Amazônia

Os judeus sempre costumaram ter os seus cemitérios comunitários, a fim de poder fazer as suas orações coletivas em memória de todos os seus antepassados e correligionários, como ocorre com o *kadish* grupal nas vésperas de Yom Kipur. Isto muito contribuiu para reforçar a necessidade de enterrar os seus mortos num mesmo lugar, a fim de que, mesmo após o falecimento, permanecessem juntos, tal como ocorre com os cristãos que fazem questão de ter os próprios jazigos para enterrar toda a sua família e descendentes.

Outrossim, após a diáspora, quando os judeus foram excluídos e segregados nos guetos e juderias, eles foram obrigados a ter os seus cemitérios – dentro do próprio gueto se possível, pois o enterro de um correligionário judeu em um cemitério cristão constituía uma profanação e o tornava impuro e condenado para sempre. Estas restrições não se referiam apenas a judeus, pois muitos cemitérios que pertenciam às Santas Casas de Misericórdia e outras congregações não aceitavam enterrar evangélicos e, por isso, muitos pernambucanos protestantes ilustres estão enterrados no Cemitério dos Ingleses do Recife, conforme nos informa Gilberto Freyre.

Estes são os motivos pelos quais toda a comunidade judaica, quando se organiza num determinado lugar, constrói uma sinagoga, um cemitério, uma escola e um clube, os quatro pilares da sua identidade e continuidade.

Cemitério, em hebraico, possui diversos nomes: 1) *Beth Hayyim* – casa da vida ou destinado aos vivos; 2) *Beth Haolamin* – casa da eternidade; 3) *Beth Almin* – casa das almas; 4) *Beth Keburot* – casa das sepulturas; 5) *Mearáh* – expressão usada no dialeto hakitia para denominar a Machpelah, as covas onde estão enterrados, em Hebron, as matriarcas Sarah, Rebeca e Lea, esposas dos patriarcas Abraham, Isaac e Jacob, com exceção de Rachel.

Na Amazônia, à medida que as comunidades judaicas se urbanizaram e se interiorizaram, muitos cemitérios judeus foram construídos, conforme mostra a relação abaixo:

COMUNIDADE	NOME CEMITÉRIO	N.º SEPULTURA	ANOS DO SEPULTAMENTO	TOTAL
Belém	Cemitério de Soledade	28	(1848 a 1881)	
	Cemitério dos Ingleses	3	(1860 a 1871)	
	Cemitério Antigo Guamá (Sta. Isabel)	566	(1883 a 1945)	
	Cemitério Novo Guamá (Sta. Isabel)	492	(1940 a 1997)	**1.089**
Manaus	Cemitério Municipal São João Batista	94	(1879 a 1927)	
	Cemitério Judeu	313	(1928 a 1998)	**407**
Cametá	Cemitério Judeu	76	(1881 a 1991)	**76**
Macapá	Cemitério Judeu	19	(1895 a 1967)	**19**
Porto de Moz	Cemitério Judeu	10	(1881 a 1928)	**10**
Óbidos	Cemitério Judeu	15	(1918 a 1961)	**15**
Santarém	Cemitério Judeu	42	(1886 a 1986)	**42**
Itaituba	Cemitério Judeu	12	(1913 a 1992)	**12**
Parintins	Cemitério Judeu	65	(1886 a 1980)	**65**
Maués	Cemitério Judeu	8	(1932 a 1964)	**8**
Itacoatiara	Cemitério Judeu	44	(1876 a 1955)	**44**
Manacapuru	Cemitério Municipal	6	(1908 a 1913)	**6**
Tefé	Cemitério Judeu	25	(1888 a 1956)	**25**
Iquitos (Peru)	Cemitério Judeu	31	(1895 a 1947)	**31**
Contamana (Peru)	Cemitério Municipal	4		**4**
Yurimáguas (Peru)	Cemitério Municipal	2		**2**
Caballococha (Peru)	Cemitério Municipal	1		**1**
Total de Sepulturas Judias na Amazônia		**1.856**		**1.856**

A existência de cemitérios judeus e as sepulturas judaicas em necrópoles comuns constituem o melhor testemunho histórico da presença das comunidades hebraicas em toda a região amazônica. Cada sepultura, na singeleza da lápide de mármore frio, com a ins-

crição em hebraico e português, do nome, data do nascimento e morte do falecido e uma prece de paz à sua alma, representa o fim e o destino de uma vida que passou pela terra e deixou muitas saudades, recordações e lembranças de todos os seus queridos familiares. Por isto a reverência aos mortos constitui uma prática adotada por todas as religiões.

Entre os judeus não poderia ser diferente, porém a tradição pós-bíblica e talmudita exige que os túmulos (*keburot*) sejam muito simples e despojados, sem nenhuma ornamentação, decoração ou monumento. Somente a lápide de mármore, em tamanho mais ou menos uniforme, com a identidade e o pedido de paz à alma do falecido, evitando desse modo qualquer exteriorização ou manifestação de riqueza, poder e fortuna. Isto para evitar discriminação e tratamento desigual pois, após a morte, somente valem as boas ações e obras do falecido.

O mesmo preceito é recomendado para a cerimônia do enterro, que deve ser o mais simples possível, o cadáver envolto com uma mortalha depois da lavagem e purificação do corpo (*rehissah*) e, quando enterrado com caixão, este deve ser bem modesto, sem nenhum adorno e feito com tábuas que permitam o contato do corpo com a terra, para que rapidamente este venha a ser reintegrado à terra de onde proveio. Em cada comunidade existe uma sociedade de socorros espirituais – a *Hebrá Kadishá* – que se encarrega do cerimonial do enterro, sepulturas e cemitérios.

Na Amazônia existem quatorze cemitérios judeus espalhados nas capitais dos Estados brasileiros do Pará e Amazonas, no Departamento Peruano de Loreto (Iquitos) e no interior, ao longo dos rios e de muitos povoados e cidades que tiveram, no passado, comunidades organizadas, conforme relação acima.

Histórias de vida de alguns judeus-amazônicos

Toda vida tem uma história para ser contada e que pode servir de exemplo e testemunha do tempo vivido. Por meio desses

viveres e biografias de homens, mulheres, famílias e empresas, os sociólogos e antropólogos podem descobrir e surpreender muitas razões, motivos e valores que impulsionam a história. Pelo estudo desses vultos e personagens pode-se compreender e descobrir o elo entre as gerações, o início ou o fim de uma era ou época. O princípio, o meio e o fim da própria história da sociedade, com suas identidades e descontinuidades.

Esta pesquisa individual conta apenas parte do ser e do dever ser da dinâmica social, pois faz parte e é integrante dela. Esses exemplos devem ser inseridos nos valores maiores do coletivo, do social e do cultural. Modos de ser, pensar, agir, trabalhar, fazer, educar e outros valores sociais, naturais e preternaturais individualizados ajudam a melhor entender a teia, trama e urdidura do tecido social e dão cor, calor, vida e enredo às forças da memória e da identidade judaica.

Por esse motivo, selecionamos alguns nomes de judeus e judias do passado que nos podem traçar um perfil daqueles tempos vividos. O texto integral dessas histórias de vida será publicado no segundo volume desta pesquisa a ser escrito por mim ou por outro colega pesquisador. Agora relacionamos, como projeto e sugestão, apenas o nome e o título das histórias de vida desses personagens.

1 B. Levy & Cia.: De Ceuta ao seringal Remanso.
2 Raphael Benoliel: O monopólio que a natureza nos deu e o homem nos tirou.
3 Isaac Benayon Sabbá: O pioneiro da industrialização da Amazônia.
4 Isaac Jacob Benzecry: O empreendedor e inovador.
5 Isaac Israel Benchimol: Um patriarca e desbravador do rio Abunã.
6 Dona Cotinha Sabbá Israel: Esther Chail e exemplo de mulher judia.
7 Judah Elias Israel: Um leão inglês na Província do Grão-Pará.
8 A casa de dona Sol Israel salva as crianças judias do interior.
9 Isaac Pinhas Melul: Professor, *melamed* e shaliah Tsibur – uma vida de 106 anos a serviço da comunidade de Belém.

10 Levy Obadia: Shaliah tsibur, haham e cabalista – uma vida servindo o ishuv paraense.

11 Morluf Pepe Larrat: Chefe de la Hebrá Kadishá – enterrando os mortos e saudando os vivos.

12 David Benzaquen: Shaliah tsibur e *melamed* da Shaar Hashamaim – uma voz canta na esnoga da Arcipreste.

13 Isaac Roffé: O mais rico judeu de Belém cria e educa as suas sete filhas.

14 Shalon Dahan: Um judeu cego de Alenquer ensina a Torah de cor e salteado.

15 Judah Eliezer Levy: Um engenheiro judeu arquiteta e constrói três sinagogas.

16 Abraham Ramiro Bentes: Um pobre menino judeu de Itaituba entra na Escola do Realengo.

17 Os Elmescany de Óbidos: Rabinos, shaliach, doutores e médicos.

18 Inácio Obadia: Morê e baal korê – ensina os jovens e lê os antigos pergaminhos da Torah.

19 Jacob Azulay: Shaliah tsibur, *melamed* e *sofer* (escriba) – 40 anos servindo o *ishuv* amazonense.

20 Moyses Salomão Cohen: Um coanita na Terra dos Parintintins.

21 O lar judeu da dona Luna comemora as páscoas no interior do Amazonas.

22 Isaac e Simão: Dois Assayag dão vida à Ilha de Tupinambarana.

23 Salomão Jacob Levy: Um levita na Terra dos Maués.

24 Vida de Moyses y Abraham Pinto en la jungla del Amazonas.

25 David José Israel: Um humilde guarda-livros vira jornalista e escritor.

26 Cinco comandantes judeus: Três Benemond, um Benayon e um Siqueira assumem o comando do leme dos vaticanos, chatas e gaiolas.

27 Isaac José Perez: Um coronel-de-barranco vira prefeito, revoluciona e urbaniza a cidade de Itacoatiara.

28 David José Perez: Nasceu em Breves, viveu em Itacoatiara e Belém, tornou-se erudito e sábio hebraísta e latinista na diáspora carioca de judeus-amazônicos.

29 Raphael e Alberto Benchimol: Dois médicos judeus-amazônicos tratam dos olhos e do coração na diáspora do Rio de Janeiro e do Arizona.

30 Um médico judeu russo dedica e consagra a sua vida para tratar e cuidar dos índios da Amazônia: Noel Nutels – A Majestade do Xingu, segundo Moacyr Scliar.

31 Sol Mendes: Uma mãe judia de coragem defende os seus: *Que vengas los otros!*

32 Shalom H. Muyal: Um rabino faz milagres e o povo alcança a graça e paga a promessa.

33 Receita da vovó judia marroquina: Como fazer adafina, oriça e cuscussu.

34 Hakitia Sem Mestre: Aprenda cem palavras, palavrões, bendições e maldições em *hakitia* para parecer erudito e melhorar o senso de humor de sua conversa.

Contribuição sírio-libanesa

No último quartel do século XIX e no início do século XX começou a chegar a Belém, Manaus e interior dos Estados do Pará, Amazonas e Acre um novo grupo de imigrantes, que haveria de ter participação destacada na economia e na sociedade amazônicas. Eram os sírio-libaneses, que deixaram as suas vilas, aldeias e cidades do Oriente Médio de Batroun, Baalbeck, Ghazir, Dimen, Ghosta, Jbeil e Beirute do Líbano, e de Ayo, Hamma e Damasco da Síria, para tentar a vida e "mourejar" na Amazônia, em Belém, Manaus, Porto Velho, Rio Branco, no beiradão e nos altos rios da seringa.

Essa corrente cultural também se realizou na forma de imigração familiar, com esposas e filhos, dado o caráter gregário e comunitário das suas formas tradicionais de vida. Quando vinham solteiros, pediam aos seus pais e parentes, que ficaram na Síria e no Líbano, que enviassem primas, parentes e moças conhecidas para contrair matrimônio, à semelhança do que faziam os judeus com os seus familiares marroquinos e outros grupos de imigrantes. E, assim, se mantinha a coesão da vida familiar, que muito ajudou na formação das casas de negócios e empresas desses imigrantes.

A adaptação e começo de vida se iniciavam com a inserção dos jovens e adolescentes no mercado de trabalho com o primeiro emprego na casa de um patrício. Anos depois, o processo de ascensão social e econômica se fazia pelo comércio ribeirinho, dos *regatões* que percorriam os rios do interior, levando mercadorias necessárias aos seus moradores, recebendo em troca ou pagamento em borracha e gêneros regionais. Os regatões representaram um papel e função importante na época áurea e na crise da borracha, pois desafiavam o poder dos aviadores portugueses tradicionais e o monopólio dos seringalistas nordestinos e coronéis-de-barranco,

que *fechavam os rios* para melhor poder exercer o monopólio sobre os seus aviados e seringueiros. É que os regatões vendiam suas mercadorias a preços mais baixos e pagavam a borracha e demais gêneros a preços maiores, desafiando, assim, o domínio dos senhores dos seringais e das casas "aviadoras" de Manaus. Também eles exerciam outra função importante com os seus pequenos barcos e motores, indo mais longe, rio acima, atingindo *colocações*, sítios, fazendas e flutuantes que, de outro modo, jamais poderiam ser alcançados pelos vapores das linhas tradicionais armadoras. Por isso, eles eram olhados como desleais concorrentes e combatidos, constantemente, pela classe dominante.

Por este motivo eles foram vítimas, tal qual os seus primos judeus que os antecederam neste mister, de preconceito e discriminação por alguns membros das elites e da burguesia dominante encartelizada nas casas "aviadoras" de Belém e Manaus. Esse preconceito foi diabolizado e caricaturizado pelo famoso escritor Raymundo Morais que, por ser prático fluvial e comandante de gaiolas, de propriedade dos potentados comendadores, de forma impiedosa e satírica, assim os definiu:

> *Afinal (o judeu) foi substituído pelo turco que não somente invadiu as capitais onde prolifera como rato, mas também os vilórios e povoados... lá se acha o filho do Sublime Porta, expedito, suado, trambicando e chamando os fregueses de Coronel e Doutor... Enche-se de infinita paciência e de alta dose de hipocrisia e segue regateando de palhoça em palhoça. Evita a casa dos potentados como o diabo da cruz. Procura os rústicos, os analfabetos, os ignorantes... Aproxima-se saudando... Pon dia, combadre! E trava conversa... e fala na barateza dos objetos que merca, no câmbio, na guerra, na alta da hévea. O seringueiro meio atordoado, desconfiado, vai ouvindo... surpreende-se com a subida da seringa... O Coronel que o avia, a quem deve alguns contos, paga apenas a quarte parte do que aquele mascate lhe propõe... O toqueiro... resolve pôr de lado os escrúpulos e faz a pequena transação. Entrega duas pélas de borracha fina e caminha até o batelão... calculando a olho uns sessenta quilos. Mas oh! desgraça*

a seringa dá apenas quarenta quilos... Já cortada não pode, sem levantar suspeitas, ser entregue ao legítimo proprietário. 'Home leve esse diabo!!'. Obtida a primeira bola o turco faz a segunda tentativa exibindo novidades: viola, harmônicas, suspensórios, calças, camisas ao lado da água florida, da cananga, do tônico oriental... mostra-lhe então o pirata um par de borzeguins amarelos, duros, ressequidos, o freguês examina... O otomano defende o artigo: dura zinco anos, combadre, bode cortá seringa c'o ele, couro canguru buro. O sertanejo ri... e retruca: canguru nada, couro da tua mãe, herege sem-vergonha... o muçulmano, invocando Mahomé que o protege, deita a linha n'água... e sobe aos últimos manadeiros para extorquir uma bola de borracha e vender algumas garrafas de cachaça (MORAES, R. 1987: 72-75).

Quando se urbanizaram, na fase da crise da borracha, a forma de sobrevivência escolhida foi a do pequeno comércio ambulante *teque-teque*, apelido pelo qual ficaram conhecidos, pois carregavam as mercadorias nas costas e nas mãos um metro dividido e articulado em dois pedaços de pau que batiam, um com o outro, para chamar a atenção dos fregueses. Estes humildes empresários, também, eram olhados com desconfiança e preconceito, pois desafiavam o poderio dos grandes armazéns do centro da cidade. Esses *teque-teques* exerceram papel importante na vida da cidade, já que levavam as fazendas e armarinhos à periferia dos bairros pobres, para pagamento em prestações semanais e mensais, verdadeiros precursores do atual sistema de crediário.

A persistência, sobriedade, inteligência, ambição e o espírito de poupança desse grupo, natural em todo o imigrante, os levavam a assumir riscos, descobrindo oportunidades de ganho e trabalho duro em longas jornadas. Esses foram os fatores que ajudaram a sua ascensão econômica e depois social, quando conseguiram vencer a barreira do preconceito, aversão e intolerância dos outros grupos étnico-culturais.

Uma retrospectiva histórica da atuação desses empresários aponta que os primeiros imigrantes chegaram no último quartel do século XIX, passando a atuar na primeira e segunda décadas do ciclo

do apogeu, da crise da borracha e nos períodos subsequentes. A *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, desde o primeiro número de 1908 até 1916, publicava uma sinopse das entradas de borracha em Manaus e nessa lista pudemos identificar as principais firmas e comerciantes sírio-libaneses que aparecem como recebedores e consignatários de borracha, conforme relação abaixo:

Alberto Ibrahim	Jorge Dau
Abrahim Rassas	José D. Tadros
Assem Ibraim Lahrsse	Jorge Dau & Sobrinho
Aslem Ibrahim	Jorge Daher & Irmãos
Abdon Osman	José Dau
Assen Marad	Jorge & Jared
Aucar & Irmão	J. Amin & Irmãos
Abib & Irmão	Jorge Chaloup
Abdala Kalil	Kalil Mustafa
Cabil Mustafa	Kalil & Irmão
Cristo José Saíd	Miguel Daher & Irmão
Camilo Assef	Mamede Metebuk
Elias Pedro Dau	Mamede Safat
Elias Aboud	Mamede Abdalla
Fares Maklouf	Mustafa Credie & Stani
Fares Mansour & Irmão	Mustafa A. Checkril
Felix Mansour	Nagib Dau & Cia.
Fares & Mansour	N. Abud & Irmão
Houssein Abrahim Lakis	Nasser Abud & Filhos
Habib & Irmão	Nagib Salem & Irmão
Ibrahim Ohab	Salem Mustafa
Ibrahim Ravosas	Toufic Garr & Cia.
Tufic Olias	Tufic Olias
Ibrahim Rannes	Tufic Tecuré

O êxodo das populações rurais para a cidade, durante a crise dos anos 20 e 30, viria abrir novas oportunidades aos sírio-libaneses e descendentes, pois com o declínio ou a liquidação de muitas empresas líderes tiveram a oprtunidade de se estabelecer na praça de Manaus. Principiaram no comércio de fazendas, armarinhos, miudezas, bugigangas, estivas e comércio de produtos regionais. Os seus estabelecimentos comerciais, bem como as suas casas residenciais se localizavam, na sua grande maioria, na praça dos Remédios, ao longo das ruas dos Barés, Tabelião Lessa, Barão de São Domingos (o preconceito ou o senso de humor do povo manauense fez chamar essa via de Rua da Calabria, no sentido pejorativo do termo, apesar de

nela não morar um italiano e os calabrenses serem conhecidos como um povo viril e valente, que defendia, com o próprio sangue, a sua honra e a de sua família), Pedro Botelho, Miranda Leão, Rocha dos Santos, Mundurucus, Leovegildo Coelho, Floriano Peixoto, Joaquim Nabuco, nos seus dois primeiros quarteirões, Marquês de Santa Cruz e adjacências, formando uma espécie de mouraria, gueto e enclave cultural do grupo. Esse bairro tinha vida própria, pois era servido pelo Mercado Público para seu abastecimento caseiro e comércio nas bancas de vendas; Igreja dos Remédios, onde rezavam no seu rito maronita; praça dos Remédios, onde a comunidade se reunia para as quermesses, conversa fiada, fechar negócios e os jovens para passear e namorar; Clube Sírio-Libanês da Miranda Leão para as festas e reuniões solenes, que se completava com o lazer na Chapada Síria e no Cheik Clube; Faculdade de Direito que tanto os ajudou na fase posterior de sua ascensão econômica, social e política; e a praia do rio Negro onde atracavam os seus batelões e flutuantes, e recebiam os seus fregueses que se vinham abastecer e entregar gêneros.

Passados esses árduos anos, os sírio-libaneses e seus descendentes brasileiros haviam de se projetar, não apenas como grandes empresários no campo comercial, industrial e de serviços, como também na área das profissões liberais, intelectuais e na militância política. Muitos deles se transformaram em grandes conglomerados empresariais como o grupo Phelippe Daou, um dos maiores no campo do telejornalismo e comunicações, com estações de televisão e repetidoras em todos os Estados da Amazônia e na maioria dos municípios do interior, o grupo Tadros, no campo da hotelaria e turismo e o grupo Nasser, no segmento da engenharia e construção civil.

A importância que os sírio-libaneses assumiram na cidade de Manaus e na liderança regional, em competição com as firmas de origem portuguesa, judaica, nordestina e cabocla, pode ser melhor estudada e avaliada quando se enumera o grupo de famílias-nucleares que aqui se estabeleceu. Certa vez, batizei o período de sua atuação e ascensão como a *Era dos Primos* em homenagem a Ismael, filho do patriarca Abraham com Agar.

Os sobrenomes das principais famílias sírio-libanesas, abaixo mencionados, evocam as raízes de nosso passado e de nossa histó-

ria, lembrando as vozes e as cores da diversidade cultural da sociedade amazônica:

Abdala	Abdon	Abinader	Abrahão
Abrahim	Abujanra	Acram	Ahmoud
Akel	Ale	Aleme	Ali
Amud	Antar	Antônio	Assad
Assef	Assem	Assi	Assmar
Atala	Aucar	Ayoub	Ázaro
Azize	Ballut	Baydoun	Bazi
Bichara	Bitar	Bouchabki	Bouhid
Bulbol	Caram	Carin	Chaar
Chady	Chain	Chamiê	Chamma
Chediak	Chehuan	Chibly	Cury
Daher	Daou	Dib	Dibo
Elias	Fadel	Fadul	Fahrat
Fares	Faride	Fayad	Fecury
Fraiji	Fraxe	Gamel	Gorayeb
Habib	Haddad	Hagge	Haikal
Harb	Hatoum	Hauache	Hayek
Hissa	Ismail	Jatene	Jezine
Jorge	Kairala	Kalif	Kalil
Karam	Kinzen	Kouri	Kuara
Lasmar	Mady	Makaren	Maklouf
Mamed	Mamude	Mansour	Marad
Menassa	Merchak	Miguel	Monassa
Mousse	Mubarac	Muneyme	Mussa
Mustafa	Mutran	Nadaf	Nagib
Naguib	Nasser	Nicolau	Rage
Raman	Razac	Reston	Saad
Sadala	Saed	Safer	Sahado
Sahdo	Said	Salame	Salem
Salum	Sarkis	Sayad	Sayeg
Seffair	Semen	Simão	Tadros
Tamer	Tufic	Tuma	Yacub
Yussef	Zoghbi		

A familia sírio-libanesa sempre foi muito unida e tinha um alto senso de comunidade e identidade cultural para transmitir a experiência de vida e os valores da velha à nova geração. Entre esses valores não podemos esquecer os sabores e as delícias da cozinha árabe, preparados pelas avós e mães no cotidiano e nos dias de festa: quibe (frito, assado e cru), tahine, tabule, cafta, esfiha, fatuche, pita, homos, lubi, musoaca, beringelas recheadas, charutos, costelas de carneiro, arak, coalhada síria, beleua e *haleva*. Muitos desses pratos e menus foram assimilados pela população lo-

cal, contribuindo para enriquecer o apetite e a gulodice dos *gourmets* e *gourmands* amazônicos.

MEMÓRIA EMPRESARIAL SÍRIO-LIBANESA DE MANAUS

À semelhança dos judeus, os sírio-libaneses da primeira geração buscaram a sobrevivência no interior do Pará, Amazonas e Acre, onde se estabeleceram com os seus flutuantes e seus regatões na prática do comércio ambulante, de porto de lenha a porto de lenha, de seringal a seringal, para vender alimentos, tecidos, ferragens, bebidas e comprar os gêneros regionais, notadamente, borracha, castanha, couros, pirarucu e outros produtos.

Seu comércio era malvisto, como dissemos, pelos aviadores portugueses e pelos coronéis-de-barranco cearenses, que monopolizavam os aviamentos e a produção da borracha. Tanto os judeus como os sírio-libaneses, funcionavam, nesse período, como quebra-monopólios em desafio ao poder dominante e, por isso, eram malvistos por alguns segmentos nos órgãos de classe e, sobretudo, pelas Associações Comerciais do Pará e Amazonas, que não se cansavam em verberar, nos seus boletins e revistas, contra esses camelôs dos rios e da selva, que tão grandes serviços prestavam à população ribeirinha, isolada nos altos rios e sujeita ao preço imposto pelo barracão senhorial.

Os sírio-libaneses demoraram mais tempo do que os judeus para serem recebidos e acolhidos pelas lideranças acasteladas nesses órgãos de classe, pois eram concorrentes temidos e indesejados. Os judeus foram mais bem-aceitos pois falavam a mesma língua dos dominadores e, graças à educação recebida na Aliança Israelita Universal de Tânger e Tetuan, falavam fluentemente o espanhol, o francês e o inglês. Como os exportadores eram quase todos ingleses, franceses e alemães, foi fácil para os primeiros judeus serem recebidos desde o início pelas elites comerciais locais. A prova disso é que judeus askenazitas de fala ídiche e alemã e judeus-franceses de Alsácia e Lorena, como Moisés Polak e Theodore Levy, já eram sócios da Associação Comercial, no período de 1891/1892, Jacob

Levy foi diretor da casa em 1903 e Raphael Benoliel também diretor em 1908 e presidente no período de 1915/1917. Também se explica essa aceitação e cooptação pelo fato de que os judeus, sendo imigrantes mais antigos, desde 1810, enriqueceram e se classificaram antes dos sírio-libaneses, cujos ancestrais começaram a chegar à Amazônia nas últimas décadas do século XIX e no princípio do século XX, e necessitavam de mais tempo para aprender o português e os usos e costumes locais.

Por isso os sírio-libaneses, por estarem vivendo e trabalhando no interior e por serem pobres e malvistos pelos senhores e comendadores, não tiveram, desde o início, chances e nem oportunidades de serem cooptados por essas associações, ligas e corporações comerciais. Assim que começaram a enriquecer e a se urbanizar passaram a pertencer aos quadros sociais dessas entidades e clubes.

Uma visão geral desse quadro nos é oferecida no livro *Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas* (ACA), de 1971, que nos oferece, década por década, a relação dos seus sócios e diretores. Por esses registros nota-se que não houve nenhuma participação de sírios e libaneses nos quadros da ACA, no período de 1871 até 1920. Na década seguinte surgiram apenas duas empresas sírio-libanesas como sócias dessa entidade, no período de 1921 a 1930: J. Mussa & Filho e Phelippe Daou. José Tadros, um dos mais eminentes e influentes membros da colônia, somente aparece como participante no lançamento da pedra fundamental do atual prédio da ACA, em 21/4/1939.

Na década 1941/1950, que marca o princípio da urbanização dos imigrantes sírio-libaneses procedentes do interior, onde moravam, para Manaus, aparecem 16 empresas importantes desse grupo e, daí para frente, um maior número de empresários e empresas começou a surgir com mais frequência e intensidade.

O primeiro empresário sírio-libanês a despontar como dirigente na diretoria, como vice-presidente da casa foi o Sr. Mansour Francis Chehuan, que foi sócio ativista, graças à sua influência, prestígio e riqueza pessoal, seguido de Felipe Isper Abrahim e Jorge Isper Abrahim em 1971, ano em que foram eleitos diretores da ACA. Dessa abertura e aceitação, cessa o preconceito contra os sí-

rio-libaneses, que passam a ser aceitos, definitivamente, como membros do mesmo clã comercial, chegando a eleger Phelippe Daou como presidente, no biênio 1978 a 1980, quando teve oportunidade de mostrar o seu grande talento e capacidade de liderança como dirigente máximo da classe. Aliás, o único presidente de origem sírio-libanesa da segunda geração dos pioneiros imigrantes.

A liderança de Phelippe Daou dentro da ACA projetou-se, ainda mais, quando passou a assumir o comando da maior cadeia de rádio e televisão do Amazonas, o que lhe deu maior poder, prestígio e reconhecimento público dos méritos alcançados pelo próprio esforço pessoal. Phelippe Daou passou a ser conhecido como criativo e inovador empresário amazônico que a Fenicía nos doou.

Depois dele iriam surgir e despontar duas novas e grandes lideranças de descendentes de sírio-libaneses brasileiros já na segunda e até terceira gerações, mas fora da ACA. Quero me referir a José Roberto Tadros, *doublé* de empresário e historiador, que se tornou destacado presidente da Federação do Comércio do Amazonas, do Sesc e do Senac, há mais de duas décadas, graças ao seu valor e mérito pessoal, e de José Nasser, engenheiro civil, que assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Amazonas, Sesi e Senai, desde 1995, onde está realizando uma grande obra de administrador e exercendo uma incontestável liderança como representante do setor industrial da Zona Franca de Manaus, assumindo o papel principal de seu incansável defensor, juntamente com Phelippe Daou, José Roberto Tadros e outros correligionários e coestaduanos.

Vejamos, agora, nos quadros a seguir os registros e memória histórica da participação desses brasileiros de origem sírio-libanesa, já na segunda e alguns na terceira geração, nos quadros de nossa centenária Associação Comercial.

EMPRESAS DE SÍRIO-LIBANESES E DESCENDENTES, SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS, NO PERÍODO DE 1871 A 1971

1871 a 1900	Nenhum sírio-libanês associado
1901 a 1910	Nenhum sírio-libanês associado
1911 a 1920	Nenhum sírio-libanês associado
1921 a 1930	J. Mussa & Filho
1939	José Tadros – lançamento da pedra fundamental da ACA em 21/4/1939

1941 a 1950	Abrahim & Irmão Abdon Raman & Cia. Jorge Assad Aucar José Fares & Irmão Phelippe Daou Abdala Kalil & Cia. Abdon & Cia. Felipe Isper Abrahim Gabriel Seffair Hissa Abrahim Jaber Nadaf & Irmão José Antônio & Cia. M. F. Chehuan Miguel Mansour & Irmão Neder Monassa & Cia. Salém José & Cia.
1951 a 1961	A. Dibo A. Mussa Abdon & Cia. Abdon Maman & Cia. Abdul Razac Hauache Abrahim, Irmão Alexandre David Antônio Caram Abrahim & Cia. Caram Jorge & Cia. Felipe Isper Abrahim Francis José Chehuan Hissa Abrahim & Cia. Importadora Bulbol Ltda. Jaber Nadaf & Irmão Jorge Assad Aucar Jorge Elias & Cia. Jorge Isper Abrahim José Antônio Ferragens José Daou & Cia. José Haddad & Cia. José Tadros & Cia. Loureiro & Aucar M. F. Chehuan Mansour Francis Chehuan Miguel Mansour & Irmão Neder Monassa & Cia. Oliveira, Tadros & Cia. Sadala & Cia.
1961 a 1971	Abdon & Cia. Abrahim & Irmão Alexandre David Antônio & Cia. Caram Abrahim & Cia. Felipe Isper Abrahim Importadora Bulbol Ltda. José Antônio Ferragens S. A. Jorge Assad Aucar Sadala & Cia.

Fonte: *Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas* – 1871/1971.

EMPRESAS DE SÍRIO-LIBANESES E DESCENDENTES REGISTRADAS NO INDICADOR DE MANAUS DE 1940

NOME	MARCA	RAMO	ENDEREÇO
Abdala Kalil	Ouvidor	Fazendas & Armarinhos	Rua Barão de São Domingos, 39
Abdala Said & Cia.	Said	Fazendas & Armarinhos	Rua Guilherme Moreira, 187
Abdon Abrão	Centenário	Fazendas & Armarinhos	Rua Barão de São Domingos, 19
Abdon Nicolau Ázaro	Glória	Farmácia	Rua da Instalação, 61
Abrahim, Irmão & Cia.	Abrahim	Ferragens, Estivas, Fazendas	Rua dos Barés, 90
Addad & Cia.	Oriental	Sapataria	Rua Rocha dos Santos, 30
Aleme & Filho	Ramadon	Fazendas & Armarinhos	Av. Joaquim Nabuco, 827
Almeida & Muneyme	Muneyme	Fazendas & Armarinhos	Rua dos Barés, 80
Armed Mustafa	Mustafa	Leitaria	Rua dos Barés, 112
Ayub Mussa & Irmão	Mussa	Aviador	Av. Joaquim Nabuco, 97
Azize & Filhos	Azize	Armador	Rua Barão de S. Domingos, 155
Calil Abdalla & Irmão	Mão Verde	Fazendas & Tecidos	Praça Oswaldo Cruz, 157
Calil Appes	Appes	Fazendas & Tecidos	Rua da Instalação, 108
Camilo Simão	Simão	Fazendas & Tecidos	Rua da Instalação, 101
Caram Abrahim & Cia.	Marac	Estivas	Rua Barão de S. Domingos, 175
Gabriel Seffair	Combate	Fazendas & Tecidos	Rua dos Barés, 175
Harb & Irmão	Harb	Sapataria	Rua Henrique Martins, 133
Hyssa Abrahim	Hissa	Estivas	Rua Barão de S. Domingos, 24
Isaac Abrahão	Portalarga	Fazendas & Armarinhos	Trav. Tabelião Lessa, 62
Jaber Nadaf & Irmão	Sempreviva	Fazendas & Armarinhos	Trav. Tabelião Lessa, 56
João Chamma	Chama	Fazendas & Armarinhos	Rua Barão de S. Domingos, 90
Jorge A. Aucar	Aucar	Fazendas & Armarinhos	Rua dos Barés, 73
Jorge Fares Akel	Akel	Fazendas & Armarinhos	Rua Marquês de Sta. Cruz, 243
Jorge Haddad	Hadad	Fazendas & Tecidos	Av. Sete de Setembro, 719
José Fares & Irmão	Fares	Aviadores – Interior	Rua Miranda Leão, 154
José Tadros & Cia.	Tadros	Aviadores – Armazém	Rua Marcílio Dias, 196
José Daou	Zedaou	Representantes	Rua Marechal Deodoro, 24
K. N. Gorayeb	Gorayeb	Fazendas & Armarinhos	Av. Joaquim Nabuco, 353
Kamel Ganen	Kamel	Fazendas & Armarinhos	Av. Sete de setembro, 1.248
Mansour Reston	Reston	Fazenda & Tecidos	Rua da Intalação, 30
Nazir Marad	Marad	Barbearia	Av. Joaquim Nabuco, 800
Nicolau Miguel	Poli	Alfaiataria	Rua Quintino Bocaiúva, 10
Nivelli Daou	Nivelli	Representante	Rua Marechal Deodoro, 22
Pedro Seffair	Pedroseffair	Estivas & Fazendas	Rua Barão de São Domingos, 81
Philippe Daou	Daou	Representante	Rua Marcílio Dias, 134
Salem José Filho	Salem	Fazendas & Armarinhos	Rua Barão de São Domingos, 16
Salem Irmão	Tufic	Fazendas & Armarinhos	Rua Miranda Leão, 119

CLIENTES QUE COMPRARAM REFRIGERADORES ELETROLUX, A QUEROSENE, DE MATOS AREOSA, SEGUNDO ANÚNCIO NO INDICADOR DE 1940

Azize & Filho	Manacapuru
Jorge Elias Almeida	Maués
José Antônio	Tefé
Victor Sadeck	Fortaleza (Abunã)
Bachir Denay	Rio Branco (Acre)
José Antônio	Manacapuru
José Monassa	Itacoatiara
Jorge Daou	Brasiléa (Acre)

Abdon Raman & Rasac	Sta. Maria (Itacoatiara)
Abdon Chaar	Brasiléa (Acre)
Abrahim Irmão	Lancha Soberana
Abdon Bichara	Porto Velho
Abraim Jorge Farache	Boa Vista (Rio Branco)

EMPRESAS E EMPRESÁRIOS DE ORIGEM SÍRIO-LIBANESA, SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS NAS DÉCADAS 1940/1970 E NO ANO DO CENTENÁRIO DA ACA EM 1971

Abdon & Cia.
Abrahim & Irmão
Alexandre David Antônio & Cia.
Caram Abrahim & Cia.
Felipe Isper Abrahim (diretor do Centenário)
Importadora Bulbol Ltda.
José Antônio Ferragens S.A.
José Antônio & Cia.
Sadala & Cia.
Jorge Assad Aucar
Francis José Chehuan (diretor do Centenário)
José Antônio Tuma (diretor do Centenário)
Jorge Isper Abrahim (diretor do Centenário)
Abdon Raman & Razac
Jorge Elias de Almeida
José Fares & Irmão
José Tadros
Phelippe Daou (presidente da ACA, de 1978 a 1980)
Abdala Kalil & Cia.
Gabriel Seffair
Hissa Abrahim & Cia.
Jaber Nadaf & Irmão
M. F. Chehuan
Mansour Francis Chehuan
Miguel Mansour & Irmão
Neder Monassa & Cia.
Neder Nassib Monassa
Salem José & Cia.
A. Dibo & Cia.
A. Mussa & Cia.
Abdon Maman & Cia.
Abdul Razac Hauache
Caram Jorge & Cia.
Gabriel Seffair
Jorge Elias & Cia. (Maués)
José Haddad & Cia.
José Tadros & Cia.
Miguel Mansour & Irmão
Oliveira Tadros & Cia.
José Daou & Cia.

EMPRESAS E EMPRESÁRIOS DE ORIGEM SÍRIO-LIBANESA, CADASTRADOS COMO SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS EM 1997

Rádio TV Amazonas	**Dr. Phelippe Daou, presidente da Rede Amazônica de Rádio e Televisão**
J. Nasser Material de Construção	**Dr. José Nasser, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas**
J. Tadros & Cia. Ltda./Lord Hotel Ltda.	**Dr. José Roberto Tadros, presidente da Federação do Comércio de Manaus**
M. Reston & Cia.	Mário Reynaldo Tadros
Phelipe Daou & Cia. Ltda.	Dr. José Carlos Reston, diretor do Sebrae
Mário & Cia. Ltda.	Roberto Daou
Hissa Abrahim & Cia. Ltda.	Mário e Jorge Haddad Abrahão
Hadad & Cia. Ltda.	Mário Hissa Abrahim
Hadad Organização Com. Rep. Ltda.	Mário Hadad
Sadala & Cia. Ltda.	Mário Hadad
Caram Abrahim & Cia.	Elias e Jorge Sadala
Bichara & Cia. Ltda.	Kardec Caram Abrahim
J. L. Chaar Simão (Amazon Print)	Ismael Bichara
Metrofer – Imp. de Ferramentas Ltda.	José Luiz Chaar Simão
Acram Turismo	Rui e Ari Badarane Nicolau
Alexandre Ale dos Santos	
Ismael Bichara Filho	
Jorge Abboud Daou	
Idalina Mangana Abrahim	
Magdalena Arce Daou	

A relação acima refere-se àquelas empresas e empresários descendentes dos pioneiros sírio-libaneses, que pertencem e estão inscritos como sócio da Associação Comercial do Amazonas.

A lista, portanto, é incompleta, porque não abrange o universo desses descendentes, que ainda têm seus estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. Por isso não aparecem na lista os representantes de ilustres famílias tradicionais de origem sírio-libanesa, que foram incluídas no *Indicador de Manaus de 1940*, e que agora em 1997 não aparecem na relação da ACA.

Assim é que continuam ativos os descendentes sírio-libaneses pertencentes às famílias pioneiras: Abdon Nicolau Ázaro, José Tadros, David Tadros, Jorge Daou, Roberto Phelippe Daou, José Daou, Phelippe Daou, Aloísio Daou, Abdul Razac Hauache, Abdon Raman, Isper Abrahim, Jorge Isper Abrahim, Frank Abrahim Lima, Felipe Isper Abrahim, Georgete Abrahim Lima, Mansour Francis Chehuan, Ahmed Muneye, Azize Dibo, Hachimo Muneyme, José Mussa, Rafael Azize Abrahim, Mansour Bichara, Zacarias Bichara,

Mansour Bulbol, João Mussa Chamma, David e José Antônio Tuma, Jorge Haddad, João Mansour Fraiji, Mohamed Sohub Jezine, José Fadul, Jorge Assad Aucar, José Abdala Fadul, Gabriel Seffair, Mamed Ali Assi, Mansour Reston, Maria Mansour, Abrahim Monassa, Calil Abrahim Nadaf, Isaac Abrahão e Mussa Abrahim Nadaf, Hyssa Abrahim, Caram Abrahim, Nasser Abrahim Nasser, Miguel Nasser, Tufic Mourão, Elias Sadala Jorge, Abdon Said Maid, Raimundo e Oswaldo Abdon Said, Salem José, Mário Isaac Abrahão, Gabriel Seffair, Farid Semen, Akel Ayoub Bazi, Abdalla Said Makarem, Aziz Sahdo, João Mansour Fraiji, Abdon Mussa, Akel Nicolau, Mamed Ali Assi, Milton Hatoum (ANTONACCIO, 1996).

Grande parte dos descendentes destas famílias pioneiras, tal como ocorreu com os imigrantes judeus e de outras origens, não continuou os negócios e empresas de seus pais e avós. Muitas das famílias pioneiras e da segunda geração migraram para o sul do país, durante os anos da depressão do ciclo da borracha e também nas décadas dos anos 50 e 60, quando a Segunda Grande Guerra acabou e os norte-americanos abandonaram a Amazônia, após dela se ter utilizado para obter suprimentos dos seringais silvestres reativados. Nesse período, não só os sírio-libaneses, como também descendentes de judeus, portugueses e outros imigrantes buscaram a sua sobrevivência no sul do país.

A comunidade sírio-libanesa se enfraqueceu, numericamente, após esse êxodo e, se perdeu força em número, porém, ganhou em qualidade. Nesse período, outros imigrantes árabes vieram substituí-los, após o período de 1967, com a instalação da Zona Franca de Manaus, formados por novos imigrantes árabes, jordanianos e palestinos. Eles, hoje, se tornaram prósperos, a ponto de comprar o quarteirão inteiro da Rua Marechal Deodoro, com fundos para a av. Eduardo Ribeiro, com limites para as ruas Quintino Bocaiúva e Theodureto Souto, de propriedade de J. G. Araújo. Os prédios foram reconstruídos e passaram a ser ocupados pelas lojas e áreas de comércio desses novos imigrantes, exatamente no coração e no centro das antigas sedes dos barões da borracha, constituídos pelos antigos exportadores e aviadores ingleses, franceses, alemães, portugueses e judeus.

Com a criação da Universidade do Amazonas nos anos sessenta, que veio completar a solitária Faculdade de Direito, que sobreviveu à grande crise do ciclo da borracha, os descendentes brasileiros sírio-libaneses procuraram novas alternativas e opções de classificação econômica, social e política.

A Faculdade de Direito do Amazonas, por se localizar na praça dos Remédios, cujas cercanias eram, no passado, habitadas pelas famílias sírio-libanesas, tornou-se a escola preferida por aqueles jovens que tinham vocação e preferência pela ciência jurídica e política. Tornaram-se, assim, bacharéis, advogados, magistrados, procuradores e promotores. Outros seguiram a carreira política, como a Dr.ª Elizabeth Azize, que se tornou uma destacada deputada estadual, a primeira descendente de sírio-libaneses amazonense a ser eleita para a Câmara dos Deputados no Amazonas, e o Sr. Jorge Kalume, do Acre, o primeiro político acreano de origem sírio-libanesa a ser eleito senador da República.

Com o surgimento de novas faculdades como a de Ciências Econômicas, Medicina, Engenharia e outras, foi se ampliando o leque de opções para outras carreiras liberais, o que permitiu que muitos jovens se tornassem grandes médicos, engenheiros, arquitetos, economistas, contadores e outras profissões liberais. Deixaram o regatão, o mercado e a loja para se tornarem líderes na área de comunicação, construção civil, medicina e magistério universitário. Outros se tornaram jornalistas, artistas e escritores, como Milton Assi Hatoum, de projeção local e nacional, o poeta Jorge Tufic e muitos outros.

Afinal valeu a pena *mourejar* e viver na nova pátria amazônica.

Participação norte-americana

A participação do contingente cultural norte-americano é mais recente e sua presença veio substituir, em parte, o poder e influência declinantes dos europeus. Essa atuação, no entanto, chegou carregada de contingências e preconceitos, prevalecentes em quase todas as regiões ou países em desenvolvimento, ditadas pelo receio e ressentimento com suspeita de que esse novo grupo se transforme na força cultural dominante, no espaço amazônico.

Muitas foram as contribuições aportadas pela cultura e tecnologia norte-americanas. Entre outras, podemos ressaltar, de modo genérico, as seguintes:

1. O empreendimento malogrado de colonização, tentado por famílias sulistas, que após a Guerra de Secessão, sob a direção do major Warren Lansford Hasting, se localizou perto de Santarém. A primeira leva de imigrantes chegou em 1867, com 109 pessoas, chegando a atingir 212 colonos no ano de 1874. Plantaram, com algum sucesso, algodão e cana-de-açúcar, porém o empreendimento foi abandonado. Seus descendentes se mesclaram com os nativos e muitos deles, da velha geração *mocoronga*, ainda recebem pensão de guerra do governo americano;
2. Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no período de 1907 a 1912, entre Porto Velho e Guajará-Mirim, num percurso total de 364 km, resultante do compromisso assumido pelo governo brasileiro com a Bolívia, clausulado no Tratado de Petrópolis de 1903. Após o fracasso do coronel George Church, a construção da ferrovia foi reiniciada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar,

em 1907, que contratou os serviços da firma construtora May, Jekyll & Randolph, que terminou o seu ingente trabalho com o assentamento do último dormente no ponto final em Guajará-Mirim, no dia 30 de abril de 1912. O preço total pago pelo governo brasileiro a Percival Farquhar foi de 62.194:374$366, que ao câmbio médio da libra de 15$044 de 1913 equivale a £ 4.134.164 ou, se atualizado para valor corrente em 1992, £ 204.475.758. Mesmo assim, a Madeira-Mamoré reclamava o pagamento adicional de 96.690:731$612 ou £ 6.427.195 (£ 317.889.097 de valor de 1992), conforme registra Manoel Rodrigues Ferreira no seu livro *A Ferrovia do Diabo* (São Paulo, 1987). Essa diferença jamais foi recebida, tendo Percival Farquhar, por causa do insucesso de seu conglomerado de empresas no Brasil, se arruinado financeiramente. Foram contratados para trabalhar na construção dessa estrada (1907/1912) 21.871 trabalhadores, que assentaram 559.000 dormentes importados da Austrália. Morreram durante a construção 1.552 operários, o que desmente a célebre frase de que "cada dormente representa uma vida humana" (RODRIGUES, Manuel R., 1987: 299). Percival Farquhar foi um dos grandes empreendedores e investidores na Amazônia, durante o ciclo da borracha, tendo participado ou adquirido outras importantes empresas como a Port of Pará (porto de Belém), e a The Amazon River Steam Navigation Co. (1911) Ltd. (navegação fluvial com 47 vapores deslocando 16.440 toneladas e empregando 1.569 tripulantes e funcionários);

3 A experiência pioneira agrícola, no campo da heveicultura, realizada pela Companhia Ford, a partir de 1927, em Fordlândia e depois em Belterra, no rio Tapajós, que, a despeito do investimento superior a dez milhões de dólares, terminou em fracasso, resultante da praga da *Dothidela ulei* (mal-das-folhas) e do desinteresse da própria empresa que a entregou ao governo brasileiro, em 1944, por um preço simbólico de cinco mil contos. O governo brasileiro recebeu um valioso patrimônio e infraestrutura de hospi-

tais, serrarias, hotéis, estradas, portos, residências e grandes plantações improdutivas, que ficaram abandonadas no meio do mato e que agora foram transferidas para o Governo do Estado do Pará;

4 As obras de saneamento básico por intermédio da Fundação Rockfeller e, posteriormente, em associação com o governo brasileiro, por meio do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp). Durante o período de sua atuação, essas duas instituições realizaram importantes trabalhos no campo da medicina preventiva e de saúde pública;

5 O esforço e mobilização de guerra para a reativação da economia extrativa da borracha silvestre, resultante dos Acordos de Washington de 1942, dos quais resultou a famosa Batalha da Borracha e a criação da Rubber Reserve Co., posteriormente substituída pela Rubber Development Corp. (RDC), cuja finalidade era a de dar apoio logístico para a reativação dos seringais silvestres, transporte da borracha e abastecimento. Esse acordo promoveu a mobilização de grandes contingentes de novos migrantes nordestinos e de outros Estados em direção aos seringais, o que provocou um breve período de euforia, seguida de frustração, ao se retirarem após o término da guerra de 1945;

6 A criação do Banco de Crédito da Borracha, em 1942, com a finalidade de incentivar a produção da borracha e realizar o monopólio das operações finais de compra e venda do produto, que contou inicialmente com uma participação do governo norte-americano de 40% no seu capital acionário, que depois foi vendido ao governo brasileiro. As políticas desse Banco e da RDC desestruturaram o setor tradicional e de aviamentos na região, bem como a cadeia produtiva do extrativismo regional, deixando o interior em grande parte vazio e provocando um enorme êxodo rural. Somente agora, lentamente, a economia amazônica vem se recompondo pela mineração e pela industrialização;

7 A participação minoritária no complexo minerador de manganês do Amapá, pela Associação de Bethlehem Steel

Corporation com a Icomi do grupo Azevedo Antunes, do qual resultou o primeiro grande projeto de mineração na Amazônia, e o complexo mina-estrada-porto, representados pela Serra do Navio, Estrada de Ferro e Porto de Santana, associação essa depois desfeita com a venda da participação acionária do capital norte-americano ao grupo Azevedo Antunes;

8 O empreendimento do grupo Daniel Ludwig no rio Jari, no Pará, o primeiro grande projeto integrado agropecuário-florestal e industrial, abrangendo a silvicultura com o cultivo da *Gmelinea arborea*, cultivo do arroz em São Raimundo, fábrica de celulose em Monte Dourado, mineração de caulim e criação de búfalos, depois vendida ao grupo Azevedo Antunes, Banco do Brasil e mais dezoito outros grupos empresariais brasileiros, após uma década tormentosa e polêmica;

9 A associação da Companhia Vale do Rio Doce, com a Alcan, Alcoa e outras mineradoras estrangeiras, para a instalação do complexo minerador de bauxita da Mineração Rio do Norte, no rio Trombetas, perto de Oriximiná;

10 A associação da Shell-Billington com a Alcoa, para a produção de alumina e alumínio metálico no consórcio da Alumar, com sede em São Luís do Maranhão;

11 A contribuição científica e tecnológica, pelos grandes inventos como o uso do radar para fotografia a grande altura e do lançamento de satélites no espaço, para obtenção de imagens da superficie da terra, cobertura florestal e descobrimento de recursos naturais, que resultou na criação do Projeto Radam Brasil, do Landsat e Sivam, que contribuíram para melhor conhecer e inventariar a Amazônia e outras regiões brasileiras.

Parceria dos italianos

Considerável foi a imigração italiana para o Brasil, no decênio 1904/1913, com a entrada de 196.521 trabalhadores. Antes, no período de 1884 a 1903, o total de imigrantes italianos entrados no Brasil alcançou o recorde de 1.048.317. Essa grande diáspora italiana, talvez uma das maiores já registradas na história de migrações humanas no século XIX, dirigiu-se em sua grande maioria para trabalhar nas fazendas de café de São Paulo, em regime de colonato, em substituição à mão-de-obra escrava libertada desde 1888. Maior do que ela somente o êxodo italiano, ocorrido também nesse período, para os Estados Unidos e Argentina.

O total das entradas de italianos registrados nas estatísticas do IBGE, de 1884 a 1939, totaliza assim 1.412.263, seguidos de 1.204.394 portugueses, 581.718 espanhóis, 185.799 japoneses, 170.645 alemães, 108.121 russos, além de 495.777 imigrantes de outras nacionalidades, o que perfaz um total de 4.158.717 imigrantes chegados ao Brasil no período de 1884/1939. Esse grande êxodo de população europeia que se veio fixar, sobretudo, no sul do Brasil, foi a principal responsável pelo surto de desenvolvimento agrícola, industrial e comercial nesses Estados. Grande parte dos atuais empresários, políticos, intelectuais, professores, cientistas, artistas, profissionais liberais, líderes sindicais e trabalhadores traz hoje, nos seus sobrenomes, os patronímicos desses ancestrais imigrantes.

Na Amazônia, a grande parte dos imigrantes europeus era portugueses e espanhóis, seguidos de judeus-franceses e marroquinos de origem ibérica e sírio-libaneses. Os de procedência italiana eram pouco numerosos, mas, mesmo assim, tiveram um papel importante no povoamento da região e na formação da classe empresarial local.

Referências históricas, no entanto, registram a participação do grupo em muitos segmentos da vida amazônica, já nos fins do século passado. Esses registros mencionam autores italianos e de obras de arte realizadas como as dos pintores Domenico de Angelis e Giovani Capranesi, que pintaram o salão nobre do Teatro Amazonas, o teto do Salão do Teatro da Paz e da Igreja da Sé em Belém; o arquiteto bolonhês Antonio Landi, autor do projeto do Palácio Lauro Sodré, Palácio Antônio Lemos e outros edifícios em Belém; o dono do Hotel Cassina – Andrea Cassina; o comerciante Pusinelli, o sócio da firma Prussi, Pusinelli & Cia., a maior firma exportadora de Manaus no ano de 1897; o empresário G. Fradelizi, grande comerciante e exportador de cacau de Belém e Itacoatiara, nos anos de 1910/1916. Outra grande contribuição italiana à cidade de Manaus e à Amazônia foi a da companhia de navegação La Ligure Brasiliana, presidida pelo deputado italiano Gustavo Gavotti, que inaugurou, em 1897, a linha Gênova–Manaus, com escalas em Marselha, Barcelona, Tânger (Marrocos), Lisboa, Madeira, Belém, Santarém e Óbidos.

Essa linha recebia subvenção anual de Rs. 200:000$000 (duzentos contos) do Governo do Estado do Amazonas, para pôr Manaus em comunicação direta com a bacia do Mediterrâneo, a fim de diversificar o comércio exterior de borracha, cujo transporte era monopolizado pelas praças de New York, Liverpool, Havre e Hamburg. Essa subvenção de 200 contos anuais equivalia à época 6.432 libras esterlinas, correspondente a 329.913 libras esterlinas/ano corrigidas para 1992 (cerca de US$ 495.000 em moeda americana hoje).

Essa empresa italiana de navegação, ao abrir nova alternativa para o intercâmbio amazônico, muito contribuía, também, para trazer passageiros e imigrantes de toda a bacia do Mediterrâneo: italianos da Sicília, Gênova e Potenza; gregos de Creta, Rodes e Atenas; sírios e libaneses de Beirute e Damasco; espanhóis de Barcelona e Madri; portugueses de Lisboa e Madeira; judeus de Tânger, Tetuan e Rabat, e de outras nacionalidades e etnias. A Ligure passou, assim, a concorrer com as outras empresas de longo curso, como a Boot Steamship Co., Red Cross Line e Hamburg Amerika Line, no trajeto Lisboa–Belém–Manaus, e a realizar sozinha a linha marítima entre os portos amazônicos e os do Mar Mediterrâneo.

Outra grande contribuição italiana ao povoamento e ocupação da Amazônia foi a dos padres e missionários italianos de diversas ordens católicas, que vieram dirigir as paróquias, igrejas, missões religiosas, instituições de ensino e caridade, tanto em Manaus e Belém quanto no interior. Apesar das críticas dos antropólogos pela sua ação evangelizadora que contribuiu para destribalizar e destruir as malocas indígenas e iniciar o processo de desintegração de suas culturas e perdas de suas identidades e valores ancestrais, esses missionários realizaram importante trabalho, sobretudo nos educandários e missões do alto rio Negro.

Em Manaus, as paróquias de São Sebastião (frei capuchinho Fulgêncio Monacelli) e Nossa Senhora de Nazaré (Vila Municipal) sempre foram centros de sua atuação e vivência regional, bem como o tradicional Colégio Dom Bosco, da ordem salesiana. Missões de caridade italianas, também, estiveram presentes no atendimento a doentes na Santa Casa de Misericórdia, Hospital Beneficente Portuguesa, Patronato Santa Teresinha, Instituto Benjamin Constant, ao lado de missionários portugueses e de outras nacionalidades, bem como nas missões salesianas de Barcelos e alto rio Negro.

Em Belém, os italianos tiveram atenção destacada na arquitetura da Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, Mercado Municipal de São Braz, Museu Comercial, Escola de Química, Palácio Lauro Sodré, pintura do Teatro da Paz e outros edifícios trabalhados por engenheiros, arquitetos e pintores italianos. Na educação, destaca-se a sua atuação no Colégio Santa Catarina, Instituto Gentil Bittencourt, Escola Rural dos Padres Barnabite e Capuchinhos e no Colégio Salesiano Dom Bosco. No campo social, a Societa Italiana di Beneficenza, Unione Italiana di Mutuo Socorro, e na assistência dos padres italianos aos tuberculosos do Hospital São Sebastião, Leprosário de Tocunduba e no Hospício da cidade de Belém do Pará.

Muitos dos italianos para aqui imigraram, vindos diretamente de seu país ou via São Paulo. Outros, primeiro foram se aventurar e trabalhar no interior paulista e mineiro, antes de se estabelecerem em Manaus, Maués, Parintins, Oriximiná, Faro, Óbidos, Santarém e Belém. Muitos eram de origem humilde, porém, quase sempre possuíam habilidades e ofícios aprendidos em

seu país: sapateiros, ferreiros, pedreiros, marceneiros, carpinteiros, mecânicos, agricultores e aqui chegaram a exercer essas profissões na construção de prédios, casas e edifícios públicos. Outros, mais humildes ainda, mas que tinham muita força e músculo, exerciam as funções de carregadores que faziam as mudanças dos móveis das novas famílias das cidades, inclusive carregando, às costas, segundo o folclore e a lenda locais, os famosos pianos para a admiração do povo das ruas de Manaus, pela sua habilidade e esforço.

Como empresários, continuando os ofícios que haviam aprendido em seu país, os italianos tinham grande preferência por estabelecimentos de venda de sapato, ourivesaria e oficinas mecânicas. Muitas das importantes famílias de descendência italiana, hoje representadas por respeitados amazônidas de grande projeção na sociedade e economia locais, tiveram o seu começo de vida com essas profissões e do exercício dessas atividades comerciais. À medida que esses empresários foram prosperando, tiveram a preocupação de bem educar os seus filhos e dar-lhes boa formação moral e profissional.

Muitos italianos e seus descendentes imigraram, no princípio e nas primeiras décadas deste século, para pequenas cidades do interior da Amazônia. A maior parte deles se tornou empresários e líderes de suas comunidades, como os Magaldi, Magnani, Desideri, Faraco, Filizola, Cardelli, em Maués; Iannuzzi, Rossi, Alagio, em Parintins; Mileo, Calderaro, Balbi, Ferraioli, Marturano, Reale, em Oriximiná, Faro e Óbidos. A mais numerosa colônia de italianos no interior continua sendo a de Oriximiná, onde ainda existem cerca de 10 famílias que ainda portam o nome de seus ascendentes. Essas famílias de *espoca-bodes* italianos – apelido dado aos oriximinaenses em geral – constituem os elementos dominantes na sociedade local, como proprietários da maioria dos estabelecimentos comerciais, profissionais liberais e políticos.

Em Belém e Manaus, a comunidade italiana e seus descendentes era bastante numerosa, como atestam as famílias Roberti, Pelosi, Biondi, Santoro, Franco de Sá, Celani, Massullo, Russo, Cantisani, Arone, Limongi, Orofino, Conte, Dignataro, Canobbio, Figliuolo, Demasi, Montemurro, Calderaro, quase todos provenientes da re-

gião montanhosa de minifúndios da região do Mezzo Giorno da Província de Potenza, conforme relação anexa.

Ao subirem de *status* econômico e social, os italianos e os *oriundi* passaram a se projetar no comércio e na indústria, no campo das profissões liberais, como ilustres médicos, advogados, juízes, desembargadores, engenheiros, construtores, políticos, executivos, professores, intelectuais, artistas e jornalistas. Neste último segmento é de se destacar dois filhos de italianos que construíram com o seu esforço, tenacidade, competência e duro labor as duas maiores redes de comunicação da Amazônia, abrangendo jornais, gráficas, estações de rádio e televisão: Umberto Calderaro Filho, em Manaus (Grupo A Crítica) e Rômulo Maiorana, em Belém (Grupo O Liberal).

A seguir, para fixar a memória dessas famílias ítalo-amazônicas, passo a enumerá-las pelos sobrenomes que vieram a fazer parceria com o amplo espectro cultural e étnico da sociedade amazônica:

Antonaccio	Arbino	Arone	Assanti
Balbi	Bertolini	Biaggi	Bianco
Biasi	Biondi	Bogio	Briglia
Calderaro	Camarlinghi	Canobio	Cantisani
Capranesi	Cardelli	Carminé	Cassina
Celani	Celiberti	Cerqua	Cinque
Conte	Cremonesi	De Angelis	Deaderi
Demasi	Desideri	Di Gregório	Dinelli
Donizetti	Falabela	Falcone	Falermo
Falesi	Fanalli	Faraco	Ferraioli
Ferrante	Ferrari	Figliuolo	Filizola
Florenzano	Folhadela	Fradelizzi	Franco
Frignani	Genarino	Genaro	Gioia
Giordano	Girardi	Grisolia	Iannuzzi
Iudice	Landi	Libonati	Limongi
Magaldi	Magali	Magnani	Marturano
Massullo	Megale	Meneghini	Mileo
Monacelli	Montefusco	Montemurro	Novelino
Nunziata	Oliva	Orofino	Orsini
Pagani	Parente	Pascarelli	Paternostro
Paulino	Pelosi	Perroni	Peruollo
Petrucelli	Piccinini	Pignattaro	Pomo
Prince	Príncipe	Reale	Rizzato
Roberti (Cesare)	Romano	Rosseti	Rossi
Russo	Santoro	Sarubi	Savino
Speranza	Stradelli	Strelli	Talhari
Tancredi	Tino	Tommaso	Tribuzzi
Tundes	Valinato	Verbicaro	Veronesi
Vita	Vulcani		

Os italianos nos legaram exemplos de trabalho, persistência, amor ao trabalho e à família. Eles não foram grandes apenas na pintura, na música e nas artes. Dentro da família italiana, as mães se encarregavam de *engordar* os seus maridos, filhos, preparando delícias de sua saborosa culinária: macarrão, talharim, fetutine, espagueti, raviolli, cannelloni, lasanha, nhoque, rondeli, tortelloni, manicoti, cavatelli, frittelle, panzerotti, crostata, tigelle, borlenghi, focaccia e as famosas pizzas de mussarela e de tantos outros sabores. As *pastas* italianas, por serem um prato barato, muito ajudaram a matar a fome do povo pobre e, por serem gostosas, a saciarem a gula dos *oriundi* e *não-oriundi*.

Empresários e estabelecimentos comerciais de italianos e descendentes na Amazônia (durante o ciclo da borracha e nos anos da crise)

No início do século XX e na década dos anos 10 e 30, numerosos italianos chegaram à Amazônia. A grande maioria provinha da região empobrecida do Mezzo Giorno, sul da Itália e Sicília. Um grande contingente veio de San Constantino di Rivello, da Província de Potenza e se estabeleceram no baixo Amazonas, em Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Abaeté, Santarém, Juriti, Terra Santa, Faro, Urucurituba, Parintins e Maués. Outros imigrantes se dirigiram para Belém e Manaus, onde estabeleceram as suas casas e estabelecimentos comerciais, sobretudo no ramo de ourivesaria, marmoraria, alfaiataria, funilaria, sapataria, mercearia, padaria, bar, bazar, fotografia, construção civil e outros ramos e segmentos de comércio e indústria.

Registrar a memória desses estabelecimentos e famílias é importante porque eles fazem parte da nossa história, quer pela participação que tiveram como profissionais e artesãos, provendo serviços para a população como pelo fato de haverem constituído numerosas famílias que, nas décadas subsequentes, iriam se tornar, por meio dos seus filhos, eminentes profissionais de todas as áreas, executivos, políticos e empresários.

Os descendentes de italianos se encontram ainda hoje vivendo e trabalhando nas cidades do baixo Amazonas, como Óbidos, Alenquer, Oriximiná, Faro, Terra Santa, Santarém, Juriti, Parintins, Maués, além de Belém e Manaus, que tiveram maiores contingentes de descendentes de italianos, em função da mais recente migração de paulistas, gaúchos e sulistas *oriundi*.

Uma publicação de 1932 do governo italiano, intitulada *Gli Italiani nel Nord del Brasile* (ALIPRANDI, 1932), registra a maioria desses estabelecimentos comerciais que vão a seguir mencionados:

1. Cidade de Belém – Pará

Empresários e Proprietários	Nome Estabelecimento	Ramo	Endereço	Ano Fundação
Rodolfo Camarlinghi				
Giuseppe Miléo Primo	Casa Camarlinghi	Bebidas e vinagre	Rua 13 de Maio, 56	1900
Giovani e Paolo Miléo				
Gaetano Verbicaro	Mercearia Vesúvio	Estivas	Av. 15 de Agosto	1895
...	Boni & Grandi	Exportadores	Caixa Postal 657	...
Francisco Falesi				
Giuseppe de Tommaso	Casa Falesi	Alfaiataria	Rua João Alfredo, 106	1899
Domenico Falesi				
Antonio Vita	Antonio Vita & Cia.	Construtores	Trav. 9 de Janeiro, 33	1927
Nicolau Conte	Nicolau Conte & Cia.	Fábrica de Calçados Boa-Fama	João Alfredo, 67 – Belém Sete de Setembro, 83 – Manaus	
Francesco, Luigi, Pasqualli e Eugenio Cerbino	Francesco Cerbino	Fábrica de Calçados	Rua Paes de Carvalho, 53	1900
Carmine Nunziata	Casa Nuziata	Joalheria/Ourivesaria	Rua 13 de Maio, 98	
Fernando del Pomo	Sapataria Club Remo	Sapataria /Art. Esportes	Av. 5 de Agosto, 50	1918
Giovanni Grisolia	Sapataria Sport	Sapataria	Av. 5 de Agosto,74	1912
Giuseppe Franco	Sapataria Soberana	Sapataria	Rua 28 de Setembro, 158	1922
Francesco Libonati	Fab. Calçados Libonati	Calçados	Trav.São Mateus,110	1924
Pasquale Stretti	Pasquale Stretti	Comestíveis	Trav. do Curro, 42	...
Nicola Ciliberti	Alfaiataria Ciliberti	Alfaiataria	Rua João Alfredo, 19	1927

2. Cidade de Óbidos – PA (Quase todos oriundos de San Constantino di Rivello, Basilicata (Potenza)

Pasquale Savino	Casa-Ítalo-Brasileira	Gêneros Regionais	Rua Siqueira Campos, 24	1911
Silvestro Savino	A Formosa Obidense	Tecidos, calçados e gêneros regionais	Av. da Revolução	1920
Nicola e Giuseppe Filizzola	Casa Caporal, de Nicola Filizzola & Fratello	Estivas, tecidos, empórios e fazenda de gado em Juriti	Óbidos e Juruti	1919
Giovanni e Bernardino Priante	La Rinascente	Estivas, tecidos, ferragens e gêneros regionais	Óbidos Rua Rodrigues dos Santos, 11	1921 1929

Vicenzo Rossi Manfredo Pirrogelli	Casa Santa Maria Rossi & Pirrongelli	Calçados e tecidos		
Giuseppe Miléo (cônsul italiano em Óbidos)	Padaria A Tentadora	Padaria	Via Siqueira Campos, 12	1931
Nicola Calderaro	Nicola Calderaro	Tecidos, ferragens, calçados	Via Siqueira Campos, 16	1921
Gaetano Calderaro d'Alessandro e Giovanni Miléo	Calderaro, Miléo & Cia.	Estivas, tecidos e agentes do Banco do Brasil, Ultramarino, Moreira Gomes e Standard Oil	Rua Dr. Machado, 2	1905
Giovani Miléo Giovani Megale Pietro Miléo	Braz Miléo & Irmãos	Casa Comercial São Pedro e Fazenda Santa Maria	São Pedro – Óbidos	1908
Nicola Judice Vincenzo Florenzano	Nicola & Florenzano	Comerciante, aviador, exportador	São Sebastião – Óbidos	1904

3. Cidade de Oriximiná – PA

Giuseppe Calderaro	Giuseppe Calderaro	Padaria, tecidos, diversos e fazenda de gado	Oriximiná	1912
Biagio Nicola Miléo Biagio Miléo Pietro Oliva Giuseppe Miléo	Casa Confiança Braz Miléo & Cia.	Produtos regionais	Oriximiná	1903

4. Cidade de Alenquer – PA

Vallinato	A. Vallinato & Cia.	Importadores – exportadores gêneros regionais, agentes do Banco do Brasil e Ultramarino	Alenquer	1898

5. Cidade de Abaeté – PA

Nicola Maria Parente Garibaldi Parente	Casa Italiana Garibaldi Parente & Cia.	Fábrica de óleos vegetais, sabão Abaeté	1911

6. Cidade de Santarém – PA

J. B. Miléo (sucessores de Miléo & Calderaro) Giovani B. Miléo Vicenso Calderaro (natural de San Constantino di Rivello)	J. B. Miléo & Cia.	Exportação, importação, empório, fazendas de gado, fábrica de beneficiamento de algodão. Proprietários também da Casa Ouvidor Farmácias D. Velloso & Cia.	1888
Vincenzo Miléo Maria Calderaro Miléo	Miléo & Calderaro	Importação e exportação	1930

7. Cidade de Juruti – PA

Giuseppe Calderaro Giácomo Ricciardi Antonio Calderaro Tullio Calderaro (todos nascidos em San Constantino di Rivello, Província de Potenza)	Calderaro & Cia. "Casa Recreio"	Fazendas de gado, recreio, Santa Rosa, São Jorge e Província Navegação: Vapor Recreio agentes da Standard Oil	1900
Giuseppe Tancredi Giovanni Tancredi Domenico Guaglianone (casado com Maria Rosa Calderaro, de San Constantino di Rivello, Potenza, com quem teve 4 filhos: Nevio, Attilio, Antonio e Lidia)	Tancredi & Guaglianone	Fazendas de gado Santa Lúcia e Paciência	1900 1912

8. Cidade de Terra Santa – PA

Biagio Nicola Paternostro	Biagio Paternostro	Empório, importadores, gêneros regionais e fazendas de gado		1900

9. Cidade de Faro – PA

Biagio Magaldi (de San Constantino di Rivello)	Fazenda Amizade	Importação, exportação, pecuária		1899
Domenico Miléo (de San Constantino di Rivello)				
Biagio Nicola Filizzola	Fazenda Caquinho	Pecuária		1903
Nicola Balbi	Sítio Nuova Itália	Criação – agricultura		1903
Nicolau Paulino (da Calábria)	Fazenda Caquinho	Pecuária – agricultura		

10. Cidade de Manaus – AM

Giulio Cesare Roberti (de Castellucio Inferiore – Potenza) - vice-cônsul da Itália em Manaus	Roberti & Pelosi	Ourivesaria, relojoaria, ótica	Av. Sete de Setembro, 64	1900
Vincenzo Pelosi (de Castellucio Inferiore – Potenza)		Proprietário da fábrica de sacos p/embalagem	Rua Lobo d'Almada, 62	...
Angelo Biondi (de Vicenza)	Alfaiataria Internacional	Alfaiataria, confecções	Rua Juarez Távora, 70	1926
Attilio Santoro (de Nápoles)	Bazar Allemão, de Santoro, Sá & Cia.	Estúdio fotográfico e artigos de foto, pintura e música	Av. Eduardo Ribeiro,15	...
Arthur Autran Franco de Sá (amazonense)				
Raffaele Celani (de Castellucio Inferiore – Potenza	Funilaria Raphael	Funilaria, calhas, latas, tijelinhas, baldes e serviços de água e esgoto	Rua Quintino Bocaiúva, 15	

Michele Massullo (de Casalbuono – Salermo) Carlo Vitale (de Latronico – Potenza)	M. Massullo & Cia.	Proprietário dos bares: Bar Americano Bar Leão de Prata Bar Leão de Ouro	Av. Eduardo Ribeiro, 1 Rua da Indústria, 24 Av. Eduardo Ribeiro, 9 esquina da Rua Henrique Martins	1902 1917
Giuseppe Russo (de Rotonda – Potenza) nascido em 1885, casado com Teresa Lauria Russo Domenico Russo (de Rotonda – Potenza) nascido em 1910 e casado com Denea Melo Russo		Sapataria	Rua José Clemente, 2	1913
Giuseppe Cantisani (de Castellucio Inferiore – Potenza), 1889	Oficina de Ourivesaria	Joalheria, relojoaria	Rua Marechal Deodoro, 52	1921
Giuseppe Aronne (de Laino Bruzio – Cosenza), 1885 Michele Gazzineo (de Trecchina – Potenza)	Sapataria Arone de Arone & Cia.	Sapataria	Av. Sete de Setembro, 111	1903
Vicenzo Limongi (nascido em 1895 em Maratea – Potenza, chegou ao Brasil em 1910 e em Manaus em 1923)	Sapataria Modelo Calzoleria	Sapataria	Av. Sete de Setembro, 63	1923
Francesco Celani (nascido em 1890 em Castellucio Inferiore e chegou ao Brasil em 1920)	Funilaria Italiana	Lattoneria – calhas, latas, baldes, tijelas, serviços de água e esgoto	Av. Eduardo Ribeiro, 57	1900
Giovanni Orofino (nasceu em 1885 em Castellucio Superiore – Potenza)	Marmoraria A Reformadora	Artigos de mármore, piso, sepulturas e móveis	Rua da Instalação, 34 Rua Lobo d'Almada, 31	1913
Domenico Conte (nasceu em 1891 em Castellucio Inferiore – Potenza e chegou ao Brasil em 1907) Nicola Pignattaro (da mesma cidade acima)	Sapataria Boa Fama, de Conte & Cia.	Sapatos e sandálias	Rua Marechal Deodoro, 8 Av. Sete de Setembro, 83	1907

Nicola Conte (Belém/Manaus)	Nicola Conte & Cia.	Ourivesaria	Av. Eduardo Ribeiro, 40	1914
Luigi Canobbio (nasceu em Milão em 1868) Maddalena Pagani Canobbio	Ouriversaria	Ouro, relógios, jóias		
Pascoale Figliuolo (nasceu em Laeno Bruno – Calabri, imigrou para o Brasil em 1900)	Fábrica Veado Branco	Tamancos e calçados	Rua Guilherme Moreira, esquina da Rua Theodureto Souto	1940
Domenico Demasi, de Castellucio (Potenza)	Alfaiataria Demasi	Confecções	Rua Henrique Martins	
Nicolau Montemurro, de Montezano, nascido em 1906	Sapataria Moderna	Calçados	Rua da Instalação, 108	1906
Umberto Calderaro (genitor de Umberto Calderaro Filho), de San Constatino – Potenza	Comerciário	Juntamente com o seu filho foi co-fundador da empresa de comunicação Umberto Calderaro em 1951		
Gaetano Antonaccio, da Calábria, casado com Giusephina Antonaccio (avô do escritor Gaitano Laertes Pereira Antonaccio	Cortume Universal	Curtição de couros de jacaré, cobra e boi	Rua dos Barés, ao lado da Farmácia Lemos	1910

11. Cidade de Urucurituba – AM

Vincenzo Cinque (de Sapri – Salerno), 1879 Nicola de Benedetto (de Sapri- – Salerno), 1879, vieram dos Estados Unidos, depois Venezuela, São Paulo e se fixaram em Urucurituba em 1906	V. Cinque & Cia.	Comércio geral, importação		1906
F. Saverio Tundes (nasceu em 1883 em San Constantino di Rivello – Potenza), emigrou para	S. Tundes	Comércio em geral, exportadores produtos regionais		1906

o Rio Grande do Sul em 1879, depois São Paulo e finalmente Urucurituba em 1906			

12. Cidade de Maués – AM

Giuseppe Faraco (nasceu em 1874 1874 em Acquafredda – Potenza e chegou ao Brasil e Maués em 1909) Biagio Faraco (filho) (nasceu em 1899 em Acquafredda – Potenza. Ambos foram responsáveis pela imigração da maioria dos italianos para Maués	José Faraco & Cia.	Comércio em geral, compra e venda de guaraná e produtos regionais	1909
Pietro Cardelli Desideri (nasceu em 1884 em Pescia-Pistoia e veio e veio ao Brasil em 1890 e a Maués em 1908)	Pedro Cardelli	Guaraná em grãos e bastões Produtos regionais	1908
Francisco Antonio Magaldi (nasceu em São Pedro do Miquiri – Mar de Espanha em Minas Gerais, filho de Paolo Magaldi, de Acquafredda- – Potenza, e Maria Rugeri, da Sicília. Vieram para Óbidos em 1925, depois voltaram para Mato Grosso e São Paulo e finalmente Maués por volta de 1925. Foi casado com dona Clara Desideri Magaldi e pai dos empresários Zanoni e Clarencio Magaldi.	F. A Magaldi & Cia. Ltda. Usina Laguinho Ltda.	Gêneros regionais, guaraná, usina de destilação de pau-rosa e supermercado	1925 1940
Zanoni Magaldi (brasileiro	Magaldi – Agro-Com.	Usina destilação de	1963

oriundi)	Ind. Ltda.	pau-rosa, guaraná, produtos regionais	
Clarencio Magaldi (brasileiro *oriundi*)	Supermercado Amigão Ltda.		
Placido Dinelli (brasileiro *oriundi*) Otavio Dinelli (brasileiro *oriundi*)	Dinelli & Irmão – Estabelecido em Massauari, interior do município de Maués		1930 (?)
Henrique Magnani (de Luca – Itália, inventor da máquina de pelar guaraná)	Usina Laguinho (sócio de Francisco Magaldi)		1925 (?)
Salvador Perroni		Comerciante interior	1925 (?)
Nicolau Filizzola		Comerciante de guaraná	1925 (?)

13. Cidade de Parintins – AM

Alberto Iannuzzi, nascido em Silves Mari Carmela Iannuzzi		Usina de pau-rosa em Parintins e Maués	1940
Francisco Iannuzzi	Agricom – Amazônia Agro. Ind. Com. Nav. Ltda.	Usina de pau-rosa em Juriti, Nhamundá, Jatapu	1960
Antonio Iannuzzi	Êxito – Com. Ind. Nav. Ltda.	Serraria e madeireira	
Mario Rossi Renato Rossi	Vale Amazon – Ind. Com. Essências Ltda.	Usina de pau-rosa	1970
Carlos A Filizzola		Comerciante	1970

Os ítalo-brasileiros na Amazônia têm, portanto, uma história e um passado de muito trabalho e esforço no processo de povoamento, desenvolvimento e formação da sociedade amazônica. E um orgulho de partencer tanto à sociedade brasileira como também à de seus antigos antepassados como está escrito no *Anuário Aligrandi e Martini*, 1932:

> *I descendenti dell'antica Roma, qui como altrove, in ongni Paese dell'estero, oggi come ieri, domani come sempre, sono, furono e saranno degni della grande Patria, lontana ma sempre presente.*

A Itália está dividida nas seguintes 18 regiões:

Marcas	Basilicata	Sicília
Veneza Julia	Abruzzos	Liguria
Veneza Tridentina	Calabria	Lombardia
Piemonte	Umbria	Veneto
Lazio	Puglie	Toscana
Campania	Sardenha	Emilia

A maioria dos italianos que vieram para a Amazônia era oriunda da Província de Potenza, no cinturão de pobreza do Mezzo Giorno italiano, uma região montanhosa e de minifúndios.

Para melhor nos situarmos e conhecermos a Província de Potenza transcrevemos no quadro seguinte os nomes das vilas e comunidades e respectivas altitudes sobre o nível do mar, superfície e população existente em 1930. Esta informação devemos à cooperação do professor doutor José Russo, diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas:

PROVÍNCIA DE POTENZA – SUPERFÍCIE = 6.545,49 km²
POPULAÇÃO RESIDENTE EM 1930 = 423.903 HABITANTES

Comunidade	Altitude	Comunidade	Altitude
Abriola	957	Acerenza	831
Albano di Lucania	899	Anzi	1.006
Armento	710	Atella	500

Avigliano	917	Balvano	425
Banzi	568	Baragiano	624
Barile	600	Bella	662
Brienza	706	Bridisi di Montagna	877
Calvello	714	Calvera	600
Campomaggiore	795	Cancellara	680
Carbone	681	Castelgrande	926
Castellucio Inferiore	479	Castellucio Superiore	750
Castelmezzano	890	Castelsaraceno	916
Castronuovo S. Andrea	650	Cersosimo	548
Chiaromonte	794	Corleto Perticara	757
Episcopia	521	Fardella	756
Filiano	597	Forenza	836
Francavilla in Sinni	421	Gallicchio	731
Genzano di Lucania	587	Ginestra	554
Grumento Nova	762	Guardia Perticara	722
Lagonegro	693	Latronico	883
Laurenzana	850	Lauria	430
Lavello	300	Maratea	311
Marsico Nuovo	780	Marsico Vetere	1.037
Maschito	606	Melfi	532
Missanello	604	Moliterno	879
Montemilone	320	Montemurro	723
Muro Lucano	600	Nemoli	421
Noepoli	676	Oppido Lucano	670
Palazzo San Gervasio	485	Pescopagano	954
Picerno	720	Pietragalla	837
Pietrapertosa	1.088	Pignola	926
Potenza	819	Rapolla	439
Rapone	838	Rionero in Vúlture	656
Ripacandida	621	Rivello	479
Roccanova	648	Rotonda	559
Ruoti	751	Ruvo del Monte	658
San Chirico Nuovo	745	San Chirico Raparo	780
San Constantino Albanese	650	San Fele	872
San Marino d'Agri	673	San Paolo Albanese	848
San Severino Lucano	877	Sant'Angelo le Fratte	548
Sant'Arcangelo	388	Sarconi	636
Sasso di Castalda	949	Satriano di Lucania	653
Savoia di Lucania	720	Senise	335
Spinoso	649	Teana	808
Terranova di Pollino	926	Tito	632
Tolve	568	Tramutola	650
Trecchina	500	Trivigno	735
Vaglio Basilicata	954	Venosa	415
Vietri di Potenza	405	Vigglianello	549
Viggiano	975		

Japoneses no agro e na indústria

A colonização japonesa na Amazônia iniciou-se pelo Pará, em 1928, quando foi fundada a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. e assinado um contrato com o governo desse Estado, que doou 600 mil hectares no município de Acará, 400 mil no município de Monte Alegre e mais três áreas de 10 mil hectares, cada uma, em Marabá, Bragança e Conceição do Araguaia.

Os primeiros imigrantes, constituídos de 43 famílias, chegaram a Tomé-Açu, município de Acará, que se elevaram para 362 famílias em fins de 1929. Iniciando com plantações de hortaliças, passaram depois a se dedicar à plantação de pimenta-do-reino, cujas sementes trazidas de Singapura pelo Sr. Makinosuka Usui, foram aclimatadas em Tomé-Açu, com a ajuda de Enji Saito e Tomu Kato. Em 1949, cessada a Segunda Grande Guerra, quando sofreram grandes constrangimentos, fundaram a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, que se desenvolveu rapidamente, graças à expansão das plantações de pimenta-do-reino e do cultivo do mamão havaiano, melão, abacaxi, maracujá, limão taitiano, acerola, cupuaçu, dendê, hortaliças e avicultura. A pimenta-do-reino tornou-se a mais importante cultura agrícola na região, com área plantada de 36.797 hectares em 1992. A exportação pelo porto de Belém alcançou, em 1996, 20.732 toneladas, no valor de US$ 48.047.873.

No Amazonas, a colonização japonesa foi planejada em 1929, quando o Dr. Tsukasa Uetsuka organizou um grupo de pesquisadores que fundaram uma escola de colonização no Japão, destinada a selecionar e treinar imigrantes. Em 1930 foi fundada a Vila Amazônia, numa área de 10.000 hectares, no município de Parintins, onde ficou sediado o Instituto da Amazônia, que iniciou experiências de diversas culturas tropicais. Em 1931 chegaram em Vila Amazônia os

primeiros 47 jovens *kotakusseis*, seguidos de outro grupo de 60 imigrantes no ano seguinte. Esses primeiros imigrantes foram orientados por Kotaro Tsuji, secretário da Escola de Colonização, que desde o início vinha estudando a viabilidade do cultivo da juta. Em 1933 chegaram as primeiras sementes de juta, enviadas da Índia e que foram plantadas sem sucesso. No ano de 1934, porém, o Sr. Ryoto Oyama conseguiu, na sua propriedade da Ilha Formosa, em Andirá, que duas plantas sobrevivessem e florescessem, tendo a partir daí se iniciado a multiplicação de sementes.

Ryota Oyama juntamente com o seu vizinho Yoshimasa Nakauchi fizeram as primeiras sementeiras e plantações, produzindo, em 1937, cerca de dez toneladas de fibra lavada da melhor qualidade. Em 1935, o Sr. Uetsuka funda a Companhia Industrial Amazonense S.A., sob a gerência do Sr. Kotaro Tsuji, que começou a distribuir as sementes de nova variedade de juta para as plantações que, rapidamente, se expandiram nas férteis várzeas do baixo e médio Amazonas.

A juticultura transformou a paisagem agrícola, econômica e cultural da região e deu início ao primeiro sistema integrado de agrobusiness, ao se instalarem as fábricas de fiação e tecelagem na Amazônia. Logo depois da guerra, com a retomada das atividades dos japoneses no Pará e Amazonas, a juta, juntamente com a malva, chegou a atingir uma produção, na Amazônia, de 99.355 toneladas em 1976, sendo 38.764 t de juta e 60.591 t de malva. Com a entrada do produto sintético do polipropileno e o transporte a granel dos grãos e em containers, a juticultura entrou em declínio, sendo hoje uma atividade residual, o que determinou o fechamento de grande número de fábricas de fiação e tecelagem em Belém, Manaus, Santarém e Parintins. O Anuário do IBGE de 1996 registra que a área plantada de juta, no ano de 1994, foi de apenas 1.972 hectares, com produção de 2.304 toneladas.

A decadência da juta provocou o êxodo dos imigrantes japoneses e seus descendentes, nisseis e sanseis para Manaus, quando não, regressaram à sua terra, seduzidos pela prosperidade industrial do Japão do após-guerra, acompanhando o movimento *Dekassegui* de retorno, ou como trabalhadores temporários, em busca de obter,

pelo trabalho, uma poupança para enviar às suas famílias no Brasil, para posterior reinício de suas atividades.

Vale mencionar, ainda, que a participação dos imigrantes japoneses não se esgota nas atividades de Tomé-Açu e baixo Amazonas, onde foram precursores e pioneiros de inovações agrícolas. Uma segunda leva de imigrantes, também, aportou em Belém, em 1954, com 1.353 japoneses e outro grande contingente se localizou em Manaus, ao tempo do governo Plínio Coelho, no período de 1955/1958, quando este iniciou a colonização da estrada Manaus–Itacoatiara, e lá localizou centenas de famílias nipônicas. Estas famílias e empresários desenvolveram importantes trabalhos no campo da horticultura e avicultura, ajudando a melhorar o abastecimento da cidade de Manaus.

Na agricultura os japoneses tiveram um importante papel na introdução de novas variedades de plantas e espécies, que foram adaptadas e melhoradas geneticamente; na inovação e introdução de novas e diversificadas alternativas econômicas de produção; na difusão de técnicas agronômicas modernas com o uso de fertilizantes orgânicos e químicos; na correção da acidez dos solos por meio da calagem; no uso de máquinas, tratores, arados e outros implementos agrícolas; no desenvolvimento do associativismo e cooperativismo rural.

A contribuição dos imigrantes e do capital nipônico não se esgota na área agrícola. Também no setor mineral, o capital e empresas japonesas se fazem presentes como associados aos grandes projetos de mineração de bauxita no Trombetas, caulim no rio Capim e na indústria de transformação de alumina e lingotes de alumínio de Albrás e Alunorte em Barcarena. No setor industrial, com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, foram instalados importantes empreendimentos de empresas multinacionais japonesas, ou *joint-ventures* com capitais e tecnologias nipônicas.

Estas empresas atuam nos mais importantes segmentos das indústrias dos pólos eletroeletrônicos, duas rodas, relojoeiro, óptico, informática e outros do Distrito Industrial de Manaus. As conhecidas marcas registradas japonesas estão presentes nesse Distrito como Sharp, Sony, Sanyo, Hitachi, Honda, Yamaha, Panasonic, Tojo, Seiko, Fuji, Showa, Toshiba, Mitsubishi, Minolta, Cassio, entre outras.

Desse modo, os imigrantes japoneses e seus descendentes brasileiros têm dado grande contribuição para o desenvolvimento da Amazônia, tanto no campo agrícola como na indústria, comércio e serviços. Essa presença se estende, por igual, a outros setores da sociedade regional, na área das profissões liberais, da ciência, ensino e pesquisa, na administração pública e na política. A sua ascensão social, no período dos últimos 60 anos, a partir de 1930, evidencia o duro trabalho e persistência das famílias japonesas, no campo e na cidade. Essas famílias constituíram as principais matrizes formadoras de empresários, profissionais e líderes, que passaram a atuar em todos os setores da vida amazônica. Representando uma grande força de propulsão na economia regional e na vida social, eles ajudaram a formar uma geração de novos líderes que, agora, disputam o seu lugar ao sol em competição com os demais grupos sociais.

Reconhecendo a importância da presença japonesa no agro e na indústria da Amazônia, denominamos esse tempo histórico de *Era do NPK e do Transistor*, para lembrar o símbolo químico do nitrogênio, fósforo e potássio, nutrientes básicos da agricultura moderna e do semicondutor, que tornou possível a revolução da indústria eletrônica e que gerou tantos empregos, rendas e impostos na Zona Franca de Manaus.

Por isso, é importante relacionar as principais famílias japonesas ou de ascendência nipônica que, hoje, vivem em Manaus, Belém e outras cidades, e são partes integrantes da comunidade amazônica, por meio das três gerações de issei, nissei e sansei:

Aikawa	Aoki	Fujiwara	Fuji
Fujima	Fujimoto	Fujishima	Fujita
Fujiwara	Fukasawa	Fukumoto	Fukushima
Gonda	Hada	Hagiwara	Haji
Hakata	Hanashiro	Hano	Hara
Harada	Hashiguchi	Hashimoto	Hashizumi
Hata	Hatahara	Hattori	Hayashi
Hazaoka	Higashi	Hiraishi	Hiramatsu
Hitara	Hitotuzi	Homma	Hoshihara
Igichi	Ihara	Ikeda	Ikegami
Ikuno	Imahori	Imai	Imako
Ishida	Ishihara	Ishikawa	Ishil
Ishimoto	Ishizawa	Ito	Iwamoto
Iwasaka	Iwata	Izumi	Kabashima

Kado	Kahashi	Kakijima	Kakizoe
Kakumo	Kamba	Kamezaki	Kanave
Kaneco	Kato	Kavassaki	Kawada
Kawakami	Kawakata	Kawano	Kawashima
Kiba	Kimura	Kina	Kiyoku
Koba	Kobashi	Kobata	Kobiyama
Koga	Kogushi	Kohashi	Kohata
Kokai	Komarita	Konasugawa	Kunimura
Kurashima	Kurokawa	Kurosawa	Kusakari
Maruoka	Miako	Miki	Minami
Miyamoto	Murakami	Muramoto	Murata
Murayama	Muroya	Nagai	Nagaoka
Nagata	Naito	Nakai	Nakagima
Nakamura	Nakasato	Nakatani	Nakauchi
Nakayama	Nishi	Nishiki	Nishikido
Nomura	Nozawa	Ohashi	Ohba
Oka	Okada	Okamoto	Okamura
Okuma	Onó	Osaki	Ossuoski
Otani	Otsuka	Owada	Oyada
Oyama	Sasaki	Sato	Serizawa
Shibuya	Shigaki	Shigueoka	Shikama
Shimabukuro	Shimaoka	Shimiku	Shimomoto
Shimpo	Shiota	Shirai	Shiraiva
Shirayanagui	Shishido	Shoji	Sugawara
Suguiyama	Suwa	Suzuki	Tahara
Taiyo	Takahashi	Takaki	Takamura
Takano	Takao	Takara	Takayama
Takeda	Taketomi	Takigawa	Takinago
Takizawa	Tanabe	Tanaka	Tani
Taniguichi	Tanikado	Tashiro	Tatsuta
Toshio	Toyoda	Tsuji	Tsukuda
Uetsuka	Utsumi	Utyiama	Yakushi
Yamada	Yamagata	Yamaguchi	Yamakami
Yamamoto	Yamané	Yamazaki	Yano
Yasuda	Yasui	Yokoyama	Yonekura
Yoshida	Yoshidome	Yoshihara	Yoshii
Yoshimura	Yoshino		

Os japonese não foram, apenas, grandes no agro e na indústria com os seus NPK, transistores e engenhos eletrônicos. As famílias nipônicas aqui chegadas tinham o cuidado de preservar e transferir aos "nisseis" e "sanseis" os valores da língua, da cortesia, hierarquia, reverência aos mais velhos, amor ao trabalho duro e responsável. Além da transmissão e do preparo das delícias de paladar exótico da cozinha japonesa: sashimi, nigirizushi, soba, sukiyaki, shirimunu, sob-gum, sasahi-meshi, gohan, kuri-gohan, oniguiri, tempura, teishoku, sushi, yakitori, mori-soba, okashi, mitsu-mame, missô, yaki-nasu, o indefectível sakê de arroz e o chá de jasmin, que vieram enriquecer a cozinha regional.

Memória empresarial japonesa e nipo-descendentes

Há setenta anos eles começaram a chegar. Vinham de longe, das terras do Sol Nascente e das Ilhas Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu. País pequeno – 369.450 km^2, montanhoso, cercado de ilhas e mares por todos os lados e com poucos recursos naturais – população numerosa – 120.000.000 de habitantes. Na maioria, naqueles velhos tempos, viviam nos minifúndios das montanhas, sobrevivendo como plantadores de arroz nos seus quintais, hortigranjeiros, avicultores e pescadores no mar do Japão. O futuro estava, pois, na emigração para o além-mar.

Uma parte deles veio para o Brasil desde fins de 1907 para as próprias terras de café de São Paulo, para começar nova vida, pois já não havia futuro em seu superpovoado país de origem, muito antes que ocorresse a explosão do desenvolvimento industrial do após-guerra. Famílias inteiras, casais recém-casados, ou quando jovens esperavam trabalhar, duramente, durante alguns anos, nas fazendas no interior paulista, para depois pedir dos seus familiares japoneses que arranjassem uma noiva, amiga e conhecida da família, para emigrar para o Brasil, nos famosos Navios das Noivas que, periodicamente, traziam moças já comprometidas para casar com os seus patrícios nipo-paulistas.

Eles eram endogâmicos, como os judeus, sírio-libaneses e a maioria dos imigrantes, pois procuravam manter e continuar as suas memórias, tradições e identidades. Para tanto, necessitavam de uma esposa que fizesse parceria e fosse afim de seus costumes, hábitos, modos, crenças, cozinha e educação.

São Paulo foi, apenas, o início e uma escola. Lá prosperaram e se tornaram a maior comunidade japonesa no mundo, fora do Japão. À medida que as notícias corriam nas suas vilas e aldeias de origem, aumentava a corrente de amigos e familiares desejosos de encontrar, também, uma alternativa de vida com perspectivas e melhores horizontes de trabalho e fortuna.

Os Estados Unidos eram a primeira opção, mas o visto lá sempre foi muito difícil e, por isso, o Brasil se tornou a alternativa

mais viável e fácil, pois no longo prazo a grandeza territorial e os recursos naturais eram uma garantia de futuro para os seus filhos.

Depois começaram a chegar à Amazônia, na segunda década deste século, a partir de 1926, muito embora o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão tenha sido assinado em Paris, no dia 5 de novembro de 1895. Muitos já haviam sido treinados na Escola Superior de Imigração, no próprio Japão. Teoricamente, recebiam instruções e lições sobre a região aonde iam viver. Aqui se localizaram, primeiro, no delta-estuário, na área metropolitana de Belém e na região bragantina nos entornos de Tomé-Açu e redondezas, onde fundaram as suas primeiras cooperativas e iniciaram a dura vida agrícola, com a introdução inovadora da cultura da pimenta-do-reino.

Por volta de 1930 já estavam no Amazonas, em Vila Amazônia, em 1929, próximo a Parintins, onde realizaram a aclimatação da juta indiana, que se expandiu para os ricos varzeados do médio e baixo Amazonas, até que o polipropileno sintético e a granelização e containerização das cargas viessem a derrubar tão importante cultura, cujo ciclo trouxe vida e prosperidade, durante mais de trinta anos, para o povo ribeirinho.

Pela primeira vez alguém obtinha sucesso com a produção agrícola moderna, inaugurando uma nova *Era do NPK* na região, fugindo do tradicional e secular modelo do extravismo florestal e da roça de mandioca, milho, arroz e feijão.

Começaram pobres, pois a luta, nesses anos, foi sempre árdua e difícil. Aprender a língua, relacionar-se com o povo do beiradão, fazer contatos com as autoridades, comprar insumos, vender seus produtos, não eram fácil tarefa. Por isso, desde cedo, se cooperativaram, a fim de melhor poder sobreviver como grupo, por meio da força do conjunto e da ajuda recíproca, para obter melhores preços, financiamento e enfrentar as dificuldades.

Afinal, venceram depois de duas ou três décadas de muito trabalho, inovando e introduzindo novas espécies para diversificação de sua base produtiva, depois da decadência da juta e dos problemas de *fusarium* da pimenta-do-reino. Desse modo, foram formando o

seu patrimônio e acumulando poupanças, todas elas oriundas de suas propriedades rurais.

Pela primeira vez um grupo de imigrantes, que iniciou as suas atividades na agricultura, obteve sucesso e recursos para ampliar os seus negócios, mediante a compra de novas terras e abertura de novas frentes de trabalho na produção rural e no agrobusiness. Pipericultores e juticultores, com a passagem do tempo, foram se tornando, também, hortigranjeiros, fruticultores, avicultores, piscicultores, fazendeiros, com as suas pequenas e médias empresas rurais, líderes tanto no seu círculo cultural, mas também entre a comunidade nativa, quando os seus filhos nisseis começaram a adquirir novos hábitos, virtudes e vícios da população amazônica, que os acolheu e querenciou.

Os japoneses e os nipo-descendentes constituem o primeiro grupo de imigrantes que conseguiram enriquecer, ou se tornaram classe média, com a agricultura. Os outros grupos de migrantes como os cearenses, judeus, sírio-libaneses, italianos, portugueses e espanhóis partiram sempre de uma base mercantil extrativista para depois galgarem conceito, reconhecimento e classificação social. Os dois grupos nativos – os caboclos e os índios – foram os únicos que ficaram marginalizados nas suas roças e nas suas atividades de coleta, extração, caça e pesca, de forma artesanal e primitiva e, por isso, não conseguiram evoluir qualitativamente para obter melhor padrão de vida, pois a sua extrema pobreza, falta de educação, serviços básicos e a discriminação racial e social os mantiveram na condição de marginalização e exclusão, sendo muito raros os casos de ascensão e inclusão social.

Isseis, nisseis e sanseis. Três gerações de japoneses e nipo-descendentes, são emblemáticos de um grupo de imigrantes que conseguiu vencer com o próprio esforço, sem subsídios nem renúncias fiscais. O cooperativismo com o sistema de auto-ajuda conseguiu provar que, quando bem praticado, operacionalizado, com gente responsável e competente, constituiu uma solução e um modelo que conseguiu levantar e elevar o grupo imigrante japonês e que bem poderia, por igual, servir também para interiorizar o desenvolvimento para atingir os caboclos e outros grupos mais pobres, descrentes e excluídos, com

o objetivo da ajudar-lhes a melhorar a sua atividade produtiva, mediante a sua inserção no mercado nacional e internacional.

As cooperativas, no entanto, são apenas parte de uma estratégia mais ampla que pode elevar a produção primária, desde que se consiga motivar o grupo e facilitar a sua vida com investimentos na infraestrutura econômica, social, sanitária e educacional. Nesse conjunto de sucessos deve estar incluído a dedicação ao trabalho, o amor pela profissão, o justo preço, o financiamento para o transporte, o mercado para comprar e vender. Além dessas virtudes, os japoneses cultivam também o respeito e a reverência às lições e conselhos dos mais velhos e, sobretudo, a boa formação familiar e a educação dos filhos.

Nas décadas mais recentes começou a mudança na vida dos nipo-brasileiros, quando eles se despertaram que a luta no campo era muito difícil e árdua e, por isso, começaram o êxodo rural rumo às cidades de Belém e Manaus, para iniciar uma nova etapa no caminho de sua ascensão social e econômica. Os mais velhos – os isseis da geração pioneira – ficaram no campo trabalhando as suas longas jornadas na agricultura, enquanto os nisseis abriram caminho da emancipação por meio das escolas e universidades.

Assim, considerável contingente de nipo-brasileiros se tornou bons médicos, dentistas, engenheiros, advogados, professores, magistrados, contadores, auditores, administradores, executivos, técnicos em informática e editoração gráfica, secretárias-executivas, funcionários públicos e políticos, tanto em Belém como em Manaus e outras cidades amazônicas. Alguns pioneiros acompanharam os seus filhos e se localizaram nas cidades e periferias desses centros urbanos, nas estradas vicinais, principais e rodovias adjacentes, onde continuaram o seu labor na agricultura, horticultura, avicultura, fruticultura e floricultura, tendo contribuído para melhorar a qualidade e a oferta de alimentos e produtos para os moradores dessas cidades.

Hoje, eles constituem um dos maiores grupos culturais já integrados à vida amazônica, pois as estatísticas do IBGE e as estimativas de comparação étnica da população amazônica apontam a existência de 11.987 japoneses e nipo-descendentes, vivendo na Região Norte, no ano de 1995. No Brasil todo, nesse ano, a população japonesa,

nissei e sansei alcançou a soma de 730.296 habitantes, constituindo a mais numerosa comunidade nipônica fora do Japão.

Um menor número optou pelo comércio, indústria e prestação de serviços. Abriram pequenos negócios e médias empresas e, à medida que foram tendo sucesso, foram reinvestindo os seus ganhos e poupanças em seus estabelecimentos. Muitos deles, hoje, são líderes em diversos e importantes segmentos comerciais e de serviços.

Com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, e os grandes projetos de mineração e metalurgia na Amazônia Oriental, começaram a participar desse novo desenvolvimento regional com as suas empresas, diretamente, ou pelas associações em *joint-ventures*. Assim, nasceram novos empreendimentos no Distrito Industrial de Manaus, sobretudo nos pólos eletrônicos, motocicletas e outros, aproveitando os incentivos fiscais oferecidos ou se associando na mineração e metalurgia dos projetos do rio Trombetas, de bauxita, alumínio metálico em Barcarena – Vila do Conde –, ferro e manganês de Carajás.

Fazer a memória do setor empresarial japonês e nipo-descendentes na Amazônia constitui um ato de justiça e muito mais do que isso: o reconhecimento de sua importância histórica na formação social e cultural da sociedade amazônica. O sucesso desse grupo vem provar a tese de que é possível viver bem abaixo da linha do Equador e que se pode praticar uma agricultura própria e sustentável, tanto nas várzeas como em terra firme, pois quando o campo é bem trabalhado não existe terra boa ou ruim, mas simplesmente bom ou mau agricultor.

Muitas dessas empresas já ultrapassaram a primeira geração e hoje estão em fase de sucessão, resistindo bem a passagem de uma geração para outra, que constitui o ponto crítico das empresas familiares, pois conseguiram diversificar a sua atuação nos diferentes setores comerciais e de serviços.

Por isso é importante fazer o registro e inventário dessas empresas. Infelizmente a nossa pesquisa limitou-se apenas à cidade de Manaus, onde conseguimos obter os dados cadastrais, muito embora saibamos que, em Belém do Pará, elas são muito mais numerosas e importantes. Iniciamos, no entanto, a listagem com o nome da em-

presa do grupo Y. Yamada, de Belém, o mais importante grupo japonês e nissei de toda a Amazônia no setor comercial; no setor industrial a Nipon Amazon Aluminum Company, que atua em *joint-ventures* com a Vale do Rio Doce S.A. na Albrás e Alunorte, e no setor apícola a Cooperativa Tomé-Açu. Simbolicamente os nomes desses grupos representam as numerosas empresas nipo-paraenses que, em outra oportunidade, deverão constar desta memória.

A seguir passamos a discriminar, no quadro abaixo, as empresas comerciais e industriais de japoneses e nissei-amazonenses, que tanto têm contribuído para elevar o nível qualitativo de comercialização de bens e serviços na cidade de Manaus:

MEMÓRIA EMPRESARIAL JAPONESA E NIPO-DESCENDENTES

Belém Nome Estabelecimento	Atividade	Endereço
Y. Yamada S.A.	Loja de departamento	Rua Manoel Barata, 49
Nipon Amazon Aluminum Co.	Metalurgia alumínio	Vila do Conde
Cooperativa Agrícola Tomé-Açu	Agricultura	Tomé-Açu – Pará

Manaus Nome Estabelecimento	Atividade	Endereço
Agrias Ind. Com. Promoções Ltda.	Empalhamento de peixes	Rua José Clemente, 502
Agro Marítimos Ltda.	Comércio de motores	Av. Pres.Castelo Branco, 675
América Latina Cia. de Seguros	Seguros em geral	Rua 24 de Maio, 200/914
Arima & Kanegae Corret. Seguros	Corretora de seguro	Rua Ramos Ferreira, 1.189/404
ATS Viagens e Turismo Ltda.	Ag. de viagens e turismo	Av. Joaquim Nabuco, 1.626/201
Banco América do Sul S.A.	Oprações bancárias	Rua Dr. Moreira, 256/266
Brasciti Ind. Com. Rel. da Amazônia	Montagem/venda relógio	Av. Abiurana, 1.799
Casa Roma Ltda.	Supermercado	Rua Roma, quadra 8, casa 1
Cia. Seg. América do Sul Yasuda Mitsui Marine e Kyoei Fire Seguros S.A.	Seguros em geral	Rua Dr. Moreira, 256
Construtora Shimizu do Brasil	Construção civil	Av. Efigênio Sales, 976
Coop. Agríc. Mista Efigênio Sales	Cooperativa	Av. Darcy Vargas, 535
Denso Ind. da Amazônia Ltda.	Indústria ar-condicionado	Rua São José, 169
EMK Informática Ltda.	Consultoria	Rua Fortaleza 201, b. 1, 5
FGL da Amazônia Eletrônica	Fábrica calculadora	Rua Emílio Moreira, 1.473
Fuji Photo Film da Amazônia	Produção papel copiativo	Av. Des. João Machado, 700
Imp. e Exp. New Tokio Ltda.	Imp. e exp. em geral	Rua José Clemente, 502
Irmão Tsuji Ltda.	Sepermercado/mat. constr.	Rua Rio Madeira, 440
Kiba & Cia. Ltda.	Frigorífico	Rua Tefé, 632
Metalfino da Amazônia Ltda.	Produção de fundidos	Rua Ipê, 165
Minolta Copiadora do Amazonas	Prod. e venda copiadoras	Al. Cosme Ferreira, 3.720
Mitsui O. S. K. Lines	Transportadora marítima	Av. Djalma Batista, 22
Miura Corretora de Seguros S/C	Corretora de seguros	Av. Sete de Setembro, 1.251/501
Moto Honda de Amazônia Ltda.	Ind. com. imp. e exp. veículos de duas rodas	Rua Juruá, 160
M. T. I. Exp. e Rep. Ltda.	Imp. rep. apar. eletroeletrônico	Av. Djalma Batista, 134

Murata da Amazônia Lda.	Ind. comp. eletroeletrônico	Av. Buriti, 7.040
Nissin Brake do Brasil Ltda.	Ind. componentes	
Noritsu da Amazônia Ind. Com.	Minilaboratório fotográfico	Av. Solimões, 2.100
Omron Comp. Eletroeletrônico	Ind. e com. comp. eletrônic.	Av. Constantino Nery, 2.800
Pará Amazonas Turismo Ltda.	Agência de turismo	Rua José Clemente, 508
Patrimônio – TMM Corretora Seg.	Seguros em geral	Rua 24 de Maio, 220/101
Panasonic da Amazônia S.A.	Ind. eletroeletrônica	Rua Matrinxã, 1.155
Restaurante Miako Ltda.	Restaurante	Rua São Luís, 230
Restaurante Suzuran Ltda.	Restaurante	Boulevard Álvaro Maia, 1.683
S. Fuji & Cia. Ltda.	Supermercado	Av. Joaquim Nabuco, 2.167
Supermercado São Paulo	Supermercado	Rua Major Gabriel
Sanyo da Amazônia Japan Desk	Indústria eletrônica	Distrito Industrial
Seiko Indl. da Amazônia S.A.	Ind. e com. relógios	Rua Aruanã, 145
Semp Toshiba Amazonas S.A.	Ind. eletroeletrônica	Rua Içá, 500
Sharp Corporation	Ind. prod. eletroeletrônico	Rua Acará, 203
Showa do Brasil Ltda.	Montagem amort. p/moto	Estrada da Reman, 4.000
Showpla Brasil Ltda.	Injeção plástica	Rua A, s/n.º
Sony da Amazônia Ltda.	Ind. eletroeletrônica	Av. Itajuba, 3.667
SMK da Amazônia Ltda.	Ind. comp. eletroeletrôn.	Estrada Torquato Tapajós, 5.555
Tai Engenharia e Const. Ltda.	Construção civil	Rua Rio Madeira, 46
Takeda Comércio Ltda.	Dist. prod. farmacêuticos	Av. Djalma Batista, 4.300
TDK da Amazônia Ind. Com. Ltda.	Importação e comércio	Pça. N. S. Auxiliadora, 4, loja A
Yamaha Motor Amazônia Ltda.	Ind. com. imp. exp. veículos	Estrada do Paredão, 2.100
Câmara Com. Ind. Nipo-Brasileira	Associação	Rua Teresina, 95
Ass. Nipo-Brasileira Am. Ocid.	Associação	Rua Teresina, 95

Processo de integração amazônica

A sociedade brasileira à época da Independência caracterizava-se por um arquipélago de quatro sistemas isolados e quase autônomos, assim constituídos:

1. Grupo Grão-Pará e Maranhão, vivendo na base da economia florestal das especiarias, das "drogas do sertão" e da agricultura do cacau, arroz e algodão;
2. Região Nordeste, onde dominava a economia do açúcar na zona da mata e do criatório no sertão e no rio São Francisco;
3. Complexo Minas Gerais–Rio de Janeiro–São Paulo, com certo grau de articulação política, agricultura mais diversificada e núcleos de mineração;
4. Frente Gaúcha, dispersa em função da predominância pecuária nas campinas, mas com um forte sentido político de preservação de sua identidade, em face do contato e do potencial de conflito com a proximidade da fronteira platina.

Os relacionamentos entre esses sistemas eram tênues e desarticulados, porém, já se observava certo grau de interligação entre a região mineira e a pecuária do sul, e entre a região açucareira com o criatório do agreste baiano e do sertão do Piauí. Todos eles, em maior ou menor grau, sobrevivendo à custa de uma economia de produtos primários e matérias-primas sempre subordinados às oscilações, aos interesses dominantes e aos centros de decisão dos grandes mercados europeus e norte-americanos.

A Amazônia, de todas elas, foi a região brasileira que atravessou a primeira metade do século XIX em completa estagnação e

isolamento com a sua estrutura colonial quase autônoma e com uma economia primitiva e decadente. A relativa prosperidade agrícola na região maranhense e oriente amazônico ressentia-se da falta de mão-de-obra e capitais. No *hinterland* amazônico, o principal problema era a grande distância a vencer e a escassa base populacional resultante do trauma da conquista quando grande parte da população indígena havia sido dizimada pelas epidemias e pela escravidão. Precárias eram, pois, as suas possibilidades de intercâmbio com as demais regiões brasileiras, por falta de complementariedade econômica e dificuldades de comunicação e transporte. O superdimensionamento de sua base física, com um mínimo de circulação social e política, segundo a lúcida análise de Oliveira Viana, era o mais grave problema de nossa sobrevivência como parte integrante do país brasileiro.

De outro lado, a excessiva centralização administrativa e política a essa época levou à incorporação como província do Império apenas as Capitanias do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, recusando a autonomia ao Amazonas que somente passou a ser província do Império em 1850.

Na segunda metade do século XIX é que a presença brasileira na Amazônia começou a atuar, a partir do advento da empresa seringalista. Essa participação agiu, ora de forma espontânea, ora de modo induzido, porém continuadamente durante um período de quase 70 anos, pelo deslocamento da população nordestina, estimulada pelos altos preços da borracha ou por ação política realizada de maneira improvisada e aleatória pelos governos imperial e republicano, durante as épocas da seca do Nordeste, em socorro da população flagelada.

Iniciou-se, assim, a fase de abrasileiramento da Amazônia Lusíndia – mais índia que lusa – quando esta passou a receber e acolher as levas de migrantes de todos os Estados nordestinos, ampliando, assim, a sua base demográfica. A população da Amazônia Clássica dos seis Estados que, em 1872, era de 332.847 habitantes cresceu para 695.112 habitantes em 1900 e 1.439.052 habitantes em 1920. Entre 1920 e 1940, durante o período da depressão, o crescimento populacional estagnou, quando não houve regressão

como nos casos do Pará e do Acre. Já em 1950, os Censos registraram 1.844.655 habitantes, 3.603.860 em 1970, 5.880.268 em 1980, 9.110.693 em 1991 e 10.121.698 habitantes em 1996. Os números da Amazônia Legal, incluindo a parte leste e oeste do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, dão uma população de 7.256.651 habitantes em 1970, 11.205.479 habitantes em 1980, 16.988.040 em 1991 e 18.748.490 habitantes na última contagem da população em 1996, conforme demonstra o quadro anexo.

Acompanhando a crescente articulação da economia amazônica com as demais regiões brasileiras, a ação política federal na região, destinada a incorporar valores nacionais àqueles tradicionais e primitivos da região iria ganhar novo ímpeto, quando os constituintes de 1946 acolheram a proposição de autoria do deputado amazonense Leopoldo Péres, fixando no art. 199 da Constituição Federal a obrigação do Governo da União em aplicar na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, durante pelo menos 20 anos, quantia não inferior a 3% de sua receita tributária, obrigação essa também estendida a todo o Nordeste.

Entramos, assim, num novo período em que a ação política do governo federal se fez mais atuante na região, por meio de novos instrumentos de ação, planejamentos e incentivos, visando diminuir as desigualdades regionais.

Inúmeras agências e instituições se sucedem durante esse período. Na década dos anos 40 – em decorrência dos Acordos de Washington em 1942, criado para reativar os seringais silvestres para suprir as necessidades de borracha aos exércitos aliados na Segunda Grande Guerra –, surgem o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (Sava), a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (Caeta), Instituto Agronômico do Norte (IAN), Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP). Em 1943 foram criados os novos Territórios Federais de Guaporé (hoje Estado de Rondônia), o do Rio Branco (atual Roraima) e Amapá, reiniciando, assim, a reorganização política do espaço amazônico, que havia

sido interrompida, a partir de 1850, com a criação da Província do Amazonas e retomada em 1904 com o Território Federal do Acre.

Na década dos anos 50, surgem a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a Companhia de Eletricidade de Manaus (CEM), a Companhia de Eletricidade do Pará (Celpa), o Banco do Estado do Amazonas (BEA), o Banco do Estado do Pará (BEP) e outros Bancos dos Estados e Territórios e o Comando Militar da Amazônia (CMA), que iria ter papel decisivo na construção dos eixos rodoviários de integração nacional nas décadas seguintes.

Nos anos 60, o processo de institucionalização de agências e os programas brasileiros na Amazônia continuariam a sua marcha com a modificação e correção dos rumos de política da década anterior, ou com a criação de novos órgãos ou projetos em nível federal e estadual como a transformação da antiga SPVEA na nova Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco de Crédito da Amazônia para Banco da Amazônia, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea), responsável pelos programas de plantação de borracha, que iriam se expandir nas décadas subsequentes nos projetos do Probor 1, 2 e 3, a criação, instalação ou consolidação das universidades do Pará, Maranhão, Amazonas, Rondônia, Acre, Amapá e Roraima, e a implantação de comissões estaduais de planejamento e desenvolvimento.

Foi também durante essa década dos anos 60, após a mudança da capital federal para Brasília em 1959, na administração do presidente Juscelino Kubitschek, que foram lançados e iniciados os grandes projetos dos eixos rodoviários de integração da Amazônia com o restante do país. Em consequência dessa nova política, o governo federal passou a dar prioridade para as interligações regionais com a nova capital federal, daí nascendo o eixo rodoviáro Belém–Brasília (BR-010), a estrada Cuiabá–Santarém (BR-163) e a Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco (BR-364), proporcionando, assim, pela primeira vez, a interligação da região amazônica, por via terrestre, ao litoral, ao planalto central e ao Centro-Oeste. Na década seguinte foram construídas a BR-319, ligando Porto Velho a Ma-

naus, e a BR-174 unindo Manaus a Caracaraí e Boa Vista, até alcançar as fronteiras da Venezuela e da Guiana, que está sendo asfaltada e que vai proporcionar a ligação com o Caribe.

O impacto dessa nova política de integração nacional iria continuar na década dos anos 70, quando o I Plano Nacional de Desenvolvimento estabeleceu como objetivo nacional a integração física, social e econômica da Amazônia com o Nordeste, pela construção da Transamazônica (BR-230) e o programa de colonização e assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para Rondônia, bem como a política de incentivos fiscais que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), em ação paralela à instituição do Finor para o Nordeste e do Fiset para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo, na forma do Decreto-Lei n.° 1.376, de 1974.

É nessa década, ainda, que são lançados o Programa de Integração Nacional (PIN) pelo Decreto-Lei n.° 1.106, de 1970, o Programa de Redistribuição de Terras (Proterra) pelo Decreto-Lei n.° 1.178, de 1971, o Projeto Radam (Radar da Amazônia) para proceder o mapeamento aerofotográfico e inventário dos recursos naturais e minerais da região, complementado pela nova tecnologia do sensoriamento remoto proporcionando pelo satélite Landsat. Igualmente foram feitos grandes investimentos no campo das telecomunicações pela Telebrás e a construção da rede de aeroportos pela Comara.

Tendo em vista que a política da Sudam estava concentrando demais os seus recursos e a aplicação de seus incentivos em determinadas áreas amazônicas, o governo federal mudou a estratégica de desenvolvimento, pelo Decreto n.° 74.607, de 1974, instituindo o programa conhecido como Polamazônia, que criou 15 pólos de desenvolvimento regional, selecionados nas áreas do Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó. Mais tarde, acrescido do Pronopar para a recuperação do nordeste paraense, do Promam para a região do médio Amazonas, e na área do Sudeco o Polonoroeste para beneficiar as populações da rodovia Cuiabá–Porto Velho, ao longo da rodovia BR-364. Este programa

foi interrompido, mas foi precursor da política de interiorização do desenvolvimento nos anos subsequentes.

À medida que a Amazônia ia sendo revelada ao Brasil por meio dos inúmeros inventários e levantamentos de seus recursos naturais, minerais e energéticos, a década 80/90 iria assistir à entrada em operação de inúmeros projetos de impacto, no setor de mineração e eletricidade. Como o Projeto Trombetas, pela Companhia Vale do Rio Doce, para exploração da bauxita; o do Grande Carajás, para exploração de minério de ferro, compreendendo o complexo mina-ferrovia-porto; o da Albrás-Alunorte, em Vila do Conde, para produção de alumina e alumínio metálico; o de Tucuruí, no rio Tocantins, para produção de cerca de 4 milhões de quilowatts; e o das hidrelétricas de Balbina, no rio Uatumã, e de Samuel, no rio Jamari. A partir dos anos 90, a construção de hidrelétricas na Amazônia chegou ao fim por força e pressão do movimento ambientalista mundial e nacional, interrompendo, assim, o programa de investimentos no setor. A esperança agora é que o petróleo e o gás natural dos campos de Urucu, em Coari, venham a suprir as deficiências energéticas da região.

Igualmente na Amazônia Ocidental, com a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, criou-se um novo pólo industrial que conseguiu atrair, graças aos incentivos fiscais, cerca de quinhentas empresas de grande e médio portes, que faturaram no ano de 1996 US$ 13,2 bilhões.

A maior parte desses projetos, quando lançados e agora já em operação, tem provocado intensa discussão acadêmica e científica em função dos impactos ecológicos sobre o meio ambiente e do estilo concentrador da renda. De outro lado, porém, os seus efeitos políticos já se fizeram sentir no balanço do comércio exterior com o aumento da exportação amazônica, que passou de US$ 506, milhões em 1982 para US$ 3,7 bilhões em 1996 e US$ 4,2 bilhões em 1997, sendo que a maior parte desse aumento se deve ao Pará que, nesse ano, gerou US$ 2,26 bilhões de divisas para o país. Esses grandes investimentos, todavia, aguardam complementação e verticalização para agregar mais valor e ampliar a base econômica

com repercussão em toda a cadeia produtiva, para gerar mais renda, emprego e impostos.

Enquanto se desenhava este novo panorama econômico para a região, a descoberta e a exploração desses recursos naturais e minerais e a ampliação da infraestrutura econômica e social, a Amazônia passou novamente a exercer a sua função de *foco de apelo e atração*. Não mais apenas para o nordestino, mas para muitos brasileiros do Centro-Oeste, do Sudeste e do extremo sul.

Este novo fluxo migratório se fez sentir com muita intensidade no Estado de Rondônia, ao longo da BR-364, onde a base populacional nas décadas 1970-1996 cresceu dez vezes, passando de 111.064 em 1970 para 1.221.290 habitantes em 1996. Idêntico fenômeno se observa no norte de Mato Grosso, na zona de influência da BR-163, no sul do Pará, em Tocantins, no Maranhão, ao longo da rodovia Belém–Brasília e da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira e, agora, no sul do Amazonas. A implantação de projetos de colonização e assentamento agrícolas, fazendas de gado, exploração madeireira, garimpagem, construção de barragens e hidrelétricas, mineração, construção de rodovias e ferrovias, distritos industriais, etc., estão provocando o deslocamento da fronteira humana, econômica e social, que se desborda do centro-sul e do planalto central em direção à floresta tropical chuvosa da Amazônia. Paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos, mato-grossenses e, ainda, nordestinos, em número superior a 2.000.000, migraram para a região, em busca de um novo horizonte de vida e oportunidades de trabalho, entre 1970 e 1991, conforme quadro anexo. Muitos deles provêm dos Estados mais desenvolvidos do Sudeste e do Sul, sobretudo dos centros e zonas rurais de populações empobrecidas pela substituição do regime de colonato do café pela grande lavoura mecanizada da soja e do trigo, que ocasionou o surgimento de uma grande população de trabalhadores volantes e bóias-frias.

Essa nova fronteira proporcionou a expansão da pecuária na periferia amazônica, com um rebanho de 35.850.615 cabeças de gado bovino e bubalino, em 1994, que vem crescendo a um ritmo de um milhão de reses ao ano, graças à seleção genética, insemina-

ção artificial, melhora de pastos, combate às zoonoses, aumento da fertilidade e criação intensiva, que têm proporcionado um aumento da produtividade com menor nível de impacto sobre o meio ambiente. No setor agrícola registrou-se grande aumento na produção de soja, milho e arroz, que está sendo escoada pela Hidrovia do Madeira e, futuramente, pelo rio Tapajós, Araguaia-Tocantins, que constituem os novos corredores de exportação.

Os hábitos, costumes e estilos de vida moldados na velha Amazônia lusíndia e nordestina estão passando, agora, por um grande processo cultural de adaptação, mudança e transformação com a chegada dos *gaúchos*, como são conhecidos os novos migrantes do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. Nesses povoamentos, vilas e cidades da nova fronteira instalam-se centros de tradições gaúchas, com as suas danças e folclore típicos, hábitos do chimarrão e churrasco, dando um novo colorido ao processo de integração regional.

As consequências desse novo processo de povoamento na Amazônia, se de um lado veio contribuir para a expansão demográfica e da fronteira agrícola, pecuária e mineral e a criação de novos centros de produção industrial, de outro lado deu origem, também, ao surto de muitas tensões sociais, conflitos de terras, disputas de posse, invasões de áreas indígenas, dada a precariedade e desordem de nossa estrutura fundiária. Também o impacto ecológico da devastação da floresta tornou-se crítico em muitas áreas de expansão e penetração dessa fronteira humana, especialmente nas áreas de transição do cerrado para a mata densa, por intermédio da ocupação por grandes fazendas pecuárias, em função dos incentivos fiscais e colaboração financeira proporcionados pela Sudam e Finam, e depois pela intensificação dos assentamentos de colonos e trabalhadores sem-terra da reforma agrária, conforme quadros anexos.

De outro lado, observa-se que o fluxo migratório para a Amazônia não se processa apenas em nível inter-regional, mas também no sentido intra-estadual, pelo êxodo rural para as pequenas vilas, na primeira fase, e para as grandes cidades na etapa subsequente. Os números dos últimos quatro censos indicam bem essa tendência, pois a população rural amazônica decresceu de 76,99%

em 1940 para 38,95% em 1986, enquanto a população urbana subia de 23,10% para 61,05%, sendo que o problema mais sério de concentração urbana, conforme quadro anexo, se observa no Estado do Amazonas, onde as cidades já absorviam 73,92% da população total, no ano de 1996, dada a excessiva força de atração exercida pela cidade de Manaus.

Tudo isso indica que a Amazônia está sofrendo um grande processo de mudança e transformação. Mudança, tanto no sentido econômico, pela ampliação e surgimento de novas atividades produtivas, como no campo cultural, pela absorção de novos grupos humanos que para aqui se deslocaram ao longo de mais de um século. Só uma coisa permanece constante: a extraordinária capacidade que a sociedade amazônica demonstra em acolher, absorver, assimilar e integrar povos e culturas diferentes. E, sobretudo, nesse contínuo processo de adaptação, de renovar-se a si mesma, influenciando e se deixando influenciar, sem perder o seu caráter e a sua identidade brasileira e tropical.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
POPULAÇÃO SEGUNDO OS CENSOS DE 1872/1996

Estados	Area/Sudam Absoluta (km²)	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Pará	1.227.530	275.237	328.455	445.356	983.507	944.644	1.123.273	1.529.293	2.167.018	3.403.391	4.950.060	5.510.849
Amazonas	1.558.987	57.610	147.915	249.756	363.166	438.008	514.099	708.459	955.235	1.430.089	2.103.243	2.389.279
Região a demarcar AM/PA	2.680											
Rondônia	243.044						36.935	69.792	111.064	491.069	1.132.692	1.231.007
Acre	152.589				92.379	79.768	114.755	158.184	215.299	301.303	417.718	483.726
Amapá	139.068						37.477	67.750	114.359	175.257	289.397	379.459
Roraima	230.104						18.116	28.304	40.885	79.159	217.583	247.131
Total Amazônia Clássica	3.553.999	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.420	1.844.655	2.561.782	3.603.860	5.880.268	9.110.693	10.241.451
Mato Grosso	881.001								1.597.090	1.138.691	2.027.231	2.235.832
Tocantins	285.793								594.822	844.674	919.863	1.048.642
Maranhão Amazônico	257.451								2.992.686	3.996.404	4.930.253	5.222.565
Total Amazônia Legal	4.978.244	332.847	476.370	695.112	1.439.052	1.462.420	1.844.655	2.561.782	8.788.458	11.860.037	16.988.040	18.748.490
Total Brasil	8.511.996,3	9.930.478	14.333.915	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397	70.070.457	93.139.037	119.002.706	146.917.459	157.079.573

Fonte IBGE – *Anuário Estatístico* de 1993.

Pesquisa, tabulação, mapeamento, ordenamento e observações feitos pelo professor Samuel Benchimol.

Obs: **1)** A Amazônia Legal foi criada pela Lei n.º 1.806/1953 e teve sua área inicial um pouco ampliada pela Lei Complementar n.º 31/1977, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul, separado do Estado de Mato Grosso, que passou a integrar, na sua totalidade, a área da Sudam de incentivos fiscais especiais. A área de Goiás Amazônico corresponde ao atual Estado de Tocantins, criado pelo art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que também transformou os antigos Territórios Federais de Roraima (Rio Branco) e Rondônia (Guaporé) em Estados. A área do Maranhão Amazônico compreende a parte deste Estado, a oeste do meridiano de 44º.

2) A população da Amazônia Legal vem tendo um grande crescimento, a partir de 1960, tendo os incrementos demográficos sido, desde então, de cerca de 5 milhões de habitantes a cada decênio. Deste modo, a população amazônica, de 2,56 milhões de 1960 passou para 16,9 milhões no Censo de 1991 e 18,7 milhões em 1996, estimando-se que no ano 2000 venha a se situar entre 21,5 a 23,0 milhões de habitantes, dependendo do nível de crescimento vegetativo da população, da chegada de novos imigrantes e da expansão da fronteira agrícola e mineral, que desce do Planalto Central, na borda da periferia amazônica, nos Estados de Tocantins, Maranhão, sul do Pará, Mato Grosso, Rondônia e sul do Amazonas. Os dados de 1960 foram os da Contagem da População pelo IBGE nesse ano. A população do Maranhão compreende a de todo o Estado (a leste e a oeste do meridiano de 44º). A população de Mato Grosso, em 1970, é a de todo o Estado antes da separação de Mato Grosso do Sul.

POPULAÇÃO RESIDENTE E IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS DA REGIÃO NORTE
– PERÍODO: 1970/1980 –

Unidade da Federação de Residência	População Residente	Proporção População Residente	Imigração Intra-Regional	Interestadual Inter-Regional	TOTAL	Proporção Imigração Pop. Resid.	Proporção Imigração Tot. Região
Acre	301.276	4,57	6.391	9.182	15.573	5,17	1,83
Amazonas	1.430.528	21,69	34.224	32.103	66.327	4,64	7,78
Amapá	175.258	2,66	19.031	3.683	22.714	12,96	2,66
Pará	3.403.498	51,60	16.435	357.556	373.991	10,99	43,88
Rondônia	491.025	7,44	20.386	261.100	281.486	57,33	33,02
Roraima	79.121	1,20	6.088	11.821	17.909	22,63	2,10
Tocantins	715.440	10,85	4.567	69.800	74.367	10,39	8,72
Total	6.596.146	100,00	107.122	745.245	852.367	12,92	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1980, IBGE
Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. Marília Carvalho Brasil. Manaus: Edição mimeo, 1996.

POPULAÇÃO RESIDENTE E IMIGRAÇÃO INTERESTADUAL, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS DA REGIÃO NORTE
– PERÍODO: 1980/1991 –

Unidade da Federação de Residência	População Residente	Proporção População Residente	Imigração Intra-Regional	Interestadual Inter-Regional	TOTAL	Proporção Imigração Pop. Resid.	Proporção Imigração Tot. Região
Acre	417.718	4,16	11.599	11.534	23.133	5,54	1,8
Amazonas	2.103.243	20,97	52.378	49.749	102.127	4,86	7,96
Amapá	289.370	2,88	31.940	9.282	41.222	14,25	3,21
Pará	4.950.060	49,35	85.016	401.259	486.275	9,82	37,90
Rondônia	1.132.692	11,29	44.749	357.185	401.934	35,48	31,33
Roraima	217.583	2,17	22.378	40.009	62.387	28,67	4,86
Tocantins	919.864	9,17	27.303	138.574	165.877	18,03	12,93
Total	10.030.530	100,00	275.363	1.007.592	1.282.955	12,79	100,00

Fonte: Amostra do Censo Demográfico de 1991, IBGE.
Os fluxos migratório na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. Marília Carvalho Brasil. Manaus: Edição Mimeo, 1996.

POPULAÇÃO URBANA E RURAL DA AMAZÔNIA LEGAL – 1940/1996

tados		1940	%	1950	%	1960	%	1970	%	1980	%	1991	%	1996	&
ndônia	urbana	...	...	13.816	37,41	30.186	43,25	59.564	53,63	228.539	46,54	658.172	58,20	762.864	61,97
	rural	...	...	23.119	62,59	39.606	56,75	51.500	46,37	262.530	53,46	472.702	41,80	468.143	38,03
tal		...	...	36.935	100,00	69.792	100,00	111.064	100,00	491.069	100,00	1.130.874	100,00	1.231.007	100,00
re	urbana	14.136	17,72	21.272	18,54	32.700	20,67	59.307	27,55	132.169	43,87	258.035	61,85	315.404	65,20
	rural	65.630	82,28	93.483	81,46	125.484	79,33	155.992	72,45	169.134	56,13	159.130	38,15	168.322	34,80
tal		79.766	100,00	114.755	100,00	158.184	100,00	215.299	100,00	301.303	100,00	417.165	100,00	483.726	100,00
nazonas	urbana	104.789	23,92	137.736	26,79	232.917	32,88	405.831	42,48	856.617	59,90	1.501.807	71,42	1.766.166	73,92
	rural	333.219	76,08	376.363	73,21	475.542	67,12	549.404	57,52	573.472	40,10	601.094	28,58	623.113	26,08
tal		438.008	100,00	514.099	100,00	708.459	100,00	955.235	100,00	1.430.089	100,00	2.102.901	100,00	2.389.279	100,00
raima	urbana	...	...	5.132	28,33	12.148	42,92	17.481	42,76	48.734	61,56	139.466	64,58	174.277	70,52
	rural	...	...	12.984	71,67	16.156	57,08	23.404	57,24	30.425	38,44	76.484	35,42	72.854	29,48
tal		...	...	18.116	100,00	28.304	100,00	40.885	100,00	79.159	100,00	215.950	100,00	247.131	100,00
rá	urbana	286.865	30,37	389.011	34,63	614.973	40,21	1.021.966	47,16	1.667.356	48,99	2.607.777	50,31	2.949.017	53,51
	rural	657.779	69,63	734.262	65,37	914.320	59,79	1.145.052	52,84	1.736.035	51,01	2.575.793	49,69	2.561.832	46,49
tal		944.644	100,00	1.123.273	100,00	1.529.293	100,00	2.167.018	100,00	3.403.391	100,00	5.183.570	100,00	5.510.849	100,00
napá	urbana	...	...	13.900	37,09	34.794	51,36	62.451	54,61	103.735	59,19	233.515	80,89	330.590	87,12
	rural	...	...	23.577	62,91	32.956	48,64	51.908	45,39	71.522	40,81	55.175	19,11	48.869	12,88
tal		...	...	37.477	100,00	67.750	100,00	114.359	100,00	175.257	100,00	288.690	100,00	379.459	100,00
cantins	urbana	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	530.795	57,69	741.009	70,66
	rural	....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	389.321	42,31	307.633	29,34
TAL		...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	920.116	100,00	1.048.642	100,00
ranhão	urbana	185.552	15,02	274.288	17,32	436.624	17,68	752.027	25,13	1.255.156	31,41	1.972.008	40,01	2.711.557	51,92
do Estado)	rural	1.049.610	84,98	1.308.960	82,68	2.032.823	82,32	2.240.659	74,87	2.741.248	68,59	2.957.021	59,99	2.511.008	48,08
tal		1.235.162	100,00	1.583.248	100,00	2.469.447	100,00	2.992.686	100,00	3.996.404	100,00	4.929.029	100,00	5.222.565	100,00
to Grosso	urbana	128.727	29,78	177.830	34,06	343.569	38,62	684.189	42,84	654.952	57,52	1.481.073	73,23	1.695.548	75,84
	rural	303.538	70,22	344.214	65,94	545.970	61,38	912.901	57,16	483.739	42,48	541.451	26,77	540.284	24,16
tal		432.265	100,00	522.044	100,00	889.539	100,00	1.597.090	100,00	1.138.691	100,00	2.022.524	100,00	2.235.832	100,00
pulação	Urbana	720.069	23,01	1.032.985	26,15	1.737.911	29,35	3.062.816	37,38	4.947.258	44,91	9.382.648	54,52	11.446.432	61,05
pulação	Rural	2.409.776	76,99	2.916.962	73,85	4.182.857	70,65	5.130.820	62,62	6.068.105	55,09	7.828.171	45,48	7.302.058	38,95
TAL		3.129.845	100,00	3.949.947	100,00	5.920.768	100,00	8.193.636	100,00	11.015.363	100,00	17.210.819	100,00	18.748.490	100,00

nte: IBGE – Diretoria de Pesquisa, Censos Demográficos 1872/1991 – Contagem da População 1996,
squisa, mapeamento, tabulação, ordenamento e observações feitos pelo professor Samuel Benchimol.

s: 1) Os antigos Territórios e atuais Estados Rondônia, Roraima e Amapá foram criados em 1943. O Estado de Mato Grosso foi separado do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977, por isso a pupulação até 1970 inclui os habitantes desses dois Estados, o que provocou a diminuição demográfica no primeiro Censo de 1980, após a separação. A população do Estado do Maranhão abrange todo o Estado, a leste e a oeste do meridiano de 44°, que é o limite maranhense da Amazônia Legal.

Tomando todos os habitantes da Amazônia Legal, no período de 1940 a 1991, verifica-se que o processo de urbanização vem se acentuando gradativamente, passando a população urbana que representava 23,0% em 1940 para 54,5% em 1991 e, mesmo assim porque, com a inclusão da população maranhense mais ruralizada, contribui para diminuir a taxa de urbanização. O Estado do Maranhão era a única unidade da Amazônia Legal onde a população rural ainda era mais numerosa (59,99%), em 1991, do que nas cidades (40,01%). Já em 1996 houve a inversão e a população rural passou a ser menor (48,08%) do que a urbana (51,92%). No restante da Amazônia, o processo urbanizador e o conseqüente êxodo rural têm sido avassalador em alguns Estados, onde a população urbana, em 1996, repreentava 87,12% no Amapá, 70,52% em Roraima, 73,92% no Amazonas, 65,20% no Acre, 70,66% em Tocantins, e 53,51% no Pará. No total, a Amazônia Legal urbana era de 61,05% e a rural de 38,95% em 1996, em contraste com a população urbana de 23,01% e a rural de 76,99% em 1940.

Entre os dois períodos analisados processou-se uma grande expansão demográfica – 3,1 milhões de habitantes em 1940 para 18,7 milhões em 1996 (algum desconto deve ser dado nesses números porque a população de Tocantins somente foi incluída em 1980, muito embora a parte amazônica goiana fizesse parte da Amazônia Legal desde da Lei n.º 1.806/1953. Essa intensa urbanização se processou em consequência de dois fatores básicos: 1) expulsão do homem do campo – êxodo rural – em razão da decadência, obsolência e empobrecimento da atividade ruralista ou em face da modernização e mecanização agrícola, que dispensou os grandes contingentes da mão-de-obra dos peões assalariados; 2) atração das cidades médias e das cidades grandes e metrópoles, em face das oportunidades de emprego e possibilidades de melhoria de condições de vida, como educação, saúde, diversão e outros fatores de fascínio, encantamento, vantagens e benefícios proporcionados pelas indústrias, serviço, emprego público ou atividade marginal e informal. Esta última forma de concentação demográfica urbana gerou imensos problemas humanos, políticos e sociais, pois as cidades amazônicas não estavam preparadas para receber esses contingentes demográficos do interior e mais os imigrantes dos outros Estados, gerando assim enormes problemas de favelização, marginalidade, criminalidade e desestruturação familiar, em função da ausência de infraestrutura econômica e social, para prover as necessidades básicas dessa população excedente.

De outro lado, em muitos dos Estados amazônicos, como Amazonas, Acre, Roraima e Amapá, o êxodo rural implicou no agravamento do inecúmeno rural, despovoamento nas zonas rurais, perda de produção agrícola e esvaziamento de todo o interior desses Estados. Em consequência, as cidades-capitais sofreram com a implosão urbana pelo excesso populacional, agravando os problemas financeiros dos governos estaduais, em termos de assistência social, menores abandonados, prostituição infantil, uso de tóxicos, vadiagem e uma grande economia informal de trabalhadores volantes ou subempregados. No caso particular da Zona Franca de Manaus, a indústria e o comércio decorrentes desses incentivos foram capazes de criar cerca de 200.000 empregos diretos e indiretos, insuficientes para fazer face a explosão urbana de Manaus, que passou de 311.622, habitantes, em 1970, para 1.158.265 habitantes em 1996, o que torna impossível atender a massa populacional que migrou do interior e de outros Estados da região e do país para esta cidade. Daí a importância de complementar a política industrial do modelo ZFM com o projeto do governador Amazonino Mendes, de interiorização do desenvolvimento (chamado de Terceiro Ciclo), com o objetivo de inverter esse quadro de esvaziamento da hinterlândia e criar condições de viabilidade econômica nos municípios interioranos, para fixar suas populações e assegurar meio de vida e sobrevivência para essas populações.

De um modo geral, em maior ou menor intensidade, o fenômeno observado no Amazonas se repete em todos os Estados da Amazônia Legal e de todas as outras unidades federadas brasileiras, onde o contingente urbano ameaça ultrapassar a 80% do total demográfico ao final deste século. Este é um dos mais graves problemas humanos, sociais e políticos que toda a humanidade está enfrentando em face do novo "crescimento sem emprego", que está sendo gerado no bojo da automação, globalização e competitividade mundial. Aqui também se insere o problema ecológico que tem constrangido o desenvolvimento econômico, pelas leis e regulamentos de proteção ambiental, forçando a fuga do homem do interior pela impossibilidade de continuar trabalhando naquelas atividades tradicionais. A fim de compartilhar o crescimento com a proteção ambiental, o novo desenvolvimento sustentado terá de criar novos conhecimentos e tecnologias, que permitam equilibrar a produção com as necessidades de conservação dos ecossistemas. De outro lado, é importante e urgente promover uma política de contenção demográfica por meio do planejamento familiar e diminuição das taxas de reprodução humana nos países subdesenvolvidos, para evitar a tragédia das migrações e flagelos ecológicos e sociais.

EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO URBANO DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS DOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL
– PERÍODO: 1872 A 1996 –

MUNICÍPIO DAS CAPITAIS	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
BELÉM	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.949	399.222	633.374	933.287	1.244.688	1.142.258
MANAUS	29.334	38.720	50.300	75.704	106.399	139.620	173.703	311.622	633.392	1.011.501	1.158.265
SÃO LUÍS	31.664	29.308	36.798	52.929	85.583	119.785	158.292	265.486	449.432	696.371	781.068
CUIABÁ	35.987	17.815	34.393	33.678	54.394	56.204	56.828	100.860	212.984	402.813	433.101
RIO BRANCO	...	...	...	19.930	16.038	28.246	47.437	83.977	117.103	197.376	228.907
PORTO VELHO	...	...	...	...	...	27.294	50.695	84.048	133.898	287.534	293.815
BOA VISTA	...	...	...	...	...	17.247	25.705	36.464	67.047	144.249	154.166
MACAPÁ	...	...	...	...	...	20.549	46.777	86.097	137.451	179.777	214.197
PALMAS	...	...	...	...	...	...	...	...	...	24.224	85.901
TOTAL	158.982	135.907	218.051	418.643	468.745	663.894	958.659	1.601.928	2.684.594	4.188.643	4.491.678

Fonte: Anuário Estatísticos, IBGE, 1996.

ALTERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DA AMAZÔNIA LEGAL
– DESMATAMENTO DA FLORESTA TROPICAL ÚMIDA (km²) –

Área da Amazônia Legal	Área em km²	Até 1975 km²	1976-1978 km²	1979-1980 km²	1981-1983 km²	1984-1986 km²	1987-1988 km²	TOTAL km²
ACRE	153.149,9	1.165,5	1.299	609,02	912,55	914,14	619,43	5.519,64
AMAPÁ	143.453,7	152,5	18	134,35	201,54	201,51	134,35	842,25
AMAZONAS	1.577.820,2	779,5	1.008,25	2.208,16	3.315,25	3.315,5	2.210,17	12.836,58
PARÁ	1.253.164,5	8.654	1.3791,25	11.468,58	9.000	27.496,57	18.331,05	88.741,45
RONDÔNIA	238.512,8	1.216	2.968,5	3.294,77	6375,94	8.957,73	7.133,46	29.946,4
RORAIMA	225.116,1	55	88,75	408,73	617,08	609,11	408,73	2.187,4
TOCANTINS	278.420,7	3.507,25	6.781,25	1.167,5	3.308,67	3.308,67	2.205,78	20.279,12
TOTAL REGIÃO NORTE	3.869.637,9	15.529,75	25.955	19.291,11	23.731,03	44.802,98	31.042,97	160.352,84
MARANHÃO AML	260.232,7	2.940,75	4.403,25	3.327,6	4.912,29	4.912,29	3.274,89	23.771,07
MATO GROSSO	906.806,9	9.227,63	16.593,69	22.713,51	10.647,99	4.819,69	3.213,13	67.215,64
TOTAL AMAZÔNIA LEGAL	5.036.677,5	27.698,13	46.951,94	45.332,22	39.291,31	54.534,96	37.530,99	251.339,55
TOTAL ACUMULADO		27.698,13	74.650,07	119.982,29	159.273,6	213.808,56	251.339,55	----

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – Diretoria de Sensoriamento Remoto – Avaliação da Floresta Amazônica, Inpe, 1989.

1) Montagem, tabulação e cálculo separado – realizado pelo autor – das áreas desmatadas anualmente. Dados do Inpe divulgados em 1988.

2) A checagem da alteração da cobertura vegetal foi feita pelo Inpe por intermédio da avaliação de imagens do Landsat Mapeador Temático, obtidas numa órbita solar síncrona de 705 km de altitude. A área englobada foi de 185 km, por 185 km, com observações realizadas a cada 16 dias. Dados de satélite recebidos pela estação do Inpe em Cuiabá e processados em Cachoeira Paulista (SP).

3) O relatório do Inpe acima citado informa que as áreas com alteração da cobertura vegetal estão apenas na região de domínio da floresta tropical úmida da Amazônia Legal, excluindo-se as regiões de savana, cerrado e campos-cerrados, dos Estados periféricos da Amazônia Legal. Como os cálculos da área desmatada foram feitos tomando por base a área total da Amazônia Legal, os percentuais encontrados de desmatamento (3,921% na Região Norte e 5,124% na área da Amazônia Legal) apresentam ambiguidades em função da base de cálculo.

4) O correto, a nosso ver, seria tomar por base a área da floresta tropical úmida. Clara Pandolfo (*Amazônia Brasileira*. Belém, 1974), apresentando o cálculo da FAO, Sudam e Serete, informa que a extensão dessa floresta de terra firme é de 253,5 milhões de hectares, e a de várzea é de 6,5 milhões de hectares, totalizando 260 milhões de hectares, ou 2.600.000 km². Neste caso, o percentual desmatado atingiria assim 9,67% e não 5,124%. Murça Pires e William Rodrigues (*Tipos de Vegetação da Amazônia*) calculam a mata de terra firme em 3.203.000 km² e floresta de várzea em 55.000 km², 3.258.000 km². Neste caso, o percentual de desmatamento atingiria 7,72%. O Departamento de Geografia do IBGE calculou a área da floresta úmida e superúmida amazônica, inclusive terra firme, igapó e várzea, em 3.969.560 km², o que resultaria num percentual de 6,33% de área desmatada.

5) Pelos cálculos do Inpe, as áreas menos desmatadas pertencem ao Estado de Macapá (0,592%) e Amazonas (0,819%). Depois, em ordem crescente, sempre em relação às áreas dos seus respectivos Estados, vem Roraima com 0,972%, Acre com 3,585%, Pará com 7,117%, Rondônia com 12,604%, Tocantins com 7,513%, Mato Grosso com 8,377%, Maranhão com 9,135%. A única área fora de controvérsia pertence ao Estado do Amazonas, uma vez que ela se localiza totalmente na região da floresta tropical úmida. Os demais Estados amazônicos também possuem territórios em área de savanas, lavrados, campos gerais, cerrados, cerradão e mata fina, cuja mensuração exata ainda não foi definida.

6) O relatório do Inpe, publicado em abril de 1989, gerou uma polêmica entre os seus técnicos e a comunidade científica. É que o Inpe calculou a área desmatada em 251.339 km² não considerando os desmatamentos antigos (anteriores a 1960), num total de 92.546 km², embora tivesse sido mencionados. Se estes números fossem considerados, os desmatamentos se elevariam para 343.885 km², que representariam 13,23% sobre a mata densa da Hiléia, 10,55% sobre a área da floresta, de Murça Pires, e 7,0% sobre a área da Amazônia Legal. Vide a nova situação em 1996/7 no quadro seguinte.

EXTENSÃO DO DESFLORESTAMENTO BRUTO (km^2) DA AMAZÔNIA LEGAL

Unidade da Federação	Área em km^2	Até 1978 km^2	1988 km^2	1989 km^2	1990 km^2	1991 km^2	1992 km^2	1993 km^2	1994 km^2	1995 km^2	1996 km^2	TOTAL km^2	% área Estado desmatado
Acre	153.149,9	2.500	8.900	900	500	400	400	482	482	1.242	436	13.742	8,9
Amapá	143.453,7	200	800	200	300	400	36	--	--	46	--	1.782	1,24
Amazonas	1.577.820,2	1.700	19.700	2.000	500	1.000	799	370	370	1.890	805	27.434	1,74
Maranhão AM	260.232,7	63.900	90.800	1.500	1.100	700	1.135	372	372	1.782	1.577	99.338	38,17
Mato Grosso	906.806,9	20.000	71.500	8.100	4.000	2.900	4.674	6.220	6.220	8.536	6.991	119.141	13,14
Pará	1.253.164,5	56.400	131.500	7.800	4.900	3.800	3.787	4.284	4.284	8.652	7.131	176.138	14,06
Rondônia	238.512,8	4.200	30.000	1.800	1.700	1.100	2.265	2.595	2.595	4.097	2.496	48.648	20,40
Roraima	225.116,1	100	2.700	900	200	400	281	240	240	163	237	5.361	2,38
Tocantins	278.420,7	3.200	21.600	700	600	500	409	333	333	667	341	25.483	9,15
Total Amazônia Legal	5.036.677,5	152.200	377.500	23.900	13.800	11.200	13.786	14.896	14.896	27.075	20.014	517.067	10,27

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – Programa de Avaliação de Desflorestamento (Prodes) – Dados preliminares 1988/1996.

Tabulação e observações do autor:

1) A publicação pelo Prodes e Inpe dos dados preliminares do desflorestamento na Amazônia, no período de 1989 a 1996, está provocando muita polêmica e aceso debate, tendo em vista que o desmatamento em 1995 foi atípico, atingindo 27.075 km^2 ou 29.059 km^2 (ambos números do Inpe), comparados com 14.896 km^2 de 1994 e 18.161 km^2 (ou 20.014 km^2) em 1996. A média anual da década 1978/1988 – data da última divulgação dos dados do desflorestamento – foi de 21.130 km^2. Portanto, apesar do desvio atípico de 1995, o desmatamento da floresta amazônica, no período de 1989/1996 – 139.569 km^2 – representa uma média de anual de 17.446 km^2/ano, inferior à média de 21.130 km^2/ano no período de 1978/1988. O Inpe informa que em 1997 o desflorestamento caiu para 13.037 km^2 (estimativa projeção linear).

2) Os desmatamentos na década dos anos 70 e 80 foram feitos para formação de fazendas de gado e assentamentos de colonos na nova fronteira agrícola do escudo sul-amazônico, depois da abertura e asfaltamento da Belém–Brasília (BR-101) e Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco (BR-364). Com a proibição da concessão de incentivos fiscais à pecuária e a diminuição dos assentamentos agrícolas e de colonização entre 1990 e 1992, as taxas caíram para uma média de 14.896 km no biênio 1993/1994. Em 1995 a taxa de desmatamento aumentou para 29.059 km^2 (ou 27.075 km^2, ambos dados do Inpe), em função da retomada do programa da reforma agrária, com assentamento de colonos e dos trabalhadores sem-terra, eis que não tem havido mais formação de novas fazendas agropecuárias na região.

3) Devemos considerar também que a população na Amazônia Legal aumentou de 16,98 milhões em 1991 para 18,74 milhões em 1996, com um incremento de 1,76 milhão de habitantes nesse quinquênio. Uma grande parte desse aumento populacional deve-se aos novos assentamentos agrícolas nas áreas do cerrado e de transição para a mata fina e densa de Mato Grosso, Tocantins, sul do Pará, Rondônia e agora no sul do Amazonas, em Apuí e nos campos de Puciari em Humaitá, a mais nova fronteira agrícola do Amazonas – que está produzindo neste ano de 1998 – 30.000 t. de grãos em 10.000 hectares de arroz e soja. Esses novos imigrantes, provenientes do Sudeste e do Sul do país, que vieram para o Amazonas no período de 1970 a 1991, totalizaram cerca de dois milhões de pessoas

4) A maior parte do desmatamento continua a ocorrer em Mato Grosso, sul do Pará e Rondônia, que desmataram conjuntivamente 103.855 km² no período de 1989 a 1996, sendo Mato Grosso = 47.641 km², Pará = 44.638 km² e Rondônia = 18.648 km². O desmatamento, nesses três Estados (110.967 km²), representa 79,50% de toda a Amazônia Legal, no período de 1989 a 1998. Deve-se considerar também que esse desmatamento deve ter abrangido áreas, tanto da floresta densa como da mata fina de transição e do cerrado do escudo amazônico e do planalto central de Mato Grosso e cerrado do sul do Pará, Tocantins, Maranhão e agora sul do Amazonas.

5) O Amazonas continua sendo o Estado com uma das menores médias de desflorestamento. No período de 1989 a 1996 foram desmatados, nesses Estados, apenas 7.734 km², com média anual de 966,7 km²/ano. Esse desmatamento representa, somente, 5,54% do total desflorestado, nesses últimos oito anos (139.569 km²), em toda a região. Em termos de área, o desmatamento no Amazonas até 1996 atingiu apenas 1,74% da superfície desse Estado, comparados com 20,40% de Rondônia; 38,27% do Maranhão; 13,14% de Mato Grosso; 14,96 do Pará e 9,15% Tocantins. Usando este critério de área, apenas 7,35% do territótio amazônico teve a sua vegetação alterada pela ação antrópica. Caso utilizemos como parâmetro de Murça Pires e William Rodrigues de 3.258.000 km² de floresta de terra firme e várzea, o percentual de 10,26% sobe para 15,87%. Pelo critério do IBGE, que calculou a área da floresta amazônica em 3.969.560 km², esse percentual cai para 13,02%. O baixo índice de desmatamento no Estado deve-se à Zona Franca de Manaus, cujo modelo econômico substitui o uso de recursos naturais e agrícolas pela industrialização, com cerca de 400 fábricas que faturaram, em 1997, perto de US$ 12,0 bilhões.

A Amazônia e o terceiro milênio

Antevisão

O futuro não ocorre por si mesmo. O seu fabrico é produto de ação planejada, aleatória ou intuitiva dos indivíduos e da sociedade política, econômica e juridicamente organizada. Contém elementos e forças internas e sofre influências conjunturais e estruturais do país e do exterior.

Desse modo, a grande diversidade de variáveis e vetores que atuam e interferem na construção do futuro impõe o exercício de simulações, modelos e cenários. Esse exercício pressupõe tentativas de penetração e exploração de novas avenidas e horizontes, tentando visualizar o que poderá ocorrer se as variáveis usadas estiverem corretas e não sofrerem desvios e mudanças significativas.

O futuro, porém, não está contido apenas no passado e no presente. Ele depende, também, de ação e de vontade conduzidas pelas lideranças esclarecidas e dinâmicas, a serviço dos interesses comuns. Sobretudo não se pode desprezar o papel da ciência, da tecnologia e da biotecnologia tropical para a solução dos problemas ambientais e do crescimento sustentável que combine o uso dos recursos naturais, com a conservação dos ecossistemas, atendendo as necessidades e a solidariedade diacrônica da população atual com as gerações futuras. Novas invenções e descobertas podem alterar o rumo e o desenvolvimento social e econômico do futuro.

Não se deve menosprezar o conceito de que a expectativa do fato pode criar o próprio fato. Uma tomada de consciência positiva, realista e de esperança voltada para a melhoria de vida e para o desenvolvimento socioeconômico regional constitui o primeiro passo nessa direção. De outro lado, não se pode esquecer o fato de que nas sociedades carentes o cotidiano assume tal proporção que o engenho e a arte se desligam do amanhã e se concentram apenas no clamor e nas soluções de emergência do dia-a-dia.

Por isso, é importante incluir nesse quadro prospectivo as influências, pressões e constrangimentos ecológicos e ambientais que, partindo de dentro ou fora do país, podem frear ou inviabilizar o desenvolvimento, transformando a Amazônia num santuário ecológico para desfrute da vida selvagem, para vender para o ecoturismo exótico e de aventura.

Nos cenários e projeções que antecedem o terceiro milênio, na Amazônia, é preciso ter em mente que o objetivo básico é de sinalizar uma esperança e assinalar, por antecipação, o que podemos fazer para bem decidir, em face dos desafios e potencialidade da região amazônica, e o que podemos oferecer, como contribuição, para solucionar as atuais crises e impasses que o país e o mundo atravessam.

Ao lado do enorme potencial amazônico de recursos naturais, florestais, minerais, energéticos e biotecnológicos é preciso relembrar que esses recursos *per si* não garantem a certeza de um desenvolvimento sustentável. É preciso criar condições de infraestrutura científica, tecnológica e, sobretudo, de recursos humanos qualificados para esse nível de bem-estar futuro venha a ocorrer. O cenário do futuro não contempla nível de emprego e renda para analfabetos formais e funcionais, iletrados, inumerados ou não-informatizados. O bom saber e o bem fazer serão instrumentos indispensáveis para a materialização desse futuro.

Em face das carências materiais das sociedades pobres, muitos podem pensar que, como o cotidiano assume tal proporção e grandeza, todo o esforço, engenho e arte voltados para as projeções e cenários do futuro constituem um preciosismo acadêmico ou um bizantinismo pseudocientífico. Daí a urgência e a prioridade para que todos se concentrem no clamor das soluções e reivindicações de emergência, de prazo curto, do dia-a-dia, que impõem improvisações, atalhos e paranás. Esse posicionamento pode nos conduzir, porém, a um beco sem saída e à perda da perspectiva e da esperança, como bem demonstra a crise do mundo globalizado em que vivemos.

Apesar disso, é bom alertar, de vez em quando, que não basta empurrar a porta, sair e começar a caminhar. É preciso, também, abrir a janela para olhar, pensar, ver, refletir e antever. E não esquecer jamais que, sem romper nosso passado cultural, a nossa

identidade amazônica e brasileira, devemos estar de braços e mentes abertos para receber o futuro.

Desafios

A próxima centúria, na Amazônia, fará surgir muitos problemas e desafios que terão de ser previstos e antecipados. Entre eles vislumbram-se:

1 – Crescentes pressões das populações do Nordeste, do Centro-Sul e do Centro-Oeste sobre os vales meridionais da calha central, com repercussões no campo fundiário, florestal e ambiental, sobretudo no sul do Pará, Amazonas, Tocantins, norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre, que constituem a nova fronteira agropecuária, madeireira e mineral da região, com grandes repercussões nacionais e mundiais em face dos desmatamentos e queimadas já ocorridos, da ordem de 500.000 km² de florestas nativas, que representam cerca de 12% da floresta pluvial amazônica. Essas tensões sociais, econômicas e ecológicas são provenientes do aumento populacional, que passou de 11,8 milhões em 1996, e deverá atingir 20 milhões de pessoas, na Amazônia Legal, no ano de 2000. Essa população passará a exercer forte pressão sobre os recursos florestais, madeireiros, em face da extinção da floresta atlântica e das araucárias no sul do país e sobre as atividades agrícolas, minerais e garimpeiras.

Nesse particular, já se percebem as consequências desse forte *rush* florestal, cujas repercussões são pressentidas pelos desequilíbrios que faltamente causarão no ecossistema e no modo de vida e sobrevivência das populações nativas. Por isso, atenção especial deverá ser dada ao desenvolvimento sustentável para combinar a utilização dos recursos naturais com a conservação ambiental.

2 – Forte pressão sobre os recursos pesqueiros na calha central e nos lagos de várzea, cuja demanda aumentará considera-

velmente como fonte de proteína animal de baixo custo. O aproveitamento desses recursos e sua multiplicação pela piscicultura organizada são uma exigência inadiável, pois a exaustão ou a pesca ambiciosa poderá provocar fome no interior e eliminar a possibilidade de sobrevivência da sociedade cabocla. A recente descoberta da reprodução induzida em cativeiros, por meio das novas técnicas de hipofisão, poderá contribuir para solucionar o problema e tornar a Amazônia um centro mundial de produção de peixes e crustáceos, elevando a atual produção de 200.000 t/ano para 400.000 t/ano no dealbar do século XXI. A biodiversidade e a riqueza ictiológica da Amazônia representada por mais de 2.000 variedades e espécies de peixes podem constituir uma solução para o problema da fome e da insuficiência qualitativa alimentar.

3 – Deslocamento do eixo de produção mineral para a Amazônia Oriental e Ocidental, com a conclusão e plena operacionalização dos projetos de mineração de alumínio de Trombetas, caulim de Jari, ferro, cobre e manganês de Carajás, cassiterita de Pitinga e Bom Futuro, nióbio de São Gabriel da Cachoeira, potássio em Fazendinha, fosfato em Maicuru, gás e petróleo em Urucu; e os pólos metalúrgicos de Alumar, Albrás e Alunorte.

4 – As hidrelétricas de Tucuruí no Tocantins, Balbina no Uatumã, Samuel no rio Jamari, e as projetadas usinas de Cachoeira Porteira no Trombetas e no rio Xingu e em outros rios, a despeito dos impactos ecológicos, se bem controlados e ajustados à proteção ambiental, constituem fatores positivos para atender a futura demanda de energéticos a baixo custo, complementado pelas novas usinas em gestação de pequenas usinas hidrelétricas e a utilização de gás natural das reservas de Urucu e Juruá.

A abundância de energia elétrica combinada com a mineração diversificada e verticalizada em uma grande cadeia produtiva colocará a Amazônia numa vantajosa posição econômica, além de suas vantagens locacionais. Se todos

esses projetos energéticos e minerais chegarem a bom termo, a Amazônia deverá ter o seu produto bruto aumentado em mais de US$ 10 bilhões anuais *circa* 2000. A sua exportação para o exterior que, em 1997, atingiu US$ 4,2 bilhões deverá ultrapassar a US$ 5 bilhões na próxima década.

5 – Outro desafio está presente na economia ribeirinha da calha central que, graças à potencialidade e fertilidade das águas e das suas várzeas, como grande produtora de gêneros alimentícios, com base na mandioca, milho, arroz e feijão, poderá, superando as dificuldades atuais da monocultura da juta em decadência, em face do substituto sintético do polipropileno e do transporte granelizado e por containers.

6 – A ocupação dos cerrados no planalto central pela agricultura e pecuária com certeza produzirá um grande efeito de aproximação e multiplicação sobre a economia amazônica da calha central. À medida que essa frente agrícola mediterrânea for sendo incorporada ao país, toda a Amazônia irá sentir os seus efeitos, quer em função do transbordamento das populações cerradeiras e pantaneiras do centro e Centro-Oeste em busca das nossas terras virgens, quer em função da criação de novos mercados de produção e consumo, intensificação dos transportes e dinamização dos eixos rodoviários da Belém–Brasília, Cuiabá–Santarém, Campo Grande–Porto Velho e Transamazônica. A produção agrícola de grãos dessa área, inclusive a nova frente agrícola de soja, aproxima-se de cinco milhões de toneladas e uma parte dela poderá ser escoada pelo rio Amazonas, via rios Madeira, Tapajós e Araguaia-Tocantins. Uma projeção dos cultivos de grãos em Mato Grosso, Rondônia, sul do Pará e Amazonas permitiu prever uma produção de dez milhões de toneladas para o final do século XX. Outrossim, o rebanho bovino e bubalino que, em 1994, na Amazônia Legal, tinha um efetivo de 35,8 milhões de cabeças de gado, deverá ultrapassar a 50 milhões na próxima década, sem maior im-

pacto ambiental, graças ao aumento da produtividade, melhoria dos pastos e qualidade genética dos rebanhos, contribuindo para o aumento da produção de leite e carne para melhorar a dieta alimentar do amazônida.

7 – De grande importância para a integração da Amazônia certamente serão os onze pólos de Belém, Macapá, Santarém, Parintins, Manaus, Coari, Tabatinga, Porto Velho, Humaitá, Rio Branco e Boa Vista, naturais escoadouros flúvio-rodoviários da produção regional.

7.1 – Belém, com a construção do novo porto de Vila do Conde, em Barcarena, dará suporte ao pólo mineiro-metalúrgico da Albrás e Alunorte, com a abundância de hidreletricidade de Tucuruí e com a construção da eclusa do rio Tocantins, tornará viável a grande via fluvial do complexo Araguaia-Tocantins, possibilitando outra via de acesso e transporte para a produção do cerrado e do minério de Carajás e Paragominas, como alternativa dos portos de Itaqui e Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão. Nessa altura, Belém deverá ultrapassar as estimativas de 2,5 milhões de habitantes para o final do século, vivenciando, então, sérios problemas de criação de empregos, habitação, saneamento e infraestrutura urbana.

7.2 – Santarém, com o futuro asfaltamento da rodovia Santarém–Cuiabá e a extensão do linhão energético de Tucuruí para o oeste paraense, tende a se promover como metrópole do baixo Amazonas, quando atingirá 500.000 habitantes no ano 2000 e a cidade tornar-se-á pólo dinâmico da economia varzeana, em termos de exportação, escoamento da produção do Brasil Central e distribuição de produtos do baixo Amazonas, gozando ainda do fator de proximidade para a importação fluvial do Centro-Sul–Manaus, em substituição a Belém.

7.3 – Manaus tem hoje os seus pólos industriais da Zona Franca de Manaus em plena expansão, mesmo com a nova política de abertura de importações e globalização econômica que induziram a modernização e melhoria da

competitividade de suas empresas e produtos. A sua produção industrial atingiu US$ 9 bilhões em 1990, US$ 11,7 bilhões em 1995, US$ 13,2 bilhões em faturamento no exercício de 1996 e US$ 12,0 bilhões em 1997. Houve consideráveis ganhos de eficiência industrial e redução de custos, muito embora houvesse a diminuição de sua força de trabalho, de 77.000 operários em 1990 para 64.000 (inclusive terceirizados) em 1996, porém a mão-de-obra indireta deve ter gerado mais de 200.000 oportunidades de trabalho em Manaus e no Amazonas.

A redução dos custos industriais e os incentivos foram repassados aos consumidores nacionais, tendo proporcionado uma economia de divisas da ordem de US$ 10,0 bilhões em 1996, pois importou insumos estrangeiros no valor de US$ 3,1 bilhões para uma venda final de US$ 13,2 bilhões. Também esta produção industrial foi capaz de gerar receitas públicas no valor de US$ 2,7 bilhões em 1996, sendo US$ 1,2 bilhão de ICMS estadual e US$ 1,5 bilhão de tributos federais, previdência social e FGTS, produtividade fiscal essa que se repetiu no exercício de 1997.

É preciso, no entanto, com urgência, expandir, inovar, descobrir e implementar novas opções e cadeias produtivas que complementem o modelo e integrem o desenvolvimento em benefícios das populações interioranas. Entre outras alternativas de desenvolvimento sustentado, devemos citar a implementação dos novos pólos de especiarias, floro-xilo-químicos, óleos essenciais e vegetais, heveicultura e héveo-fabril, fármacos, produção varzeana, especialmente mandioca e macaxeira, frutas regionais, palmito de pupunha, piscicultura, pasta química, celulose, madeira e móveis, pecuária bovina e bubalina, avicultura, refino de petróleo, produção de gás natural e pólo petroquímico dos campos de Urucu e Juruá, mineração em larga escala e turismo geral e ecológico. É de fundamental importância para o seu futuro o asfaltamento da rodovia BR-174, que liga Manaus–Boa Vista a Caracas; a reconstrução da BR-

319, que liga Manaus a Porto Velho; o melhoramento da hidrovia do Madeira, que já está escoando a soja da Chapada dos Perecis de Mato Grosso e dos campos de Puciari de Humaitá, no Amazonas, e a construção do novo porto de Manaus.

7.4 – Porto Velho e Rio Branco estão se tornando dois grandes centros da produção agrícola, madeireira e mineral, porém, sofrem, também, com a precariedade da manutenção da rodovia BR-364 e as deficiências da navegação dos rios Madeira e Purus. Para se tornarem pólos viáveis de desenvolvimento sustentável, precisariam consolidar a sua vocação agrícola e florestal, compatibilizar o uso de recursos com a proteção ambiental, aproveitar as suas vias fluviais para ter uma saída para o rio Amazonas e oceano Atlântico, e através da rodovia BR-317, que liga Boca do Acre–Rio Branco–Xapuri–Assis Brasil–Puerto Maldonado–Iló–Matarani materializar o acesso ao Pacífico – condição *sine qua non* para romper o atual enclausuramento e a esterilização do isolamento e da distância.

8 – O desenvolvimento da calha central do rio Amazonas-Solimões está na dependência da melhoria dos transportes e portos fluviais, tanto na calha central quanto nos rios tributários, bem como da solução da continuada crise energética e na criação de uma base econômica produtiva e próspera. Macapá, Cametá, Gurupá, Almeirim, Munguba, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, Oriximiná, Parintins, Itacoatiara, Manacapuru, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Tabatinga, no decorrer dos próximos anos, serão transformados em centros de exportação direta, com ligação oceânica para Europa, América do Norte e países asiáticos. Essa frente histórica mais antiga da ocupação amazônica necessita ganhar autonomia e vida própria, libertando-se da situação de extrema dependência periférica dos centros dominadores de Manaus e Belém, que absorvem a quase totalidade dos investimentos e da infraestrutura regional e,

por isso, se tornaram vítimas de um incontrolável processo de implosão urbana.

Por outro lado, os transportes rodoviários e interfluviais deverão ser intensificados, no sentido óbvio de encurtar distâncias, ficando ligadas as cidades e vilas mais importantes entre os vales do Javari-Juruá (Benjamin Constant–Carauari–Eirunepé), Juruá-Purus (Eirunepé–Boca do Acre e Carauari–Lábrea), Purus-Madeira (Lábrea–Humaitá, Canutama–Tapauá–Manicoré) e Madeira-Tapajós (Manicoré–Jacareacanga, Borba, Nova Olinda do Norte a Maués e Itaituba).

9 – Nos tributários da calha norte, o desenvolvimento vai depender da expansão do processo de ocupação humana, pois ela constitui hoje o maior inecúmeno regional. É uma área, porém, extremamente sensível a problemas político-internacionais por ser um território lindeiro a áreas sujeitas à turbulência das guerrilhas ao narcotráfico e instabilidades políticas dos países fronteiros e também a problemas internos gerados pela necessidade de conciliar a demarcação das reservas indígenas com o uso e exploração de seus abundantes recursos minerais. O dinamismo de sua economia, também, está ligado à construção e pavimentação das rodovias, em fase final de conclusão, ligando Manaus a Boa Vista–Venezuela, e a construção da futura estrada de Óbidos ao Suriname e de Macapá a Caiena, na Guiana Francesa.

10 – Do ponto de vista político é possível antecipar a necessária reorganização do espaço político regional, mediante a criação de novos Estados ou Territórios Federais. É bem possível que além dos atuais 9 Estados amazônicos (Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima) venham a ser criados, pelo natural processo de descentralização administrativa e representatividade política no Congresso Nacional, os Territórios Federais ou Estados do alto Amazonas, abrangendo o alto Solimões, o Içá e Japurá; o do rio Negro, integrado pelos vales do alto do rio Negro, Uaupés, Içana,

a partir de Barcelos até a fronteira da Colômbia; o de Trombetas, abrangendo os rios Trombetas e Mapuera; e o do baixo Amazonas, constituído pela área do vale do rio Tapajós. Essa reorganização territorial que venho defendendo há mais de trinta anos está se tornando, cada vez mais, urgente e inadiável, na medida em que se constata o esvaziamento e êxodo rural do interior dos Estados amazônicos e a excessiva concentração populacional nos grandes centros urbanos de Manaus e Belém, que estão se tornando cidades ingovernáveis, à beira da explosão social da miséria e da marginalização social. A criação dessas novas unidades federadas viria preencher um inecúmeno político pela presença atuante de um mais alto nível administrativo do poder público e da representação política no Congresso Nacional. Novas lideranças irão surgir, abrindo espaço para gerar novos investimentos sociais e econômicos, que interiorizem o desenvolvimento.

Cenários

Historicamente a Amazônia vem evoluindo pela incorporação de desdobramento de quatro frentes de ocupação e povoamento. A via atlântica de colonização portuguesa que penetrou no vale amazônico pelo delta e subiu a calha central do rio Amazonas e seus tributários, produziu a fase histórica do ciclo das drogas do sertão e do povoamento nordestino-cearense que impulsionou o ciclo da borracha.

A frente do planalto central, produto do desdobramento da fronteira humana do Centro-Sul e do Sudoeste e que levou mais de cem anos, após a Independência, para ganhar presença marcante depois da abertura das frentes rodoviárias de penetração da Belém–Brasília, Cuiabá–Santarém e Cuiabá–Porto Velho–Rio Branco. Esta via é a principal responsável pelas novas frentes agropecuárias e, também, pelos transtornos e impactos ambientais dos desmatamentos para colonização e exploração econômica.

A frente andina e guianense, mais distante e longínqua, porém sempre presente e possível, dado ao fato de que a Amazônia constitui um condomínio político de nove países, com os quais compartilha a

soberania da área. Esta frente está, hoje, em processo de crescimento pelo Tratado de Cooperação Amazônica de 1978 e será afetada pelos destinos dos países do Pacto Andino, do Caribe, do Mercosul e do Nafta, nesta época caracterizada pela formação de blocos de países de mercados comuns e globalização econômica.

Finalmente, a quarta frente de origem inicialmente indígena, vítima inicial do processo imperial da conquista e que vem incorporando, ao longo dos séculos, contingentes de migrantes nacionais e estrangeiros.

Considerando que essa frente interna de povoamento e ocupação está, hoje, representada por 18,7 milhões de habitantes, a Amazônia tornou-se, já, uma parcela importante da nação brasileira, pois o seu destino parece ser, cada vez mais, abrigar os excedentes da população do Centro-Sul, os refugiados ecológicos de outras áreas brasileiras já atingidas pela degradação ambiental e como frente pioneira agrícola, mineral e industrial, receptora de investimentos nacionais e forâneos. Esta frente deve, outrossim, promover, simultaneamente, a melhoria da qualidade de vida, geração de emprego e aumento da renda de sua população tradicional, que deve ser um dos objetivos prioritários de qualquer política regional.

Essas quatro frentes estão todas elas presentes e atuantes, de forma desigual e assimétrica, na Amazônia de hoje, mas todas elas têm um papel a representar no processo de integração regional e na construção do nosso futuro.

Esse processo de integração e expanção da fronteira humana, econômica e social na Amazônia encontra-se, hoje, sob questionamento interno e externo.

Internamente discute-se a viabilidade de se continuar investindo em infraestrutura e em empreendimentos que demandam altos custos e tratamentos diferenciados e incentivos, em face da lógica implacável da distância continental e dos altos custos de transferência. Por isso, todas as instituições amazônicas e os principais projetos de desenvolvimento estão sendo questionados por uma ponderável parcela da sociedade nacional, sobretudo àquela localizada nas regiões do Sudeste e do Sul. As novas instituições e os novos modelos de desenvolvimento estão sob o fogo cruzado de in-

teresses de grupos enraizados em outras regiões, que disputam conosco uma maior parcela do produto e da renda nacional. Instituições como a Sudam, Suframa, Basa, universidades, instituições de pesquisas estão sobrevivendo a duras penas, em face da recessão nacional e das contingências derivadas da discussão de viabilidade e dos incentivos do projeto amazônico na conjuntura atual.

Externamente a preocupação ecológica e ambiental, que se apossou da mente dos líderes dos povos industrializados e desenvolvidos, fez da Amazônia um símbolo de toda a preocupação mundial sobre o destino do nosso planeta. Mais do que isso. Em muitos países, lideranças políticas e proféticas premonições para-científicas criaram a imagem e o estereótipo de que pesa sobre a Amazônia a responsabilidade de manter íntegro os seus ecossistemas silvestres, para que o restante da humanidade possa usufruir e manter os seus atuais padrões e tecnologias poluidoras e degradantes dos seus sistemas de produção.

A floresta amazônica, assim, para essa corrente de ecologia fundamentalista, deverá ser mantida e preservada como um santuário, para poder exercer a sua função de sumidouro do dióxico de carbono, produzido pelos países do hemisfério norte, manter a temperatura e o clima globais em equilíbrio e sustentar, com a sua imensa biodiversidade, as necessidades genéticas da população futura, conforme se discutiu recentemente na Conferência Mundial de Kyoto, em dezembro de 1997.

Este novo e falso conceito e percepção unilateral e radical do problema já tem feito sentir os seus efeitos e impactos sobre a região sob diferentes formas, políticas e constrangimentos externos. Eles atuam nos organismos financeiros internacionais para negar financiamento para construção de estradas e barragens, desencorajar iniciativas do campo da hidreletricidade, mineração, agricultura e pecuária, sob o pretexto de que agridem o ecossistema e irão promover o aquecimento global, aumentar o nível de dióxido de carbono, causar chuvas ácidas, contribuir para romper a camada de ozônio e outras formas degradantes e agressivas do equilíbrio dos ecossistemas mundiais.

As virtualidades e os dons amazônicos são exaltados neste tipo de discurso ideológico, mas de outro lado não se reconhece que a contrapartida e ônus devem recair sobre aqueles países beneficiados, que devem assumir as suas responsabilidades e obrigações de contribuintes de um necessário imposto internacional ambiental, que deve ser criado e exigido pelos países amazônicos pelo suprimento de tais benefícios, dons e serviços.

Assim, a Amazônia enfrenta, nesta década, o pior dos mundos possíveis. Do lado interno, a recessão e a instabilidade econômica e política constrangem a expansão de nossa fronteira social e humana pela carência de recursos financeiros e vontade política de atuar numa região distante e carente de força representativa no Congresso Nacional. Do lado externo, as formulações de falsas profecias e premonições que, sob pretexto ambiental, tolhem ou respondem timidamente às solicitações de recursos para enfrentar os grandes desafios que a Amazônia enfrentará no próximo milênio. Isto é, como desenvolver ciência, educação e tecnologias tropicais e ambientais não-invasivas e não-poluidoras, por meio da introdução de novos métodos de exploração racional e inteligente dos recursos naturais em harmonia com as necessidades de proteção ambiental, em benefício das gerações atuais e futuras.

Esta ambiguidade de posições e a discordância frontal entre o discurso e a realidade factual ficou bem patente na Conferência no Meio Ambiente do Rio de Janeiro – ECO-92, quando um determinado número de países líderes desenvolvidos se negaram a assinar a Convenção da Biodiversidade, que assegurava aos países detentores dos referidos recursos genéticos a transferência de tecnologia e o direito de patente e *royalties* pelo desenvolvimento de subprodutos, princípios ativos e fármacos deles derivados.

Considerando essas linhas de fatores atuantes na atual conjuntura é possível traçar, pelo menos, três cenários que possivelmente irão influenciar na formação e atuação da Amazônia do terceiro milênio:

O primeiro cenário representa o desdobramento da situação crítica atual, caracterizada pelas crises internas e externas. Este cenário, assim, irá produzir o agravamento das condições atuais da região mediante o aprofundamento das contradições e imperfeições

dos modelos atuais de desenvolvimento dos grandes projetos industriais, do modelo da Zona Franca de Manaus, dos polos minerais, energéticos e das frentes agropecuárias de expansão na periferia espacial da região.

A escassez dos recursos internos provocará a perda da prioridade regional nos planos nacionais de desenvolvimento e provocará estagnação ou regressão nas frentes pioneiras agrícolas. Haverá fortes restrições e constrangimentos ecológicos para o aproveitamento dos recursos madeireiros, construção de novas usinas hdrelétricas e aproveitamento de bens minerais. O desestímulo dos bens, produtos e matérias-primas regionais continuarão a sofrer quedas de preços e relações perversas no intercâmbio interno e externo.

O quadro será recessivo e de aprofundamento da pobreza, queda do nível de emprego e renda. Haverá perda de lideranças científicas, profissionais, empresariais e sindicais, enfraquecendo a estrutura da sociedade regional. Esta linha regressiva refletir-se-á, de forma crônica, na manutenção de níveis de desemprego e de pobreza, tanto no campo quanto na cidade, criando situações de conflitos sociais, maiores disparidades de renda e crescente marginalidade. Possivelmente haverá regressão da fronteira humana e desinvestimentos, que desestimularão qualquer iniciativa de recuperação a curto e médio prazos.

O segundo cenário retrata um quadro de implementação de uma política fortemente restritiva do desenvolvimento econômico amazônico imposta por fatores de ordem externa, com o objetivo de tornar a Amazônia um santuário da vida silvestre, um banco genético com base na sua biodiversidade para aproveitamento futuro. Seriam incentivadas atividades primitivas de exploração econômica como a atividade florestal extrativa. Esse ciclo, que já se considerava ultrapassado pela inviabilidade econômica de suas técnicas primitivas, passaria a ser eleito como fórmula mágica salvadora para sobrevivência de seringueiros, indígenas e outros povos da floresta.

Para compensar essas perdas de renda e emprego seriam dispensadas políticas compensatórias internacionais e por organizações governamentais e não-governamentais, visando criar e manter tal modelo extrativo e anacrônico, procurando alternativas de sua via-

bilização mediante introdução de novas tecnologias de manejo florestal, adensamento e enriquecimento das espécies nobres. É de se pensar, também, que a implementação dessa política extremamente ambientalista poderia conduzir a Amazônia para novas formas de desenvolvimento sustentável, com ênfase na biotecnologia, piscicultura, ecoturismo e outras atividades inovadoras, que passariam a constituir a nova base do sistema produtivo sustentável.

Resta especular até que ponto a sociedade amazônica, despida de suas lideranças científicas, técnicas e empresariais, seria capaz de experimentar tal modelo e tornar essas inovadoras experiências em fonte permanente de prosperidade e bem-estar. Corremos, todavia, o risco de ver crescentes imposições e restrições à soberania brasileira na área, pois os investimentos e o poder decisório, provavelmente, seriam deslocados para o exterior.

O *terceiro cenário* poderia combinar e explorar as possibilidades positivas de alguns aspectos dos dois cenários anteriores, com a introdução de modificações estruturais nos modelos atuais de desenvolvimento praticado. Este novo quadro teria validade e possibilidade de realização, caso a economia nacional brasileira continue a crescer e volte a investir na Amazônia como prioridade nacional.

A retomada dos investimentos públicos e privados criaria novas perspectivas de emprego, renda e bem-estar, e o setor público voltaria a se empenhar na construção dos projetos e obras de infraestrutura econômica, social, educacional, científica e tecnológica. Também, de outro lado, este cenário se comporia com o esforço de cooperação e colaboração internacional, mediante uma nova ordem econômica e ecológica internacional.

Nesta nova ordem, os processos de dominação ou de relações do antigo conflito Norte-Sul seriam substituídos por amplos programas multilaterais. Esses programas viriam ajudar a região a proceder uma melhor divisão internacional de trabalho, de acordo com as suas vantagens absolutas e relativas de suas vocações e aptidões, visando inserir a economia amazônica, tanto no contexto brasileiro quanto na sua órbita maior, no campo da comunidade internacional.

Neste caso de globalização ecológica e econômia, os ônus e benefícios seriam repartidos entre todos os países que viessem a

aderir à nova ordem internacional. Essa ordem ganharia foro de confiabilidade e viabilidade, caso os investimentos que hoje são absorvidos pelo setor bélico, cessada a Guerra Fria e os confrontos leste-oeste e norte-sul, fossem dirigidos para a criação de uma economia que contemple os valores regionais, nacionais e mundiais, a serviço do bem comum de todos.

Ao final, para concluir, desejo terminar como comecei. O futuro não ocorre por si mesmo. O seu fabrico é produto da ação planejada, da inovação e do desejo político da sociedade para criar um horizonte de vida, trabalho e bem-estar que contemple a todos sob o pálio da justiça e da fraternidade. Fraternidade que permita a convivência humana e a integração de tantos povos, etnias e culturas que, ao longo dos séculos, desde a colonização até os dias recentes, têm contribuído para a formação do nosso povo. A Amazônia – no limiar do novo milênio – deve estar de braços e olhos abertos para receber o futuro.

Referências

AGASSIZ, Louis e Elizabeth. *A tourney in Brazil, 1865/1866*. Plata Publishing Ltd. – chur, 1975 – Reprint.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 5.ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

ÁLBUM DO ESTADO DO PARÁ. *Oito anos do Governo Augusto Montenegro (1900-1909)*. Paris: Chaponet, 1908.

ALIPRANDI, Ermenegildo; MARTINI, Virgílio. *Gli Italiani nel Nord del Brasile*. Editori Compilatori; Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1932.

ALMEIDA, José Américo de. *A Bagaceira*. Romance.

AMZALAK, Abraham. "Antigos Cemitérios Judaicos perdidos na Amazônia". Manaus, *Revista Hatikya*, 1984.

ANTONACCIO, Gaitano. *A colônia árabe no Amazonas*. Manaus: Impresa Oficial, 1996.

ARAÚJO, Carlos. *Histórico da Imigração Japonesa no Estado do Amazonas*. Manaus: Fieam, 1995.

ARNAUD, Expedito. *O índio e a expansão nacional*. Belém: Edições Cejup, 1989.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. *Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas – 1871/1971*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1971.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. *Revista da ACA* – 1906 a 1919. Manaus.

AYOUN, Richard. "Estabelecimento dos Espanhóis no Magreb nos Séculos XIV e XV". In: *Ibéria Judaica*. São Paulo: Edusp, 1996.

AZEVEDO, Marta Maria. *Populações Indígenas Brasileiras da Amazônia*. Edição reprográfica, 1996.

AZULAY, Fortunato. *Torá*. Rio de Janeiro: Editora Luna, 1980.

BARNAVI, Elie. *História Universal dos Judeus* (sob a direção de Elie Barnavi, Depto. de História da Universidade de Tel Aviv e da Escola de Altos Estudos Sociais de Paris). São Paulo/Belém: edição brasileira, Cejup, 1995.

BENCHIMOL, Samuel. *O Cearense na Amazônia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Imigração e Colonização/Imprensa Nacional, 1946.

______. *Manaós, The Growth of a City in the Amazon Valley*. Miami Uinversity, Oxford, Ohio. Tese de Mestrado, 1947.

______. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992.

______. *Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia*. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1966.

______. *Amazônia*: Um Pouco-Antes e Além-Depois. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1977.

______. *Manáos-do-Amazonas*: Memória empresarial. Manaus: Universidade do Amazonas, 1994.

______. *Depressão, Débâcle e Bancarrota*. Manaus, 1994 (manuscrito inédito).

______. *Judeus no ciclo da borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1994. Resumo em *Judaísmo – Memória e Identidade* – Org. Helena Lewin. Rio de Janeiro, 1997.

______. *Navegação e Transporte na Amazônia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1995.

BENTES, Abraham Ramiro Bentes. *Os Sefardim e a Hakitia*. Belém: Mitograph Ed., 1981.

Das Ruínas de Jerusalém à Verdejante Amazônia – Formação da Primeira Comunidade Israelita Brasileira. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1987.

______. *Primeira Comunidade Israelita Brasileira*. Rio de Janeiro: Gráficas Borsoi S.A., 1989.

BERREDO, Bernardo Pereira de. "Annaes Históricos do Estado do Maranhão em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo mais que nelle tem sucedido desde o anno em que foi descoberto até o de 1718. *Monumenta Amazônica*. Iquitos: Edição Príncipe, 1749; Ediciones Abya-Yala, 1989.

BLAY, Eva Alterman. "Judeus na Amazônia". In: *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo* (Org. Bila Sorj). Rio de Janeiro: Imago, 1997, 32 p.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; 3.ª edição, 1995.

BRAGA, Theodoro. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. Lauro Sodré, 1916.

BRASIL, Marília Carvalho. "Os fluxos migratórios da Região Norte nas décadas de 70 e 80". Seminário da Fundação Joaquim Nabuco sobre "Populações Amazônicas: Tendências e Perspectivas". Manaus: edição mimeo, novembro de 1966.

BROWN, Kenneth. "Religion, Commerce et Peregrination des Juifs Marocain". Traduit de l'hebreu, Péamin 38, 1989, Institut Ben-Zvi. In: *Cent Ans de Judaisme Marocain*. Seleção e edição por Shalom Bar Asher, Department de l'Education par la Torah dans la Diáspora.

CASTRO, Plácido de. *Apontamentos sobre a Revolução Acreana*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1911.

CHÍXARO, Paulo. *Indicador de Manáos*. Manaus: Typ. Reis, 1940.

CONGRESSO COMMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA (1910). *Annaes*. Manáos: Typ. Palais Royal, 1911. Nova edição, Manaus: Editora Calderaro, 1990.

CORRÊA, Luiz de Miranda. *A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial*. Manaus: Ed. Sergio Cardoso, 1967.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 12.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

______. *À Margem da História*. São Paulo: Lello Brasileira, 1976.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Imprensa Universitária, 1963.

DAVIDSON, David. *Rivers and Empire*: The Madeira route and the incorporation of Brazilian Far-west, 1737-1808. Ann Arbor, Michigan: USA, University Microfilms International, 1970.

DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil. Um estudo de história ecológica*. São Paulo: Editora Nobel, 1989.

EBAN, Abba. *A História do povo de Israel*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1971.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Chicago: Editores William Bento Publissher, 1964.

ENCYCLOPAEDIA JUDAICA. 21 volumes. Original em Inglês. Jerusalém: Keter Publishing House Ltd., 1973.

FTD. *Língua portuguesa, Grámatica Histórica*. Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1926.

FABEL, Nachman. "Presença Judaica na Amazônia". 1.º Congresso Internacional Israelita de Ecoturismo, Belém, de 1997 (manuscrito inédito).

FERRANTE, Miguel J. *Seringal*. São Paulo: Clube do Livro, 1972.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato*

Grosso e Cuiabá – 1783-1792. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Com. Melhoramentos de São Paulo, 1987.

FERREIRA, Waldemar. *História do Direito Brasileiro*. 1.º vol. São Paulo: Edição Saraiva, 1962.

FONSECA, Cássio. *A economia da borracha*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva de Defesa da Borracha, 1950.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

______. *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Neogravura, 1961.

______. *O Escravo nos Anúncios dos Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; São Paulo: Cia. Editora Nacional, col. Brasiliana n.º 370, 1979.

FRITZ, Samuel. *Diário del Padre Fritz (1689-1723)*. Quito: Studio 21, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Dasp, 1960.

GALGANIO, Nicola (Assessora). *O Grande Livro de Cozinha Especial*. São Paulo: Três Livros, 1984.

GARCIA, Waldir. "Os Oriundi". Artigo de *A Crítica*, s/d.

GRAZIANO, Sigfrido. *Problemática Indígena na Amazônia*. Funai, edição reprográfica, 1987.

HATEFUTSOT, Beth. *Museu da Diáspora da Universidade de Tel Aviv*, 1983.

IBGE. *Anuários Estatísticos do Brasil*.

IBGE. *Séries Estatísticas Retrospectivas*. Rio de Janeiro, 1941.

INSTITUTO GEOGRÁFICO MILITAR – *500 años de descobrimento de América*. Encuentro de Dos Mundos – 1492-1992. Quito, Ecuador: Division Geografica, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Amazônia*: Desflorestamento 1995-1997. São Paulo: Inpe, 1998.

ISRAEL, Elias Leão. *Relatório de Receita e Despesas de 1909 a 1912 da Sinagoga Shaar Hashamaim*, apresentado pelo seu presidente Elias Leão Israel. Belém: Typ. Delta, 1912.

KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Pioneira Editora, 1971.

KAWADA, Takuya. *História da Imigração Japonesa no Amazonas*. Manaus: edição mimeo, 1995.

KLEIN, Herbert. "Tráfico de Escravos". *IBGE – Estatísticas Históricas do Brasil*, vol. 3 Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras*: Mulheres Judias e Prostituição; as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Editora Imago.

LAREDO, Isaac. *Memórias de um viejo tangerino*. Madrid: C. Bermejo, 1935.

LARGMAN, Esther. *Jovens Polacas*, 1922.

LAU, Percy. *Suas Ilustrações*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1942.

LE COINTE, Paul. *L'Amazonie Brésilienne*. Paris: A. Challamel, 1922.

LEWIN, Helena. "Idiche Mame – A mulher judia e a Controvérsia entre o Tradicional e o Moderno". In: *Ibérica Judaica*. São Paulo: Edusp, 1996.

LEWIN, Helena; KUPERMAN, Dianne (Org. e colaboração). In: *Judaísmo*: Memória e Identidade (51 autores). Rio de Janeiro: Gráfica Uerj, 1997.

LOUREIRO, Antonio. *A Grande Crise*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1985.

MAIA, Álvaro. *Gente dos Seringais*. Rio de Janeiro: Conquista, 1987.

MARTINELLO, Pedro. *A 'Batalha da Borracha' na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o Vale Amazônico*. São Paulo: Universidade Federal do Acre, 1985.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MENEZES, Aderson de. *História da Faculdade de Direito do Amazonas (1909-1959)*. Manaus: Tipografia Fênix, 1959.

MIRELMAN, Victor A. *Sephardic Immigration to Argentina Prior to the Nazi Period*. Boston: Alen & Lenwin, 1987.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Negritude & Modernidade. A Trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1990.

MORAIS, Raymundo. *Anfiteatro Amazônico*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, s/d.

______. *Na Planice Amazônica*. 1.ª ed. 1926; 7.ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1987.

MOREIRA, Eidorfe. *Presença Hebraica no Pará*. Belém, 1972.

MORENO, Humberto Baquero. "Tensões e Conflitos na Sociedade Portuguesa em Vésperas de 1492". In: *Ibéria Judiaca*. São Paulo: Edusp, 1996.

MURAKAWA, Clotilde. "Inquisição portuguesa – Vocabulário de Direito Penal". In: *Ibéria Judaica*. São Paulo: Edusp, 1996.

NACHIM, Zeilich. *Cronologia da História Judaica*. São Paulo: Edição B'nai B'rith do Brasil, 1981.

NASCIMENTO, João Affonso. *Três séculos de moda*: a propósito do tricentenário de fundação da cidade de Santa Maria de Belém, capital do Grão-Pará. Belém: Tavares Cardoso, 1923.

NERY, Barão de Santa'Anna. *O País das Amazonas*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1979. Edição Príncipe, em francês, 1884.

NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Edusp, 1972.

______. "Jewish Roots of Brazil". In: *Iewish Presence in Latin America*. Boston: Allen & Lenusin, 1987.

NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NOVINSKY, Anita W.; KUPERMAN, D. (Orgs.). *Ibéria – Judaica*: Roteiros da Memória. São Paulo: Edusp, 1996.

ONU. "Nosso Futuro Comum". *Relatório Gro Harlem Brundtland*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

PARÁ. Álbum do Estado do Pará. *Governador Augusto Montenegro 1901-1909*. Paris: Chaponet, 1908.

PEREIRA, Nunes. *Moronguetá, um Decameron Indígena*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

______. *Panorama da alimentação indígena*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1974.

PERES, Ambrósio B. *Judaism in the Jungle*. Miame: edição reprográfica, circa 1990.

PIRKEI, Avot. *A Ética dos Pais*. Manaus: edição reprográfica, 1996.

QUADROS, Jânio *et all*. *Curso prático da língua portuguesa*. São Paulo: Formar Ltda., 1966.

QUADROS, Jânio; MELO FRANCO, Afonso Arinos. *História do Povo Brasileiro*. São Paulo: J. Quadros Editores, 1967.

RAMOS, Mário Barroso. "Seringueiros e Seringalistas". *Revista Associação Comercial do Amazonas*, n.º 68, Manaus, 1947.

REIS, Arthur C. F. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

______. *História do Amazonas*. Manaus, 1.ª ed. 1931; 2.ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

______. *O Seringal e o Seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1953.

RELATÓRIOS dos Presidentes da Província do Amazonas. Manaus, 1854, governador Ferreira Pena.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.

______. *O povo brasileiro* – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda., 1997.

ROSENZWEIG, Alfredo. *Judios em la Amazonia Peruana*. Iquitos: edição mimeo, 1949.

ROTH, Cecil. *Uma história dos marranos*.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará*. Belém: Graficentro/Cejup, 1988.

SAMPEDRO, Francisco *et all*. *500 Años del Descobrimento de América* – Encuentro de Dos Mundos – 1492-1992. Ecuador: Instituto Geografico.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora Ltda., 1980.

SARAIVA, Antônia. *Amazônia*: uma experiência em Projeto Rondon. Edição mimeo, s/d.

SCLIAR, Moacir. *O Ciclo das Águas*, 1975.

SILVA, Francisco Gomes da. *Cronografia de Itacoatiara*. Manaus: Papyros Ind. Gráf., 1997.

SILVA, Oyama César Ituassú da. *A Escravidão no Amazonas*. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1982.

SOCIODEMOGRAFIA da Amazônia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

SOUZA, Márcio. *Galvez, Imperador do Acre*.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *Varadouros da Liberdade*: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasiléia, Acre. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Edição mimeo, 1996.

SUDHEVEA – Superintendência da Borracha. *Anuários Estatísticos*, 1970.

TOCANTINS, Leandro. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1961.

VALINZUELA, Benjamin. *Um Puerto de Paz y Progresso*. Guayaquil: Artes Gráficas Senefelder, 1961.

VELTMAN, Henrique B. *Os Hebraicos na Amazônia*. Edição mimeo; Tel Aviv: Museu da Diáspora (Beth Hatefusot), 1983.

VIANA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1933.

VIEIRA, Antônio. *Pequena enciclopédia da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 1964.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica*. Estudo do Homem nos Trópicos. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

WIESEL, Ellie. *Reflexiones*. Jerusalém, 1986.

WOLFF, Egon e Frieda. *Sepulturas Israelitas* – II em cemitérios não israelitas. Rio de Janeiro: Edição Gráfica Zit, 1983.

______. *Sepulturas israelitas* – As Mishpakhot de Belém. Rio de Janeiro: Erca Editora e Gráfica, 1987.

Documentação oral

Relação dos entrevistados pessoalmente ou por telefonemas e cartas, cujos depoimentos foram utilizados na elaboração deste livro:

– Entrevistas com *57 imigrantes nordestinos*, conhecidos como "soldados da borracha" e arigós, que vieram para a Amazônia, no período de 1942 a 1944, publicados no *Romanceiro da Batalha da Borracha,* Manaus: Imprensa Oficial, 1992, e agora ampliado após consulta aos meus arquivos.

– João Renôr F. de Carvalho – reitor da Universidade do Amapá, Macapá
– Padre Jesus Hortal Sanchez – S. J. reitor da PUC, Rio de Janeiro
– Professor José Russo, diretor da Faculdade de Direito do Amazonas
– Professor David Alves de Melo
– Professor Armando Santos
– Joaquim Nogueira da Silva
– Adelino Pereira da Silva
– José Cândido Monteiro
– Tei Casalina Ihára
– Terezinha Edna Monteiro Peixoto
– Itacoatiara
– Lúcia Porto – IBGE
– Dr. Isaac Elias Israel – Belém
– Salomão Cohen – Manaus
– Ambrósio Assayag – Manaus
– José Mário Assayag – Manaus
– Samuel Apenzeller – Manaus
– Dr. Jacob Cohen – Manaus
– Abraham Benmuyal – Manaus
– Mery Israel Benchimol – Manaus
– Alice Benchimol – Manaus
– Raphael Benchimol – Rio de Janeiro
– Alberto Benchimol – Phoenix, Arizona
– Nelson Benchimol – Los Angeles, Califórnia
– Jaime Samuel Benchimol – Manaus
– Nora Benchimol Minev – Manaus
– Moyses Benarrós Israel – Manaus
– Benjamin Benzecry – Manaus
– Leon Levy – Rio de Janeiro
– Ambrósio B. Perez – Miami
– Isaac Moysés Cohen – Manaus
– Zanoni Magaldi – Maués
– Antonio José Souto Loureiro
– Umberto Figliuolo – Manaus
– Francisco Ianuzzi – Parintins
– Urbano Giordano Iudice – Óbidos
– D. Luiza Noqueira
– F. Almeida
– Anibal Beça
– Maximino Miranda Corrêa
– Joaquim Marinho
– Tsuyoshi Miyamoto
– Oriane de Souza Batalha – Parintins
– Rabino Moyses Elmescany – Belém
– Dr. Abraham Elmescany – Manaus
– Professor Inácio Obadia – Belém
– Dr. Isaac Dahan – Manaus
– D. Marita Assayag Hanan – Rio de Janeiro
– Isaac Raphael Assayag – Manaus
– Samuel Koifman – Manaus
– Gimol Levy Benchimol – Rio de Janeiro
– Saul Benchimol – Manaus
– Helena Levy Benchimol – Phoenix, Arizona
– Alex Benchimol – Canadá, Escócia
– Moyses Benchimol – Rio de Janeiro
– Anne Benzecry Benchimol – Manaus
– Ilko Mintschev Minev – Manaus
– Jóia Cohen Israel – Manaus
– Jaime Benchaya Filho
– Abraham Levy – Rio de Janeiro
– Ruth Roffé Levy – Rio de Janeiro
– Samuel Benzecry – Manaus
– José Laredo – Manaus
– Jacob Messod Benzecry – Belém

– Samuel David Israel – Manaus
– Augusto Pacífico Ezagui – Manaus
– Isaac Moysés Cohen – Manaus
– Samuel David Israel – Manaus
– Jaime Bemergui – Itaituba
– Fortunato Serruya – Santarém
– Alberto Abecassis – Maués
– Noval Benayon de Melo – Manaus
– Marcos Jayme Belicha – Óbidos
– Salomão Marcos Zagury – Manaus
– Liege Bemergui – Itaituba
– Zezito Assayag – Parintins
– Abraham Benzion

Trabalhos publicados pelo autor

1. "Roteiros da Amazônia". Conferência pronunciada na Faculdade de Direito do Recife. In: *Caderno Acadêmico*, ano II, n.º 3, Recife, 1942, 8p.
2. *Versos dos Verdes Anos* (1942-1945). Poemas e haikais escritos no período de 1942-1945 e não publicados, 9p.
3. *Quarto Centenário do Descobrimento do Rio Amazonas*: Diário de uma Viagem pelo Rio Solimões até Iquitos. Manaus: inédito, 1942, 50p.
4. *O Bacharel no Brasil – Aspectos de sua Influência em nossa História Social e Política*. Manaus: Livraria Clássica, 1946, 33p.
5. *O Cearense na Amazônia – Inquérito Antropogeográfico sobre um tipo de Imigrantes*. Prêmio "José Boiteux" do X Congresso Brasileiro de Geografia (1944). 1.ª ed. Conselho Nacional de Imigração e Colonização. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, 89p., 2.ª ed. Rio de Janeiro: SPVEA, Coleção Araújo Lima; 1965, 87p., 3.ª ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1992, 304p.
6. "O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo". In: *Boletim Geográfico*, Conselho Nacional de Geografia, ano IV, n.º 42, Rio de Janeiro, 1946, 38p.
7. *The next war*: *book-report*. Monografia de Pós-Graduação. Miami University: mimeo, 1946, 11p.
8. *Capitalism, the creator*: *a book-report*. Monografia de Pós-Graduação. Miami University, 1947, 5p.
9. *History of economic thought*: *an outline*. Monografia de Pós-Graduação. Miami University, 1947, 17p.

10. *Industrialization and foreign trade in Brazil*. Monografia de Pós-Graduação. Miami University, 1947, 11p.
11. *Manaus: The Growth of a City in the Amazon Valley*. Tese de Mestrado para obtenção do Master Degree em Economia e Sociologia, por Miami University, Oxford, Ohio, USA, 1947, 165p.
12. "Sociology in Brazil and in the U.S. – A Comparative Study". In: *Sociology and Social Research*, vol. 32, n.º 2, Los Angeles, Califórnia, 1947, 27p.
13. *Diário de um estudante da Miami University*. Oxford, Ohio, *e de um viajante pelos Estados Unidos* (1946/7), inédito, 174p.
14. *Ciclos de Negócios & Estabilidade Econômica – Contribuição ao Estudo da Conjuntura*. Tese de Doutorado – Concurso à Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito do Amazonas. Manaus: Tipografia Fênix, 1954, 152p.
15. *Planejamento do Crédito para a Valorização da Amazônia*: situação histórica e atual do crédito no Amazonas, política de crédito necessária à mobilização, e medidas complementares e colaterais. Relatório apresentado pela Subcomissão de Crédito e Comércio, da Comissão Coordenadora dos Subsídios do Estado do Amazonas para o Plano Quinquenal da Valorização da Amazônia, da qual foi presidente e relator. Manaus, 1954, 25p.
16. "Relação entre a Economia e o Direito". In: *Revista da Faculdade de Direito do Amazonas*, n.º 3, Manaus, 1955.
17. "Inflação e Desenvolvimento Econômico". Manaus: Tipografia Fênix, 1956, e *Revista do Serviço Público*, do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), vol. 73, Rio de Janeiro, 1956, 24p.
18. *Problemas de Desenvolvimento Econômico – com especial referência ao caso amazônico*. Manaus: Sergio Cardoso, 1957, 83p.
19. O *Banco do Brasil na Economia do Amazonas*. Rio de Janeiro: SPVEA, Coleção Araújo Lima, 1958, 16p.

20. "Investimentos & Poupança – Inquérito sobre a Pobreza das Nações". In: *Revista da Faculdade de Direito do Amazonas*, n.º 7, Manaus, 1960.
21. "Pólos de Crescimento da Economia Amazônica: Aspectos Espaciais, Temporais e Institucionais". In: *Cadernos Codeama*, n.º 2, Manaus, 1965, 42p.
22. *Pólos de Crescimento & Desenvolvimento Econômico*. Manaus: Sergio Cardoso, 1965, 42p.
23. *Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia*. 2 volumes. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, Série "Euclides da Cunha". Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1966, 1.º vol., 186p., 2.º vol. 500p.
24. "Projeto ETA-54 da heveicultura do pós-guerra". Brasília: Congresso Nacional, 1970. Depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI 49/67) da Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*, Suplemento (Resolução n.º 114, de 1.º de maio de 1970), 7p.
25. *Política e Estratégia na Grande Amazônia Brasileira*. Manaus: Edições Faculdade de Direito do Amazonas, 1968, 16p.
26. *Variáveis e Opções Estratégicas para o Desafio Amazônico*. Manaus, Conferência proferida a bordo do navio "Lauro Sodré" aos alunos da Escola Naval de Guerra, 1969.
27. "A Planetarização da Amazônia". Jornal *A Notícia*, Manaus, 1972.
28. "Amazônia: Mensagem a um Desafio". Congresso das Classes Produtoras – Conclap, no Rio de Janeiro. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 1972.
29. "Polarização e Integração: dois processos no desenvolvimento regional". Manaus, Conferência proferida aos estagiários da Escola Superior de Guerra, na sede do Comando Militar da Amazônia, 1972.
30. "A pecuniarização da Amazônia: A Ameaça e o Desafio do Mega-Boi no Processo de Ocupação da Amazônia". Jornal *A Crítica*, Manaus, 11/8/1974, e jornal *Estado de*

S.Paulo, de 8/9/1974. Conferência proferida na Comissão de Valorização da Amazônia, da Câmara dos Depultados.
31. *Amazônia: Um Pouco-Antes e Além-Depois*. Manaus: Umberto Calderaro/Universidade do Amazonas/Codeama, 1977, 840p.
32. *Projeto Geopolítico Brasileiro de Libertação e Desenvolvimento – A Formação e Reorganização do Espaço Político*. Manaus: edição especial do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, 1977, 197p.
33. *Política Fiscal*. Manaus: Universidade do Amazonas/Faculdade de Estudos Sociais/Departamento de Direito Público, 1978, 438p.
34. *O Pacto Amazônico e a Amazônia Brasileira*. Manaus: Universidade do Amazonas/Faculdade de Estudos Sociais, 1978, 43p.
35. *Petróleo na Selva do Juruá – O Rio dos Índios Macacos*. Manaus: Universidade do Amazonas, junho, 1979, 342p.
36. *A Duodécada 80/90 – Reflexões e cenários amazônicos*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1979, 103p.
37. "Uma oikopolítica para a Amazônia". *Simpósio Nacional da Amazônia*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979, 106p.
38. *Metodologia e Diretrizes para um Plano de Desenvolvimento Regional*. Manaus, Palestra realizada no Comando Militar da Amazônia, 24/abril/1980, 3p.
39. *O Desenvolvimento do Médio e Baixo Amazonas*: Uma prioridade regional. Palestra na 3.ª Convenção Amazônica do Comércio Lojista, Santarém-PA, junho de 1980, 7p.
40. *O Curumim na Amazônia*. Manaus, Conferência pronunciada na instalação do Curso Nestlé de Atualização em Pediatria, realizada no Teatro Amazonas, agosto de 1980, 12p.
41. *Tendências, Perspectivas e Mudanças na Economia e na Sociedade Amazônicas*. Manaus, 1980, 26p.
42. *Amazônia*: Andanças e Mudanças. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 1981, 78p.

43. *Amazônia Legal na Década 70/80*: Expansão e Concentração Demográfica. Manaus: Universidade do Amazonas, julho de 1981, 167p.
44. "A Floresta Tropical Úmida: aspectos ecológicos". In: *Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco*. Recife, 29 de setembro de 1981, 10p.
45. "A Questão Amazônica". In: *Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais do Brasil*, Manaus, 1981.
46. "Population Changes in the Brazilian Amazon". In: *The Frontier after a decade of colonization*. Manchester University Press, 1985, 14p.
47. *Introdução às Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro – Joaquim de Melo e Póvoas*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983, 30p.
48. "Introdução aos Autos da Devassa dos Índios Mura (1738)". Apresentado ao 45th Congresso Internacional de Americanistas, Bogotá. Manaus: edição xerox, 1985. Publicado nos Anais de la etnohistoria del Amazonas, Universidad de Los Andes, Bogotá, 1985. Tradução em espanhol editada por Beatriz Angel e Roberto Camacho. In: *Los Meandros de la Historia en Amazonia*. Quito: Abya-Yala, 1990, 50p.
49. *Cobras & Buiuçus na Praça dos Remédios*. Manaus: edição xerox, 1985, 20p.
50. "Grupos Culturais na Formação da Amazônia Brasileira e Tropical". Apresentado ao *II Encontro Regional de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco*. Manaus, 1985, 31p.
51. "Política Florestal para a Amazônia Brasileira: projeto no Congresso". Jornal *A Crítica*, 9 de fevereiro de 1985, 8p.
52. "O 'encantamento' de Gilberto Freyre". In: *Ciência & Trópico*. Recife, v. 15, n.º 2, jul./dez. de 1987. In: *Caderno de Cultura*, Brasília, ano 2, dezembro de 1988, 4p.
53. *Amazônia Fiscal – Uma Análise da Arrecadação Tributária e seus Efeitos sobre o Desenvolvimento Regional*. Manaus: Instituto Superior de Estudos da Amazônia – Isea, 1988, 179p.

54. “Extravismo, agricultura e indústria na Amazônia: seringa, roça e fábrica – um trilema?”. In: *Seminário de Jornalismo Econômico da Amazônia*. Manaus, 1988.
55. *Manual de Introdução à Amazônia*: programa, bibliografia selecionada, notas, mapas, quadros, material de leitura para análise, crítica e reflexões. Manaus, 1988, 226p.
56. “The Free trade Zone of Manaus – Assessment and Proposals”, paper presented to the *46th Internacional Congress of Americanist*. Amsterdam, Holland, 1988.
57. *Zona Franca de Manaus*: A conquista da Maioridade. The Manaus Free Trade Zone: Coming of Age. Edição bilíngue português/inglês. São Paulo: Sver & Boccato/Suframa, 1989, 128p.
58. *Amazônia*: Quadros Econômicos da Produção. Depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia no Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989, 83p.
59. “Amazônia: Ecologia e Desenvolvimento”. In: *Encontro dos Empresários da Amazônia*. Manaus, 1989.
60. *Amazônia*: Planetarização e Moratória Ecológica. São Paulo: Universidade Paulista/Cered, julho de 1989, 144p.
61. “Geo, Bio, Eco e Etno-Diversidades na Amazônia”. Apresentado ao *Congress Amazon: Needs, Researches and Strategics for self-sustained development*. Manaus, patrocínio CNPq/MEC/PNUD/Ibama/Unip, 1989, 17p.
62. “Manaus na década dos anos 40”. In: *Seminário Manaus: uma cidade e seus problemas*. Promovido pela Secretaria Municipal de Ação Comunitária, da Prefeitura Municipal de Manaus, no período de 11 a 15 de dezembro de 1989.
63. *O Imposto Internacional Ambiental e a Poluição Nacional Bruta*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1990, 10p.
64. *Desequilíbrios regionais com ênfase na Amazônia*. Manaus, Palestra proferida na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, 1990, 8 p.

65. *Trópico e Meio Ambiente*. Trabalho apresentado ao *Seminário de Tropicologia*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, maio de 1990, 18p.
66. *Finança Pública na Amazônia Clássica*: quadros e rodapés (1.º semestre de 1990). Trabalho apresentado ao *I Encontro de Economistas da Amazônia*. Belém, agosto de 1990, 39p.
67. "Internacional Symposium ou Environment Studies on Tropical Rain Forest (Forest 90)". Manaus, participação como debatedor da pesquisa *The rubber development schemer of the United States in the Brazilian Amazon, 1945-1956*, do professor Warren Dean, da New York University.
68. *Africanização econômica e balcanização ecológica da Amazônia*. Manaus. Depoimento prestado à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Internacionalização da Amazônia, da Câmara dos Deputados, 1991, 8p.
69. "Amazônia e a ECO-92". In: *Simpósio sobre a Amazônia*. Belém, 1991, 5p.
70. *Amazônia Interior*: Apologia e Holocausto. Manaus: edição mimeo, abril de 1991, 23p.
71. "A recessão na Zona Franca de Manaus: africanização e balkanização". Jornal *A Crítica*, Manaus, 29 de setembro de 1991, 10p.
72. "Tropics and environment: wold contribution of the tropical and amazonian biodiversity". In: *Congresso Internacional de Americanistas*. New Orleans, 1991.
73. *Tributos na Amazônia*: Tesouro Federal, Seguridade Social, Fazenda Estadual – Exercício 1990 e janeiro/julho 1991. Manaus: edição mimeo, outubro de 1991, 72p.
74. *Romanceiro da Batalha da Borracha*. Manaus: Imprensa Oficial, 1992, 304p.
75. *ECO-92*: Borealismo Ecológico e Tropicalismo Ambiental. Trabalho apresentado à Fundação Joaquim Nabuco e ao Instituto de Tropicologia. Recife, março de 1992, 16p.
76. *Amazônia*: Crise no Erário e na Economia. Trabalho apresentado à Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em 18 de maio de 1992. Manaus: edição mimeo, 53p.

77. *Amazônia*: A Guerra na Floresta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, junho de 1992, 329p.
78. "Impactos Econômicos da Ocupação da Amazônia e Perspectivas". In: *Seminário Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia*, organizado pelo Núcleo de Políticas e Estratégias da Universidade de São Paulo, para o Fórum Global-ECO-92, Rio de Janeiro, 12 de junho de 1992, 5p.
79. *Fatores Atuais dos Desequilíbrios e Alternativas de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental.* Trabalho apresentado à Comissão Mista do Congresso Nacional para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, no Auditório da Suframa, Manaus, 3 de setembro de 1992, 41p.
80. "A Amazônia e o Terceiro Milênio". Trabalho apresentado ao Fórum Internacional de Direito *O Homem, o Estado, a Justiça: Perspectivas do Terceiro Milênio*, promovido pela Academia Amazonense de Letras Jurídicas, Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas e as Associações de Magistrados, realizado em Manaus, no período de 7 a 11 de dezembro de 1992. Manaus: edição xerox, janeiro de 1993, 17p.
81. "Uma Ocupação Inteligente da Amazônia". Trabalho apresentado ao Fórum *Beyond ECO-92: Global Change, The Discourse, The Progression. The Awareness.* Patrocínio da Unesco, ISSC, ICSU, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Governo do Estado do Amazonas, realizado em Manaus, no período de 10 a 13 de fevereiro de 1993, 5p.
82. *Grupo Empresarial Bemol/Fogás*: Lembranças e Lições de Vida. Manaus: edição xerox, novembro de 1993, 146p.
83. *Fisco e Tributos na Amazônia – 1993*. Manaus: edição xerox, março de 1994, 110p.
84. *O Homem e o Rio na Amazônia*: uma abordagem ecossociológica. Trabalho apresentado ao *48.º Congresso Internacional de Americanistas.* Stockholm, julho de 1994, edição xerox, 1994, 8p.

85. *Os Índios e os Caboclos na Amazônia*: uma herança cultu-ral-antropológica. Trabalho apresentado no *48.º Congresso Internacional de Americanistas*. Stockholm, julho de 1994, edição xerox, 1994, 13p.
86. *Esboço de uma Política e Estratégia para a Amazônia*. Manaus: edição xerox, 1994, 27p.
87. *Manáos-do-Amazonas*: Memória Empresarial. Manaus: Governo do Estado/Universidade do Amazonas/Associação Comercial do Amazonas, 1994, 373p.
88. "Judeus no Ciclo da Borracha". Trabalho apresentado no *I Encontro Brasileiro de Estudos Judaicos da Universidade do Rio de Janeiro*, no período de 24 a 26 de outubro de 1994. Manaus: Imprensa Oficial, 1995, 97p.
89. *Amazônia Fiscal – 1994*: Bonança e Desafios. Manaus: Imprensa Oficial, janeiro de 1995, 192p.
90. *Navegação e Transporte na Amazônia*. Manaus: Imprensa Oficial, julho de 1995, 80p.
91. *Exportação e Exportadores da Amazônia Legal em 1994*. Manaus: Imprensa Oficial, setembro de 1995, 80p.
92. *Amazônia 95*: Paraíso do Fisco e Celeiro de Divisas. Manaus: edição reprográfica, março de 1996, 142p.
93. *Exportação da Amazônia Brasileira – 1995/1994*. Manaus: Universidade do Amazonas/Federação das Indústrias do Amazonas/Federação do Comércio do Amazonas/Sebrae-AM/Associação Comercial do Amazonas, junho de 1996, 199p.
94. *Manual de Introdução à Amazônia*. Manaus: Co-edição Universidade do Amazonas/Federação das Indústrias do Amazonas/Associação Comercial do Amazonas, agosto de 1996, 320p.
95. *Exportação da Amazônia Brasileira – 1996/1995*. Trabalho apresentado ao *49.º Congresso Internacional de Americanistas*. Quito. Equador, julho de 1997. Manaus: Universidade do Amazonas/Sebrae-AM, março de 1997, 109p.

96. "A Amazônia e o Terceiro Milênio: Antevisão". In: O *Brasil no Terceiro Milênio – O Livro da Profecia*, editado pelo Senado Federal. Brasília: Centro Gráfico – Cegraf, 1997, 16p.
97. *Amazônia 96 – Fisco e Contribuintes*. Manaus: Universidade do Amazonas/Federação das Indústrias do Amazonas/Associação Comercial do Amazonas, junho de 1997, 193p.
98. *Zona Franca de Manaus*: Pólo de Desenvolvimento Industrial. Manaus: Universidade do Amazonas/Federação das Indústrias do Amazonas/Associação Comercial do Amazonas, junho de 1997, 67p.
99. *Os Últimos Dias de Pompéia*: Uma Ladainha e um Novo Modelo para a Zona Franca de Manaus. Manaus: edição reprográfica, dezembro de 1997, 23p.
100. *Amazônia – Formação Social e Cultural*. Manaus: Editora Valer/Universidade do Amazonas, 1998, 486p.
101. *Os Deserdados de Tordesilhas*. Manaus: edição reprográfica, janeiro de 1998, 27p.
102. *Eretz Amazônia – Os Judeus na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 1998, 271p.
103. *Amazônia*: Quatro Visões Milenaristas. Manaus: edição reprográfica, 1998, 79p.
104. *Exportação da Amazônia Brasileira*. Manaus: Editora Valer, 1998, 227p.

Curriculum vitae

1. Dados pessoais

Nome: SAMUEL ISAAC BENCHIMOL.

Nascimento: 13 de junho de 1923, Manaus – Amazonas – Brasil.

Filiação: Isaac Israel Benchimol, nascido em Aveiros, no rio Tapajós – 1888-1974.

Nina Siqueira Benchimol, natural de Tefé, rio Solimões – 1900-1980.

Identidade: RG – 19.355 – Seseg/AM.

CPF n.° 000.126.532-68.

Endereço: Rua Miranda Leão, 41 – Centro.

CEP 69.005-901 – Manaus, Amazonas, Brasil.

Fone contato: 55-92-3622-3575 Fax : 55-92-3622-1354.

E-mail: bemol@ internext. com.br.

2. Formação e especialização

Curso de Alfabetização na Escola Tobias Barreto, Porto Velho-RO, 1928.

Curso Primário no Colégio Progresso Paraense, Belém-PA, 1929/1932.

Curso de Admissão no Instituto Universitário Amazonense, de José Chevalier, Manaus, 1933.

Curso Secundário pelo antigo Ginásio Amazonense Pedro II, atual Colégio Estadual do Amazonas, Manaus, 1933/1938.

Curso Pré-Jurídico pelo Colégio Dom Bosco, Manaus, 1939/1940.

Curso de Contador pela Escola Técnica de Comércio "Solon de Lucena", Manaus, 1937/1940.

Curso de Preparação de Oficiais de Reserva (NPOR), com estágio no antigo 27.º BC, como aspirante a oficial, segundo-tenente R-2, Manaus, 1944/1945.
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, Manaus, 1941-1945.
Curso de Pós-Graduação, *stricto sensu*, em nível de Mestrado em Sociologia (major) e Economia (minor), na Miami University, Oxford, Ohio, USA, 1946-1947.
Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, concurso público, Manaus, 1954.

3. Atividades no magistério e outras funções

Despachante de Bagagens e Passageiros da Panair do Brasil, Manaus, 1940-1943.
Propagandista e pracista do Laboratório Farmacêutico Sharp & Dohme, Manaus, 1942.
Professor de Geografia e História do Curso de Admissão da Escola Primária Professor Vicente Blanco (Rua Miranda Leão), Manaus, 1941.
Professor de Economia e História Econômica do Brasil, na Escola Técnica de Comércio "Solon de Lucena", Manaus, 1943-1946,
Professor substituto da Cadeira de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito do Amazonas, Manaus, 1946.
Instrutor de Português na Miami University, Oxford, Ohio, USA, 1946-1947.
Professor de Sociologia, na Escola de Enfermagem do Amazonas, Manaus, 1948-1949.
Presidente da Comissão Fundadora da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado do Amazonas, Manaus, 1953, criada na administração do governador Plínio Ramos Coelho.
Presidente e relator da Subcomissão de Crédito e Comércio da Comissão Coordenadora de Subsídios do Estado

do Amazonas para o Plano Quinquenal da Valorização da Amazônia da SPVEA, Manaus, 1954.

Professor de Introdução à Economia e Repartição da Renda Social, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, Manaus, 1945-1955.

Professor catedrático de Economia Política, na Faculdade de Direito do Amazonas, por concurso público, Manaus, 1954-1974.

Professor substituto de Ciência das Finanças e Direito Tributário da Faculdade de Direito do Amazonas, Manaus, 1959.

Membro do Conselho Técnico-Administrativo e do Conselho Departamental da Faculdade de Direito do Amazonas, no período de 1960-1975.

Diretor em exercício da Faculdade de Direito do Amazonas, no período de 1971-1975, durante as faltas e impedimentos do titular.

Professor titular de Introdução à Economia, Departamento de Economia da Faculdade de Estudos Sociais, Universidade do Amazonas, Manaus, 1974-1977.

Professor titular de Política Fiscal, Departamento de Direito Público da Faculdade de Estudos Sociais, Universidade do Amazonas, Manaus, 1978.

Professor de Introdução à Amazônia, Faculdade de Estudos Sociais, Universidade do Amazonas, Manaus, 1979-1998.

Membro do Conselho Universitário da Universidade do Amazonas, Manaus, 1965-1966.

Membro do Conselho Consultivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas – Codeama. Manaus, 1964-1967.

Presidente do Comitê Israelita do Amazonas, Manaus, 1975-1985.

Coordenador da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (Cedeam) da Universidade do Amazonas, Manaus, 1979-1984.

Conselheiro do Instituto Superior de Estudos da Amazônia – Isea, Manaus, 1986-1990.

Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.
Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Amazonas, Inscrição n.º 65, de 25 de janeiro de 1946.
Professor emérito da Universidade do Amazonas, título concedido pelo Egrégio Conselho Universitário e aprovado pelo magnífico reitor da Universidade do Amazonas, em sessão de 17 de janeiro de 1998.

4. ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Vice-presidente do Banco do Estado do Amazonas, Manaus, 1957-1962.
Diretor da Copam – Refinaria de Petróleo de Manaus, 1962-1968.
Diretor da Associação Comercial do Amazonas, Manaus, 1945-1998.
Presidente do Grupo Empresarial Bemol/Fogás, Manaus, 1942-1998.

A Amazônia de Samuel Benchimol

"Não há como estudar a Amazônia e os seus povos sem conhecer a obra de Samuel Benchimol". A mais verdadeira das frases que escutei sobre a Amazônia.

Foram tantas as contribuições do professor em artigos e livros sobre a região: *Amazônia: um Pouco-Antes e Além-Depois*; *O Pacto Amazônico e a Amazônia Brasileira*, *Eretz Amazônia: Os Judeus na Amazônia*, *Zênite (ecológico) e Nadir (econômico-social)*, mas, infelizmente, são poucos os que têm o privilégio de as conhecerem na sua totalidade.

Dou destaque para esta obra, que está sendo reeditada com o patrocínio do Prêmio Professor Samuel Benchimol 2008 – organizado neste ano pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins, *Amazônia – Formação Social e Cultural*.

A reedição deste livro, certamente, servirá de estímulo para a publicação de outras obras do prof. Benchimol. E por uma razão muito simples, traz um contexto cultural dos diferentes povos, etnias e culturas que formaram e diversificaram a vida social e econômica da Amazônia.

Eduardo Machado Silva
Presidente do Sistema Fieto
Coordenador da Ação Pró-Amazônia
Presidente do Conselho de Integração Nacional da CNI

Amazônia – formação social e cultural

O extenso legado de Samuel Benchimol sobre o conhecimento amazônico tem na obra *Amazônia – formação social e cultural* um marco. Esse extraordinário estudo antropológico sobre a formação da sociedade amazônica, publicado em 1999 e agora reimpresso, é tão histórico quanto atual, inserindo-se no arcabouço de conhecimentos essenciais à elaboração de políticas públicas e ações estratégicas para a região.

O reconhecimento da importância da vantagem comparativa de seus recursos naturais, da responsabilidade sócio-ambiental e da capacidade inovadora das culturas locais são tão importantes para o entendimento desta obra como o são para a implementação das conquistas feitas pela Lei de Inovação, pelo Programa de Aceleração do Crescimento para C&T e pela Política de Desenvolvimento Produtivo no desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A pesquisa do Prof. Samuel Benchimol parte do entendimento do complexo cultural original indígena e a ele somam-se portugueses, espanhóis, africanos, "cearenses-nordestinos", ingleses, norte-americanos, italianos, sírio-libaneses, japoneses, "gaúchos" e judeus – cada um com seus valores, crenças, línguas e modos de vida – para delinear a organização social e o sistema de conhecimento sobre o uso dos recursos extraídos de florestas, rios, lagos, várzeas e terra firme.

Ao conhecer os personagens e suas históricas matrizes etnoculturais, a publicação mostra ao leitor as oportunidades que se revelam à medida que a Amazônia é desvendada em seus recursos naturais, minerais, energéticos e no segmento empresarial. Tal circunstância

tem atraído, ao pólo industrial de Manaus, empresas que registraram, em 2007, faturamento de U$S 25,68 bilhões. Todo esse desenvolvimento pode, contudo, ser bastante multiplicado e consolidado, caso estejamos prontos a enfrentar os problemas ainda existentes.

Muitos dos desafios, que hoje são consenso na sociedade brasileira e que precisam ser superados, foram antecipados nesta obra, principalmente, no que se refere à consciência ecológica e ambiental como base do processo de desenvolvimento de longo prazo. Essa preocupação tem transformado a Amazônia em um símbolo das políticas públicas brasileiras para o meio ambiente, a soberania nacional e o crescimento econômico.

A importância maior da pesquisa do Professor Benchimol é o registro dos movimentos migratórios, iniciados com a chegada dos portugueses, cuja colonização e expansão foram dificultadas pela rebeldia das populações nativas. Tanto eles como os espanhóis tiveram de se aliar a índios, missionários e sertanistas, ao longo de mais de 200 anos, durante o processo de conquista e ocupação. A influência portuguesa se fez sentir de forma profunda na vida e cultura da região.

Sob a ótica do pesquisador, a população de índios não é representada por apenas 172.000 habitantes, em 1999. Os grupos indígenas estão presentes também nos seus descendentes, principalmente na grande massa cabocla do beiradão. Fossem eles considerados, a nossa visão de população ameríndia se ampliaria consideravelmente, passando a representar algo como 30% da Amazônia Clássica, ou seja, 3 milhões de pessoas.

Sobre a ascendência africana, o livro destaca que a maior parte das pesquisas tem negligenciado a sua importância. No que se refere ao povoamento da região, enfatiza-se, normalmente, a participação do índio, do caboclo, do português e de outros grupos de imigrantes, desprezando a contribuição social, econômica e cultural do negro. A obra assinala que os africanos contribuíram para

"amorenar a tez de nossa pele e também para colorir a nossa língua, com seus africanismos", assim como o índio. Para ele, a cultura africana tornou o português mais suave, mais rico, mais eclético e mais sincrético, dando nome a peixes, árvores, cidades, comidas, plantas, danças, pedras e rios.

O autor destaca ainda que no apogeu do Ciclo da Borracha a migração veio, sobretudo, do Nordeste. Foram eles, os "cearenses" – que na terminologia local representa todos os nordestinos do país – os principais atores na região. O Professor Samuel Benchimol, com base em outros autores, classifica os tipos humanos que vieram para a febre da seringa: iludidos, ambiciosos, românticos, crentes, trabalhadores, agricultores, vaqueiros, desesperados, nacionalistas, magoados, mulherengos, valentes e malandros, só para citar alguns dessa rica antologia.

O encerramento do Ciclo da Borracha e a Grande Depressão, nos fins dos anos 20 e início da década 30, ocasionaram o regresso dos nordestinos. Eles, que ficaram na Amazônia por quase um século, tornaram a Amazônia mais rica, melhor, maior e, acima de tudo, mais brasileira, aponta o autor.

A obra destaca que, com a abertura dos grandes eixos rodoviários, a Amazônia passou a receber também os "gaúchos" – paulistas, mineiros, capixabas, goianos, mato-grossenses, paranaenses, catarinenses e rio-grandenses. Com eles, chegaram as fazendas de gado, as serrarias, as plantações, a tecnologia industrial. Essas foram contribuições ao crescimento econômico local que, infelizmente, ameaçam romper o delicado equilíbrio dos complexos ecossistemas amazônidas.

A memória empresarial dos pioneiros foi registrada magistralmente, apresentando dados do período e histórias de como a região conseguiu atrair considerável número de empresários de todas as partes. Homens e mulheres que buscavam – e ainda buscam – suprir a população de bens e serviços com alto nível de competitividade em

inúmeros segmentos econômicos. Nesse aspecto, o livro demonstra que os únicos povos que se mantiveram na pobreza foram os índios e os caboclos da região. Os "estrangeiros" (incluindo italianos, sírio-libaneses e japoneses) que ali aportaram conseguem, normalmente, prosperar. Eles fazem da região foco de desenvolvimento de ciência e de tecnologia, de indústria e de agricultura e, atualmente, da biotecnologia tropical. Em muitos casos, eles contribuem para uma trajetória de crescimento sustentável, combinando o uso dos recursos e o crescimento econômico com a preservação dos ecossistemas.

Benchimol mostra que, apesar das múltiplas forças e formas de modernização envolvidas nesse processo histórico, a identidade cultural amazônica permanece viva entre seus habitantes. Essa ocupação humana – encontro da cultura ameríndia autóctone com as culturas européias e africanas – fez surgir a Amazônia Lusíndia, "o melhor e o maior exemplo de brasilidade que a todos acolhe e os *querencia* no seu vasto, exótico e estranho mundo".

O Professor Samuel Benchimol nos ensina que a análise do contexto econômico da Amazônia precisa considerar fatores históricos, culturais e naturais; mas que, acima de tudo, é com responsabilidade sócio-ambiental que poderemos promover o seu desenvolvimento sustentável. São pensadores dessa estirpe, que nos dão condições e entusiasmo para que possamos, juntos, planejar a construção de um Brasil mais justo, soberano e rico para nós, nossos filhos e as gerações futuras.

Brasília, novembro de 2008.

Prof. Francelino Grando
Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Este livro foi impresso na cidade de Manaus, em julho de 2008. A família tipográfica ultilizada na composição do texto foi Sabon 11,5. O projeto gráfico – miolo e capa foi feito pela Valer Editora.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato
E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura